

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

TESE DE DOUTORADO

A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)

Anelise dos Santos Gutterres

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Cornelia Eckert

**Porto Alegre
Dezembro de 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)

Anelise dos Santos Gutterres

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Adriana Vianna (PPGAS, Museu Nacional/UFRJ)

Prof.^a. Dr.^a. Jeniffer Cuty (FABICO/UFRGS)

Prof. Dr. Ruben George Oliven (PPGAS, IFCH/UFRGS)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, PPGAS, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Prof. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre
Dezembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Pró - Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPG/UFRGS) pela bolsa que me possibilitou a realização desse doutorado. Integrante do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, a Bolsa REUNI que recebi para a produção dessa pesquisa - no período de março/2010 a março/2014 - foi por vezes desafiadora, já que previa assistência ao ensino durante os quatro anos de doutorado. Espero ter atendido minimamente a expectativa do Programa, e apesar das dificuldades em conciliar uma pesquisa de doutorado com a assistência ao ensino, tentei desempenhar esse papel com o máximo de dedicação. Para mim é um orgulho e uma conquista importante em termos de políticas sociais a proliferação de bolsas de iniciação científica e de pós-graduação dentro de programas de expansão das universidades federais, já que ao meu ver a universidade pública deve cada vez mais ser apropriada pela população como um lugar público de troca e produção de conhecimento. Como bem disseram os companheiros do Grupo de Educação Popular da Providência, “lugar de favelado é na universidade”. Agradeço as professoras Ondina Fachel e também a professora Cornelia Eckert pela oportunidade de aprender durante a assistência ao ensino, em sala de aula, junto com os alunos.

À Cornelia Eckert orientadora, e parceira desse trabalho, meus agradecimentos são mais calorosos. Certamente os desafios que ela me fez, seu apoio incondicional e seu carinho estão nas entranhas dessa tese. Ela me deu liberdade, aceitou algumas aventuras intelectuais que propus e até o fim esteve presente. Meus agradecimentos certamente não ficarão restritos a essas páginas, tamanha minha gratidão por sua generosidade.

Também gostaria de agradecer aos professores do PPGAS/UFRGS que tiveram papel importante na minha formação e em consequência na construção desse trabalho. Foram importantes as disciplinas de “Antropologia da Política”, oferecida pelo prof. Carlos Steil; a disciplina de “Antropologia e Direito”, oferecida pela prof.^a. Claudia Fonseca; a disciplina sobre Etnicidade, oferecida pela prof.^a. Denise Jardim; e o seminário de doutorado, oferecido pelo prof. Ruben Oliven. Também gostaria de agradecer a Rosemarie Feijó, secretária do programa, pelo profissionalismo com que sempre desempenhou suas funções. Mas também por sua atenção, dedicação e pelo carinho que sempre teve com os alunos.

Aos colegas do BIEV, em especial a Ana Luiza Carvalho da Rocha, meus agradecimentos por ter “à moda da campanha” reunido tanta gente interessada e

interessante em um mesmo lugar. É grande minha gratidão por você e Cornelia terem proporcionado o convívio com colegas tão valorosos: Rafael Devos, Rafael Lopo, Viviane Vedana, Paula Biazus, Fernanda Rechemberg, Luciana Mello, Ana Paula Parodi, Thais Cunegatto. A amizade que alguns de nós construiu durante essa jornada, foi em grande parte por conta dos percalços e das alegrias desse período, entre 2005 e 2011, no qual estive vinculada ao grupo.

Também agradeço aos colegas do PPGAS/UFRGS pelos debates e convívio proporcionado pelas disciplinas que fizemos juntos ou nas conversas informais e catarses durante nossos encontros, jantãs, cervejas, noite de caldos, churrascos. Em especial eu gostaria de agradecer a: Fabiela Bigossi, Ana Paula Marcante, Felipe Comunello, Lorena Fleury, Ulisses Correa, Pedro Paulo, Janaína Lobo, Fernanda Tussi, Denise Santos, Luana Emil.

Agradeço também aos colegas que fiz nas disciplinas que cursei no PPGAS - MN/UFRJ em 2011 pelo debate sempre enriquecedor. Foi um grande aprendizado cursar a disciplina “Antropologia do Trabalho - Memórias, trajetórias e biografias: aspectos narrativos em pesquisas com operários e camponeses”, ministrada por José Sérgio Leite Lopes e por Marta Ciocari; e também a disciplina de “Antropologia e Filosofia” oferecida por Luiz Fernando Dias Duarte. Sou muito grata aos aprendizados que fiz durante esse semestre.

Agradeço aos colegas do NUAT/UFRJ: Antônio Carriço, João Laguéns, Wecisley Ribeiro, José Ferreira, Indira Caballero, Juliana Queiroz, Carlos Matos, Marta Ciocari que sob a supervisão sempre humorada de Zé Sérgio foram parceiros importantes para a construção de alguns fios presentes nesse trabalho, do qual indireta ou diretamente os debates do núcleo me auxiliaram a reconstruir.

Também gostaria de destacar a importância dos debates entre colegas e pesquisadores durante o curso “Movimentos Sociais”, também oferecido por José Sérgio, no ano de 2013, e posteriormente durante o projeto de pesquisa “Movimentos Sociais e Esfera Pública”. Foi enriquecedora e criativa a convivência com: Regina Novaes, Iara Ferraz, Moacir Palmeira, John Comerford, Marcelo Mello, Luciana Lombardo, Beatriz Heredia, Paulo Terra, Carlos Matos, André Guedes, Dulce Pandolfi, José Ricardo Ramalho. Em especial a convivência com Adriana Vianna e Silvia Aguião, com quem aprendo sempre e muito, e do qual sou extremamente grata pelo apoio, carinho e incentivo nesses últimos meses de escrita.

No Rio de Janeiro, mesmo que em um convívio recente, foram intensas e muito produtivas as trocas com Tomás Melo, Adriana Fernandes, Camila Pierobon, Heloísa Lobo, Juliana Farias, Lia Rocha, Silvia Aguião, Alexandre Magalhães e todo o “povo da gira”, coordenada com leveza pela nossa Adriana Vianna. Também foram enriquecedoras as trocas acadêmicas e os laços que consolidamos quando o “Na Margem” - grupo coordenado por Gabriel Feltran - aterrissou em Porto Alegre para o encontro *Inscrições nas Margens*, promovido pelo NACI/PPGAS, em 2013. Nessa ocasião pude conhecer e reconhecer novos colegas na UFRGS: Gabrielle de Araújo, Janaína Bujes, Miguel Muhale, Vitor Richter, Tiago Lemoes, Patrice Schuch; e na UFSCAR: Luciano Oliveira, Marcos Silva, Matheus Caracho, Deborah Fromm, Domila Pazinni, Douglas Silva, e Evandro Cruz, que agradeço pelas indicações de bibliografia.

Aos amigos, meus agradecimentos nunca serão a altura de seu companheirismo e apoio. Muito obrigada pela paciência, principalmente. Pelos inúmeros convites negados “por causa da tese”, por compreenderem os momentos que deixamos de viver juntos durante esses cinco anos. A presença de vocês nunca deixou de ser sentida e meu amor é pouco por tudo que aprendo e sempre aprendi com vocês: Carol Cozatti, Cris Moreira, Tata Cunegatto, Patrícia Leal, Fernanda Gabardo, Vivi Vedana, Beatriz Ribeiro, Pamela Nogueira, João Rosito, Lais Dias. E em especial a Serginho Barcellos, meu irmão dessas e de outras paragens.

Mesmo que a construção desse trabalho esteja permeada pela gratidão às mulheres e homens que o construíram junto comigo, gostaria de agradecer mais uma vez pela convivência, pela experiência e pelo mundo que vocês me apresentaram e me convidaram a participar. Obrigada, Orley pelo “spa no morro”, nossas conversas estarão para sempre no meu coração e fazem parte das experiências mais bonitas desses meus anos de vida. Muito obrigada a Michele, Bolinha, Katia, Pam e Maria pelo carinho. Também gostaria de agradecer pela convivência a uma das mulheres mais sagazes e divertidas que conheci, foi uma honra, Nora!

Agradeço também a Claudinha por todo o apoio que sempre deu a esse trabalho (mesmo não gostando dos acadêmicos), e por todas as pessoas que me apresentou. Serei para sempre grata, espero que você goste do que apresento aqui e que sigamos juntas em outras estradas. Aos integrantes do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre e do Movimento O Morro é Nosso, também o meu muito obrigado!

No Rio de Janeiro eu gostaria de agradecer a todos com quem convivi no Morro da Providência e na Pedra Lisa, por tudo o que passamos juntos nessa luta que é de vocês,

mas se transformou também em uma luta para mim. Obrigada, Zeneide, Roberto, Alessandra, Beto, Rosiete, Abelha, Penha, Nelio, Hilda, Maurício, Marcia, Cristina, Neuzimar, Cosme, Jô, Graça. Agradeço também aos integrantes do FCP, em especial a Isabel, Denise, Aécio, Helena. Agradeço aos integrantes do GEP e da OATL: Kim, Eduardo e Ana, por não desviarem o olhar da luta, e por isso, terem me inspirado também a lutar. Agradeço a Luiz Baltar, Henrique Fornazin, Fransérgio Goulart, Rachel Barros, Monique Cruz, Maurício Campos, e a todos que “estão pela favela”. A Joana Barros obrigada pelo apoio, pelos livros e certamente pelas conversas. Também gostaria de agradecer a Glaucia Marinho por tudo o que me ensinou nesses dois anos, e também pelo privilégio de estar em seu convívio.

A minha mãe, Lucinda, e ao meu irmão Rafael, meu mais profundo agradecimento - por estarem sempre ao meu lado, me dando força, energia, apoio, e garantindo recursos para que eu completasse essa tese. A Bianca Leal agradeço por tornar o fim dessa jornada mais alegre, com Alice e Cecília em nossas vidas. Ao Julian, obrigada por me ensinar tanto, pela atenção, paciência e pelo cuidado diário. Por nunca duvidar e surpreender-me a cada dia com um mundo onde há sempre muito a aprender.

RESUMO

A ameaça de remoção feita pelos governos municipais as moradoras de comunidades, vilas ou favelas é uma das marcas da habitação de famílias e sujeitos nesses locais. As narrativas sobre o cotidiano nesses territórios parecem ser tecidas cuidadosamente sob o signo da resiliência, que não raro é sintetizado na categoria luta, que nesse caso expressa a experiência de viver na comunidade, e que vincula, casa, corpo, diferentes relações sociais.

A partir de alguns relatos elaborados nessa condição de resiliência, conhecemos outras marcas intrínsecas a trajetória dessas mulheres e como elas chegam e vivem nesses territórios, em meio a confrontos armados, coação feita por funcionários da prefeitura, e diversas outras violências. Sacrifícios e sofrimentos que compõem os seus argumentos mais profundos de permanência naquele espaço, já que nenhuma delas gostaria de ser removida dali. Nos aproximamos dessas mulheres através do percurso de uma pesquisa de campo realizada em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, em meio a uma rede de contestação às obras dos megaeventos no Brasil– Copa do Mundo e Olimpíadas – que se fortalece a partir de 2010 quando as obras preparatórias se iniciam nas cidades sede. As contestações que aparecem nos relatos remontam a um esgotamento político profundo e a um fosso generoso entre algumas conquistas sociais conquistadas desde 1988 e sua efetivação. A moradoras diante desse cenário são compreendidas através de uma *cidadania insurgente* que tem, no exercício efetivo da luta, a resiliência como uma prática política que lhe garante a dignidade.

Palavras chave: Habitação Urbana; Resiliência; Práticas Políticas; Movimentos Sociais; Copa do Mundo

ABSTRACT

The threat of removal houses made by municipal governments for the residents of communities, towns or favelas is a hallmark of housing in these locations. The narratives about everyday life in these areas seem to be woven carefully under the sign of resilience, which often is synthesized in the struggle, which in this case expresses the experience of living in the community, and linking: home, body, different social relations. Witnessing some narratives prepared under this condition of resilience, I met other intrinsic marks the trajectory of these women and how they come and live in these territories, amid armed confrontations, threats made by city officials, and several other violence. The sacrifice and suffering that constitute their arguments deeper to stay in that space, since none of them would like to be removed from thence. This women are part of this field survey conducted in Porto Alegre and Rio de Janeiro, amid a network of opposition to construction of mega-events in the Brazil World Cup and Olympics - started from 2010, when preparatory works begin in the host cities. The disputes that appear in the narratives, are components to a deep political exhaustion and a generous gap between some social gains won since 1988 and its implementation. The residents in this scenario are understood through an insurgent citizenship, which has in the effective exercise of struggle, resilience as a political practice that ensures dignity.

Key words: Urban housing; Resilience; Political Practices; Social Movements; World Cup

SUMÁRIO

[INTRODUÇÃO]	01
Espaço-tempo da escrita	03
Rede de contestação às obras;	07
Antropologia “aqui e agora”	11
<i>O momento do Brasil</i>	12
A Copa do Mundo enquanto uma aporia	14
Junho: 2013 e 2014	17
Percurso até um objeto de pesquisa – recortes.....	22
A cidade é sede.....	23
A política como mundo comum	28
Guerra	31
Conflito	34
Agência, resistência e poder	36
Violências	39
Cidadania insurgente	41
Resiliência	42
“Periferia é periferia em qualquer lugar”	45
Reuniões e acúmulo	47
Mudanças relevantes	51
Participação Social	53
A Reforma Urbana	54
[CAPÍTULO 1]	
Enredando-se	59
As reminiscências do antropólogo	59
As ocupações e mobilizações pela moradia na década de 80, em Porto Alegre	60
O Morro é nosso!	67
Região foco de interesse privado	73
Encontros que preparam encontros: a reunião como espaço de reconhecimento	75
Ser pesquisadora em meio a moradores e militantes	84
A militância e a moradia: aprendendo as diferenças	90
Tensões na escritura do vivido	93
Um comitê unificado em Porto Alegre.....	94
Em território pacificado, as <i>reuniões são</i> pela cultura	98
Gestão Social de Territórios – SEASDH/RJ	103
Rede de apoio às ocupações urbanas: outra cidade em debate	108
O Fórum Comunitário do Porto do Rio de Janeiro: um espaço de apoiadores	112
Articulação dos Comitês Populares da Copa: dá para ser nacional sem ser internacional?	117
A ONU e suas tensões no que tange a moradia urbana	121
A leitura internacionalizada do conceito de moradia adequada	125
“Deslocamentos involuntários”	127

A Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil global	131
[CAPÍTULO 2]	
A <i>desabituação</i> como tecnologia governamental	133
Perto, longe, a dinâmica que define o que é Centro	135
Representações formais da cidade – percursos do enobrecimento	137
No corredor do desenvolvimento - os aterros, os diques e o disciplinamento do rio	139
A enchente de 41 e industrialização	140
A urbanização disruptiva	143
O Morro de outrora	146
Chico e o Morro Santa Teresa	151
A mudança enquanto experiência, a permanência enquanto conquista	153
O sonho e a beleza da capital.....	158
O Morro de Laudelina	163
A paz como antídoto para as violências	172
Vila Dique e Nazaré – a Copa do Mundo passa por aqui	176
Para onde a gente vai	180
[CAPÍTULO 3]	
Desabitando a Zona Portuária	183
O esvaziamento	185
A funcional Zona Portuária	187
Modificando a região através da mudança na legislação	189
Sob a marca da urbanização – domesticando corpos e territórios, morros e paisagens	190
O trabalho no Porto do Rio	192
A estiva	195
Preenchendo vazios: um plano estético para a cidade	200
Cidade Olímpica: uma estética para a expansão	201
As ameaças de remoção na cidade olímpica, o deslocamento forçado.....	205
TransOlímpica, TransCarioca e TransOeste	206
“Investimentos Sociais”	207
Morar Carioca	208
Bairro Carioca	212
Vila Olímpica como projeto sócio esportivo	215
Ginásio Experimental Olímpico (GEO) para alunos do ensino fundamental	216
Porto Maravilha: reconfigurando territórios-mito	216
Casarões “abandonados” e o projeto Novas Alternativas: táticas de <i>desabituação</i>	219
VLT	223
A disputa por múltiplas memórias no Porto Maravilha	
228	
Os nascidos e criados no trabalho na Central	237
A remoção como prática de eliminação da pobreza: antecedentes higienistas	245
Pacificação	249
O incêndio como prática de limpeza	250

Teleférico para quem?	258
A luta pelo espaço de trabalho e de flutuação	262
[CAPÍTULO 4]	
“Eu passei por isso tudo e agora tenho que sair?”	
A ameaça de remoção entre moradores do Morro da Providência	265
Nascido e criado	266
O morro está morto	269
A época braba	278
Pré - UPP: casos e eventos relevantes no Rio	284
O exército na Providência	292
As ocupações militares por megaoperações	304
O direito a permanecer com suas marcas	305
Restrições semelhantes, regimes políticos distintos	308
“Polícia passa e fica a dor”	310
A hora da maravilha	313
Aluguel social	315
Morro do Bumba e o aluguel social	317
Obra para turista	319
Casas marcadas	321
Moradia digna	325
A história oficial é bonita, mas o Morro é feio	328
Os terror psicológico	331
Movimento de bem - Margarida nas Jornadas de Junho	337
Pressão e coação	340
Morar é um direito, ocupar é um dever	345
As violências impressas: mais marcas	349
A dignidade em um caso de remoção forçada feita pelo estado	353
A habitação de Carolina	354
A desabilitação de Carolina	356
[CONCLUSÃO]	360
[REFERÊNCIAS]	371

LISTA de IMAGENS

Introdução

Figura 0.1 Imagem da capa do jornal <i>El País</i> em sua versão digital, do dia 02/10/2009	11
Figura 0.2 Imagem da capa do jornal <i>Clarín</i> em sua versão digital, do dia 02/10/2009	11
Figura 0.3 Montagem de fotografias disponíveis em reportagem de Daniela Mendes e Francisco Alves Filho, publicada na revista Istoé em 07/10/2009	14
Figura 0.4 Imagem de Aleppo na Síria, Agência Reuters, 2011	31
Figura 0.5 Imagem de escombros de casas em Manguinhos/Rio de Janeiro, Foto de Luiz Baltar, 2012	31
Figura 0.6 Imagem de Aleppo na Síria, Agência Reuters, 2011	31
Figura 0.7 Imagem de escombros de casas em Manguinhos/Rio de Janeiro, Foto de Luiz Baltar, 2012	31
Figura 0.8 Imagem de escombros de casas em Manguinhos/Rio de Janeiro, Foto de Luiz Baltar, 2012	32
Figura 0.9 Imagem de escombros de casas na Vila Floresta/Porto Alegre, Foto de Diego Vara/Agência RBS, 27/03/2012	32
Figura 0.10 Foto da coleção “Children Playing in Ruins” de Cartier-Bresson, Seville, 1933	32
Figura 0.11 Frame do filme Alemanha Ano Zero, de Roberto Rossellini, Itália, 1948	32

Capítulo 1

Figura 1 Construção do Shopping Iguatemi, Porto Alegre, 1983, autor desconhecido	61
Figura 1.1 Ato contra a venda do Morro Santa Tereza, Porto Alegre Foto de Leandro Anton, 2010	67
Figura 1.2 Ato contra a venda do Morro Santa Tereza, Porto Alegre Foto de Leandro Anton, maio de 2010	67
Figura 1.3 Charge de Santiago, maio de 2010	70
Figura 1.4 Charge de Bier, maio de 2010	70
Figura 1.5 Cartaz do evento “Megaeventos e o direito a cidade”, Feru/RS e Ong Cidade, ano 2010.....	75
Figura 1.6 Montagem de mapa com as 12 cidades sede da Copa no Brasil, produzido pela autora	117

Capítulo 2

Figura 2 Imagem das 9 macrozonas da cidade de Porto Alegre, disponível no Plano Diretor de Porto Alegre (2010)	137
Figura 2.1 Intervenção sobre mapa de Porto Alegre, disponível na dissertação de mestrado de Júlio Cesar Vargas, 2009	144
Figura 2.2 Aterro para a construção do estádio Beira Rio, Morro Santa Tereza ao fundo, Porto Alegre, autor desconhecido, 1956	148
Figura 2.3 Vista aérea do Morro Santa Teresa/Porto Alegre, autor desconhecido, década de 80.....	152
Figura 24 Por do Sol na Vila Gaúcha, Morro Santa Tereza/Porto Alegre,	

Foto de Noranei, início de 2000	152
Figura 2.5 Vista do mirante do Morro Santa Tereza/Porto Alegre, Foto de Mauro Volkmer de Castilhos, 1973	152
Figura 2.6 Mapa das migrações das interlocutoras no Rio Grande do Sul, produzido pela autora	153
Figura 2.7 Vista da orla sul do Rio Guaíba do alto do Morro Santa Tereza, Foto de Mauro Volkmer de Castilhos, 1973	168
Figura 2.8 Outdoor com propaganda da PMPA, Bairro Bom Fim/Porto Alegre Foto de Anelise Gutterres, 2011	176
Figura 2.9 Vila Dique/Porto Alegre Foto de Andréa Graiz / Agência RBS, 2011	178
Figura 2.10 Foto do aeroporto após remoção da Vila Dique/Porto Alegre Foto de Andréa Graiz / Agência RBS, 2011	178
Figura 2.11 Vila Tripa/Porto Alegre. Foto de Elenara Leitão & Marcos Flores, entre 1991 e 1992	179

Capítulo 3

Figura 3 Ampliação da Avenida Presidente Vargas, autor desconhecido 1940	191
Figura 3.1 Esquema feito sobre imagem do Google Earth e ícones da Cidade Olímpica julho de 2011	205
Figura 3.2 Imagem dos antigos galpões da Cidade Light, foto Cidade Olímpica Rio de Janeiro, meados de 2011	212
Figura 3.3 Imagem aérea dos prédios do Bairro Carioca, foto Cidade Olímpica Rio de Janeiro, meados de 2012	214
Figura 3.4 Imagem dos antigos galpões da Cidade Light, foto Cidade Olímpica Rio de Janeiro, meados de 2011	214
Figura 3.5 Imagem do recebimento das chaves dos prédios do Bairro Carioca, foto Cidade Olímpica, Rio de Janeiro, meados de 2012	214
Figura 3.6 Mulheres protestam em lançamento do loteamento Bairro Carioca, Rio de Janeiro, Foto de Luiz Roberto Lima/Futurapress, 2012	214
Figura 3.7 Mulher mostra rachadura em prédio do loteamento Bairro Carioca, Rio de Janeiro, Foto de Marcos Tristão, O Globo, 2012	214
Figura 3.8 Moradores desalojados no loteamento Bairro Carioca, Rio de Janeiro, Foto de Alexandre Vieira, O Dia, 2012	215
Figura 3.9 Apresentação de Projeto Porto Maravilha, 2010	221
Figura 3.10 Mapa do Projeto Porto Maravilha, 2010	223
Figura 3.11 Croqui do Museu a Céu Aberto, integrante do Projeto Morar Carioca na Providência, 2010	233
Figura 3.12 Croqui da estação da Praça Américo Brum, integrante do Projeto Morar Carioca na Providência, 2010	233
Figura 3.13 EFCB - Estação de Ferro Central do Brasil, Tela de Tarsila do Amaral, 1924	237
Figura 3.14 Quitadeiras de Angola, Marc Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, 1895	242
Figura 3.15 Quitadeiras de Angola, Marc Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, 1895	242

Figura 3.16 Vendedor de Pão Doce, Marc Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, 1895	243
Figura 3.17 Vendedor de Pão Doce, Marc Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, 1895	243
Figura 3.18 Montagem sobre imagem do Google Maps, Terminal Américo Fontenelle Rio de Janeiro, 2011	245
Figura 3.19 Barracas no Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, imagem do Google Maps, Rio de Janeiro, 2011	245
Figura 3.20 “Desenho da Cidade Velha”, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro Tela de Nicolle Jr. Edward, 1840	246
Figura 3.21 Capela de Santana, ao fundo o Morro da Providência, Biblioteca Nacional, Obra de Thomas Ender, 1817.....	246
Figura 3.22 O Campo de Santana, centro do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Obra de Franz Josef Frühbeck, 1818	246
Figura 3.23 Montagem sobre imagem de Google Maps, Camelódromo da Central	251
Figura 3.24 Foto aérea da fumaça do incêndio no Camelódromo da Central, Foto de J. C. Xavier / vc repórter, Terra, 2010	253
Figura 3.25 Foto após incêndio, reocupação do tapume entorno do Camelódromo da Central, 2011	256
Figura 3.26 Foto do lado de dentro Camelódromo da Central, Início das obras para o teleférico, 2012	256
Figura 3.27 Placa de propaganda de construção do teleférico, 2012	257
Figura 3.28 Trabalhadores no Terminal Américo Fontenelle e entorno Do antigo Camelódromo, 2012	257
Figura 3.29 Estação do Teleférico na Central em construção, Foto de Anelise Gutterres, 2013	258
Figura 3.30 Estação da Praça Américo Brum em construção Foto de Anelise Gutterres, 2012	260
Figura 3.31 Presidente da Emop, Ícaro Moreno, mostra novo projeto para Terminal Foto de Guilherme Pinto, Extra, 2010	260
Figura 3.32 Bombeiros apagam incêndio na Central Foto de Felipe Dana, AP Photo, O Globo, 2010	260
Figura 3.33 Montagem de fluxo de circulação em imagem do Google Earth Produzida pela autora, 2013	263

Capítulo 4

Figura 4 Exército na rua Barão da Gamboa, Morro da Providência, Rede de Comunidades Contra a Violência, 2008	299
Figura 4.1 Jardim e varanda de casa no Morro da Providência, Foto de Anelise Gutterres, 2011	323
Figura 4.2 Detalhe de jardim e varanda de casa no Morro da Providência, Foto de Anelise Gutterres, 2011	323
Figura 4.3 Foto aérea de ato na Avenida Presidente Vargas, Rio de Janeiro, Foto de Marcelo Tasso, UOL, 20/06/2013	339
Figura 4.4 Intervenção em Mapa de quadra da Zona Portuária, Produzida pela autora, 2013	355

LISTA de ABREVIACÕES e SIGLAS

ACNUR	Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
ACP	Ação Civil Pública
ADA	Amigos dos Amigos
AEIS	áreas de Interesse Social
AEIU	rea Especial de Interesse Urbanístico
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANCOP	Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo
AND	Jornal Nova Democracia
ANSUR	Articulação Nacional do Solo Urbano / Associação Nacional do Solo Urbano
AP	rea de Planejamento
APA	rea de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
BRT	Bus Rapid Transport
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CATRA	Câmara Técnica de Transportes e Rodovias
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDAE	Companhia Estadual de águas e Esgotos
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro
CEPAC	Certificados de Potencial Adicional de Construção
CIOM	Centro Integrado de Operação e Manutenção
CMI	Central de Mdia Independente
CMJS	Conselho Municipal de Justia e Segurana
CMP	Central de Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODERTE	Companhia de Desenvolvimento Rodoviário de e Terminais do Estado do Rio de Janeiro
COHAB	Companhia de Habitação
COI	Comitê Olímpico Internacional
COMATHAB	Comissão Municipal de Acesso a Terra e a Habitação
CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores
CORE	Coordenadoria de Recursos Especiais do Rio de Janeiro

CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREA	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia
CV	Comando Vermelho
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
DPGE	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
EOM	Empresa Olímpica Municipal
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FASE/RS	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul
FCP	Fórum Comunitário do Porto
FEBEM	Fundação do Bem Estar do Menor
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FERU	Fórum Estadual de Reforma Urbana
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIFA	Federação Internacional de <i>Football Association</i>
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNMP	Fundo Nacional de Moradia Popular
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
FNS	Força Nacional de Segurança Pública
FPRU	Fórum Popular pela Reforma Urbana
FRACAB	Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro
FSU	Fórum Social Urbano
FUM	Fórum Urbano Mundial
GAEMA	Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente
GATE	Grupo de Apoio Técnico Especializado
GEO	Ginásios Experimentais Olímpicos
GEORIO	Fundação Instituto de Geotécnica
GEP	Grupo de Educação Popular da Providência
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GPAE	Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
HIS	Habitação de Interesse Social
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP	Instituto Central do Povo
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
INFRAERO	Empresa de infraestrutura aeroportuária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
IPN	Instituto Pretos Novos
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
LAV/UERJ	Laboratório de Análise da Violência
M12M	Movimento 12 de Março
M15M	Movimento 15 de Março ou Movimento dos Indignados
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
METROPLAN	Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
MJ	Ministério da Justiça
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPL	Movimento Passe Livre
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NUTH	Núcleo de Terras e Habitação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OATL	Organização Terra e Liberdade
OGMO	Órgão de Gestão da Mão-de-Obra Portuária Avulsa
ONG	Organização Não Governamental
ONG CIDADE	Centro de Assessoria e Estudos (Cidade)
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU HABITAT	Organização das Nações Unidas - Habitat
OP	Orçamento Participativo
OUC	Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAN	Pan-americano
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PPP	Parceria Público-Privada
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRDC/RJ	Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROTEJO	Proteção de Jovens em Território Vulnerável
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RA	Regiões Administrativas
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RIOTERP	Consórcio Rio Terminais Rodoviários de Passageiros S/A
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
SAGAS	Santo Cristo, Gamboa, Saúde
SAJU	Serviço de Assistência Jurídica
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

SEH	Secretaria de Estado de Habitação
SEMAPI	Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEOP	Secretaria Especial da Ordem Pública
SESI	Serviço Social da Indústria
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SMCTE	Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte Lazer
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SMOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública
TAV	Trem de Alta Velocidade
TC	Terceiro Comando
TECONT	Terminal de Contêineres
UAMPA	União de Associações de Moradores de Porto Alegre
UOE	União dos Operários Estivadores
UOP	Unidades de Ordem Pública
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VLT	Veículos Leves sobre Trilhos

INTRODUÇÃO

“Toda a organização interna da interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças e aversões, do tipo mais efêmero e duradouro”

(Georg Simmel, A natureza sociológica do conflito)

“Pelo menos no que concerne à antropologia, *duas* coisas são certas, a longo prazo: uma delas é que estaremos todos mortos; mas a outra é que estaremos todos errados”

(Marshall Sahlins, Esperando Foucault, ainda)

Foram muitas as pessoas que conheci e que participaram dessa pesquisa ao longo desses quatro anos e nove meses. Em épocas e cidades diferentes. Elas contribuíram para todas as versões que essa tese teve, antes mesmo de ser escrita. Tiveram a paciência de escutar minhas perguntas, subvertê-las; concederam-me o tempo que pedi a elas, explicaram-me as brincadeiras que não compreendi, riram de mim, riram comigo. Desconfiaram de minha aproximação, mas depois, na maioria das vezes, me acolheram em suas casas. Fui amiga, militante, companheira, estudante, pesquisadora, apoiadora e nesses múltiplos papéis me fizeram “alguém que está junto com a gente”. Passei esses anos conhecendo e me relacionando com essas pessoas; em um espírito pragmático: mergulhada na intersubjetividade da relação entre ‘pesquisador’ e ‘pesquisado’. Estava com elas ora pessoalmente, ora transcrevendo as entrevistas que gravamos, ora pensando sobre o que falávamos, escrevendo sobre o que eu achava que elas tinham dito, editando as suas fotos, as fotos e os vídeos que fiz delas, indo atrás daquilo que elas apontavam como importante; pesquisando documentos, estórias, leis; apreendendo seus recortes do mundo através daquilo que elas me contavam e principalmente através das situações que vivi com elas.

‘Militando’ vivi situações sobre as quais “ninguém jamais teve a ideia de falar comigo simplesmente por eu ser etnógrafa” (Favret-saada, 2005:157); acostumei-me a me sentir fora do lugar e muitas vezes, cansada dessa condição. Experimentei a confusão quando analisei o escopo dos meus “construídos”¹ e duvidei de que era capaz de controlar epistemologicamente onde acabava a ciência - e a etnografia como expressão dela - e onde

¹ Antonádia Borges usa a expressão como crítica à noção de “dados” (2009:33), no meu entendimento um destaque importante já que para a antropologia (e não só para ela) o conhecimento se produz nas trocas, onde se dá e se recebe, e há um investimento da disciplina na problematização do contexto em que é construído o “dado”.

começava a amizade com aqueles interlocutores diante do projeto político que essa pesquisa acabou se transformando. Vivi nesse interstício; dado pela tentativa de descrever esse ir e voltar de lugares, regiões e papéis em movimento.

Nesse processo estranhei a conhecida Porto Alegre (lugar onde nasci) me familiarizando com bairros os quais ainda não havia percorrido. E estranhei a cidade do Rio de Janeiro (que só conhecia das viagens turísticas) para me familiarizar com outra cidade, aquela que passei a morar; e aquela que passei a pesquisar. Com meu cotidiano transformado nesse exercício vivi cidades diferentes e a partir do que essas pessoas me apontaram tentei imaginar a ‘cidade’ que elas viviam, mesmo quando elas não se narravam a partir dessa categoria. Tentei me pensar nesse processo de escrita numa tentativa de aprender a “descrever o processo real de investigação” (Whyte, 2005:284), priorizando a exposição do conflito das minhas escolhas em detrimento da construção de um quadro lógico-intelectual estável. Isso me levou (muitas vezes) a crises epistemológicas – a tese como parte do paradigma científico e este, como expressão de poder sobre algum conhecimento específico. Dilemas conceituais que me levaram a desconfiar e redescobrir categorias classificatórias da antropologia urbana: cidade, urbano, tempo, centro, espaço, favela, vila. E crises de autoria – que me acometiam pelo receio de estabelecer um positivismo retórico em relação as minhas escutas. Me apoiando, todavia, em meu papel como ouvinte, mantendo um “certo grau de alienação” (Elias, 1998:167)², investi no terceiro elemento dessa tríade da escrita³, o leitor, e fui atrás da descoberta de uma posição que garantisse a descrição do trabalho a ele⁴.

² A sociologia configuracional proposta por Norbert Elias, diferentemente dos teóricos da ação e dos sociólogos fenomenológicos, estaria mais centrada na pluralidade dos seres humanos – em suas relações com agentes não-humanos e também entre si - atenta aos “aspectos vivenciais dos indivíduos”. A alienação - com os silêncios, “os impulsos” e o “controle das emoções” – é para o autor parte fundamental da ação. Observar e construir textualmente minhas escolhas foi uma ação de pausa e recuo, nesses termos destacados por Elias.

³ Sigo aqui a temporalidade conforme proposta por Ricoeur (1994:87) elevada a linguagem - na medida em que esta configura e reconfigura a experiência temporal em um caráter circular, em que o leitor é peça fundamental na tessitura da intriga, porque é ele também que a partir da linguagem torna a narrativa uma condição da existência temporal.

⁴ Notas ao leitor: Aproveito para fazer algumas observações sobre a formatação do trabalho e minhas escolhas textuais na reconstrução do texto final. Estou utilizando recuo e espaçamento simples, em tamanho 11 para as citações diretas de autores; no entanto, utilizo espaçamento de 16 pt para os relatos dos interlocutores e também para os trechos de diários de campo, por entender que são longos e esse espaçamento facilita a leitura. Estou usando as aspas duplas para citação direta dos autores com quem dialogamos. Uso aspas simples para me referir: as expressões proferidas em conversas e situações informais, relatos, entrevistas, nos termos usados pelos jornais de forma recorrente. Uso o recurso do itálico para expressões em outra língua, mas também para indicar uma agregação da fala do outro – expressões utilizadas pelo interlocutor - no texto do autor, já como categorias de entendimento que orientam as reflexões do trabalho. Busco dessa maneira expor a agregação – ou a antropofagia – enquanto um resultado estético possível do próprio texto antropológico. Também é importante esclarecer que a maior parte dos nomes utilizados nesse trabalho são fictícios. Como maneira de homenagem, os nomes verdadeiros dos interlocutores e interlocutoras foram substituídos por nomes de militantes brasileiros ou latino-americanos, que lutaram pelos direitos humanos e na defesa dos seus povos ou grupos.

Para percorrer esse caminho, tive auxílio dos meus colegas - antropólogos ou não - que se propuseram a desconstruir conceitos e noções emprestadas de outros tempos da teoria antropológica; que me auxiliaram a justificar meu mal estar e minhas dúvidas, para além da “psicanálise amadorística” (Cardoso, 1987b) que porventura pudesse me acometer nesse percurso. Foi dialogando com a crise que entrei em campo menos preocupada se estava construindo uma observação participante suficientemente boa (Malinowski, 1976:24) – ou se estava conseguindo ir “além das ‘aparências’” sendo capaz de “identificar ‘códigos’ nem sempre explícitos” (Velho, 2003:90) – e escolhi me abandonar a alguns segredos que somente o processo me revelaria.

O debate sobre o tempo e sobre a construção das relações no trabalho etnográfico entre a borda do que é dizível e do que é apresentado dentro de um mapa de alteridades que compõe o conhecimento antropológico, também presente no trabalho de Das (1999; 2004; 2007; 2011) foi fundamental para a construção da pesquisa. A leitura de Strathern (1988; 2004; 2013) apesar de recente, auxiliou-me na articulação dessas éticas a partir da produção do narrador enquanto parte de uma constelação de relacionamentos e encontro de diversas perspectivas que confere coerência pessoal para uma rede, posicionando-se como centro desse encontro, mas igualmente parte da estrutura que define o seu posicionamento.

Espaço-tempo da escrita

Como apontou Mariza Peirano, seria comum (além das longas introduções) que os textos antropológicos iniciassem com a exposição positiva da “relação existencial” (1992:132) entre o pesquisador e seus interlocutores⁵. A relação etnográfica é intensa e tensa, o que justificaria para Peirano uma longa (às vezes emocionada) descrição dela. O que sabemos que essas descrições não são condição e nem garantia de uma boa etnografia. Esse afeiçoamento ao objeto, muitas vezes expresso pelo pronome ‘meu’ ou ‘minha’ pesquisa, levanta questões que é relevante problematizarmos, principalmente, por causa das relações de poder envolvidas nele.

Tendo como interlocutores de pesquisa integrantes de redes sociais compostas por moradores de favelas, integrantes de movimentos sociais, militantes, pesquisadores e estudantes; “being affected” (Favret-saada, 2005:155) foi condição para minha entrada e

⁵ Neste texto Mariza Peirano ressalta as peculiaridades da pesquisa de Vicent Caprzanano na obra *Waiting. The White of South Africa*, de 1985 em que o antropólogo realiza uma pesquisa etnográfica com um grupo o qual não simpatizava. A fim de refletir sobre os meandros da intersubjetividade na relação etnográfica Peirano ressalta que o argumento para que a pesquisa de Caprzanano se realizasse surgiu de um sentimento de frieza de seus colegas de universidade para com os brancos da África do Sul, fato que o teria motivado a pesquisá-los.

permanência em campo. O que descrevo leva em conta essas duas dimensões, por vezes antagônicas, que a etnografia nos impõe a refletir: a neutralidade⁶ e o “afetamento”. Durante a realização da etnografia e, posteriormente, quando comecei a investir pessoalmente na transformação e adensamento desse amplo campo – dos direitos humanos, problematizando a moradia nas cidades, as relações entre governos e sujeitos e as diferentes práticas políticas dos habitantes nessas relações - comecei a me questionar sobre como faria o balanço epistemológico em meio a essas diferentes esferas. Sugerido por Ruth Cardoso (1987b) esse balanço deveria ser realizado entre o “entusiasmo pela explicitação de meus compromissos com o grupo estudado”; e a “crítica mais aprofundada sobre a natureza dos dados coletados nestas condições”⁷. Mais de vinte anos após a constituinte - em meio a novos desafios e mudanças nos movimentos sociais, nas entidades da sociedade civil, e na relação delas com a institucionalização e a institucionalidade - considero que o balanço permanece importante para uma pesquisa junto a esses atores. Considerando, no entanto, que o pesquisador está não só entre, mas imerso em cada um dos polos ressaltados pela autora, reunindo em sua experiência: esses percursos, demandas e frustrações. No caso dessa pesquisa, por exemplo, havia um ambiente para a realização da etnografia que apresentava pessoas prejudicadas por um discurso de ‘legado público’, contradição a qual eu era totalmente engajada em refletir; e por outro, havia atores da sociedade civil organizada buscando alertar, orientar e defender essas pessoas dos percalços desse discurso – forma de agir que muitas vezes eu discordava – e que estava relacionada com as interpretações feitas por esses sujeitos da teoria marxista, e os níveis de consciência que idealmente todos deveríamos alcançar. Quando eu refletia sobre as implicações imediatas dessa pesquisa na mudança da situação de vulnerabilidade dos interlocutores afetados pelo discurso do *legado público* 1. Não me ocorria nada; 2. Nem por isso me ocorria de descrevê-los somente como vítimas desse processo – o que seria, sob a minha perspectiva, deixar de fazer antropologia. Por essas duas razões, inicialmente me senti - em relação aos meus interlocutores autodenominados militantes - excessivamente ‘neutra’ no processo etnográfico; como se estivesse assumindo o *ethos* do intelectual criticado por Foucault: me colocando “um pouco na frente ou um pouco de lado” para ao final de todo o processo “dizer a muda verdade de todos”. Quando me via ocupando o lugar desse intelectual como agente da “consciência” (Foucault, 2007:71) me via na prática do “direito de falar

⁶ Sobre relação intersubjetiva entre aqueles que pesquisavam e militavam junto aos movimentos sociais ver Ruth Cardoso (1987b) e sua reflexão acerca dos riscos metodológicos da não “neutralidade”.

⁷ Em meio a um contexto de constituição dos movimentos sociais no Brasil, em que a sociedade civil, principalmente os intelectuais, estava engajada na institucionalização dos direitos e liberdades civis tendo em vista a constituinte e o horizonte da democracia

sobre o outro”, comum em alguns militantes, e que me trazia um extremo desconforto⁸. A perspectiva de um confronto de ‘autoridades’ – a etnográfica e a da militância - me acompanhou durante todo o processo – do campo a escrita - como descrevo na primeira parte dessa tese, apresentando minha relação com os movimentos e coletivos sociais e o princípio de reconhecimento da rede pesquisada.

Diante das interpretações de parte dos participantes da rede que tendiam a um dualismo combativo, que colocava Estado e sujeitos em lados opostos, e de uma perseverança desses integrantes por uma tomada de consciência dos últimos nessa guerra; tive que fazer algumas escolhas. Mesmo que essa fosse de fato uma “luta” presente na vida das mulheres e homens com que conversei, lutar também tinha outros significados e o Estado assim como os sujeitos eram igualmente múltiplos em suas configurações. Da mesma forma, assim como consideramos que o poder está distribuído multidirecionalmente, os grandes monopólios de forças não deixaram de existir. Como ressaltou Néstor Canclini (2010) - ao refletir sobre o risco de inocuidade no uso de “resistência”, frente a amplitude contemporânea do seu emprego - é preciso sempre explicitar com quem estamos dialogando.

Não foi com todos os atores que simpatizei ao fazer a pesquisa; e algumas cenas foram muito difíceis de escrever, justamente porque condicionaram a liberdade narrativa, aos dilemas éticos. Outras cenas foram difíceis por conta da raiva e da aversão aos permanentes processos de violências vividas por eles e por elas ao longo de sua trajetória. Os momentos em que dei ênfase nos “construídos” indiretos – quantitativos, documentos oriundos de acervos ou notícias de jornal – também foram igualmente densos por essa mesma razão. Talvez por estar ainda permeada por sombras de um determinismo comum na formação da disciplina antropológica, a fetichização do par nativo/não nativo⁹; e instigada a não banalizar a relação com o poder implícita entre o Nós/Eles¹⁰, houve momentos da escrita que cheguei a enxergar alguns dos meus interlocutores – os que tinha empatia e aqueles que eu não simpatizava – instalados pela casa, promovendo uma vigilância assombrada.

⁸ Ver as reflexões de Teresa Caldeira, na introdução do livro *Cidade de Muros* (2000:9-15), sobre o compromisso do intelectual brasileiro com a sua produção, à medida que essa produção também é um exercício de cidadania.

⁹ Uso termo fetichização por influência de Arjun Appadurai quando sugere uma ontologia da hierarquia (1988:36) para problematizar a definição de nativo enquanto aquele que é de algum lugar frente a uma antropologia universal que não tem lugar e que pode falar de todos.

¹⁰ Foi trabalhoso apreender e incorporar essa paridade na minha formação inicial em antropologia nos anos que antecederam o mestrado, já que eu vinha de uma Graduação em Comunicação Social. Para explicitar os momentos (anos) que se sucederam no curso dessa formação, em que tive que desaprender criticamente essa dualidade destaco a frase de Borges (2009:35) “a teoria antropológica já não podia (ou não deveria) defender um conhecimento que se sustentasse numa relação sujeito/objeto, em que os parâmetros para o conhecimento sobre o outro eram a estética e a ética de uma classe dominante que se travestia de pesquisador”.

O princípio da alteridade, portanto, foi um norteador desse trabalho e as questões levantadas pelos antropólogos brasileiros (Peirano, 1999; Velho, 1980; 2003; Zaluar, 2000; Eckert & Rocha, 2005) sobre as escalas de proximidade, riscos, e os dilemas de uma “antropologia nacional”, cujo “objeto” tradicional ainda são as “minorias”, foram sempre provocativos e também estão presentes na construção desse trabalho. Na tentativa de problematizar essas definições ainda totalizantes dos grupos com quem nos relacionamos para a realização de reflexões ‘científicas’ e que na maior parte dos casos, não ficam restritas a academia.

Nesses anos de formação antropológica, tive leituras provocativas (Tambiah, 1996; Das e Poole, 2008; Gupta e Ferguson, 2000; Wagner et al., 2010; Asad, 2008a, 2008b; Comaroff e Comaroff, 1991; Vincent, 2002; Prakash, 1990) no sentido da construção de um pensamento mais crítico para o binário ‘dados etnográficos – preceitos teóricos’ e que foram fundamentais para a construção das reflexões que apresento.

Apostando na dinâmica que engendra o jogo social busco construir, através da escrita, contextos multisituados conforme o entendimento de George Marcus (1995) sobre essa condição narrativa. Multisituado não somente por ser uma etnografia realizada em diferentes lugares, Porto Alegre e Rio de Janeiro, mas porque ela sugere um domínio de múltiplas situações, ocorridas em um mesmo ambiente político. Nesse sentido a escolha narrativa dos tempos verbais - a descrição em primeira ou terceira pessoa - a reorganização da experiência de campo em situações e micro eventos foram formas eleitas para descrever os resultados dessa pesquisa. As práticas políticas são as chaves interpretativas para a experiência de campo e também requereram uma reflexão sobre as escolhas e sobre a dimensão ética que deflagra essa experiência.

A etnografia que integra essa tese não foi premeditada (e tampouco rigidamente controlada), foi resultado de um esforço de não confinar os sujeitos em classificações macro teóricas que pudessem encarcerá-los nos termos de Appadurai (1988:37) nos lugares – físicos, sociais, econômicos - que eu, porventura, pudesse lhes assentar. A mobilidade, a circulação e as trocas de posições foram uma constante para mim no processo de pesquisa que felizmente não esteve asilado de minhas atividades e dinâmicas cotidianas. Supus que a maioria daqueles com quem conversei durante o período da pesquisa, também circulassem, e pudessem mudar de posição. Escrever esses deslocamentos foi um esforço constante de não enclausurá-los em definições que lhes furtasse a agência, ao menos não nas clausuras do processo de escrita.

Rede de contestação às obras

As pessoas com quem conversei não se reconheciam enquanto integrantes de *redes de contestação* quando inicio a pesquisa; o movimento de grupos da sociedade civil que questionavam a realização da Copa do Mundo nas cidades onde ela seria realizada não se enxergavam como unidades de resistência em 2010, elas recém estavam se articulando. Foram anos construindo informação, dos boatos sobre a obras à resistência, do discurso do *legado público* à tragédia das remoções de moradias; mesmo com os questionamentos construídos pela rede já consolidada, a Copa aconteceu. Destaco a classificação ‘atingidos’ pelas obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas para pensarmos como ela foi sendo construída nesse processo de fortalecimento de grupos que sofreram e sofrem os inconvenientes das reformas e das políticas urbanas que promovem sua exclusão de certas áreas da cidade. Por trás de meu interesse em acompanhar algo ainda tão embrionário estava a história da formação das cidades brasileiras que já apontavam para um processo de disciplinamento do espaço e dos corpos, que buscava limitar a circulação de determinados grupos em detrimento de outros. Gerando segregação, e algumas vezes, repressão violenta às importantes reações e resistências a este disciplinamento quase esquecidas na escrita da História das cidades. Diante desse esquecimento – das formas de resistência a um disciplinamento que é considerado indigno pelos sujeitos - sou seduzida a disputar um pequeno lugar nessa escritura do conhecimento a fim de narrar outra experiência, não a dos grandes projetos, das grandes obras e reformas, mas daqueles que foram excluídos por elas.

De acordo com o dossiê lançado no início de 2012 pelo Comitê Popular da Copa do Rio de Janeiro, foram 7 (sete) mil famílias atingidas pelas obras - entre as famílias ameaçadas de remoção e aquelas que já foram removidas na cidade do Rio de Janeiro. O dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo (ANCOP) de 2013 fala de 250 mil famílias cujos direitos à moradia estão sendo ameaçados pelas obras dos ‘megaeventos’ em todo o país. Já as declarações¹¹ do Ministro da Secretaria – Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, baseado em estudo feito pelo governo e do qual não tive acesso, o total de famílias “desapropriadas” por obras realizadas para os *megaeventos* foram 10,8 mil¹². E segundo o ministro o maior número de remoções teria ocorrido no Rio de Janeiro, onde 2.038 famílias foram removidas para a realização das obras do Bus Rapid

¹¹ “Ministro rebate dados sobre remoções de famílias por causa da Copa”, *Agência Brasil*, 10/07/2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/ministro-rebate-dados-sobre-remocoes-de-familias-por-causa-da-copa>>; acessado em jul. de 2014.

¹² Desse montante de desapropriações, o estudo ressaltaria que 7.375 famílias “desapropriadas” ganhariam até três salários mínimos e 3.429, mais de três salários mínimos.

Transport (BRT) Transcarioca. A segunda cidade com o maior número de remoções foi Porto Alegre com 2.318 famílias desalojadas, entre elas os moradores removidos para a ampliação da Avenida Tronco¹³, e para a ampliação do aeroporto, obra que nem chegou a ser iniciada.

A categoria *megaeventos*¹⁴ também foi apropriada nesse período por alguns intelectuais brasileiros que se debruçaram a debater essa questão (Vainer, 2009, 2011; Oliven e Damo, 2013; Gaffner e Melo, 2010; Mascarenhas e Borges, 2009; Mascarenhas, 2010. Sánchez, Bienenstein, Barros, Picinatto, Guterman, e Canto, 2005a, 2005b; Curi 2013 e outros); pela mídia corporativa brasileira (Globo, Estadão, Folha, RBS), pelo governo (Ministério dos Esportes, 2008); pelas entidades e movimentos (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2011, 2012; Wintour, Itikawa, Vannuchi, Pinheiro e Costa, 2012) e adotada pela população que sentiria concretamente suas consequências. Grandiosos, apavorantes, impactantes os *megaeventos* inicialmente são vistos como apocalípticos, demolidores, reformistas, elitistas. Durante a experiência de acompanhar o processo de construção de um questionamento de parte da sociedade civil sobre os efeitos da realização da Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil, fomos vendo que muito do horizonte inicial da transformação urbana prometida pelos *megaeventos* não aconteceu. A construção de estádios¹⁵ para a realização

¹³ Nicolás Pasinato, “Quase 800 famílias da Avenida Tronco, em Porto Alegre, aguardam definições sobre remoção das moradias”, *Sul 21*, 16/07/2014. Com uma largura de 40 metros, a obra atravessa as vilas Cruzeiro e Tronco e exige que 1.525 mil famílias da região deixem suas casas. Até o momento, 732 famílias já deixaram as suas casas. Dentre os atingidos pela duplicação, 478 famílias aceitaram o bônus moradia de R\$ 52,4 mil para comprar outro imóvel, 121 receberam indenizações de suas residências e 133 aderiram ao aluguel social pago enquanto moradias populares, do Minha Casa Minha Vida, não ficam prontas. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/quase-800-familias-da-avenida-tronco-em-porto-alegre-aguardam-definicoes-sobre-remocao-das-moradias/>>; acessado em jul. 2014.

¹⁴ Cf. minha tradução de Roche (2000) os megaeventos esportivos são eventos de grande escala cultural (com caráter comercial e esportivo) que tem apelo popular e importância internacional. Eles são normalmente organizados por ações de governos nacionais e organizações não-governamentais internacionais. Cf. Horne & Manzenreiter (2006) os megaeventos têm duas características-chave: o país anfitrião, região ou cidade deve experimentar alterações significativas ao ciclo regular de eventos que ocorrem no lugar sede; e, esses eventos devem atrair representantes da mídia e expectadores de várias nações em todo o mundo. Ver também sobre o tema: Sun and Ye (2010); Chen (2008); Chen and Spaans (2009).

¹⁵ O Mineirão não teve serviço de wi-fi gratuito das operadoras de telefonia conforme prometido; o Estádio Nacional de Brasília foi o mais caro da Copa do Mundo em uma cidade sem tradição na fundação de times de futebol. O Estádio Beira-Rio sofreu uma queda de luz durante o primeiro jogo da Copa e torcedores saíram da partida no escuro. A Arena Pantanal teve problema de acesso já que as vias que deveriam ligar a cidade ao local não ficarão prontas para a Copa. O atraso na conclusão da Arena da Baixada por pouco não retirou Curitiba do rol das cidades sede do Mundial, também não teve wi-fi durante o evento; o Castelão também não. A Arena da Amazônia tem acesso limitado, o que foi agravado pela greve dos rodoviários, pois só é possível chegar até o estádio de carro ou ônibus. A Arena das Dunas que começou a ser construída em 2011, não foi liberada pelo Corpo de Bombeiros um dia antes do jogo de estreia (13/06), uma nova inspeção foi marcada para que a situação fosse regularizada mas a Fifa vetou o acesso dos bombeiros à arena. Cf. reportagem o tenente responsável disse que grande parte do estádio havia sido liberado pelos bombeiros, mas a diligência da Fifa solicitou às autoridades, em abril, a instalação de 11 mil assentos móveis. A Secretaria de Segurança do Estado foi acionada e alertada sobre o aviso de que a Fifa seria responsável por qualquer incidente no local. A Arena também não contou com wi-fi. “Arena das Dunas é reprovada pelo Corpo de Bombeiros”, *A Tarde*, 13/06/2014.

dos jogos da Copa do Mundo começou atrasada, muitos deles tiveram projetos modificados ao longo desses quatro anos, postergando etapas de finalização dos projetos que talvez nunca sejam concluídos. Outros foram entregues às vésperas do início da competição, que foi o caso do Itaquerão¹⁶. Nas obras de ‘mobilidade urbana’ não foi diferente, aeroportos em reforma tornaram o deslocamento aéreo entre as grandes cidades do país quase inviável¹⁷ durante o período pré-copa. Alguns aeroportos nem chegaram a ser concluídos e foram forçados, em medida de urgência, a criarem alternativas provisórias para o contingente de voos esperados para o evento, como foi o caso do aeroporto de Fortaleza¹⁸. Quando foram assinadas pelos municípios, governos estaduais e governo federal em 2010, as Matrizes de Responsabilidades continham uma lista grande de obras voluptuosas. A lista diminuiu ao longo desses anos, sendo que algumas das obras iniciadas durante o período jazem inacabadas junto com os recursos já investidos¹⁹, provavelmente perdidos, já que é baixa a probabilidade de conclusão dessas obras. As grandes avenidas, os Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), o Bus Rapid Transport (BRTs), as pontes, a remodelação dos acessos aos estádios (e muitas vezes a criação deles) quando concluídas tiveram um histórico de atraso com diversos impasses e problemas.

Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/esportes/copa/noticias/arena-das-dunas-e-reprovada-pelo-corpo-de-bombeiros-1598933>>; acessado em jun. 2014.

¹⁶ Giancarlo Lepiani, “No Itaquerão, está tudo pronto para a festa. Ou quase tudo”, *Veja*, 11/06/2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/no-itaquerao-esta-tudo-pronto-para-a-festa-ou-quase-tudo>>; acessado em jun. 2014.

¹⁷ “Imprensa europeia reclama de ‘caos’ no Brasil às vésperas da Copa do Mundo”, *UOL*, 3/12/2013. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/12/03/imprensa-europeia-reclama-de-caos-no-brasil-as-vesperas-da-copa-do-mundo.htm>>; acessado em mai. 2014.

¹⁸ Juscelino Filho, Roberto Leite e Thaís Jorge, “Aeroporto improvisado e mobilidade lenta: Fortaleza a 50 dias da Copa”, *GI*, 25/04/2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/ce/copa-do-mundo/noticia/2014/04/aeroporto-improvisado-e-mobilidade-lenta-fortaleza-50-dias-da-copa.html>>; acessado em mai. 2014.

¹⁹ Em Brasília, por exemplo, o VLT foi retirado oficialmente das prioridades para o Mundial em 2012. Em Cuiabá nem metade do VLT orçado em cerca de R\$ 1,5 bilhão ficou pronto para o evento. Em Curitiba somente a requalificação da Rua da Pedreira, em Colombo, ficou pronta para a Copa, dentre as obras viárias previstas - corredores de ônibus e intervenções em avenidas. Em Fortaleza o BRT e o VLT ficaram para depois da Copa, e a cidade entregou somente intervenções em ruas e avenidas que dão acesso ao Castelão. Em Manaus, o BRT e o monotrilha foram retirados da lista de obras para a Copa em 2012 e nenhuma intervenção de mobilidade urbana foi feita. Em Natal, nenhuma obra de mobilidade foi entregue em pleno funcionamento, o que incluía acessos ao aeroporto, trabalhos de drenagem ao redor da Arena das Dunas, recuperação de calçadas e um complexo viário. Em Recife, a linha de BRT (Corredor Leste-Oeste) tem apenas duas estações prontas, as outras estações - assim como o ramal que leva à Arena Pernambuco - ainda não tinham sido entregues. No Rio de Janeiro somente o BRT Transcarioca foi concluído, quase às vésperas do início do evento. Em Salvador não estava prevista nenhuma grande intervenção de mobilidade, embora a cidade conviva há 14 anos com uma atrasadíssima linha de metrô, cuja primeira etapa foi concluída dois dias antes da estreia da Copa no país. Em Porto Alegre o governo gaúcho também prometeu entregar para a Copa uma linha de metrô que ligaria o Beira-Rio ao centro de Porto Alegre. O que não foi efetivado. O único trem construído é o chamado “aeromóvel” que faz um trajeto de três minutos entre o aeroporto e uma estação da linha de trem da cidade. “Veja o que ficou e o que não ficou pronto para a Copa”, *UOL*, 11/06/2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2014/06/11/veja-o-que-ficou-e-o-que-nao-ficou-pronto-para-a-copa.htm>>; acessado em ago. de 2014.

Quando falo em problemas não me refiro às paralisações ou às mudanças no trajeto dessas obras - provocadas pelas denúncias de irregularidades em seus projetos, a maioria delas feitas pelas redes que integram a etnografia dessa tese. Os problemas referentes aos atrasos foram decorrentes da burocracia estatal que permeia os dispositivos que operam nas estruturas tecnocráticas (Foucault, 1994) colocando em tensão os múltiplos interesses que governam essas instituições. Sobre essas características do estado brasileiro, o secretário-geral da FIFA, foi preciso:

A principal dificuldade que temos é quando entramos em um país onde a estrutura política é dividida, como no Brasil, em três níveis: federal, estadual e municipal. São pessoas diferentes, movimentos diferentes, interesses diferentes. É difícil organizar uma Copa nessas condições.²⁰

Sobre o financiamento das obras exigidas à realização da Copa do Mundo, muito se discutiu. Quem pagava a conta desse rompante reformista? Dessa ‘oportunidade’ que era a vinda da Copa do Mundo para o país? As cifras já incertas, aumentaram, multiplicaram enquanto a quantidade de obras diminuía. O ‘dinheiro gasto com a Copa’ nunca foi visto como investimento pelos questionadores da realização do evento no Brasil, contrariando a aposta dos governantes que nele viam uma oportunidade para desenvolvimento econômico do país. As cifras circulavam nos jornais, nos blogs, nas notícias produzidas pelas redes sociais, assim como o número das obras, remoções e violações. Para ser entendida, estudada e mesmo combatida a preparação da Copa precisava ser quantificada. Era essa a informação privilegiada. Os números contavam as histórias. Mesmo que menos grandiosos e menos apocalípticos do que se imaginou no início notamos que os projetos contabilizados, e que foram implementados, seguiram a mesma dinâmica das reformas urbanas do passado nas duas cidades que desenvolvemos a pesquisa: excluíram grupos de famílias de seus locais de moradia, removeram suas casas e dissimularam ‘melhorias’ para esses locais.

O relato desse ambiente de preparação das cidades para a Copa do Mundo 2014 que aponto rapidamente acima, traz alguns eixos que serão retomados ao longo do trabalho. Tanto a partir de minhas “ideias dispersas” (Turner, 2008:19)²¹ que retiradas desse contexto sistêmico foram parte dos meus questionamentos aos sujeitos entrevistados. Quanto a partir

²⁰ “Valcke diz que excesso de democracia prejudica organização da Copa do Mundo”, *IG São Paulo*, 24/04/2013. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/futebol/2013-04-24/valcke-diz-que-excesso-de-democracia-prejudica-organizacao-da-copa-do-mundo.html>>; acessado em 25 de abr. 2013.

²¹ Ao proferir palestra sobre dramas sociais e metáforas rituais, no departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia em 1971, Turner relata que ao sair da experiência da vida social, para a conceitualização e a história intelectual, ele descobria que não é todo o sistema de um teórico que promove “a iluminação” das análises para compreensão da vida social, mas “suas ideias dispersas, seus insights retirados do contexto sistêmico e aplicados a dados dispersos”.

da leitura que os sujeitos tinham desse ambiente vivido; se ele era relevante enquanto evento (Das, 2004:10) para a biografia individual deles e delas, enquanto experiência contemporânea de viver no Brasil, e nos locais em que viviam.

Antropologia “aqui e agora”²²

A fagulha inicial no percurso de construção dessa tese foi lançada no ano de 2009, nas ruas de Buenos Aires. Passeávamos, eu e a orientadora dessa pesquisa, enquanto conversávamos sobre as ruínas e as obras que acometiam todo o perímetro do bairro que caminhávamos, na zona sul da cidade. Era a primeira vez que eu vivia em outro país²³. Aquele coletivo ‘nós os brasileiros’ - ao qual me incluíam todos aqueles que moravam na Argentina - não era necessariamente o coletivo ao qual eu me identificava enquanto habitante do Rio Grande do Sul²⁴. Nessa época a notícia mais comentada entre os meus amigos argentinos estava relacionada ao anúncio do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016²⁵. Eu havia recebido mensagem de pelo menos dois deles me parabenizando pelo resultado, cumprimentos dos funcionários do *Hostel* onde eu vivia, e também dos interlocutores da pesquisa que desenvolvia no país nesta época. Todos destacavam que aquele era ‘o momento do Brasil’, uma fase que estava para eles diretamente relacionada à escolha do país como sede de uma Olimpíada.

EL PAÍS.com
 Encuesta: ¿Debe Madrid aspirar a organizar los JJ OO de 2020?
 MADRID 2016 **Adiós al sueño olímpico**
Río gana, Madrid dice adiós al sueño
 La capital de España se queda a las puertas de organizar los Juegos de 2016 tras caer en última ronda por 65 a 32 votos
 Madrid se ha quedado a un paso de su sueño. El entorno diplomático de los últimos días no ha fructificado y Río se ha impuesto en la última ronda. Los brasileños han sacado partido de sus grandes bazas: el divo olímpico de Suramérica y la pujanza económica del país.
 «Así ha quedado el resultado de la jornada HISTÓRICA A REPORTAJE: Resiliencia de la victoria»
La Reina: "La decepción es para nosotros"
 La delegación española en Copenhague felicita a la brasileña encabezada por el presidente Lula - el alcalde Casarón se abraza con el jefe del Ejecutivo español, José Luis Rodríguez Zapatero - Ana Botella rompe a llorar - Los representantes canarios están de júbilo
 «Oleada» Chicago hará su orgullo en la ciudad - «Viva y el Kanab» - Madrid, directa al corazón.
Brasil estalla en celebración
 Río de Janeiro logra que, por primera vez en la historia, los Juegos Olímpicos se celebren en una ciudad de Sudamérica.
 Así en la candidatura de Río
 David Verdú y Ana Allageme
 @david_verdu | @ana_allageme | @rio2016
 Así fue la presentación
 Los videos de la candidatura de Madrid 2016

Clarín.com.ar
 1034 viernes 07, octubre 2009 PUE. T 7.84° S2 7.84° W 4h. 0
 653.889 Usuarios Online
 El País El Mundo Sociedad Ciudad Deportes Espectáculos Políticas Ediciones Anteriores Clasificados
Lula, después de la victoria de Río: "Se rompieron los prejuicios"
 El presidente de Brasil se mostró muy feliz con la elección de la ciudad sudamericana como organizadora de los Juegos 2016. "Los minutos que pasaron que no teníamos capacidad para gobernar este país se van a recuperar con cómo organizaremos estos Juegos", afirmó.
ESTADÍSTICAS
 Argentina - Bala - España
VERNES 04.10.2009
 Colo - Bertioli 10-10
 Inter - Tigre 20-10
SABADO 04.10.2009
 Huracán - Racing 14-00
 Argentina - Estudiantes 10-10
 Arsenal - Central 10-10
 Newell's - Atlético T. 20-10
DOMINGO 04.10.2009
 Gimnasia - Chacarita 14-00
 S.L. Rosario - River 10-10
 Boca - Vélez 10-10
 Lanús - Godoy C. 20-10
 + Posiciones - Calendario - Decretos - Futuras
 Ediciones Publicadas
Nuzzo Golf Course Design
 Long range master planning document Analysis estudios de factibilidad
 www.nuzzo.com
Mapping and design systems
 TopCAD is a survey, mapping and design system. AutoCAD compatible.
 www.marsball.com
Marsball Institute
 Online Maintenance Training - Day Planning & Scheduling
 www.marsballinstitute.com
ENCUESTA
 ¿Cree que Boca logrará clasificarse a la Copa Libertadores 2010?

²² Cf. Veena Das (2004:3) o “aqui” sugere a sociedade que o antropólogo trabalha e vive, e o “agora” se refere ao lugar privilegiado dado pelo presente, sendo que esse presente deve sempre ser entendido como um construído, um espectro do presente.

²³ Vivi 3 (três) meses na Argentina no ano de 2009 por intermédio de um programa de intercâmbio acadêmico entre o Museu Nacional/UFRJ; a UFRGS, e a Universidade de San Martín, em Buenos Aires.

²⁴ Um conflito semelhante eu enfrentei dois anos depois, quando cheguei ao Rio de Janeiro para fazer parte do trabalho de campo para esta tese. Nessa cidade o meu fenótipo era automaticamente vinculado aos tipos europeus; e “ser” do Rio Grande do Sul não era o suficiente - entre os recortes da realidade de “nação e tradição” (Oliven, 1992:26) - para que os habitantes do Rio de Janeiro me classificassem como brasileira.

²⁵ O anúncio foi feito pelo COI – Comitê Olímpico Internacional – na cidade de Copenhague, no dia 2 de outubro de 2009.

Fig. 0.1

Nas capas de jornal²⁶ lia-se que o ‘sonho’ estava prestes a se transformar em realidade para o Brasil, que vencia Madrid na disputa pela condição de sede das Olimpíadas. Os preconceitos finalmente tinham sido vencidos, segundo o presidente em coletiva para a imprensa, Brasil se igualava aos EUA, e a outros diversos países: também seria sede dos Jogos Olímpicos de verão.

O conceito de nação me ajudou a pensar sobre o contexto político do Brasil numa conjuntura de preparação para Copa do Mundo e Olimpíadas (Goldman e Lima, 1999; Gupta, 2007) na formação do Estado brasileiro, e da relevância dessa formação em comparação com a de outras nações. No entanto, a nação não auxiliava a entender o fato de que mesmo brasileira, fenotipicamente eu sempre seria estrangeira em uma favela. Essas diferenças concretas em meio a uma unidade totalizante não podiam ser pensadas separadamente porque não eram vividas separadamente. Como sinalizou Feltran (2011:51) “quase todos os meus selfs me projetavam a situações de diferença em relação aos meus interlocutores”, as identidades formais, no entanto – cidadã brasileira, eleitora, moradora do Rio de Janeiro – me situavam “em uma condição de igualdade formal” em relação a eles.

O momento do Brasil

As menções dos argentinos ao “momento” brasileiro foi uma experiência importante de uma expressão da visão externa do país naquela época. Mesmo que os portenhos com quem convivi não tenham se referido aos aspectos econômicos e políticos especificamente quando me deram os parabéns, os cumprimentos remetiam a uma conjuntura mais ampla e relacional vivida pelo Brasil entre grupos e países estabelecidos enquanto nação que trilhava um caminho para o estabelecimento, dentro de uma mesma lógica econômica de crescimento. Sedar as Olimpíadas e a Copa do Mundo não estavam diretamente relacionadas a um projeto amplo de desenvolvimento, principalmente na percepção das pessoas com quem conversei entre 2009 e 2010. Porém nos outros anos de pesquisa as relações entre projetos econômicos de desenvolvimento, política externa brasileira, explorações de recursos naturais em outros países e principalmente exploração da camada pré-sal²⁷, foram todas conectadas nessa posição do Brasil enquanto um *global player*. Essas características consideradas por algumas entidades e ativistas latino-americanos e pan-africanos como “neoimperialistas” tornaram-se

²⁶ Na suíça, também em outubro, só que de outro ano em 2007, o Brasil teria sido destaque nas secções de esporte dos jornais internacionais. O país era escolhido como sede de outro grande evento esportivo, a Copa do Mundo de Futebol, que se realizaria no país, em 2014.

²⁷ Camadas onde se situam os campos petrolíferos do Brasil, descobertos recentemente.

mais comuns nas conversas e nas ações dos militantes, ativistas, e pesquisadores geralmente ligados a entidades civis e organizações não governamentais. A crise que atingiu o “núcleo orgânico do capitalismo global” (Alves, 2012:34) em 2008, não atingira de forma negativa o Brasil na época, que segue investindo no PAC para alavancar o emprego na indústria da construção e “desoneração fiscal de produtos industriais” (Maricato, 2013:23). Foi “uma marolinha” disse o presidente sobre uma das maiores crises econômicas dos EUA e que ressoaria em 2010 em uma grande crise social na Europa²⁸. Apesar do presidente Lula se igualar com os EUA na condição de sede de uma Olimpíada, a sensação era de superação. No ano seguinte com a crise do *subprime*, o presidente atende ao pedido do primeiro ministro Gordon Brown²⁹ para que o país contribua com o incremento dos recursos ao Fundo e ‘auxilia’ o FMI, revertendo um quadro de muitos anos de dependência. Nesse ano de 2008 também começa a ser articulado o grupo BRICS³⁰, formado pelos cinco países mais emergentes no contexto do capitalismo global, e da qual o Brasil é um dos protagonistas.

O sentimento de ‘agora nós chegamos lá’ foi expresso nos saltos vitoriosos, sorrisos, lágrimas que estamparam as coletivas para imprensa e as fotos divulgadas pela mídia corporativa. A euforia estava nas palavras dos governantes que se envolveram com a candidatura das cidades e do país como sede dos eventos. Evocando um prestígio e um orgulho só visto nas seleções (nas brasileiras com mais frequência) ganhadoras das medalhas e dos troféus desses torneios. O otimismo e a alegria tinham um sentido maior, todos os

²⁸ Conforme Tariq Ali, após o colapso do comunismo em 1991, “o dinheiro corrompeu os políticos, muito dinheiro corrompeu tudo” (2012:67). Se viu surgir republicanos e democratas nos EUA, novos trabalhistas e conservadores na Grã-Bretanha, coalizões de centro-esquerda e centro-direita. Os “partidos hegemônicos da esquerda europeia aceitaram a política neoliberal de austeridade da *troika*” (Alves, 2012:34) que foi aplicada com zelo e animação pela direita conservadora. Para Ali, “um novo extremismo de mercado entrou em jogo” e “a entrada do capital nos domínios mais santificados dos benefícios sociais foi considerada uma ‘reforma’ necessária”. O mercado se transformou em um Deus mais preferível do que o Estado, que ajudou bastante na consolidação de seu substituto. Meios de comunicação acrílicos, campanhas publicitárias convincentes aliado a uma “apatia generalizada” da população que comprometeu suas dívidas (no caso americano adquirindo uma segunda hipoteca) para fazer mais dívidas. Quando o sistema entrou em colapso, em 2008, o Estado teve que resgatar os bancos do colapso completo no que Ali e Zizek (2012:17) descreveram como um socialismo para os ricos.

²⁹ Raquel Landim, “Brasil deve ajudar a reforçar caixa do FMI, diz britânico”, *Valor Econômico*, 27/03/2009. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/noticias-diarias-27-03-2009>>; acessado em mai. 2014.

³⁰ Cf. Júnior e Figueira (2014:55) “Esse movimento se confirma após a crise financeira de 2008, quando convidados a participar da reunião do G-8 para discutir as medidas pós-crise, os chefes de Estado e de Governo dos BRIC se reúnem no intuito de converter seu crescente poder econômico em maior influência geopolítica. Desde então, anualmente os líderes dos BRIC têm se reunido em Conferências de Cúpula e conferências ministeriais temáticas, buscando afinar os discursos e trabalhar no sentido de viabilizar interesses comuns de reconfiguração da arquitetura institucional que conforma o atual sistema econômico internacional. A África do Sul ingressa no grupo alguns anos depois, em 2010”. Atualmente, os países dos BRICS representam 43,03% da população mundial, 18% do Produto Interno Bruto (PIB) nominal mundial (25% do PIB per capita), 25,91% da área terrestre do planeta e 46,3% do crescimento econômico global de 2000 a 2008 (Reis, 2012:34). A África do Sul ingressa no grupo em 2010, e na terceira cúpula, em 2011 é declarada oficialmente integrante dos BRICS, representando o ‘S’ da sigla.

governantes envolvidos ganhariam com a escolha, ou prestígio ou dinheiro para as cidades que governavam. A propaganda do *legado* dizia que o povo também ganharia. Ao menos era esse o plano em 2009.



Fig. 0.3

Para os críticos à realização dos eventos no país, os governantes deveriam garantir o ‘salto de maturidade’ para os sujeitos, investindo na resolução dos problemas estruturais antes de partir para implementação de iniciativas como a dos *megaeventos*; essa que seria uma atitude de ‘maturidade’, ‘digna’.

Por outro lado, a dignidade para esses governantes era vista sob um prisma diferente – ela seria acionada na população quando essa pudesse ‘fazer parte’ do evento, do momento memorável vivido pelo país durante a realização dos eventos. Momento em que cidades nem tão populosas, destinos turísticos pouco internacionalizados teriam a ‘chance’ de virarem ‘capitais mundiais’. O discurso do presidente da república ao final da cerimônia de escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas em 2016, demonstra exemplarmente essa visão “finalmente o mundo reconhece os esforços de todo um país por sair adiante”³¹ diz o governante. Os dois grupos concordavam, no entanto, que o país precisava alcançar certa evolução – que em nossa reflexão – é uma tensão que expõe o rastro de uma noção iluminista de civilização adotada pelo projeto de desenvolvimento brasileiro.

A Copa do Mundo enquanto uma aporia

Parte dos reflexos internos da realização das competições esportivas no país – Olimpíadas e Copa do Mundo – podia ser notada na fala de qualquer militante pela habitação popular no Brasil. Nela você encontrava a noção de dignidade vinculada a de saúde, trabalho,

³¹ Daniela Mendes e Francisco Alves Filho, “Sim, nós faremos!”, *Istoé*, 07/10/2009. Disponível em: http://www.istoec.com.br/reportagens/18717_SIM+NOS+FAREMOS+; acessado em mai. 2012.

educação, saneamento básico e respeito; escutava que o país não estava ‘preparado’ para receber uma Copa porque essa dignidade ainda precisava ser garantida pelos governos antes que eventos como esse ocorressem no país. Conforme apontaremos existiam tensões na noção de ‘moradia adequada’ das redes de contestação no debate de moradia popular no Brasil, para elas a copa era um ‘luxo’ para um país de intensa desigualdade. Não era raro que nas falas, relatos e denúncias dos equívocos e das irregularidades no processo de preparação da Copa e Olimpíadas no Brasil o país fosse visto como um sujeito e as cidades brasileiras como sua casa – ou seja, o país como um homem ou uma mulher que sabe que a casa tem ‘problemas estruturais’, porém escolhe se dedicar a outras reformas menos importantes. Eram comuns essas analogias. Era como se esse sujeito-país estivesse trocando os azulejos do banheiro antes de consertar o vazamento na tubulação de água; é como se estivesse escondendo a poeira da casa embaixo do tapete da sala pouco antes da chegada da visita. O visível e o invisibilizado estiveram presente nas críticas e nas defesas à realização dos eventos, que compunham os argumentos dos discursos governamentais. A metáfora da casa arrumada era lugar comum na descrição do conjunto de obras que propunha tornar os espaços públicos das cidades brasileiras mais parecidos com os de quaisquer outras metrópoles mundiais. E em geral privatizados. Havia uma moralidade em jogo entre o que era estrutural e o que era supérfluo, entre níveis de desigualdade aceitáveis para que um evento como a Copa fosse realizado sem que parecesse uma decisão governamental autoritária.

De acordo com algumas das fontes consultadas: os jornais Zero Hora, Sul21, O Globo, O Dia, AND, Extra, Brasil de Fato; os blogs de ONGs que se engajavam no debate sobre e pelos direitos humanos e assessorias de comunicação dos municípios de Porto Alegre e Rio de Janeiro; além dos discursos e das entrevistas dos atores com quem passei a me relacionar; fui percebendo que as transformações urbanas em grande escala e que tiveram início nesses quatro anos – as obras feitas para a realização da Copa e das Olimpíadas – eram usadas tanto para justificar intervenções urbanas mal sucedidas quanto para endossar qualquer reforma de ‘melhoria’ urbana ocorrida no mesmo período. Diante desse padrão passei já no início do campo a considerar a Copa do Mundo enquanto uma aporia.

Por um lado a realização do evento era o motivo para todas as modificações que ocorreram nas cidades durante esses anos. Com o respaldo do *legado*, esses eventos eram usados pelos governantes – federais, estaduais e municipais - enquanto oportunidades para a realização de obras e *melhorias* urbanas nas cidades brasileiras. Um dos ápices dessa visão é alcançado em 8 de outubro de 2010 quando a prefeitura do Rio de Janeiro lança um decreto que cria e define o “legadômetro”, instituindo nesse mesmo instrumento uma Comissão de

Avaliação dos Projetos de Legado Urbano que seria supostamente responsável por qualificar as intervenções urbanas - e dos equipamentos esportivos e de apoio - relacionados à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Na Barra da Tijuca³², em frente a controversa obra da linha 4 do metrô³³, por exemplo, se via de longe a imensa placa vertical que estampava em sua superfície o desenho de cinco termômetros, que indicavam pela representação de alta temperatura, que aquela obra deixava um grande *legado* para a cidade.

Por outro lado, situações cotidianas da precariedade das cidades brasileiras como: atraso de trens, falta de luz nos bairros, enchentes, congestionamento, temperaturas elevadas³⁴, superlotação das praias no Rio de Janeiro, reajuste de mercadorias e serviços, aumento dos aluguéis – rapidamente remetiam ao futuro próximo, quando os eventos seriam realizados. O sentimento era de que a precariedade urbana não só não seria modificada pelas supostas obras de *melhorias* trazidas pela realização desses eventos, como iria piorar drasticamente a vida dos habitantes das cidades sede. Também havia o temor do aumento de pessoas circulando e usufruindo os equipamentos de *mobilidade urbana*³⁵ já tão defasados. E notava-se uma descrença de que ao final do evento, aquele sofrimento diário de dividir a vida com tapumes e buracos abertos em boa parte das ruas e esquinas das cidades, resultasse em uma experiência urbana melhor para aqueles que utilizavam os transportes coletivos e as avenidas reformadas.

³² “Prefeitura do Rio lança “legadômetro” dos jogos Rio-2016”, *Folha*, 08/10/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/811965-prefeitura-do-rio-lanca-legadometro-dos-jogos-2016.shtml>>; acessado em 20 set. 2013.

³³ “Obra do metrô provoca transito na Zona Oeste do Rio”, *GI*, 22/04/2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/04/obra-do-metro-provoca-mudanca-no-transito-da-zona-oeste-no-rio.html>>; e “Entrevista: engenheiro Fernando Macdowell sobre Linha 4 do Metrô”, *blog do Eliomar Coelho*, 27/11/2013. <<http://www.eliomar.com.br/entrevista-fernando-macdowell-engenheiro-de-transporte-analisa-linha-4-do-metro/>>; acessadas em 10 de novembro de 2013.

³⁴ “2012 foi o ano mais quente até hoje em Porto Alegre”, *PMPA*, 20/02/2012; “Janeiro é o mês mais quente em SP desde 43; Porto Alegre e Rio têm recordes”, *UOL*, 31/01/2014. No ano de 2012 os equipamentos de medição registraram máximas inéditas em Porto Alegre desde 1910. Nessas ocasiões a temperatura ficou igual ou maior a 39°C. Em 2014 o verão foi igualmente quente no sul e também no sudeste conforme a reportagem do portal UOL, quebrando recordes de temperatura elevada em três cidades, entre elas Porto Alegre e Rio de Janeiro. A explicação dos meteorologistas apontava para o fenômeno do aquecimento global, que diretamente tinha relação com a formação das cidades - o adensamento do solo, aterros e gabarito dos prédios. No entanto, o que gostaria de destacar era que a Copa foi usada como justificativa para todos os inconvenientes de viver no contexto urbano nesse período. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/metroclima/default.php?reg=33&p_secao=8> e <<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2014/01/31/sp-e-porto-alegre-tem-janeiro-mais-quente-no-rj-e-o-3-com-maior-calor.htm>>; acessado em ago. 2014.

³⁵ A Prefeitura do Rio de Janeiro decretou feriados parciais nos dias 18 e 25 de junho e integral no 4 de julho, datas em que o Maracanã recebeu as partidas em dias úteis. Em São Paulo foi feriado no dia 12 de junho, abertura do evento e em Fortaleza no dia 17 de junho, dia do jogo da seleção na cidade. Nessas e no restante das cidades os demais jogos foram pontos facultativos para o funcionalismo público. No Rio de Janeiro, nos dias de jogos do Brasil, com exceção dos bares, o comércio seguiu a tendência de fechar às 13h.

Também tinha a questão da vergonha – por parte dos habitantes das cidades sede - de serem vistos como parte de um país atrasado, incapaz de receber bem seus visitantes. Um sentimento que se mesclava com a dúvida e a desconfiança à realização das obras. A Copa era usada como aporia tanto pelos governantes, quanto pelos adversários políticos dos governantes; por aqueles que moravam nas áreas que seriam modificadas por essas obras, e por aqueles que circulavam ou moravam em cidades que sediariam os eventos. Tudo que acontecia na cidade era ‘por causa’ da Copa do Mundo. No Rio de Janeiro, a expressão ‘imagina na copa’ foi usada com frequência para expressar uma resignação ao ambiente hostil que a cidade se transformara devido ao excesso de obras que estavam ocorrendo simultaneamente em diferentes bairros e regiões da cidade³⁶.

Junho: 2013 e 2014

O mês de junho de 2013 foi emblemático para essa pesquisa e para a pesquisadora, pois no planejamento que eu fizera para a finalização da tese, não realizaria mais trabalho de campo após o mês de março de 2013. Diante das manifestações de junho refiz o cronograma da pesquisa.

É preciso dizer que mesmo diante de todas as preocupações com a alteridade (expostas ao início dessa introdução) eu participava de algumas atividades promovidas por integrantes da rede, o qual eu também passei a fazer parte. No início de 2013 eu já participava das atividades - reuniões mais ampliadas, atos específicos, datas emblemáticas, comemorações, festividades e eventos – por que elas faziam parte da minha sociabilidade na cidade. E muitos dos que frequentavam essas atividades integravam minha rede de amigos.

Portanto o trabalho de campo realizado nesse período – junho a setembro - integra o material de campo já existente, porém, não tem nem a mesma regularidade e nem a mesma profundidade que as missões anteriores. Vivendo múltiplos papéis sociais, a intencionalidade em relação a minha participação nas “manifestações de junho”, são ainda mais “afetadas” e, seguramente, o que ofereço à reflexão nesse subitem tem as linhas de fronteira entre os papéis ainda mais borradas. Foram experiências mais liminares, no sentido empreendido por Turner (1974:161), onde me vi enquanto integrante de uma “*communitas espontânea*”, no auge da sensação de estar pesquisando e vivendo em um mundo social enquanto um “*mundo in becoming*” (Turner, 2008:20). No entanto é preciso destacar que minha condição de pesquisadora era o *self* a qual eu menos acionava enquanto participei das reuniões de

³⁶ Do Leblon a Madureira, da Barra da Tijuca a Ilha do Governador, o som das britadeiras, dos motores, das serras de aplinar cimento, dos martelos e marretas era corriqueiro e encompassador.

avaliação dos atos, das concentrações, dos encontros – para os atos e pós os atos - por motivos que já apreendera durante o trabalho de campo ‘regular’ e na qual relato no capítulo um.

Além dessas condições que influenciaram na construção das reflexões que apresento aqui, é importante dizer que nesse período eu também fazia parte de uma equipe de pesquisadores que desde dezembro de 2012 se empenhava em desenhar as tensões entre a esfera pública e os movimentos sociais no país. Estar em contato com eles foi importante durante esse período e, também, nos meses que se sucederam até o final da pesquisa, em novembro de 2014. Além dessas experiências, dentro dos mundos e entre eles, analisei muitas matérias produzidas pela mídia alternativa que nesse momento também promoveu uma mudança de curso em relação a outra mídia – corporativista - que felizmente foi exposta por suas escolhas editoriais polarizadas e tendenciosas.

Antes das manifestações ‘eclodirem’ gradativamente nas cidades brasileiras em 2013, a aporia da Copa do Mundo já tinha tomado proporções que eu não poderia imaginar quando comecei a desenvolver o projeto, em 2010.

As “jornadas de junho” recriaram nas ruas, em atos e manifestações políticas, a indignação à realização da Copa no país e o questionamento ao evento se somou aos diferentes descontentamentos dos manifestantes em relação às estruturas e amarras morais que constituíam o sistema de representação política de Estado brasileiro; e do seu papel na manutenção das desigualdades. Como vimos e veremos o fenômeno de junho de 2013, ainda está em aberto para presentes e futuras reflexões, e ele certamente não ocorreu por causa da Copa ou somente em contestação à realização da Copa. Mesmo que construída e desejada pelos grupos e coletivos que compõe a rede de contestação a esse evento, que em parte está descrita nesse trabalho, as manifestações tiveram sua própria trajetória e dinâmica. No entanto, a coincidência com o período de realização da Copa das Confederações³⁷ não pode ser ignorada, já que muitos dos que participavam dos atos circulavam tanto nos Comitês, como nos coletivos que se somaram em junho. A *mobilidade urbana* era afinal um *legado* vinculado pelos governantes à realização da Copa no país e era também a questão mais objetiva nos atos puxados pelo Movimento Passe Livre (MPL) no início de junho - o passe livre como estratégia de mobilidade nas cidades para todos os habitantes. Os interlocutores com quem dialoguei durante o processo de pesquisa faziam parte de uma parcela da população que tentava mediar as suas perdas sociais cotidianas com a noção de um bem

³⁷ Evento que acontece um ano antes da Copa do Mundo e que faz parte do contrato para a realização da Copa do Mundo, integrando o calendário de preparação da competição.

comum que nunca os beneficiava; que lhes foi imposta enquanto noção externa de uma cidadania também importada das convenções internacionais - “a gente não é contra o progresso, a gente é contra a forma como está sendo feito”. Muito antes de junho de 2013, eles e elas já expressavam a estafa de viverem em cidades que não funcionavam, e não iriam passar a funcionar só porque receberiam uma Copa, ou porque teriam sistemas de transportes parecidos com os de algumas cidades europeias, e das grandes metrópoles da América Latina. Mesmo os que não estavam engajados nos protestos suspeitavam que nesse aspecto pouca coisa iria mudar, ou ao menos pouco iria mudar para melhor. O legado para eles não existia. E isso foi se confirmando no curso desses últimos anos, quando ele rapidamente deixou de ser usado como justificativa para a legitimação do evento pelos governos.

Para aqueles que se reuniam entorno dos Comitês a Copa das Confederações demonstrou afronta às dignidades que antes eram apenas projeções e discursos. O questionamento da Copa foi para a boca dos manifestantes e estava nos cartazes empunhados, nas cidades sede do evento e nas que não receberiam eles. A palavra de ordem ‘não vai ter Copa’ começou a circular nos atos – que protestavam diretamente à realização da Copa ou não – a frase foi retomada por blogueiros, integrantes de movimentos sociais, de Ongs, entidades, estudantes, pesquisadores, todos que amplamente faziam parte dessa rede de contestação ao evento; não vai ter copa? No planejamento dos grupos que participaram das manifestações de junho – e daqueles que foram instigados por elas – era de que ‘2014 será maior’. Havia um sentimento expresso em tinta spray - nos muros, nas placas e tapumes em torno das obras atrasadas em diferentes cidades – que dizia: ‘não vai ter copa’, alguns com o complemento ‘copa pra quem?’. Após junho, à medida que a data para a realização do evento se aproximava, a Copa passou de aporia para foco privilegiado de protestos específicos que desde ali foram construídos e planejados para 2014. Atos foram chamados desde o início do ano de 2014 contra a Copa e havia, por parte dos comitês populares, uma incerteza quanto aos articuladores dessas manifestações, todas organizadas pelo *Facebook*. A ‘pauta da Copa’ se desdobrou, e foi apropriada por outros e tantos coletivos, para além daqueles que investiram na qualificação de um debate sobre esse tema.

A contestação à Copa parecia uma oportunidade de combate ao governo em um ano que a presidenta dele era candidata à reeleição e isso foi usado no escopo do ritual político da eleição de 2014; que após a Copa tomou rumos inusitados. O temor vivido pelos organizadores do evento de que as manifestações de junho poderiam se desdobrar em

ameaças à ‘ordem da “festa” – e o governo como integrante desse grupo - foi construído pela mídia corporativista³⁸.

A expressão de um estado de exceção - criado para que o evento fosse viabilizado – já vinha sendo desenhada muito antes, nas alterações objetivas da legislação durante todo o período de preparação e que após junho culminou no decreto que instaurava e autorizava em nome da segurança para o evento ações repressivas a qualquer tipo de manifestação política durante todo o mês de junho de 2014. As manifestações de junho de 2013 teriam sido interpretadas pelos organizadores do evento como uma insurreição e uma resistência, situações que de acordo com Fontana, assim como a guerra civil (1999 apud Agamben, 2004:12), se situam numa franja ambígua e incerta na intersecção entre o jurídico e o político; para esses casos o estado de exceção torna-se uma “forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (Agamben, 2004). Dando forma legal, principalmente, a restrição da liberdade de manifestação e circulação de determinados grupos, a presidenta promulgou uma lei³⁹ que instaurava essas restrições sob a justificativa da garantia de segurança para as cidades que receberiam os eventos.

Considerada por grupos como a ANCOP, como uma ação autoritária do governo, essa determinação de segurança apontava para uma questão importante: o governo, os empresários, investidores, o secretariado e diretoria da FIFA teriam ficado receosos⁴⁰ com o que viram nos jornais internacionais e nacionais sobre junho de 2013. A resposta política foi o aumento do controle⁴¹ e da repressão. Alguns grupos seguiram o ‘pós-junho’ politicamente

³⁸ Se baseia no fundamento do jornalismo, mas o usa para difundir preceitos editoriais e benefícios.

³⁹ Bruno Fonseca, “Leis antiterrorismo preocupam movimentos sociais”, *Agencia Publica*, 27/03/2014. A Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012) já havia estabelecido uma série de restrições aos cidadãos com vistas a atender as exigências do contrato assinado com a FIFA. Após as manifestações de 2013, a proximidade dos jogos da Copa do Mundo culminou na retomada de diversos projetos de lei que tinham como ponto de debate o aumento da punição ao crime de terrorismo, que foi deliberadamente associado aos atos de depredação, a fachadas de bancos e a alguns equipamentos urbanos, efetuados em junho desse ano pelos Black Bloc e grupos independentes de ação direta. Eram diversos projetos em curso nesse sentido: o Projeto de Lei do Senado (PLS) 728, de 2011, cuja condenação mínima é cinco vezes a prevista pela Lei 7.170/83, a quarta e última Lei de Segurança Nacional da Ditadura Brasileira, ainda em vigor. O PLS 762/11 que aumenta ainda mais a pena em comparação ao 728. O PL 707/11, do senador Blairo Maggi (PR/MT) que altera a definição de terrorismo tornando o crime ainda mais abrangente. Esses três teriam sido anexados ao PL 236/12, da reforma do Código Penal Brasileiro que ainda está em tramitação. Mesmo após a anexação foi criado outro projeto antiterrorismo, o PL 499/13 que não chegou a ser votado antes da realização da Copa. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/03/leis-antiterrorismo-preocupam-movimentos-sociais/>>; acessado em mai. 2014.

⁴⁰ Anna Beatriz Anjos, “A Copa que a velha mídia quis, mas não teve”, *Revista Forum*, s/d; Lourival Sant’Anna, “Black Blocs prometem caos na Copa com a ajuda do PCC”, *Estadão*, 31/05/2014. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/153/a-copa-que-a-midia-quis-mas-nao-teve/>>; <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,black-blocs-prometem-caos-na-copa-com-ajuda-do-pcc,1503308>>; acessado em ago. 2014.

⁴¹ Portaria 186/2014, do Ministério da Defesa, chamada de “Garantia da Lei e da Ordem”; decreto nº 7.538 de 1º de agosto de 2011 que cria no âmbito do Ministério da Justiça, a Secretaria Extraordinária de Segurança para

mais maduros, a Copa das Confederações foi vista como um teste, uma prévia de junho de 2014, no entanto, a única coisa que permaneceu igual, foi justamente a repressão da política. Os grupos de centro direita e extrema direita que participaram dos atos - geralmente enrolados na bandeira do Brasil, pedindo paz e o fim da corrupção - recuaram após a repressão violenta da polícia a qual eu relato em outro texto (Gutterres, 2013b; 2014b), mas prometeram retornar. Para as ruas e para as urnas, em 2014, onde planejavam fazer a maior das manifestações. O embrião de outra palavra de ordem que tomou o período das eleições de 2014, também foi gestado nesses atos: o ‘fora PT’.

Retornando a exceção, a forma ressaltada por Agamben, já era denunciada pelos ‘movimentos de favela’ que buscavam visibilizar que seus locais de moradia eram zonas de exceção permanentes. Mais fortalecidos e mais autônomos em suas reivindicações, após junho eles souberam se unir e se reconhecer a partir dessa mesma condição. Não era a Copa que trazia a exceção, ela sempre esteve ali, nas vilas e favelas. Era inclusive responsável pelo homicídio de um grande número de jovens no interior delas.

Se os moradores das favelas tinham o “estado de exceção” como condição permanente, principalmente no que se refere a ação repressiva da polícia em seus territórios, com a Copa essa prática de combate às insurgências se expande para outros espaços da cidade. Nas ruas, nos dias e noites desse junho paradigmático, a exceção foi usada para coagir pessoas, arrombar casas e bater. Bater, oprimir, prender, apreender, reprimir, machucar, cegar. Ações feitas pela polícia, que há décadas não ocorriam nos centros das cidades, amplamente fotografadas e registradas em vídeo, transmitidas e divulgadas ao vivo. Quando a violência policial saiu das margens do Estado para o centro do debate se viu uma versão malfadada da divisão entre trabalhadores e bandidos; entre proletários e a plebe de ociosos, marginais, imorais, o lixo da sociedade aos olhos dos primeiros (Foucault, 1979: 49-54 apud Zaluar, 2000: 133) ser disseminada pela mídia corporativista, na tentativa de desviar a atenção da violência policial. A polarização que justificaria essa violência foi feita entre vândalos e os manifestantes pacíficos, sendo os primeiros vistos como ‘lixo’.

Se a tomada das ruas foi grandiosa em junho de 2013, para manifestar o repúdio a certas idiosincrasias do sistema político brasileiro, a tomada das ruas pelos turistas em junho de 2014, também foi grandiosa. Nos arredores dos estádios diferentes grupos conviveram com a zona de exceção imposta pela FIFA que não foi assim tão rigorosa como os movimentos haviam previsto. Fora da cercania dos estádios, no Rio de Janeiro, 21

Grandes Eventos (será extinta em 31 de julho de 2017) e mais recentemente a PL 499/2013 (a “lei antiterrorismo”) proposta pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) e que tramita no Congresso.

manifestantes que estavam sendo vigiados há um ano foram presos ‘por precaução’ e no último dia do evento, formou-se um cerco em torno de outro grupo que ficou sitiado em uma Praça perto do estádio até que o jogo da final terminasse.

Por outro lado ao observar os torcedores brasileiros nas ruas, os latino-americanos⁴², os estrangeiros comemorando os gols de suas seleções, fui provocada pela abordagem feita por Gastaldo (2013)⁴³ que entendia o jogo do Brasil na Copa do Mundo como um fato social total para os brasileiros. É preciso, no entanto, destacar que a torcida brasileira não estava maior por que a Copa foi realizada no Brasil. Os torcedores viram os jogos pela TV como fizeram quando a Copa foi realizada no Japão. Alguns conseguiram comprar os disputados ingressos numerados e vendidos pela FIFA, para os jogos nos estádios financiados pelo BNDES, mas a maioria assistiu nas ruas, becos, bares, ou no trabalho, como sempre fez. Talvez com a diferença de que o torcedor brasileiro era um torcedor a mais no plantel das 32 seleções que disputaram o campeonato. Por estarem tão presentes nas ruas, essas torcidas foram o assunto principal do esquema das transmissões e reportagens sobre os jogos, não a brasileira. A maior novidade, no entanto, e que confronta a perspectiva de Gastaldo, foi que nos dias dos jogos do Brasil, houveram manifestações. Nem todos os brasileiros estavam torcendo, e muito menos, estavam especialmente animados com a Copa no Brasil. O que também não é surpreendente, na minha reflexão. O fato novo é que centenas deles estavam se manifestando criticamente nas ruas contra a repressão policial cotidiana.

Percurso até um objeto de pesquisa - recortes

Em relação a construção da etnografia, é importante dizer apesar dela ter sido desenvolvida durante a preparação das cidades para a Copa do Mundo, não está inserida no campo de uma antropologia do esporte e dos estudos sobre a relação entre o futebol, identidade e sociedade brasileira (Da Matta, 1982; Guedes, 1995, 2002; Souza, 1996; Gastaldo e Guedes, 2006; Rial, 2008; Damo, 2007; Helal, Soares e Lovisoló, 2001; Cury,

⁴² Tim Vickery, “Copa é festa de debutante para a nova classe média latino-americana”, *BBC Brasil*, 19/06/2014; Simon Romero, “Turismo na Copa evidencia o crescimento da classe média latino-americana”, *ZH*, 11/07/2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140619_timvickery_wc2014_latinos_ms>; <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2014/07/turismo-na-copa-evidencia-o-crescimento-da-classe-media-latino-americana-4548723.html>>; acessado em ago. 2014.

⁴³ De acordo com Edson Gastaldo (2013), “a articulação entre política, economia, competição, poder simbólico e identidade nacional envolvidas em uma Copa do Mundo permite que a comparemos, como um exercício teórico, com a noção de ‘fato social total’”. Suas análises partem “do ponto de vista das pessoas para quem a Copa do Mundo se apresenta como uma festa”, em que o “período da Copa do Mundo se caracteriza como um período em que se ritualiza a lógica do jogo”, momento no qual centenas de pessoas se reúnem para assistir um jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo.

2012) o que poderia produzir uma interessante tese sobre o assunto. O objeto construído foi se delineando a partir da perspectiva de uma memória coletiva dos habitantes das cidades diante de transformações nos arranjos (Oliven, 1980) das cidades em preparação para eventos deste porte, que considere aqui como um evento crítico. Em um desenho particular dentro da antropologia urbana feito pela via do imaginário, da memória e das narrativas na qual me dediquei boa parte da minha formação⁴⁴.

A experiência da pesquisa de mestrado⁴⁵ me aproximou de discussões relativas à habitação, transformações urbanas, moradia, memória familiar e da categoria espaço; que por sua vez estavam ligadas ao entendimento da cidade como um fenômeno que poderia ser lido através da perspectiva de uma rítmica temporal (Eckert e Rocha, 2005). Foi com essas pré-categorizações que construí no doutorado minhas primeiras saídas de campo na cidade de Porto Alegre; e que fiz minhas primeiras leituras e mapeamentos bibliográficos sobre um objeto que ainda estava em construção. De um lado havia um grupo social que eu desconhecia - quais eram os vínculos e relações que o formavam; e de outro, havia a previsão de um conjunto de obras e empreendimentos para a cidade que poderiam desarticular esses grupos, destruir ou modificar seus espaços de convívio. Pela forma como li e construí esse princípio de campo, a tarefa que se apresentava, portanto, era a de conhecer e aprender sobre esses grupos durante a transformação dos seus espaços íntimos e cotidianos, ou até mesmo diante da ameaça de extinção deles.

A cidade é sede

Refletindo sobre as tradições da antropologia urbana no Brasil, Heitor Frúgoli (2005:135) propõe uma resposta a crítica de que “as perspectivas antropológicas sobre as cidades seriam parecidas”, ele destaca que essa “impressão de semelhança” se dissipa na forma como se incorporará a etnografia na própria construção teórica e que esse aspecto apontaria as diferenças entre elas. A cidade enquanto metrópole certamente reúne muito da dinâmica das relações sociais que culminaram naquilo que se denominou de “sociedades complexas” (Velho, 1997, Oliven, 1980:102). Pesquisando em universos que dialogam com essas características metropolitanas me junto a Márcio Goldman (2005:79) no

⁴⁴ Provocações teórico-metodológicas que tem como fonte de questionamentos o projeto de pesquisa sobre memória coletiva nas cidades brasileiras desenvolvido por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert no Banco de Imagens e Efeitos Visuais (IFCH, ILEA, UFRGS), há pelo menos 10 anos.

⁴⁵ Houve a defesa de minha dissertação de mestrado, em março de 2010, e minha aprovação, ao final de 2009 na seleção pública que me qualificava a cursar o doutorado em antropologia social na mesma instituição que cursei o mestrado, a UFRGS.

questionamento da definição de complexidade como característica definidora das sociedades contemporâneas. As fronteiras, mesmo “arbitrárias e problemáticas” (Velho, 1997:15), usadas para o estabelecimento da noção de complexidade ou de simplicidade são medidas a partir de um padrão teórico-conceitual pautado pelo pensamento científico ocidental. Estar atento a como esse padrão é acionado, é diferente de afirmar que ele aparece em todos os lugares em menor ou maior complexidade. A vinda dos eventos da Copa do Mundo e Olimpíadas para o Brasil constituíram uma conjuntura que me possibilitou pensar os grupos pesquisados a partir da tensão nas noções e leituras sobre cidade e sua intrínseca relação com a formação da sociedade conforme vasta literatura. A noção de metrópole conforme cunhada por Simmel (1979), nos apresenta as imagens de sua imersão pela jovem Berlim, em um período específico da modernidade do centro da Europa. São noções que nos inspiram a pensar nos limites das nomações cunhadas em outros tempos mas que trasladadas para os contextos contemporâneos necessitam uma posição mais crítica a fim de serem melhor aproveitadas. As diferenças entre tempos e lugares também é debatida por Fortuna (2011) que nos auxilia a refletir sobre as diferenças nos universos das pequenas e médias cidades. Ele aponta que as *megacidades*⁴⁶ tem endereço - estão localizadas geralmente no hemisfério sul e grande parte na América Latina - e propõe uma “descanonização” da sociologia urbana, para ele ainda norte-ocidentalizada, a fim de podermos nos sensibilizar às apropriações e especificidades de cada uma das cidades estudadas. No sentido de uma disputa por categorias de entendimento mais ou menos globais, e seguramente, os limites que a escolha delas apresenta ao pesquisador, destaco as observações de Ferreira (2003:25) ao trabalho de Saskia Sassen. Em sua pesquisa ele aponta para os limites da generalização da noção de cidades globais enquanto grandes centros financeiros e comerciais que teriam características parecidas. Pesquisando a cidade de São Paulo, ele ressalta a urgência de etnografias que preocupadas com questões políticas nos auxiliem a pensar nas bordas dessas clivagens sociais como sugere Feltran (2011), nas bordas das cidades ou megacidades, a fim de problematizar constantemente em que aspectos podemos sugerir universalizações. Ainda consideramos relevante para os estudos antropológicos esse debate entre o global e local sob a perspectiva da cidade, e que remete a uma discussão sobre o centro e as margens. Principalmente porque

⁴⁶ Fortuna (2011:381) cita um dado interessante para pensarmos a dimensão populacional das cidades e historicamente como as grandes metrópoles do passado hoje foram ultrapassadas por cidades altamente populosas, geralmente localizadas na América Latina e na Ásia. Em 1903, Berlim tinha pouco mais de 2 milhões de habitantes, atualmente tem cerca de 3,5 milhões. Em 1900 São Paulo tinha 240 mil habitantes, em 1950 a região metropolitana já soma 2.151.313; e em 2010, 11.253.503. Em 2010 os dados das Nações Unidas falavam que 60% das pessoas viviam em cidades com menos de 750 mil habitantes. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_dist.php; acessado em mai. 2014.

está implícito nele o tema da marginalidade e das diferentes noções de desenvolvimento no âmbito das perspectivas antropológicas pós-coloniais, que é parte do nosso universo de problemas.

Como parte desse grupo de problemas destaco uma reflexão de Chico de Oliveira sobre a noção de desenvolvimento local, publicado em 2001 em uma revista produzida pelo instituto Polis. Ela nos traz alguns pontos relevantes para o localismo em sua faceta de subordinação já que se constrói em comparação a um desenvolvimento global e sua matriz estética e econômica. É um debate que nos auxilia a compreender o ambiente construído em torno das cidades sede e de seu “esplêndido” desenvolvimento – geralmente vinculado ao *legado* desse *megaevento* - durante e na pré-realização dos jogos da Copa, o que não chegou a ser concretizado. Para o sociólogo, toda a tentação de mensurar a noção de desenvolvimento local como qualidade ou âncora da cidadania deve ser afastada.

Muito utilizada no contexto das organizações não governamentais dos anos 90 essa definição mascarava uma hegemonia presente na concepção de desenvolvimento por seu atributo “local”, como se o último representasse uma forma de resistência a dominação do neoliberalismo travestido de global. Para Oliveira, o “desenvolvimento local não necessariamente entraria em contradição, em tensão, com a globalização, podendo, ser, ao contrário, um de seus círculos concêntricos”; em uma situação em que as “cidades globais” formariam uma “rede cuja integração se realiza no plano molecular-digital”, e que por esse motivo, seria uma integração “desintegrada”. Esse risco de fusão (ou de substituição) do desenvolvimento local com a cidadania, e que ressaltava o autor no início do século XX, foi em alguma medida ignorado pelo discurso da mídia, de alguns acadêmicos e principalmente no das ONGs, que se apropriaram da noção do desenvolvimento localizado para difundir uma sociedade civil como o “lugar do não-conflito”, um “lugar da concertação”⁴⁷. Podemos enxergar a previsão de Oliveira também nas versões do desenvolvimento local presentes no

⁴⁷ Conforme Laura Nader, numa análise do contexto jurídico norte americano, foi preciso um longo período após os “confrontadores” anos 60, para que uma preocupação “com a justiça” se transformasse em uma preocupação com a harmonia (Nader, 1994:20) por parte de movimentos sociais e das próprias políticas de estado. Foi um processo de mudança de paradigma onde, a justiça passou a ser vista menos como confronto e mais como a possibilidade harmônica de um consenso. A negligência do “valor do conflito como caminho para uma maior harmonia” (Souza Santos, 2002:49 apud Segato, 2006:219), a demonização do conflito como forma de relação social, ou como diz Nader “uma intolerância para conflito” impregnou a cultura a partir de meados da década de 70. Segundo a autora, o fundamento desse movimento talvez tenha sido um esforço na produção da harmonia como alternativa para um contencioso raivoso, privado outrora dos seus direitos civis (1994:21). Onde um estilo mais suave de justiça, menos confrontador, daria conta da ideologia do “consenso, da concórdia e da homogeneidade” que no caso americano também contribuiria para a construção de mecanismos alternativos ao dos tribunais, “abarrotados” dessa época. A razão, auto proclamada pelos norte-americanos para a superlotação dos tribunais, foi que “os advogados americanos e o povo americano eram muito litigantes” (Nader, 1994:21).

discurso de desenvolvimento sustentável que proliferaram nos anos seguintes, sendo hoje, concentrados em uma noção de “economia verde”. Essa economia é ao nosso entendimento o campo de ação atualizado do *homo oeconomicus* à medida que ela é utilizada pelas empresas para suprimir o dano nos ambientes a qual se instalam, por intermédio do eufemismo “verde”, que evidentemente exclui o conflito na produção desses ambientes “sustentáveis”, à medida que eles também são aceitos e incentivado pelos governos. Essa modelagem da economia através da “economia verde” está acima de um questionamento sobre desenvolvimento porque em alguma medida o apropriou enquanto forma de crescimento. Se observa aqui, e que veremos adiante com um pouco mais de atenção, a linguagem enquanto expressão do desentendimento nos termos de Rancière, que estabelece os limites do “compreender” para diferentes grupos humanos, em geral em posição de hegemonia/contra hegemonia.

Ingressando nos termos aqui utilizados para a noção de hegemonia (Sader, 2005), nota-se que a noção de sociedade civil para Gramsci, e a qual segue Oliveira, não se reduz ao conjunto de atores privados, ela é o lugar do conflito pela hegemonia. O desenvolvimento local, portanto, propôs uma substituição da cidadania utilizando como sinônimo de “cooperação, de negociação, de completa convergência e interesses, de apaziguamento do conflito”, trazendo a ideologia como “cimento amalgamador do consenso, permanentemente contestado pelo dissenso”. De acordo com Gabriel Feltran (2003:59-60) a noção de política em Gramsci sugere uma guerra de posições para a construção hegemônica no ocidente, perspectiva que se contrapõe ao ataque frontal ao Estado, preconizado pelo marxismo. A estratégia política hegemônica reconhece os antagonismos entre as classes⁴⁸ o os seus conflitos, mas é distinta da ideia de dominação. Conforme ressalta Feltran, a hegemonia tem como base não o confronto violento, armado ou a guerra, “Gramsci quer a possibilidade efetiva de construção do poder pelo conflito dialógico, buscando possibilidades de oferecer condições de reconhecimento ao interlocutor político”, destaca o autor. A hegemonia, portanto, enquanto modo específico de construção do poder se baseia no consentimento ativo ou adesão voluntária e crítica de setores sociais a uma concepção de mundo. A crítica e a escolha são ressaltadas por Feltran, em uma construção teórica que destaca a perspectiva de Hannah Arendt, Jacques Rancière e Antonio Gramsci enquanto propulsores da existência do conflito como amalgama na construção de uma concepção de mundo, um cerne comum de ideias, que não impõe a necessidade da destruição do adversário como no marxismo clássico,

⁴⁸ Faz-se necessário ressaltar que para Engels e Marx (1996:27) a luta de classes é sempre uma luta política.

mas a busca por alternativas entre os polos em conflito. Li essa perspectiva adotada por Feltran para reflexão sobre o campo de atuação de movimentos ligados à luta pela moradia em São Paulo como um desafio e uma possibilidade de diálogo, já que o autor propõe uma noção para interpretação das insurgências, escolhas e da autonomia dos atores ligados a esse movimento que não se restringe a uma escolha marxiana⁴⁹, mesmo em um campo de estudo e de ativismo permeado pelo marxismo⁵⁰. Para Marshall Sahlins a hegemonia de Gramsci tem sido uma “descoberta equivalente e contraditória à resistência dos oprimidos”, para o autor o antropólogo ao ocupar o papel de recontar a narrativa-mestra da dominação ocidental, corre o risco de subvertê-la pela invocação das "armas dos fracos", fazendo uso de "reapropriações ocultas" ou de “algum discurso de desafio cultural”. Em minha interpretação para essa passagem do autor, destaco a escuta como tendo um papel importante nessa recontagem da narrativa-mestra feita pelo antropólogo. Ele teria que estar sob constante vigilância de um não esvaziamento de sentido dessa narrativa, já que dominação e resistência a priori são contraditórias, e geralmente os antropólogos se enxergam ocupando o espaço da resistência, apesar de ocuparem situacionalmente o lugar da dominação

A advertência feita por Sahlins, no entanto, é no sentido do pesquisador não perder de vista essa contradição exigida pela política de interpretação antropológica. Citando Akhil Gupta e James Ferguson, Sahlins constrói essa contradição em dois caminhos que levariam ao mesmo destino. Ressalta que ao celebrar a “criatividade histórica” dos povos indígenas frente a globalização - no nosso caso, diante da resiliência dos moradores de vilas e favelas em face de empreendimentos urbanos “globalizados” - não ignoremos a tirania do sistema mundial, nos tornando cúmplices da dominação ocidental. No entanto, alerta que a certeza de uma hegemonia sistemática do imperialismo, não pode fazer com que ignoremos as lutas dos povos por sua autonomia cultural e assim tornamo-nos cúmplices da dominação ocidental. Imersas nessa contradição, seguiremos.

⁴⁹ Conforme ressalta Feltran (2003:98) no marxismo há uma dissociação entre igualdade e política, sendo que a primeira só apareceria na utopia, momento em que não houvesse mais classes nem política. A política estaria fundada justamente no antagonismo entre as classes na luta pelo Estado, e alcançada a sociedade sem classes, se esvaziaria de sentido. A extinção do Estado é decorrência de sua tomada, o alcance da utopia de uma sociedade igualitária e autogerida, passando para isso pelos métodos de comando, até a simples vigilância e contabilidade até que se atinja o não-estado.

⁵⁰ De acordo com Sahlins (2004), fala-se muito nas disciplinas impostas pelo colonialismo como se esta história dos colonizadores fosse também a história dos colonizados. Para ele o Estado externo e a disciplina colonial são facas de dois gumes.

A política como mundo comum

Para Arendt (2007:65) a política é o mundo comum compartilhado, que só existe por consequência da existência de uma esfera pública. É “na vida pública que as pessoas reafirmam suas diferenças e legitimam suas visões de mundo”, e o espaço público não se ergue na harmonia das falas (Leite, 2002:131), mas na disputa por ela a partir do compartilhamento e do conflito. É no espaço público que o mundo é produzido - uma comunidade de coisas que reúne os homens e mulheres, e estabelece uma relação entre eles, uma comunidade que orbita em torno do desejo da permanência. O objetivo desse desejo - que em minha compreensão das reflexões da autora, poderíamos também chamar de transcendência - é um ponto importante para Arendt na medida que ele é a finalidade da política e também o meio pela qual a política se estabelece. É a potência desse compartilhamento que garantiria a permanência do mundo comum para além “da partida das gerações”. Essa capacidade de renovação e transformação, e que visa pela ação a permanência, é uma perspectiva que muito nos auxilia para a compreensão dos encontros, reuniões, atos, e atividades na qual nossos interlocutores constroem um mundo comum, ou seja, uma existência política para além da institucionalidade e na maior parte das vezes sem visá-la. Como destaca a projeção de Feltran (2003:74) diante das reflexões de seus interlocutores “estou aqui nesse mundo como sujeito de direitos então posso reivindicá-los mesmo que não tenha clareza das formas legais”, porque para Arendt e Rancière a política não tem a ver com a técnica e nem com conteúdo, mas sim “com a isonomia no uso da palavra que institui espaço público onde só havia lógica privada”. Não há portanto, como irão nos mostrar as nossas interlocutoras e interlocutores, que haver consciência de todo o processo amplo, nem dos conteúdos em debate para que a política seja feita nos espaços na qual eles e elas frequentam. Para Feltran (2003:28) esse ponto é revelador para pensar a atuação dos movimentos sociais, pois mostra que para que façam política não precisam ter capacitação técnica para dialogar com governos ou instituições, ou mesmo consciência de classe. Para introduzir o dissenso, os movimentos apenas se mostram politicamente e o decorrer da luta é que traz esse amadurecimento. O aprendizado das lutas é resultado das próprias lutas e não um pré-requisito delas, “são as virtudes dos envolvidos que redesenham a formação de um mundo comum”, reforça o autor.

Outro ponto importante para nós e que vem das reflexões de Arendt, é a noção de “natalidade” ou seja, a possibilidade de uma indeterminação da ação desencadeada por um novo nascimento e pela possibilidade “sempre aberta de instaurar-se um novo começo na

política” (Bowen-Moore, 1989:22 apud Avritzer, 2006:160). O começo e o novo começo seriam a capacidade suprema do indivíduo, um equivalente a liberdade humana. Ao reiterar os argumentos de Arendt, o sociólogo Leonardo Avritzer destaca que o conceito de natalidade ao permitir um novo começo desempenha o papel de negar a irreversibilidade da ação⁵¹, que é importante no sentido de refletir a que liberdade a autora se refere em suas reflexões. É importante destacar que para essas sugestões, Arendt está se pautando em uma liberdade no mundo antigo, ou seja, uma categoria coletiva e que implica a existência de um projeto comum. A distinção entre labor, obra e ação que ela constrói em *A Condição Humana*, tem como pano de fundo a procura de um conceito de política capaz de separar a naturalidade da artificialidade. Labor e obra estão no campo das atividades através das quais os homens ou renovam o ciclo natural da sua própria vida ou transformam os objetos naturais, conforme a leitura de Avritzer (2006:151). O conceito de ação de Hannah Arendt, portanto, se situa na interseção entre a igualdade e a diferença, “se os homens (e as mulheres) não fossem iguais, nós não seríamos capazes de entender uns aos outros; se não fossemos diferentes, não teríamos a necessidade de utilizar a linguagem para entendermos uns aos outros” (2006:153). É nesse ponto que gostaríamos de fazer algumas colocações antes de seguir adiante, referentes as reflexões de Rancière em torno da premissa da linguagem enquanto espaço de compartilhamento entre iguais, que para ele é o ponto de tensão para a construção da linguagem como o espaço do desentendimento.

Para a construção de seu argumento o autor destaca duas preposições; de que “toda a situação de interlocução e de argumentação está de saída fragmentada pela questão litigiosa” (Rancière, 1996:61), e que há uma dedução do entendimento de uma linguagem comum pelos que a utilizam. Ele afirmará que a “compreensão” pode ser interpretada como um construto na linguagem para agência de um grupo. Por exemplo, se o inferior⁵² compreendeu a ordem do superior, é porque que ele participa da mesma comunidade dos seres falantes, que

⁵¹ Cf. nos apresenta Avritzer (2006:154), no conceito arendtiano de ação a *polis* ateniense é radicalmente diferente da *oikia* (a esfera privada). A *oikia* seria o lugar da tirania, da hierarquia, do domínio de indivíduos uns pelos outros. Haveria uma desigualdade inerente à *oikia* motivada pela mediação exercida pela natureza que implicaria necessariamente violência. O público arendtiano é mais igualitário do que o espaço político nas formulações dos autores da dialética do reconhecimento, explica o autor. Hannah Arendt romperia com uma dialética do reconhecimento própria ao pensamento de Hegel e Marx, de acordo com a qual, em todas as atividades humanas poderia haver um reconhecimento do outro enquanto igual, reconhecimento esse que estaria na base da cidadania. Para ela, o ato de reconhecimento do outro enquanto igual está ligado a atividade puramente humana, e portanto estaria desvinculado da fabricação e do labor.

⁵² Aqui ele se refere a grupos que estão em situação de inferioridade, como por exemplo, operários em greve, ou funcionário em um diálogo com seu patrão. Situações em que se expressa uma hegemonia a partir de uma linguagem que esconde na “compreensão” do que é dito, uma ordem. Ele mostra, por exemplo, como os sujeitos também utilizam a suposta ignorância da ordem travestida de diálogo, e alternam a disputa, de modo a não se sentirem menosprezados.

é nisso seu igual. Se deduziria daí então que “a desigualdade dos níveis sociais só funciona por causa da própria igualdade dos seres falantes”. Essa última dedução é para o autor “desconcertante” já que “há muito tempo as sociedades giravam em torno da ideia de que o entendimento da linguagem não tem consequência para a definição da ordem social”, que as sociedades andariam “com suas funções, ordens, repartições e parcelas” baseadas em uma ideia “de que a desigualdade existe em virtude da desigualdade”. Ou seja, haveria uma premissa de igualdade já que se aposta em uma linguagem que supostamente todos compartilhariam igualmente. No entanto, para Rancière há uma lógica, da qual todos compartilhamos paralelamente, de que entendimento só se apresenta sob a forma do “paradoxo desconcertante” e “do conflito interminável” - os que pensam que existem entendimento no entendimento só fazem valer essa dedução sob a forma do conflito do desentendimento (Rancière, 1996:61). É na comunicabilidade política do “desentendimento” que emerge as diferentes inteligibilidades sobre fatos iguais, completa Leite (2002:131) e que é factível a possibilidade democrática, por exemplo.

É a partir das reflexões de Arendt - expostas em diálogo com as leituras da autora realizadas por Feltran e Avritzer - e dessas reflexões de Rancière; que refletiremos, não só sobre a “socialidade” dos encontros (entre os sujeitos que dialogamos nesse trabalho), mas também o que essa perspectiva nos auxiliou para a reflexão das manifestações de junho de 2013⁵³, seus efeitos e as possibilidades que temos para pensar essa insurgência por esses pontos de vista. Principalmente, como alude Avritzer⁵⁴(2006:151), enquanto possibilidade de pensar a política como uma categoria que vá além dos partidos; que gere elementos comuns de ação. Em última instância denotando uma crítica à representação, “que tem como objetivo resgatar a ação da dimensão da disputa do poder”.

⁵³ Sobre as manifestações de junho ou jornadas de junho ver: Judensnaider, 2013; Arantes, 2013; Rolnik, Lassance, Jennings, 2014; Maricato, 2013.

⁵⁴ Como ressalta Avritzer, tanto o pensamento de Marx quanto o marxismo estão baseados em uma identidade entre o ato de transformação da natureza e o processo reflexivo. Para essa corrente, apenas a transformação da natureza pode ser considerada um ato reflexivo gerador de consciência. Nesse sentido, Marx seria o fundador do paradigma da produção e o defensor maior da identidade entre artificialidade e política (Marx, 1976; Habermas, 1968; apud Avritzer, 1996:151).

Guerra



Fig. 0.4

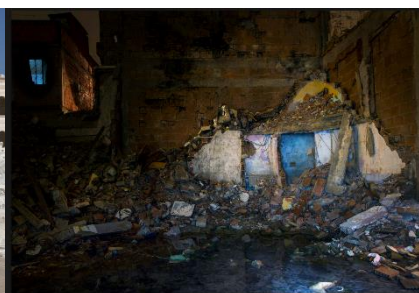


Fig.0.5

Não pretendemos fazer aqui uma comparação do nosso contexto de pesquisa com o das cidades em situação de guerra, ou ocupadas militarmente. No entanto, a guerra enquanto metáfora: de uma situação de trauma e de uma situação de confronto; é evidenciada por nossas interlocutoras quando elas relatam algumas experiências suas nas favelas e vilas. O trauma é relevante no recorte e demarcação dos pontos de amarração expostos nos relatos e que produzem a narrativa da resiliência. Portanto, é importante destacar que a metáfora da guerra, é utilizada não só analiticamente por alguns autores, mas também é utilizada para relatar experiências no espaço das vilas e favelas que pesquisamos.



Fig.0.6



Fig.0.7

Há outra aproximação a esse contexto, que gostaria de sugerir antes de passarmos por uma breve definição da “metáfora de guerra” que nos será importante para, mais adiante, entendermos alguns relatos sobre a situação de exceção das favelas e vilas brasileiras, no que tange a ação repressora da polícia, e também no que tange a sua gênese na autoconstrução.

A aproximação ao cenário de guerra proposta aqui é imagética, no entanto, esse não é um argumento menor. Proponho olharmos as imagens e pensarmos nos deslocamentos internos urbanos através dessas imagens, algumas produzidas pela guerra, outras produzidas pelo desenvolvimento urbano (e os megaeventos como parte disso), ambos, deslocamentos forçados de homens, mulheres, crianças, famílias pelas cidades em diferentes lugares do mundo.



Fig.0.8



Fig.0.9

Essas fotos foram produzidas por fotógrafos profissionais e amadores, entre 2013 e 2014 e retratam os destroços e escombros em algumas regiões de diferentes cidades. Uma parte delas retrata o resultado da guerra civil na Síria iniciada há dois anos e que segundo o ACNUR somava em 2013 um deslocamento interno de pelo menos 2 milhões de pessoas, e mais de 857 mil refugiados sírios no Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Turquia. As outras imagens são da região de Manguinhos, no Rio de Janeiro e da Vila Floresta e Vila Cruzeiro, em Porto Alegre. Imagens de escombros, destroços, entulhos de casas descaracterizadas para a moradia, que é o procedimento utilizado no Rio de Janeiro e em Porto Alegre para destruição das moradias de forma a evitar a reocupação deste mesmo local, pelas famílias removidas ou por outras. Essa remoção que provoca deslocamento forçado, produz escombros e cascalhos que muitas vezes jazem abandonados nos territórios, integra o que iremos chamar nessa tese de uma urbanização disruptiva⁵⁵.



Fig. 0.10



Fig. 0.11

⁵⁵ Uso aqui a versão em gênero feminino para a palavra ‘disruptivo’. Conforme consta no léxico do *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009) disruptivo é um adjetivo e significa: 1 aquilo que provoca rompimento, ruptura, rasgamento 2 que causa ruína; destruidor; destrutivo * ETIM rad. de *di(s)ruptum*, part.pas. do v. lat. *di(s)rumperere* ‘espedaçar, quebrar’ sob a f. *dirupt-* + *-ivo*. De acordo com o dicionário ‘dirupção’ seria 1 o ato ou efeito de diruir 2 desabamento, desmoronamento, derrubada. E ‘disrupção’, é o ato ou efeito de romper(se); ruptura, fratura, dirupção 1 interrupção do curso normal de um processo. Não consta nessa versão do dicionário a palavra ‘disruptivo’, que constava na de 2001. Opto pelo uso da versão mais recente do léxico.

A aproximação das fotografias leva em conta que há uma disposição dos fotógrafos na produção dessas imagens: de cidades destruídas pela guerra, devastadas por bombardeios, incêndios e que resultam em escombros. Tendo em vista uma tradição do fotojornalismo⁵⁶ já bastante ativo, há uma produção no cinema e na fotografia de imagens produzidas sob o impacto de artefatos de fogo, bombardeios aéreos e maquinários de demolição da matéria das cidades – o concreto, principalmente. Boa parte dessa aproximação entre imagens é responsabilidade dos fotógrafos inspirados pelos escombros da guerra que, sugestionado por ângulos e enquadramentos, possibilitam essas aproximações que aqui fazemos. No entanto, não foram só os fotógrafos a enxergar a guerra em terras brasileiras (já que formalmente não a temos) mas os moradores e moradoras que viviam nesses locais ou olhavam essas imagens todos os dias; e que compartilhavam da mesma sensação: “parece um cenário de guerra”. Os moradores de Manguinhos, Providência, Vila Cruzeiro viam suas ruas e casas e comparavam com as imagens que viram por anos na televisão – Guerra do Iraque, Ocupação da Palestina, Confrontos no Oriente Médio - de contextos tão distantes dos seus, cidades destruídas por uma tecnologia de guerra que teve início na segunda guerra mundial. A similitude das imagens das remoções com as imagens da guerra era grande, e tinham como matéria a cidade. Mesmo que o confronto fosse bem diferente.

De acordo com o trabalho de Marcia Leite (2000; 2012) o Rio de Janeiro passou a ser chamado de “uma cidade em guerra” por outro motivo que não estava relacionado (ao menos não diretamente) às remoções como parte da urbanização disruptiva, mas a:

Uma série de episódios violentos (arrastões, assaltos, sequestros, tiroteios, “balas perdidas”, chacinas, rebeliões em presídios e instituições de jovens infratores, paralisações do comércio, escolas e serviços públicos por ordens de bandidos, muitas vezes emitidas do interior de prisões de “alta segurança”).

Eventos violentos que produziram nos moradores da cidade (e não só no das favelas) um sentimento de insegurança diante das “ameaças à integridade física e patrimonial” (2012:380) durante o início da década de 2000. Essa cidade em guerra, segundo Leite, foi formulada no que ela chama de uma “metáfora de guerra”, a partir da partição proposta por

⁵⁶ Ressalto aqui o trabalho de Henri Cartier-Bresson que produziu entre diversas imagens, fotografias da guerra. Em 1947, cria junto a Robert Capa a agência Magnum, que também contou com outros grandes fotógrafos, a maior parte mortos em trabalho. Capa fotografou a Guerra Civil Espanhola, a Guerra Civil Chinesa e a II Guerra Mundial. David Seymour (Chim) fotografou a Guerra Civil Espanhola, a Checoslováquia, e em 1939, documentou a viagem dos refugiados legalistas espanhóis para o México. George Rodger esteve na liberação da França, da Bélgica e da Holanda, na campanha dos Aliados na Itália e durante as batalhas no oeste da África. E William Vandivert, que fotografou a Alemanha no fim da 2ª Guerra. No campo do cinema gostaria de destacar o movimento conhecido como neorealismo italiano que foi criado durante a 2ª Guerra Mundial e que usou como cenários para seus filmes semidocumentais, as cidades italianas bombardeadas. O cineasta mais produtivo desse movimento é Roberto Rossellini.

“um discurso” que chamava a população a escolher um lado. Essa “metáfora” foi sendo utilizada por muitas vezes nos anos seguintes quando se ampliava a “percepção de agravamento da situação de violência”, ou quando “o tema era posto na agenda política pela disputa eleitoral para a prefeitura do município ou a governança do Estado do Rio de Janeiro (Machado da Silva, Fridman e Leite, 2005). A demanda por segurança vinda das camadas médias e altas que exigiam as garantias do “direito à vida” era respondida pelo Estado que atualizava “dispositivos que continham (e implementavam) uma leitura particularista da cidadania e uma dimensão de segregação socioespacial”, que se materializaram em uma solução violenta para um dos lados. Conforme Leite a metáfora induzia a um “repertório simbólico” que traduzia o conflito social em uma situação em que lados e grupos estavam em confronto. De um lado os cidadãos – identificados como trabalhadores, eleitores e contribuintes; os honrados – e de outro lado a *favela* – categoria que não distingue moradores e criminosos. Sendo vistos como inimigos “o extermínio, no limite, é uma das estratégias para a vitória” já que para a autora na situação de guerra se admite medidas excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática (2012:380), para usar as suas palavras. As colocações de Leite são pertinentes e concordamos com ela principalmente na oposição entre o cidadão de bem e o bandido, que foi atualizada pela mídia corporativista durante junho de 2013, quando o bandido foi o vândalo e o cidadão de bem o ‘manifestante pacífico’. Sem minimizar a brutalidade dos conflitos armados que decorreram de um incentivo e uma replicação dessa metáfora nos anos 2000, com um saldo de civis favelados mortos infinitamente maior do que o de policiais ou civil “cidadão de bem”; não é sobre a guerra enquanto metáfora para extermínio e combate a violência que estamos nos referindo aqui. Tampouco seria relevante comparar os números da Guerra na Síria ou da Ocupação da Palestina – que foi de onde saíram algumas das imagens – com o número das famílias que foram removidas, nos lugares por onde passaram os megaeventos e/ou as obras de *mobilidade urbana* no Brasil. Tanto o número de mortos como o de removidos, pelas disputas, combates (e massacres) nesse país, são infinitamente mais altos.

Conflito

A guerra, no entanto, não pode ser confundida com conflito. Como já viemos apontando aqui o conflito é para nós a capacidade de debate, de produção de comunidade e, por consequência, de resiliências às situações adversas vividas cotidianamente pelos interlocutores. Para ressaltarmos a noção de conflito como fundante para a ação e

sociabilidade⁵⁷ entre as pessoas temos que recorrer a noção de unidade, tal como desenvolvida por Simmel. A ideia que temos da unidade (Simmel, 1971:125) pressupõe um duplo sentido enquanto conceito, “designamos unidade como o consenso e a concordância dos indivíduos que interagem em contraponto as suas discordâncias, separações e desarmonias”; e chamamos de unidade “a síntese total do grupo de pessoas, de energias, e de formas ou seja a totalidade suprema, que abrange as relações unitárias e as duais”. Portanto para o autor “de acordo com o nosso sentimento de vida”, com vistas sempre em um consenso e em uma síntese, aderimos a uma forma a fim de que vida se expresse de maneira ‘coerente’; e o oposto a essa forma, o Outro é sempre subtraído ou eliminado. É como se nossa contemporaneidade não aceitasse o conflito, buscando eliminá-lo, criando para isso novos dispositivos polarizantes, já que não aceita a co-presença como parte de uma unidade possível. Por exemplo, o cidadão de bem é visto como positivo e o bandido como negativo. Haveria como tentamos mostrar variedades, sobreposições, mas a polaridade é sempre acionada pelo segundo e os dois se enxergam em contraponto ao Outro.

O que entendemos é que há sempre uma disputa de hegemonia nessa polarização, principalmente quando ela evoca os termos morais do negativo/positivo. E há também, como veremos, lógicas governamentais que reforçam uma negatividade em um binarismo em relação as vilas e as favelas em contraponto a cidade. Como mostra Simmel, a dualidade, a partição binária, são mais cômodas. Para o autor:

“Estamos emaranhados nesse dualismo tanto nas regiões íntimas da vida quanto nas mais abrangentes, sociais e objetivas. Pensamos ter ou ser uma totalidade ou unidade composta de duas partes lógica e objetivamente opostas e identificamos essa nossa totalidade com uma delas enquanto sentimos que a outra é algo alienígena que não nos pertence e que nega nosso ser abrangente e fundamental”

O conflito é importante frisar, está presente tanto nas formas de relação “antitéticas (antagônico/contrário)” como na “convergente”. Para Simmel o “desaparecimento de energias de repulsão (e de destruição) não resulta numa vida social mais rica e mais plena”, a esfera da indiferença é relativamente limitada, porque conforme o autor, nossa atividade psicológica responde com um determinado sentimento a quase todas as impressões que vem de outra pessoa:

⁵⁷ Simmel irá se dedicar ao estudo das formas de sociação. Para o autor a sociação está determinada pelo par que está interagindo, o que levaria a compreensão de uma ética para essa relação. Uma outra questão importante em Simmel é a relação entre cultura subjetiva e objetiva, já que para ele a sociação leva em conta a forma dinâmica da ação dos sujeitos, que vão subjetivando o mundo, através do mundo objetivo. Objetivo e subjetivo são interdependentes, portanto para ele não existiria o mundo objetivo sem os processos de subjetivação do sujeito.

“Ou seja, não é provável que o amor ou a divisão de trabalho, a atitude comum de duas pessoas em relação a uma terceira, a amizade ou a filiação partidária, a superordenação e a subordinação, por si mesmos produzam ou mantenham permanentemente um grupo real”

A relevância do conflito como já vimos também foi destacada por Rancière quando refletiu sobre a política e a linguagem enquanto “mundo comum” das relações humanas. Para ele o “desentendimento” é o conflito implícito ao processo de “compreender”, que por sua vez evidencia as diferentes comunidades de sentido no próprio ato da linguagem. Se a antipatia para Simmel “é a fase preliminar do antagonismo concreto que engendra as distâncias e as aversões, sem as quais não poderíamos realizar a vida urbana”, para Rancière o “desentendimento” é o que garante uma comunidade alternativa dentro da própria linguagem que expresse a partir dela as diferenças sociais, as relações de poder à medida que supõe um entendimento universal a, “pertença universal dos seres falantes à comunidade da linguagem” (1996:67).

O conflito para Simmel (1983:129) é portanto um movimento contínuo e constituinte da sociabilidade humana. Segundo esse autor, faltaria ao “intelecto calculador” um paradigma à unidade, para que se pudesse construir sem tanto apego a essa “competição entre sensações opostas”, para que fossemos forçados a apresentar a nós mesmos como sentimentos misturados, como combinação de muitos impulsos, como competição de sensações opostas, enquanto possibilidades inteiramente coerentes consigo mesmas.

Agência, resistência e poder

Tendo em vista a ampla bibliografia sobre as favelas, principalmente no Rio de Janeiro, é importante situarmos algumas reflexões já realizadas sobre o grupo no qual se situam nossas interlocutoras. Tanto elas, quanto eles se autodenominam como pessoas que estão “na luta”, e que pelas características dessa trajetória de luta constroem sua cidadania insurgente. É um grupo, no entanto, que já foi olhado de outras formas no âmbito da disciplina antropológica e das ciências sociais, e esses olhares são complementares à construção de suas agências, porque muitas dessas interlocutoras conhecem e reutilizam essas definições pela qual já foram classificadas nas pesquisas acadêmicas.

Começamos citando o trabalho de Janice Perlman, de 1977, chamado *O Mito da Marginalidade*, porque nele a autora destaca a existência de uma agência do favelado – mesmo que ainda não tenha sido desdobrada por ela nesses termos. A pesquisa mostra como era hipotética a ausência de integração do favelado no “contexto urbano geral” - contexto que

estamos interpretando como *a cidade*. Perlman busca dentro de diversas marginalidades – cultura, econômica, social – desmembrar a ideia da favela como um “enclave paroquial dentro da cidade” (1977:173). A pesquisa é realizada em um momento que parecia importante evidenciar a vida dos favelados como “ricas em experiência associativa, impregnada de amizade e espírito cooperativo”, um ambiente “relativamente livre de crime e violência interpessoal”. São comuns nas descrições da autora - que viveu “dentro” das favelas pelo menos um ano, entre 1968 e 1969 - passagens comparativas que remetiam a segurança que ela sentia ao circular por esses locais à noite, sensação que ela “jamais sentira em Cambridge ou New York”. Além dessa exaltação romanceada da vida nesses locais, o trabalho é importante, pois no âmbito de uma antropologia urbana, foram as favelas e os pobres, os locais e os grupos privilegiados de pesquisa na década de 80. Em “A Máquina e a Revolta”, de 1985, Alba Zaluar reconstrói o campo conceitual das teorias sociais que embasavam as pesquisas que tinham o “pobre” como objeto, e as peculiaridades do pobre brasileiro enquanto objeto de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Apontando os limites de transposição, de uma definição marxiana do lumpesinato e do *pauper*⁵⁸ a uma realidade da população e mesmo dos trabalhadores brasileiros, Zaluar destaca como o papel do Estado na Inglaterra teria constituído um modelo para a distinção teórica, separando o *pauper* e o trabalhador, já que definia para os primeiros, alguma assistência. E que essa separação já colocava limites na transposição da literatura inglesa sobre proletariado à brasileira. Nota-se que a definição e às dificuldades relatadas pela autora partem de uma orientação relativa aos meios de produção, e as categorizações que se sucedem nesse esforço de remontagem do objeto, a partir dessa orientação. Os trabalhadores brasileiros eram vistos a partir de uma comparação negativa entre os processos de acumulação de capital nos países independentes e países de economia dependente – como era considerado o Brasil, ainda “primitivo”. Esses limites e esses debates levaram, conforme aponta a autora, ao uso de “classes populares” para definição desse grupo que ainda era indefinível pelo pragmatismo das literaturas ou das leituras. De uma maneira quase imprecisa “classe popular” foi usada como nomenclatura temporária diante da multiplicidade de categorias de trabalhadores, autônomos ou assalariados, os que migravam do campo para a cidade; e que também tinham diferentes

⁵⁸ Há uma discussão em torno das classificações de Marx retomada por Zaluar (1985: 38) como forma de expor os dilemas dos intelectuais brasileiros em torno das dificuldades de enquadrar a dinâmica brasileira a algumas dessas orientações teóricas. Para Marx, por exemplo o lumpen-proletariado seria toda a sorte de homens (a prostituta é ressaltada enquanto exemplo para a mulher) que foram desvinculados de seus meios de produção, configurando uma força de trabalho em excesso, mas moralmente distinta do exército de reserva, os desempregados, já que o autor não atribuía a essa superpopulação (desagregada) nenhuma força revolucionária.

relações com o Estado não necessariamente com uma “racionalidade classista” (Zaluar, 1985:40).

A classe popular se torna classificação de amplo uso principalmente em favor de uma questão urbana que “invade e monopoliza” a cena política, o que começa a demarcar não só o campo de uma antropologia com interesses no urbano, mas a cidade como lócus de construção de identidades fabricadas, e de auto definições. Posteriormente, as críticas a uma “cultura da pobreza” apontavam para informalidade e pessoalidade que falava muito mais do pesquisador enquanto um observador dessas características – o popular, o pobre -, perpetuando padrões de interação da sociedade brasileira da qual ele era o observador privilegiado; e o pobre o Outro.

Na trilha intelectual de uma minimização do etnocentrismo contido no panorama traçado por Zaluar (1985:54) estão os caminhos binários de compreensão e definição do outro: “superestrutura/base, cultura/sociedade, ideologia/práticas materiais”, que ainda hoje reverberam na opinião pública, na concepção de alguns militantes de movimentos sociais e em parte das políticas governamentais. De que os pobres são massas desagregadas, que estão fora do processo de produção de ideias, e que seriam meros executores de um projeto que ajudaram a criar; fantoches, passivos receptores de mecanismos de dominação⁵⁹.

É importante também destacar as pesquisas que buscavam evidenciar o projeto de agência dos colonizados diante dos Outros poderosos, e de onde parte a elaboração de uma teoria da agência. Como destaca Ortner (2007b:68) na verdade tratamos aqui de pesquisar “nas margens do poder”, pois é nessa condição que se elabora a “agência de (perseguir) projetos”, que segundo a autora não está relacionada tanto com o par dominação e resistência, mas a “espectros” de resistências em relações maciças de poder. Nesses debates sobre as margens, não é possível seguir sem destacar a reflexão de Das e Poole (2004) que investe em um debate sobre a marginalidade que é referência para uma geração de pesquisadores preocupados com práticas políticas em áreas desenhadas nessas margens, buscando desvelar as práticas disciplinares que conformam o estado nação.

Se por um lado nos nutrimos de reflexões que se dedicam a pensar esses “espectros”, essa contradição explosiva entre “reclamar e regenerar a um só tempo a

⁵⁹ Foi notável na eleição de 2014 que os nordestinos foram constantemente rechaçados pelos eleitores “tucanos”, e pelos comentaristas da mídia corporativista, por votarem em candidatos “petistas”. Foram chamados de burros, acusados de não saberem votar, e de votarem bovinamente, nas palavras de Diogo Mainardi, colunista de um canal dessa empresa de mídia. Para os sulistas, que no Brasil tradicionalmente exerceram o papel da “dominação”, a condição de “fantoche”, de estarem sendo manipulados também foi utilizada para denegrir a opção daquele que pensava diferente. Em contrapartida o argumento dos moradores da região nordeste era de que o voto era uma reação a essa hegemonia.

condição humana” (Sartre, 1961:13), o trabalho de Frantz Fanon nos afeta, ao propor que pensemos na brutalidade do fenômeno da “descolonização”. Para ele é nesse processo que se enxerga a violência da colonização, a medida que “não se desorganiza uma sociedade, por mais primitiva que seja, com tal programa se não se está decidido desde o início, desde a formulação desse programa, a destruir todos os obstáculos encontrados no caminho” (1968:27). Para o autor - que muito nos inspirou para pensar a *desabituação* dos espaços públicos nos centros urbanos de Porto Alegre e Rio de Janeiro e a remoção de determinadas habitações nesses centros - a descolonização, “é simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens”, sem transição.

A resistência à dominação enquanto evidência da submissão esmagadora de uma ideologia - não é a forma com a qual estamos entendendo *resistência* nesse trabalho. Como herança de uma perspectiva mais culturalista resistir, nesse caso, seria imobilizar-se, endurecer-se frente ao impacto de algo que não é permeável. Por isso buscamos pensar nos termos de uma resiliência enquanto uma prática política que expõe o caráter relacional do poder. De acordo com o pensamento de Foucault (Machado, 1979:XVI) as relações de poder não passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência, a prática da resiliência pela forma que vamos ver no decorrer desse trabalho expõe a capilaridade do poder destacado por Foucault a medida que expõe a produção dos domínios no corpo de nossas interlocutoras, em suas casas, em seu tempo, em sua circulação na cidade. A eficácia produtiva é positiva, ela busca discipliná-las, integrá-las, revitalizar o lugar onde elas vivem, docilizá-las, sujeitá-las a uma cidade que exigirá novas e novas insurgências, tentará vincular sua cidadania a outro espaço físico. Um desafio perverso a sua subjetividade enquanto espaço de agência.

Violências

É necessário dizer que o tema da violência vem sido pesquisado na sociologia e na antropologia desde os anos 70 e segundo Alba Zaluar (1999) – que se tornou uma especialista no debate sobre criminalidade violenta entre homens jovens e pobres - foi um tema onde o campo intelectual teve bastante impacto com a produção de pesquisa das ONGS. Ao longo desses anos o debate sobre violência, portanto, foi se desdobrando em diferentes abordagens e subdivisões, que levavam em conta a orientação teórica, a natureza do dado – se etnográfico ou quantitativo – todas estavam preocupadas em definir o que é a violência e que violência se estava discutindo.

A consolidação de um movimento de militância pelos direitos humanos nos anos 80 reinventa esses dualismos, a medida que adere a penúria das camadas mais atingidas pelo capitalismo e pouco depois, pelo neoliberalismo. Conforme Zaluar (1999:3), eles não haviam abandonado de todo “o modelo marxista dicotômico de sociedade, que opunha classe oprimida ao Estado, ou o conflito entre duas classes sociais antagônicas”, e militavam em defesa da cidadania no modelo da construção da nação nesses termos. Conforme a autora, o pobre vinha ao largo das transformações políticas vividas no Brasil durante, e após - e atualmente quase trinta anos após - o fim do regime ditatorial, sendo associados a violência: seja a produzindo, seja sofrendo-a.

É importante destacar aqui, que usaremos violências no plural, e a partir das noções de “coação”, de “terror”, de “pressão”, “sufoco”, “dignidade”, “a forma como está sendo feito” – situações relatadas pelas interlocutoras, nas quais os agentes do Estado estariam ‘lidando’ com elas enquanto não-sujeitos, ou como não-humanas (o que seria uma violência para elas). Para Tavares dos Santos (2009) a noção de “cidadania dilacerada” daria conta desse aniquilamento principalmente em relação a participação social e a cidadania, a medida que as relações autoritárias estão tradicionalmente presentes na vida social brasileira. Conforme Oliveira, a trajetória do conflito no Brasil “impôs a cópia de certas formas da intervenção estatal para regular um mercado que não havia”, e onde o direito social teria se adiantado e servido de base para os direitos civis (legislação trabalhista) e “o que Wanderley Guilherme Santos chamou de ‘cidadania regulada’” (2002:12) que se aplicaria para o Brasil e para a América Latina como um todo. E o que Jessé Souza (2003:166) chamara de “uma ralé” estrutural naturalizada pela reprodução de nossa desigualdade. Para Oliveira, a luta pela cidadania seria a forma contemporânea do conflito de classes; porque ela é uma luta pelos “significados, pelo direito à fala e à política” onde os “direitos adquiridos” estariam situados “no campo semântico burguês” (2002:19) mas “sua apropriação pelo conflito de classes criaria um direito para quem não tem propriedade”.

Obviamente a leitura de Foucault e a própria produção das cidadanias no Brasil nos precaveu de uma consideração de poder que não seja pela microfísica, levando em conta as diferentes configurações dos grupos e sociedades no sentido de não considerá-las homogêneas e novamente, “oprimidas” pela dominação. O homem público, mesmo entrincheirado em seus *lugares*, “se dá a conhecer”, sugeriu Leite (2002:121) ao defender que é na vida pública que as pessoas reafirmam suas diferenças e legitimam suas visões de mundo, no sentido do que já ressaltamos de nossa leitura de Hannah Arendt. É no espaço público que se torna factível a possibilidade democrática. Somente no âmbito da vida

pública, e nunca na esfera privada, as pessoas compartilham ou disputam realidades, de onde aflora a condição humana da pluralidade (Leite, 2002:121). A metáfora Cidade para um serviço da qual o “cidadão” da favela é privado, tem bastante adesão entre alguns atores que circularam na rede de contestação aos megaeventos e as *obras de melhorias* nas cidades sede. Entorno de um urbanismo que se torna, “ideologia e prática” Lefebvre (2011) coloca o direito à cidade como sinônimo de direito à vida urbana. Tendo em vista as clivagens que desenham a vida urbana, e a cidade–metrópole enquanto a cidade dos megaeventos, temos aí um grande ponto de tensão que nos acompanhará por todo o trabalho.

Cidadania insurgente

Para nós a sugestão de Oliveira (2002:12) de que a cidadania é um estado de “espírito”, e de que é irredutível à quantificação, é deveras relevante, principalmente porque ela antecede uma outra reflexão do autor e que muito nos auxilia na compreensão dos contextos, para além de uma polarização que restringe ações e insurgências. Para o autor, embora o bem-estar e a alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimos de cidadania. Esse “economicismo” pagaria o preço de desconsiderar como cidadãos aqueles que não têm meios materiais de bem-estar e qualidade de vida.

É relevante nesse momento também destacar nosso diálogo com o trabalho de James Holston para quem a experiência da cidade é crucial para a insurgência de uma nova formulação de cidadania. Para o autor as cidades são arenas estratégicas para o desenvolvimento de diferentes graus de cidadania (2013:48), para ele “as cidades fornecem a densa articulação das forças globais e locais em resposta a qual as próprias pessoas pensam e agem na política, tornando-se novos tipos de cidadão”. Na obra “cidades insurgentes” o autor constrói um debate sobre a característica disjuntiva da cidadania brasileira, que estaria no cerne da formação do sujeito urbano, em cidades de todos os portes – as megacidades, as cidades pequenas, as rurais, as cidades amazônicas. Para Holston é na cidade que as cidadanias no Brasil se promoveram e não a partir de um Estado-nação. Discorrendo sobre a trajetória histórica de construção das cidadanias nas constituições francesa e americana, o autor chega até diferenças entre as duas no que concerne a construção de suas divisões e construtos de direitos civis, políticos e sociais, dando destaque para os conflitos entorno dessas construções. Para o autor, a “inclusão brasileira” no aspecto de construção do seu cidadão nacional nas Constituições é fruto de uma compilação de termos, textos e intenções,

e produz a mais liberal das inclusões, com uma interpretação do *jus soli* que é includente e irrestrita (2013:97) para todas as pessoas livres do Brasil independente de seu perfil racial – o que era um tema indigesto na construção da cidadania americana, por exemplo. A limitação da cidadania política e a restrição à propriedade privada são, no escopo dessa liberdade que produz o cidadão nacional, os elementos que constroem a diferenciação entre uns e outros no Brasil. Produzindo desde essa época uma cidadania que era ampla no sentido do pertencimento ao Estado-nação, mas extremamente restritiva no acesso aos direitos - sociais, civis e políticos - da maior parte dos ‘cidadãos’. Essa diferenciação subjetiva quando colocada no cerce da letra da Constituição brasileira gera uma dualidade do *logos*, que é um belo exemplo do que Rancière configurou como “desentendimento” – ou seja, fornece o *telos* (1996:56) da razoabilidade e da justiça, ao mesmo tempo que explicita a desigualdade na ação do “entendimento”. O entendimento só existe no entendimento sob a forma do conflito do desentendimento (1996:61), ou seja, entendemos que somos todos cidadãos perante a Constituição, ao mesmo tempo que sabemos que não somos iguais aos outros. Essa diferenciação, Holston chamará de “cidadania diferenciada”.

O tema da cidadania é um ponto importante para nós a fim de pensar essas diferenças que estão na base da construção das desigualdades brasileiras até a atualidade. Com foco da pesquisa nas periferias de São Paulo – Jardim das Camélias e Lar Nacional – Holston destaca a insurgência como base de uma cidadania democrática construída pelos moradores dessas periferias através da autoconstrução de suas moradias. Os mesmos “lugares históricos da diferenciação – os direitos políticos, o acesso à terra, a ilegalidade, o servilismo” (2013:4) teriam alimentado a irrupção de uma “cidadania insurgente” capaz de desestabilizar os privilegiados, ou seja, os cidadãos que tem acesso aos direitos no Brasil. A possibilidade de dialogar com os moradores - tanto do Morro da Providência, quanto os do Morro Santa Teresa, em Porto Alegre - a partir da chave de que eles estavam construindo uma cidadania insurgente, foi uma contribuição importante dada pelo trabalho de Holston. Principalmente porque essa possibilidade de cidadania - frente a uma outra, que os diferenciava e os negava direitos - viabilizava vê-los enquanto sujeitos com agência, e não somente como vítimas.

Resiliência

A chamada “teoria da resiliência” emergiu nos anos 70 a partir de um grupo de cientistas que estudavam ecossistemas e que perceberam algumas situações limites neles;

alguns eventos que modificavam o sistema e na qual não era possível prever os passos seguintes, já que eles passavam a apresentar uma dinâmica não-linear, uma variação. A auto-organização, a mudança de direção não permitia que o sistema voltasse a se organizar como antes. Os “tipping points”, ou pontos de ruptura, eram a demarcação para essa mudança, e olhar os sistemas a partir dessa perspectiva foi chamado de “nova ecologia” (Nightingale e Cote, 2012), já que propunha o entendimento de outros e múltiplos estágios ao ecossistema. Ele passava, então, a funcionar de uma nova maneira, controlado por processos diferentes dos que antes eram conhecidos. Era o caso de transições críticas para ambientes como a Savana e as florestas frente as mudanças no clima, desmatamento, mudança na formação do solo e na diminuição da fauna que ocupava esses locais conforme relatam Hirota, Holmgren, Van Nes, e Scheffe (2011).

A teoria da resiliência, portanto é oriunda do campo da engenharia, mas com foco nos estudos de ecossistemas, principalmente, aqueles em que a transformação é extremamente ágil, condição que vem sendo registrada em estudos sobre as formas de monitoramento e conhecimento desses novos comportamentos, a partir da resiliência. Há uma grande produção de estudos sobre a resiliência no campo da engenharia, dos sistemas de eletricidade (Zhu and Ruth, 2013; Molyneaux, Wagner, Froome and Foster, 2012), na ecologia enquanto metáfora relacionada ao ecossistema de sustentabilidade (Molyneaux, Wagner, Froome e Foster, 2012) sistemas socioecológicos (Leslie and McCabe, 2013), nos estudos sobre o risco (Seery, 2010). A partir dos anos 90 esses estudos são trasladados as áreas das ciências humanas, na biologia, mas também na psicologia - que busca ver a resiliência como uma oportunidade multidimensional de maximizar a oportunidade dos membros de “comunidades de resiliência”, por exemplo, em enfrentar os desafios e adversidades (Mason and Pulvirenti, 2013); entre grupos de refugiados, nos estudos sobre criminalidade. Também há estudos na área da psiquiatria, da saúde mental (Davydov, Stewart, Ritchie and Chaudieu, 2010), na pedagogia, mas também na geografia humana, nos estudos urbanos (Wagenaar and Wilkinson, 2013) e no campo das ciências sociais, inclusive com críticas ao seu uso enquanto uma política de resiliência (MacKinnon, 2010). Há também alguns livros de autoajuda e de motivação empresarial, que usam o termo para caracterizar “sujeitos de sucesso”. Mas há uma grande quantidade de pesquisadores que investem na resiliência como uma qualidade na inteligência emocional do indivíduo, ou com estudos de caso sobre adolescentes vítimas de violência sexual, crianças em situação de vulnerabilidade (Richaud, 2012) mulheres vítimas de violência, pessoas ou grupos que passaram por traumas profundos, individualmente ou coletivamente. Aqui vamos nos aproximar mais desses

últimos estudos, principalmente a partir dos textos de Boris Cyrulnik (2003; 2009) mas também tentando dialogar com essa outra bibliografia sobre o tema à medida que ela nos auxilia a refletir sobre as escolhas narrativas daquelas e daqueles que participam desse trabalho. A antropóloga Marta Cioccarì (2011:40), por exemplo, utiliza a expressão resiliência para a reflexão sobre as narrativas e relatos de repressão feitos por trabalhadores durante o regime militar no Brasil, a partir da obra de Cyrulnik (2009). O sentido que ela dá ao termo, é de enxergar a narrativa como uma reconciliação com a própria história, que pela experiência traumática da repressão deixam sequelas emocionais que na reestruturação provocada pelo relato, integrariam um projeto de libertação desses sujeitos.

Esses estudos contribuíram para a reflexão mais aprofundada dessa “cidadania insurgente” enquanto forma de produção de uma experiência mais digna na cidade. Aderimos, portanto, a autoconstrução como criadora da autonomia dos sujeitos frente a hegemonia da cidade legal e formal da qual por intermédio da Constituição e de sua lógica de uma “cidadania diferenciada” eles estariam sempre subordinados. A construção de uma alternativa de permanência nas vilas e favelas se dá pela construção de uma nova temporalidade nesse espaço, a fim de evitar o isolamento, a privação, que nos termos de Arendt, não contribuiriam a construção de um mundo comum. Essas alternativas, nesse trabalho, estão sendo pensadas a partir das experiências desses sujeitos na construção de alternativas para diálogo e formação de um mundo comum. Compreendi a experiência de escuta desses relatos como forma propositiva de uma narrativa que acionou escolhas, experiências pessoais, sentimentos e traumas, matérias que na interlocução podem produzir a resiliência. E a produção de resiliência enquanto resultado do compartilhamento de um comum, é prática política.

Voltamos a noção natalidade, portanto, que surge dos estudos de Hannah Arendt através da busca pela transcendência da prática da política para além de um ação-fim, ou seja, a política é por si uma prática de entendimento do mundo à medida que a interação dos sujeitos no espaço público e o compartilhamento de sentidos através do conflito e do debate é único, e não tem como objetivo a institucionalização ou a institucionalidade. Assim como a relação de nossas interlocutoras com as governamentalidades são diferenciadas - mesmo que geralmente provoquem ou sugiram uma estagnação e como veremos o controle do seu corpo e do seu tempo - a vida cotidiana e por consequência as práticas políticas não tem como fim a institucionalização, não unicamente.

Observar a resiliência, portanto, foi uma forma de compreensão das dificuldades, desafios, dos “entrancheiramentos”, em distintos momentos da luta como “inerentes as

estruturas de poder e suas práticas” (Holston, 2013:35), mas substancialmente como uma forma de insurgência e de transcendência, mesmo que restrita a formação das subjetividades desses sujeitos, e não como ação direta, ou resistência dura a dominação.

“Periferia é periferia em qualquer lugar”⁶⁰

Os dois locais em que pesquisei, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, integravam o grupo de *territórios vulneráveis*⁶¹ de um conjunto de 11 regiões metropolitanas do país consideradas com os maiores índices de violência, segundo o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado em 2007⁶² no segundo mandato do governo Lula (PT). Construído com base em uma integração entre ações preventivas e articulações entre: diferentes polícias (nos níveis estadual, federal e também a guarda municipal), diferentes instâncias civis do município, e representantes do estado, o objetivo era a ‘contenção’ da criminalidade nesses locais. O Programa possuía diversos projetos e propostas de canais de diálogo a fim de alcançar esse objetivo. Eram muitas, também, as cidades que receberiam o Programa, que foi implementado inicialmente no fim de 2008, em ‘bairros carentes’ de Recife (PE), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ) e do Distrito Federal.

Duas dessas ações do Pronasci – Mulheres da Paz e Protejo⁶³ – faziam parte dos projetos implementados no Morro da Providência e no Morro Santa Teresa. Localizados respectivamente na área central do Rio de Janeiro e na área central de Porto Alegre esses Morros tinham uma composição híbrida. Eram constituídos por manchas com casas muito

⁶⁰ Letra de Edy Rock, música do álbum do grupo de Rap paulista Racionais Mc’s cujo título é *Sobrevivendo no Inferno*.

⁶¹ Os territórios foram definidos com base em relatórios georeferenciados que mostram que a violência nas cidades brasileiras está concentrada em áreas específicas, tradicionalmente habitadas por uma população pobre, com precário desenvolvimento urbano e altas taxas de abandono escolar. Essas áreas são precisamente as mesmas utilizadas como pontos estabelecidos de tráfico varejista de droga, que, mais além, refletem a alarmante presença de armas de fogo entre a comunidade e a falta de vontade de cumprir as regras sociais e aceitar acordos culturais de coexistência pacífica (ONU, PNUD 2010-2011).

⁶² Aprovado pelo Congresso Nacional em 24 de outubro de 2007 (Lei nº 11.530) o Pronasci foi criado pelo Ministério da Justiça na tentativa de articular as políticas públicas de segurança com programas sociais. Considerado um modelo mundial de política pública de segurança contra a criminalidade as declarações e metas governamentais do programa incluíam ações preventivas, o apoio das comunidades para o combate à violência, a reestruturação penitenciária e a valorização das instituições de segurança. Foi implementado em 21 estados, o Distrito Federal e 109 municípios. Em 2007, todo o orçamento do Ministério da Justiça (incluindo polícias Federal e Rodoviária Federal, fundos Penitenciário e de Segurança) foi de R\$ 1,7 bilhão; em 2008, R\$ 1,026 bilhão foi investido somente nas ações do Programa.

⁶³ A Medida Provisória instituiu os programas Bolsa Formação, Reservista Cidadão, Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo) como parte do Pronasci. Cf. consta no Programa, o Mulheres da Paz destina-se a mulheres que exerçam papel de liderança nas comunidades atendidas pelo Pronasci que tinham como incumbência identificar os jovens de 15 a 24 anos em situação de risco social ou em conflito com a lei com o objetivo de integrá-los em programas sociais. Elas recebiam para esse trabalho um auxílio mensal de R\$ 190,00. Esses jovens identificados geralmente eram encaminhados ao Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo) que assistia jovens “expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas, por meio de programas de formação e inclusão social”.

miseráveis, e outras que se dividiam entre: 1. Moradias sem título de propriedade do terreno, porém com um padrão de autoconstrução sólido⁶⁴; 2. Prédios públicos em funcionamento, vazios, ou em processo de desativação; 3. Comércio formais e informais; 4. Empresas de rádio e televisão privadas ou públicas; 4. Residências cujos os proprietários possuíam título de propriedade do terreno, estivesse o imóvel ocupado ou não por ele; 5. Residências cujo valor venal ultrapassava cem salários mínimos; 6. Terrenos de propriedade do Estado (federal ou estadual) e também de propriedade privada, sem imóvel construído no lote, “vazios”. Conforme a legislação que implementa o programa, para a efetivação dos *Territórios da Paz* - como ficou conhecido o conjunto de projetos pensados para conter a criminalidade nessas regiões - era necessário que fosse firmado um acordo entre o município e o Ministério da Justiça para instalação de um Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Era dele que partiriam, após deliberadas coletivamente, as ações oferecidas pelo Programa conforme as especificidades de cada território. Esse acordo era parte da cena ideal vislumbrada nesse ano pelos entusiastas do Pronasci. Não foi exatamente assim que ele foi implantado em Porto Alegre em 2008 e nem foi dessa forma que o Programa foi conduzido no Rio de Janeiro, conforme veremos. Algumas das mulheres com quem conversei e que me auxiliaram a compreender a dinâmica da vida nesses lugares - a resistência e a transformação enquanto parte dessa dinâmica cotidiana que chamei de resiliência - faziam parte da ação ‘Mulheres da Paz’, justamente por conhecerem bem os meninos público-alvo do projeto ‘Protejo’. A atuação no Mulheres da Paz não é o que me aproxima delas inicialmente, mas posteriormente sua participação no projeto acaba auxiliando na compreensão da especificidade desses lugares em relação aos programas e políticas governamentais disponíveis para eles e para aqueles que viviam deles.

As áreas pesquisadas estavam, portanto, entre aquelas consideradas mais violentas das cidades. Essa todavia também não foi a característica que me levou até elas, em diferentes momentos do ano de 2011. Cheguei até esses Morros por que eles integravam projetos de transformação urbana aprovados pelo governo e divulgados pela mídia entre os anos de 2009 e 2010, sob a categoria “obras de mobilidade urbana”, obras de “requalificação de espaços degradados”, “urbanização, regularização e integração de assentamentos precários” e que faziam parte direta ou indiretamente do que foi reivindicado pelos governantes (os de nível federal e os que tinham a tarefa de executar essas obras em seus

⁶⁴ Casas feitas de alvenaria, construídas, reformadas (ou ambas) pelos moradores, com instalação de água construída pelo próprio morador ou pela prefeitura, rede de esgoto também implementado nessas condições; com mais de um cômodo e geralmente com banheiro integrado e em alvenaria também.

municípios) como ‘o legado da Copa do Mundo’ ou o ‘legado das Olimpíadas’ para o país. Um dos Morros ficava muito próximo a um estádio de futebol escolhido como um dos 11 (onze) que receberiam os jogos da Copa do Mundo. Ao redor dele avenidas seriam reformadas e um grande ‘corredor expresso’ seria construído, como resultado do alargamento da Avenida existente⁶⁵. Seus ramais de acesso seriam ampliados e redesenhados para dar forma a um projeto de requalificação da orla sul do rio que margeava a cidade, o Rio Guaíba. O outro Morro ficava enfiado numa área considerada hostil pelos governantes há mais de um século; que a consideravam berço de toda a sorte de episódios ‘desordeiros’ no Rio de Janeiro: revoltas populares, boemia, violência, doença, itinerância, comércio ambulante de mercadorias e mais recentemente comércio varejista de drogas ilícitas e consumo de uma delas – o crack - nas ruas. Com a intenção de modificar a imagem negativa de área *desordenada* que a iniciativa do Projeto Porto Maravilha foi lançada pelos representantes do governo do estado, município e governo federal em 2009, no Cais Mauá, a cerca de 750 metros do Morro da Providência. A Zona Portuária, da qual o Morro fazia parte, passaria por uma ‘requalificação’ bilionária, que um ano mais tarde seria incluída pela Empresa Olímpica como parte das obras da ‘Cidade Olímpica’ - que era como o prefeito convencionou nominar o município do Rio de Janeiro para a recepção dos Jogos Olímpicos de 2016.

Esses Morros, portanto, estavam no foco - entre 2007 e 2010 - de projetos que propunham mudanças, vindos de políticas governamentais de dois tipos diferentes. Eram alvo de um Programa ‘inovador’ que pretendia unir esferas que sugestivamente estavam separadas - Segurança Pública e Cidadania - pois eram considerados territórios que irradiavam e produziam violência, com carência de cidadania. E eram alvo de projetos destinados a *melhoria* da mobilidade da cidade, os quais eles não seriam diretamente beneficiados, mas seriam diretamente atingidos – tendo que se sujeitar a isso de bom grado, pois discursivamente os governos afirmavam que eram obras realizadas pelo *progresso* da cidade.

Reuniões e acúmulo

Para o futuro e pelo *progresso*, para aqueles que vinham de *fora*; esse era o eco da execução de tais projetos em populações que tradicionalmente tinham uma relação conflitiva com a maior parte das instâncias estatais. No cenário desses dois tipos de intervenção que

⁶⁵ A construção da Avenida Tronco foi a obra que mais removeu moradores em Porto Alegre, e é uma das 8 obras vinculadas a realização da Copa do Mundo na cidade. Entre elas estão: duplicação da Av. Voluntários da Pátria, prolongamento da Av. Severo Dullius, duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva, monitoramento operacional de corredores de ônibus, construção de viadutos na 3ª perimetral, reforma do complexo da rodoviária, implementação de BRTs.

entidades ligadas aos movimentos sociais do amplo campo dos direitos humanos, organizações, e pesquisadores começam a se articular e a se reorganizar para constituir na prática da *advocacy*⁶⁶ uma rede de contestação e produção de informação com os moradores desses lugares, reativa às ações propostas pelo governo para os seus territórios. É nesse cenário também que inicio a minha pesquisa de campo.

Para entrarmos nesse universo é preciso a compreensão de algumas outras cenas e campos de disputa do qual alguns atores partem, e na qual outros dialogam quando estão em contato nessa rede. As interações são promovidas geralmente por encontros marcados na forma de reunião, debate, seminário, oficina, atos. Que reúnem pessoas de diferentes contextos, lugares e tradições em uma ampla gama de posicionamentos que se desdobram dos movimentos sociais brasileiros; organizações de escala internacional, orientadas por convenções e acordos também mundiais. Por essa dissonância e pelo fortalecimento dos encontros a rede que se forma proporciona um *acúmulo* de vivências pessoais em experiências interpessoais e é a qualidade desse *acúmulo* que a faz mais ou menos eficaz ou *vitoriosa* já que em sua formulação, notaremos, ela tem um lado. A relação entre os integrantes, a *troca de experiência* - que muitas vezes orienta os cursos, oficinas ou encontros de formação – é feita no que os integrantes da rede chamam de *reuniões*. A importância da troca e da sociabilidade que o espaço das *reuniões* promove foi densamente descrito e analisado por John Comerford (1996) no contexto das organizações de trabalhadores rurais no Brasil. Há muitas aproximações possíveis entre o contexto de militância rural e as formas de associação urbana, porém não acredito que as próprias se definam assim separadamente. Diferente do objeto de pesquisa de Comerford, os atores com que interagi na pesquisa não pertencem há tantas organizações formais, que possam ser beneficiadas ou influenciadas pelas relações decorrentes da sociabilidade mais fluída das *reuniões*. A composição delas é mais dissonante – há sindicatos, organizações civis, movimentos, e civis sem vínculo com nenhuma dessas formas associativas. A rede é por si a expressão de uma associação múltipla e supostamente horizontal, com adesões pendulares, situacionais, o que a faz plural e instável, porém capaz de promover vínculos estáveis através da ideia de *acúmulo*. Essa

⁶⁶ *Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)*. Tática política utilizada pelo movimento feminista brasileiro desde a década de 80, quando o chamado “lobby do batom” buscava espaço para as demandas desse movimento no contexto da assembleia constituinte. Essa ação política se tornou muito comum em todos os movimentos sociais a partir desse período, não se restringindo a agenda feminista, e tem o objetivo de fazer o “controle social” por parte da sociedade civil às decisões e deliberações da esfera institucional, governamental. Para uma definição da tática ver o material produzido pela organização da sociedade civil. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1566:advocacy-uma-acao-politica-de-novo-tipo&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146>; acessado em mar. 2014.

relação entre estabilidade e instabilidade não é dada, como no caso do trabalho de Comerford, pela oposição entre as estruturas de organizações formais em contraponto ao espaço mais “quente” (1999:55) construído nas reuniões.

Sem preocupação com a promoção de vínculos institucionais, a noção de estabilidade para as redes que estudei remetia, no contexto do ano de 2010, a uma estática, a um enrijecimento de ação que é justamente o que não buscava este tipo de associação. Havia uma consciência de que a mobilização popular enquanto instrumento de pressão era o caminho para a conquistas das demandas articuladas nas reuniões. O que os movia na construção de uma rede era a reiteração da fluidez e maleabilidade que essa forma supostamente promovia, considerada enriquecedora para o movimento social em um entendimento mais amplo.

Notava-se também alguns desgastes nesse período - dos grupos que integravam a rede com as organizações formais, mas também com os movimentos sociais tradicionais, da qual alguns integrantes inclusive faziam parte. Era consenso, a insuficiência política das direções estudantis tradicionais (Pomar, 2013) afastadas das bases das lutas sociais, assim como a maior parte dos movimentos sociais e os partidos. Era pungente a crítica aos movimentos sociais que buscaram uma aproximação quase simbiótica com as esferas governamentais, abandonando a independência e a autonomia de suas demandas e de suas lutas. O tema do *legado*, do *desenvolvimento urbano*, das *ciudades*, desnudava a estrutura desigual por trás desses projetos, financiados por grandes corporações financeiras que estavam muito próximas do Estado – pelos recursos, pelos acordos, pelas concessões, pelas propriedades urbanas – assim como os movimentos sociais também estavam. A manutenção de uma rede revivia as táticas e o projeto da rebelião Zapatista (EZLN) em 1994, que buscou criar “um lugar” - Chiapas, enquanto zona material para um engajamento e uma luta que era global: a luta contra o neoliberalismo. O EZLN em sua época inicial utilizou recursos da mídia globalizada disponível (ainda pré-internet) lançando notas simultâneas de abrangência global através dos jornais de abrangência internacional, cartas, ações comemorativas, chamadas para encontros. O inimigo tão poderoso como o capitalismo em sua versão neoliberal, era reencontrado após décadas de estagnação dos ideais revolucionários, declínio do socialismo, com seus teóricos sendo ainda reinventados em leituras menos pragmáticas. Diante do desencanto, da penúria das utopias, cria-se com esse movimento global de resistentes, que convidava os desencantados de todo o mundo a se reunirem na força virtual de uma rede, conclamada por rebeldes maias (Abdel-Moneim, 2002) mas buscando ligação com outros movimentos globais. Cria-se nesse momento, portanto, e a partir da iniciativa dos

indígenas, a “Peoples' Global Action (PGA)”, que conforme sugere David Graeber (2009) é o ponto inicial de uma rede contra o capitalismo⁶⁷ que teria se desdobrado até a atualidade. No presente a rede contaria com insurgências físicas e ocupações de espaços públicos como no caso do movimento “dos indignados”, na Europa, e nos EUA, em 2011. Esses indignados – M12M (Movimento 12 de Março ou Geração à Rasca), em Portugal; Movimento 15 de Março ou Movimento dos Indignados, na Espanha; Occupy Wall Street, nos EUA - conforme nos apresentam os autores que integram a coletânea *Occupy* (2012), foram manifestações posteriores aos levantes que derrubaram as ditaduras no norte da África⁶⁸, em 2010. E anteriores ao nosso “junho de 2013” – que, todavia, ainda reserva-nos pela proximidade, muitos aspectos a entender e a aprender.

Feita essa digressão, é importante ressaltar que a construção da rede que estudamos, a partir de 2010, não foi construída a passos claros e formais, com metas e objetivos traçados a longo prazo. E nem promovia em suas discussões, e encontros, debates que procurassem estabelecer seus vínculos e aproximações com movimentos e momentos passados, nem com as contestações que acabamos de ver. Isso foi sendo feito posteriormente, e após junho, ganhou mais força. A sua vivacidade, todavia, estava amparada em um alto nível de disjunção entre as comunidades alvo de projetos governamentais. O *acúmulo* traduzia a experiência compartilhada na tentativa de minimamente se unir contra esses grandes projetos urbanos, mas não sem produzir e reproduzir afetos. São esses afetos que redesenham a rede constantemente, a mantendo com a elasticidade que o nível de disjunção sugere. Se o sujeito que é alvo dos projetos governamentais é um resiliente, pelas razões que vamos tentar ver mais adiante, a rede que ele integra também tem que ter essa capacidade de distensão, sob pena de se extinguir. Os afetos e as trocas feitas em uma caminhada, nas reuniões, em um encontro, em uma oficina, em uma viagem para qualquer uma dessas atividades, são o que

⁶⁷ Importante destacar aqui o trabalho de Nina Glick Schiller (2007:449-467) em que ela ressalta que o Capitalismo seria atualmente um sistema global das relações econômicas que se estende por todo o planeta, se tornando o contexto e o meio para as relações humanas com diferentes efeitos. Não raro o termo globalização é usado para falar sobre períodos de integração mundial intensa através do sistema capitalista de produção, distribuição e comunicação.

⁶⁸ Conhecido como Primavera Árabe os levantes tiveram início em dezembro de 2010 na Tunísia, com protestos que se espalharam pelo país. Dez dias depois, o presidente Zéni El Abdine Ben Ali abandonaria o posto após 23 anos no poder. Em fevereiro de 2011, após muitos dias nas ruas exigindo a saída do presidente Hosni Mubarak sob a acusação de ditador, os egípcios conseguiram derrubá-lo após 30 anos no poder. A maior parte das manifestações aconteceram na Praça Tahrir no Cairo, capital do Egito. Tunísia e Egito foram às urnas para novas eleições e os partidos islâmicos conseguiram se eleger nos dois países. A Líbia também fez parte da Primavera Árabe derrubando o presidente Muamar Kadafi, após uma guerra civil de 8 meses. Depois de 42 anos no poder Kadafi foi capturado, torturado e morto pelos rebeldes. O Iêmen foi o último país a conseguir derrubar o seu presidente, Ali Abdulhah Saleh após um ataque contra a mesquita do palácio presidencial, em Sanaa. Com receio de ser assassinado, Saleh assinou um acordo para deixar o poder e o vice Abd Rabbuh Mansur Al Radi assumiu o poder anunciando a criação de um governo de conciliação nacional.

traz o *acúmulo e a força dessas relações*. A intensidade das atividades qualifica esse tempo fortalecendo, pela quantidade de encontros, redes muito jovens. Por exemplo, o período de 2010 a 2014 qualificaram a ANCOP pela intensidade de atividades que foram vivenciadas entre seus membros e que foi proporcional à intensidade das ações governamentais nas comunidades que a articulação apoiava, nos dois eixos citados anteriormente – segurança e requalificação urbana. É uma articulação de apenas quatro anos, jovem em comparação a articulações mais antigas, de trinta anos ou mais, e que ainda estão ativas no Brasil. No entanto, a juventude não é um parâmetro negativo. Porque o tempo aqui citado não é o tempo da tradição, mas o tempo da *experiência*⁶⁹. É a qualidade dela que os define jovens ou/velhos, é ela que os permite inverter esses lugares, é a *experiência* que mistura urbano com rural, que transforma tradições ou as ameaça. É na troca dos afetos que vivências são passadas e repassadas e essa é a força das redes em contraponto a uma organização mais formal e institucionalizada e é a sua crítica a elas.

Mudanças relevantes

Os anos de 2006 e o ano de 2010 são paradigmáticos para a tradição dos movimentos sociais, sejam eles do campo ou urbanos. No primeiro ano o partido dos trabalhadores (PT) reelege o mesmo governante para o cargo do governo federal; e em 2010, elege uma outra candidata, porém do mesmo partido, Dilma Rousseff. Escrevendo um novo capítulo para a história da democracia no país: a manutenção de um estado fortalecido para promover ações de combate à pobreza (Singer, 2012:22), com rearranjos entre os mandatos, mas no cerne de um projeto político que guardava um fundamento de classe.

A reeleição de 2006, inaugura um fenômeno que foi descrito como “lulismo” por André Singer (2012) e como destaca o autor não é feito de poucas contradições. Quando Lula vence em 2002, sua eleição muda o curso do cenário político nacional. Pela primeira vez o “conservadorismo popular” (2012:59) venceu a si mesmo, e os eleitores escolheram um partido com orientação de esquerda para o cargo de presidência. Era a quarta vez que Lula concorria ao cargo (1989, 1994, 1998, 2002), vencendo a última vez com 52 788 428 votos e na eleição de 2006 com 58 295 042⁷⁰.

⁶⁹ Quando Turner cita Dilthey (2005) para pensar em uma estrutura da experiência, ele diferencia “a mera experiência” - que seria a passiva resignação e aceitação dos eventos - de “uma experiência”, que seria situação privilegiada para pensar a “estrutura da experiência”. Para ele o conflito é causado por fatores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo. A experiência também é importante para Schutz, que estabelece os vínculos entre o noético – os processos conscientes da própria experiência – e o objeto da experiência, o noemático.

⁷⁰ Nas duas eleições que venceu, em 2002 (4ª candidatura) e em 2006 (5ª candidatura) Lula vai para segundo turno com representantes do PSDB, conhecidos como “tucanos” - sendo que os eleitores do PT eram conhecidos

Há várias respostas e desdobramentos acadêmicos sobre as mudanças no PT desde sua criação na década de 80, “embalado pela aspiração de que a volta ao estado de direito representava também um reinício do país”, até a atualidade, em que o partido disputou a sua 7ª candidatura ao cargo da presidência, reelegendo Dilma Rousseff para um segundo mandato. Singer cita pelo menos quatro (2012:86-87) desses argumentos, vamos aderir a um deles, por ser bastante acalentado pelos movimentos sociais e entidades com quem dialogamos ao longo da pesquisa, a fim de refletir sobre o ciclo de mudanças que vem passando a política brasileira, bastante relacionada aos dois anos destacados no início desse item.

Sindicalista, Lula teria sido apoiado pelos movimentos sociais em todas as candidaturas a presidência, e também nas candidaturas estaduais e municipais que o PT concorreu e ganhou no país ao longo desses anos. Conforme relatam alguns integrantes de entidades e militantes ligados a diferentes movimentos sociais, o primeiro governo de Lula expressava o momento de construção de uma nova forma de governança no país, pautado na participação efetiva desses ‘companheiros’ em Conselhos, Secretarias em diferentes instâncias estatais - ainda sem tradição de uma participação social mais sistemática na formulação de diretrizes e orientações para o investimento dos recursos, principalmente, em relação às demandas sociais. Essa ‘ocupação’ das instâncias do governo pelos movimentos, mudou a cor e a face daqueles que circulavam entre os prédios ministeriais de Brasília, marcados pela austeridade e formalidade anteriores. Reunidos os movimentos sociais passam a compor as esferas estatais a partir dessas novas formas de governança implementadas por Lula, que expandiu os conselhos nacionais – fortemente limitados às áreas da saúde e assistência social (Avritzer, 2010) – e as conferências nacionais, que se tornaram “marcas” dos seus governos. “Na política não há espaço vazio” me disse uma vez um interlocutor ligado ao PT/RS; e eles foram de fato ocupados pelos movimentos sociais e por entidades ligadas a eles, empenhadas na produção de políticas públicas para demandas sociais.

Não tardou para que o campo dos movimentos sociais fosse reconhecendo que essas escolhas – e esse projeto de ocupação – tinham ganhos, mas também perdas. De todo modo não eram todos os movimentos sociais que compunham as esferas de participação do governo, em geral eram os mais antigos e mais próximos ao PT. As entidades que se mantiveram enquanto movimento social durante esse período – com bastante clareza na separação do que eram as ações do movimento e o que era a participação pontual no governo

como sendo os “petistas”, ou mais pejorativamente como “petralhas”. Na quarta vez ele concorre com José Serra, e na quinta com Geraldo Alckmin, ganhando por aproximadamente 20 milhões de votos de diferença.

- em geral eram aquelas que ocuparam os espaços de participação, mas depois se afastaram deles, particularmente ou institucionalmente. As entidades mais próximas aos governos foram se constituindo após 2010 informalmente como um subgrupo, que associava colegas de movimentos sociais ou entidades parceiras que se mantinham ‘junto’ aos governos (e não em debate e disputa), chamados de “governistas”.

Em 2010, oito anos após a primeira eleição do partido dos trabalhadores a presidência da república, para as entidades mais ligadas à um movimento de *advocacy*, ou seja, aquelas que formavam redes como essa que busco descrever nesse trabalho – se consideravam como uma espécie de nova esquerda⁷¹. Centradas na ocupação das ruas, no debate e na contestação elas consideravam que o PT desde que ocupara o cargo (desde antes de 2002 até a atualidade) teria abandonado o “trabalho de base”. Ou seja, em oito anos, a nova forma de governar já passara a ser chamada de tradição.

Participação Social

Diante do processo de redemocratização evidenciava-se que “a natureza das novas lutas sociais e políticas colocava a necessidade de novas elaborações” (Fortes, 2001:22). Na esteira do fim das ditaduras na América Latina, os integrantes dos movimentos sociais, e também aqueles que não os integravam, viveram após anos de luta, o sonho de uma América redemocratizada. A abordagem, do problema da agência histórica dos trabalhadores como parte da sociedade brasileira, passaria então por uma mutação, assumindo a forma do debate sobre o que se convencionou chamar de “cidadania ativa” (Fortes, 2001:12), com ênfase em uma democracia mais participativa na defesa das demandas urbanas e do uso do orçamento público. É notório que as gestões do PT e a participação social tem andado lado a lado desde 1990, a segunda virando uma política de governo do primeiro. Com o sucesso inicial do OP em Porto Alegre/RS - implementado no governo de Olívio Dutra, em 1989 - a participação tornou-se uma marca generalizada das administrações locais petistas, e diversas cidades tiveram a experiência do OP sendo que as mais conhecidas foram: Porto Alegre (RS), Piracicaba (SP), Santo André (SP), Ipatinga (MG), Betim (MG), São Paulo (SP), Santos (SP) e Jaboticabal (SP); chegando a somar, segundo Costa (2010), 194 cidades em 2004. Segundo Avritzer o OP é:

“Uma política participativa local, que gera um processo de deliberação entre sociedade civil e Estado no nível local. Ele inclui atores sociais, membros de associações de bairro e cidadãos comuns em um processo de negociação e deliberação que acontece em duas

⁷¹ Apesar de ser uma rede que tem por definição um caráter apartidário, é inegável a aproximação de vários dos integrantes ao PSOL.

etapas: uma etapa participativa, em que a participação é direta, e uma etapa representativa, na qual a participação ocorre por meio da eleição de delegados e ou conselheiros.”

Conforme argumenta, Avritzer (2013:13) a entrada do PT à presidência da República em 2003 aumentou ainda mais as contradições das políticas participativas no Brasil. Nota-se um que apesar do grande número de cidades com OP, os recursos alocados nele foram bem menores e seguiram diminuindo, a medida que houve um investimento na construção de conferências nacionais, por intermédio do governo federal. Em Porto Alegre, a diminuição dos recursos no OP coincide com a derrota do PT nas eleições municipais. Antes dessa diminuição de alocação de recurso, na época que o OP era uma experiência que tornara Porto Alegre conhecida internacionalmente, a criação do Orçamento Participativo foi um advento que acabou enfraquecendo e fragilizando organizações locais da cidade já que promoveu um novo formato organizativo às associações populares. Como, por exemplo a União de Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), e a Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro (FRACAB) como nos narra Pires, militante da habitação social e popular na cidade de Porto Alegre e que entrevistei durante a pesquisa:

A reforma urbana divide-se em antes e depois do Orçamento Participativo (OP). UAMPA, FRACAB, ocupações, tudo se transformou com o advento do OP. Em 1992 ou 93, o pessoal do PT mandou a UAMPA e a FRACAB longe, e até hoje pagamos por isso. Foi uma incompreensão, achávamos que as ações do OP bastavam-se por si só. Em 2004, quando perdemos a eleição para o Fogaça {José Fogaça, PMDB}, um dos problemas era que a base já estava do outro e os infieis do OP {delegados conselheiros} nos traíram.

Pires narra a derrota da eleição de 2004 - quando o PT deixa o cargo municipal depois de 16 anos de governo - como decorrência de uma incompreensão do partido da necessidade de se investir nas articulações e iniciativas locais de exercício do ser político: “achávamos que as ações do OP bastavam-se por si só”. Ele relata isso a partir do projeto de Reforma Urbana, que teria sofrido mudanças com essas incompreensões, estando para ele dividido entre antes e depois da implementação do OP.

A Reforma Urbana

Como nos aponta Pires, é importante lembrar que a democratização do acesso à terra urbana foi um dos pilares da construção do PT (Almeida, 2002 apud Avritzer, 2013). O Estatuto da Cidade, e sua inclusão de “cessão de direito especial de uso” foi deveras importante para a democratização das cidades e uma conquista declarada dos movimentos

sociais pela reforma urbana, que conseguiram implementar na lei essa demanda. Os Planos Diretores Municipais, portanto foram importantes avanços nas prefeituras municipais lideradas pelo PT na década de 90, com criação dos Conselhos dos Planos Diretores, que no caso de Porto Alegre era um Conselho bem forte até os últimos anos. Segundo Burnett (2009:183) a candidatura do PT à prefeitura municipal da capital gaúcha não se inscreve originalmente no âmbito do planejamento urbano, mas acaba por determinar diferentes procedimentos para a política urbana na cidade, tendo influência na construção do Plano Diretor.

Criado em 1988 o Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU/RS) se chamava Fórum Popular da Reforma Urbana e foi fundado a partir da realização de um seminário que se propunha a discutir a cidade. No momento de convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) o debate era de convocar ou não uma assembleia exclusiva para o processo de revisão constitucional, e nessa conjuntura e seus desdobramentos: aprovação de leis e criação de fundos para moradia popular; o FERU/RS se constituiu como espaço para esses debates. A ANC permitiu emendas populares e desencadeou uma campanha popular para obter assinaturas para muitas propostas ligadas às políticas públicas e este teria sido o primeiro momento importante de um processo de aprofundamento democrático que criou instituições participativas nas áreas de saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social, conforme relata Avritzer (2013:12).

Para a realização desse seminário cujo título foi “a cidade e as constituintes” (Baierle, 1992:112), entidades vindas de diferentes setores da sociedade civil se reuniram: FRACAB⁷²; Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur)⁷³, UAMPA, Fundação Socioeducativa (FASE), Centro de Assessoria e Estudos (Cidade), Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp); Ceamp e Cáritas e constituíram o Fórum Popular pela Reforma Urbana. Essa união de entidades de assessoria e movimentos sociais tinha como objetivo “conhecer melhor a Reforma Urbana” a fim de desdobrá-la em “lutas concretas”; estimular a mobilização e intervenção popular nos processos constituintes.

O Fórum foi agregando novas lutas, na trajetória de suas demandas já estabelecidas. Em 2010, ele se movia muito mais em avaliar, controlar as políticas governamentais do que em instituir e construir. Entre essas motivações estava: Monitorar o PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida; fortalecer comunidades ameaçadas por transformações urbanas da Copa

⁷² Fundada em 1959.

⁷³ Fundada em 1984 pela Comissão Pastoral da Terra. Estabeleceu-se no Rio Grande do Sul no final dos anos 80.

2014; incentivar a criação de planos diretores; incentivar a implementação de Planos Diretores baseados na *participação popular e na democratização do espaço urbano*; reivindicar a aprovação do *Plano Estadual de Habitação de Interesse Social* e dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social; atuar para que o *direito à cidade*, a função social da propriedade saiam do papel, sendo efetivados nas práticas governamentais e de iniciativa privada.

Durante a pesquisa somente duas das organizações de 1988 ainda integravam o Fórum: Camp e Cidade. O restante era resultado de aproximações feitas ao longo do processo narrado por Pires, posterior a OP, e resultado de outras configurações da articulação para a Reforma Urbana. Muitas dessas entidades⁷⁴ integraram as mobilizações que veremos posteriormente, decorrentes das transformações urbanas entorno do estádio do Beira Rio, com o movimento ‘o Morro é Nosso’ e também entorno do movimento de defesa da Orla do Guaíba. Nas lutas, também foram agregados pelo Fórum quatro dos doze comitês populares da Copa e duas associações de moradores que viviam na região onde ocorreriam duas grandes obras previstas para esse evento: a construção do estádio do Grêmio Football Portoalegrense, no bairro Humaitá; e a ampliação da Avenida Tronco, entre o bairro Cruzeiro e Cristal⁷⁵. Nesse período também nota-se que a UAMPA se aproxima da luta do Fórum, após a crise que a enfraqueceu no início dos anos 90.

A literatura sobre o tema da construção de uma Reforma Urbana nesse período parecia menos dedicada a uma etnografia dos conflitos políticos, no entanto, havia uma interessante produção científica sobre a formação dos movimentos sociais em Porto Alegre como aponta Ferreti (1984); e posteriormente, sobre a instalação de uma administração popular (Fedozzi, 2002) com o Partido dos Trabalhadores.

No final da década de 80, quando é criada a ONG Cidade e também as primeiras pesquisas do Observatório das Metrôpoles⁷⁶, a questão da migração para os grandes centros

⁷⁴ Abrace o Guaíba; Agapan; Assessoria Jurídica Popular; Blog da Raquel Rolnik; Conselho Popular da Lomba do Pinheiro; FASE; Fórum Nacional da Reforma Urbana; Fórum Social Urbano; Instituto Pólis; Levante Popular da Juventude; Moradia é um Direito Humano; MST ; NaJUPI – Caxias do Sul; O Morro é Nosso; Observatório das Metrôpoles; Observatório dos Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro; Ocupação 20 de Novembro – MNLM; Ocupação Dandara – MG; Porto Alegre Resiste; Rede de Comunicadores pela Reforma Agrária; Terra de Direitos; UNMP – União Nacional Por Moradia Popular.

⁷⁵ Associação de Moradores do Bairro Humaitá; Associação de Moradores Vila Tronco Postão; CMP Rio; Comitê da Copa 2014 – Fortaleza; Comitê Popular da Copa e Olimpíadas – Rio; Comitê Popular dos Atingidos pela Copa 2014 – BH; Comitê Popular da Copa Cristal; Conselho Popular da Lomba do Pinheiro; Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas; Frente Quilombola; NAJUP - Núcleo de Assessoria Jurídica Popular; UAMPA; Movimento Contestação; Coletivo Catarsee; Quilombo Família Silva.

⁷⁶ O Observatório integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia que está vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Em Porto Alegre, o núcleo é composto: pelo Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU) da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE/RS; pela ONG Cidade e pela

urbanos já havia construído grandes periferias, vilas e favelas, e com isso ia modificando a forma como o estado interagia com esses problemas. Formando uma rede transnacional de investimentos e pesquisa com foco nos estudos de cidade, o Observatório e a ONG Cidade passam a receber investimentos federais - ligados a levantamento de dados e monitoria do crescimento urbano; e, também, internacionais⁷⁷ - ligados a temas como: sustentabilidade, participação, desenvolvimento, urbanização. Em uma das linhas de atuação da ONG nota-se a presença de uma ideologia no que diz respeito à participação de sindicatos e movimentos sociais no cenário político governamental brasileiro, nessa época, também, recém democrático. Também se nota a preocupação com a autonomia das organizações políticas de base, de modo que a exigência de programas sociais com fundo estrangeiro exigia a participação popular como pré-requisito para destinação de verbas. Essa exigência já era apontada como um risco a “normalização social” que seria o grande medo das organizações não governamentais e movimentos sociais, pois ela poderia transformar os movimentos em parte da estrutura política regular.

Uma das conquistas desse princípio da Reforma Urbana tal qual perseguido pelos movimentos sociais de habitação é a criação de Áreas de Interesse Social (AEIS) nos locais onde já existem habitações consideradas “irregulares” ou “desordenadas”. No Rio de Janeiro essas áreas seriam por excelência as áreas onde estão consolidadas as favelas. Se no Rio Grande do Sul essa ainda é uma questão a ser conquistada, no Rio as áreas instituídas como ZEIS atualmente são alvos de outra delimitação territorial, como veremos um ordenamento imposto pela noção de Paz.

O contexto de reforma urbana, portanto, é parte do campo dos direitos humanos no Brasil pós-1988, e vem ocupar um espaço de monitoramento das relações ainda muito incipientes entre Estado e sociedade civil visto a experiência democrática recente. A ONU teve papel importante enquanto esfera multilateral na consolidação de demandas dos movimentos sociais, na falta ou inexpressividade do Estado neoliberal na década de noventa.

UFRGS através dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia; em Geografia; e pelo Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura. Desde junho de 2011 o Observatório mantém uma sede física em Porto Alegre, localizada no Instituto Latino Americano de Estudos Aplicados, no Campus do Vale da UFRGS. Além de Porto Alegre, as atividades do Observatório das Metrôpoles funcionam nas seguintes cidades: Goiânia, Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Maringá. Oito dessas doze cidades foram sede de jogos para a Copa do Mundo 2014, que junto a Cuiabá, Manaus e Brasília, formaram as doze cidades sede oficiais desse evento.

⁷⁷ Segundo o site da ONG, desde 1990, ela conta com o apoio de diferentes instituições, o que tem garantido o desenvolvimento de suas linhas de pesquisa. Em 2010 eram elas: Fundação Interamericana; Fundação Ford; Fundação MacArthur; KZE/ Misereor; Banco Mundial; ACDI - Canadá; IBP- International Budget Project; China Development Research Foundation/CDRF; CIMAS - Observatório Internacional de Cidades e meio Ambiente Sustentável/Universidade Complutense de Madrid; OXFAM/NOVIB; Transnational Institute/TNI; Universidade de Bradford - UK; Centro Universitário Metodista – IPA.

A ascensão do partido dos trabalhadores é desvinculável desse momento, pois é baseado em projeto de melhoria da qualidade de vida do sujeito que é classificado enquanto “trabalhador brasileiro”⁷⁸, um grupo no qual estão incluídas todas as pessoas entrevistadas para esse trabalho, e que avaliam esse período, entorno da classificação eufemística e ampla de que “a vida melhorou para o trabalhador”.

Mais recentemente muitos dos integrantes desse campo dos direitos humanos passaram a se vincular a organizações e redes que promoviam denúncias às esferas multilaterais – ONU e OEA, principalmente – trabalhando para punir violações e crimes, produzidos ou ignorados, pelo Estado brasileiro e por outros estados nacionais. Intimado a responder por acusações em diferentes instancias: moradia adequada, execução sumária, violência policial, violação de direitos humanos, criminalização de movimentos sociais, o governo geralmente não seguia as recomendações dos organismos multilaterais, ou tinha a postura de se abster⁷⁹ nas votações das assembleias gerais.

⁷⁸ É importante destacar aqui que não está incluído nessa classificação o trabalhador indígena ou mesmo o indígena. Cf. ressalta Avritzer (2013) após alguma iniciativa no início do governo Lula, a questão dos transgênicos e a questão dos arranjos institucionais que resultaram nas audiências da BR-163 (agendas fundamentais do movimento de meio ambiente), ficaram isoladas no meio ambiente. A questão indígena iniciou com uma pauta progressista com a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol entre 2004 e 2005, assumida pelo Ministério e, apesar de contestada, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A partir do governo Dilma, essa orientação genericamente “a favor dos direitos indígenas” começou a ser questionada quando um conjunto de grandes obras de infraestrutura são proposta para a Amazônia, entre elas a construção de Belo Monte.

⁷⁹ Paula Daibert, “O Brasil em cima do muro”, *Le Monde Diplomatique*, 03/01/2010. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=605>>; acessado em abr. 2012.

[CAPÍTULO 1] Enredando-se

Início este capítulo com o relato de uma reminiscência de minha própria mobilidade e experiência na cidade de Porto Alegre, no qual nasci e segui vivendo por 22 anos consecutivos. Essa decisão passa pela vontade de estetizar formalmente aquilo que era trocado com as interlocutoras desse trabalho enquanto experiências de cada uma de nós na cidade. E como, a partir da troca dessas experiências, íamos construindo aquilo que nos diferenciava e que nos aproximava enquanto habitantes daquela cidade.

Foi formulando esse pedaço de minha trajetória, tendo em mente as questões que eu própria fazia a Angela, Laudelina, Simone e Chico; que pude pensar sobre as diferenças entre mobilidade, deslocamento e quando esses movimentos e percursos são forçados e quando eles são inevitáveis para se forjar um projeto de mudança de status social.

As reminiscências do antropólogo

Vivi em 3 lugares durante meus primeiros 22 anos de vida. O apartamento onde nasci, na Avenida Farrapos, esquina com a Rua Garibaldi. Um outro no mesmo perímetro, na Rua Hoffmann, entre a Avenida Cristóvão Colombo e a Rua São Carlos – via em que ficava, também, a minha primeira escola: um colégio municipal localizado em uma praça pública. Os dois prédios tinham código de endereço postal vinculados ao bairro Floresta. O terceiro apartamento ficava mais distante desse bairro, na região do Passo da Areia, onde morei por 14 anos com minha mãe e meu irmão. As lembranças que tenho de minha primeira casa foram produzidas a partir de algumas fotografias que minha mãe (e provavelmente meu pai, que gostava de fotografar) tiraram do meu primeiro aniversário, que foram também os registros que possibilitaram que eu conhecesse a minha avó materna, que me carrega no colo em uma dessas fotografias, e que veio a falecer no ano seguinte. O segundo apartamento, onde vivi cerca de cinco anos, eu lembro bem. Não só através das fotografias tiradas dos momentos que passei ali, mas pelo cheiro que reencontraria no mundo anos depois e que sempre me lembravam desse lugar. Recordava do tamanho das paredes, da cor do carpete, da fralda meu irmão caindo enquanto ele ensaiava seus primeiros trajetos pelos corredores desse imóvel alugado de apenas um quarto. Ali recebi minha mãe e ele quando chegaram do hospital após seu nascimento, ali fiz amigos de rua, com a ajuda do meu pai aprendi a andar de bicicleta, conheci os arredores do bairro com meus primos. Nesse apartamento viveu conosco por quase um ano, uma jovem de catorze anos que se chamava Nádia. Ela era conhecida de uma colega de minha mãe, e se mudou para a *cidade* para estudar e ajudá-la a cuidar de mim e do meu irmão, que recém havia nascido. Ela provavelmente não recebia um salário, mas um auxílio, além da escola, da comida e das roupas, minha mãe pagava o deslocamento dela

para Santa Rosa quando ela ia visitar a sua família. Alegando saudades de casa, Nádia foi embora e passou a viver *lá fora* de novo, onde após se casar, permaneceu. As lembranças desses meus primeiros seis anos sempre foram bem fortes e só tive certeza disso quando decidi que meu primeiro objeto de pesquisa seria sobre esses lugares de memória, o bairro e a casa, e suas vocações para a morada. O percurso das narrativas produzidas pela imersão nas fotografias, e elas como agentes das relações sociais e produtoras de laços e lembranças, me levaram a provocar essas narrativas com minhas interlocutoras e interlocutores, tornando a troca a partir das fotografias não só um método de pesquisa; mas a possibilidade de ingressar nesse mundo atemporal – da casa ou do bairro - que adquiria sentido nas narrações particularizadas.

No terceiro apartamento é das rotinas que eu recordo. O frio pela manhã quando parecia impossível levantar da cama para ir à escola, o aquecedor improvisado no banheiro – feito com uma bacia de alumínio, álcool e fósforos. Lembro da preguiça de tomar banho, das brincadeiras pelo chão da casa. Ali fiz meus primeiros amigos e juntos exploramos, e construímos nossos lugares: os primeiros ali pelas ruas entorno daquela que morávamos e depois em outras, bem mais distantes daquele pedaço. Até hoje sinto o cheiro da água molhando o asfalto da rua, que quando entrava pela janela da casa era seguido pela súplica ansiosa “mãe, posso tomar banho de chuva?”. O “sim” geralmente era ouvido dois lances de escada abaixo tamanha a vontade de encontrar os amigos e pular as poças de água quente que se formavam na calçada. A turma que fiz nessa época e nessa rua era grande, aproximadamente umas quinze pessoas - muitos homens, poucas mulheres, poucos negros.

As ocupações e mobilizações pela moradia na década de 80, em Porto Alegre

O último apartamento em que eu e minha família moramos ficava em uma região conhecida por sua quantidade de ‘blocos’, que foram construídos em diferentes fases pela Empresa Guerino S/A – Construções e Incorporações; no início da década de 80 em uma área extremamente ampla⁸⁰ em torno da Avenida Assis Brasil e da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, na região nordeste da cidade. Concedida pela prefeitura no início da década de 60 à Empresa Urbanizadora Mentz S/A⁸¹, a área em que vivíamos teve a construção dos imóveis concluída pela Guerino em 1985. Dois anos antes, há algumas quadras dali, fora inaugurado o primeiro shopping⁸² da cidade (e do Sul do país), o que sugeria que houvesse planos de um crescimento rápido para a área que tinha uma grande quantidade de terrenos públicos e

⁸⁰ Décio Rigatti, em sua reflexão sobre o formato e as alterações do projeto original do conjunto habitacional Rubem Berta, em Porto Alegre - um dos últimos empreendimentos da COHAB/RS, que tem início na década de 70 e culmina na invasão em 1987 - ressaltou que o modelo que orienta essas construções é um “modelo ilocal” (1997:47), aplicado indistintamente das condições peculiares de clima e topografia, e respondendo com uma mesma ordem espacial condições socioecológicas distintas.

⁸¹ Concessão realizada através da Lei Municipal 3274 /1969.

⁸² Local que rapidamente foi ocupado pelos jovens que moravam em seu em torno, reunindo as turmas na praça de alimentação nos sábados. Também era onde boa parte desses jovens teve posteriormente seu primeiro emprego; alguns deles também os empregos subsequentes.

privados ainda “vazios”⁸³. A construção do shopping, assim como a construção dos *blocos*, movimentara centenas de operários para aqueles lados da cidade, e sua conclusão apontava para uma maior circulação de pessoas na área, incrementando a urbanização e o futuro *enobrecimento* desse território, ainda repleto de terrenos vazios, chácaras e charcos.



Fig.1

Os empreendimentos da Guerino foram implementados em outros bairros: Parque dos Maias e Jardim Leopoldina, neles a empresa também não conseguiu completar a construção dos prédios nas fases seguintes devido a sua falência. As obras inconclusas foram assumidas pela Ediba S/A, porém até 2011 nem todos os prédios haviam sido concluídos, gerando áreas ‘perigosas’ dentro desses bairros conforme os relatos de alguns moradores⁸⁴. Como também ocorre na atualidade com o programa MCMV, o trabalho de Sergio Baierle (1992:92) nos lembra que 2.900.000 das unidades habitacionais produzidas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) até 1980, apenas 10% foram para famílias com renda até 3 salários mínimos, que era em parte o caso desses loteamentos feitos para uma classe média baixa⁸⁵. No caso do MCMV a redução de R\$ 5 bilhões no orçamento do PAC 2 para o programa⁸⁶ atingiu especificamente esse segmento (de 0 a 3 salários mínimos), que depende

⁸³ Essa como outras regiões da cidade – área onde foi instalado o conjunto Rubem Berta, e o Conjunto Protásio Alves, por exemplo - são historicamente regiões com uma estrutura fundiária de fazendas, chácaras de produção de leite, antes de serem incorporadas como lotes urbanos. Segundo Rigatti (1997:87) são áreas que estão nas mãos de um pequeno número de grandes proprietários fundiários urbanos. Esses terrenos constarem por um período como “vazios urbanos” era uma atividade intencional desses proprietários, tinha fins especulativos. Na área em torno do Shopping Iguatemi, por muitos anos observei grandes vazios como os descritos por Rigatti. Eram terrenos imensos que mantinham um pequeno comércio na ponta do lote, geralmente na borda da avenida mais movimentada do perímetro que o limitava. Ali lanchonetes, floriculturas, borracharias funcionavam normalmente, comandadas pelos caseiros dessas terras, cujo o proprietário tinha como principal interesse não o lucro do estabelecimento, mas a garantia de que com aquele comércio diminuísse o risco da terra ser invadida.

⁸⁴ “Ocupação de prédios gera insegurança no Leopoldina”, *PMPA*, 18/08/2010. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/default.php?p_secao=56®=12802> e “Leopoldina cobra solução”, *Correio do Povo*, 24/05/2011. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=236&Caderno=0&Noticia=296680>>; acessado em mai. 2014.

⁸⁵ Sobre o Bairro Humaitá ver a dissertação de Daniella Paula Martins, defendida no PPG em Geografia da UFRGS em 2010.

⁸⁶ Marina Gazzoni, “Cortes atingem menor faixa de renda do Minha Casa, Minha Vida”, *IG*, 02/03/2011; e Marina Dutra, “Recursos para o Minha Casa, Minha Vida aumentaram R\$ 3,3 bi em 2013”, *Contas Abertas*, 25/01/2014. Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/7622>>; e

diretamente de recursos da união. De acordo com Ministério das Cidades 75% de todas as moradias contratadas para as famílias enquadradas na faixa 2 (renda entre R\$ 1,6 mil e R\$ 3,275 mil mensais) na segunda etapa do programa (2011 a 2014) foram entregues até 2013. Para as famílias da faixa 1 (renda familiar de até R\$ 1,6 mil) apenas 15% de todas as moradias contratadas foram concluídas. O Ministério, todavia, declara que um milhão de unidades habitacionais da faixa 1 foram contratadas depois de 2012.

Até 1980, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) havia alavancado o mercado imobiliário, como nos narra Otília Carrion (1988:238) colocando em cena a figura das grandes incorporadoras, que a exemplo da Guerino S/A, entram em crise na segunda metade dessa década:

“Nessa nova fase de funcionamento do mercado imobiliário, cujo segmento mais dinâmico é o da moradia, não são apenas agentes isolados – proprietários de glebas, intermediários, empresas loteadoras, etc. - que intervêm no sistema de parcelamento e venda da terra e na edificação. Empresas incorporadoras, que operam praticamente em todas as etapas - compra do terreno, obtenção de financiamento, contratação de serviços de engenharia, de construção e de comercialização final -, controlam o processo de 'produção' da habitação. O setor imobiliário atua articulado ao setor financeiro. O SFH, através de seus agentes e por meio de linhas específicas de crédito, financia as obras de urbanização (instalação de infraestrutura básica), a construção e a venda de moradia”

Instituído no Estado Novo por Getúlio Vargas, o SFH afirmava (Bonduki, 1993) a habitação social como moradia para trabalhadores pobres e operários - uma estratégia política de formação de base, instituindo a responsabilidade do poder público com a habitação social ou com o bem-estar do operariado. Anos antes, a República Velha era orientada pela lógica do liberalismo, sem o controle do Estado e com a maioria das pessoas vivendo de aluguel, com contratos feitos ao gosto dos proprietários. A instituição do BNH e das facilidades da casa própria, das Companhias de Habitação (COHAB), dos IAP⁸⁷ e de todo um movimento de controle do Estado para com o inquilinato e a instituição de regras de compra e venda de imóveis culmina numa crise. Há um grande aumento dos valores nos imóveis e isso provocava um movimento de ocupação de zonas e áreas (públicas e privadas) nas cidades⁸⁸ – impulsionado pelos movimentos e centrais em defesa da moradia de interesse social e a partir

<<http://economia.ig.com.br/empresas/comercioservicos/cortes-atingem-menor-faixa-de-renda-do-minha-casa-minha-vida/n1238126562650.html>>; acessado em jul. 2014.

⁸⁷ Marco na produção de conjuntos habitacionais pelo Estado foi a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), em 1937. Anteriores à Fundação da Casa Popular, de 1946 – o primeiro órgão nacional destinado exclusivamente à provisão de moradias para a população de baixa renda –, os IAPs eram instituições previdenciárias, agindo complementarmente dentro de uma lógica marcada pela necessidade de investir os imensos fundos de reserva da Previdência Social para preservar seu valor (Bonduki, 1994:726), e a moradia foi um desses investimentos.

⁸⁸ Sobre esse tema ver o trabalho de Edson Miagusko (2012) sobre Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo e o trabalho de Adriana Fernandes sobre as ocupações na Zona Portuária do Rio de Janeiro (2013).

de trabalhadores, operários, gente que “da luta foi à organização”. O aumento dos valores dos contratos e a crise do BNH, instituída pela lei de 1983⁸⁹, aponta para uma transformação dessa perspectiva econômica do governo brasileiro em relação a sua obrigação com o bem-estar e a casa dos trabalhadores pobres. A resposta a isso, conforme Pires, foram os aumentos nas ocupações de terras em toda a região metropolitana de Porto Alegre. A casa do trabalhador passa ser o objeto de uma vulnerabilidade instituída pelo projeto de governo e depois pelos movimentos, que acabam reiterando a categoria “morador” na reivindicação do direito desse sujeito à moradia.

A autarquia Demhab – Departamento Municipal de Habitação -, responsável pela política de habitação do município de Porto Alegre, é resultado da reestruturação do Departamento Municipal da Casa Popular, feita em 1964 (Ferretti, 1984:124), uma exigência do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Órgão central do SFH, o Banco Nacional de Habitação (BNH) foi implantado e estruturado no mesmo ano, em meio à crise política e econômica que atingiu o setor imobiliário. Conforme a periodização que Valladares (1982: 40) faz do BNH, o período de 1964-67 é o da primeira fase do banco, a fase de estruturação. Esse período foi seguido pelos anos de 1967-71 e de 1971-79, quando o BNH passa de um banco de primeira linha para um de segunda linha - época que esses empreendimentos na zona norte da cidade de Porto Alegre são construídos. Sobre esse período, Luiz Pires nos conta sua experiência:

Sempre ajudei em ocupações de terras e casas, normalmente eram tarefas discutidas pelas direções dos grupos. Em 1983, 1984 e 1985 teve uma grande luta contra os aumentos abusivos do extinto BNH. Entre 1985 e 1990 tiveram as ocupações na Grande Porto Alegre (Canoas, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha, Guaíba, Viamão, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo). Ao todo foram por volta de 25 mil casas e apartamentos. Tudo isso vingou. Tem gente que até hoje mora nestes locais, tem gente que até já quitou as casas e apartamentos através da extinta Cohab ou mesmo pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Nem tudo foi na mão grande, teve muita negociação. Em Porto Alegre os governos da Frente Popular assumiram o passivo através do Demhab – por volta de dez a doze mil contratos.

O MST, o MTD, o MNLM e todos os outros movimentos têm pessoas que rastreiam, pesquisam, catalogam, fazem levantamento e todo o tipo de ação para encontrar locais: prédios, casas para ocupar, invadir pra morar.

Depois de ocupados os imóveis, começa a luta da regularização formal, e por isso que deu certo isso. Fez crescer o MNLM e a CMP, que se organizaram junto com as ocupações. É um dado dialético: a luta levou à organização. Não teve uma mágica, não

⁸⁹ Decreto de 9 de maio de 1983 do presidente Figueiredo, num modelo político de governança que foi descrito por Pires como parte de “uma abertura lenta e gradual” ao regime democrático.

teve um estalo, nem uma estrela no céu, nem um cometa (o Halley não ajudou em nada). Tudo acontecia ao mesmo tempo. Era da fábrica para a greve, para a comissão de fábrica e de salário (dissídio), para as oposições aos sindicatos atrasados ou pelegos, vitórias e derrotas, muita perseguição pelos patrões e pela polícia. Tudo acontecia ao mesmo tempo: luta e formação. De segunda à sexta na fábrica, nos fins de semana que não tinha formação se atuava na luta comunitária. [Pires]

Todos os grupos citados por ele (exceto a FRACAB, fundada em 1959) e nascidos no contexto histórico da década de 1980 – UAMPA; e FERU, CMP, MNLM em suas atuações locais – são movimentos urbanos, criados por uma ideia de coletivo baseado no confronto com o governo. Isso muda na eleição de Olívio Dutra (Laguéns, 2005:85) pela Frente Popular para o cargo de prefeito em 1989, como já citamos em outro momento. O caso da UAMPA – e seu “enfraquecimento” durante o período em que a Frente Popular assume o governo de Porto Alegre - remete ao conflito (Baierle, 1992; Laguéns, 2005) entre ser do movimento e ser do partido, entre ser do partido e ser de esquerda, entre ser do movimento e ser do governo. Ou seja, aponta que há uma mudança (dada por uma conjuntura política) em que parte da base e dos integrantes de alguns movimentos populares assume um lugar de poder⁹⁰ dentro da estrutura governamental. Nesse período um grande número de militantes e do pessoal que trabalhava em diferentes movimentos de base passa a “ser governo” e essa é uma das tensões que destaca Pires, pois ele viveu essa transição como integrante do partido, enquanto o PT estava no governo do município conforme refletimos em um outro trabalho (Gutterres, 2013a) a partir de sua narrativa.

Parte dos imóveis do Jardim Leopoldina, ou do Leopoldina como chamávamos o bairro em minha juventude, tinha sido adquirido pelos moradores da mesma forma que minha mãe adquirira⁹¹ o apartamento em que vivíamos. Inclusive na busca pelo imóvel, ela conhecera os dois bairros e os dois loteamentos optando por aquele que ficava mais próximo de seu trabalho, em uma escola estadual no bairro IAPI. Outras áreas do loteamento, como narra Pires e Baierle (1992) foram ocupadas por trabalhadores que não tinham como arcar com o custo do aluguel, estavam desempregados ou não preenchiam os requisitos de “estabilidade de emprego” exigidos para o financiamento de um imóvel pelo BNH. Os números apontados pela Metroplan (1987 apud Baierle, 1992) consideram que 52,3% destas famílias de ocupantes tinham renda inferior a 3 salários mínimos e 55,3% residiam

⁹⁰ Nesta época este lugar era o do governo do município de Porto Alegre, que a Frente Popular assume em 1989.

⁹¹ Professora do estado minha mãe tinha financiado o seu apartamento em parcelas que ela pagaria em 25 anos. Assim como ela, as mães e pais de meus vizinhos, policiais, enfermeiras, trabalhadores de revenda de carros, consultórios médicos, comércio, também tinham comprado seus imóveis dessa forma, pelo extinto BNH.

anteriormente em moradias alugadas. As ocupações ocorreram de forma massivas entre 1987 a 1990 durante o governo de Pedro Simon (PMDB), em Porto Alegre e região metropolitana. Na capital, segundo os dados do movimento⁹², o número era de 6.886 unidades ocupadas que contabilizavam 34.890 pessoas nos seguintes conjuntos habitacionais: Leopoldina II, Parque dos Maias II, Francisco Ferrari, Humaitá, Jardim Lindóia e Rubem Berta o maior deles com 4.800 unidades ocupadas, seguido de Leopoldina II com 1.112 unidades.

Conforme a tabela montada de acordo com os dados do IBGE (Baierle, 1992:94) o aumento do aluguel é 608 % maior que a inflação acumulada no ano de 1987. Entre 1986 e 1987 ele tem um crescimento de 877,24%, gerando condições bem objetivas para o aumento de ocupações na capital.

ANO	INFLAÇÃO ACUMULADA	ALIMENTAÇÃO NO ANO	TRANSPORTE NO ANO	ALUGUEL NO ANO
1982	97,87%	92,72%	105,51%	84,68%
1983	179,19%	224,30%	140,32%	89,00%
1984	203,27%	201,14%	208,35%	119,18%
1985	228,04%	240,15%	206,66%	138,06%
1986	57,96%	59,72%	167,61%	97,09%
1987	365,96%	336,48%	522,15%	974,33%

Fonte: dissertação de mestrado de Sergio Baierle, 1992

No entanto quando Sergio Baierle fala em “fato político” (1992:92-95) para explicar esse movimento de ocupações em massa, ele está buscando refletir além dessa motivação objetiva ligada ao aumento da inflação. Busca compreender como se dá essa grande organização e mobilização⁹³ necessárias para que esse volume de ocupações pudesse ocorrer

⁹² Baierle (1992:93) também considera para a construção da tabela com o número das ocupações - que leva em conta não só as realizadas em Porto Alegre, mas na região metropolitana da cidade - dados obtidos diretamente junto aos movimentos de ocupação e entidades de apoio.

⁹³ O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) buscava uma postura similar em suas últimas atuações em São Paulo, em 2014. O Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLM) também, antes de sua aproximação mais capilar com o governo federal - fato que parecia ter diminuído sua energia para novas ocupações em todo o Brasil. O primeiro ocupava terrenos vazios; o segundo, imóveis, mas os dois pareciam ter como parte de sua orientação a busca direta do cidadão por sua cidadania, para em um momento posterior travar a negociação com o governo. A Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST), que atuou na área portuária do Rio de Janeiro tinha menos essa postura de negociação com o governo assim como os coletivos anarquistas que atuavam na ocupação de prédios públicos abandonados na região. Mesmo que a negociação não incluísse “pagar pelos imóveis um preço justo e compatível com sua renda” (Baierle, 1992), muitos moradores das favelas citavam essa disponibilidade e esse desejo, em contrapartida ao reconhecimento formal de suas habitações como moradia digna pelos governos. Sob a coordenação do MNLM destacamos a Ocupação Saraí, no centro de Porto Alegre, cujas famílias conseguiram dar início ao processo de desapropriação a seu favor, de um prédio construído com recursos do BNH e que atualmente era de propriedade da Caixa Econômica Federal, porém estava abandonado há 20 anos após 4 tentativas de opção por parte do Movimento. Sob a coordenação do MTST destacamos, também, a Vila Nova Palestina, ao extremo sul da cidade a mais populosa ocupação urbana do país que desde novembro de 2013 luta pela regularização, o que ficou mais próximo com a aprovação do novo Plano Diretor da cidade de São Paulo.

em um período de três anos. Conforme Baierle:

“O que este processo revela é um amplo movimento de "desobediência civil", em que a população envolvida buscava ser diretamente *o cidadão de sua cidadania*. Não se tratava de uma insurreição popular, ou de um movimento pré-político, mas de uma pressão, objetiva, sobre o sistema político para o reconhecimento do direito à moradia como direito de cidadania. Tanto assim que o primeiro passo dos movimentos após as ocupações foi a abertura de canais de negociação política. Ao exigirem na prática o cumprimento da função social da propriedade (os conjuntos semiabandonados), os ocupantes dispunham-se a pagar pelos imóveis um preço justo e compatível com sua renda”

As ameaças de remoção e de deslocamento em massa, no caso de vilas e ocupações consideradas como irregulares pelos órgãos públicos, estavam relacionadas a experiências anteriores – de grandes projetos e grandes reformas – que envolviam, como no caso das obras para a Copa do Mundo, um interesse desenvolvimentista que se apoiava no argumento de exclusão da pobreza (Alfonsin, 2000) do espaço central da cidade. A noção de irregular de acordo com Maria Helena Sant’Ana reconhecia “a inadequação quanto ao que é prescrito pelos códigos de edificação e urbanização reconhecidos e legislados pelo estado” (1997:64) ao mesmo tempo que legitimava a noção de *centro*. Estar “no centro” era construção subjetiva usada tanto pelos que não queriam sair, quanto por aqueles que queriam remover, nesse tipo de intervenção pública ligada a melhorias e reformas urbanas. Estar no *centro* era uma condição que ressignificava os espaços por intermédio da lógica econômica de comércio do solo urbano (Ferretti, 1984 e Souza, 2008) nessas áreas que já haviam, como também é o caso do Rio de Janeiro, sido objeto de diversas reformas. Voltaremos a essa questão mais à frente.

No contexto dos movimentos sociais urbanos da cidade de Porto Alegre, o ano de 2010 havia sido importante. O ‘caso do Morro’ havia rompido os limites: das redes universitárias ligadas às ciências humanas, da mídia alternativa, da rede política de sindicatos e lideranças locais, e da comunidade. Podíamos ver cartazes colados nos postes, nos tapumes, “nas ruas”, notícias nos jornais de grande circulação, e-mails com notas de repúdio vindo dos amigos mais engajados. Todos eles faziam referência a uma mobilização, encabeçada pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul (SEMAPI), pelos moradores, organizações, movimentos e associações, tanto do próprio Morro Santa Tereza, como de regiões vizinhas contra a venda pelo governo do estado de uma grande área do Morro Santa Tereza para uma empresa privada.

Durante a mobilização para permanência no morro os integrantes do movimento

“personificavam o governo” (Caldeira, 1984:207) na figura da governadora Yeda Crusius⁹⁴. A governadora aparecia em frases como: “Yeda: nosso Morro não está à venda”, pintada em faixas que procuravam expressar - ao poder público e sociedade civil - a recusa do grupo à comercialização dos terrenos no morro.



Fig. 1.1



Fig. 1.2

O Morro é nosso!

O Movimento em Defesa do Morro Santa Tereza, ficou conhecido como “O Morro é Nosso”, e era considerado uma oposição a esse governo liderado por Yeda Crusius. Era constituído por sindicatos, indivíduos e grupos civis organizados e promoveu uma série de caminhadas, marchas, distribuição de cartazes pela cidade; criando uma agitada manifestação contra a venda da área de 73 hectares da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE/RS). A manifestação era contra o Projeto de Lei 388/2009⁹⁵ - que ficou conhecido depois como ‘PL 388’⁹⁶. Além da venda do terreno o valor dele era motivo de desconfiança do grupo que se articulou para esse movimento - um terreno de 73,3 hectares que estava avaliado em R\$ 79,3 milhões – um valor considerado extremamente baixo pelo grupo em comparação a outros terrenos à venda na região.

A Fundação que ocupava parte da área - a exemplo do que ocorrera com empresas, fábricas e também com outras instituições ligadas a igreja, localizadas em outras regiões da

⁹⁴ A governante responsável pelo governo do estado (2007-2010) era Yeda Crusius (PSDB) integrante do que a rede considerava a expressão da *direita* mais conservadora no contexto político partidário no país e que governava o Estado do Rio Grande do Sul pela primeira vez. A candidata venceu Olívio Dutra (PT) com aproximadamente 54% dos votos. Olívio, além de prefeito de Porto Alegre, foi governador do estado (1999-2002) e Ministro das Cidades (2003-2005). O Rio Grande do Sul e Pará foram os únicos dois Estados em que o segundo turno reproduziu o duelo nacional entre o PT (de Luiz Inácio Lula da Silva) e o PSDB (de Geraldo Alckmin) nessa eleição de 2006, na qual nesse cenário, Lula se reelegeu. A campanha que deu vitória a Yeda enfatizou as privatizações e a crise financeira, a última ressaltada negativamente por conta das condições que o antigo governador fez para instalação da montadora Ford no estado; e que levaram a multinacional a se instalar em Camaçari (BA). Em réplica, Olívio lembrou os incentivos fiscais dados à Ford, na época, pelo governo FHC.

⁹⁵ *Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*, 14/12/2009. Disponível em: <<http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20091218-01-100234/EX20091218-01-100234-PL-388-2009.pdf>>; acessado em dez. 2010.

⁹⁶ O texto do PL autorizava a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul “a alienar ou permutar imóvel situado no Município de Porto Alegre” com o objetivo de “usar os recursos obtidos com a alienação ou permuta do imóvel (...) à construção de unidades descentralizadas para a execução das medidas socioeducativas de internação” conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

cidade - quando se instalou nesse local acabou incentivando que as famílias dos seus funcionários e servidores construíssem suas moradias ao redor dos prédios, em terrenos de propriedade privada ou do Estado. A maior parte desses funcionários eram trabalhadores pobres, que ganharam informalmente por parte da instituição a garantia de permanência nessas terras. Muitos, somente com a palavra do antigo patrão como garantia, permanecem vivendo na área, hoje já densamente ocupada por moradores com outras e diversas trajetórias sociais. Segundo relatos contidos no livro *Imagens Faladas* (2010), produzido por um coletivo de jovens que moravam na região, a área da antiga FEBEM⁹⁷ era administrada por padres, que já cuidavam de menores órfãos naquele local. No decorrer desses anos, o cuidado dessas crianças passou para as mãos do Estado com a FEBEM, e os menores além de órfãos foram classificados como “infratores”. O pai de um dos entrevistados para o livro já era trabalhador dali no início dessa transição, fazia a monitoria e auxiliava na manutenção da Fundação. A mãe dele também, por 40 anos foi costureira, cozinheira e monitora da FEBEM. Uma outra moradora conta sobre o grupo de famílias que moravam entorno da Fundação, funcionários que casaram, tiveram filhos nessas casas e trabalharam ali “uma vida inteira”. Um desses moradores “antigos”, conhecido como *seu Chico* (e que também contribui com o livro), vivia um pouco mais acima, na área conhecida por Vila União, e o conheci através de Angela, que me levou até a casa dele para o entrevistarmos, em 2012. Era um senhor que tinha nascido no quarto distrito de Santo Ângelo, no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e tinha vindo para Porto Alegre, em 1966. Conforme ele me contou, no interior ele “viviam na agricultura” assim como toda a família: ele, quatro irmãos e três irmãs, o pai e a mãe. Viviam trabalhando na fazenda “que era o único serviço que tinha”. O pai o colocou na escola assim como os irmãos. Quando conseguiu escrever seu nome na pedra, “um quadrado, que nem o quadro negro. Ali eu escrevia com giz, depois passava uma esponjinha, limpava e a professora botava outro trabalho para gente fazer”, o pai perguntou a professora “ele já aprendeu a escrever o nome dele? sabe ler o nome dele? escrever?”; “já”, ela respondeu. “Tá”, teria dito o pai, “então tirava do colégio”, e ia trabalhar, completou Chico, “ia trabalhar, eu trabalhei com os meus 8 anos” – que também foi a idade em que perdeu sua mãe.

Quando chega a Porto Alegre, Chico teria conhecido um velho que era guarda da

⁹⁷ Atendendo a menores infratores a Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM/RS), virou Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE) depois dos processos de adaptação ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – em 1990 e funciona no mesmo local desde 2002. Sobre a criação da FASE ver Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002.

FEBEM e queria vender a casa para ir embora. Chico comprou a casa e foi até a FEBEM “fazer um documento com o coronel” que mandava ali (Seidl, 2010:45), o documento era um registro feito em cartório que lhe autorizaria a morar no terreno do alto do Morro. No entanto, para morar ele teria que ficar de “guarda” porque “o pessoal vinha todo dia” e todo mundo “queria entrar” ali para morar:

Então diziam assim as pessoas para mim: “Mas você mora no Morro Santa Tereza? Diz que matam um por minuto lá”; eu disse “olha, às vezes dá uma mortezinha lá, mas é aqueles meio que já estão encomendados”. Porque eu moro por lá - eu digo - desde 66; e me dou com todo mundo. Porque eu não sei dizer não para as pessoas; se alguém chegar e disser para mim “ah, me empresta esse chinelo que está no teu pé”; se tu é legal eu tiro o pé e te empresto. É assim que eu sou. Ela me conhece agora já há anos, porque mora aqui {faz referência a Angela que está ao meu lado, fazendo a entrevista comigo}, a mãe dela é minha amiga e as tias dela são minhas amigas, o pai dela é meu amigo. Quer dizer, como eu digo, eu tenho amizade com todo mundo aí. Dos grandes, pequenos, os novos, os velhos; todo mundo. [Chico]

Intensa, as mobilizações em defesa do Morro eram formadas por muitos moradores como Angela e Chico, que tinham trajetórias de ocupação no Morro parecidas, mas percursos pela cidade bem diferentes entre si. Eles usavam frases para ilustrar as faixas e os cartazes: “Projeto da FASE, 20 mil moradores despejados”, “O Morro Santa Tereza já tem dono!”, “Dia 8 de junho é pressão na assembleia legislativa”, “Nós queremos morar onde sempre moramos”. Frases que ressaltavam tanto uma ameaça de remoção vinda por parte do governo do estado, à medida que evidenciavam a disputa em torno da ocupação do solo urbano, a partir do confronto entre esferas políticas distintas. No dia 8 de junho de 2010, na Assembleia Legislativa do estado, após atos e acampamentos em frente a Assembleia, o Projeto de Lei foi retirado de votação, em meio a um auditório lotado de militantes, moradores, líderes comunitários, mediadores e representantes de sindicatos, que comemoraram a vitória do movimento frente ao governo e principalmente frente à “especulação imobiliária” considerada a grande articuladora dessa Lei. A frase “quando nós derrubamos a PL388” era frequentemente citada pelos interlocutores como parte de uma narrativa de sucesso. Vitoriosa, ela comprovava a força da luta, pois demonstrava que “eles”, os inimigos – políticos, especuladores, ricos – podiam ser derrotados pelo “povo”.



Fig. 1.3



Fig. 1.4

Os “processos conceituais relacionados com a criação desses lugares e as alternantes condições econômicas e políticas” (Gupta e Ferguson, 2000:7) ali vividas auxiliaram na adoção do Morro como categoria de identificação popular e de construção da resistência. Ela era usada pelo movimento para evocar a união das vilas⁹⁸ que ocupavam parte da área do Morro como estratégia de fortalecimento das comunidades que vivam nelas. Vilas relativamente distantes entre si, e que não tinham a mesma trajetória de ocupação da área, foram reunidas entorno da categoria *Morro*. Como estratégia de fortalecimento político se convencionou durante a “luta” que essa união de vilas agora tinha um objetivo comum: evitar que o governo do estado vendesse a área onde tinham construído suas casas. A venda da área trouxe o “fantasma da remoção” novamente para o cotidiano daqueles que ali viviam, já que as novas construções previstas pelos interessados na compra da região eram incompatíveis com as comunidades ali criadas. Unidas contra a remoção, a defesa da casa virou uma defesa do Morro. A morfologia dele: escarpas íngremes, terra vermelha, acessos difíceis, ladeiras alcantiladas; era vinculada ao sacrifício e a penúria. Um sentimento que surgia nas expressões dos rostos quando relatavam a difícil relação com essa morfologia quando “tudo aquilo ali era mato” – o início da habitação daquele espaço. O tempo dos primeiros habitantes – os que mais teriam sofrido com essa adaptação – era comumente resgatado para evidenciar os vínculos dos moradores com a região, auxiliando na construção deles como “moradores do Morro”, evocando uma narrativa de pertença como a relatada por Chico:

Eu sou o morador mais antigo que tem aqui na vila; de todas as duas vilas. Quando eu cheguei aqui não existia nada disso que a senhora vê hoje. Nada. Eu era solteiro naquele tempo, vivi muito tempo aqui sozinho, e eu comprei uma casinha aqui. Não tinha água,

⁹⁸ Vila é uma derivação do termo vila de malocas, utilizado pelos moradores, pelo poder público e pela mídia local no Rio Grande do Sul para denominar agrupamentos irregulares em Porto Alegre. Esses aglomerados – que despertaram a atenção do município entre 1946 e 1947 – eram formados por casas de restos de madeira, sem serviço de água e esgoto, em áreas geralmente não planejadas para moradia urbana: terrenos baldios, margem de estradas, logradouros públicos (Medeiros, 1951). Na maior parte do Brasil (com exceção de Belo Horizonte) a forma mais recorrente para denominação das vilas é chamá-las de favela. Maloca também é usada para designar um barraco, uma casa simples feita de chapa de metal, lata de óleo, estuque, pau a pique ou chapas de madeira encontradas em obras ou nas ruas. Quem mora em maloca é chamado de maloqueiro.

não tinha luz. A gente trazia água para minha casa, depois de muito tempo, lá do coleginho Santa Rita. Eu chegava de noite e ia com dois baldes grandão, ia pegar água lá. Porque era só lá que tinha. A luz nem pensar. Nem sonhar. A nossa saída era por aqui {aponta com a mão para o portão em que eu havia entrado} depois que eu já era casado e tudo; já tinha o meu filho que fomos abrir uma rua aqui de picão, daqui até lá o asfalto. E só passava caminho aqui até a minha casa. Só que daí a vila foi crescendo. Lá por 75, 76... aqui onde tu passa todo o dia quando tu vem pro teu serviço, era uma cancha de correr charrete, ali para Santa Rita, onde é a creche do Tio Zé, nós tínhamos uma cancha ali, guria, de correr carreta. Fim de semana a gente se juntava a turma ali. Tinha carreta de trote, de charrete. Era assim, era. Sabe onde é que parava? Sabe onde é que é o fim da linha do Santa Tereza? Lá no posto de polícia, lá na Tronco. Lá que o Santa Tereza parava. Isso já por 83, 84. E ficou anos lá, anos. Não existia Postão⁹⁹, não existia nada. Depois, com muita briga, muita briga. Tu não conheceu ele, aqui onde tu desce, na descidinha da lombra forte ali. Ainda está ali a casa dele. Morava um senhor chamado Ivo. E esse senhor era fiscal da SMT {Secretaria Municipal de Transportes}; grandão lá dentro. Então ele me ligava muito, por luz e por água aqui para nós. Foi ele que conseguiu trazer luz para nós aqui para vila, e água. Foi esse senhor, porque ele tinha um conhecimento lá na prefeitura; ele estava há muitos anos lá o homem. E foi trazendo a Linha mais para perto. Depois mataram ele ali; aquele que mataram ele, a mulher dele e o filho, né, o genro matou os três na mesma hora. E então daí conseguiu trazer para lá do lado de onde é um motel, o fim da Linha do Santa Tereza. Era lá, e ficou muitos anos lá. Bem na Rua Banco lá, onde faz a {Rua} Dormênio com a {Rua} Banco {Inglês}, era ali, o fim da linha. Não tinha nada, era tudo campo ali. Ali onde mora a Zoraide era uma chácara. Dalí na Malvina para lá era uma chácara. Como é até hoje; tem uma área ali que ainda é reservada. [Chico]

Chico pareceu possuir aquilo que Walter Benjamin (1983:198) sugeriu estar perdido: a faculdade de intercambiar experiências. Ele conta sobre a passagem do tempo no Morro com cuidado o daquele que narra, para alguém que escuta, alguém que guarda. Toma o cuidado de fazer as relações geracionais com Angela - a quem ele recebeu no Morro, marcou a casa, cedeu água e acompanhou o início, “quando ela começou na vida aí” - no caminho iniciado por ele, na luta pela Vila União. A cartografia que ele nos cria faz relações com os percursos cotidianos “onde tu passa todo o dia quando tu vem pro teu serviço”; a necessidade explicitada na expressão “luz nem sonhar”; os sistemas de assistência “o Postão”, “a creche do Tio Zé”; os jogos de carreta; e a mobilidade até o centro quando narra as diversas migrações do ponto de ônibus, finalmente mais perto de onde as pessoas moravam¹⁰⁰.

⁹⁹ Como era conhecido o maior posto de saúde da região, que hoje é parte de um complexo de ambulatorios, centros de atendimento em diversas especialidades, chamado de Centro de Saúde Vila dos Comerciários (CSVC).

¹⁰⁰ Como sugere a fala do Chico, essa migração do ponto de ônibus ressalta que na década de 80 já havia um núcleo consolidado de moradias ali, mesmo que a linha de ônibus siga única até hoje.

Até hoje a Vila União não tem luz regular instalada na comunidade, que já sofreu muitos sustos, danos materiais e físicos por conta de quedas e pequenos curtos de energia. Angela tenta há anos a sorte de achar um “grandão” com “conhecimento lá na prefeitura” que pudesse auxiliar a comunidade a regularizar a questão da luz, porque desde a época que Chico chegara no Morro ainda era através dessas relações que a água, a luz, o saneamento, o asfalto, o ponto de ônibus; chegavam até aquelas comunidades.

Observar a relação geracional entre Angela, que tinha cerca de trinta anos e Chico, com cerca de oitenta é importante para refletirmos sobre como os procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) como destaca Michel De Certeau (1994:41) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-la. Angela tinha aprendido todos os procedimentos com a geração de Chico. Uma geração que canalizou a água de córregos e bicas, colocou asfalto nos acessos dos Morros, fez ligação direta com metros de cano comprados coletivamente para saída dos resíduos de sua casa ao sistema de esgotamento mais próximo. E fez isso alterando os mecanismos, acionando atores que tinham “conhecimento” dele e por estarem nos aparelhos de poder, no caso o governo municipal, reorganizavam clandestinamente o funcionamento do poder (Foucault, 2004:174) e através dessa “vampirização”¹⁰¹ conseguiam operacionalizar as “melhorias” na comunidade. Nessas “mil práticas” pelas quais os moradores se apropriam do espaço organizado pelas técnicas socioculturais (Certeau, 1994) havia também a luta que, como o outro procedimento – acionar algum “grandão” disposto a vampirizar os aparelhos de poder para o benefício da comunidade – era uma “maneira de fazer” relevante para essa rede que transpunha a disciplina regular para instalar uma disciplina própria.

Vitoriosos, todos sujeitos e entidades ligados ao “O Morro é Nosso”, mas principalmente aqueles que moravam nas vilas localizadas nele, adquiriram ou aprofundaram sua experiência na luta para permanecerem ali, morando onde moravam. Quando os alargamentos de avenidas, construção de pontes, ampliação de terminais de passageiros foram sendo anunciados pelo governo e pela mídia como parte do pacote de obras de melhorias da cidade de Porto Alegre tendo em vistas a realização da Copa do Mundo, esse grupo já estava articulado para a contestação dessas obras, por conta da experiência dessas mobilizações de 2010.

¹⁰¹ Fonseca cita os dispositivos foucaultianos que “vampirizam os aparatos usuais de poder” citando o interesse do autor pelas “formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos (...) nas redes da vigilância” (2004:41).

Região foco de interesse privado

O Morro Santa Tereza fica ao lado do estádio Beira-Rio, que recebeu cinco jogos¹⁰² da Copa, em 2014. Pelos acordos feitos entre os governos e a FIFA as modificações nessa região iniciaram muito antes de 2010 quando os primeiros contratos entre o município, os clubes e os governos foram assinados para a realização das obras. Para compreender como essa região era um foco de intervenções desde antes do anúncio de venda do Morro e também antes do anúncio das obras realizadas para melhoramento do acesso ao estádio, temos que falar sobre a mobilização¹⁰³ feita em 2009 que teve a intenção de questionar a realização de um empreendimento imobiliário na área de um antigo estaleiro, localizado nesse mesmo perímetro - do estádio e do Morro Santa Tereza - na beira do Rio Guaíba. Como relato em outro trabalho (Gutterres, 2011), essa região foi extremamente modificada ao longo dos anos, com aterros, loteamentos e extensão da malha viária. Na ocasião do anúncio do projeto para os empreendimentos nesse antigo estaleiro, movimentos ligados à defesa da orla do Guaíba monitoraram o andamento do projeto para a área e principalmente os trâmites que envolviam a viabilidade do projeto em relação ao plano diretor da cidade. Solicitaram consultas públicas sobre a intervenção na área e a apresentação pública do projeto. A maior parte daqueles que participaram dessa mobilização era integrante dos movimentos em defesa do meio ambiente, e/ou ocupavam postos nos conselhos do plano diretor da cidade. Nenhum deles morava na região e poucos a conheciam profundamente. Quase um ano depois, quando esse grupo soube que a área de 73,3 hectares da FASE/RS, e próxima ao estaleiro, seria vendida muito deles se aproximaram do movimento “O Morro é Nosso” porque entenderam que a modificação de uso desses dois grandes terrenos era parte de um mesmo processo de comercialização de áreas verdes para usufruto de empreendimentos privados - geralmente compostos de prédios com dezenas de andares, em conjuntos urbanos que restringiriam o acesso da população a essas “áreas naturais” – o rio ou a mata. Um ano antes, um grupo na região do complexo da Vila Cruzeiro e Bairro Cristal - próxima do Estaleiro e também do Morro Santa Tereza - se mobilizou contrariamente à venda da área do Jôquei Clube da cidade, localizado no mesmo

¹⁰² Conforme o sorteio das chaves realizado no dia 7 de dezembro de 2013, na Costa do Sauipe/BA, o Beira-Rio receberia quatro partidas na primeira fase da Copa do Mundo: Austrália x Holanda (Grupo B), França x Honduras (Grupo E), Nigéria x Argentina (Grupo F) e Coreia do Sul x Argélia (Grupo H). Mais um jogo das oitavas de final entre o primeiro colocado do Grupo G (Alemanha) contra o segundo do H (Argélia). Na Copa de 1950, o Internacional Sport Club já havia sido sede de jogos de duas seleções: Suíça e México, em seu antigo Estádio dos Eucaliptos.

¹⁰³ A mobilização chegou a promover uma consulta popular que foi realizada em 23 de agosto de 2009, na qual 18 mil pessoas de um total de 22 mil (Seidl, 2010:59) não aprovaram a proposta que permitiria a construção de prédios residenciais na orla do Guaíba. As ruínas do Estaleiro Só S/A foram demolidas no início de 2010. A empresa teve seu auge de atividade na década de 70 e entrou em falência na metade da década de 90, deixando ali uma área de 50 mil m² que foi adquirida pela BM Par Empreendimentos.

perímetro. A venda desses “terrenos do Jóquei”, aliada às obras do Projeto Integrado Socioambiental (PISA) - chamado simplesmente de Socioambiental pelas lideranças políticas locais - provocaram em 2008 a remoção de diversas famílias que ocupavam os terrenos, o que contribuiu para a rede de articulações locais se mobilizar contra as alternativas dadas para efetivação da remoção. As obras do PISA ainda estão em execução e as remoções¹⁰⁴ feitas na região não foram finalizadas. Aquelas que foram feitas nessa época, principalmente as que atingiam a área de construção de um grande shopping na região, receberam para sua saída o polêmico bônus-moradia, no valor de R\$ 40 mil¹⁰⁵ para que comprassem – a maioria sem sucesso – um novo imóvel na região.

Nas eleições de 2010 a candidatura do ex-prefeito, e também idealizador do Pronasci, Tarso Genro (PT) levou os movimentos sociais, entidades, organizações e apoiadores – em grande parte ligados ou entusiastas do PT – a se envolverem direta ou indiretamente em atividades de promoção da eleição dele ao cargo de governador. Essa candidatura vinha oito anos¹⁰⁶ após o governo de Olívio Dutra (1999-2002), alavancada por um cenário de mobilizações de rua que contestavam os governos municipais e à governadora em exercício por suas políticas de “privatização da cidade”. Foi nesse contexto de mais “lutas” e mais conquistas “populares” - sugeridas pela vitória do movimento *O Morro é nosso* - que o governo do estado foi pressionado a garantir que os terrenos do Morro não fossem vendidos. Também foi esse contexto que levou o candidato a se engajar - ou se aproveitar desses cenários, com promessas e propostas - às demandas dos grupos ligados aos movimentos populares em Porto Alegre. Como resposta os movimentos apoiaram sua candidatura.

Em dezembro de 2010, dois meses após a eleição de Tarso Genro como governador do Estado (coligação Unidade Popular pelo Rio Grande, formada por PT, PR, PSB e PCdoB), é promovido pelo Fórum de Reforma Urbana (FERU/RS) o primeiro seminário sobre o tema dos megaprojetos na cidade: *Megaprojetos e o Direito à Cidade*, no auditório da Faculdade

¹⁰⁴ “Socioambiental já tratou mais de um milhão de litros de esgoto”, *PMPA*, 22/04/2014. O PISA promoveu o reassentamento “de 1.680 famílias de baixa renda, que vivem em áreas de risco e em condições insalubres às margens do Arroio Cavalhada e do Lago Guaíba” no limite das terras do antigo Jóquei. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmae/default.php?p_noticia=168823&SOCIOAMBIENTAL+JA+TRATO+U+MAIS+DE+UM+MILHAO+DE+LITROS+DE+ESGOTO>; acessado em 29 mar. 2012.

¹⁰⁵ Na ocasião desse conflito, alguns moradores da região - Doido Pelota criou um rap e Josías Salvaterra dirigiu o clipe – lançam uma música que questionava a remoção na região e levava o nome de *40 mil*, fazendo alusão ao valor oferecido para as famílias removidas. Desenvolvo uma pequena reflexão junto a letra do rapper (Gutterres, 2011) que detona: “o meu endereço é descartável nesse estado, corrupto e *empreitista* do mercado imobiliário”.

¹⁰⁶ O governo do Estado do Rio Grande do Sul tem uma tendência tradicional trabalhista na escolha de seus governantes elege em 1982 Jair Soares (PDS), depois Pedro Simon (PMDB), Alceu Collares (PDT), Antônio Britto (PMDB/PPS), Olívio Dutra (PT) Germano Rigotto (PMDB), Yeda Crusius (PSDB),

de Direito da UFRGS. Na ocasião, o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre ainda não havia sido formado, no entanto, estavam em curso algumas iniciativas de articulação nas regiões do Bairro Centro e do Bairro Cristal, empenhadas no debate específico sobre “as obras da Copa”. A proposta de um comitê único para discussão, denúncias e trabalho de acompanhamento dessas obras começou a ser gestada em 21 de janeiro de 2011, quando é criada uma rede de comunicadores e blogueiros dispostos a divulgar impactos do evento em Porto Alegre. O comitê então nasce nesse contexto de mobilizações e se junta a elas no controle social dos usos dos espaços públicos e no controle social das parcerias entre os governos e as empresas tendo em vista uma transformação elitista da cidade, e que estavam concentradas nessa região entorno do estádio Beira-Rio.

Encontros que preparam encontros: a reunião como espaço de reconhecimento



Fig. 1.5

O evento *Megaprojetos e o direito à cidade* me chamou atenção em novembro de 2010, quando o recebi por e-mail de diferentes colegas da universidade. Ele foi uma das primeiras, senão a primeira iniciativa coletiva para discussão das obras da Copa em Porto Alegre.

Instigada a conhecer melhor os atores envolvidos nesse debate, também por intermédio do meio digital escrevi ao e-mail que o panfleto indicava e me apresentei dizendo que iria participar, porém que gostaria de conhecer um pouco melhor a trajetória do Fórum e seu trabalho de mobilização na cidade. Recebi a resposta no dia seguinte, dia 25 de novembro de 2010:

Prezada Anelise:

As reuniões do fórum (que opera ainda com uma coordenação provisória) são abertas. A próxima reunião será na segunda, dia 29, às 18h, na sede do Cidade, endereço abaixo. Seja bem-vinda, temos outros estudantes de doutorado participando.

Sérgio Gregório Baierle
ONG Cidade

No dia 29 de novembro compareci a reunião citada por Sérgio no e-mail, na sede da ONG, no tradicional Bairro Bom Fim em Porto Alegre. Eu bati a campainha da organização e para fugir da chuva que aumentava, entrei num pequeno vestíbulo que havia na entrada da casa, o que me deixaria muito perto da porta que rapidamente seria aberta por Sérgio¹⁰⁷ “oi, eu sou a Anelise, cheguei um pouco mais cedo”. Ele recolheu a porta junto ao seu corpo oferecendo o interior da casa à minha passagem. Eu segui a indicação de seu braço e entrei.

Havia um pequeno corredor que levava até uma espécie de antessala, nela tinha duas estantes cheias de publicações da ONG: revistas, panfletos e livros. Uma janela para um pátio lateral, uma abertura para um escritório que continha janela para a rua e uma grande escada de madeira em curva, que ficava num dos cantos do cômodo. Passando por um arco entramos numa outra sala onde havia uma mesa e várias cadeiras dispostas em círculo. Havia apenas mais uma pessoa além de nós dois nesta sala, a cumprimentei e logo fui pegar o café que Sérgio havia me oferecido. Em seguida a campainha tocou anunciando a chegada de mais um participante. À medida que foram chegando, fui tentando dar conta de tantos nomes, siglas, leis, reuniões, comitês que eram citados nas conversas que iam se desenrolando enquanto a reunião não começava. Sentada numa das cadeiras pude ver que a roda ia sendo preenchida à medida que as pessoas iam chegando. Quando a maioria do círculo de cadeiras foi completo por pessoas, Sérgio iniciou¹⁰⁸ a reunião encaminhando quais eram as pautas daquele dia¹⁰⁹, todas relacionadas ao evento do dia 10 e 11 de dezembro de 2010. Neste dia eram aproximadamente onze pessoas que participavam da reunião e cada uma delas foi convidada a se apresentar para as demais. Tentei acompanhar a rodada de apresentações, mas era difícil

¹⁰⁷ Sérgio Baierle (1992) defendeu seu mestrado pela UNICAMP, no início da década de noventa. Faço referência a sua pesquisa, intitulada “Um novo princípio ético-político: Prática Social e Sujeito nos Movimentos Populares Urbanos em Porto Alegre nos anos 80” em muitos momentos desta tese.

¹⁰⁸ Em meio a isso Sérgio ressaltou que era necessário ao fim do evento escolher uma liderança para a coordenação do Fórum da Reforma Urbana, porque a ONG apoia o protagonismo dos movimentos e não podia, conforme esse objetivo, que ele ficasse de “chefe” do fórum. Houve um silêncio nesse sentido e ninguém se manifestou nem apoiando nem desdobrando a ressalva de Sérgio.

¹⁰⁹ Sérgio e Lucimar, que nesse dia desceria atrasada das escadas para se juntar a nós, tinham um controle de quem participava regularmente das reuniões, portanto, sabiam a hora que podiam começar a partir do quórum que se apresentava. A partir de março as pautas começariam a ser enviadas por e-mail o que possibilitava que os participantes soubessem o que se planejava discutir.

gravar os nomes e as entidades as quais as pessoas se vinculavam, e que nesse momento não diziam absolutamente nada para mim, já que não as conhecia. As “lutas” antigas eram citadas nas apresentações para fortalecer uma partilha anterior entre aqueles que ali estavam “muitos aqui eu já conheço de outras lutas”. Era, portanto, uma rede dinâmica, que ressaltava a “luta” como ponto comum para sua manutenção.

Nervosa, me apresentei timidamente quando chegou a minha vez, dizendo que pesquisava alguns processos de remoção relacionados à Copa do Mundo e que estava ali para acompanhar a discussão do grupo, pedindo que eles participassem comigo na construção de meu trabalho.

Havia café, bolachinhas e água e no curso da reunião muita gente ia levantando para se servir. Alguns outros integrantes foram chegando e se acomodando na roda já formada, aproximando o queixo do peito eles cumprimentavam os conhecidos. Havia um momento, mais ou menos meia hora depois do início da reunião, onde se finalizava o assunto em curso para que os atrasados pudessem se apresentar. Nesse dia Ana Paula, minha colega de doutorado era uma das atrasadas¹¹⁰. Daqueles que participavam regularmente do FERU/RS, além de mim e de Ana Paula – que participou das reuniões até março daquele ano – somente Sérgio e Lucimar¹¹¹ haviam construído conhecimento acadêmico sobre seus contextos de atuação¹¹². Os outros integrantes integravam conselhos, associações, comitês, com vínculos estreitos com alguma comunidade, no presente ou no passado.

Notei que expressões como “eles estão crescendo o olho” eram tipicamente usadas para se referir as empresas ligadas ao ramo imobiliário e a alguns políticos. Malvados, “eles” sempre estavam prontos a aprovarem leis e mudarem regras em pró dos seus interesses pessoais; agindo na tocaia, na espreita; era preciso ter cuidado: “a gente pensa que está parado, mas não tá, eles estão ali, agindo”. As falas, apesar de se organizarem por inscrições, com duração controlada pelo coordenador, iam aos atropelos, ocasião em que esses sentimentos eram expressos.

Enquanto a pastelina¹¹³ circulava, Angélica¹¹⁴ levantou a questão do ônibus que irá

¹¹⁰ Vinculada a Universidade de San Diego, havíamos feito duas disciplinas juntas no período em que ela esteve em um intercâmbio no Brasil. Desenvolvendo seu trabalho com as redes de participação popular do Fórum e dos Conselhos do Plano Diretor ela me apresentou lideranças e foi uma importante interlocutora nesse período. Participamos de muitas reuniões juntas e seguidamente éramos questionadas sobre nossa proximidade e aparência “vocês são irmãs?”.

¹¹¹ Com graduação em geografia e mestrado em Engenharia Civil, Lucimar era na época coordenadora (2010-2012) do projeto “Monitoramento da Política de Desenvolvimento Urbano e Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)” na ONG Cidade.

¹¹² Também eram os únicos dois que trabalhavam na ONG Cidade.

¹¹³ Pastelina é um tipo de salgadinho folhado muito popular em Porto Alegre, vendido em embalagens plásticas

trazer o pessoal para o evento. Negra, de olhar muito firme, cabelo um pouco alaranjado e bem preso em forma de rabo de cavalo, ela tinha uma expressão séria, mas ao mesmo tempo despojada. Em sua fala ela reivindicava que para trazer o “pessoal das ilhas¹¹⁵” teria que ter um transporte disponível. Discutiu-se por muitos minutos sobre as alternativas viáveis, se uma van¹¹⁶ faria várias viagens para levar as pessoas; ou se dividiam a busca por regiões norte, sul. Falava-se em 10, 15 pessoas por região, que seguiam a territorialidade do Orçamento Participativo: Santa Tereza, Cristal e Cruzeiro – uma; Lomba e Restinga – duas; Dique, Nazaré e Humaitá – três; ilhas - quatro. A intenção de levar bastante gente da comunidade era apoiada; e discutida em torno da possibilidade de uma van ir buscar essas pessoas e garantir sua presença lá, principalmente para garantir suas falas. Entre conversas paralelas e burburinhos, o homem que estava representando a Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM) fez uma pergunta relacionada à abrangência desse evento organizado pelo Fórum “então o Fórum é estadual, mas o foco é Porto Alegre?” - gerando certo mal-estar em todos os presentes, que responderam de forma compartilhada. Cada um respondeu uma coisa aos questionamentos do representante, o que cada um disse eu acabei sintetizando aqui nessa resposta: o evento teria um foco em Porto Alegre, mas os impactos desses eventos seriam sentidos em todo o estado.

Desafiando a síntese e a generalização, o conhecimento e as decisões tomadas nas reuniões eram feitas pelo *acúmulo*, ou seja, alguns fragmentos de relatos iam sendo reunidos na experiência do debate para que ao final compusessem um corpo comum em que todos, ou a maioria se reconhecesse. Geralmente quem fazia a relatoria, ou quem estava na coordenação da reunião, recuperava alguns consensos para a finalização de cada pauta e produção dos encaminhamentos. O processo era, no entanto, fragmentado em sua exposição: cada pessoa levantava questões que julgasse pertinente a sua entidade ou, quando não estava vinculado a entidade nenhuma, a sua experiência pessoal. Mesmo numa roda onde muitos deles integravam um movimento social, eram moradores ou liderança de comunidade, era

em qualquer mercado, de pequeno ou grande porte.

¹¹⁴ Em artigo sobre o engajamento no Orçamento Participativo, Arlei Damo (2008:58) descreve a trajetória social de três líderes comunitários que estavam a frente de vilas que haviam sido regularizadas e urbanizadas durante o período que o Partido dos Trabalhadores tinha governantes no cargo de prefeito de Porto Alegre (de 1989 a 2005): Chiquinho dos Anjos, Amauri e Angélica. Primeira titular da FROP – Fórum Regional do Orçamento Participativo, em 1993 e 1994, até o término do trabalho Angélica estava à frente da COMATHAB – Comissão Municipal de Acesso a Terra e a Habitação.

¹¹⁵ O bairro arquipélago é composto de 16 ilhas integrantes do Delta do Jacuí entre elas a Ilha das Flores e Ilha Pintada.

¹¹⁶ No Rio de Janeiro a “van” é usada para denominar o transporte coletivo alternativo ao ônibus das empresas credenciadas pela prefeitura, e que além de percorrer trajetos longos numa só viagem, cobra menos pelo valor da viagem.

comum que se falasse dos “moradores” que não estavam ali como “eles”. A esse ponto voltaremos depois.

A estimativa de público para o evento sobre os “megaeventos” era de 80 a 90 pessoas e tinham sido “sete meses abaixo de acordo” para chegarem até aquelas resoluções; “as eleições nos atropelaram” dizia Pires, insistindo que era preciso ir buscar “as pessoas” de qualquer jeito, pois “eles são o principal dessa luta”¹¹⁷. O exemplo positivo de luta - que no Rio Grande do Sul também é chamada de ‘caminhada’ - mais recente que se tinha em 2010 era “do caso” Morro Santa Tereza, em que “o protagonismo foi da comunidade, que se apropriou e foi para rua”. Ir para a rua era tomar o espaço público, ponto fundamental da construção de uma luta. Muitos dos movimentos que foram para a rua em junho de 2013 tinham em sua face a expressão desse desejo, como descrevi em outra ocasião (Gutterres, 2013b; 2014b). Ocupar a rua era sempre uma expressão da vitória, principalmente em um contexto contemporâneo de privatização dos espaços públicos. O *Morro é Nosso* carregava essa “conquista” consigo – e ela foi cuidadosamente nutrida para que pudesse compor os questionamentos ao espaço público de outros diferentes movimentos que surgiram na cidade depois – Bloco de Lutas Pelo Transporte Público e também o Defesa da Alegria – que também se acercavam da contestação a realização da Copa no país.

Quando o grupo que estava na reunião começou a pensar como seria a distribuição das vans: pelo horário e local de coleta das pessoas - conversas paralelas foram se desdobrando e se multiplicando por toda a roda. Observando o fluxo da conversa e a criatividade dos trajetos, Sérgio alertou: possuía um “teto” (saldo) de apenas R\$ 1.500 para pagar as vans. Era comum nas reuniões dos fóruns e movimentos que houvesse um ponto da pauta relativo às finanças, principalmente quando elas antecederiam a organização de atos, eventos e atividades. Entrando nessa discussão sobre o custo do evento, os participantes começaram a deliberar sobre valores e sobre as possibilidades de cada um em assumir algumas responsabilidades importantes para a realização do evento. Como envolvia dinheiro a ajuda podia ser através do trabalho, mas principalmente reivindicando junto as suas entidades um pequeno recurso para pagar as despesas. Além do deslocamento, a alimentação era uma das preocupações ali expressas - ela era fundamental para que as pessoas fossem e permanecessem no evento durante todo o dia. Transporte e alimentação eram vistos como fundamentais para garantir a presença daqueles moradores no local - “quem vai de ônibus, come” diziam. O único dos integrantes que havia chegado antes de mim na reunião - e que

¹¹⁷ Ele se referia aos moradores das comunidades de Porto Alegre, independente se elas seriam atingidas pelas obras da Copa do Mundo, visto que essa informação ainda era imprecisa nesse período.

coincidentalmente, havia sentado ao meu lado – em meio a uma discussão que se desdobrava no restante da roda, sussurrou algumas questões em meu ouvido. Ele me perguntou se eu não poderia ver no Bar do Antônio¹¹⁸ quanto eles cobravam para servir almoço. Ele era um senhor de cabelo branco, óculos de aro fino com mãos e corpo lânguidos, o mais velho daquela roda cuja média era de quarenta anos. Depois que concordei fazendo um movimento com a cabeça, ele propôs ao grupo tudo aquilo que havia proposto para mim em particular. Ficou combinado que eu ligaria para o restaurante e tentaria negociar um bom preço para cento e cinquenta almoços, que seriam servidos no segundo dia do evento, um sábado. Sílvio, que era como esse senhor se apresentava, havia me deixado um tanto incomodada com seu pedido, pois ele havia me retirado da confortável situação de observadora, me provocando a assumir uma responsabilidade explícita para com aquele grupo. Por essa provocação ele me ajudou a perceber porque era tão importante o ritual das apresentações nas reuniões – espaço em que os participantes declaravam a qual instituição pertenciam ou se vinculavam, a qual movimento ou entidade participavam e que era sempre alvo de muitas observações. Atento ao vínculo que usei para me apresentar, a UFRGS, ele sugeriu que eu ajudasse a partir desse vínculo. Ao me solicitar colaboração ele acabou me transformando em uma das integrantes da rede de construção desse evento. Falar sobre seu pertencimento na apresentação, além de uma proteção interna para o grupo era uma tentativa de mapear as instituições parceiras, e os parceiros¹¹⁹ presentes. O engajamento era o desejo, de quem participava das reuniões e encontros, uns para com os outros. A estabilidade desse engajamento no decorrer do tempo é o que estruturava ‘os nós’ que vinculavam as pessoas na rede, conforme veremos ao longo das situações apresentadas. Aquele que se engaja é aquele que “está junto com a gente”, é com quem dá para contar. E o desenho desses vínculos é importante na construção das redes que estão na luta.

O ponto seguinte dentro da pauta daquela reunião seria sobre a metodologia usada para desenvolvimento do evento. Dois rapazes do SAJU¹²⁰ apresentaram a proposta nesse sentido: seriam oito pessoas apresentando sua realidade, uma de cada comunidade; e elas apresentariam sua comunidade, orientadas pelos seguintes eixos: qual o conflito? Qual o

¹¹⁸ Lancheria tradicional que tem filial tanto no Campus do Vale, como no Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A sede que fica no Campus Central era chamada na década de setenta de o Bar da Filosofia, fazendo referência ao Instituto homônimo que ficava ao lado. Eram bares conhecidos por diferentes gerações de estudantes dessa universidade.

¹¹⁹ Em algumas reuniões, como era o caso daquela, a entidade valia mais do que o vínculo identitário do sujeito. Mas esse não era o caso das novas articulações, que estavam tentando construir na rede um modelo mais independente - das premissas, ressalvas e posicionamentos - que estavam por trás de entidades e ONGs bastante institucionalizadas.

¹²⁰ Serviço de Assistência Jurídica Gratuita da UFRGS.

nível de envolvimento com e do estado nesse conflito? Qual o dilema atual? Qual etapa ele estaria agora? Atrás das pessoas teria um grande mapa da cidade de Porto Alegre e à medida que cada morador terminasse de falar, um desenho de cada região – que correspondia às regiões do orçamento participativo – seria agregado a este mapa. Lucimar fazia circular nesse momento uma folha com uma versão desse mapa que ela havia produzido com base nesses conflitos. O objetivo era que os problemas em comum ficassem evidentes a partir da colocação de um barbante que uniria várias das diferentes áreas destacadas pelos moradores. Ao final, propunham os rapazes do SAJU, isso revelaria pontos comuns que uniriam os participantes num só sentimento: eles não estavam sozinhos naquela luta.

Ficou acertado na reunião que um advogado, conhecido expert na defesa das causas populares, falaria após o almoço e depois das falas das comunidades, pois “a fala dele gera debate, ele vai quebrar o gelo”. O objetivo do evento levantou diferentes posicionamentos ao longo da reunião. De um lado Sérgio dizia “do ponto de vista da política queremos reação ao que está acontecendo”, de outro lado o representante da CONAM dizia “queremos representação, entidades”. Quando Pires pediu a palavra, levantou uma terceira questão, que era sobre modelo que estava na base de todo o debate sobre o objetivo do evento: o da representatividade. Ele disse “e como contemplar quem não tem entidade?”, questionando a legitimidade daqueles que estavam ali para elencarem os dramas que afligem o morador “comum”. A falta de moradores naquelas reuniões de preparação para um evento que estava sendo construído “para eles” foi justificada por Pires em alguns pontos: 1. A dificuldade de participar de todas as atividades que lhes são exigidas para que possam ser representados; 2. A condição de morador como uma condição de luta e a luta como instituição representativa. Os pontos levantados por Pires foram pontos de tensão que se repetiram em todas as reuniões que participei em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Angela uma das moradoras da Vila União que conheceria nas reuniões do movimento chegava a contabilizar o tempo e o dinheiro que gastaria se participasse de todos os eventos e reuniões promovidos pelas entidades apoiadoras das reivindicações da região. A cobrança pela participação diversas vezes foi ressaltada pelos moradores como um ponto de tensão entre eles e as entidades. O poder público na falha do atendimento a essas comunidades lhes privava de serviços básicos como saneamento, iluminação e água encanada, e os colocava na obrigatoriedade da reivindicação, demanda que alimentava a existência de entidades assistenciais, ONGs, movimentos e, principalmente, as ações de algumas campanhas políticas. Esse era muitas vezes o motivo de incômodo de alguns moradores que notavam que essas reuniões eram organizadas para eles ao invés de por eles. Também notamos que havia uma sociabilidade

nessas reuniões que movia os moradores a elas para além de uma denúncia ou reivindicação exclusivamente objetiva. No entanto, as pessoas viravam amigas, companheiras e as reuniões além de reivindicações, também produziam esses afetos.

Em relação aos processos eleitorais já ressaltaram Moacir Palmeira e Beatriz Heredia que os vínculos e as redes políticas são construídas durante todo o interstício de um processo eleitoral¹²¹ a outro; é nele que as relações “de base” são construídas, também, em cima de demandas que raramente eram atendidas. Para que houvesse o atendimento dessas demandas que se percebia a atuação mais forte dos movimentos sociais e dos partidos políticos, porém os encontros, as reuniões e mesmo as campanhas que empregavam moradores dessas comunidades não se resumiam a isso. O clientelismo como ressaltou Cano (2006) ao discutir as políticas de segurança pública no Brasil é uma relação social que caracteriza as formas da política brasileira e não deve ser olhada como medida de mais ou menos civilidade em comparação a outras formas, geralmente europeias de “fazer política”. Angela como outros moradores com quem convivi se relacionavam tanto com os movimentos sociais, quanto com as organizações não governamentais, tanto com os políticos que atuavam na região, independentemente de qual partido eles estivessem vinculados, ou diferentes facções de um mesmo partido eles estivessem associados.

No final de nossa pesquisa de campo, coincidentemente quando a contestação tomou a rua em uma forma que ainda é motivo de pesquisa e debate, em junho de 2013, houve uma grande questionamento a esse formato de reunião e no caráter representativo que alguns movimentos e entidades assumiam para si em relação aos moradores da comunidade, que em sua maioria resolveram reinventar essa relação a partir de sua própria maneira de se organizar, rumo a antigas categorias de reivindicação – negros, pobres, excluídos, jovens, favelados¹²²; muitas vezes acionadas de maneira transversal¹²³.

¹²¹ Os autores descrevem esse período como “o tempo da política”, a “época da política” ou, simplesmente, “a política”, para Palmeira (2002:171-172) “Não é casual que se trate de um período marcado por rituais e interdições. Nele, mais do que a escolha de representantes ou governantes, parece estar em jogo um rearranjo de posições sociais”.

¹²² No Rio de Janeiro, o grupo Favela Não se Cala, que emergiu na segunda metade de 2012 nos encontros, reuniões e atos relacionados a esse tema, começa construindo um questionamento a “remoção branca” realizada pela “exploração imobiliária nas favelas da zona sul”. Em 2013 e após junho, as reivindicações eram mais focadas no fim da militarização e no fim da UPP nas favelas, e esse grupo foi crescendo na articulação dessas demandas. Após esse ano o grupo começa a articular favelas da zona sul e zona norte da capital fluminense, e torna-se um dos mais radicais movimentos em relação a autonomia dos moradores da favela. Seu principal articulador sempre que fazia declarações, retomava a necessidade de “nós falarmos por nós mesmos”, rechaçando essa “velha” forma de articular os moradores de comunidade, baseada no formato e nas ideias de grupos que vinham “de fora”, para ele “militantes profissionais”, uma “esquerda branca e de classe média” e os já malfadados pesquisadores.

¹²³ Com exceção do movimento que se nominava como transfeminista, que era o caso da Marcha das Vadias, os movimentos que se articulavam em torno desse tema, não privilegiavam nesse momento o gênero como uma

Após junho, no cenário nessas articulações pequenas porém poderosas do ponto de vista da auto organização, favelados, jovens, mulheres, negros, começaram a investir na promoção de um debate sobre cidade e sobre o urbano a partir de chaves e violências sofridas cotidianamente por eles. O grande debate sobre ‘a cidade’ foi ficando cada vez mais no âmbito dos títulos dos projetos das organizações que estavam acostumadas a promover esse debate nas comunidades e na academia que em alguns casos não se transformou nesse processo.

No final dessa e de outras reuniões, quem não tinha compromisso imediato ou estava atrasado para alguma outra atividade, acabava extrapolando o “teto” estipulado no princípio de cada reunião. Ou seja, os encontros terminavam geralmente uma hora a mais do que o combinado, o que também deixava muitas vezes a reunião esvaziada para os encaminhamentos. Quem ficava para as conversas informais se estendia ainda mais após o término oficial da reunião. Era nessas conversas que geralmente eram afinados os próximos eventos, encontros, atos, atividades e as aproximações políticas. Eram nesses espaços informais que os sujeitos elaboravam a ética que os unia ou os afastava, e os pontos em comum que podiam ser partilhados por eles para além das reuniões. Essas extensões das reuniões eram geralmente em bares, corredores, na casa de algum integrante, no deslocamento entre atividades, durante as refeições, nas viagens. Nessas conversas pude conversar melhor com Pires, com Angela, com Clara, Simone, com Vladimir, e com todos os outros homens e mulheres que conheci durante o campo, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Lucimar e Ana Paula quase sempre dividiam comigo o caminho até o ponto de ônibus, então deixávamos para conversar “melhor” nesse trajeto. As reuniões duravam pelo menos três horas, às vezes mais; foi nesse percurso com elas, no entanto, que pude perceber como eram relevantes aquelas reuniões para manutenção dos movimentos sociais e para a construção da categoria *luta*. Era na mobilização para as reuniões e não só no momento delas - na mobilização e deslocamento para ela, na sua dispersão e nos encontros que se organizavam a partir dela - que se discutia e se gestavam ações; era também ali que as

marcação diferencial majoritária, mesmo que houvessem muitas mulheres integrando o grupo. Elas se reconheciam nessa estatística que apontava o jovem negro morador de favela como aquele que mais morria no Brasil e lutavam contra o fim dessa estatística. A vulnerabilidade do jovem negro foi problematizada em diversos estudos (Zaluar, 2007; Feltran, 2003 e 2011; Misse, 1997; Farias, 2014) nos relatórios governamentais (Waiselfisz, 2012; 2013) e relatórios de ONGs ligadas aos direitos humanos (JG, 2004; 2009) porém talvez a expressão mais emblemática a essa condição foi cantada pelo grupo formado por moradores da periferia de São Paulo, Racionais Mc's em 1998, na música *Capítulo 4, Versículo 3*: “60 dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial, a cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras”. Sobreviventes, os jovens artistas recordam sobre o êxito de estar vivo nessa conjuntura: são “vinte sete anos contrariando a estatística”.

relações sociais eram produzidas e, a partir delas e de seus conflitos, que as grandes concepções de: cidade, política, moradia, resistência e reforma urbana iam sendo matizadas.

Ser pesquisadora em meio a moradores e militantes

Como apontou Sérgio, ONGs¹²⁴ e coletivos ligados aos temas da moradia, da cidade, e das questões urbanas eram repletos de pesquisadores. As contribuições que esses colegas oferecem a luta são das mais variadas: entrevistas, artigos, debates, apoio, divulgação, fotografias, vídeos, construção de panfletos. Em 2011 eu decido compartilhar as primeiras sistematizações que fiz a partir da etnografia conduzida em Porto Alegre, em uma reflexão metodológica sobre a dinâmica da rede de resistência nessa cidade. Essa reflexão foi publicada nesta mesma cidade na forma de artigo em agosto de 2011. Nesse período eu tentava refletir sobre a categoria rede como método para entendimento do conjunto dinâmico de inter-relações em contextos de transformação urbana. Estava, portanto, imersa na dinâmica dessas redes e na temporalidade de sua construção na cidade de Porto Alegre. Apresento no artigo a construção de uma rede de resistência às formas de como o Estado estava urbanizando as vilas que se encontravam na rota de empreendimentos de mobilidade urbana, ligados à preparação da cidade para a realização da Copa do Mundo. Publicado em uma revista on-line o artigo circulou, por intermédio de Lucimar, entre os integrantes do Fórum, via grupo de e-mails¹²⁵.

Um dos integrantes desta rede foi o único que manifestou-se sobre o artigo¹²⁶. Luiz Alberto Pires – o Pires – era conselheiro do Fórum de Segurança e Justiça da Região

¹²⁴ No contexto da rede contestatória ligada ao Morro da Providência e entre os militantes que acabei conhecendo no percurso da etnografia ser “ongueiro” era uma forma pejorativa de chamar alguém. Dada a quantidade de ONGs que atuavam nas dezenas de favelas da cidade, a maioria sustentada por verbas de projetos públicos de saúde, educação, cultura, o “ongueiro” era visto de forma equivalente a um funcionário burocrata de qualquer repartição pública. Não tinha uma atuação valorizada.

¹²⁵ Os grupos de e-mails e os grupos de movimentos, comunicadores e organizações criados a partir do site de relacionamentos *Facebook* são formas altamente utilizadas pela rede pesquisada para divulgação dos atos, campanhas, informações sobre mudanças legislativas, troca de informações inter-regionais e mobilização. No contexto de Porto Alegre eu participava do grupo de e-mails do FERU-RS, do Observatório das Metrópoles e do Comitê Popular da Copa. No Rio de Janeiro eu participava do grupo do Fórum Comunitário do Porto e através do *Facebook* integrava o grupo “Pesquisa de Vídeos sobre Remoções no RJ”, “Favela não se cala”, e todos os outros que me permitiam acompanhar o trabalho de comunicação e de “luta” de uma dezena de coletivos de mídia alternativa e de luta pela moradia; todos engajados na publicação e divulgação de temas ligados ao que é chamado comumente de “violação dos direitos humanos” em razão da Copa e das Olimpíadas ou de outros eventos.

¹²⁶ Ficaria evidente aí, o que seria posteriormente uma ênfase importante de articulação e replicação da informação através da internet, dos grupos de e-mail, dos eventos chamados e publicados no *Facebook*. Alternativa que influenciou na articulação de pessoas com as mesmas reivindicações em diferentes lugares do país. Depois desse e-mail nós ainda trocamos muitos outros, numa interação virtual que descrevo em outro trabalho (Gutierrez, 2013a).

Noroeste¹²⁷, que é um dos 16 fóruns (correspondentes às 16 regiões do Orçamento Participativo) integrantes do Conselho Municipal de Justiça e Segurança (CMJS)¹²⁸ e um dos mecanismos de discussão, planejamento e acompanhamento de políticas de prevenção à violência e a criminalidade na cidade de Porto Alegre. Criado em 2003, o fórum era composto por atores da sociedade civil. E como integrante deste Fórum Pires também participava das reuniões de outro, o FERU/RS, onde o conheci. Meu contato com ele limitava-se a conversas relacionadas às pautas dos encontros, a alguma impressão que trocávamos nos corredores sobre os acontecimentos em curso na cidade, sempre de forma breve, na saída das reuniões ou na sociabilidade dos atos e eventos promovidos pela rede.

No desenho da rede que consta no artigo eu expus os vínculos mapeados em meu trabalho de campo até aquele momento e acabei, por esse recorte, aproximando entidades e coletivos que não se sentiram confortáveis em se enxergarem tão próximos. Em meio a esses dilemas éticos - que envolviam uma rede de afetos que eu ainda estava adentrando, conflitos políticos que eu desconhecia e que vinham justamente desses afetos - a publicação foi um ponto de tensão no processo da pesquisa.

Previendo que a forma de apresentação da rede poderia revelar aproximações que não seriam vistas sem gerar algum desconforto, semanas antes de finalizá-lo, eu imprimi uma imagem¹²⁹ desse desenho da rede. Com a imagem em mãos marquei um encontro com o interlocutor que mais havia me constrangido em minha entrada de campo. Por causa do seu questionamento e do sentimento de inadequação que ele havia me provocado durante o período inicial de campo, era dele que eu mais tinha receio até aquele momento.

Vladimir era apenas alguns anos mais velho que eu. Possuíamos a mesma graduação no curso de Publicidade e Propaganda, uma descoberta que acabou nos aproximando posteriormente, enquanto dissidentes da área da Comunicação Social. Ele trabalhava e militava no MST desde o fim dos anos 90 e sua família vivia na região metropolitana de Porto Alegre, local para onde ele sempre retornava após suas andanças pelo interior do estado. Havia trabalhado em acampamentos e assentamentos, ensinando jovens e crianças e era delas que havia recebido o apelido no qual era conhecido. De cabelo raspado e barba cerrada seu olhar sempre me assustou quando eu o observava nas reuniões. Ele era objetivo,

¹²⁷ A Região Noroeste do OP, na qual Pires atua, é formada pelos bairros Boa Vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Itu, Jardim Lindoia, Jardim São Pedro, Passo D'Areia, Santa Maria Goretti, São João, São Sebastião, Vila Floresta e Vila Ipiranga.

¹²⁸ O Conselho Municipal de Justiça e Segurança (CMJS) foi criado pela Lei Complementar nº 487, de 14 de janeiro de 2003.

¹²⁹ A figura foi construída em um software de desenho vetorial, a partir da minha observação das reuniões, eventos e entrevistas.

impulsivo e brabo. Guardava, no entanto, para algumas ocasiões, um sorriso aberto e envergonhado que acabava cerrando um pouco seus olhos, e lhe conferia uma expressão muito doce e terna. A bravura de suas pontuações nas rodas que dividimos, todavia, foi o que mais me marcou. Até mesmo quando passamos a nos tratar como “companheiros de luta” recordávamos dessas situações.

Ele tinha sido um dos responsáveis pela formação e mobilização do grupo de moradores que participou das manifestações do movimento durante a campanha “pela derrubada do PL388” e era extremamente conhecido e querido pelos moradores das vilas que se reuniram para esse movimento. Quando me aproximei dos desdobramentos da articulação, em 2011, comecei a frequentar as reuniões que aconteciam tanto no Morro Santa Tereza quanto na sede do IAB, no centro da cidade. As reuniões ocorridas no Morro se dividiam entre a sede da Associação de Moradores da Vila Gaúcha, que ficava na entrada da Vila Gaúcha; a casa da Dona Teresinha, na Vila Ecológica; e a casa da Ângela, na Vila União. Nesses encontros Vladimir estava sempre presente. Como ele mesmo se descrevia “eu fico de canto, só olhando, só quando tem que fazer uma intervenção, aí eu faço” e era assim que agia em algumas reuniões: calado. Em outras, indignado pedia para os moradores terem cuidado com alguns políticos, alertava sobre algumas situações, tentava conversar sobre outras. Foi preciso alguns meses de frequência em reuniões para que ele parasse de me questionar “qual é mesmo o teu trabalho?”. Ao final das reuniões quando me aproximava ele falava “mas porque tu queres pesquisar isso?”; “qual o objetivo desse trabalho depois que tu concluíres ele?”. Certa vez, quando estávamos sentados em uma mesa de um bar ele me disse “sim, eu sei, depois que acabar esse teu trabalho a gente vai ler uns artiguinhos teus e provavelmente só nos encontraremos por acaso”. A verdade que existia nessa afirmação, sempre me inquietou, e insegura nunca conseguia lhe dar uma resposta.

Narrador entusiasmado, ele gostava de contar sobre suas experiências no campo, com a gente “simples e humilde” dos acampamentos do MST, movimento ao qual acabou se desvinculando no ano seguinte por divergências políticas. Era comum que destacasse a “organicidade” de minha postura em campo, me distinguindo no interior da categoria “intelectuais” – que nesse momento era exclusivamente o lugar que eu pertencia. A “intelectual” assim como a “pesquisadora” eram classificações quase sempre usadas de forma pejorativa. Destacar e, além disso, positivar a “organicidade” em minha atuação enquanto pesquisadora dizia muito de sua formação teórica junto ao movimento sem-terra - “pelo menos tu não é daqueles ‘intelectualzinhos’ que ficam na universidade escrevendo tese e que nunca sujaram o pé no barro”. Não era a primeira vez que eu escutava alguma referência ao

barro como provocação a minha estada em campo. Ela veio de Jane, na Vila Nazaré; de Vladimir, de Angela e Simone, no Morro Santa Tereza. Mesmo com uma boa quantidade de pesquisadores desenvolvendo pesquisa no contexto das vilas e favelas, isso parecia não ter alterado as divisões estratificadas que encontrei em campo: o espírito das luzes científicas (Gramsci, 1971:94) se contrapunha ao barro da praxis popular. No Rio de Janeiro havia essa mesma diferenciação, porém não era o barro que se usava em oposição ao “acadêmico”, o comum era que se usasse favelado; “ser da favela” era um indicativo de valor importante o qual voltaremos a explorar. Retornando ao contexto de Porto Alegre, para partilhar a experiência do barro, a matéria romanceada pelos antropólogos na “inarredável tensão” entre (Duarte, 2006:28) diferentes heranças de um pensamento científico era preciso um ritual de sacrifício. O pesquisador novo tinha que experimentar daquela situação – o barro - para que fosse respeitado: pelos moradores e pelos pesquisadores que andavam com eles.

Quando já me sentia mais parte do barro do que fora dele, ou seja, já estava bem familiarizada com o cotidiano e os lugares do Morro e de seus moradores, eu mesma me vi reproduzindo esse ritual quando encontrei dois colegas da universidade em evento na comunidade - chamado de “Caminhada no Morro Santa Tereza”. O clima do mês inteiro tinha sido chuvoso e frio, e nesse dia não foi diferente. Resistente em me deslocar até o Morro, eu liguei para um dos líderes da associação de moradores da Vila Gaúcha e ele confirmou que haveria o evento. Fui até lá com preguiça e ao chegar me surpreendo ao encontrar com dois colegas de curso. Por causa do clima, as vielas que não tinham cobertura de asfalto ou de cimento estavam bastante empoçadas. Ao olhar para os colegas desviando da água e das valas que juntavam o lixo e os resíduos varridos pela chuva, quase automaticamente reproduzo “hoje vão sujar os pés, hein?”.

Mesmo que o barro seja matéria comum no cenário da maioria das vilas e favelas brasileiras, a oposição entre a “academia” e o “campo” carrega entre esses dois estados uma outra matéria, que nós como antropólogos gostamos de lapidar: a subjetividade. Nos dois contextos os quais me inseri em profundidade, essas categorias não operavam da mesma forma. No ofício da “pesquisa de campo” o universo da vila e da favela eram diferentes, e apontavam para uma trajetória diferente de formação de vilas, malocas, favelas no Brasil. Um exemplo disso é a expressão “botar o pé no barro” que não ouvi com a mesma frequência daqueles que convivi no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, uma favela amplamente “urbanizada”. No entanto, havia uma expressão que era utilizada nos dois ambientes: “subir o morro” significava sair do asfalto e entrar na comunidade, mesmo que os becos da favela fossem cimentados.

A diferenciação entre “letrados e os não letrados”, “pesquisados e pesquisadores”, “academia e favela” enquanto classificação feita pelos atores durante a pesquisa nesses diferentes espaços, era acionada através de brincadeiras e jocosidades, principalmente por uma geração de pessoas que não havia frequentado as universidades. Os filhos delas, no entanto - principalmente no Rio de Janeiro, onde havia um amplo investimento de instituições assistenciais na promoção do ensino profissionalizante entre os jovens; e o acesso à universidade era mais frequente entre os moradores da favela – esse binário era motivo de revolta, pois evidenciava uma condição de dominação que os novos universitários estavam recém transformando. Para aqueles que não vivem em favelas, no Rio de Janeiro o estigma de viver em uma pareceu menor do que em Porto Alegre. E a rede contestatória que desenhei a partir da etnografia em Porto Alegre mostrou que os pesquisadores, os integrantes de ONGs, de coletivos e sindicatos - com exceção de Pires e de Vladimir, que se autodenominava “moreno” - era composta praticamente de brancos, na maioria universitários, ou com curso universitário completo. Quem integrava a rede como morador não tinha, com exceção de Simone, curso superior e eram em sua maioria negros.

Foi pisando no barro, e me vinculando com alguns atores da comunidade - para além do espaço das atividades de militância ou de trabalho nas reuniões - que Vladimir passou a me respeitar ou a respeitar meu interesse de pesquisa naquele lugar. Em meu préstimo de satisfações a ele, notei que eu o hierarquizava como um chefe da comunidade e que acabei, nessa lógica, e apesar do assédio, disputando com ele um acesso aos moradores. No exercício do poder sobre o Outro através do conhecimento deste Outro, não tardou para que eu notasse que nessa disputa pelo vínculo com os moradores eu tinha pelo menos mais um grupo de oponentes: os políticos. O vínculo com os moradores era matéria de investimento para todos nós, políticos, militantes e pesquisadores; ele era a garantia do voto no caso dos políticos, a ‘base’ no caso dos militantes e a autenticidade no caso dos antropólogos. A classificação *morador* assim como as sujeições que ela promove em seu contraponto com - o ‘clandestino’, o ‘mané’, ‘aquele que não é morador’, ‘o turista’, ‘os tubarões’ - é interessante para refletir sobre a noção de legitimidade em suas nuances. Dentro dessas categorias de oposição, o morador acaba se tornando a essência da vida na favela, objeto de uma busca mais romântica que está no cerne da constituição da disciplina antropológica e que nos remete a figura do viajante e do explorador; à procura do segredo a ser desvendado e do poder que ele nos infere. O desconforto que eu sentia aos questionamentos de Vladimir e dos olhares e das perguntas auspiciosas que eram direcionadas a mim: ao final das reuniões, na carona para casa, no intervalo do café; transformaram-se em um dado importante para a pesquisa: a

qualidade da minha diferença.

Apesar de ter participado de mobilizações estudantis durante o ensino básico eu tinha pouco conhecimento sobre as trajetórias e características dos partidos políticos, e tampouco conhecia bem a trajetória dos movimentos sociais e entidades da cidade. Minhas referências de movimento estudantil eram de uma ‘cultura universitária’ de uma instituição privada no fim da década de noventa, momento também muito peculiar na trajetória dos movimentos sociais, cujos integrantes estavam lutando por seus empregos e por seus direitos em meio os contingentes que marcaram esse período. Meu conhecimento precário sobre a construção do sindicalismo no Brasil; sobre as lutas trabalhistas; as lutas por moradia, suas derrotas ou conquistas; a formação das associações de bairro; uniões e fóruns pós-ditadura faziam-me uma estrangeira para boa parte dos integrantes da rede contestatória a qual pesquisei nas duas cidades. Certamente, pelo fenótipo e pela formação universitária (a maioria não tinha nessa época graduação), eu não me parecia com os moradores; e pela minha ignorância dos processos históricos de construção da política brasileira e local, nem com os militantes. Me expondo abertamente com questionamentos e me colocando como aprendiz nas situações de campo, a minha ignorância ‘da política e da politicagem’ foi percebida pela rede, principalmente pelas moradoras do Morro Santa Tereza, aquelas com que mais me aproximei no contexto de Porto Alegre. Como eu elas eram iniciantes no campo das trajetórias políticas e das práticas políticas institucionais, e também estavam tentando entender alguns vínculos, falas, estratégias e ações. Aquilo que acabei aprendendo nesse processo foi em grande parte através de nossas trocas e dúvidas. Adiante desse trabalho retomaremos as questões relacionadas a categoria *morador* e também às situações e narrativas dessas moradoras em sua trajetória na *luta* e na construção dessas trajetórias individuais: o encontro da *luta* dentro de si. Esse encontro é relevante porque ele nos mostrará que a *luta* pode produzir resiliência, e produzida, o corpo e sua existência são sempre o *locus* da disputa.

A militância e a moradia: aprendendo as diferenças

Camilo, era morador do Morro Santa Tereza, militante de um dos movimentos que integravam a rede de contestação à Copa do Mundo em Porto Alegre, e foi também, meu aluno em período de estágio-docência no Departamento de Antropologia (IFCH/UFRGS). Na ocasião que apresentei em aula a pesquisa que desenvolvia no Morro, tinha ele em minha frente. Talvez pela assimetria de nossa relação professor-aluno ali explicitada ele me dissera

nessa ocasião a seguinte frase “a gente gostava da Anelise porque ela ia lá para aprender com a gente, e olhando que tinha gente como ela fazendo tese sobre o Morro, achamos que a gente tinha mesmo alguma coisa para ensinar, nos sentimos importantes”. Narro essa situação porque ficou claro que era uma declaração que nunca seria feita por ele em uma reunião no Morro. Nesse espaço ele sabia muito bem que sua importância ou de sua comunidade não dependia que pesquisador nenhum a atestasse. As adesões que cada um fazia para “se sair bem” em um lugar dependia desse lugar e das relações que o produziam, era assim comigo e era assim com todos da rede que projetavam do seu *self* a parte que convinha ao momento. Camilo morava na Vila União e era um militante atuante, ou seja, viajava muito para frequentar reuniões, participar de encontros e formações em outras cidades. Quase nunca vinha a aula, pois conciliar a rotina das disciplinas do curso de Ciências Sociais com a gira imposta pela militância era difícil, e ele sabia que eu reconhecia essa dificuldade. Li na sua fala uma espécie de agrado, uma espécie de dom que ele me concedia ali em frente a professora titular daquele curso (e orientadora desse trabalho); um atestado de que as coisas estavam sendo bem feitas ‘lá para os lados do campo de pesquisa’. Por outro lado sugeria um contra dom da professora assistente (lugar o qual eu ocupava) que pesquisando junto a *militância* era capaz de entender sua dupla jornada e principalmente interceder a favor dele – flexibilizando prazos e relevando algumas ausências. Eu lhe retribuí o dom, no entanto, tenho a impressão que ele nunca soube, pois acabou desistindo do curso.

A situação que Camilo se referia quando construiu a cena narrada na aula, era o de uma reunião de organização de um curso de formação de lideranças, que se realizaria na Vila Gaúcha, em um sábado. Era um curso que envolvia o Levante da Juventude, o MST, integrantes do PT e o movimento *O Morro é Nosso*. Fui com Ana Paula a uma reunião na casa de Angela e havia sido a primeira vez que ia até a Vila União. Descemos no mirante em frente à TV e seguimos pela indicação dada até o endereço, na Rua Prisma, no fim da linha do ônibus Santa Tereza, perto da Igreja Dom Morioni.

Descemos uma parte do Morro, subimos e descemos de novo, perguntando para algumas poucas pessoas que estavam na rua se estávamos no lugar certo. Passamos pela entrada do beco onde vivia Angela por duas vezes porque, referenciadas pela ‘lógica do asfalto’, procurávamos um número em uma rua, ao invés de procurar um pequeno acesso em uma rua, onde ali encontraríamos as casas. Por causa dessa referência, descemos e subimos uma ladeira inacreditável por duas vezes, e zeramos os créditos de ligação dos nossos dois celulares. Já era noite, quando contraditoriamente enxergamos um acesso com capa asfáltica, também extremamente íngreme (e sem luz) dado ao telefone como referência de caminho até

a casa dela. Arrastando os pés para não tombar subimos até o topo em busca de outro acesso que finalmente nos levaria até a casa de Angela.

Mesmo atrasadas ainda éramos umas das poucas que haviam chegado. Larguei minha sacola na mesa e me ofereci para auxiliar na movimentação das mesas e cadeiras para a reunião. Havia café, chimarrão e umas pizzas para serem colocadas no forno. Logo chegaria Vladimir, Laudelina, Camilo, alguns jovens integrantes do Levante da Juventude e Pedro, cargo de confiança do PT e que na época era namorado de Angela. Como na maioria das minhas primeiras reuniões tentei assisti-la calada; nesta, no entanto, não pude. Fui questionada por Vladimir sobre minha opinião sobre a marcha que havia sido realizada no Cristal, em contestação a maneira como a prefeitura procedia na ampliação da Avenida Tronco, dois dias antes. Falei que tinha achado boa, e que havia bastante gente. E foi só. Fiquei corada e com a sensação que esperavam mais qualidade na minha opinião. Angela e as outras mulheres me olhavam com desprezo. O restante me olhava como se não tivessem ideia do que eu fazia ali já que não conseguia nem mesmo emitir uma opinião razoável sobre a ação promovida. Um ano depois Angela me confessaria, em uma madrugada em torno da mesa, naquela mesma casa; que havia me achado extremamente “nojenta” naquele dia. “Quem diria, hein? Que aquela *branquela* quietinha, sentada ali na minha sala, com aquela cara de nojo, comendo e bebendo, ia estar aqui agora, hein, no meio da negrada do Morro”. A amiga estrangeira, a filha branca, a *branquela*, aquela que estava na luta com a gente, aquela que estava fazendo uma pesquisa sobre o Morro; eram múltiplas as classificações que recebi, e durante todo o processo de campo meu desafio foi o de saber identificá-las dependendo da situação em que nos encontrávamos. Essa multiplicidade não era uma exclusividade minha, os interlocutores também as possuíam e as acionavam quando transitavam por diferentes contextos. A diferença das formas de interação: na vida privada, no trabalho, e na luta – foram sendo apresentadas por eles a partir das situações vividas e narradas nesses diferentes espaços.

Com o passar do tempo o que aconteceu entre eu e os moradores do Morro, ocorreu também com Vladimir e com alguns outros integrantes do Comitê Popular da Copa: uma aproximação. A maior parte dos meus dados etnográficos não foram produzidos por uma relação exclusivamente binária entre: o antropólogo e o interlocutor de pesquisa. O que desenvolvi com Vladimir, com alguns militantes e com alguns moradores dos Morros pesquisados – eles e elas integrantes desse trabalho - acabou mais próximo de uma amizade e foi a partir dessa relação que alguns deles me narraram suas trajetórias e desventuras cotidianas. As diferentes situações de sociabilidade que tivemos juntos transformou nosso

laço e fez com que escrever sobre o processo etnográfico me custasse ainda mais cuidado.

Minha relação com Vladimir e Clara, assim como com Lucas, Bianca, Kelly e Fialho, jovens que trabalhavam em ONGs, movimentos, assessorias de imprensa alternativa - que passaram depois a integrar o Comitê Popular da Copa - foi ficando mais livre de provações quando minha constante presença nas audiências e reuniões culminou em uma sociabilidade de bar. Foi bebendo junto com eles que a ‘dureza’ de ser acadêmica pôde ser ‘amolecida’ pela prática da comensalidade, lugar em que as lutas e as ideias se moldavam pelo comer e o beber. Foi participando dessa sociabilidade lúdica ligada a partilha dos sentidos - geralmente transformados pelo álcool - que me tornei além de pesquisadora, uma companheira.

Nessa época Vladimir ocupava um apartamento na Avenida Borges de Medeiros, muito perto de onde eu também vivia. Em uma das audiências em que voltávamos todos para casa juntos - nós e outras pessoas que moravam ou tinham que passar pelo Centro para retornarem para casa - eu disse que queria mostrar a ele o que estava preparando para o tal artigo, buscando talvez sua aprovação. Ele estava com um gravador meu, que eu havia emprestado fazia algumas semanas e então ficamos de tomar um café para fazermos as trocas.

Já sentados no café tirei de dentro do bolso uma folha A4¹³⁰ enrolada como um rolo e estiquei em cima da mesa para que ele olhasse. Tensa eu esperei sua resposta, mas fiquei aliviada quando, mesmo sem falar nada, ele mexeu a boca com um meio sorriso “não achei que era tão complexa, companheira” e voltou o olhar para o papel. Fez algumas correções de hierarquia, meu atualizou de alguns nomes, vínculos, disse que outros ele nem conhecia. Olhou mais um pouco e disse “muito bem, eu posso ficar com essa?” eu respondi afirmativamente, mas antes pedi para escrever na folha o meu nome e o nome provisório da pesquisa. Após ele guardar a folha no bolso, pedimos outro café e um bolo de chocolate. Enquanto bebíamos e comíamos, ele me convidou para integrar a equipe de construção de um levantamento socioeconômico alternativo que ele, junto com Clara, Fialho e alguns outros, queriam construir para o Morro Santa Tereza. Esse grupo, inicialmente integrado por uma arquiteta e um arquiteto, uma engenheira, duas jornalistas, um geógrafo e Vladimir, seriam os maiores incentivadores e futuros formadores do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, todos eles altamente comprometidos naquele momento com a construção de um projeto arquitetônico autônomo para o Morro Santa Tereza.

¹³⁰ A imagem da rede que cito no início do capítulo e que consta no artigo já referido (Gutterres, 2011).

Foi após esse encontro com Vladimir - quando vimos e discutimos juntos a rede, e que senti seu parecer positivo quanto à forma dela - que me senti, também, mais confortável em publicar o artigo. Na época da publicação eu participava não só das reuniões promovidas pelo FERU/RS, mas do Movimento do Morro Santa Tereza, e dos Comitês Populares da Copa do Mundo, que nessa época ainda se dividiam entre: do Centro, Morro Santa Tereza e do Cristal.

A montagem da rede me revelou muito da dinâmica das relações entre os integrantes dela e sobre o fluxo dos interesses e dos atores nos movimentos: altamente dinâmico. Como estratégia de pesquisa, eu acabo nesse momento me vinculando deliberadamente - à medida que passo a entender melhor a dinâmica das reuniões e de seus integrantes - ao grupo dos moradores. Seria com eles que realizaria as entrevistas, pois era deles que queria escutar como construía suas trajetórias. No entanto, quando passo a viajar para acompanhar os debates, reuniões - a exemplo do que aconteceu com Camilo - também me dividindo e me conflitando com as dinâmicas de campo e o conhecimento 'acadêmico'; fui desenvolvendo relações mais densas, não só com os moradores, mas com parte desses apoiadores e militantes que integravam a rede de contestação mais ampla.

Tensões na escritura do vivido

Estávamos no meio de uma das etapas do trabalho de construção deste levantamento socioeconômico para o Morro quando viajei a Curitiba para um evento de antropologia. Estávamos em meio a formulação dos questionários; tabulações; possibilidades de conclusões posteriores a partir desses dados; em uma formatação que nos auxiliasse a conhecer melhor os o cotidiano de habitação no Morro. Volto diretamente do aeroporto para a casa de Clara, onde seria a reunião. Chegando lá, encontro já reunido todo o grupo que participava da construção do cadastro. Vladimir estava no fogão cozinhando junto com Kelly e havia também dois integrantes do Comitê da Copa de Belo Horizonte que narraram para todos nós sua experiência com as obras de lá. Cheguei com as malas, me acomodei e logo liguei o computador para tentar acompanhar a discussão que já havia iniciado. Bianca me ajudou com as malas e com uma cadeira. Senti algum desconforto no ar logo que entrei, mas não tinha certeza se era real ou não. No fim da reunião quando já estávamos todos muito cansados e um pouco frustrados com os limites do questionário e o que cada um pensava ou queria com aquele cadastro, Clara disse “a gente tem que conversar sobre aquele artigo”. Vladimir lá da cozinha interferiu e disse que aquele não era momento para falar sobre isso.

Clara respondeu que não tinha conseguido se segurar. Eles eram os únicos a falar em toda a sala. Constrangida, eu disse que gostaria muito de ouvi-los sobre o que havia escrito, de ouvi-los sobre o que por ventura não tivessem se identificado, ou sobre o que os tivesse incomodado. Clara não completou a crítica, recuou, mas não sem dizer “é que tem que ter cuidado com algumas coisas”. Eu tentei conversar com eles depois, em diferentes momentos, pessoalmente e através de um e-mail onde me coloquei a disposição para fazermos um encontro só para discutir isso. Nunca me responderam. Continuamos a construção do cadastro em mais encontros presenciais e em outros por e-mail. Nos meses seguintes ocorreu minha partida para o Rio de Janeiro. Continuamos trocando dados, e-mails e nos encontramos outras vezes pessoalmente em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, onde frequentemente ocorriam “agendas” por conta da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – ANCOP – que acabei, por intermédio de Clara, frequentando. Nessas ocasiões acabamos conversando sobre todas as relações que estavam implícitas na rede que havia mostrado para Vladimir meses antes, porém nunca falamos diretamente sobre o desenho dela. Essa didática do silêncio me intrigou e eu entendi como uma resposta sobre como algumas situações vividas nas reuniões tinham outro estatuto quando postas por escrito.

A experiência de troca relacionada a esse artigo acionou relações de poder inusitadas e extremamente ricas, que não sei se aconteceriam se ele não tivesse sido escrito, publicado e lido; apropriado das diferentes maneiras na qual ele foi. Foi nessas situações que pude ver mais profundamente a dinâmica da rede – posições hierárquicas e jogos políticos - e em como é preciso estar na luta para compreender alguns meandros e principalmente que além de uma rede política, ela é uma rede de afetos, de trocas e principalmente de disputas.

Um Comitê unificado em Porto Alegre

Como vimos, a experiência do movimento *O Morro é Nosso* foi fundamental para a criação do Comitê, pois além de acumular uma vitória ele manteve a mobilização ‘viva’ entre aqueles que participaram do processo de contestação à privatização dos espaços públicos e à forma como algumas obras estavam sendo feitas na cidade. Associar a realização da Copa a uma nova e próxima ameaça à moradia daqueles moradores entorno do estádio foi tarefa construída desde o início por esse grupo de pessoas. A figura de Clara - que já transitava pelos espaços da articulação da ANCOP, era próxima da relatora especial de moradia adequada da ONU, além de ser integrante de um movimento de abrangência nacional - foi importante para projetar o Comitê e o fortalecer enquanto espaço de resistência local. Havia,

no entanto, diversas iniciativas de criação de Comitês. O grupo que se reunia paralelamente em torno das estratégias de regulamentação da área do Morro Santa Tereza, que queria dar continuidade ao projeto de regularização fundiária das vilas, foi pensado inicialmente como um comitê popular em potencial. A unificação, no entanto, foi a estratégia escolhida pelo grupo que ‘tocou para frente’ as reuniões, os debates, as articulações, a mobilização local, os pedidos de audiência e as denúncias de violação de direitos feita à prefeitura. Foi esse encadeamento de situações que foi agregando moradores e militantes ao Comitê Popular da Copa que, como ocorreu nas outras 11 cidades, tornou-se único e centralizado. No período que acompanhei o Comitê de Porto Alegre, salvo algumas exceções, seus integrantes se reuniam no Quilombo do Sopapo¹³¹, que ficava no bairro Cristal e acumulava a experiência de resistência ao PISA na região. Mesmo com o Comitê instituído, os encontros do movimento o Morro é Nosso seguiram ocorrendo e os integrantes dessas reuniões eram praticamente os mesmos. Os debates do Comitê estavam centrados na ‘luta do Cristal’, questionando a ampliação da Avenida Tronco; a luta do *Morro é Nosso*, pela regularização de seus lotes; e a luta contra a remoção da Vila Dique ameaçada pelas obras de ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho. As obras do aeroporto foram as primeiras a serem iniciadas e removeram diversas famílias sem grandes resistências, em um processo que descrevo adiante.

Durante o ano de 2011 o Comitê se reuniu diversas vezes; houveram algumas audiências públicas na região do Bairro Cristal, na área que seria diretamente impactada pelas obras da Avenida Tronco, a fim de solicitar informações ao município sobre o projeto a ser implementado na região. As moradoras do Morro Santa Teresa apesar de não estarem sendo atingidas diretamente pelas obras seguiram participando das reuniões e das articulações em torno da contestação às obras da Copa em Porto Alegre porque também se sentiam ameaçadas por sua condição de informalidade na moradia. Um dos efeitos práticos dessa contestação e do trabalho do Comitê junto à comunidade – em apoio, denúncia e na promoção de informações – pode ser vista nessa fala do prefeito a uma emissora local de rádio, ela mostra a disputa em jogo entre a noção de *impacto* e de *melhoria*.

13 de junho de 2011, pode anotar; no ano que vem, nesta mesma data eu vou estar aqui de novo e Porto Alegre vai estar cobrando pelo excesso de obras que nós teremos (...) pela primeira vez as coisas estão andando, as coisas estão acontecendo, há trinta anos atrás se falava (...) mas agora elas estão acontecendo, Rodovia do Parque, não tá

¹³¹ Ponto de Cultura da região o Quilombo era coordenado por um militante ligado ao PT, e haviam outros integrantes desse partido integrando o Comitê. Como pude perceber nos comitês da copa de outras cidades, muitos deles estavam “partidarizados” seja pelo PSOL, seja pelo PT.

acontecendo? O Trensurb¹³² está chegando em Novo Hamburgo, tá acontecendo, o Aero móvel começa a obra agora logo em seguida, segundo semestre já começa a obra. Cais Mauá, já temos recursos, temos projeto só basta que o governo federal autorize (...) são grandes empresas que estão fazendo esses projetos, são projetos complexos, por exemplo, o da Avenida Tronco, nós estamos cortando várias Vilas populares, nós estamos mexendo com aproximadamente 1.500 famílias, e você imagina o que aconteceu, há uns meses atrás quando nós começamos a negociar com as famílias, você imagina que um grupo que é resistente a realização da Copa do Mundo em Porto Alegre, que é resistente ao progresso, que é resistente a qualquer coisa, começou a produzir boletins dizendo que nós íamos despejar as pessoas, isso criou um pandemônio, criou resistência, e nós tivemos que ir lá fazer trabalho, família por família¹³³

Após muita propaganda do município sobre as ‘obras da Copa’ para Porto Alegre, obras de *mobilidade urbana* para a cidade, a população estava receosa, duvidando que o evento fosse ocorrer. Os habitantes, com exceção daqueles que viviam entorno da Avenida Tronco e dos que viviam entorno do aeroporto, não viam nada mudar em seu cotidiano de deslocamento, porque poucas obras estavam sendo executada nesse ano. Fortunati, além de criticar o “pandemônio” feito pelos “resistentes”, aproveita para anunciar a sobreposição de obras viárias para o ano seguinte.

Em abril de 2013 a profecia do prefeito já era sentida pela população. Ao tomar um ônibus transversal (T5) que levava do aeroporto até o Bairro Menino Deus, cerca de onde estava localizado o estádio do Beira Rio, passo por uma grande via radial da cidade, Avenida Osvaldo Aranha, que como outras estava em obras nesse ano. Eram 17h35 aproximadamente e chovia, o trajeto do ônibus cruzava apenas duas quadras dessa Avenida, que fica à beira de um conhecido parque da cidade, o Parque da Redenção. No trajeto - que por tomar o ônibus em seu ponto final (aeroporto) eu faço sentada - assisti a programação promocional que é veiculada em um sistema de televisão no interior do ônibus. Entre jogos de adivinhação, programas com vídeos engraçados do *youtube*, atualizações do clima e das condições de trânsito, receitas e horóscopo, há um par de propagandas pagas pela prefeitura municipal veiculadas nesse canal. Em uma há uma fotografia do projeto e das obras de três avenidas - Av. Tronco, Av. Voluntários da Pátria e Av. Severo Dullius. Na outra propaganda, também há uma foto do projeto e outra das obras (uma espécie de antes e depois) da Passagem subterrânea da Av. Anita Garibaldi e da Avenida 3ª Perimetral. Em cima das fotos com a indicação da obra se lê “transtornos temporários, benefícios permanentes”.

Reafirmando as palavras ditas pelo prefeito na entrevista, a propaganda municipal elabora bem o recado à população “desculpem o transtorno estamos construindo a Porto

¹³² Única linha de trem urbano que liga parte de Porto Alegre a parte da região metropolitana da cidade.

¹³³ Trecho de entrevista dada pelo prefeito José Fortunati, em 2011 ao programa esportivo “Show dos esportes” transmitido pela empresa Rádio Gaúcha e apresentado por Pedro Ernesto Denardin.

Alegre do futuro”, a imagem dessa vez é um belo pôr do sol no espaço de lazer da Usina do Gasômetro, às margens do Rio Guaíba.

Retornando a entrevista dada pelo prefeito, notemos que a forma que ele se refere aos integrantes da rede “resistentes a qualquer coisa”, descreve os protestos e a contestação como manifestações vazias, como se elas não possuíssem argumento. A fala dele reúne uma gama de questões que estão em jogo nessa interlocução conflitiva entre a rede e as diferentes instâncias do governo. A acusação de ser contra o progresso era extremamente combatida pelos moradores que se sentiam afetados com isso. Obviamente eles não gostavam de serem vistos como sujeitos contra o progresso da comunidade ou mais amplamente do progresso do país. Em sua defesa era muito comum que eles dissessem a seguinte frase “a gente não é contra o progresso, a gente é contra a forma como está sendo feito” que era uma maneira de se defender e ao mesmo tempo esclarecer que não eram contra tudo, mas sim contra a forma como obras públicas estavam sendo realizadas em sua comunidade ou em sua cidade: sem uma apresentação prévia do projeto de alargamento ou de melhoramento das vias; sem uma explicação coerente de porque aquela obra era boa para a cidade que eles viviam cotidianamente; sem discutir com os impactados diretamente pela obra como ela podia ser adaptada para que melhorasse ou para que famílias não fossem removidas; sem oferecer uma alternativa viável para que as famílias removidas adquirissem outro imóvel na região, se preferissem; sem respeitar os direitos adquiridos - muitas vezes com força, violência e desmoralização dos moradores. Essa era a forma de viabilizar o progresso, que estava sendo replicada em quase todas as cidades que receberam obras durante o período de preparação para a Copa; e era dela que os moradores reclamavam, e era por causa dela que a contestação¹³⁴ existia e só aumentava.

O “pandemônio”, a “baderna” que cita o prefeito ao se referir aos integrantes da rede evidencia como os “resistentes” eram tratados e vistos pelos governantes em seus questionamentos. A negatividade dessas expressões incomodava muito os moradores, que seguidamente me diziam, “você viu o que o prefeito falou da gente?” e quase sempre retomavam essas entrevistas em suas falas públicas, argumentando que estavam ali lutando e exigindo os seus direitos, e ai vinha o prefeito dizer que eram baderneiros. Dois anos depois, em 2013, os moradores de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e outras dezenas de cidades do Brasil foram chamados de baderneiros e mais especificamente de vândalos, quando foram para as ruas expressar suas variadas indignações “com a forma

¹³⁴ Principalmente em Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro.

como” as desigualdades sociais foram construídas no Brasil e principalmente, em repúdio ao elevado custo de vida nas cidades, com ou sem obras para a Copa. Nessa ocasião, como já relatei em outro trabalho (Gutterres, 2014b) houve um esforço da mídia e dos governantes em subtrair pequenos grupos desse grande aglomerado que foi para as ruas dos centros das cidades durante os meses de junho e julho. Tentando reutilizar o termo “vândalos” nesses grupelhos, e dividindo as manifestações entre: pacíficas e baderneiras. Os manifestantes – integrantes dos grupelhos, mas principalmente aqueles que não aceitavam essa divisão - em uma forma de rejeição a essa estratégia midiática, assumiram-se como vândalos e com ironia recriaram essa expressão a transformando em sinônimo de manifestante. Já que protestar, questionar, manifestar-se é fazer baderna, é vandalismo para os governantes, “somos todos vândalos”, foi o que se leu nos cartazes.

Não era só em Porto Alegre que o futuro enquanto objetivo mítico de bem estar generalizado, dignidades impressas em uma noção técnica de progresso era promovido e questionado.

Em território pacificado, as reuniões são pela cultura

Cheguei ao Rio de Janeiro em agosto de 2011 com um plano de pesquisa etnográfica construído em Porto Alegre, a partir de: revisão bibliográfica, pesquisa em material de acervo e em reportagens e textos produzidos pela imprensa. Tentava uma aproximação com algum morador da favela do Morro da Providência lugar o qual eu não conhecia. Tinha ficado seduzida a pesquisar na cidade após conversar com uma professora do IMS/UERJ em um evento em Porto Alegre, em março de 2011. Ela me contara que sua equipe estava desenvolvendo uma pesquisa na região de Madureira e citou que a área estava sendo completamente remodelada por conta da construção da Transcarioca, uma das obras da *Cidade Olímpica*. Casas tinham sido removidas com rapidez, ruas desapareceriam, comércios foram fechados – ela dizia que havia muita gente descontente com as mudanças. Após essa conversa com ela e a promessa de um contato na região quando eu chegasse, a incursão ao Rio de Janeiro foi ganhando força e objetividade. Depois de um levantamento das obras que estariam ocorrendo na cidade no período que eu inicialmente havia me proposto para a realização da etnografia: agosto a dezembro de 2011, me aproximei do Morro da Providência. Localizado na região central da cidade, ele tinha sido pacificado recentemente e estava no interior de um perímetro que seria alvo do maior projeto de intervenção na capital fluminense – o Porto Maravilha. Diferente das outras localidades, na Providência eu teria a possibilidade

de acompanhar o processo de implementação das obras previstas e de uma suposta contestação a elas, fato que nesse momento ainda não era possível evidenciar.

Entre essas diversas obras que ocorriam na cidade¹³⁵, e um cenário de extremo autoritarismo governamental em relação a remoção¹³⁶ das pessoas dos locais onde as obras iriam ocorrer, foram diversos (e não tão controlados) os caminhos que me levaram a decidir por uma pesquisa no Morro da Providência, em detrimento de outras localidades. Nos livros (Zaluar e Alvito, 2004; SMCTE, 1992; Cardoso e outros, 1987a) que consultei em 2011 para uma aproximação do que já havia sido escrito sobre o Morro, constava que a população inicial dele teria sido composta por ex-combatentes da Guerra de Canudos¹³⁷, terminada em 1897 no sertão da Bahia. Essa informação seria importante depois para o debate com os moradores sobre a (ir)relevância dessa origem para sua vida na comunidade e como ela podia ser amplamente apropriada por diferentes esferas discursivas. O morro tomado de favela¹³⁸ era o cenário da guerra descrita por Euclides da Cunha em Canudos e foi o primeiro nome dado ao Morro da Providência de acordo com a bibliografia que consultei: Morro da favela. Mesmo com o nome trocado posteriormente, o apelido deixou para a cidade uma nova expressão espacial e além disso uma palavra que viraria anos depois identidade para os moradores dali e de outros tantos lugares com aquelas características: a favela.

Nas notícias de Jornal que consultei, no entanto, as manchetes, as fotos e os textos retratavam outra guerra nesse Morro - da polícia contra os traficantes; descrita pelos jornais como tão violenta que havia inclusive culminado em uma ocupação desse Morro pelo exército no final de 2007. Nessas notícias o mais emblemático (e também o mais cruel, desproporcional e insensato) desses episódios não estava relacionado a “criminalidade violenta” (Zaluar, 2004:212) impulsionada pelo comércio varejista de drogas nesse local, mas

¹³⁵ A reforma do estádio do Maracanã, o Porto Maravilha, a TransOeste, a TransCarioca, a TransOlímpica, a TransBrasil, e os projetos de habitação popular: Bairro Carioca e o Morar Carioca; e de adequação olímpica: as instalações olímpicas.

¹³⁶ Durante o ano de 2010 cinco comunidades foram removidas violentamente e ilegalmente na região oeste da cidade por conta de outra obra ligada ao projeto Olímpico, a TransOlímpica: Vila Recreio, Juliano Moreira, Restinga; e uma na região do Maracanã. Eu havia assistido os vídeos postados no *youtube*, lido reportagens e era evidente a brutalidade das ações impostas pelos funcionários da Secretaria de Habitação do Município aos moradores que ali viviam. Eram essas imagens que haviam motivado minha conversa com a professora carioca e que posteriormente culminaram em minha pesquisa no Rio.

¹³⁷ Conforme Benchimol (1992:187) “ao fim de encarniçada e heroica resistência, Canudos foi finalmente arrasado por um poderoso contingente do Exército, comandado pelo próprio ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt” os ex-combatentes da campanha de Canudos seriam alojados, por determinação do Ministério da Guerra no Morro da Providência.

¹³⁸ “As *favelas*, anônimas ainda na ciência — ignoradas dos sábios, conhecidas demais pelos tabaréus — talvez um futuro gênero *cauterium* das leguminosas, têm, nas folhas de células alongadas em vilosidades, notáveis aprestos de condensação, absorção e defesa. Por um lado, a sua epiderme ao resfriar-se, à noite, muito abaixo da temperatura do ar, provoca, a despeito da secura deste, breves precipitações de orvalho; por outro, a mão que a toca, toca uma chapa incandescente de ardência inatural!” (Cunha, 1901:18).

ao autoritarismo que a honra ferida de um militar foi capaz de promover nesse período que o exército ocupou o Morro. A consequência desse episódio culminou no assassinato de três jovens moradores da favela, um acontecimento que foi descrito como uma dor que “dói na alma” por uma mãe próxima aos rapazes.

Como viria saber depois o exército já havia ocupado o Morro em 2006 e desde esse ano nunca mais as forças repressivas do Estado – o exército, a polícia Civil, ou o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) – haviam abandonado inteiramente a Providência que receberia em 2010 a instalação de uma UPP¹³⁹, fato que também foi noticiado em grande quantidade dos jornais que encontrei sobre a região.

Mesmo não se tratando somente de “medo imaginário” (Zaluar, 2004b:216) provocado pelas mídias em relação ao crime violento nas favelas, e em particular nas do Rio de Janeiro, o medo apareceu em meus primeiros relatos - na hesitação de caminhos, horários ou trajetos. Abaixo eu copio um trecho de um deles:

Eram umas sete horas da noite quando subi a escada rolante em direção ao saguão central da Estação Central. E já ali notei que a configuração tinha uma feição que nada lembrava os dias de semana ou as estações que costumava descer, localizadas na Tijuca ou na Zona Sul. Muita gente passando com grandes sacolas; muitos meninos pelos cantos, andando de pés de descalços, vestindo camisetas sujas, de gola esgarçada. Seguindo as placas em direção à Rua Senador Pompeu, cheguei até o portão desta saída secundária. As lixeiras, quando haviam, estavam abarrotadas de cocos verdes, copos plásticos e lixo de toda a espécie. O chão estava úmido por causa da garoa que caía desde o meio da tarde - clima decisivo para que eu levasse um guarda-chuva junto comigo. Porém a umidade do chão também tinha outra causa: urina, água suja vinda dos “carrinhos” que vendiam comida, chorume, restos de comida e bebida. Em minha frente, logo na saída da Estação, uma grande feira de artigos dos mais variados: panelas, pilhas, eletrônicos, comida, roupas, e toda a sorte de quinquilharias para o corpo, o carro ou a casa; elas ocupavam pequenas tendas, que eram iluminadas por abajures improvisados com lâmpadas incandescentes, alimentadas dos postes de luz próximos a calçada. Uma lona azul cobria cada baía, numa prática que dava a rua um colorido bem peculiar. Era o Camelódromo da Central, que como soube depois havia sofrido um incêndio¹⁴⁰ o qual os moradores julgavam ter sido intencional, pois o entendiam como uma tentativa de piorar as condições daqueles que viviam nos arredores, obrigando-os a sair. Criminoso ou não o incêndio fez com que o Mercado Popular da Central do Brasil se resumisse as bordas da calçada, impondo aos feirantes, condições provisórias de trabalho que já duravam 2 anos,

¹³⁹ Segundo o atual Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, as Unidades de Polícia Pacificadora tem como objetivo “Recuperar para o Estado territórios empobrecidos e dominados por traficantes”. A primeira UPP instalada na cidade do Rio de Janeiro foi no Morro Santa Marta, em 19 de dezembro de 2008.

¹⁴⁰ “Mercado Popular na Central do Brasil”, *TV Brasil*, 21/10/2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=8Z95NZRKhTM&feature=endscreen>>; acessado em out. 2011.

desde que o incêndio havia ocorrido. Dobrando à direita, segui em direção ao meu objetivo, a Rua Barão de São Felix que estava à esquerda. Encostados na grade que protegia a Estação Central havia muitos homens atirados no chão, jovens e velhos, entregues a toda sorte de conversa, risadas e gritos - entre os cigarros, as pessoas e o lixo. Sentia seus olhares em direção a mim ou os imaginava, e procurei não encará-los diretamente. Ao lado esquerdo, estava a encruzilhada que eu deveria transpor, em torno dela tonéis de lixo e um fluxo absurdo de pessoas vindas da Avenida. Eu andava com pressa, mas não corria, mantinha um movimento duplo com os olhos: olhava para frente e para o chão, para evitar botar os dedos do pé naquelas poças mal cheirosas e que cobriam todo o caminho. Controlava-me para não parar muito, não espiar muito objetivamente para placa nenhuma e nem para nenhum grupo ou pessoa em especial. Atravessei a rua em direção a outra fila de vans que ficava na Praça Cristiano Ottoni e da praça segui pelo lado oposto da feira, atravessando a primeira das três ruas que tinha que passar até chegar a São Felix. Em minha frente, a boca aberta de um túnel escuro e barulhento o qual nem fazia ideia que existia. Em cima dessa pedra escavada em arco, milhares de luzes, vindas das centenas de moradias ali instaladas me avisavam sobre a proximidade da favela. Segui em direção ao Morro com a estratégia do peito estufado e do olhar para frente, ensinada a mim por uma moradora de uma outra ocupação localizada no Bairro Santo Cristo, quando - por ruas pouco habitadas - voltamos do evento *Margens da Cidade* para casa. Ela havia me dado a seguinte dica: nunca demonstre medo, e nunca vire a cabeça para trás; e foi com essa estratégia que segui o caminho. De um lado a feira que havia avistado ao sair da Central e na calçada em que eu estava, muitos bares, alguns fechando outros abertos. Os que estavam fechando se encarregavam de jogar mais água na calçada, varrendo com o jato vindo da mangueira todo o lixo que se acumulava em frente à porta do comércio durante o dia. A calçada era estreita e todo mundo acabava seguindo pelo meio da rua, a dividindo com os carros, as vans e as motos. Além da água a calçada abrigava os comércios informais de comida, churrasquinho, banquinhas com bebida, cachorro quente. Do que pude enxergar logo a minha frente, que duvido seja uma descrição muito fiel, estava o terminal rodoviário e uma esquina que eu torcia ser a da rua onde eu me dirigia. A rua em que eu estava, e que escoava no túnel João Ricardo, chamava-se Bento Ribeiro e quando subi levemente o olhar vi pela placa que a esquina em que havia chegado era de fato a da Rua Barão de São Felix. Nela havia um boteco bem barulhento, com porta para duas ruas que compunham a esquina. Homens conversavam do lado de dentro, alguns encostados no beiral das portas. A rua não tinha muita luz naquele pedaço, e a previsão não era de que isso fosse mudar. Quando entrei no breu, pude olhar para frente com um pouco mais de segurança da minha invisibilidade, e pela primeira vez pensei em realmente voltar para casa. Do lado esquerdo e direito da rua havia sobrados de dois pisos, porém pisos muito altos. Alguns totalmente escuros de tal forma que não conseguiria dizer se era uma casa, um comércio, uma ocupação ou uma ruína. Na rua algumas crianças correndo, e carros passando. Quem circulava, circulava pelo meio da rua. Eu desci para ela quando tive que dividir a calçada com um tipo da minha altura, vestindo uma camiseta cuja maior parte era de tecido branco, tom que ressaltava sua pele bem negra. Ativo, ele veio em minha

direção, dei lugar a ele, mas não sem olhá-lo por alguns instantes; usava um grande colar dourado e andava como se estivesse desfilando. Atrás dele dois homens um de cada lado pareciam o escoltar. Passar por eles foi como estar em um cenário de filme. Espaço onde pululavam inúmeros símbolos consolidados pelo cinema e pela mídia, ligados a masculinidade e ao crime. Imagens que, por essas mesmas características e nesses mesmos meios, estavam relacionadas aos corpos malemolentes, ao confronto físico, a sujeira e ao perigo. Andando pela rua, as portas que continham luz eram as portas onde havia mulheres encostadas nelas, quase todas conversando com algum homem. Passei por dois becos, os quais não tive coragem de olhar fixamente para dentro. Eram na verdade pequenos acessos asfaltados que cortavam a rua perpendicularmente. Uma *van* para transporte, meio vazia, seguida de um carro da polícia municipal cruzaram por mim durante a minha jornada. Quando o último passou tive uma pequena sensação de segurança, mas que logo foi superada pela lembrança de diversas leituras (Misse, 2007; 2011; Zaluar e Conceição, 2007; Cano, 2003) sobre o contexto policial local. Impregnada delas passei a temer mais a velocidade baixa daquele carro de polícia que passava por mim do que a escuridão, o homem de corrente e os becos duvidosos.

Havia programado minha missão no Rio de Janeiro por meses e as pesquisas sobre a região haviam contribuído para o aumento dos pesadelos que tive sobre a condição de “estar aqui” (Geertz, 1999) sem ter “estado lá” – condição criadora de cenas em que eu frequentemente me imaginava morrendo com um tiro de fuzil, ou participando de tiroteios. Ao chegar em casa após as cenas vividas nesse dia e após essa incursão tive na escrita a evidência de que as imagens das notícias de jornal ligadas à violência haviam sido totalmente assimiladas por mim sem que eu as tivesse vivido; e o medo do crime (Merry, 1981 apud Covington e Taylor, 1992:232) era um poderoso dado sobre a minha ignorância da forma como os grupos ali viviam e sobre minha incapacidade no momento de interpretá-los.

Foram as pequenas descobertas, compartilhadas com as pessoas da região, até uma conquistada autonomia de circulação no espaço (passei a conhecer o nome das ruas, dos becos, e de alguns dos moradores) que foram aos poucos me levando para cada vez mais longe das imagens negativas e polarizadas produzidas em grande quantidade pela mídia sobre o Morro como um lugar sem ordem, permeado pela violência, pelo crime, lugar de bandido. Observando de onde partia o meu medo compreendi que todos os contextos contemporâneos (e não só o Morro) eram permeados pelo crime, pelos bandidos e pela violência e aprendi que a ordem do mundo de onde eu vinha era criminalizar aqueles que viviam em lugares como a Providência. Restou-me, portanto, compreender que mundos eram esses e que ordenamento estava por trás do cotidiano daqueles que eu acabaria convivendo nos próximos anos.

Antes de embarcar para o Rio de Janeiro - em meio a medos, jornais, guerras e interlocutores ainda desconhecidos - procuro por uma colega de pós-graduação que havia sido selecionada em um processo seletivo para um dos cargos de gestão dos Territórios da Paz e ela que me informa que a Providência integrava o programa, e que ela poderia me apresentar a equipe responsável pelo trabalho na região.

Minha aproximação de alguns dos moradores da Providência e também de lideranças do Morro foi mediada por uma gestora do programa de gestão social em territórios, conhecido entre as mulheres que conversei em Porto Alegre e no Rio de Janeiro como Territórios da Paz. Outros moradores eu conheci a partir do trabalho do Fórum Comunitário do Porto na região e outros através de uma rede de apoio às ocupações de prédios públicos abandonados na zona portuária.

Gestão Social de Territórios – SEASDH/RJ

Em minha primeira visita a sala das integrantes do projeto Territórios da Paz ainda estava tomada pela utopia de pesquisar em Madureira e na Providencia. No Largo do Campinho estava ocorrendo um processo que se repetiria na Providencia, remoção seguida de opção de moradia em bairros muito afastados. Os moradores do Largo do Campinho em Madureira, ocupavam casas e alguns casarões antigos em condição parecida daqueles que estão ocupados na região da Central do Brasil: a grande maioria dos imóveis não tem proprietários vivos ou conhecidos, e os moradores dessas casas as ocupavam há aproximadamente trinta anos.

Os moradores da região do Campinho, em Madureira estavam passando pelas complicadas negociações com a prefeitura para que saíssem de suas casas a fim de que a Transcarioca fosse construída. A Vila Recreio II, Restinga, Colônia Juliano Moreira tinham sido removidas totalmente, em 2010, com a justificativa de construção da TransOeste em um trecho que nunca¹⁴¹ foi utilizado. Havia também a favela do metrô¹⁴² que foi parcialmente removida por estar no perímetro do estádio Maracanã. Na época eu desconhecia o paradeiro desses moradores que daí foram retirados, pois houve muito pouco ou nenhuma informação

¹⁴¹ Renan Rodrigues e Tiago Dantas, “Obra para Copa usa só 10% de área desapropriada e gera investigação do MP”, *UOL*, 17/09/2013. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/09/17/desapropriacao-de-brt-no-rio-deixa-terrenos-vazios-e-e-investigada-pelo-mp.htm>>; acessado em ago. 2014.

¹⁴² “Resistência da favela do Metrô-Mangueira contra o despejo”, *Brasil de Fato*, 08/01/2014. Desde 2010 os moradores da favela Metrô-Mangueira resistiam contra a remoção, por conta da reforma do Maracanã. Em janeiro de 2014, os processos se acentuaram depois que 40 famílias foram ameaçadas de remoção. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/27030>>; acessado em jan. 2014.

em nível nacional sobre essas remoções, e nem sobre a violência com que ocorreram. Todas essas obras estavam relacionadas a realização das Olimpíadas de 2016 e em melhorias dos acessos entre as instalações que seriam usadas para a Copa do Mundo, entre o aeroporto e o estádio de futebol. Elas ficavam respectivamente em Madureira, Barra da Tijuca, Ilha do Governador, São Cristóvão, Zona Portuária.

Em Madureira a prefeitura¹⁴³ estava exigindo que as pessoas que viviam ali fossem morar em apartamentos do MCMV em Cosmos, e elas só tinham acesso ao contrato depois que aceitassem essa opção. Houve resistência e protesto para a permanência nas casas, que eram ocupadas por pessoas que trabalhavam ali perto - que era o caso dos ambulantes e daqueles que tinha algum estabelecimento comercial. Algumas casas foram demolidas e abalaram os imóveis vizinhos. Pessoas em tratamento médico no posto local foram transferidas para esse loteamento em Cosmos que não oferecia infraestrutura adequada de escola e posto de saúde, além de ser área de milícia. Somado a essas condições, os removidos diziam que o contrato que a prefeitura lhes oferecia exigia que eles pagassem R\$ 50,00 de aluguel além das despesas do condomínio, luz e água - uma dinâmica a qual não estavam preparados, principalmente se estivessem desempregados.

Chego até a sala de Rosa indignada com essas notícias e também ansiosa para conhecer pessoas nessa região e descubro que a remoção no Bairro já havia sido finalizada. Rosa foi uma das que me auxiliou nessa descoberta. Conhecer a vida das pessoas que foram removidas lá em Cosmos seria riquíssimo para a pesquisa, mas não era o objetivo naquele momento, já que eu estava empenhada em acompanhar a contestação sendo construída - caso existisse. Por esse motivo, abandono a pesquisa que faria em Madureira mesmo antes de inicia-la e me dedico à Providência.

Ao conhecer melhor o trabalho de Rosa vejo que ele estava ligado a um processo de acompanhamento social à implementação da UPP instalada na região desde 26 de abril de 2010¹⁴⁴. A equipe da qual ela fazia parte era integrante de um programa estadual de

¹⁴³ “Moradores de Madureira fazem protesto contra remoções por causa da Transcarioca”, *Fazendo Mídia*, 07/02/2011. Cf. moradora “Na lei orgânica do município fala que toda família removida tem que ser reassentada próxima. Isso não está sendo cumprido, porque a nossa comunidade vai ser reassentada em Cosmos, que são 18 estações de onde a gente mora. É mais de uma hora de viagem. Pessoas já perderam o emprego, crianças perdendo o ano letivo, pessoas de idade que vão perder tratamento no posto médico, e outras que estão desempregadas não vão poder pagar as contas que tem nesse apartamento”. Disponível em: <<http://fazendomedia.com/moradores-de-madureira-fazem-protesto-contraremocoes-por-cao-da-transcarioca/>>; acessado em mai. 2013.

¹⁴⁴ A Providência era a sétima implementada pelo Estado do Rio de Janeiro desde 2008. A ação das unidades foi elaborada com os princípios da polícia de proximidade planejado e coordenado pela Subsecretária de Planejamento e Integração Operacional, desde 2007. Cf. o site da UPP as Unidades instaladas até o fechamento desse texto são em ordem cronológica: Zona Sul - Santa Marta (19.12.2008), Babilônia e Chapéu Mangueira

segurança pública realizado em algumas comunidades do Rio de Janeiro, e que foi feito em parceria com o Pronasci. Um monitoramento que foi apelidado pelos moradores, servidores públicos e concursados de UPP Social.

Gestada pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH/RJ) e executada pela Subsecretaria de Defesa e Promoção de Direitos Humanos, Cidadania e Território; as equipes da UPP Social ocupavam uma sala no prédio da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, que era dividido por quatro equipes, compostas de um gestor e de duas assistentes não necessariamente com formação em Assistência Social. Cada equipe atuava no que se convencionou chamar de *territórios pacificados* – ou seja, comunidades que haviam sido escolhidas para receber o programa nacional. Foram elas: São Carlos, Providência, Borel, Cidade de Deus. Foi através do contato com a equipe da SEASDH/RJ (uma assistente social e duas psicólogas) responsável pela gestão da Providência que tive acesso inicial a comunidade e às atividades promovidas nela pela secretaria.

Segundo os dados oficiais divulgados nos canais de comunicação da Secretaria e mais amplamente do Estado do Rio de Janeiro, a equipe da UPP Social enquanto estava sob o controle do governo do estado, tinha como objetivo “fortalecer as redes locais; potencializar as lideranças que atuam no território e facilitar o diálogo entre comunidade e Estado”. Assim como a pasta da “habitação” no município, a da Assistência Social e Direitos Humanos no governo do estado era parte da aliança que os governos de Sergio Cabral e de Eduardo Paes, ambos do PMDB¹⁴⁵, tinham com o governo federal do PT, governado por Lula até 2010. Por conta dessa aliança que o ex-secretário Nacional de Justiça e ex-secretário Nacional de Segurança Pública, Antônio Carlos Biscaia, foi nomeado subsecretário de Direitos Humanos

(10.06.2009), Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (23.12.2009), Tabajaras e Cabritos (14.01.2010), Escondidinho e Prazeres (25.02.2011), Rocinha (20.09.2012), Vidigal (18.01.2012), Cerro-Corá (03.06.2013); Zona Norte - Borel (07.06.2010, Formiga (01.07.2010), Andaraí (28.07.2010), Salgueiro (17.09.2010) Turano (30.10.2010), São João, Matriz e Quietos (31.01.2011), Macacos (30.11.2011), Mangueira (03.11.2011), Nova Brasília (18.04.2012), Fazendinha (18.04.2012), Adeus e Baiana (11.05.2012), Alemão (30.05.2012), Chatuba (27.06.2012), Fé e Sereno (27.06.2012), Parque Proletário (28.08.2012), Vila Cruzeiro (28.08.2012), Jacarezinho (16.01.2013), Manguinhos (16.01.2013), Barreira do Vasco e Tuiuti (12.04.2013), Caju (12.04.2013), Arará e Mandela (06.09.2013), Lins (02.12.2013), Camarista Méier (02.12.2013); Zona Oeste - Cidade de Deus (16.02.2009), Batan (18.02.2009); Centro - Providência (26.04.2010), Coroa, Fallet e Fogueteiro (25.02.2011), São Carlos (17.05.2011); Baixada Fluminense - Complexo da Mangueirinha (07.02.2014).

¹⁴⁵ Filiado ao Partido Verde (PV) Eduardo Paes foi subprefeito da Zona Oeste I de 1993 a 1996 durante o primeiro mandato prefeito Cesar Maia/PMDB (1993-1996). Em 1996, já pelo PFL, foi o vereador mais votado do país com 82.418 votos. Em 1998 se candidatou a Deputado Federal, cargo a qual foi reeleito em 2002. Durante sua atuação se filiou ao PTB, em 1999 para retornar ao PFL em 2001. Em 2003 se filia ao PSDB, e em 2007 ao PMDB, quando concorre a prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012), sendo reeleito pelo mesmo partido.

e Territórios da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, em março de 2011, mediante convite do secretário Rodrigo Neves. Com ampla carreira na área de segurança Biscaia já tinha coordenado o Programa de Segurança Pública para o Brasil, implantado no Governo Lula, e foi um dos responsáveis pela elaboração do Pronasci, era ex-procurador geral do Ministério Público do Estado do Rio (MP-RJ) e foi deputado federal por esse partido. Quando Rodrigo sai do cargo para concorrer à prefeitura de Niterói, em 2012, assume o cargo Antônio Claret Campos Filho que já coordenava a Subsecretaria de Integração de Programas Sociais. No final de 2013, Zaqueu Teixeira assume a Secretaria, permanecendo por um curto período na pasta. Em vistas a candidatura de Lindbergh Farias ao governo do Rio de Janeiro, em 2014, o diretório estadual do PT rompe com o governo de Sergio Cabral e o cargo passa para Pedro Henrique Fernandes da Silva (Partido Solidariedade). Em meados de 2012, Biscaia sai do seu cargo na SEASDH, e a subsecretaria é extinta. É nesse momento que a Upp Social passa para o controle do município e também que as equipes a qual Rosa era uma das coordenadoras são extintas ou realocadas. Em 2014 assume o cargo de secretário o coronel do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, João Carlos Mariano Santana Costa, ex-coordenador Geral da Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro e coordenador do Centro de Operações dos Jogos Pan-Americanos, em 2007.

Nesses dois anos que estive em campo no Morro da Providência notei que as reuniões que se propunham a discutir as transformações propostas pelo governo para a região, e que contavam com a participação de moradores do Morro, estavam divididas em alguns eixos, que formavam grupos com objetivos diferenciados. Num dos eixos, nominado “reuniões da cultura”, eram planejadas as ações sociais com os moradores, com foco na divulgação e acesso às atividades artísticas no Morro e arredores. As reuniões eram coordenadas pela gestora da UPP Social e suas duas assistentes, que pesquisavam e articulavam várias estratégias de entretenimento e formação artística para comunidade.

As ações da UPP Social eram motivo de disputa¹⁴⁶ no nível da gestão local, entre Município e Estado. A atuação e o interesse da abordagem nessas duas esferas tinham objetivo e estratégia política diferentes. No caso do município o objetivo era o de compensar as falhas de uma Secretaria Municipal de Habitação que com uma atuação atrapalhada e, por vezes, perniciosa, não havia cumprido o que estava previsto no Estatuto da Cidade¹⁴⁷ no que

¹⁴⁶ Em janeiro de 2011 foi realizado um acordo entre estado e município estabelecendo que as atividades da UPP Social estariam sob tutela do município; que era o grande gestor das obras que seriam realizadas na Providência. Durante todo o período que estive em campo a UPP Social do município não atuou conforme estabelecido no acordo, quem fazia esse papel era a equipe de assistência do estado.

¹⁴⁷ Enquanto umas séries de artigos do Estatuto não estavam sendo encaminhados corretamente acerca dos

se referia a apresentação do plano das obras à população que seria atingida por ela. O objetivo das intervenções estatais, por sua vez, estava relacionado ao impacto de um projeto de Segurança Pública no cotidiano da favela. Conforme pude perceber ao longo do campo a instalação das UPP modificou completamente a forma de sociabilidade dentro das favelas e a forma como os estrangeiros – aqueles que não vivem na comunidade – se relacionam com ela. As UPPs não protegiam os moradores das comunidades, ou traziam uma lógica muito distinta daquela que operava antes da instalação das unidades, comandadas pelo tráfico. A construção de um programa baseado em uma polícia comunitária não passava de um recurso discursivo.

Por outro lado, como já havia apontado Cano (2006) o “social” parecia estar inteiramente subordinado a “paz” e a segurança. Uma das principais mudanças que as unidades pacificadoras trouxeram no espaço da favela foi o controle policial e estatal sobre manifestações na rua e aglomeração de pessoas, principalmente quando aliadas a música e aos jovens. O controle policial inviabilizou a realização dos bailes funk, por exemplo, um entretenimento promovido por moradores e produtores locais nos finais de semana na principal Praça da Providência, a Praça Américo Brum. Alegando que as letras das músicas e o público dos bailes estavam relacionados ao comércio de drogas ilícitas; com a implantação da UPP, e o ‘desarmamento’ dos traficantes do local, os bailes ficaram inviáveis com a nova concepção do território guiada pela lógica moral dessa ‘segurança pública’. O “ostracismo da cultura do morro” é o que a UPP Social buscava reverter, assumindo para a polícia militar a responsabilidade de levar “cultura” para a comunidade. Rodas de pagode, churrascos, eventos para as crianças, festas de natal, comemoração do dia da favela, do dia do Morro da Providência todas essas datas antes de 2010 eram promovidas ou pelos próprios moradores, ou exclusivamente pelo comando do tráfico.

Esse processo fez com que as manifestações artístico/culturais na Providência fossem positivadas por alguns moradores e pelas gestoras da UPP Social num movimento de apologia à origem, de resgate a essência daquilo que seria o Morro realmente. A intervenção do Estado era enxergada como um remendo mecânico àquilo que, a partir de sua entrada na forma de uma UPP, passou a ser visto como orgânico e vital: a cultura. Numa das discussões sobre qual seria a melhor atividade a ser realizada no primeiro evento cultural pós-

deveres do estado para com a população impactada por obras públicas, outro artigo possibilitava um acordo que viabilizaria a maior parte das obras na Zona Portuária. O Art. 32, §1º definia a operação urbana consorciada, que tinha como *objetivo* “alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”. Essa discriminação feita pelo poder público era altamente citada pelos integrantes da rede para justificar discursos de corrupção política.

pacificação iniciou-se em uma das reuniões um longo debate sobre “as pratas da casa”, ou seja, quais seriam os artistas locais legitimados a se apresentarem no dia. Diante da proposta apresentada pela UPP Social dois moradores alegavam a dificuldade em definir um só grupo ou eleger um só expoente da cultura local para compor a programação proposta. Para eles a cultura do morro estava envolta num clima, num contexto, num “espírito” que não podia ser revivido num evento como aquele. Não de forma completa. Ambas as perspectivas concordavam que o tempo de agora era outro, mas valoravam de forma diferente o presente. Enquanto a equipe da UPP Social e outros apoiadores achavam que o evento iria trazer a vida de volta ao morro, Dona Francisca e Seu Carlos representavam a vida com outra ênfase, para eles “o morro estava morto”.

O conflito entre os que queriam as obras e se beneficiavam com a vinda da UPP; e aqueles que questionavam criticamente as duas iniciativas, foi uma constante durante o campo na Providência. O desenvolvimento prometido para a região sob a forma de *obras de melhorias* e de *mobilidade* para os habitantes do Morro, constrangia aqueles que questionavam a forma como esse progresso era imposto pelos gestores. Os moradores com quem convivi, passavam claramente por um processo de transição entre um contexto, a “época braba” e o outro, a era da “pacificação”. Em meio a tantos marcos que eles narraram como relevantes para a construção de sua trajetória no Morro, essa posição privilegiada os fazia narradores em potencial das perdas, dos ganhos, dos dramas e antagonismos de viver em uma comunidade que mudava tão radicalmente, mas mantinha suas reivindicações ao Estado praticamente inalteradas – queriam saneamento, mais escolas e creches, postos de saúde específicos para a região.

Rede de apoio às ocupações urbanas: outra cidade em debate

Particpei de diversos eventos e debates sobre *a cidade* no período que estive em campo no Rio. Através deles e das reuniões pude me aproximar de diferentes grupos e ver como eles estavam debatendo essa classificação nesses diferentes espaços - que portanto, carregavam uma noção distinta de Cidade. O evento ‘Cidades Futuros Possíveis’¹⁴⁸, que foi realizado na Casa Rui Barbosa, em Botafogo foi importante nesse sentido, não só por ter sido um dos primeiros que fui, mas porque nele conheci Erik, um estudante de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) da UFRJ. Não estava interessada em

¹⁴⁸ Evento promovido pelo CPDOC/RJ e que contou com a exposição de pesquisadores das áreas da geografia, jornalistas, sociólogos, antropólogos e economistas. Entre eles Jean Comaroff, Lucia Lippi, Mariana Cavalcanti e Reginaldo Gonçalves. Disponível em: <<http://www.pacc.ufrj.br/inscricoes-abertas-para-o-ii-seminario-internacional-cidades-futuros-possiveis>>; acessado em jul. 2011.

fazer os mesmos percursos que fiz em Porto Alegre, me aproximando do Fórum de Reforma Urbana, pois não tinha como objetivo comparar redes, atuações entre os fóruns, contextos ou qualidades de militância; tampouco através do Comitê Popular da Copa, por essa mesma razão. Buscava chegar até uma rede contestatória, caso houvesse, pelas demandas que os moradores do Morro revelassem importante, no contexto dessas obras.

Nesse evento que era também um seminário estavam reunidos estudantes, pós-graduandos, pesquisadores da favela e da cidade, militantes, interessados em geral. Ele me pareceu uma boa oportunidade de observar uma rede de pessoas que estavam pesquisando e pensando *a cidade* a partir do Rio de Janeiro. Fui a outros tantos eventos em que se discutiram questões contemporâneas a partir da categoria Cidade, e em que os Megaeventos estavam incluídos. Já havia, portanto, uma rede de debate sobre esse tema, o tema da moradia, das remoções, e da revitalização de alguns espaços da cidade a partir dos megaeventos. O seminário realizado em Botafogo foi lotado por pesquisadores, e pessoas ligadas a academia, era gratuito, e foi bem divulgado, no entanto os sujeitos das pesquisas não estavam nem na mesa e nem na plateia. Após as exposições dos palestrantes, no momento destinado as perguntas do público, Erik fez essa observação. Ao final do evento, o procurei para conversarmos sobre essas diferenças que ele próprio chamou de “uma batalha pela constituição da cidade” (Assumpção e Schramm, 2012:124). Por intermédio dele que fiquei sabendo da realização de outro debate chamado *Margens da Cidade: as batalhas contra as remoções*¹⁴⁹, que seria realizado no Instituto de Medicina Social da UERJ na semana seguinte. Em sua segunda edição o colóquio teve como convidados um professor de um curso pré-vestibular comunitário do Morro da Providência, um pesquisador¹⁵⁰ que trabalhava junto a Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência¹⁵¹ e uma moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga, localizada em uma rua próxima a uma das entradas para a Providência. Os três relatos de experiência fizeram referência à comunidade da Providência, seja por que os palestrantes atuavam nela, seja porque moravam próximo a ela. Era um evento que caracterizei como misto, porque nele tinham moradores das comunidades, pesquisadores que eram moradores, apoiadores, militantes e moradores de ocupação,

¹⁴⁹ Erik havia me indicado o site *Pela Moradia* como referência para que eu encontrasse mais informações sobre o evento e sobre o processo de remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://pelamoradia.wordpress.com/2013/09/04/margens-da-cidade-as-batalhas-contra-as-remocoes/>>; acessado em ago. 2011.

¹⁵⁰ Alexandre era doutorando em Sociologia pelo IUPERJ, e o encontrei em outros eventos e algumas reuniões sobre a Providência, organizadas pelo Fórum Comunitário do Porto. Dialogo com Alexandre, enquanto pesquisador, em diversos momentos dessa tese.

¹⁵¹ O site da Rede está disponível em: <http://www.redecontraviolencia.org/>; acessado em ago. 2011.

professores, e outros pesquisadores. Geralmente era nesses pequenos debates, sejam eles na universidade ou na comunidade, que a reflexão sobre *a cidade* era mais rica, pois partia de micro eventos cotidianos, portanto, de classificações e representações que tinham também essa escala.

Os relatos que escutei nesse encontro evidenciaram a existência de uma rede contestatória ligada aos conflitos fundiários e habitacionais que evidenciava a necessidade de fortalecimento da “luta” contra a nova política municipal de regulação do espaço urbano, chamada “choque de ordem” que se aplicava a diversas situações em diferentes locais da cidade¹⁵², inclusive a Providência. Ao final do evento a moradora da ocupação fez um convite a todos os presentes: que comparecêssemos ao aniversário de sete anos da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Anotei na mesma hora o endereço e disse que apareceria na festa, marcada para dali a dez dias.

Acabo traçando uma “tática difusa” de inserção na Providência, que foi o que me permitiu ao ir circulando por diferentes espaços, reconhecer o desenho da rede de contestação e suas particularidades. Sabia que a aproximação ao local de pesquisa por uma instituição assistencial, que era o caso da SEASDH, tinha seus riscos. Já que o regime de assistência social nas favelas acabava por mediar à relação entre os estrangeiros e “os moradores”. Nunca me ocorreu também buscar uma aproximação através da associação de moradores, que era desde a década de oitenta (Zaluar, 2004c:35;405) no Rio, geralmente controladas pelas redes do tráfico de drogas ilícitas e eu não tinha intenção de entrar por meio dessas redes.

Quando cheguei à comemoração de aniversário na Ocupação não encontrei ninguém conhecido, nem Erik e nem Déinha – que estava na mesa aquele dia. Deborah, a moradora da ocupação que havia me passado o endereço da Chiquinha no dia do debate, também não estava por ali. Depois de algumas horas avistei entre os participantes uma colega de um curso que fiz na universidade, no entanto em seguida a perdi de vista. Aqueles que conheci ali nesse dia, mesmo superficialmente, eu encontraria diversas vezes depois, em outros espaços. Havia um integrante do Comitê da Copa do Rio, que também era integrante da Central de Movimentos Populares (CMP), professores do Grupo de Educação Popular da Providência (GEP), pesquisadores do PPCIS da UERJ que desenvolve pesquisas na região, e outros professores ligados tanto ao GEP como ao coletivo Organização Terra e Liberdade. Também

¹⁵² *Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP)*. Logo que cheguei ao Rio de Janeiro as ações da Secretaria estavam intensas nas feiras, na rua, no trabalho dos ambulantes, nas manifestações públicas. Os lugares de atuação do corpo policial eram “focos de desordem urbana” considerada “o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral”. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/seop>>; acessado em ago. 2011.

conheci nesse dia um músico integrante do grupo de Rap *Us neguin q não se cala* e moradores da ocupação. Todos que estavam ali eram apoiadores daquela e de outras iniciativas de moradia, que tentava cobrar que propriedades tivessem função social¹⁵³ para esse fim, principalmente quando abandonadas e com localização central.

Além de um reconhecimento da rede, o dia do aniversário foi minha primeira incursão na região da Central e da Providência. As minhas primeiras impressões do local estão em parte presentes no diário de campo da página 116 e se transformaram em dados importantes para pensá-la em perspectiva com outras descrições já produzidas e que eu mesma produzi desse espaço ao longo do campo.

Com quem eu mais conversei nesse dia foi com esse músico, que solidário a minha estreia na região, me acompanhou até o metrô quando saímos da festa. Eu iria para casa e ele partia para um bico que havia conseguido em uma festa em Botafogo como segurança. As pessoas que conheci nesse dia foram fundamentais para o reconhecimento da rede ligada à defesa da moradia, às ocupações na área portuária do Rio e por esse recorte, a uma contestação à realização dos megaeventos no Rio de Janeiro. Vinculados ao anarquismo esses atores participavam de um circuito que se sobrepunha a tantos outros na luta pela moradia e em contestação às obras para a Copa e as Olimpíadas na cidade. Reencontrando alguns desses sujeitos em determinados eventos e não em outros, fui percebendo os recortes ideológicos que os reuniam e que diferiam muito de outros grupos que também atuavam na região, conforme descrevo na próxima seção. As ocupações na Zona Portuária têm uma história particular na resistência e reivindicação do Centro como lugar de moradia para pessoas pobres. As diferenças ideológicas entre esses grupos ficaram evidentes nas manifestações de junho de 2013. As rupturas que ocorreram nesse período evidenciaram diferenças, desgastes e metodologias antagônicas de resistência, que nesse ano de 2011 ainda tentavam coexistir.

Ao me despedir dos interlocutores em Porto Alegre e embarcar rumo ao Rio, muitas dúvidas me acompanharam. A primeira delas era em relação a manutenção dos laços na cidade que eu deixava e a segunda em relação a construção de laços na cidade que me recebia. A Articulação Nacional do Comitês Populares da Copa ainda estava se fortalecendo, conforme apontei anteriormente, e as reuniões e eventos que reuniam a rede em suas porções locais ainda estavam, também, recém caminhando rumo a um adensamento desse debate

¹⁵³ Conforme os dados apresentados pelo Dossiê produzido pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, ao todo seriam cerca de 3.099 famílias removidas em toda a cidade, e mais 7.843 que estavam sob ameaça de remoção. Essas remoções e ameaças de remoção foram calculadas entre os anos de 2010 e 2013, quando foi lançada a segunda versão do documento.

sobre Copa e a Cidade. Como estava interessada em investigar a construção da luta entre aqueles que não tinham experiência enquanto militantes, e que estavam diretamente impactados pelas obras, quando viajo ao Rio de Janeiro viajo menos em busca das articulações entre os Comitês das duas cidades e mais em busca de famílias ou sujeitos atingidos que estivessem se articulando com eles. A força da articulação era da soma, porém como sempre me intrigou, se havia soma, havia partes. E fui vendo que elas eram muitas e se projetavam de maneira diferente dependendo da reunião em questão. As partições mais evidentes dentro das redes eram a do morador e a do apoiador. Uma distinção que não tinha relação só com cor, com classe, ou grau de instrução como já inferi, mas também com o engajamento. A diferença que pude perceber ao longo desses anos entre esses dois grupos que se articulavam por um mesmo questionamento era que um deles estava ali por adesão e outro estava por condição. A luta era uma condição afetiva para os moradores, uma condição de sobrevivência, era preciso dela para adquirir a resiliência que os permitia seguir apesar e com as adversidades.

O Fórum Comunitário do Porto do Rio de Janeiro: um espaço de apoiadores

O outro eixo que promovia as reuniões e debates na Providência era aquele ligado a demanda de construção de uma coletividade local para discutir – e criar uma rede de proteção aos moradores - às obras de “melhorias” que estavam previstas para serem realizadas na região nos próximos três anos, decorrentes da mudança realizada no Plano Diretor, em 2009. Do conjunto de modificações que estavam previstas para o Morro da Providência três delas eram as mais discutidas e contestadas nessas reuniões: a instalação de um teleférico na principal Praça da comunidade; a construção de um “museu a céu aberto” num local conhecido como largo do cruzeiro, no alto do Morro; e a construção de um plano inclinado ao lado da principal escadaria de acesso ao alto do Morro. Essas modificações faziam parte de um conjunto de obras, financiadas por diferentes fundos: município, governo federal, governo do estado¹⁵⁴; e estavam vinculadas ao Porto Maravilha. Os moradores que participam dessas reuniões, ligados ou não a associação de moradores local, na maioria das vezes participavam das discussões para ficar mais bem informados sobre o que consideram a pior das consequências desse conjunto de obras: a remoção de moradias. O Fórum Comunitário do Porto era um desses espaços.

Após um ano e meio participando com bastante regularidade das reuniões do Fórum

¹⁵⁴ Havia na Providência e seu entorno, recursos provenientes do governo federal (MCMV e PAC), governo municipal (Morar Carioca) e governo estadual, com as reformas do Terminal Rodoviário Américo Fontenelle.

Comunitário do Porto (FCP), sinto necessidade de mudar meu posicionamento junto a ele e inicio um processo de troca com os integrantes que não considero mais só etnográfica, mas “militante”. Essa decisão deliberativa, parte das reflexões que fui desenvolvendo no processo de campo e que gostaria de compartilhar mais efetivamente com aqueles que o construíram comigo. Essa escolha acabou, como ocorreu em Porto Alegre colocando o “apoiadora” ao lado do “pesquisadora”.

Conforme vimos anteriormente há uma série de informações que são apreendidas pelos participantes quando uma pessoa se apresenta nas reuniões dos coletivos. Ao falar sobre o pertencimento, a apresentação automaticamente aciona naqueles que escutam, vínculos, afetos, bandeiras, posicionamentos políticos. Dizer de que é de um lugar – entidade, grupo, rede, movimento, organização, instituição - é na maior parte das vezes se posicionar, é expor seu posicionamento antes mesmos deles serem expostos.

A identificação “pesquisador” como já vimos antes não era bem vista por ninguém, e ali no Fórum não era diferente. A figura do pesquisador lembrava os questionários do IBGE, lembrava alguém perguntando sobre sua vida, sobre a origem no Morro, sobre escolhas que você fez sem parar para pensar porque as fez. Para os moradores do Morro da Providência a classificação pesquisador estava vinculada ao olhar estrangeiro; a “gente da universidade”, jovens brancos que apareciam de vez em quando para fazer algumas perguntas. Não era bom ser pesquisador, era difícil e incômodo. E não era só para os moradores. Próxima das pessoas que faziam parte da Secretaria do FCP, eu tinha acesso a quantidade de e-mails que o Fórum recebia pedindo que alguém acompanhasse turmas em caminhadas pelo Morro; pedindo para participar das reuniões; buscando informações quantitativas e qualitativas sobre os moradores e sobre as intervenções na região; pedindo que respondêssemos algumas questões enviadas por e-mail; pedindo que apresentássemos moradores que pudessem contribuir para a pesquisa; pedindo entrevista; pedindo que ajudássemos em seu trabalho de campo. Como ele compunha a rede de contestação às obras que estavam iniciando na região, era um espaço bem procurado para propostas de pesquisa e ações culturais e sociais.

Outro espaço que era composto por muitos pesquisadores era o Comitê Popular da Copa Rio e Olimpíadas. E os dois coletivos tinham uma relação crítica, porém cuidadosa entre si. Assim como as alianças político partidárias tem início, meio e fim, no universo dos movimentos sociais também havia alianças, trocas, inícios e fins. Na composição do Comitê havia muitos estudantes, entidades, e professores ligados ao IPPUR, da UFF, da UERJ, na

composição do Fórum havia apoiadores da ONG FASE/RJ¹⁵⁵, artistas e outros que participavam ocasionalmente. Outra característica que também não está presente só entre os políticos é a vaidade. Em todos esses espaços circulavam pesquisadores e intelectuais com pretensões de organicidade (eu inclusive), professores ou não, ativistas ligados a ONGs ou não. O Fórum era conhecido pela rede como um espaço “difícil”, por conta de alguns integrantes que estando ali desde o início tinham uma tendência a monopolizar os espaços de fala e de resolução. E em 2013, por essas mesmas razões, o espaço de discussão estava comprometido pela vaidade e incapacidade de agregação.

Enquanto operou, o espaço de interação do Fórum era bem objetivo: reuniões semanais – em que se construía os questionamentos às obras e se trocava informações; e as reuniões na defensoria pública – onde se trocava informações sobre as obras e se relatava as situações e ameaças sofridas pelos moradores na implementação delas, encaminhamentos de ações de apoio se fosse o caso. Ainda se realizava algumas atividades pontuais e esporádicas – participação do FCP em atos, mutirão de cartazes, caminhadas, e a ciranda da resistência que ocorreu paralelamente à Cúpula dos Povos, em 2012. As reuniões semanais eram particularmente muito duras de acompanhar. Seguindo o mesmo modelo das reuniões de outros movimentos sociais ou assembleias populares, como já descrevi anteriormente, no Fórum o espaço da fala era praticamente ocupado por duas pessoas que disputavam visibilidade pela qualidade (e quantidade) de informações que levavam aos presentes. Durante todo o processo de campo eu vivi em dilema sobre o espaço desse Fórum, composto majoritariamente por acadêmicos, técnicos e alguns poucos moradores, que dificilmente se sentiam à vontade para ocupar o espaço da fala. Por minha formação eu sentia que podia colaborar com as trocas que fui fazendo no Morro da Providência e que não estavam diretamente relacionadas ao Fórum. No entanto, não me sentia confortável em fazer isso. Primeiramente achava que estaria interferindo na dinâmica das reuniões e na lógica do coletivo (ao qual sintomaticamente não me sentia parte). Em segundo lugar, o espaço ali era de disputa e de disciplinamento, a divulgação das informações era realizada de forma objetiva e quase unilateral. Os termos usados e o volume de dados que eram despejados nas

¹⁵⁵ O Observatório das Metrôpoles foi por muitos anos sediado na Fase/RJ, pois foi construído por ela e por aqueles que nela atuavam, em sua maioria pesquisadores do IPPUR/UFRJ. Há aproximadamente três anos, em 2010, na disputa pelo debate sobre Cidade houve uma grande ruptura entre esses pesquisadores e a ONG, que acarretou na ida do observatório para a Universidade. Essa ruptura produziu uma grande quantidade de desafetos que circulavam por distintos ambientes mas que, como estou buscando mostrar, faziam parte de uma mesma rede. Tanto o Fórum como o Comitê tinham apoio de diferentes mandatos ligados ao PSOL, no entanto a Fase, e toda a sua tradição de educação popular e militância no período da ditadura, tinha parte dos seus integrantes apoiadores do PT.

reuniões confundiam até a mim que saia das reuniões esgotada, me sentindo frustrada por não conseguir assimilar aquilo tudo e não ter condições de acompanhar todos os meandros jurídicos e legais que eram amplamente acionados nessas falas. Acadêmica como algumas dessas integrantes não me reconhecia nessa categoria e isso dificultou minha colaboração naquele espaço político. Além do mais, algumas vezes achava que o ambiente era opressor, hostil e que não convidava à participação, mesmo que a participação fosse o desejo mais expresso pelos integrantes mais falantes. Na rua, na porta de suas casas, caminhando pelo Morro, eu escutava os moradores reclamarem da conduta dos funcionários da prefeitura, do governo, do município; que os oprimia, não dava atenção às suas lógicas cotidianas, passava por cima de suas falas. Eu escutava esses relatos e não via tanta diferença entre o sentimento que eles relatavam em relação a prefeitura e que verbalizaram algumas vezes quando conversávamos sobre o espaço do Fórum. Essas intrigas veladas viraram conflitos expostos, ocasionando rupturas e reconfigurações (principalmente após junho de 2013) que não se mostraram transponíveis. As tensões, as vaidades e as projeções que fiz e vivenciei junto com esses colegas foram além de angustiantes, importantes para pensar as reflexões que apresento aqui. A reflexão sobre a categoria “apoiador” foi certamente fruto dessa experiência no Fórum.

Conforme o que consta no blog do FCP - e é dessa forma que os seus interlocutores mais antigos narram o início desse coletivo - ele surge de um projeto de extensão da UERJ, aliado a atuação de um vereador do PSOL na região portuária. Até o final de 2012 o pessoal ligado a esse gabinete acompanhava as reuniões regularmente, apoiando e auxiliando com informações. Quanto ao projeto, a professora que coordenava ele e os estudantes ligados a ela permaneceram participando das reuniões até o fim, assim como o pessoal da FASE/RJ que assumia a secretaria.

Como já havia mencionado na ocasião de minha entrada em campo, sabendo que se tratava de um Fórum com vários pesquisadores, procurei explicar a todos os participantes quais eram meus interesses e objetivos em acompanhar as reuniões do FCP - que já tinha iniciado suas atividades pelo menos cinco meses antes de eu começar a acompanhar suas atividades. Escolho me apresentar como estudante e também como antropóloga fazendo menção ao trabalho que havia desenvolvido em Porto Alegre junto a uma rede semelhante àquela, ressaltando que minha intenção era pensar qual a forma dos conflitos e das contestações na região onde estávamos. Diferente do contexto da rede que pesquisei em Porto Alegre, a região do Morro da Providência parecia estar totalmente acostumada a receber pesquisadores de distintas áreas de conhecimento. Os moradores me confessavam ao

final das reuniões, ou antes das entrevistas que fiz com alguns deles, que não entendiam o que estava acontecendo, não entendiam porque o Morro havia se transformado em campo para tantas e diferentes pesquisas, “agora todo mundo quer conhecer a provi”, disse um deles. Faziam comparações entre esse momento atual e outro que era chamado de “época braba”, em que descreviam dificuldades e sofrimentos ligados a desentendimentos entre os traficantes e a polícia; exaltando um sentimento de abandono e de esquecimento por parte dos Outros, grupo que incluía pesquisadores como eu. Essa representação do tempo, em comparação aquela que tinha como ímpeto a busca pela origem, e da qual fiz menção anteriormente, evoca a relação situacional que os moradores têm com aquilo que escolhem lembrar.

Observei que essa quantidade de pesquisadores interessados na história do local tinha produzido como contrapartida pelo menos dois grandes narradores oficiais da memória da região. Um deles, Maurício, fotógrafo, quarenta e dois anos, com um currículo que incluía dois livros - um sobre a história dele, e outro um catálogo coletivo de fotografias - e algumas participações em exposições internacionais. A outra, Leci, cinquenta e poucos anos, filha e viúva de estivadores, e que cogitava concorrer pela primeira vez a uma cadeira na câmara de vereadores, nas eleições de 2012.

Para esses dois personagens não precisei explicar muito sobre os dados que planejava produzir em minha pesquisa na Providência; inclusive, parecia que tudo já havia sido dito sobre o local. A memória do Morro da Favela aparecia nas falas deles de maneira acomodada e mítica. A comunidade era considerada a primeira favela do Brasil, berço de estivadores, de compositores e de amantes do samba. Ocupada por ex-combatentes da guerra de Canudos, diziam que esses soldados montaram seus barracos num Morro ainda verde junto a Baía de Guanabara; a “dois passos da grande avenida” (1992:26) que, nesta época, ainda nem existia¹⁵⁶ como tal. Além de contada, a memória do Morro, também já havia sido escrita, numa coleção do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Esta versão da memória da favela compunha a apresentação feita para qualquer estrangeiro que chegasse ao local. Participei de pelo menos duas destas expedições promovidas pela SEASDH/RJ, como resposta aos diversos pedidos de visita à comunidade que chegavam até subsecretaria. Eram grupos de brasileiros e estrangeiros, pesquisadores ou não, todos interessados no Morro da Providência, um lugar que por muitos anos tiveram

¹⁵⁶ A autora dessa coletânea faz referência a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, inaugurada em 15 de novembro de 1905, no Rio de Janeiro.

receio de circular.

Articulação dos Comitês Populares da Copa: dá para ser nacional sem ser internacional?



Fig. 1.6

A consolidação de um movimento ou de uma articulação não começa com a criação dele ou dela, mas quando os integrantes acham importante definir datas e motivações para sua criação. A construção da memória é um processo constante de reinvenção, mas que tem marcadores bem definidos por aqueles que partilham dela ou que estão investindo em sua modelagem. Um dos marcos da memória da ANCOP ocorreu em abril de 2013, na primeira reunião da Articulação nesse ano, em São Paulo. Foi nessa ocasião, diante da necessidade de finalização de um relatório para um dos projetos¹⁵⁷ que financiava as atividades desenvolvidas pelo grupo, que iniciou o processo de redefinição da trajetória do coletivo a fim de responder a pergunta “quando nasceu a ANCOP?”. A resposta escolhida foi feita a muitas mãos e apesar de haver muitos pesquisadores participando dessa articulação a ideia é que ela fosse construída pelos integrantes enquanto militantes - “tem muito pesquisador contando a nossa história, vamos escrever *nós mesmos* a nossa versão”. Essa projeção de papéis evidenciava a dramática que venho buscando chamar atenção através de minha circulação pelos diferentes espaços de debate criados por essa rede de contestação. Nem mesmo no espaço da ANCOP, onde a maioria dos integrantes era formada por pesquisadores – de ONGs, e de universidades – e jovens militantes que tinham ao menos a graduação completa; ser pesquisador era o *self* adotado. Nem mesmo ali essa classificação se

¹⁵⁷ Nesse caso para o projeto do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

sobrepunha a outra, muito mais carregada de sacrifícios, que era a de militante. O *nós mesmos* era em sua oposição uma escolha que os aproximava do sofrimento da luta - componente da resiliência - enquanto borrava o apoio por adesão. Talvez para esse grupo fosse difícil construir outra alternativa, ou talvez nem quisessem. O que notei é que havia uma dificuldade em construir de dentro da classificação “acadêmico” um respiro de dignidade, uma brisa de igualdade, uma nesga do pardo, da gíria, do orgânico que tanto era dessa classificação, apartado.

A tendência, no entanto, é que esse universo dicotômico o qual narro no presente nos anos seguintes se modifique. Quando o acadêmico for finalmente uma opção de *self* para o pardo e para o morador de comunidade, essa separação só existirá como reivindicação de quem não vê essa última transformação como positiva.

Na definição da data para a criação da ANCOP, a proposta privilegiava o ano de 2010, em que alguns eventos importantes aconteceram em torno do debate sobre megaeventos e o direito à cidade, os quais eles citam na sua carta. Depois de alguma discussão a data de ocupação do complexo do alemão pelo exército, no dia 25 de novembro, no Rio de Janeiro, foi escolhida como data simbólica para demarcar o nascimento da ANCOP. Conforme os integrantes, no entanto, a Articulação surgia de uma confluência de encontros, como transcrevo abaixo:

A ANCOP surge de uma confluência de 3 encontros, que através de iniciativas de diversos setores da sociedade, foram fundamentais para a criação desta articulação e para a realização de debates mais profundos sobre os impactos que o Brasil passaria a sofrer recebendo dois megaeventos que passavam a fazer parte da agenda brasileira, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

No final de 2010, tivemos a realização de dois seminários importantes, que contribuíram muito para este debate: um realizado no Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 de novembro, puxado por movimentos populares que já vinham articulados nesta cidade em torno da luta que envolvia os impactos dos Jogos Pan-americanos, denominado "O Desafio Popular as Megaeventos Esportivos", e outro, realizado quase concomitantemente em São Paulo, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP), onde a Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada e o Núcleo de Direito à Cidade do Departamento Jurídico XI de Agosto realizaram o seminário “Impactos Urbanos e Violações de Direitos Humanos nos Megaeventos Esportivos”.

Estes seminários puderam contar com a participação da Relatora Raquel Rolnik e trouxeram importantes depoimentos de experiências internacionais. Tiveram contribuição de teóricos nacionais e internacionais que já se dedicavam ao estudo do tema, e no caso do seminário no RJ, contou também com a participação dos atores sociais que fizeram a resistência aos jogos pan-americanos de 2007.

Estes seminários possibilitaram as primeiras oportunidades de encontro entre os diferentes atores sociais das diferentes cidades sedes que receberiam a Copa do Mundo de 2014 e já sinalizavam o objetivo de se criar uma rede nacional de monitoramento e articulação. O encaminhamento mais importante dado a partir destes encontros foi o de se criar um Comitê Popular da Copa, uma experiência que já vinha sendo desenvolvida na cidade de Fortaleza. Foi então que, baseado na experiência do Ceará, e a partir de uma

análise mais crítica dada com a carga teórica destes encontros, que as diversas organizações retornaram às suas cidades comprometidas com tal tarefa.

Ainda em novembro, aproveitando a presença da Raquel Rolnik no Rio de Janeiro, aproveitou-se para fazer uma primeira articulação entre as diversas iniciativas e ver como podíamos fortalecer o debate e a articulação, sem multiplicar espaços e proporcionando a união entre estes diversos setores. Ali se reuniram representantes de cerca de 10 cidades sedes e nesse ambiente foram debatidos diversos temas importantes para a Articulação. Foi neste primeiro momento que se sentiu a necessidade de fazer um grande diagnóstico sobre a situação no país, levantando dados das diferentes cidades sedes.

Foi efetivamente durante o Fórum Social Urbano (FSU) no Rio de Janeiro, em março de 2010, que realizou-se a primeira Plenária da ANCOP, que reuniu: alguns Comitês Populares já formados e outros embrionários articulando sua organização, e também outras organizações e lideranças populares. O objetivo era mais uma vez se encontrar e discutir estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro e nas demais cidades, política essa, motivada pela construção de imagem de cidade global para os chamados Megaeventos Esportivos, a saber: Copa das Confederações de 2013, Jornada Mundial da Juventude Católica 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016. É então neste momento que, para se contrapor a esse modelo e denunciar as diversas violações de direitos que movimentos sociais, ONG's, instituições acadêmicas, lideranças populares e os atingidos criam a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas.

A figura da arquiteta Raquel Rolnik é citada duas vezes na carta e se nota a importância de sua atuação enquanto relatora da ONU e enquanto pesquisadora das cidades brasileiras¹⁵⁸. Ao mesmo tempo que há um ar de suspeita, por vezes negativo à presença dos pesquisadores nas reuniões, há o reconhecimento de outros, que são escolhidos como mentores das noções do grupo, o que também refletia nas orientações sobre o debate urbano, e claro, nas rupturas que se desdobravam dele. O universo de reflexão sobre as definições e abordagens para a noção de cidade era uma disputa entre disciplinas, movimentos sociais, políticos, ONGs e que influenciava nas classificações dos moradores, apoiadores, impactados, pesquisadores, atingidos, excluídos, militantes, ativistas. O destaque dos eventos promovidos ou no qual a relatora estava presente demarcam também um vínculo da articulação aos debates orientados pela e para a ONU, seja no sentido das denúncias das ações do estado brasileiro – a ONU enquanto instância de controle multilateral; seja no sentido de se contrapor às suas noções de urbano – promovendo eventos que disputavam por interpretações locais dessa categoria.

Destino turístico, e sede de eventos e congressos internacionais, o Rio de Janeiro

¹⁵⁸ Por sua proximidade com os movimentos sociais e as entidades ligadas à defesa da moradia digna e as articulações de contestação à Copa do Mundo, Rachel Rolnik fez a introdução do livro *Cidades Rebeldes* publicado em 2013, após as manifestações de junho de 2013 e que reúne diversos ensaios sobre esse evento.

havia sediado em 2007 seu primeiro “megaevento esportivo” os Jogos Pan-americanos¹⁵⁹. A experiência de sediar o Pan deixou entre os movimentos sociais da cidade uma sensação de que as obras realizadas para o evento, e financiadas com dinheiro público, eram “elefantes brancos” – ou seja, as obras não foram entregues posteriormente a população e nem foram reapropriadas por ela. Fechados ou subutilizados após a realização do evento, os espaços não correspondiam as demandas locais de uso. Além das obras subutilizadas, que consumiram alguns bilhões de Reais¹⁶⁰, o Pan deixou como legado o desenho de uma rede de resistência¹⁶¹ que anteriormente estava dividida (Benedicto e Marques, 2009) em formatos sindicais; fóruns com discussões relativas ao urbano, porém extremamente pontuais; partidos políticos; movimentos estudantis enfraquecidos e movimentos com pauta popular, porém comprometidos com o poder público. A eminência de um megaevento - com todas as características globais debatidas na literatura analítica sobre a experiência de outros países – apontou um horizonte próspero para os movimentos sociais e coletivos que, articulados contra os gastos e as transformações urbanas promovidas pelo evento, souberam escalonar objetivos diferentes e fazê-los convergir em uma mesma luta: de questionamento aos benefícios dos megaeventos para a cidade.

Criado em 2005 - por militantes de diferentes movimentos sociais, integrantes de entidades de classe, pesquisadores, estudantes, e coletivos - o Comitê Social do Pan foi o embrião do Comitê Popular Rio da Copa e Olimpíadas. A luta acumulada - durante os atos e resistências às remoções e a não criminalização dos movimentos sociais na cidade – e de uma expertise acumulada sobre a condição da cidade enquanto sede desses eventos - potencializou o Comitê para a resistência aos megaeventos que a cidade ainda receberia nos anos seguintes. A perspectiva de que a luta teria novas batalhas, em 2014 e 2016, culminou na troca de nome do Comitê - que se dá também após a realização do Fórum Social Urbano (FSU) e que foi espaço também, da primeira plenária da ANCOP, como vimos. Nas palavras dos organizadores, o FSU nascia como um “ato de resistência e crítica ao Fórum Urbano Mundial, organizado pela ONU” e lutava “pela construção de alternativas aos modelos adotados em vários governos e empresas, e difundidos pela ‘ajuda’ internacional” promotora

¹⁵⁹ Como consequência da realização do Pan-americano de 2007, muitos estudos foram realizados sobre o evento na área da geografia e do planejamento urbano, que tentavam dar conta de uma perspectiva política das relações econômicas que estavam em jogo em conceber uma cidade para um evento desse porte.

¹⁶⁰ “A América em busca do ouro”, *Veja*, junho, 2007. Disponível em: <veja.abril.com.br/especiais/panamericano/p_008.html> acessado em jul.2013.

¹⁶¹ Além das já citadas também foram importantes nesse período a *Plenária de Movimentos Sociais RJ* e a constituição da *Rede dos Megaeventos Esportivos (REME)* que foi uma iniciativa virtual de reunir os movimentos de diferentes cidades em uma plataforma única.

da “miséria urbana de milhões”, transformada em promessas não cumpridas. No site do evento o tema das violações à legislação e o tema das remoções forçadas - que se tornariam reivindicações extremamente comuns nas reuniões de Comitês e Fóruns à medida que a proximidade da Copa e das Olimpíadas aumentava - ainda eram descritas como um futuro a ser evitado¹⁶².

Ao término do FSU foi divulgada uma Carta Aberta ao Comitê Olímpico Internacional (COI) assinada pelo Comitê Social do Pan e mais 40 coletivos – mandatos, fundações, centros de pesquisa, associações de moradores, ONGs, conselhos, movimentos sociais, grupos e sindicatos - exigindo resoluções diferentes das apresentadas pelo Pan que, segundo a carta, teria deixado um “legado urbano frustrado” para a cidade.

Diferente das outras convenções e conferências promovidas pela ONU que tinham como intenção debater a produção de direitos¹⁶³, regulá-los ou pressionar que as cartas produzidas entre os países fossem assinadas pelos estados e as agendas implementadas; os movimentos urbanos tinham uma dupla relação com os debates promovidos pelos eventos da ONU.

A ONU e suas tensões no que tange a moradia urbana

Em março de 2010, mais especificamente entre os dias 22 e 26, os armazéns da zona portuária, foco das reformas propostas pelo Projeto Porto Maravilha, receberam o 5º Fórum Urbano Mundial (FUM) - evento bianual promovido pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos, o ONU-HABITAT¹⁶⁴. O encontro no Rio¹⁶⁵ tinha como um de seus objetivos dar prosseguimento a Agenda Habitat, criada desde a primeira edição do evento, ocorrida na cidade de Nairóbi, no Quênia, em abril de 2002.

Explorando o tema “O direito à vida: unindo o urbano dividido” o Fórum promovido pela ONU divulgou os debates de acordo com eixos pré-definidos para as discussões e que foram: “Levando adiante o direito à cidade”; “Unindo o urbano dividido”; “Acesso igualitário à moradia”; “Diversidade cultural nas cidades”; “Governança e participação”; e

¹⁶² A Vila autódromo, localizada na Barra já estava ameaçada de remoção pelos jogos Pan-Americanos e torna-se posteriormente, com a criação do Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, exemplo de resistência. A comunidade do Canal do Anil, no entanto, foi parcialmente removida com a construção da Vila Olímpica do Pan.

¹⁶³ Aquelas no âmbito da promoção dos direitos das mulheres e em defesa de maior igualdade étnica.

¹⁶⁴ Operando como um fórum técnico consultivo, e não legislativo, ele surge de uma fusão entre o Fórum do Meio Ambiente Urbano e o Fórum Internacional sobre Pobreza Urbana.

¹⁶⁵ Em junho de 2012, o Rio de Janeiro receberia outro evento construído pela ONU, o Rio+20¹⁶⁵³ que traria a cidade aproximadamente 45 mil participantes para um debate centrado na noção da sustentabilidade e na urgência de uma “economia verde” como sistema de circulação dos recursos.

“Urbanização sustentável e inclusiva”. O documento final do FUM foi divulgado no formato de um relatório oficial o qual eu vou descrever alguns pontos. No anexo I, foram copiladas as falas das autoridades máximas do estado - a de Eduardo Paes, Sérgio Cabral e Lula, respectivamente: prefeito, governador e presidente – e da ONU. Em sua fala o prefeito destaca ação do ONU - Habitat e seu trabalho no combate ao “problema da pobreza urbana”. O governador destaca a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas favelas e como ele melhoraria substancialmente a vida dos moradores dessas áreas. O presidente destaca que o Rio de Janeiro será sede da próxima Copa do Mundo e Olimpíadas e que a cidade estaria em “conformidade com a imagem de um novo Brasil resultante de investimentos em políticas urbanas e sociais”. No anexo II estão reunidos os diálogos ocorridos no evento. E três dos integrantes da programação do Fórum Social Urbano promovido pelas entidades sociais também estão debatendo no Fórum construído pela ONU: David Harvey, Peter Marcuse e Carlos Vainer. No anexo III encontram-se as mesas ocorridas no evento, e chamo atenção para uma delas chamada “mesa redonda de negócios” no qual participa o presidente da Vale¹⁶⁶ e mais sete painelistas ligados a empresas de diferentes países. Também reunindo empresas no debate sobre o direito à vida no contexto urbano, o Anexo VI apresenta a convenção de negócios ocorrida durante o evento, centrada na concepção de “cidades verdes” enquanto alternativas sustentáveis para a vida urbana nas cidades. No Anexo VII estão as sessões especiais. Três delas merecem destaque para o entendimento do contexto das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro e do Brasil. Uma delas é sobre cooperação Sul-Sul, que tem como expositor o ministro das cidades; outra é sobre o direito à cidade na América Latina, presidido pelo representante do Instituto Pólis e que tem como painalista um representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM); e uma mesa sobre integração urbana entre os moradores de favelas que tem como expositor um representante do Ministério das Cidades, o vice-governador do estado do Rio de Janeiro, e o secretário de Habitação do Município na época. No anexo XII, o último das 106 páginas do relatório final apresentado pelo FUM ao término do evento, há uma carta, de página única, creditada aos movimentos sociais e apresentada ao conselho consultivo no dia

¹⁶⁶ A mineradora Vale S.A. e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) são réus em pelo menos três ações na Justiça Federal do Maranhão por violações aos direitos dos quilombolas que vivem às margens da Estrada de Ferro Carajás. Em 2012, a maior produtora mundial de minério de ferro recebeu o prêmio de ‘pior empresa do mundo’ - o Public Eye Awards 2012, promovido pelas ONGs Greenpeace e Declaração de Berna, com o objetivo de expor violações ambientais e sociais das corporações internacionais - obtendo 25 mil dos 88 mil votos totais, feitos através da rede mundial. Segundo o dossiê do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, em 2010, as regiões de Nova Caledônia no Canadá, Cajamarca, no Peru, Sorowako, na Indonésia e também no distrito de Moatize, em Moçambique, também são atingidas pela empresa. Veja mais sobre os processos em: <<http://www.justicanostrilhos.org/Quem-e-a-Vale>>; acessado em mai. 2014.

25 de março, penúltimo dia do evento. Dela destaco o primeiro trecho:

O Rio de Janeiro convida os participantes do 5º FUM para reafirmar o convite para uma cidade democrática, sustentável e humana. É necessário reconhecer o direito à cidade como uma nova política, cultural, econômica e socioambiental. Um paradigma para a reconstrução de nossas cidades, especialmente em suas dimensões políticas e culturais. É um convite a aceitação universal da realidade atual: que o mundo tornou-se urbano hoje e que neste milênio mais pessoas virão para a cidade.

Isso tem que ser visto mais como uma oportunidade do que como uma crise. Isso exige uma perspectiva, que é o direito à cidade¹⁶⁷

Na programação que descrevemos do evento contida no relatório, podemos notar que além da criação de espaços de disputa para as classificações sobre a perspectiva do urbano entorno do direito à cidade, há uma proximidade entre a ONU, os governantes, os pesquisadores, as empresas e os movimentos sociais que sugere um panorama menos conflitivo entre as esferas do que o sugerido pela história da ANCOP. Temas polêmicos como o das “cidades verdes”, integração entre moradores de favela e a cidade, e cidade e negócios aparecem nos debates reunido empresários e governantes de diferentes países, que recebem ou que executam as obras. Ao fim do evento como ocorreu no Fórum Social Urbano, também foi aprovada uma carta construída pelos movimentos e que consta como parte do relatório do evento, sugerindo uma acomodação entre as perspectivas que resulta em, no mínimo, mais reflexões sobre a transitoriedade e a permeabilidade na relação entre essas esferas diferentes.

Conforme venho ressaltando, os eventos, debates, atos e encontros construídos coletivamente são palco de articulações e de trocas entre os conhecidos e entre quem acaba se conhecendo nesses eventos. É dessas reuniões e encontros – presenciais, por lista de e-mails ou através de conferências virtuais - que nascem os movimentos, as dissidências, e as articulações. Nesses eventos, assim como nas reuniões, que se esboça os vínculos que compõem a rede de contestação. Não é uma rede estática e nem é possível defini-la ou desenhá-la precisamente, ela é constituída por pressões, eventos e situações distintas, é acionada, enfraquecida, transformada. A contestação precisa ser construída, e os eventos funcionam para esse estímulo. Nesses fóruns e encontros recentes o debate não era por mais Estado, como já fora nos anos 80 e 90; mas por uma ação mais qualificada do Estado, principalmente em relação a algumas parcelas da população. Portanto, os seminários e eventos criados pelas entidades e movimentos sociais, junto ou em contraponto com os governos e a esfera multilateral, promovem novos encontros, em que são debatidos os acordos, as cartas, as notas, as moções. Esse debate fortalece a rede a medida que a qualifica,

¹⁶⁷ Tradução minha.

e muitas vezes o encaminhamento ao final dos encontros é uma nova articulação - como foi o caso da ANCOP e dos Comitês Populares criados em decorrência do FSU. Disputando com a ONU as terminologias que envolviam o direito à cidade e a noção de urbano promovida pelo FUM, as entidades se posicionaram sobre o que defendiam e sobre o que propunham para a sociedade civil.

A relação da ONU com o Estado também era estreita, interdependente e contraditória. Havia um investimento em recursos e em pessoal¹⁶⁸ para manutenção de uma política nacional de relação exterior que confirmava que fortalecer o vínculo com a ONU era um dos legitimadores de uma cidadania internacional para o Brasil. O Brasil foi por muitos anos considerado uma nação amiga, e estava aberto¹⁶⁹ a receber as relatorias em suas diferentes temáticas, integrando assentos não permanentes – a conselho de segurança da ONU, por exemplo – atuando a favor dos direitos humanos em outros países. Nos últimos anos (desde 2007) a aceleração do crescimento – cunhada através de um amplo programa nacional – tornou-se sinônimo de desenvolvimento, pois investiu em áreas consideradas de base como: energia, mineração, indústria petroleira, e reformas viárias – que exploram solos e mares do país e de outros países. De acordo com ONGs que atuam no campo dos direitos humanos, o Brasil é conhecido por receber as visitas, mas conhecido também por não implementar as recomendações e nem responder às cartas enviadas pelas relatorias; tampouco seria atuante no posicionamento às violações ocorridas em outros países. O caso da moradia adequada é exemplar nesse sentido, visto que o país recebeu duas notificações – em 2011 e 2012¹⁷⁰ – sobre violações aos acordos e tratados que garantiam esse direito, e não respondeu a nenhuma delas. As remoções, historicamente feitas de forma forçada, receberam esse adjetivo e tornaram-se a principal violação do estado brasileiro nas páginas da relatoria, desde 2009 quando a brasileira Raquel Rolnik assume o cargo de relatora para a moradia adequada da ONU. Um relatório exclusivo sobre megaeventos foi produzido para dar conta dessas violações – ameaças de remoção ou remoção de moradias – o que não aconteceu na África do Sul que recebeu apenas uma visita da relatoria dois anos antes da realização dos jogos da Copa do Mundo, em 2008. Os projetos de desenvolvimento e o os megaeventos

¹⁶⁸ O Ministério das Relações Exteriores do Brasil sustenta mais de 60 pessoas em representações permanentes em quatro cidades: Roma, Paris, Nova Iorque e Genebra.

¹⁶⁹ Em 5 de julho de 2003, no entanto, o Brasil cancelou uma visita da relatoria de água e saneamento ao país, alegando “circunstâncias imprevistas”.

¹⁷⁰ “Remoções forçadas para Copa e Olimpíadas no Brasil serão tratadas em sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU”, *Comité Popular da Copa de Porto Alegre*, 04/03/2013. <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/2013/03/remocoes-forçadas-para-copa-e.html>; acessado em mai. 2013.

seriam para a relatoria da ONU os maiores violadores de direitos relacionados à moradia.

É importante lembrar que a ONU investe desde 1950, através de sua agência especializada Banco Mundial, em obras de transporte e energia¹⁷¹, as duas obras que mais removem famílias de seus lugares de moradia. O constrangimento do estado - perante o não cumprimento das recomendações internacionais - é uma estratégia dos sujeitos, dos coletivos, das entidades e dos movimentos sociais que compõe a rede de resistência às obras dos megaeventos esportivos, para a sensibilização do Estado. O constrangimento tem a curto prazo o objetivo de paralisar as obras; e a longo prazo o objetivo de que o Estado efetive a aplicação das leis existentes para os casos de remoção, já bem específicas. Essa estratégia é vista como integrante das práticas de resistência - que envolve atos, campanhas, ações cívicas públicas e denúncias à ONU. A expectativa do constrangimento evidencia, no entanto, uma adesão - também por parte da rede de resistência - a essa cidadania internacional, já que seus integrantes apostam que a visibilidade das violações dos acordos globais feitas pelo governo “manchariam a dignidade do país”, diante da comunidade internacional.

A leitura internacionalizada do conceito de moradia adequada

O constrangimento internacional, portanto, é um dos poucos recursos dessas redes de contestação na interrupção da atuação irregular do executivo na implementação dessas obras preparatórias para os megaeventos e megaprojetos no Brasil. Através de vídeos, notas públicas, e intervenções em assembleias internacionais da ONU, as redes buscam - na denúncia das condições “indignas” de moradia oferecidas pelos programas de habitação dos municípios sede dos megaeventos - constranger o estado. Nota-se, portanto, um jogo de interdependência e estagnação entre o sistema ONU, o governo brasileiro e a sociedade civil organizada. No relatório que institui a relatoria para a moradia adequada fala-se que:

600 milhões de habitantes urbanos moram em lugares superpovoados e de baixa qualidade, com fornecimento inadequado de água, esgoto e coleta de lixo, colocando em risco sua saúde e vida permanentemente.

O texto inicial do material da campanha¹⁷² permanente “melhor cidade, melhor vida” tenta sensibilizar o habitante “do mundo” ao fenômeno do crescimento das cidades divulgando que, a segunda ou a terceira década do século XXI, será uma “época sem precedentes na história da humanidade” momento em que a população urbana será de 70%. O material dessa campanha ainda destaca que o número das cidades com mais de um milhão

¹⁷¹ *The World Bank*. O banco teria investido 9,15 bilhões de dólares no país. O transporte foi o setor que mais recursos. Disponível em: <<http://maps.worldbank.org/lac/brazil>>; acessado em jul. 2013.

¹⁷² Disponível em: www.worldurbancampaign.org; acessado em julho de 2013.

de habitantes teria subido para mais de 450, sendo que 20 delas – as megacidades – teriam uma população de 10 milhões de pessoas. Ainda estima-se que 889 milhões de pessoas vivem em bairros sem condições adequadas, principalmente na África subsaariana e na América Latina. As habitações improvisadas “sem nenhuma planificação urbana” estariam desconectadas da infraestrutura da cidade, carentes de recursos necessários e prioridades políticas. Os governos, segundo a ONU não estariam preparados para satisfazer as demandas dessa “rápida” urbanização. A população das favelas - ou de regiões centrais ocupadas de forma “não planejada” - é incluída pelo relatório da ONU-Habitat (base para o relatório do FUM) numa soma que chega a 22 milhões de pessoas em todo mundo, uma população que viveria “a margem” das cidades, como favelados. As favelas, conforme o texto, são evidência da violação dos direitos humanos, e nos engajar na reclamação do atendimento dos direitos desses sujeitos estaríamos ajudando a sociedade a proteger seu meio ambiente compartilhado. Segundo as descrições retiradas de publicações e documentos da ONU, as favelas estariam ferindo a dignidade humana e, por isso, recomenda-se a sua extinção. Se por um lado a recomendação para extinção dessas moradias legitima ações do Estado na remoção e reassentamento de moradias, a retirada de populações de ‘área de risco’; a relatoria produz uma série de materiais didáticos onde é rechaçada a remoção forçada dos moradores desses locais. Contraditoriamente, no caso do Rio de Janeiro, é nas favelas que boa parte das condições listadas como requisitos à moradia adequada se aplicam, principalmente no que se relaciona ao vínculo dos moradores ao ambiente cultural e o acesso ao trabalho.

A leitura internacionalizada do conceito de moradia adequada esbarra nas formas de habitação dos habitantes pobres mais numerosos das cidades brasileiras, os moradores de vilas e favelas. O aumento “desordenado” das cidades, a urbanização “sem freios”, as partições internas desses territórios, e o volume de pessoas que habitam uma mesma cidade, são, como vimos, relacionadas nos relatórios da ONU à pobreza e às condições inadequadas de moradia e de habitação. Tratados como forasteiros pelos planos de urbanização das cidades - mesmo os migrantes mais antigos, mesmo aqueles que por gerações habitam os limites do urbano - os pobres, são sempre considerados estrangeiros à cidade. Mesmo na obra que empresta o nome a bandeira mais difundida entre os movimentos de luta pela moradia e de reforma urbana das cidades, o “direito à cidade”, não consegue dar conta das vicissitudes que diferenciam uma cidade da outra, uma região da outra, uma favela da outra. Nos discursos da ONU a cidade não é um construto, mas pré-existente a um aglomerado cada vez maior de pessoas. E assim também se guiam os governos e os discursos dos grandes grupos de mídia sobre o “problema” da cidade.

O conceito de moradia adequada em nenhum momento é alvo de questionamento para os habitantes de regiões recentemente loteadas onde são construídos condomínios extremamente altos, com grande quantidade de apartamentos, porém com escola e trabalho só acessíveis através de deslocamentos feitos por veículos próprios. Ou condomínios desse mesmo porte construídos em substituição a pequenas casas ou pequenos prédios, e que sem nenhuma preocupação com a habitabilidade da cidade utilizam as mesmas estruturas de esgotamento sanitário da antiga construção. Também não enfrentam problemas de “risco” de deslizamento em morros, as construções para moradia que desmataram grandes áreas verdes para que fossem construídas, e que por fim, tiveram as devidas obras de contenção de encostas e taludes efetuadas pelos governos com recursos públicos. Outro requisito de moradia adequada, a coleta seletiva de lixo, faria da cidade do Rio de Janeiro inapta a habitação. O município tem coleta seletiva parcial em apenas 44 bairros dos 160 que compõe a cidade, apenas 3,7% do lixo recolhido, num conglomerado que tem 6,3 milhões de habitantes, é reciclado¹⁷³.

“Deslocamentos involuntários”

Em 2012 ocorreu um encontro governamental que provocou uma reação dos movimentos sociais muito parecida a que ocorreu com a realização do FUM. O evento em questão chamava convidados para debater os “deslocamentos involuntários”, em um workshop internacional promovido pelo Ministério das Cidades e pelo Banco Mundial de 27 a 28 de março de 2012, em Brasília. A nota de repúdio¹⁷⁴ direcionada ao workshop por parte da sociedade civil organizada elencou uma dezena de críticas ao evento, entre elas: que o encontro contava “exclusivamente com agentes dos governos federal, estadual e municipal e técnicos convidados do Banco Mundial”; que sinalizava “um compromisso em legitimar e suavizar as violações de direitos humanos que a população sofre em seu cotidiano”, amenizando as remoções forçadas promovidas pelos municípios brasileiros com o eufemismo de “deslocamentos involuntários”. A nota reclamava que os promotores do evento – governo brasileiro e o Banco Mundial - não dedicavam:

Nenhum momento para avaliar as causas concretas que levam às remoções ou para

¹⁷³ Ludmilla Curi, “A dura rotina de quem vive do lixo no Centro”, *O Globo*, 21/03/2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/a-dura-rotina-de-quem-vive-do-lixo-no-centro-4370225>>; acessado em jul. 2013.

¹⁷⁴ “Nota Pública de Repúdio à realização do Workshop Internacional sobre Deslocamentos Involuntários”, *Portal Popular da Copa e das Olimpíadas*. Entre os signatários os comitês populares da Copa. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=233:nota-pública-de-repúdio-à-realização-do-workshop-internacional-sobre-deslocamentos-involuntários>; acessado em 30 jul. 2014.

reconhecer que em diversos projetos do PAC e dos megaeventos (Copa e Olimpíadas) as remoções forçadas são completamente desnecessárias para seu objeto-fim.

Também dizia que o evento tinha uma perspectiva “conformista”, pois evitava um debate fundamental “sobre os impactos nocivos do modelo de desenvolvimento vigente nos direitos humanos”, que considerava os “deslocamentos involuntários como inevitáveis ou justificáveis”, omitindo por essa inevitabilidade “o caráter seletivo desses impactos” que atingem “precisamente populações e grupos sociais pobres e vulneráveis”. Cita-se que os promotores do evento entendem “a população afetada apenas como obstáculo no caminho do suposto “progresso”, já que há interesse nas remoções pela “especulação imobiliária e o aburguesamento do espaço urbano como um todo”. A nota finaliza dizendo que o poder público é “refém desses interesses externos e da pseudotécnica do grande capital e dos “critérios” da FIFA e do COI para obras de infraestrutura”, e destaca que “o Banco Mundial tem, historicamente, apoiado e financiado os megaeventos e megaprojetos que desrespeitam os direitos dos grupos e comunidades”, apesar de “todo o marketing que este Banco faz sobre a sua responsabilidade social e ambiental”; os signatários da nota não se sentem surpresos de que o evento ignore a “participação das populações, movimentos sociais e as universidades brasileiras com um histórico de acompanhamento dos impactos das remoções forçadas no espaço urbano e rural brasileiro”.

Considera-se as iniciativas do evento como “paliativas e de maquiagem para o problema das remoções forçadas no Brasil”; e espera-se que “o Ministério das Cidades, na figura de sua Secretaria Nacional de Habitação e demais órgãos, promova debates sérios e com a efetiva participação dos sujeitos sociais impactados” e que “construa ações alternativas às remoções forçadas”, que segundo a nota “por si só já são violentas”, garantindo “o pleno direito das populações impactadas por obras de infraestrutura e reestruturação urbana”.

Segundo a assessoria de imprensa do ministério¹⁷⁵ o workshop se propunha a desenvolver o conteúdo para uma portaria que estabeleceria novas diretrizes para políticas públicas de deslocamentos involuntários de populações em função da execução de obras de infraestrutura. Garantindo procedimentos para a reparação dos danos causados as famílias, por exemplo, entendendo o deslocamento como parte das intervenções, “com estudo de alternativas, a elaboração de plano de ação, mecanismos de participação e mediação de conflitos, além de recursos empregados na solução e reparação”. A portaria nº 317 foi

¹⁷⁵ “Ministério das Cidades promove workshop internacional sobre deslocamentos involuntários”, Combate Racismo Ambiental, 27/03/2012. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2012/03/ministerio-das-cidades-promove-workshop-internacional-sobre-deslocamentos-involuntarios>>; acessado em 30 jul. 2014.

publicada em 18 de julho de 2013¹⁷⁶ e definiu conceitos, procedimentos e medidas que seriam levados em conta para a construção de um Plano de Reassentamentos e Medidas Compensatórias a ser implementado para o caso de “deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programa e ações, sob gestão do Ministério das Cidades, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”. A portaria também definia entre outras ações e deveres o que considera “deslocamentos involuntários” e o que definia como “moradia digna”.

O evento de 2012 reuniu experiências internacionais de África do Sul e Colômbia, e também, nacionais. Teve a participação da secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães; do secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Nabil Bonduki; e do coordenador de Operações Setoriais do Departamento de Finanças, Setor Privado e Infraestrutura do Banco Mundial, Sameh Wahba.

A participação de países como a África do Sul e a Colômbia é relevante em um evento que reúne governo, setor privado e bancos, principalmente como parte da noção de desenvolvimento econômico que geralmente norteia essas reuniões. Que geralmente agregam ao desenvolvimento eufemismos como os citados pelos movimentos e entidades construtoras do manifesto, para definição dos “deslocamentos involuntários”. O Brasil, é importante retomar, integra oficialmente com mais quatro países – China, Rússia, Índia e África do Sul - um grupo econômico com intenções políticas. Conhecido como BRICS, esse grupo mantém, desde agosto de 2014 um banco de desenvolvimento e um fundo financeiro (FAR) de apoio a crises econômicas dos países integrantes do grupo. As empresas brasileiras eram extremamente atuantes na África do Sul, na área da construção civil e na exploração de minérios, assim como a China mantinha diversos investimentos no Brasil em torno dessa mesma atividade e de outras tantas. Os megaeventos faziam parte de uma trajetória de reforma dessas cidades antes, concomitantemente e após a criação desse banco. A realização deles nesses países demonstra uma disposição tanto ao comprometimento significativo de recursos para viabilização do evento quanto, em uma escala mundial, a formação de um novo grupo de anfitriões desses eventos.

Tendo em mente que foi só a partir de 1984, que o Comitê Olímpico Internacional

¹⁷⁶ “Portaria do Ministério das Cidades regula deslocamentos involuntários”, *Seconcid*, 23/07/2013. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/site/noticias/pagina/733/Portaria-do-Ministerio-das-Cidades-regula-deslocamentos-involuntarios>>; acessado em out. 2013.

(COI) transformou as Olimpíadas num sofisticado projeto de marketing, gerador de lucros milionários aos seus organizadores, anteriormente esses eventos não tinham a relevância que tem hoje no debate sobre a cidade e sobre os direitos humanos. Desde então, os custos para a realização dos Jogos têm aumentado, não apenas porque a produção do megaevento tornou-se ainda mais grandiosa, mas porque passou a ser exigido das cidades que hospedam os jogos um padrão de internacionalidade que se traduz num conjunto de serviços urbanos que garantam o conforto, a mobilidade e a segurança das delegações olímpicas, assim como de jornalistas e de espectadores não nativos. Dezenas de metrópoles têm gasto muitos milhões de dólares em suas candidaturas para sediar os Jogos Olímpicos e certamente estão convencidas de que é um bom negócio e que os benefícios esperados compensarão os esforços e sacrifícios requeridos. Querem repetir os êxitos de Barcelona-1992, Sydney-2000 e Beijing-2008, que além de encantarem o público com suas edições, parecem ter deixado legados importantes para a cidade e mesmo para o país. E esperam evitar os problemas de Atenas-2004, cujo legado tem sido muito criticado pela própria sociedade grega.

Apesar do manifesto criticar a ação do Banco Mundial, o BNDES não só dentro do Brasil, mas como em outros países é um grande financiador de projetos que promovem deslocamentos forçados. A Colômbia e o Peru¹⁷⁷; Moçambique e Angola¹⁷⁸ são foco de grandes investimentos¹⁷⁹ não só do Brasil mas de outros países dos BRICS. Enquanto integrante desse grupo o Brasil é um dos grandes financiadores de empresas que não só promovem deslocamentos forçados como promovem a destruição de ambientes onde vivem comunidades – ar, rios, matas, solos – inviabilizando sua permanência nos locais, como também exploram os trabalhadores locais, criminalizando sua resistência. Apesar da portaria que propõe um plano de reassentamento para as famílias afetadas pelo PAC, e que ainda não foi efetivada nos locais, a sua relação com as comunidades internacionais é diferente. Em junho de 2014, na 26ª reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações

¹⁷⁷ “Missão empresarial brasileira à Colômbia e Peru gera US\$ 34,23 milhões em negócios para os próximos 12 meses”, *Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*, 29/05/2013. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=12431>; acessado em jun. 2014.

¹⁷⁸ Cf. dados de relatório do BNDES, Vieitas e Aboim (2012).

¹⁷⁹ Os entusiastas dos BRICS, muitos deles parceiros ou integrantes dos movimentos sociais, veem uma quebra da hegemonia norte-americana na criação desse novo grupo. Para eles estaríamos diante da criação de uma ‘nova’ era de desenvolvimento, corroborando com a afirmação de Sahlins (2004:71) de que países em desenvolvimento com a ajuda norte-americana nunca se desenvolvem. A intenção declarada durante o processo de criação do Banco pelos representantes dos países integrantes dos BRICS era a promoção do desenvolvimento dos locais que recebiam os investimentos. O modelo de financiamento não, mas o modelo de desenvolvimento do Banco dos Brics - a imparcialidade nas violações de direitos e intervenção agressiva nos territórios - era ainda parecida com a do Fundo. A cooperação internacional nesse sentido, como destacaram Pinheiro e Botton (2014), é uma nova face (ou nem tão nova) de uma situação de pós-colonização colonizada, a medida que os recursos e as estratégias para “libertação” extraem o conflito da relação de poder evidenciada pela condição de adestramento da economia desses países, e da utilidade de seus trabalhadores e ambiente.

Unidas¹⁸⁰, foi aprovada uma resolução para responsabilizar as transnacionais pelas violações de direitos humanos cometidas no contexto de suas atividades. A resolução foi apresentada ao Conselho de Direitos Humanos pelo Equador e África do Sul, contando também com o apoio de mais de 500 organizações de diversos países, inclusive do Brasil. Foram 20 países votando a favor, 14 países votando contra e houveram 13 abstenções, incluindo a do Brasil. Na Cúpula do Clima¹⁸¹, realizada em setembro de 2014, em Nova York, o Brasil também não assinou a carta de compromisso formulada ao fim da reunião, conhecida como Declaração de Nova York.

A relevância desse novo grupo político pode ser vista na alternância entre eles enquanto sedes dos megaeventos, que como já sugerimos, não é por acaso ou sorte. No caso da Copa do Mundo, a África do Sul sedia o evento em 2010, o Brasil em 2014 e a Rússia em 2018. Quanto aos Jogos Olímpicos de verão, Pequim recebe em 2008 e Rio de Janeiro em 2016. Os Jogos Olímpicos de inverno foram em Sóchi, na Rússia, em 2014.

A Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil global

Desde 1930, quando foi realizada a primeira copa do mundo de *football association*¹⁸² no Uruguai, já se realizaram dezoito competições desse estilo no mundo. Elas foram realizadas em diferentes países e o processo de definição da sede foi se transformando à medida que a estrutura organizacional da Federação Internacional de *Football Association* - FIFA¹⁸³, também se transformava. Influenciada pela dinâmica da globalização, as mudanças

¹⁸⁰ “ONU aprova marco histórico para responsabilizar empresas por violações de direitos”, *Justiça Global*, 26/06/2014. Disponível em: <<http://global.org.br/arquivo/noticias/onu-aprova-marco-historico-para-responsabilizar-empresas-por-violacoes-de-direitos/>>; acessada em ago. 2014.

¹⁸¹ Helena Martins, “Cúpula do Clima termina com compromissos, mas Brasil não assina carta”, *Agência Brasil*, 23/09/2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-09/cupula-do-clima-termina-com-compromissos-mas-brasil-nao-assina-carta>>; acessada em out. 2014.

¹⁸² A modalidade do *football association* cf. Damo (2005:34) seria base para diversas práticas futebolísticas. Essas diferentes “matrizes” seriam o resultado de interpretações e re-invenções de regras para a prática do jogo, como mostra o autor em sua etnografia sobre a produção de jogadores de futebol no Brasil e na França. O monopólio da FIFA sob o *football association* e sua mercantilização através do comércio de transmissão de imagens das competições e da prática de competições internacionais foi definido pelo autor como futebol espetáculo. Quando eu me referir a prática do futebol nessa tese estarei me referindo a esta matriz futebolística.

¹⁸³ A *Fédération Internationale de Football Association* tem sede na Suíça e seu último estatuto é um desdobramento de um primeiro feito por sete países europeus impulsionados por um jornalista francês, secretário do Departamento de Futebol da União das Sociedades Francesas de Esportes Atléticos, em 1906. A Federação hoje é composta por 208 federações que constituem as 6 confederações que representam diferentes regiões do mundo: Europa, Caribe e América do Norte; América do Sul; Ásia; Oceania; África. As confederações compõem o conselho da FIFA que é autônomo e soberano sobre a prática do futebol espetáculo nessas regiões, estabelecendo diretrizes sobre a prática das competições - do estilo do uniforme às regras do jogo - e principalmente sobre a organização do espaço dos estádios. Desde que o brasileiro João Havelange morreu, em 1998, o cargo de presidente da Federação foi ocupado por Joseph Blatter que é o atual presidente da FIFA. A Federação responsável por organizar, regular e lucrar com as competições nacionais realizadas no Brasil é a CBF – Confederação Brasileira de Futebol; para campeonatos entre países da América do Sul esse

na FIFA são ao mesmo tempo causa e efeito de um processo de mercantilização de práticas e coisas (Appadurai, 1991:31) sob a roupagem de um modelo geopolítico de promoção da irmandade entre diferentes regiões do mundo – a fábula dos cinco continentes. Foram quatro copas do mundo na América Latina; três na América do Norte, uma no continente africano, uma no continente asiático e as outras dez no continente europeu. Sede de uma Copa do Mundo em 1950, o Brasil sedia pela segunda vez, em 2014, essa competição de futebol.

Os esportes em suas modalidades olímpicas têm uma história mais longa na tradição de competições esportivas no mundo contemporâneo, e se convencionou o ano de 1896¹⁸⁴ como a primeira versão de abrangência internacional desses jogos, ou seja, com participação de atletas de diferentes continentes. Diferente da Copa do Mundo a referência espacial e política para a escolha da sede onde será realizada a competição olímpica, não é o país, mas a cidade. Desde o final do século XIX quando se realizou a primeira competição em Atenas, foram 31 competições¹⁸⁵ realizadas. Diferente da Copa do Mundo - que inicia a sua trajetória de competições na América do Sul - o ano de 2016 marca a estreia de um país integrante dessa região no conjunto dos países sede dos jogos olímpicos.

papel passa para a Conmebol - *Confederación Sudamericana de Fútbol*. Enquanto as confederações e federações tem patrocinadores, a FIFA tem parceiros; e nos dois casos eles são formados por grandes corporações do ramo da indústria alimentícia, automotiva, companhias aéreas; bancos e administradoras de crédito.

¹⁸⁴ Nesse ano o primeiro Comitê Olímpico Internacional é criado. Hoje ele tem 105 membros - civis que são representantes do Comitê em seus respectivos países e que são soberanos na decisão sobre a prática das competições esportivas “olímpicas” no mundo. Na estrutura organizacional, abaixo do Comitê há os 204 Comitês Olímpicos Nacionais (no caso do Brasil, o COB) que a exemplo do modelo da FIFA, integram associações nacionais de cada um dos cinco continentes formando uma associação intercontinental de comitês nacionais. Ver o trabalho de Almeida, Vlastuin e Júnior (2011) sobre marketing esportivo, e sobre a instituição do COI da exclusividade do uso de “termos e símbolos” considerados “olímpicos” pelos patrocinadores do evento.

¹⁸⁵ Apenas duas regiões continentais sediaram os jogos olímpicos até o presente: a Europa, e a América do Norte. Essa última região foi quatro vezes sede - três delas em diferentes cidades dos Estados Unidos e uma delas na Cidade do México, no México.

[CAPÍTULO 2]

A *desabitação* como tecnologia governamental

A *desabitação* é um neologismo que usamos como referência a uma modalidade de deslocamento forçado seguido de remoção, imposta (na maior parte das vezes através das ameaças) como tecnologia governamental a certos grupos de pessoas. Esse deslocamento, é importante frisar: forçado; não pode ser associado a outros deslocamentos que também são narrados aqui e que são parte da capacidade humana de habitar os espaços, produzindo lugares, e relações de socialidade. A *desabitação* é um processo que promove o esvaziamento seletivo das relações sociais, tornando o lugar inerte àquilo que ali existiu. Inerte às relações que ali foram criadas e que ali criaram registros físicos – em percursos e marcações.

As formas concretas ao qual a memória pode ser acionada, tal como relatadas por Halbwachs¹⁸⁶, não tem com a *desabitação*, onde se apegar, não podem, portanto, ser depositadas em alguma forma específica, não abstrata. A *desabitação* transforma a matéria de tal forma, isolando espaços com muretas e ingressos pagos; com novas formas que nada reverberam naqueles que ali viveram. É uma iniciativa de apagamento do “sensível” a partir da destruição ou completa transformação da matéria, a fim de que uma nova matéria ocupe aquele espaço com novas habitações. O novo geralmente é disruptivo, antitético, apolíneo, o novo desabita e o que coloca no lugar tem níveis diferentes de desagregação. No caso do porto do Rio, como veremos, a desagregação vinha sob a justificativa de uma maior integração. Em Porto Alegre, diferentes ‘novos’ projetos foram promovendo *desabitações* sucessivas – produzindo vias largas, demolições, modificações igualmente desintegradoras. A orientação disruptiva da urbanização, que em geral vinha seguida de uma *desabitação*, criava espaços para serem ocupados por Outros.

Segundo Halbwachs (2006:172) a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática, e aqui estamos entendendo a *governamentalidade* Foucault, (2008)¹⁸⁷ como uma orientação dada por algumas tecnologias, da qual a *desabitação*

¹⁸⁶ Segundo o autor, em sua obra *A Memória Coletiva*, as imagens do mundo exterior são partes inseparáveis do nosso eu, “nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram nossa família e os amigos” (2006:157).

¹⁸⁷ Cf. Foucault, é a *ratio governamental* que possibilita, “de maneira refletida, ponderada, calculada”, governar segundo o princípio da razão de Estado tornando-o “sólido e permanente”, “que possa se tornar forte diante de tudo o que possa destruí-lo” (2008:6). Para o autor o Estado não é um monstro frio, mas “o correlato de uma certa maneira de governar”, por essa razão que devemos nos questionar sobre como se desenvolve essa maneira de governar, “qual a sua história, como ela ganha, como ela encolhe, como ele se estende a determinado domínio, como ela inventa, forma, desenvolve novas práticas” (2008:9). Quais os limites adequados a serem estabelecidos “em função dos objetivos da governamentalidade, dos objetos com que ela lida, dos recursos do país, sua população, sua economia” (2008:55). Para Foucault (2008:258) o termo “poder” designa um campo de

faz parte. Para o autor de “A Memória Coletiva”, se o grupo muda também muda a memória coletiva, se o ambiente material muda também não será mais o mesmo o grupo que ali vive, pois o local recebe a marca do grupo. Conforme Halbwachs, os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual ao que chamamos “de aspecto material da cidade”, no entanto uma grande transformação toma atenção daqueles que circulam por vezes pouco atentos aos lugares do caminho. Para ele “as pedras e os materiais não oferecem resistência, são obra do tempo seus arranjos” (2006:165) e de acordo com essa premissa, a cidade é matéria das mais maleáveis. Essa pouca resistência das pedras, por outro lado, não se aplica quando pensamos na relação entre elas e os homens, baseada na vivência “em um local adaptado aos seus hábitos, não apenas a seus movimentos mas também a seus pensamentos”. Se os “costumes locais resistem às forças que tendem transformá-lo”, como diz o autor, a *desabituação* é a prática de romper essas resistências - na tentativa de desfazer as relações entre a pedra e os homens e mulheres que ali vivem; de modo que “não se sabe se os moradores se reconheceriam se voltassem” ao lugar desabitado. Nesse sentido destaco a abordagem de Cornelia Eckert em sua pesquisa sobre a identidade e memória junto a uma comunidade de mineiros de carvão em La Grande-Combe, ao sul da França. Em sua investigação Eckert observa a permanência da identidade dessa comunidade, mesmo com o desaparecimento dos “espaços reais sobre os quais o grupo fundou sua identidade” (1993:15), neste caso a companhia mineira onde trabalharam gerações de mineiros de carvão e na qual eles tinham uma “dinâmica recíproca” na construção da vila como aglomeração urbana (1993:17). No contexto que estamos apresentando não só a empresa desapareceria, mas também a possibilidade de um novo trabalho nesse nicho e a própria vila, a ser substituída por uma nova habitação do espaço.

Para Halbwachs, portanto, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial, seja o espaço físico, jurídico, seja aquele que ocupamos com a nossa imaginação ou nosso pensamento, que a cada instante é capaz de reconstruí-lo. A

relações que deve ser analisado por inteiro, e esse campo é que o autor chama de *governamentalidade*. Essa maneira como se conduz a conduta dos homens, “não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder”, pondera o autor. A tecnologias governamentais compõe, portanto, esse campo de relações que constituem a razão do estado. Não se trata de um governo específico ou instituição específica desse governo, mas de algo que está assentado enquanto orientação de *governamentalidade*, que perpassa governos, trajetórias políticas e até mesmo regimes políticos. Nota-se que essa razão do estado, está orientada a tratar um grupo de forma diferenciada, o que nos leva crer que essa tecnologia está na origem da composição do estado nação brasileiro, e suas lógicas diferenciadas de cidadania. Há que se lembrar, como destacado por Foucault ao longo dos debates de *O Nascimento da Biopolítica*, que o liberalismo, ameaça a *governamentalidade*, já que para ele “sempre se governa demais” (2008:433). Mesmo que otimizada para alguns, ou para os que convém a crítica a demasia da *governamentalidade*, a orientação para *desabituação* permanece para os que não são e nunca foram privilegiados na razão do estado.

desabituação, portanto, promove esse disciplinamento entre os removidos, limitando sua memória coletiva ao contexto espacial da imaginação ou do espaço jurídico.

Como sugere Da Matta (1997:33), o “sistema de lembranças”, é o que inventaria o tempo e o espaço como categorias sociais. O tempo e espaço, como categorias básicas do espírito humano. Buscamos aqui, a partir de uma leitura do conceito de memória, designar esse sistema de invenção do tempo e do espaço. A memória enquanto um substantivo moral – “esse Morro tem memória”, “a memória da gente é que está em jogo”; e enquanto prática de reinvenção de si mesmo - que é feita pelos moradores através das narrativas sobre o local onde vivem. Essa memória enquanto prática, nesse caso, está perpassada pelas nossas relações interpessoais (as minhas relações com eles e as deles comigo) feitas nesses últimos anos, mesmo que obviamente não se limitem a ela. Em cada espaço – na casa ou na rua – essa memória foi construída de maneira diferente, às vezes coletiva, outras, individual, mas sempre através da interlocução. Pois, a memória precisa da troca intersubjetiva para completar o seu “circuito de agenciamentos” (Latour, 2008:293) – entre humanos, mortos, vivos, objetos, antepassados, contemporâneos.

Grande parte dessas memórias, tinham como marcos a intervenção do Estado na favela e na vila – a polícia, a obra urbana, o posto de saúde, a reforma da escadaria, a escola. Muitas também tinham como marco justamente a experiência da *desabituação*, e a iminência de uma nova *desabituação* como matéria para a construção de suas narrativas. Eram grupos que enquanto ‘problema’ estavam no centro das políticas governamentais sujeitados às tecnologias governamentais, enquanto sujeitos, estavam às margens.

Perto, longe, a dinâmica que define o que é Centro

Conforme a leitura de Holston, e da qual eu compartilho, o efeito do novo Estado nacional brasileiro que procurava se urbanizar depois dos anos 30, era a modernização da organização da economia e da sociedade que se urbanizava. O objetivo era articular uma nova esfera pública de cidadania para canalizar e regulamentar essa nova força de trabalho urbana – os trabalhadores estabelecidos e os novos imigrantes (2013:197) – moradores de um lugar específico: a periferia. Para o autor, o desenvolvimento das periferias urbanas entre a década de 1930 e 1980, é proporcional à institucionalização dos direitos sociais fundados no trabalho urbano. Esses dois movimentos consolidaram um padrão centrífugo de segregação nas cidades brasileiras, “a segregação espacial e a diferenciação da cidadania foram

processos simultâneos num projeto de modernização nacional”. A reflexão de Holston é desenvolvida a partir da expulsão das classes trabalhadoras do centro de São Paulo, que segundo o autor seria um exemplo pioneiro e paradigmático para essa prática. Como vimos antes, estamos seguindo a ideia de que periferia é periferia em qualquer lugar, porque a condição de estar à margem, e ser expulso é estar à margem, é totalizante e vinculante. Era difícil explicar para quem morava em bairros residenciais compostos por casas ou com edifícios de formato misto – altos, baixos, revestidos de mica, alumínio, vidro, pastilhas de cerâmica – que a homogeneidade estava nos olhos de quem via, do Outro que chegava, das práticas governamentais que desabitavam os grupos. Os ambientes, as ruas e esquinas da periferia produziam relações diferenciadas para aqueles que ali viviam. Para quem morava ali a descrição do local vinha acompanhada de informações sobre referências de circulação ou também lembravam alguma cena ou morador conhecido. A premissa da homogeneidade é sempre de quem chega, a da desigualdade é sempre de quem a reivindica.

O local onde vivi e no qual narrei no início do capítulo anterior: os *blocos*; era um bairro considerado pelas pessoas que não moravam ali como um lugar *longe*. Ficava distante aproximadamente uns 40 minutos de ônibus do Centro, onde ficavam os bares, as bibliotecas, os locais de lazer: praças, parques, e a orla de lazer do Rio Guaíba. Me acostumei a ser aquela que morava *longe*, porque na faculdade que cursei eu era uma das poucas pessoas que morava *longe*.

Aos 21 anos comecei a querer morar *perto*, e foi rápido aprender que morar *perto* era *complicado*, por motivos que Angela nos ajudará a refletir. Teria que ganhar muito mais do que eu ganhava para conseguir pagar um aluguel e a faculdade, mesmo com a pequena *ajuda* que minha mãe dava para a mensalidade. Morar *perto* era *caro*, oneroso. Empenhada na mudança pensei em voltar para o bairro de minha primeira infância, nessa época uma região semi ‘abandonada’ nas bordas de um distrito industrial decadente desde o fim da década de oitenta. Um bairro populoso durante o dia por causa da movimentação de trabalhadores entre as avenidas em busca de ônibus para ir e voltar para casa. Um bairro agitado durante a noite por conta do trabalho das prostitutas – mulheres e travestis - que vinham ou moravam na região, em razão de seu trabalho. Mesmo que a presença dessas trabalhadoras pudesse ocasionar uma baixa no valor dos aluguéis na região, ainda era *caro* para mim. Morando com minha mãe e irmão eu não pagava luz, nem água, nem a prestação do apartamento, nem condomínio, nem IPTU, e não precisava *ajudar* com nada em casa. Para morar *perto* eu teria que arcar com essas despesas, além dos gastos com transporte, alimentação, e a mensalidade da faculdade – a qual eu dividia com ela. Com o salário que eu ganhava como recepcionista

de uma sede do SENAC, fixo e com carteira assinada, nunca deu para morar *perto*. A referência *perto* e *longe*, ressaltava a proximidade (não o acesso) a determinados equipamentos urbanos, espaços públicos, serviços públicos, opções de lazer, universidades que em Porto Alegre estavam concentradas em um raio que circundava imediatamente o centro administrativo da cidade.



Fig. 2

Representações formais da cidade – percursos do enobrecimento

A imagem da página anterior representa as nove macrozonas das regiões socioambientais de Porto Alegre. Regiões que foram divididas pelos planejadores, no rastro das grandes transformações e mudanças associadas as “reformas” (Caldeira, 2000:302) nas cidades capitalistas, desenvolvidas desde o século XIX. Se o PDDUA de 1999, não é um plano que prevê grandes modificações físicas na cidade, como abertura de viadutos, construção de autopistas, e grandes avenidas - como foi realizado na década de 70 - ele promove, no entanto um disciplinamento simbólico do espaço que, todavia, não deixa de produzir “segregação e fragmentação” (Caldeira, 2000:303). As alterações de 2010, no entanto, já apontam para modificações de cunho econômico como a flexibilização de parcerias público-privadas e o “desgravamento” de áreas verdes ou de interesse social em pró do desenvolvimento da cidade que era o caso de lugares como o Morro Santa Tereza. No fluxo dessas representações da cidade, há as macroesferas jurídicas e institucionais que

concebem também os lugares; e as representações relativas às práticas sociais que em diálogo com esse lugar fundam as trajetórias espaciais dos sujeitos na cidade; ambas estariam agindo em “operações de demarcação” (Certeau, 1994:208), em uma constante tensão, como veremos ao longo da pesquisa.

A “cidade da transição” e o “corredor de desenvolvimento” são no início do século XXI o foco de maior desabituação urbana em Porto Alegre. Atualmente, por intermédio dos recursos e alinhamento entre as esferas do município, do estado e do governo federal para a realização de obras preparatórias para a Copa do Mundo, as zonas localizadas em torno dos estádios¹⁸⁸ ou no local das futuras obras de mobilidade a eles: as vilas dos Bairros Cruzeiro e Cristal, o norte do Bairro Humaitá e o centro do Bairro Anchieta - onde fica a área do Aeroporto Internacional Salgado Filho – ganham uma perspectiva de “centro”. Concomitante, pelo suposto direcionamento de somas de dinheiro para essas regiões e pelo vínculo imediato a um evento globalizado como a Copa do Mundo, a classificação *centro* torna-se evidência de sua própria dinâmica e sazonalidade. À medida que essas áreas começaram a ser alvo de investimentos públicos elas passaram a atrair os investimentos privados.

O progresso enquanto um dos motores da localização do *centro* também possuía diferentes temporalidades, que estavam presentes no desenho da cidade e naqueles que narram o progresso a partir dela, como Achyles de Porto Alegre, cronista dessa cidade da década de 40, que destaca as edificações da *moderna* cidade civilizada:

“Se, de memória, regressamos a esses tempos, vemos quanto foi rápido e espantoso o progresso da cidade. Hoje, ela ostenta-se garbosa, com a sua edificação moderna, pomposos palacetes, ruas calçadas e paralelepípedos (trabalho já em início), “cabarets”, cinemas e mais “fitas coloridas” de modernismo e civilização. Onde antigamente eram velhos e imundos pardieiros, se erguem agora edifícios de requintada estética”¹⁸⁹

A fala dos governantes, que em 2012 prometiam uma cidade com melhorias, uma cidade ainda mais *moderna*, com obras de norte a sul, também fazia uso do progresso, porém sob o signo da ‘mudança’. O progresso era ainda uma metáfora para a *cidade*, que por sua vez, era sinônimo de *centro*:

“Porto Alegre vai mudar. Até 2014, quando a cidade receberá cinco jogos da Copa do Mundo, pelo menos 10 obras devem estar concluídas de Norte a Sul. Além destas, outras

¹⁸⁸ O estádio do Grêmio Footbal Porto-alegrense não recebeu os jogos da Copa do Mundo, mas foi Campo Oficial de Treinamento (COT) das equipes que jogassem em Porto Alegre.

¹⁸⁹ Achyles de Porto Alegre (1940a, p. 18 apud Monteiro, 2001)

melhorias estão previstas, sendo que algumas já estão em andamento, com a promessa de modernizar a capital gaúcha.”¹⁹⁰

Nesse intervalo de 1940 a 2012 muitas obras foram feitas para que a cidade tivesse a forma que tem recentemente, mudanças entorno de *melhorias*, disciplinamentos e contenções, transformações localizadas nas áreas centrais, mas que tornaram o acesso a periferia menos caótico, porém ainda distante, em termos de serviços e em termos de mobilidade, já que as vias abertas continuavam privilegiando o transporte por carros. Outras dessas modificações, no entanto, estavam relacionadas ao domínio do ambiente considerado natural.

No corredor do desenvolvimento - os aterros, os diques e o disciplinamento do rio

A região do quarto distrito, segundo um documento elaborado pelo Departamento Estadual de Estatística¹⁹¹, em junho de 1959, “administrativamente, não existe”. Ele seria formado “imaginariamente” pela reunião de vários bairros da zona Norte, dentre os quais se destacam os seguintes: São Geraldo, Navegantes, Dona Teodora, São João, Auxiliadora, Higienópolis, Fátima (Vila IAPI), Anchieta, Boa Vista, Cristo Redentor, Vila Floresta, Vila Progresso e Vila Ipiranga (DEE, 1959:6 apud Fortes, 2001:18).

Esse complexo de bairros estaria aglomerado sob a égide da industrialização na cidade de Porto Alegre, que iniciada pelo eixo Navegantes – São João na primeira década do século 20, foi intensificada no fim da metade deste mesmo século (Fortes, 2001:13). Segundo Fortes, cuja tese é sobre a identidade operária e a industrialização da região, o quarto distrito era considerado pelos moradores e pela imprensa local da época como uma cidade dentro da cidade¹⁹² (Petersen e Lucas, 1992 apud Fortes, 2001:122) não só pelo tamanho, mas por suas características fabris únicas e por sua autonomia econômica.

Nesse complexo de bairros anteriormente citados, o Bairro Navegantes é o único deles que está localizado à beira do Rio Guaíba, sendo ligado até os outros pelas Avenidas Voluntários da Pátria e Farrapos, que aliadas a Avenida Sertório possibilitavam o deslocamento rápido no interior da região.

¹⁹⁰ Tatiana Lopes, “Aos 240 anos, Porto Alegre mira a Copa e se prepara para o futuro”, *GI*, 26/03/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/03/aos-240-anos-porto-alegre-mira-copa-e-se-prepara-para-o-futuro.html>>; acessado em abr. de 2012.

¹⁹¹ Documento feito sob solicitação da “Associação dos Amigos do Quarto Distrito” e que levou o nome de “Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito” (DEE, 1959 apud Fortes, 2001:17)

¹⁹² “Uma cidade dentro da cidade”, in *A Informação*, 18/10/21. Reproduzido em Petersen, Sílvia R. Ferraz, e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937*. Porto Alegre: Edufrgs/TchÊ, 1992. P. 239-240.

Na antiga zona industrial do quarto distrito, o Bairro Navegantes por estar instalado em uma das regiões mais vetustas da cidade - junto ao antigo caminho novo (hoje Voluntários da Pátria), por sua proximidade ao rio e ao centro da cidade - é uma das primeiras regiões a atrair empreendimentos imobiliários, dentro da lógica da ‘gentrificação’ de regiões ditas decadentes nos núcleos urbanos. A decadência referida aqui está relacionada com a decadência de uma era, ligada a atividades industriais e portuárias, que vem atraindo investimentos privados para sua revitalização e restauração justamente por serem áreas que suprem dois dos grandes desejos atuais de uma camada média urbana: a vista – geralmente para algum elemento natural – e a mobilidade – dada pela proximidade ao *centro*. Alvo de *desabituação* popular – da Vila Dique e Nazaré – o bairro Anchieta está no foco das transformações urbanas da cidade por abrigar em sua região o Aeroporto Internacional Salgado Filho e portanto, as obras relativas a sua ampliação.

A enchente de 41 e a industrialização

A região do quarto distrito foi intensamente atingida pela mitológica enchente de 1941, que deixou a cidade de Porto Alegre inundada pelas águas do Rio Guaíba¹⁹³ por quase trinta dias. Evento comum na referida região, em razão de sua cercania com o rio, houve pelo menos três enchentes grandes nessa área (Fortes, 2001:87), antes da de 41. A última e mais severa deixou não só um legado de medo, doenças e histórias de superação de dificuldades, mas o legado de um mito que perduraria até a atualidade, onde se destaca a ideia de monstrosidade e mistério (Devos, 2007:36) das águas em relação às margens da cidade. Sobre a calamidade e o assombro causado pela natureza que invade o progresso e a civilidade¹⁹⁴, ressalto esse relato vindo de um cônsul norte americano em declaração à catástrofe na capital:

“Avenida Farrapos, uma avenida moderna e ampla, rigorosamente de primeira classe, correndo de norte a sul na área fortemente alagada. Essa avenida tinha sido aberta ao tráfego apenas uns poucos meses atrás, e embora esteja agora quase toda sob as águas,

¹⁹³ Em sua tese de doutorado Rafael Victorino Devos (2007:22), discute com base na ideia de “ambiente técnico-cultural”, cunhada por Leroi-Gourhan (O Gesto e a Palavra, 1975) as diferentes definições sobre o ambiente geográfico das águas do Guaíba, em relação à definição de que elas seriam parte, ora de um Rio, ora de um Lago.

¹⁹⁴ Ver sobre essa relação entre imagens monstruosas versus civilização na constituição do processo civilizatório e colonial nos trópicos, o trabalho da antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha “*Le sanctuaire du désordre, ou l’art de savoir-vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques - L’esthétique urbaine e la m’moire collective au sud du Brésil*”, 1994. Uma leitura interessante dele pode ser encontrada na dissertação de Mestrado de Rafael Victorino Devos (2003), onde ele analisa a narrativa de histórias de assombração para pensar o cotidiano alagadiço do bairro arquipélago em Porto Alegre.

ela serviu como a principal artéria, antes que a cheia atingisse o seu pico, para a evacuação de milhares de pessoas encurraladas no distrito do Navegantes”¹⁹⁵

A enchente tomou ruas, casas, e também a recém lançada Avenida Farrapos. Ferindo pessoas, avariando maquinários e negócios. Pela cheia das águas, a cidade passou, tanto por razões econômicas como afetivas, a um processo de reconhecimento dessa face assustadora¹⁹⁶ do rio. A paisagem da zona do Caminho Novo vinha gradualmente transformando-se, dos recantos verdejantes e extensos campos pastoris, a área de trabalho junto ao rio.

Uma ameaçadora imagem de antiprogresso submergia com a fúria das águas - sobre prédios, construções, máquinas, sobre o construto de uma cidade moderna; essa natureza deveria ser contida, dominada. Foram necessários sessenta anos e uma mudança de paradigma econômico e político para que se criasse uma nova natureza para a zona, pasteurizando a fábrica e a indústria e seus áureos tempos de vitalidade. O rio nesse novo cenário volta manso a integrar a paisagem da região, mesmo que agora não mais ao rés-do-chão como outrora, mas distanciado pelos aterros que ali foram feitos após a enchente.

Na sequência da ‘tragédia’, as continuidades dos planos de modernização da cidade prontamente incluíram a construção de taludes - que afastariam por muitos metros, a Avenida Voluntários da Pátria da beira, de seu até então vizinho, Rio Guaíba. Os diques, as comportas de contenção de água na região da Igreja dos Navegantes, a construção da Avenida Castelo Branco evidenciava a relação de isolamento que se queria estabelecer com as águas e essa região. Conforme ressalta Ruben Oliven (1980) isso ajudou na construção de um bairro com menos prestígio social do que os bairros vizinhos. O autor também ressalta uma diferença importante no cenário do quarto distrito, que se torna essencial para pensarmos os estilos de trabalhos, rotinas e trabalhadores da região e que influenciaria na forma das ruínas e no tipo de iniciativa de revitalização. Oliven (1980) chama atenção para a definição entre fábrica e indústria e como ela está relacionada aos diferentes modos de produção, e a uma “reestruturação das relações sociais” no curso de formação das sociedades urbano-industriais. Enquanto que a fábrica se refere a uma produção de baixa escala, em produção mecanizada e distinta do trabalho artesanal, a indústria está ligada ao cenário de consumo do século XX (Mello, 2008 apud Ruben, 1980). Essa característica fazia do cenário industrial de Porto

¹⁹⁵ Fortes (Braddock, 1941: 1 e 2 apud Fortes, 2001:94)

¹⁹⁶ É importante destacar que a paisagem que aqui nos referimos é de uma cidade bem específica, ligada a um cotidiano de trabalho e urbanidade. Concomitante a esse cenário descrito, outro trecho do Rio permaneceria intacto pelos planos de aterramento. A orla sul do estuário permaneceu com sua dinâmica de veraneio, sem sofrer nenhum impacto negativo após 41. Ali a natureza evocada pelo rio bucólico, manso e balneável, por vezes aristocrático, permaneceria inalterada.

Alegre, no período de 1920 até 1950, um lugar híbrido. Um lugar onde as indústrias e as fábricas dividiam o espaço com ruas de chão batido, matadouros pequenos para abastecimento local, trapiches de pesca localizados entre trapiches de desembarque de mercadoria, zonas alagadiças (banhados), vida rural com criação de bichos e plantação de hortaliças junto às casas.

Esse “arrabalde” pitoresco constituía a paisagem do trabalhador operário que vivia acerca de seu trabalho, em bairros e ruas que circundavam a indústria e, por conseguinte, integravam o chamado quarto distrito. A vinda desses trabalhadores aumentou consideravelmente a população da cidade nesse período. As fábricas empregavam dois mil, quatrocentos, duzentos funcionários, em operários da produção de tecidos, móveis, alimentação e ferro. Operários que começaram e terminaram suas vidas dentro de fábricas, mulheres, homens, meninos, trabalhando numa zona que constitui na época o “terceiro parque industrial do Brasil” (Fortes, 2001:XLV) em números de produção e empregabilidade. A região foi crescendo em torno da Igreja dos Navegantes, das primeiras fábricas, e das novas indústrias. As moradias que iam sendo negociadas, divididas, ocupadas, os becos e acessos que iam se transformando em ruas e avenidas foram constituindo a feição de um cenário de bairros que mesclava moradias e grandes galpões, entre parques industriais que ocupavam o equivalente a um quarteirão. Conforme mostra o trabalho de Luciana de Mello, muitos dos terrenos da região eram de poucos proprietários (2008:37) que na época desse crescimento, no início do século vinte, trataram de erigir o loteamento na região. A via férrea, que delimitava um bom filão de trabalho e emprego, também foi uma das responsáveis pelo loteamento na área.

Com a construção do Cais de saneamento e do Cais Marçílio Dias na década de cinquenta, e posteriormente da Avenida Castelo Branco o acesso ao rio por parte da população que ali vivia e trabalhava foi completamente transformado. A relação com o rio, e com o “quarto distrito” enquanto espaço de itinerários de trabalho foi reconfigurada e até hoje passa por transformações, o enobrecimento é uma delas.

Após a enchente - que tomou conta de outras regiões da cidade, mesmo mais afastadas do rio - muitas famílias abastadas, ligadas ao comércio local, a profissões liberais, ou donos de indústrias, foram buscando moradia em regiões afastadas dessa área do rio, regiões altas, e montanhosas. Dividido socialmente, entre as indústrias na região e as ‘partes altas’, na década de oitenta esses lugares e arredores foram cada vez mais associados à pobreza, violência, tráfico e prostituição, classificações morais usadas para desqualificar o espaço, porque eram moralmente negativas para a parte alta. Esse estigma foi intensificado

pela instalação de albergues noturnos municipais, dois deles na Rua Comendador Coruja. Com a falência ou o abandono das atividades nas fábricas, a abertura de galpões de reciclagem de lixo e o aumento de moradores de rua e de vilas construídas em espaços baldios, junto à Avenida Voluntários da Pátria e a Avenida A.J. Renner, fizeram da região pouco atrativa a investimentos imobiliários nesse momento, porque essas ocupações não eram consideradas pelos empreendedores imobiliários como economicamente atrativas.

Próxima ao aeroporto e ao centro; cortada por largas vias de circulação de veículos (do leste para o centro e da região metropolitana para o centro); esses eram pontos positivos para o processo de enobrecimento da área. No entanto, a revitalização de antigas indústrias já vinha sendo feita na região. Na antiga indústria Renner - que atuava no ramo do vestuário, e que segundo Fortes (2001:15) era a maior¹⁹⁷ indústria da região na época de pujança industrial da cidade - fora construído, em 1994, o DC Shopping: um complexo com lojas, restaurantes e teatro¹⁹⁸. Outro grande empreendimento que ocupa a área e que fora uma fábrica de grande produtividade na década de 60 é o Bourbon Wallig, que localizado na esquina da Avenida Assis Brasil com a Avenida Francisco Trein, ocupa a antiga área dos Fogões Wallig e é um complexo que reúne restaurantes, cinemas, shopping, hipermercado e teatro. Esse último empreendimento compõe um conjunto de shoppings e hipermercados que cercam essa região; o primeiro deles, como já comentamos, foi o shopping Iguatemi, em 1985.

A urbanização disruptiva

No que tange a “mobilidade urbana” os mapas da página 144 apontam uma expansão da cidade de Porto Alegre; que se espalha do centro político e administrativo da província para as direções sul, norte e leste. Obras viárias na direção oeste – leste e norte e sul; aterros em direção ao lago Guaíba. A casa de Simone, Angela, da tia, da irmã e do pai de Angela, a casa de Laudelina e do Chico estão representadas pelo ponto vermelho do mapa. O esquema feito a partir dessa imagem propõe uma relação entre a proliferação de radiais na cidade e o Morro Santa Tereza. Vemos que o ponto foi, ao longo dos anos, ficando cada vez menos periférico em relação ao centro administrativo da cidade, demarcado aqui pelo ponto

¹⁹⁷ A Renner se instalou no Bairro Navegantes em 1914. E empregava, em 1953, segundo Fortes, 2.500 funcionários.

¹⁹⁸ Um outro exemplo de revitalização, na região do Bairro Floresta, é o Shopping Total, localizado na Avenida Cristóvão Colombo e que foi inaugurado em 2003, ocupando o prédio e o terreno da antiga cervejaria Bopp, Sassen e Ritter (depois Continental e Brahma). O prédio é de 1911 e é assinado por Theodor Wiederspahn um importante arquiteto do início do século XX e que imprimiu seu estilo em vários outros prédios existentes na cidade que já são listados como patrimônio histórico municipal.

preto. As paisagens narradas por Chico, as chácaras, plantações, as linhas de bonde, tudo vai se transformando e dando lugar a outras ocupações, traçados e ritmos.

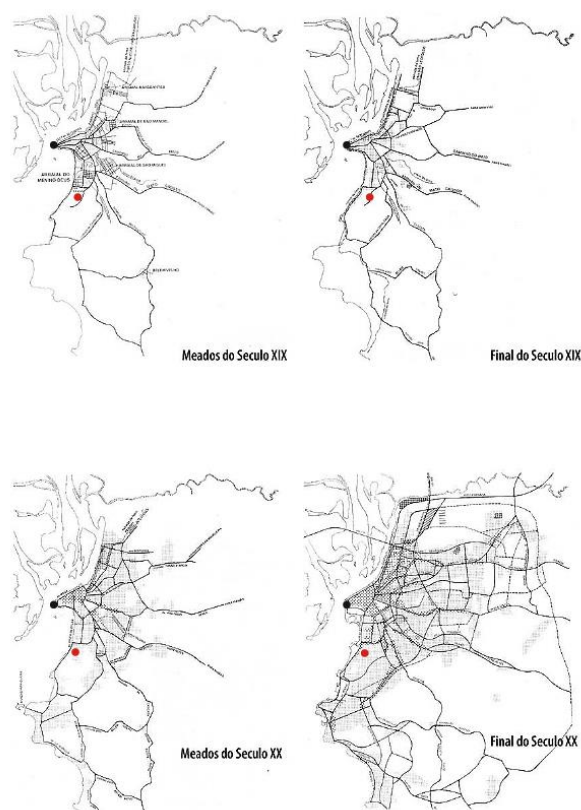


Fig.2.1

Essa dinâmica centro-periferia-periurbano (Telles e Cabanes, 2006) pode ser pensada, portanto, a partir de uma lógica situacional. O loteamento popular Condomínio da entrada da cidade, por exemplo, um loteamento realizado pelo PT em 2004 como nos mostra Pólvora (2006) foi construído em uma região limítrofe - em uma linha próxima e paralela a *freeway*, limite da cidade. Atualmente, com a construção do estádio Arena do Grêmio, no Bairro Humaitá, esse loteamento contrasta com outras vilas não beneficiadas pelo programa nessa época, e por mais nenhum outro posteriormente. Vilas extremamente pobres - cujas habitações eram feitas de compensado e de papelões, em uma zona baixa e alagadiça, por uma população que vivia de coleta de resíduos sólidos das redondezas e também do centro - foram se tornando cada vez mais numerosas. De focos isolados - vistos somente por aqueles que vinham do norte em direção ao centro da cidade pela *freeway* - essas vilas se transformaram no foco do problema na região. Além do aumento do número de casas, a construção da Arena e os empreendimentos planejados para a aérea, pareciam incompatíveis com essas ocupações. De periféricos e focos isolados, elas passaram a 'atrapalhar' a nova

prosperidade daquele Bairro enquanto um novo centro urbano periférico ao centro administrativo da cidade.

As regras para centralidade não tinham distância objetiva e nem se definiam por níveis populacionais. A região periurbana da Restinga, bairro formado por remoções de diversas épocas e locais da cidade, que hoje se transformara num grande conglomerado de loteamentos populares com uma população de mais de 100 mil habitantes, segue sem nenhum hospital exclusivo, shopping center, universidade, bibliotecas ou atividades de lazer variadas comum em centros populosos.

A reflexão proposta através da relação entre os pontos - tendo em perspectiva o período entre o século XIX e XX em Porto Alegre - nos auxilia a enxergarmos o efeito da construção das grandes avenidas dentro das obras de urbanização da cidade. Por um lado fica evidente que as obras constroem um centro e diminuem distâncias entre o centro e zonas antes 'periféricas' dicotomia que alimentou os debates das pesquisas urbanas na década de 80 (Telles, 2006:60). Porém por outro lado, o mapa não mostra essas "franjas" que estão *dentro* do centro, e da qual fazem parte nossas interlocutoras. Menos uma dicotomia enrijecida e mais uma dinâmica constante, cotidiana, em legitimar sua presença nesse centro, disputando a centralidade também em relação aos serviços do estado.

Sobre o meio do século XX, que está ilustrado no 3º mapa temos essa notícia de jornal que nos põe a pensar na urbanização disruptiva como dinâmica atemporal das cidades. Os grupos que tinham que exigir do Estado por urbanização, estavam pedindo por mais calçamento, por esgotamento sanitário, por iluminação pública. O que recebiam como resposta era uma urbanização que destruía suas casas, e os tratava como problema e obstáculo para a *cidade*:

“É um absurdo – protestam os indignados cidadãos porto-alegrenses diante da febre de demolições que acometeu a capital nesses últimos tempos. ‘Onde vai morar essa gente que fica sem teto de uma hora para outra? Na rua? Isso até é caso de polícia...’ João é o demolidor nº 1 de Porto Alegre e o terror das nossas arcaicas e vetustas edificações coloniais”¹⁹⁹

Nos processos de transformação urbana em Porto Alegre, narrados por Monteiro (2002) nas décadas de 40 e 70, a “violência e a arbitrariedade” do processo de modernização eram notadas no cotidiano do espaço público da cidade - com destruição massiva de casas, estabelecimentos comerciais, edifícios pequenos, malocas – ou seja, tudo o que estivesse bloqueando o horizonte de abertura das avenidas. Mesmo que com avanço nas políticas

¹⁹⁹ In: Amado, J; Kefel, Ed. João Macaco, ‘o demolidor’, Revista do Globo, Porto Alegre, ano 17, n 392, 11.8.1945, PP. 39-40 apud Monteiro, 2001, p. 78.

públicas de habitação (de 1940 aos dias atuais) o sentimento de quem morava no curso de alguma obra de ampliação ou alargamento de vias ainda podia ser expresso pela questão ressaltada pelo jornalista “onde vai morar essa gente que fica sem teto de uma hora para outra?”. Os mapas mostram aterros, ampliações, alargamentos, construções de novas vias, processos que os moradores e moradoras do Morro Santa Tereza - e também da região da Cruzeiro (que conviviam diariamente com o processo de alargamento da Avenida Tronco) - vivenciaram diferentemente em suas experiências na cidade e particularmente na região, como estamos acompanhando. Eles eram “essa gente” como foi narrado pela reportagem. ‘Patrolados’ pelas transformações e essa era uma das razões pela qual se juntavam a movimentos que produzissem apoio a sua permanência naquele espaço.

Além do tempo de moradia - aquele que tinha valor jurídico na reivindicação do usucapião - havia o tempo “do seu lugar no mundo”. Esse era contado pelas tábuas de compensado trocadas durante meses até que as paredes fossem fixas ou de alvenaria; pelas instalações precárias de luz que deram e não deram certo; pelos “gatos” que permitiam que a luz chegasse para todos ali *dentro*; pelas jornadas em busca de água, em uma região íngreme e semidesabitada; pelas ligações de água e pelo esgoto, retirado das casas por canos comprados conjuntamente. Essas pequenas “batalhas” constituíam a *luta*, ou seja, a experiência de viver nesses lugares, onde tudo o que se tinha, tinha sido criado, e cada criação carregava uma parte do criador junto consigo. Para sujeitos com essa experiência - que era o caso de Angela, Laudelina, Chico, Ernesto - responsáveis pela constituição desses lugares, lhes dando nome, traçado de rua; avaliando a entrada de novas famílias ali; indo buscar algum “grandão” conhecedor dos meandros da tecnocracia do Estado, ou algum político para quem direcionassem o foco das ações para a comunidade; para eles era muito difícil falar em desapego, e lidar com a remoção.

O Morro de outrora

Composto por cinco vilas: Vila Gaúcha, Vila Figueira, Vila Santa Rita, Vila Ecológica e Vila União Santa Tereza, o Morro Santa Tereza dá nome a um Bairro, homônimo. Heterogêneo o Bairro também é composto por diversas empresas de telecomunicações e por moradias que conforme duas das maiores imobiliárias²⁰⁰ da cidade têm um valor de venda que varia de R\$ 2 milhões à R\$ 300 mil Reais.

²⁰⁰ Imobiliária Auxiliadora Predial e Guarida Imóveis. Disponível em: <<http://www.auxiliadorapredial.com.br/Vendas/BuscaResultado.aspx?cidade=Porto+Alegre&tipo=97&bairros=Santa+Tereza&pagina=1>>

Em 2007, em uma de suas encostas que faz limite com o Bairro Cristal, foi construído uma Fundação Cultural para guardar a obra de um artista plástico gaúcho, Iberê Camargo, levando o museu o seu nome. Quando o projeto dessa obra foi apresentado a população, ele obteve grande repercussão e gerou discussão por parte da imprensa e dos arquitetos locais. Situado à beira do Rio Guaíba, a construção tinha pouco mais do que algumas pequenas janelas abertas para a orla. Essa “não exaltação” da paisagem do rio, num prédio à beira dele, teria soado como um despropósito pela classe média local. A paisagem natural, particularmente vinculada ao pôr do sol no rio, era amplamente reforçada pelas redes de camadas médias - através da memória coletiva - como um patrimônio da cidade.

O tema da dinâmica de uma memória ambiental ligada a orla, vem à tona no caso da construção desse museu e na modificação paulatina dos usos dessa área – de moradia e trabalho para área de lazer e comércio. Um exemplo dessa valorização recente era a trajetória de intervenções urbanas que agregava encosta e orla. No início do século XX funcionava ali cerca de onde está o Museu, a “Lomba do Asseio”²⁰¹, de onde era despejado o esgoto doméstico das casas dessa e de outras regiões. Anos mais tarde a área da lomba passa de pública a área privada, e é ocupada por um o estaleiro²⁰² que funciona ali até 1995.

Em frente ao museu e ao lado do estaleiro, onde hoje há uma pequena Praça, havia uma área intensamente ocupada por moradias irregulares, que a exemplo do que acontece com as habitações de camadas médias²⁰³ que existem ao longo da orla sul do Guaíba, isolavam o rio das vias públicas do entorno, privatizando seu acesso. O isolamento no caso dessa comunidade chamada de Vila Cai-Cai, no entanto, não era feito pelos imóveis e seus aparatos, mas pelo medo gerado pela ideia de violência e pobreza que a vila evocava.

<[http://guarida.com.br/lista.php?tipoBusca=Comprar&tipo=3&cidade=PORTO+ALEGRE&bairro\[\]=SANTA+TEREZA&dormitorio=&garagem=&min_valor=0&max_valor=&localizacao1=&localizacao2=&endereco=&codigo=&x=69&y=16](http://guarida.com.br/lista.php?tipoBusca=Comprar&tipo=3&cidade=PORTO+ALEGRE&bairro[]=SANTA+TEREZA&dormitorio=&garagem=&min_valor=0&max_valor=&localizacao1=&localizacao2=&endereco=&codigo=&x=69&y=16)>; acessado em jan. 2011.

²⁰¹ O projeto “Habitantes do Arroio: estudo de conflitos de uso de águas urbanas, risco, saúde pública e comunidades étnicas em Porto Alegre-RS” foi criado para a descoberta das situações de conflito e interdependência entre grupos sociais diversos, instituições e técnicos de diversas áreas envolvidos cotidianamente com os usos (e abusos) das águas do Arroio Dilúvio, em Porto Alegre. Um dos objetivos é a construção de um acervo de imagens, documentos e histórias sobre as águas urbanas. Disponível em: <<http://habitantesdoarroio.blogspot.com.br/2009/08/o-destino-da-lomba-do-asseio.html>>; acessado em mai. 2011.

²⁰² Sobre essa área denominada “Pontal do Estaleiro” e seus conflitos ambientais na produção de uma memória coletiva ligada ao patrimônio ambiental da cidade, ver o trabalho da pesquisadora Ana Paula Marcante (2014) e o de Andre Huyer (2010). Depois de desativado, a área onde funcionava esse estaleiro, conhecida como a “ponta do melo” foi alvo de um conflito de interesses que culminou em uma consulta pública, no ano de 2009, em torno do uso desse espaço pelos empresários que o teriam comprado.

²⁰³ Ver minha dissertação de mestrado (Gutterres, 2010) e o conflito familiar em torno do terreno de uma antiga chácara de veraneio na região do Bairro Tristeza, localizada na beira do rio.

Removida na década de noventa como está relatado no trabalho de Sant'Anna (1997) o local é posteriormente transformado em área de lazer e segue com esse uso até a atualidade.

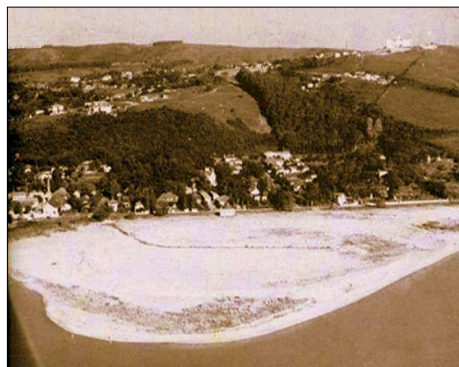


Fig. 2.2

Construído entre 1959 e 1969, em uma área aterrada²⁰⁴, o estádio “Beira-rio” leva esse nome por estar localizado as margens do Rio Guaíba. A área delimitada como “entorno dos estádios” pela *Matriz de Responsabilidades* assinada entre a FIFA e os governos brasileiros abrange uma grande gleba verde composta de: um Morro²⁰⁵ - chamado Morro Santa Tereza; uma grande avenida; pequenos comércios; uma escola privada; um asilo público,; uma instituição estadual para menores; uma escola de samba; e diversos tipos de unidades habitacionais, desde condomínios verticais na encosta do morro, prédios e casas de alto valor econômico, até moradias populares - a maioria sem registro de imóveis e sem saneamento básico promovidos pelo poder público.

No total a região envolve pelo menos três bairros: Menino Deus, Santa Teresa e Cristal. A beleza natural da região foi sendo cultivada e remodelada com o tempo pela população; e na época do movimento O Morro é Nosso, a bela vista que se tinha do alto do Morro foi determinante para vendê-lo.

Entre o Morro e o Rio, passam duas grandes avenidas, Edvaldo Pereira Paiva, que costeia a orla, construída inteiramente sobre área aterrada e cujo nome homenageia o engenheiro que planejou as primeiras grandes perimetrais da cidade na década de 40; e a Avenida Padre Cacique, cujo nome vem emprestado do já citado asilo, uma das primeiras construções da região, datada de 1898.

Sobre a relação entre o que era perto e o que era longe, Chico nos fala sobre as facilidades da região em que ele morava, o Morro Santa Tereza. Em seu relato ele deixa mais claro como é possível viver às margens do estado, porém em uma região central:

²⁰⁴ O terreno onde está instalado o estádio foi doado pela prefeitura municipal de Porto Alegre antes mesmo do aterro ser realizado.

²⁰⁵ Composta por uma Área de Preservação Permanente - APP.

Porque assim ó, nós moramos numa área privilegiada, eu digo no centro, nós podemos dizer que nós moramos no centro. Desce aqui a {Rua} Silveiro em meia hora tu está no centro de a pé; quer dizer, então é uma área rica, digamos assim. Bem centralizada, com ônibus para cá, com ônibus ali para cima, posto de saúde, supermercado, shopping, aquilo tudo... Quer dizer, a gente mora numa zona central, digamos assim; perto de outros que nós vimos. Então eu disse assim; há um interesse muito grande de alguns moradores, que é como eu e outros mais velhos que tem aqui, que seja, um dia, organizado, que a gente possa pagar uma coisa, mas você paga e daí é teu. Porque o que eu vejo, eles {os moradores mais novos} cobram muito das autoridades, cobram dessa guria {se refere a Angela}, cobram de todo mundo que já passou por aqui. Porque são burros, com o perdão da palavra, não querem ver o negócio. Aquele dia na reunião eu disse, uns cobraram uma água, outros cobraram esgoto, outros cobraram luz que não presta, que não sei o que, não sei o que... rua, capa asfáltica nas ruas, eles falam muito nisso. É. Daí disse assim, “eu não quero nada disso. Eu não quero esgoto, eu não quero luz boa, água eu já tenho boa, eu não quero rua bonita na frente da minha casa, eu não quero; porque não é isso que interessa para os moradores. Vocês estão pensando pequeno demais. Não adianta nada a prefeitura vir e fazer tudo isso que vocês estão reivindicando e {a terra} não ser de vocês. Se um dia eles resolvem, por mal ou por bem, tirar vocês dali, eles tiram. Levam lá para... levam até pro cantão ali. Porque aqui é deles a área, e é uma área rica, nós temos que olhar esse lado. Eu disse, eu todas as vezes que eu vou numa reunião, eu brigo, e cobro, e quero é a regulação fundiária. E aí eu vou poder deitar na minha cabeceira e dizer “isso aqui é meu”. Não adianta de nada eu fazer um palacete aqui, eles vêm aqui e derrubam e me deu uma merrequinha²⁰⁶ e me levam para onde eles querem; porque é assim que funciona, nós vemos isso toda hora. Então eu disse assim “nós temos que brigar pela regulação fundiária”, porque só vai resolver o nosso assunto, o dia, não sei quando, que sair a regulação fundiária. Porque daí você paga, mas você sabe, aquilo é teu. Você vai partir daqui, quando Deus te chamar, os teus filhos vão poder desfrutar daquilo, porque foi uma coisa que tu conseguiu. Agora, fora disso, pode botar asfalto na nossa rua, é o sonho de muita gente, claro, gente quer coisa, só que não é só isso. Isso não é interessante, como eu disse para eles. Esses esgotos; não tinha nada. Tinha que tu vê, uns mal e mal que tu vê aí, fui tudo eu que fiz, eu fiz o esgoto daqui lá no mato, naquele tempo que eu comecei a morar aqui; eu botei cano daqui até lá o mato, depois foi indo, os outros pediam para mim e ligaram, meu esgoto ia como está aí até hoje. Essa área aqui é uma área rica, é uma área central, como eu digo para as pessoas. Esse problema de ser uma vila desordeira, não é verdade, maioria do pessoal daqui trabalha, sai cedo trabalhar; desordeiros tem uns e outros porque isso tem em tudo quanto é lugar. [Chico]

O relato de Chico, o morador mais antigo da Vila União, expõe muitos pontos que viemos destacando, e nos quais podemos refletir. Ele cita claramente que há uma dissonância entre moradores mais novos e os antigos, fundadores da Vila União, onde emergia a figura

²⁰⁶ Pouco dinheiro.

dele, quase autoritária, ressaltada quase sempre pela afirmação “fui tudo eu que fiz”. Independente da obstinação e perseverança dele na garantia de uma qualidade de vida para os poucos que ali viviam e que foram se juntando naquela área após ou aquém de sua autorização, a Vila hoje já contava com pelo menos 150 casas²⁰⁷. A centralidade dele na coordenação da ocupação da Vila foi constante nos primeiros anos de existência daquele núcleo, com o passar dos anos outros moradores assumiram a liderança da Associação dos Moradores da Vila União Santa Teresa (criada posteriormente) que nunca deixaram de ressaltar a figura do Chico como um morador emérito por tudo o que havia feito para a comunidade.

O artifício da unidade era uma tática comum para os de *fora* ao se referirem a quem vivia na comunidade e para a própria comunidade quando se narrava para esses. Como pudemos perceber durante a pesquisa, e que fica evidente na fala de Chico é que como em qualquer outro lugar, a unidade – favela ou vila - era uma negociação situacional, e não tinha a concretude moral da verdade. Além da unidade necessária para uma reivindicação de regularização fundiária, a centralidade também foi ressaltada por Chico em associação a riqueza e a instabilidade. Os habitantes têm que saber que moram em uma “área rica”, e que sua permanência ali depende não só da sua *luta* e resistência, mas da vontade dos “competentes”, o que remete ao fortalecimento de um “nós” capaz de lutar pela regularização. Nesse percurso por fazer o “estado biopolítico” um objeto de investigação etnográfica (Das e Poole, 2004:29), na fala de Chico vemos como mais uma vez se apresentam os mecanismos da *governamentalidade* (Foucault, 2008) sobre o tempo e sobre a circulação dessas pessoas, suas vidas na comunidade; que não cessam de empurrá-las para áreas periurbanas. Chico em sua experiência de “vileiro” é enfático: “não adianta de nada eu fazer um palacete aqui, eles vêm aqui e derrubam e me levam para onde eles querem”, às vezes dão em troca uma “merrequinha”, “porque é assim que funciona”. Esse “é assim que funciona” denotava a certeza da ação e da efetividade dos mecanismos, e era o que levava a mobilização, a resistência - energia investida para que essa condição se transformasse. Foi o que moveu o movimento *O Morro é Nosso*, e por isso sua vitória era tão festejada entre seus integrantes e os apoiadores. A estrutura urbana convencionada como básica para a vida adequada nas cidades: água, saneamento, luz e arruamento – era o mote da disjunção entre o básico, o adequado, o urbano para os moradores de comunidade, que assim como Chico viam

²⁰⁷ Segundo levantamento socioeconômico alternativo citado no primeiro capítulo e realizado conjuntamente entre apoiadores e a comunidade.

na regularização fundiária uma tática de maior liberdade em relação à ação dos mecanismos de *governamentalidade* e da interdependência dele e os governos.

Por mais discordantes que fossem as práticas governamentais, a regularização ainda era um papel a ser exercido por eles. Esse jogo, de imobilismos controlados, era um dos pontos que fazia com que o tempo vivido nessas comunidades parecesse ter mais segundos do que o tempo vivido em outros lugares da cidade. Viver ali era viver aguardando, era viver sob o julgo de uma possível remoção, era viver à margem de uma condição formal moral do que seria o correto, era viver com a sensação dessa marginalidade, mediando, mas aguardando sempre pelo melhor.

Chico e o Morro Santa Tereza

Quando converso com Chico pergunto como era o Morro antes dele conhecê-lo, para me responder, ele descreve a paisagem da cidade a partir do seu encantamento por ela. Um rapaz do interior, Chico gostava de passear de bonde para conhecer Porto Alegre:

É uma história bem comprida, guria. E eu tenho um irmão que já falecido, meu irmão mais velho, de Santo Ângelo ele veio servir em Cruz Alta, já começando por aí. Ele morava no Santa Maria, minha cunhada mora lá até hoje, lá no Morro {bairro São José}, bem na frente do 18º ali. Então aí eu vim passear, era o mais novo, o neném da turma, nós viemos em oito. Conhecia Porto Alegre e falava muito né, e logo que surgiu a oportunidade eu vim. Sabe como era a viagem, eu conto para as pessoas, dá até para rir. Era de trem, guria; tocado a fogo, Maria fumaça que chamava. Viajava um dia e uma noite para chegar aqui. Cheguei aqui e tinha bonde, tinha uma coisa mais linda, era aquilo né; que cidade maravilhosa era para se viver Porto Alegre naquele tempo. Eu pegava o bonde só para mim ver os lugares; eu ia nos lugares de bonde só para conhecer, porque eu achava uma viagem maravilhosa; e, de fato, é maravilhoso tu pegar um bonde para ti andar, né. Tinha um que vinha para a Glória, vinha pela Azenha, pela João Pessoa. Só existiam três também; tinha um que ia lá pro Partenon, que era pela Bento, que é até hoje; e o da Independência. Às vezes eu fico escutando daquele tempo, aquele tempo maravilhoso que era, que a gente não vê mais isso. Aí o meu irmão era instrutor da PE {Polícia do Exército}, foi anos e anos instrutor da PE. Eu vinha com ele, porque ele me carregava muito para conhecer os lugares, como eu era o irmão mais moço. A gente vinha de bonde, descia lá na Azenha e vinha no quartel até hoje onde ainda é a PE. Ele foi instrutor da PE anos e anos, e aí ele disse assim “vai lá para cima, é tudo campo, vá para lá para cima, matar a saudade, caminhar”. Sabe onde que eu vinha muito, no fim da linha do 95²⁰⁸, onde fica o lotação, eu ficava ali onde é aquela pracinha, por ali, olhando, admirando achava a coisa mais linda esse Rio aí tudo né. Naquele tempo era um paraíso isso, tu podia fazer isso. Para cima era uma chácara de plantação de arroz, de milho, de tudo que era coisa, ali onde é aquela barragem d'água por ali tudo... [Chico]

²⁰⁸ Uma das duas únicas linhas de ônibus que atendem a região, hoje operada pela STS, sob o nome de “Linha TV – 195”.



Fig. 2.3



Fig. 2.4

Eu já sabia disso, mas o povo nunca tinha se dado conta de que aquilo ali era o melhor lugar do mundo, Eu, pra mim, é. O morro Santa Tereza é um lugar maravilhoso, lindo, eu sempre amei isso aqui. Sempre amei e vou continuar amando. Até gostaria que fizessem um lugar pra me enterrarem ali mesmo, porque eu queria ficar por aqui mesmo; mas não vai dar. Eu gosto muito do Morro. Aí as pessoas se acordaram que o lugar que a gente mora é um lugar importante. Que é um lugar que hoje está valendo alguma coisa, amanhã vai estar valendo muito mais. E então hoje está valendo alguma coisa, né; mas amanhã, daqui a 4 anos; até ano que vem, 2012, vocês vão ver o que vai acontecer nisso aí. Agora, to feliz que a gente conseguiu derrubar muita gente. E avisei eles, todos aqueles que não me ajudaram na época que a gente estava caminhando para que o Morro ficasse com a gente, todos eles tiveram troco nas eleições. Todos. Eu disse para eles lá na assembleia: “vocês vão ter o troco, vai ser nas eleições”. E dito e feito, eles tomaram, tiveram o troco agora. Todos que foram contra nós, nenhum se salvou; nenhum conseguiu pular de cargo. [Laudelina]



Fig. 2.5

A trajetória de modificações na região foi se intensificando ao longo dos últimos cinquenta anos. Nos últimos cinco, ela apontou para uma dinâmica de enobrecimento (Leite, 2010), que geralmente caracteriza as regiões que recebem grandes eventos como a Copa do Mundo. Como vimos, no entanto, essas mudanças tem detalhes e meandros que envolvem diferentes esferas do sistema político e das percepções e vivências privadas dos sujeitos que ali vivem.

A mudança enquanto experiência, a permanência enquanto conquista

Em 2000 Angela tinha 24 anos. Fazia aproximadamente dois anos que ela tinha se mudado para a Vila União com sua filha de dez anos. Chegara em Porto Alegre com 14 anos em 1993. Tinha vindo de Bujuru, no interior do Estado para a capital por intermédio de sua tia, a qual chamava de “anjo da guarda”, por ter sido aquela que lhe acolheu na cidade e lhe adotou. Essa tia já trabalhava em Porto Alegre e vivia com o marido e o filho pequeno em um kit net na Rua José de Alencar, no Bairro Menino Deus, local onde Angela foi morar quando chegou. Considerado central, o bairro era *complicado* para se viver.

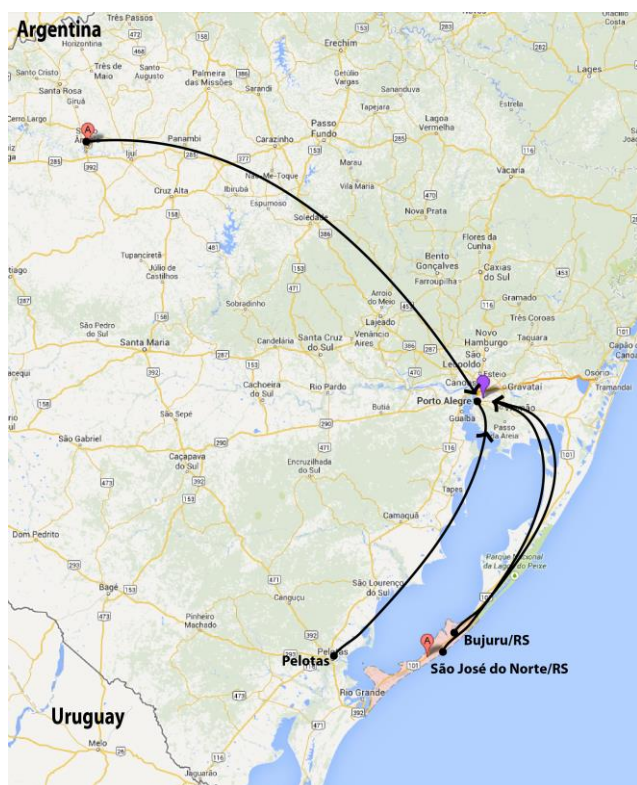


Fig. 2.6

A trajetória de migração de Angela e de sua tia não era diferente da trajetória da irmã de Angela - que vai de Bujuru para a uma cidade maior próxima dali, Rio Grande, depois por

intermédio de Angela vai para Porto Alegre. E nem da trajetória de Simone, sua vizinha, que vem direto para Porto Alegre:

A minha tia veio muito nova à procura de emprego. Foi até São José do Norte, de São José do Norte ela foi para Rio Grande e lá ela conheceu uma família que morava aqui, dona de restaurante e trouxe ela. E aí ela veio para trabalhar, se casou, aí construiu a vida dela aqui e deu para *ajudar* todo mundo (...) Ela teve oportunidade que nem a minha irmã. A minha irmã teve oportunidade melhor. Lá fora era nós duas trabalhando na cebola. A gente passava a noite inteira trabalhando. E aí de dia descansava um pouquinho e no fim da tarde começava de novo. E a minha irmã teve também uma oportunidade de ir para Rio Grande, para “a cidade” que nem a gente dizia lá. Para o emprego. Porque muitas pessoas, muitas famílias iam lá fora no interior para pegar adolescentes para trazer para a cidade para trabalhar (...). [Angela]

As relações entre mulheres que podem pagar por ajuda doméstica e as mulheres pobres que oferecem seus serviços (Goldstein, 2003 apud Brites, 2007) era comum entre famílias de classe média e alta no qual manter uma empregada doméstica garantia uma distância da pobreza (Brites, 2007: 93) pela relação de classe que se constituía e se reproduzia nessa troca. A busca por mão de obra no interior do Estado, por sua vez, era a prática mais utilizada pelas patroas, que se utilizavam de suas redes pessoais e profissionais para buscar “uma moça” para ficar com elas, ajudar na casa, na cozinha ou com os filhos. As moças do interior eram consideradas mais “boazinhas”, mais dóceis. Por serem *lá de fora*, desconheciam os “vícios” da cidade, moralmente desaprovados pela moralidade da “casa de família”.

Além do *perto* e do *longe*, há, outra categoria de espaço acionada quando Angela nos conta dos motivos que levavam as mulheres da localidade dela a migrarem para a *cidade*. O *lá fora* era a forma como elas se referiam ao interior do estado em relação à capital, que por oposição, era considerado *dentro*. Para me descrever o quão *fora* estava a sua cidade natal em relação aonde vivíamos na época da entrevista, ela usou o tempo de deslocamento até Bujuru “se tu for para Rio Grande é três horas e meia até Rio Grande de ônibus, mais 40 minutos de barco ou a nado, aí depois mais duas horas e pouco para chegar de ônibus”, o local onde Angela nasceu, portanto, era bem *longe* da cidade:

Eu vim para Porto Alegre (...) a minha tia era casada, aí dormia ela e o marido na cama, o filho no berço e eu dormia nos pés da cama no chão. O marido dela era do quartel, e ficava no quartel de propósito porque ele ficava com pena de me ver grávida ali no chão, aí ele pegava e dormia no quartel e eu dormia com a minha tia (...) Aí teve uma coisa assim, quando... quando eu saí do kit net da minha tia, a gente alugou uma casa, mas uma casa em pleno Menino Deus, ali na Correia Lima. Eu trabalhava, quando a minha

filha era pequena, eu trabalhava de doméstica. Aí alugamos, a minha tia me ajudou a alugar uma casa e aí comecei a trabalhar e a gente começou a trazer um por um. A gente trouxe a minha mãe com os dois filhos, mais o meu avô que estava doente. Aí depois veio o meu padrasto, aí veio a minha irmã e por último veio o meu pai. E ficamos um ano, um ano e pouco. Fiquei toda minha gravidez e depois mais um pouco até conseguir essa casa. Eu trabalhava ali perto do {Hospital} Clínicas numa casa de família. E ganhava muita ajuda deles. E aí o meu pai logo em seguida ficou doente lá fora, começou a amputar parte do pé, aquela coisa, eu tinha que trazer ele para cá, senão ele ia morrer lá sozinho. Aí a minha mãe já estava melhor de vida, comprou um terreno para ela e eu fiquei pagando aluguel lá mesmo. E eu não... não conseguia, imagina, pagar aluguel, água, luz em pleno Menino Deus, é complicado. [Angela]

A vinda da tia para a cidade fez com que ela fosse a única que pudesse ajudar Angela financeiramente, lhe dar o *apoio* que os pais não poderiam naquele momento. Vir para cidade tornou-se uma alternativa para a vida precária que todos levavam *lá fora*. Logo foi Angela que pode auxiliar na vinda do restante da família. Sua mãe consegue comprar um terreno na Vila Malvina, uma vila próxima a União, e começa sua vida por lá. Com a tia ela aluga uma casa maior na Rua Correa Lima, em uma parte do Bairro Santa Tereza que contrastava casas simples com mansões. Depois de vir para a *cidade*, Angela se instalou na casa da tia, que por estar em Porto Alegre, foi sua opção para sair de sua cidade natal, um lugar que ficaria ainda mais hostil, após a descoberta de sua gravidez:

Ele era {dá uma risada irônica} da família de brancos, que tinha dinheiro e achavam assim que eu fiz isso de propósito, que era uma negrinha interesseira. Mas aí eu disse “para eu não ter que estar ouvindo isso para o resto da vida, eu vou fazer o que for melhor para mim e o meu bebê, vamos embora”. Eu não ia ter o apoio da minha família mesmo. O que adiantaria ficar... ficar lá? [Angela]

As condições de trabalho no interior e a família numerosa que não podia lhe dar *apoio* contribuíram para a vinda de Angela, que apesar de viver em muita dificuldade estranhou muito a chegada na capital. Em sua narrativa podemos ver a dificuldade da mulher não casada no interior - quando migra ou quando permanece. Ou seja, tanto ficar quanto partir tem condicionantes explícitos, que são regras que limitam e regulam a existência da mulher nesses locais. Todas as mulheres da família de Angela quando migram, o fazem sozinhas, com garantia de trabalho em outra cidade, mas sem serem casadas ou terem relacionamento fixo no momento da partida. Se o trabalho conseguido na outra cidade garante o respeito pela migração solitária, a mulher pode ir. Os casamentos e os relacionamentos estavam condicionados ao número baixo de habitantes nessas localidades,

pelas condições de vida nessas fazendas – alcoolismo, moradias precárias - e pela hierarquia estratificada que condicionava as relações sexuais entre mulheres de posições abaixo dos patrões. O poder envolvido nessa relação podia ser usado para sugeri-la, quanto para punir aquele que estava na posição de subalterno/a, como Angela que foi chamada de “interesseira”.

A vinda para Porto Alegre foi para Angela fundamental porque nessa cidade ela teve sua filha, mas também porque a mudança foi agente de transformação na sua *luta*, e ela se remete a esse momento como um momento em que ela vira outra coisa: “deixar de ser criança e ser mulher com 14 anos, isso foi uma grande mudança”. Essas mudanças são a matéria da experiência que promove mais mudanças, e em *acúmulo* nutrem uma sensação de crescimento, de um projeto de ascensão. Angela faz esse cálculo quando pensa na menina que foi e nas mudanças que passou, “ainda mais a gente não tendo a experiência de vida que a gente tem hoje” - a medida deste tempo é a compreensão que ela tem de si e daquilo que acumulou ou não nessa *caminhada*.

Mas eu vim. Eu vim. Uma criança do interior de repente estar grávida. Isso foi uma grande mudança. E sair do interior para... um interior que não tem luz elétrica, água, luz, nada e vir morar em Porto Alegre. Isso é uma mudança e tanto. Fui para o meio de Porto Alegre. Imagina, tu morando no interior, do interior, do interior, que tu tens uma casa aqui e a outra aqui longe, aí de repente vim... Eu nunca tinha entrado dentro de um apartamento, imagina morar em uma *kit net*, uma coisinha pequeninha. O elevador, eu tinha crise quando eu pegava o elevador. Então, nos primeiros dias eu pegava e passava correndo. Saía da frente ali do {Hospital} Mãe de Deus, atravessava a rua correndo, porque eu morria de medo dos carros, grávida, vomitando, que eu tinha muito enjoo e ia até o Parque Marinha. E lá eu ficava sentada horas e horas e horas e horas sem comer, porque eu me sentia na minha terra. Eu sentada lá no meio do campo, do nada, eu me sentia bem. Melhor do que se tivesse dentro de casa. Porque eu me sentia assim “vou ficar aqui, que aqui eu imagino que eu estou lá na minha terra”. E não era bem assim, à noite eu tinha que voltar. [Angela]

Os efeitos da mudança, mesmo que imaginados em um presente que estava situado vinte anos após o ocorrido, reencantavam essa terra, que só existia – como boa ou má lembrança – a partir da própria mudança e das experiências cultivadas a partir dela. O presente de Angela no momento em que conversamos, não sugeria a imagem de uma terra a qual ela gostaria de voltar. Ela estava justamente, trabalhando no reforço de sua determinação em não voltar, em ficar ali naquela cidade que lhe fora tão dura na ocasião da sua chegada. É importante, a partir das sensações narradas por Angela, ressaltarmos o desconforto da

mudança (especialmente quando ela envolve a mudança de casa), que sempre pesam e tem efeitos nas pessoas. Uma mudança forçada é uma dupla violência nesse sentido:

Sozinha, sempre sozinha. Sozinha não, porque tinha minha filha. Eu digo assim, sozinha... na renda, não tinha ajuda. Só a minha tia me ajudava de tudo quanto é jeito. E aí a tia não conseguia... se separou e não conseguiu mais pagar o aluguel no Menino Deus também, o do kit net. E ela conhecia o Sr. Chico. O Sr. Chico cedeu um espaço para ela aqui. Aí ela disse “Angela, se o Sr. Chico cedeu para mim, vai poder ceder para ti também, eu explico a situação”. Aí o que aconteceu? Eu vim aqui, conversei com ele, aí ele disse “Não vamos deixar entrar muita gente. Tu és a última”. E eu disse “Ah, tudo bem, eu sou a última”. E viemos para cá. Aí a minha tia foi ali e falou com o Sr. Chico, ele separou um espaço, que tinha que ser um espaço pequeno, não podia ser muito (...) E aí a minha tia pegou e comprou uma tábua de compensado. A cada dois meses, a cada dois meses, três meses tinha que trocar, porque as paredes caem. E quando eu vim para cá o banheiro era aquele... hoje dizem “banheiro móvel”. Lá fora dizia “casinha” ou “patente” e cada dia mudava de canto, não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto. Nada. Agora tem, mas é improvisado, cada um dá um pouquinho assim. E assim nós ficamos... (...) Muito difícil. Eu estava com 22 anos, 23 anos com a menina, com a filha pequena, com o pai doente com diabetes, parte do pé amputado, tinha que ter todo um cuidado, não tinha esgoto, não tinha água. A água a gente tinha que subir, tinha um senhor lá em cima que pegava água não sei da onde. Então, a gente puxou um cano e ele liberava água para nós de madrugada. E a gente ficava até uma certa hora sem água e no outro dia a gente juntava e botava... de noite, juntava e botava nas garrafas para poder usar durante o dia. [Angela]

O fluxo da mudança tinha relação com a busca por um trabalho melhor, que por sua vez acabaria melhorando as condições de vida e as condições de moradia, não só delas (tia e sobrinha), mas de toda a família. Angela ressalta no caso da sua família o quanto permanecer era também uma nova condição diante da necessidade de ter que se deslocar para melhorar de vida, ou de ter que se deslocar para sustentar a vida. *Não tinha esgoto, não tinha água*, mas através de rede de apoio e de afetos – a tia conhecia Chico que cedeu um lugar no Morro, que a partir do pedido da amiga, cedeu um lugar para Angela também – “um espaço, um espaço pequeno” que entre as tábuas de compensado trocadas a cada dois meses, passou a chamar de casa. Pela primeira vez ela tinha alcançado uma estabilidade em relação a sua moradia, tinha “a sua casinha”, e ela estava disposta a lutar por ela depois de muitos anos de mudança, de *luta*, em constantes deslocamentos forçados pela incapacidade de manter uma moradia estável a partir dos recursos vindos do seu trabalho:

Lá no interior nós morávamos de favor numa fazenda, nós plantávamos cebola e quando não tinha mais plantação de cebola, a gente trabalhava nas granjas de arroz. Então, cada vez que a gente se mudava de fazenda, a gente perdia a casa, tinha que construir tudo de

novo. Aí morava eu, meu pai, minha mãe e a minha irmã. Aí até a separação deles assim, porque ele era alcoólatra. Aí era muita briga, muita coisa assim e aí terminaram se separando. E no interior o que a gente recebe no mês agora aqui, vamos dizer assim, uns 100, 200 Reais lá a gente leva um ano para receber. E isso depende se a cebola der tudo certo e vender bem, senão... senão não tem outro meio. [Angela]

Estar *lá fora, ou seja, no interior* limitava as opções e as condições de trabalho como apontou Angela, que narra um cotidiano em sua cidade natal que se aproximava da miséria. Por essa realidade, as alternativas de emprego na capital eram sedutoras e pareciam uma saída objetiva para mais dignidade e melhores condições de vida. Essas alternativas, no entanto, ofereciam seus riscos. Saber reconhecê-los a tempo de traçar alternativas de escape era parte das experiências que configuravam e davam sentido a *luta*, como nos contará Simone, comadre e vizinha de Angela na Vila União.

O sonho e a beleza da capital

Diferente de Angela, sua vizinha Simone já tinha uma experiência urbana e já trabalhava em empregos similares aqueles que encontraria na capital. Com uma grande quantidade de indústrias ligadas ao pescado, Rio Grande tinha uma classe alta, que comandava essas empresas; e por outro lado uma mão de obra vasta que servia os comércios semifamiliares e que também trabalhava nos diversos segmentos dessas indústrias de pescado (ou médias empresas). Pessoas que limpavam e embalavam o pescado, geralmente mulheres e jovens. Esse trabalho era chamado de oportunidade e a cidade de Rio Grande atraía não só trabalhadores das regiões do entorno da cidade, como vindos de fora, atraídos pelo trabalho portuário, que tinha fama de pagar bem; por dia trabalhado ou por carga desembarcada.

Eu já tinha saído da empresa; da empresa eu fui trabalhar numa casa de família, e eu trabalhava de manhã na casa, e de tarde trabalhava na farmácia. Na época você trabalhava na farmácia sem ter diploma, sem nada, só por conhecimento e aquela coisa toda; por camaradagem também do dono da farmácia, que era o mesmo, meu patrão. Aí eu consegui uma amiga, através de um colega meu; da padaria, sabe aquelas coisas de padaria, empregada de padaria, o padeiro é o gerente da padaria; aquelas coisas que era tudo conhecido. E aí ele disse, olhe só... “a irmã de um colega meu ficou viúva, está vindo de Brasília para morar em Porto Alegre e estava precisando de alguma pessoa que cozinhasse. Que fosse assim, que nem tu. Porque todo mundo te adora e não sei o que”. Aí eu falei para mãe. Falei para minha mãe, e a minha mãe assim “não” ... isso eu tinha o que? Uns 20, 20 anos. Minha mãe disse que eu só ia sair de dentro de casa com 21 anos. Aquela coisa bem rígida. Ela ficou viúva, mas não perdeu o controle dos filhos. Aí eu peguei e disse tá. Fiquei enrolando, enrolando. Nisso eu fiz aniversário em 10 de fevereiro. Quando foi dia 22 de setembro, eu fugi. Eu disse para mãe..., fugi ó modo de

dizer. Aí o totonho disse para mim assim: “e aí, Simone, minha irmã tá te esperando. Tu vai querer ir ou não vai? Porque eu falei de ti para ela, ela diz que quer que tu vá e não sei o que, não sei o que”. E eu sempre tive um sonho de sair de lá, sempre tive. Eu sonhava de noite. Eu sou de São José do Norte e eu sonhava de noite que eu não morava lá, que eu não pertencia àquilo lá. Tinha pavor daquilo lá. De coisas passadas, vidas passadas. Eu ainda não conhecia Porto Alegre e já sonhava com aquela pontezinha dos açorianos. Sonhava que na época ali era lago; eu não conhecia Porto Alegre naquela época. Mas eu já sonhava. [Simone]

Nos sonhos narrados por Simone ela se imaginava não só em uma cidade que não conhecia, mas em outra época dessa cidade, que ela só poderia conhecer através de registros e imagens históricas. Os sonhos são narrados para enfatizar que Porto Alegre estava em seu destino. Que ela já conhecia a cidade antes mesmo de ter estado nela. Simone creditava essa viagem proporcionada pelos sonhos ao espiritismo, doutrina a qual ela seguia. Em sua determinação em “sair de lá”, e depois, em permanecer na capital que ela se constrói enquanto uma mulher urbana, uma cidadã da cidade grande. Para Simone, o sonho construiria um espaço, uma cena, e uma nova condição urbana. Ele apontava seu destino para o bairro Cidade Baixa onde ela moraria e trabalharia por 23 anos após sua chegada na cidade.

Aí eu vim. E morei lá no {bairro} Moinhos de Vento, do lado do Hospital Moinhos de Vento. Morei nove meses lá com ela; aí ela casou de novo com um promotor de justiça. E eu não gostava do homem. Um dia ele me acordou 6 horas da manhã. Só que empregada na casa do patrão, tu não tem horário. Mas só que sempre eu quis ter horário. Se eu moro aqui, tal hora eu não vou fazer mais nada. Aí ele começou a exigir. Seis horas da manhã ele me acordava para botar o café para ele. E eu disse “o que?”; mas eu batia boca com eles. Mas eu não sou tua mulher, eu não vou acordar 6 horas. Se eu acordar 6 horas tu vai botar café para ti, porque eu não vou te servir. Ele me chamava de petulante, me chamava disso, me chamava daquilo; eu disse “não, posso ser negra, mas escrava eu não vou ser de vocês, não vou ser de jeito nenhum”.

A circulação de Simone na cidade estava subordinada ao seu trabalho, assim como sua moradia estava atrelada a ele. Antes de sua patroa se casar novamente, Simone deu a entender que havia uma ambiguidade afetiva (Goldstein, 2000 apud Brites, 2007) entre elas, que como já ressaltara Angela, incluía trocas de serviços que não estavam vinculados ao contrato e por isso algumas posturas da patroa eram toleradas, como essas limitações que ela impunha a empregada. Quando a patroa se casa de novo com um homem que Simone não gostava, essa nova relação passa a interferir na antiga e na dinâmica da casa e do trabalho de Simone nela. Mas não só isso, acabou por romper a ambiguidade afetiva entre ela e a patroa transformando radicalmente, já que Simone passa a entender a mudança e as limitações

impostas na casa como uma escravidão. Ou seja, nenhum benefício, troca, confiança ou cumplicidade seria tolerada diante da objetividade desse sentimento de cerceamento. Do nobre bairro dos Moinhos de Vento, onde vivia na condição de empregada da casa grande ela vai viver no também abastado bairro Petrópolis, local repleto de casas antigas, avarandadas, imensas e difíceis de limpar:

E aí eu já estava com ideia de chutar o pau da barraca, e aí ele começou a implicar comigo, e eu comecei a brigar com ele. Aí ela se mudou lá para {a Rua} João Abbott, perto do {restaurante} Barranco; e eu disse para ela “eu não gosto de lá, eu não vou para lá”. E eu tenho problema de alergia. Quando eu cheguei, eles compraram uma casa antiga. Eu não conhecia a casa. Uma casa antiga, podre. Quando eu cheguei lá, que ela disse que eu tinha que limpar toda a casa eu olhei para ela, botei as mãos nas cadeiras, e eu disse para ela: “tu está brincando comigo, né?”. Ela era da minha idade. Eu disse: tu está brincando comigo. “Se tu está acostumada a pegar pessoal de fora, bem tapadinho assim, e que faça tudo? não. Eu não to morrendo de fome”. Aí um dia eu disse para ela assim “eu vou embora. Amanhã eu vou embora”. Ela disse “porque tu tem que limpar a janela”, aquelas janelas venezianas podre, podre; que tinha que tirar a janela e mandar passar jatos, aquele jato {de alta pressão de água, usado para tirar gordura}. Eu disse para ela “não, nunca fiz faxina, não vou fazer faxina. Não faço faxina. Eu vim para ser empregada. Arruma uma faxineira. Tudo na casa eu conservo, mas faxineira eu não vou ser. Não vou fazer faxina. Então faz o seguinte, soma tudo quanto eu devo quanto e que eu não devo que eu vou-me embora”. Ela me cerrou no quarto, me trancou no quarto. Ela me trancou no quarto e disse que eu não ia embora de jeito nenhum, que ela não ia deixar. Ah, guria, tu não sabe o inferno que aquela mulher me aprontou. Eu disse “mas eu tenho uma saída, o que eu faço?”. Ela me disse que não me dava dinheiro. E eu, sem o dinheiro, não podia ir embora. Eu disse ta e escrevi para minha mãe, e dizia exatamente o que a minha mãe tinha que fazer para me mandar. O meu quarto era embaixo de uma escada, não entrava sol, era puro mofo. A casa, acho que deverias estar há uns 20, 30 anos fechada. Aí eu mandei uma carta para minha mãe, urgente. A minha mãe recebeu a carta e ela respondeu a carta exatamente como eu pedi para ela fazer. Ai eu fiz o teatro. Que a mãe estava doente; que precisava de mim, que os guris não estavam lá, não sei o que, e não sei mais o que. E ela ficou compadecida, “mas tu volta, tu quer que eu te leve?”. Que eu lembro que ela era uma das sobrinhas {do dono} daquelas indústrias de peixe que tem em Rio grande. Quando foi na sexta feira ela disse: “Ah Simone, então faz o seguinte, eu te dou dinheiro, tu vai”; e aí tá. Aí eu peguei só uma mochilinha, porque eu não preciso nada dessas roupas aí. Nem to com essa roupa. Eu tinha deixado meu guarda roupa lá na mãe, cheio de roupa. Peguei as melhorzinhas e me fui. Mentira, eu não fui para casa. Saí de lá e fui para casa da minha colega. Daí já arrumei outro emprego, fiquei uma semana lá na mãe; mentira. Fiquei uma semana procurando emprego em Porto Alegre; na casa de uma colega minha. Até porque eu queria estudar, e ela não deixou eu estudar. Ela disse “não, porque tu não pode estudar, porque eu preciso de ti de noite”, e aquela coisa toda. E eu não vim para cá para ficar parada, o que, eu vou ficar nessa cidade sem estudar? Fiquei uma semana aqui no Santa Tereza, na casa de uma

colega minha lá, que eu conheci através de uma outra ex-colega minha, amiga, que tinha ido embora. Lá já procurei emprego e consegui; a mãe dessa minha colega me arrumou uma casa onde ela já tinha trabalhado. Cheguei uma semana depois, só com a bolsa, lá na casa dela. E eu disse para ela “vim pegar minhas coisas que eu vou embora mesmo. Minha mãe não quer mais que eu fique aqui”. Ela chorou para mim “ai, tu não vai, porque não sei o que, se a tua mãe está precisando de ajuda, eu mando dinheiro para ela”. E eu falei assim: “Não, eu não quero mais ficar”. [Simone]

A resposta de Simone a sua patroa “eu não to morrendo de fome” era resultado da avaliação interna que garantia a sua autonomia e a fazia ir em frente com sua decisão. Ser solteira, jovem e sem filhos auxiliava na sustentação da individualidade e na liberdade para construção das estratégias de fuga. Essa autonomia, no entanto, não encontrou resposta positiva de sua patroa, que não reconheceu sua escolha, a trancando no quarto para que ela não saísse. Como nos aponta Jurema Brites (2007:103) os espaços destinados às empregadas na casa das patroas também não respeitavam a individualidade das trabalhadoras, produzindo a hierarquia a partir do controle da circulação – assim como o governo - na casa, e da restrição dos empregados a cubículos que funcionavam também como dispensa de materiais de limpeza. Esse controle pelo que avaliamos era um dos sinais que foram fazendo Simone se sentir menos uma trabalhadora, e mais uma escrava daqueles senhores. A raiva do “promotor de justiça”, novo marido de sua patroa era calçada nesse sentimento de coação, de limitação, de que mesmo em seu “quarto de empregada” ela não estava só, ou com “tempo para si”, já que ele batia na porta e pedia que ela fosse servir seu café às seis da manhã. Simone tentou responder ao assédio, alertando o promotor que ela distinguia os diferentes papéis ali em jogo, “não sou sua mulher”, “não sou sua escrava”. Mesmo ressaltando que se houvesse essa exigência era a mulher do promotor que deveria fazer o papel de mulher ou de escrava, e servir o seu homem; Simone tentava se desvencilhar da afetividade que envolve o trabalho doméstico, e que há muito havia deixado de ser ambígua ali naquela casa. Para isso se apoiava naquilo que lhe trouxera a cidade, ela era uma trabalhadora, que tinha sonhos, que queria estudar, viajar, conhecer, que não viera para “ficar parada”; “eu vim para ser empregada” e “não vou fazer faxina”.

Para o sucesso do seu plano ela contou com a ajuda da mãe que “respondeu a carta exatamente como” ela pediu para que a fizesse, e de uma amiga, que já morava no Morro, e lhe abrigou em sua casa. Expondo a eficácia da rede de apoio e proximidade, Simone diz como conheceu a amiga, “através de uma outra ex-colega”. Durante a semana que ela tinha de vantagem sobre a patroa, aproveitou para ficar “procurando emprego”. A mãe dessa colega

(que apresentara a amiga) “arrumou uma casa onde ela já tinha trabalhado” e Simone passou a trabalhar lá. No novo emprego ela acertou as atividades a qual ficaria responsável na casa, procurando ser bem objetiva com a nova patroa, que teria lhe respondido afirmativamente “da cozinha para cá é teu, lá para dentro não faz nada”.

Porque eu não faço faxina, não sou faxineira. Eu fazia comida. Eu arrumava as camas, fazia comida. Eu varria o pátio. Botava a mesa do café, cada um tomava o seu. Eu fazia... era o almoço, a janta, que a gente tomava café, café da manhã cada um tomava o seu. Eu fiquei 23 anos nessa casa. A filha dela mais moça tinha 9 anos, 8 anos para 9. Saí de lá fazem seis anos. Aí fui trabalhar com a minha filha mais moça, que é filha dela. Que agora eu tenho os meus filhos que é o filho dela, que eu cuido dos filhos. Fui para lá para cuidar dos guris e as crianças, e estou lá até agora. [Simone]

O afeto volta a aparecer e ele integra de forma visceral esse novo emprego de Simone, não mais pela expressão do conflito, mas pelo carinho e pelo cuidado, que permanece por duas gerações, em que Simone convive e interage com as famílias. Agora é ela que ressalta o vínculo afetivo com a nova patroa, que culmina em chamar as filhas dela de suas filhas. Depois de criar as crianças Simone migra para casa de uma delas onde passa a cuidar da nova geração de herdeiros, provenientes das filhas de sua ex-patroa. O “estou lá até agora” sela a parceria de sucesso, deixando um “roteiro encoberto” (Scott, 1990) sobre os conflitos nessa relação de trabalho e as privações e acertos que ela optou por não adentrar comigo, já que na sua economia, o saldo do percurso havia sido positivo.

Sua circulação na cidade e também sua moradia são demarcadas pela dominação e o estigma que ela, negra e assalariada, sofria nesses bairros nobres. Quando me conta de sua chegada no Morro ela ressalta que comprara a casa onde vive até hoje. A compra era uma maneira de justificar a formalidade da relação contratual que ela buscava estabelecer na cidade, a fim de se proteger de afetos, jeitinhos e redes duvidosas. A compra também a tornava um indivíduo comum, que fazia uma operação comum, não a tornava uma vítima ou uma necessitada moradora de vila que necessitava ocupar um terreno. Seu dinheiro só podia comprar uma casa naquele lugar e foi isso que ela fez. No início tinha medo, não gostava de morar em vila. As referências do Moinhos de Vento e do Petrópolis geravam um fosso quase intransponível ao cotidiano enlameado e precário da comunidade. Foi chamada de esnobe. Solteira e sem filhos ela tinha possibilidade de comer melhor, de se deslocar com mais conforto e com mais frequência o que incluía viagens para outros estados. Quando decidiu que ia visitar o Rio de Janeiro para participar da Cúpula dos Povos ela arcou com parte de suas despesas.

O gosto pela Vila e os amigos que fez ali, no entanto, acabaram lhe envolvendo, e hoje ela estava completamente integrada aquele lugar. Militava por melhores condições de vida, para que as pessoas pudessem permanecer ali com mais dignidade e segurança.

O Morro de Laudelina

Quando Laudelina narra o afeto entre ela e sua patroa, ela também expõe a rede de trocas que transcendia o seu contrato de trabalho; e que também envolvia o apego ao filho de uma patroa, o qual ela criou e com quem ela falava até hoje. Foi com a ajuda dessa patroa, que era muito sua amiga, que Laudelina conseguiu comprar a sua segunda casa na Vila Gaúcha e que também conseguiu regularizar a situação da primeira²⁰⁹. Laudelina teve duas casas na Vila, uma delas era no lugar onde sua mãe tinha plantado a sua primeira casa, logo que chegaram ali no Morro. A segunda, ela nos contará como comprou:

Foi uma história assim: essa senhora que morava aqui era minha amiga Regina; e na verdade ela levou um ano tentando me vender essa casa. Ela tentou vender para todo mundo, todo mundo dizia "eu quero, eu quero, eu quero", ninguém conseguia ficar com a casa; essa casa aqui. Aí um dia ela foi lá em casa e disse: "Laudelina", eu disse: "o que, Regina?"; "Ah, eu vim aqui para nós negociarmos a casa, por que eu quero ir me embora para Viamão; e quero negociar contigo". Eu disse "eu não tenho dinheiro mulher, já te falei que eu não tenho dinheiro!". Aí ela almoçou comigo lá e tudo, e ela disse "não, mas eu vou tentar achar um jeito". Aí ela disse "Ah, eu quero 5 mil". Mas de onde eu vou tirar 5 mil? Naquela época, sete anos atrás, 5 mil era, meu deus do céu, de onde eu vou tirar 5 mil. Ela tanto insistiu, tanto insistiu, tanto insistiu... Aí o pai do Guilherme, do meu filho, que é meu namorado; que a gente está junto há 28 anos - nós moramos em casas separadas, ele tem a casa dele, eu tenho a minha. E aí eu disse "Olha César, ela me fez uma proposta assim, assim, assim, pra eu dar uma casa pré-fabricada pra ela que era no valor de R\$ 3.800 e faltaria dinheiro de mil e poucos reais". Ele disse "não, a casa eu até tiro para ti. Se tu for pagar, eu até tiro para ti". Eu digo: "Não, tudo bem, então tira a casa"; e aí, eu digo, e agora aonde vou arrumar os outros R\$1.200,00? A casa saía na época parece que R\$180,00; R\$190,00 por mês; e eu paguei. E eu vinha pagando, e aí em seguida que eu me mudei para cá, eu aluguei lá, para pagar a prestação desta; entendeu? Aí eu disse: "tá, mas agora como é que eu vou arrumar os outros mil e duzentos?". Aí me lembrei da minha patroa que eu trabalhei 12 anos com ela, eu criei o Gabrielzinho; Gabrielzinho já está com 25 anos hoje, um baita homem; e eu saí de lá quando o Gabriel tinha de 12 para 13 anos; e na época do Collor que fez aquela limpa nos que tinham dinheiro; deixou na miséria. À mim ele não deixou na miséria, porque eu não tinha nada. Então ele não me roubou nada. Roubou quem tinha. Aí ela disse pra mim "Laudelina não tenho mais condições de ficar com você, e não tenho dinheiro para te

²⁰⁹ Após conseguir o usucapião desse imóvel, ela o vendeu para o fundo de um projeto cultural que atuava na região, que passou a chamá-la de casa amarela.

pagar”. Eu olhei pra ela, – como a gente já estava há 12 anos, eu trabalhando com ela; eu disse “Não, então vamos fazer o seguinte, está aqui a minha carteira. Tu só me paga o mês que eu trabalhei, e eu estou indo embora”. Ah, gurua, o quê que eu fiz? Dei a minha carteira para ela, ela me pagou, e eu vim embora para cá. Se eu te disser que eu adoeci, o Gabriel adoeceu; o Gabriel foi parar no hospital, eu também... de saudade um do outro! Aí eu ligava, mas não era a mesma coisa; eu falava com ele, mas não era a mesma coisa... Aí eu chorava dia e noite por causa dele. Aí fui em outro serviço, arrumei outro serviço, aí o tempo foi passando, ele foi crescendo; sempre ligando pra ele no dia 1º de Junho - é o aniversário dele, todos os anos eu ligo - ele fica esperando a minha ligação! E aí eu liguei pra ela e disse “Olha, Débora, está me faltando um dinheiro, porque eu comprei uma casa, mas está faltando pra mim pagar a mulher R\$1.200”. Ela disse “Laudelina, agora eu estou bem, tu passa no colégio do Guilherme, passa lá que eu te dou esse dinheiro de presente”. Eu disse “tá, estão tá!”. Aí ela levou o talão de cheque e não pegou uma caneta, aí eu entrei no colégio e pedi uma caneta. Ela assinou o cheque em cima de um carro lá e disse “só abre quando você chegar em casa”. Quando eu fui abrir o cheque, ela tinha me dado R\$2.500! Ah, fiquei faceira, feliz da vida! Deu pra mim me mudar, deu pra mim dar uma ajeitada nessa casa, que era horrível, o mato estava tomando conta, porque a mulher já não morava mais aqui. Aí eu paguei a mulher, fiz a mudança, ainda deu para fazer rancho, botar tudo dentro de casa. Eu trabalhava no hospital já, na lavanderia do Hospital Presidente Vargas. Aí eu disse pra ela: “assim que eu melhorar eu vou te pagar” e ela disse “não, aquilo é presente teu, eu não quero pagamento. O que você fez pelo Gabriel não há dinheiro no mundo que pague”, ela disse para mim. E me abraçou. Eu disse “então tá”. Agora na páscoa, na véspera, eu não tinha um centavo. Chegou lá ela mandou, me deu o envelope: "tu sabe qual é o esquema, só abre quando chegar em casa”, mas no caminho eu venho me coçando para abrir o envelope, mas não, só abro quando chego aqui. Tinha setecentos pila pra mim. Eu já estava com conta atrasada, que eu pago tudo, não é que nem a Vila. Aqui eu pago água, pago luz, pago tudo. Então são coisas que acontecem na vida, deus me ama de verdade. Para fazer tudo isso, as coisas acontecerem pra mim, ele me ama de verdade. [Laudelina]

Laudelina, portanto, já vivia em sua 1ª casa na Vila Gaúcha que era o único imóvel com título de propriedade da vila, conseguido por usucapião. Ela contava esse fato com muito orgulho porque tinha enfrentado a desconfiança dos vizinhos, que achavam que ela mexer com aquelas “coisas” poderia fazer com que todos perdessem suas casas. Essa saga pessoal, e tantas outras que ela acumulava em sua *luta*, construíam a sua inegável liderança dentro da comunidade, que junto ao Seu Darci, presidente oficial da Associação da Vila, ela ajudava a tocar. Era uma figura brilhante. Quando fizemos as entrevistas ela tinha voltado a estudar, e sonhava naquele ano passar para a quinta série do ensino fundamental. Ela era, como Chico, uma referência dentro da comunidade, não só pelo tempo que estava ali, mas

por sua iniciativa em trazer “melhorias” para a vila, pelo amor que tinha por aquele lugar, e por sua coragem:

Quando eu comecei a fazer o usucapião da minha casa, eu sofri muito, eu sofri durante oito anos. Sofri aí dentro. Porque as pessoas diziam assim pra mim “Laudelina, tu tá fazendo o usucapião? e eu digo “mas eu chamei, fiz 18 reuniões, chamei vocês, convidei vocês para fazer”; porque eu descobri que nós temos direito à terra onde a gente está. Em cima da terra. A casa já é nossa, mas a terra ainda não tem de fato um papel. Aí as pessoas diziam “não, porque eu não vou fazer, porque não sei o que, porque tu vai.”. Aí um vizinho disse pra mim, que hoje é falecido, ele foi assassinado aí dentro, disse pra mim uma coisa que ficou gravada na minha cabeça: “vou te avisar uma coisa, mulher” – disse ele para mim – “se eu perder a minha casa por tua causa, tu pode ter certeza que eu vou te matar”. Eu levei um susto, quando o homem me disse aquilo. Eu disse: “mas, por que tu vai perder a tua casa?”, “Porque tu tá mexendo a” ... Posso falar um palavrão? {Ela pergunta por causa da câmera} “...A merda com pauzinho curto” – disse ele para mim. Eu não dormia, guria. Fiquei preocupada. As pessoas diziam para mim que eu ia perder a casa, e que eu ia tirar a vila inteira. Por minha causa a vila ia sair. Eu digo: “mas meu deus, será que eu estou fazendo a coisa errada? Mas eu vou ter que continuar, já que eu acho que o direito é meu, né?”. E eu, todas as pessoas que eu perguntava, os advogados, eles diziam: “não, não vai perder, tu não vai perder, tu não vai perder, tu não vai perder”. Aí quando eu comecei a fazer isso aí eu entrei, na época eu tinha um emprego bom; eu era empregada doméstica, mas a minha patroa que é minha amiga até hoje, nunca vou esquecer o nome dela; e ela é minha amiga até hoje, e ela foi uma pessoa que me deu muita força. Inclusive ela me deu, na época, dinheiro para eu contratar advogado particular para entrar com o usucapião, pedindo, né? Aí, sei lá por que cargas d’água, os advogados foram embora para Brasília e me largaram. Lá se foi meu dinheiro. Aí eu digo não, agora chega que eu não vou pagar mais nada pra ninguém e já era outra época, era a época do Sarney, então já não tinha mais como eu pagar nada. Daí eu entrei, acho que no NAJUB, lá na PUC, mas não andava o meu processo, não andava de maneira nenhuma. Aí um dia uma pessoa disse pra mim: “por que você não vai no fórum central que lá tem advogado de graça”. Aí eu fui. Dei sorte que peguei um advogado, que diz que hoje ele é comendador não sei do que, no fórum central, e que foi o Doutor Ângelo. Aí ele pegou a minha causa fez eu ir na PUC fazer eles desistir. E aí passei para o Doutor Ângelo; onde eu ganhei. Muito interessante que já faziam oito anos que eu estava nessa lengalenga e não sabia como desatar esse troço. E ele desatou assim ó, num tapa. Num tapa de mágica ele desatou tudo. Eu acho que em menos de um ano ele já tinha resolvido meu problema. (...) Aí chegou o tal dia, chamado o dia da audiência, e todos os meus vizinhos apreensivos, porque eu tive que convocar alguns vizinhos; vizinho da frente, dos fundos, da direita e da esquerda. Para levar como testemunha de que eu não estava fazendo usucapião do terreno deles, e sim da minha casa, do meu pedaço. Para a minha surpresa, ninguém foi. Só foi uma senhora que se chama Dona Eva Magalhães, que hoje é falecida, que era minha vizinha dos fundos. Ela era uma mulherzinha desse tamanhinho; ela tinha um calombo nas costas, sabe, um defeito que ela andava torta e; eu dei a sorte de que ela, com 86 anos, resolveu ir. Foi a única pessoa

que me ajudou. Resumo da história é que quando chegou no dia da audiência, lá estava ela, fui buscar ela, levei ela de carro e trouxe ela de carro, porque ela era uma pessoa muito idosa, pra minha surpresa, ela não quis ficar sozinha no saguão, e me chamaram a mim, que eu só podia entrar eu; e ela disse: “Não, sozinha eu não vou ficar. Sozinha eu não vou ficar” – disse ela para mim. Aí eu disse: “então a senhora aguarda um pouquinho que eu vou falar com alguém para ver se a senhora pode entrar comigo”. Aí eu cheguei na mesa né, me senti uma verdadeira prisioneira, porque né, era tanta gente, que eu não entendia. Era prefeitura, não sei o que, não sei o que; todo mundo fica na volta. Aí eu cheguei e falei, me dirigi ao juiz, né, na mesa, e disse: “Olha, eu estou com uma testemunha minha ali na rua, mas ela é uma senhora muito idosa, e ela não quer ficar sozinha”. Aí o juiz olhou e disse “Pode mandar entrar junto com a senhora”; mandei entrar. Ela entrou, tinha uma cadeira, eu dei a cadeira pra ela e fique de pé, né, e um gravador na mesa. Olha, a mulher, o juiz teve que mandar ela parar um pouquinho porque eles davam risada dela; só ela queria falar da minha pessoa. Então ela contou toda a minha vida. Ela contou tudo. Ela contou do Guilherme, que ela ajudou o Guilherme quando nasceu, que ela adorava o Guilherme, porque não sei o que, porque eu era uma vizinha muito boa, e que eu ajudava muito ela. A única coisa que ela não quis me dar foi uma passada pelo terreno dela, que ela queria um pedaço do meu terreno. Aí eu disse: “não, eu não podia lhe dar, Dona Eva, eu comprei ele inteiro, eu tinha que ficar com ele inteiro”. Aí quando chegou ali o juiz ouviu ela, não me perguntou nada. Simplesmente, diz que bateu o martelo, que eu não vi ele batendo o martelo, só vi ele fazendo uma coisa assim, aí o Doutor Ângelo perguntou: “A Senhora entendeu?”; e eu disse: “Não, não entendi nada do que ele falou”. Aí ele disse: “Dona Laudelina, ele lhe deu o direito da sua terra”. Eu digo: “Ah tá, agora eu entendi, então agora é meu?”; ele disse: “Agora é seu”; então eu digo: “E agora, o que é que eu faço?”, porque eu não sabia o que fazer. Ele disse: “agora a senhora vai num cartório para registrar o seu documento, do que é seu”. Eu digo: “ah tá”. E agora, de onde eu vou tirar dinheiro? Porque eu estava desempregada. Então de onde é que eu vou tirar dinheiro para fazer isso? Mas tudo bem. Aí ele olhou pra mim, o juiz, e perguntou pra mim: “A senhora tem condições, Dona Laudelina, de fazer o registro de imóvel?”, e eu disse: “nossa, pra começar eu nem sei do que o senhor está falando. O que é registro de imóvel?”; ele disse: “A senhora tem que ir lá no cartório, fazer um documento que o terreno é seu”. Eu digo: “então agora apertou-se tudo, porque eu não tenho dinheiro”. Ele disse: “então vou lhe dar esse presente” – disse ele. E ele me deu um papel. Ele disse: “A única coisa que a senhora vai ter que pagar são os carimbos”; eu digo: “ai meu deus ainda vou ter que comprar carimbo ainda”; eu achei q eu ia ter que comprar carimbo, né. Eu disse que tudo bem, seja o que deus quiser. Disse “muito obrigado”. Aí terminou tudo lá, tiraram foto, ficou tudo gravado e tal. Aí fui no tal do cartório com, na época, acho que eu fui com 20 Real; já era Real? Fui com 20 Real... era Real? Era, 8 anos atrás era Real, sim. Aí eu cheguei lá no cartório e, para minha surpresa, o moço fez tudo para mim, e só me cobrou um carimbo: R\$6,10. Por isso hoje eu tenho a minha casa lá no morro Santa Tereza, que é a no buraco quente, no antigo buraco quente, que hoje é a vila gaúcha; é registrada no meu nome, tá? Aonde eu tenho direito, porque eu pago IPTU, pago luz, só não pago água

porque ninguém paga, e não tem água, não tem relógio. Mas a minha luz eu ainda pago. Que é uma luz carente, que há anos botavam essa luz carente. Quando mudou a gestão da CEEE retiraram a luz carente de muita gente; eu não permiti que tirassem a minha luz. Eu disse: “a minha luz ninguém vai meter a mão, e ninguém vai tirar. É meu, me deram porque quiseram”. Até hoje eu tenho a luz carente e pago a taxa mínima, não chega a R\$7 por mês. [Laudelina]

O tempo para conclusão de um processo de usucapião era, como destacou Laudelina, de sete a oito anos – um período longo e de muito sofrimento. Manter os advogados durante esse período era custoso, e como foi o caso dela não era garantia de sucesso: o primeiro profissional foi embora para Brasília; no serviço de assistência da Faculdade de Direito, o processo não andava; foi só quando chegou o Doutor Ângelo - descrito como um poderoso orixá – que a “coisa andou”, já que depois que ele chegara “desatou tudo em um tapa”. Era um processo jurídico caro e demorado e por essa razão muitos que tinham direito a entrar com o pedido de usucapião não o faziam, pois não tinham apoio, não tinham a “sorte” de ter uma patroa amiga, ou algum conhecido que pudesse ajudar. Além disso, Laudelina narra um aspecto bem importante e que permeava a vida nas comunidades, o medo “de mexer com o que está quieto”, ou seja, o medo de se relacionar com as instâncias formais do Estado enquanto um sujeito de direito. Laudelina não teve esse medo, ou melhor, não deixou que ele a paralisasse - buscou informação, apoio. No entanto, foi ameaçada pelos moradores que tinham receio que se ela “mexesse” com a justiça, porque ia “sobrar” para eles – pensavam que se “o governo descobrisse” que todos viviam ali, os removeria rapidamente. Esse sentimento exprime claramente que quem vive no morro vive uma realidade em que os direitos civis são para quem pode; e estava entendido que, com base na experiência de suas vidas, eles não podiam. Os habitantes dali tinham pouca ou nenhuma familiaridade com a justiça, com a lei enquanto um instrumento que os podia beneficiar. Eram vidas parcialmente formalizadas perante as normas de regulação urbana do Estado, porque a formalização tinha um custo alto para eles, e era em geral por esse alto custo que eles tinham chegado até ali. Eles sabiam da sua informalidade, porém, a confundiam com ilegalidade. Esse equívoco estava aliado (e amparado) a uma grande pressão moral vinda dos habitantes formalizados - que eram geralmente os mesmos que tinham seus direitos civis garantidos pelos serviços do Estado - que os viam como “invasores”, “aproveitadores”, “vagabundos” e “bandidos”. A atitude de Laudelina em entrar com o pedido de usucapião, aproveitando a conjuntura favorável para isso, era uma ruptura com esse pacto interno: ela o desafiava mostrando o equívoco da Lei, e a partir desse “desentendimento” (Rancière, 1996)

exigia que a lei também beneficiasse a ela e a seus vizinhos. Na anedota que ela conta sobre os carimbos, expõe a sisudez da letra da lei, e o custo da regularidade. E como esses dois itens eram indicativos dos sujeitos que majoritariamente ocupavam os espaços e moradias regulares da cidade.



Fig. 2.7

Grande personalidade do Movimento o Morro é Nosso, Laudelina já era ativa na Vila Gaúcha antes de virar ativista. Era moradora da maior comunidade do Santa Tereza, e também aquela que era conhecida como a mais violenta. Assim como Angela e sua família; Simone e Chico; ela tinha vindo do interior do estado, do município de Pelotas, uma região muito perto de onde viria a família de Angela.

Olha, aqui no acesso sete; aqui é a minha casa – a casa amarela, que é amarela hoje, antes era branca. Na verdade quando nós viemos morar aí no acesso sete, veio as primeiras pessoas. Veio a minha mãe; a Dona Antonieta; a Dona Lourdes, que morreu; elas vieram por que era um cara que alugava terrenos e nós precisamos sair de onde a gente morava, que é aonde é a rótula do papa. E aí a gente veio para cá, neste lugar. Era tudo mato. E aí depois vieram as famílias que eram todos daqui mesmo. Mas daí começou a vir gente de outros estados, como tem gente de Pelotas, no caso, nós somos de Pelotas, tem gente de Jaguarão, tem gente de Panambi, hoje tem mais gente de Panambi; tem gente de Sarandi. Eu pensava que Sarandi era um bairro, porque nós temos o bairro de Sarandi aqui, mas tem a cidade de Sarandi. E hoje tem muita, muita, muita gente desses lugares aqui, então virou um troço assim de vários lugares, sabe? Tem muita gente de muitos lugares estranhos, que a gente nem sabe onde fica e como vieram parar no Buraco; que era o Buraco Quente, e que hoje é a Vila Gaúcha. A gente não sabe como essas famílias foram chegando. Mas foram chegando, fazendo casa, e hoje é aquilo que tu viu. Tá uma comunidade enorme de grande. [Laudelina]

A ocupação dos moradores, como nos conta Laudelina, não foi feita de maneira solitária muito menos sua manutenção e crescimento, o Estado em seus diversos governantes

oscilavam em autorizações de permanência, alguns títulos de propriedade emitidos, relógios que marcavam o fluxo de uma água nunca cobrada, disputas internas entre secretarias sobre a responsabilidade das ações nesses locais. Não só as vias aumentaram e modificaram nesses últimos 50 anos de transformação na vila; muitos políticos, muitos “competentes”, muitos “grandões” foram atores diretos tanto das remoções como das ocupações dessas regiões. Em meio às promessas quase nunca cumpridas, os governantes (vereadores, deputados, prefeitos, governadores e presidentes) foram contribuindo para a urbanização casual dessas comunidades. Seja através da troca pelo suposto voto, mas principalmente controlando o tempo dos sujeitos que viviam ali - através da espera pelas promessas feitas - que os políticos agiam. Acostumados os moradores já não esperavam só pelas promessas, investiam em outras ações com retorno mais garantido, no entanto, ela era sempre acionada pelos políticos como forma de controlar o tempo, estagnar o morador, fazê-lo ficar esperando. Eles tinham, portanto, sua vida de algum modo atrelada a esse ritual bienal das eleições. A política era algo que não estava por trás dessas vidas, mas enredada nelas de forma mais marcante do que em outros lugares da cidade.

Quando a gente veio de Pelotas, a gente veio morar numa casa de aluguel ali. E aí que a gente começou a conhecer as pessoas, e passamos anos ali, depois que saímos de Pelotas. Foi assim que a gente veio parar aí; porque a mãe achava que aqui seria melhor a vida pra nós do que lá em Pelotas. Não sei se ela acertou, não sei se ela errou, mas a vida tem que continuar, né? Ela veio com nós. Inclusive, ela veio com duas crianças pequenas. Aí a gente veio parar na Barão de Tefé. Da Barão de Tefé a gente foi pra Mariano de Matos; da Mariano de Matos foi pra ali perto da rótula do Papa que eu não me lembro bem o nome daquela rua ali. E aí quando começou a história de fazerem a perimetral, né; muita gente teve que se mudar. E como a gente mudava, andava; a gente... pagava aluguel ali e o dono foi indenizado e a gente foi pra rua. Aí um belo dia, uma senhora que chama-se Dona Quita, disse para nós que ela iria alugar um terreno aqui no morro Santa Tereza. E aquilo foi um alvoroço para todo mundo, porque todo mundo veio atrás dela. E na realidade a gente pagava por um terreno sem casa. Aí o que que aconteceu: como nós não tínhamos dinheiro, a mamãe foi; todo mundo foi para as obras pedir madeira, e aí foi que começou a nascer uma casa de cada família no morro Santa Tereza, ao menos ali no buraco. Mas já tinham moradores antigos; só que era muito mato, mas tinham moradores antigos, como o falecido Seu Euzébio; que já morava há mais de 20, 30 anos ali. E outras pessoas que já faleceram, né?! E aí a gente determinou que o cara, esse que alugava o terreno, ele dividia em lotes os pedaços e alugava; e nós pegamos um lote daqueles. Aí um belo dia a gente descobriu; até foi a minha mãe, descobriu que o cara que alugava o terreno não era o proprietário do terreno. Então ele estava ganhando dinheiro em cima das pessoas, que também não era dele. Aí a mãe disse: “Não, então a partir de hoje eu não vou pagar mais o terreno”; e aí ninguém mais pagou. Ninguém mais pagou. E o cara nunca mais cobrou também; então ele sabia que o que ele estava fazendo era errado, né?!

Aí veio nascendo uma, veio vindo uma, veio vindo duas, veio vindo três, veio vindo quatro famílias. Na maioria das pessoas que eu conheço dentro da vila, são essas que vieram de onde eu estava. Começando pelo acesso sete. A Dona Valesca, eu, a minha mãe que é falecida, o meu padrasto que é falecido, a Dona Quita, a Nelminha, os meus irmãos; então uma série de pessoas vieram lá debaixo. Que são as pessoas mais antigas, que já faleceram, como a minha mãe e o meu padrasto.

Laudelina dialoga aqui com a cidade em crescimento, porém do lugar de alguém que foi removida por esse progresso e diante dessa remoção forçada, construiu com os vizinhos uma nova alternativa de moradia. Sua família faz dois percursos diferentes pela informalidade, pagava aluguel em uma casa que ficava na rota de uma obra de interesse público (e depois privado), o proprietário foi indenizado por seu imóvel e os inquilinos ficaram com poucas alternativas de aluguel porque, já nessa época, com a abertura das avenidas e a “melhoria” entorno das vias, os aluguéis aumentaram. Elas ficaram, então, circulando pelas redondezas. Quando se tornou inviável permanecer ali, o único lugar que sua família podia pagar era uma casa no alto do Morro. Quando vão lá para o alto eles seguem pagando aluguel, porém pagam para um *picareta* que recebia o dinheiro dos locatários às custas de um terreno que provavelmente era do Estado²¹⁰. A obra realizada “na rótula do papa”, de onde Laudelina vem antes de chegar na Vila Gaúcha, era a última etapa de uma grande obra de melhoramento que remodelou bairros e abriu duas grandes avenidas – Aureliano de Figueiredo Pinto e sua extensão, a Avenida Erico Veríssimo, removendo muitas casas e modificando radicalmente a paisagem desses locais.

O deslocamento de Laudelina na cidade é um reflexo das diferentes migrações que o crescimento provoca. O argumento que o positiva, geralmente põe em evidência as vantagens que uma família que vem para áreas “em crescimento” irá obter - usufruindo das “melhorias”, aproveitando a infraestrutura e a centralidade, consumindo os novos apartamentos construídos em função dela. Seguindo o trajeto de Laudelina nós vemos uma migração diferente, em efeito a essas melhorias. Como se o “crescimento” repelisse a ocupação de famílias como as de Laudelina, que viviam na região que alvo das obras, criava uma *desabitação* desses núcleos populares. Os grupos que vinham morar na região enobrecida geralmente não tinham nenhuma relação com aquele espaço, mesmo porque em geral não há no processo de melhoria nem mesmo um “rastros” do ambiente anterior. São as famílias como as de Laudelina que se deslocam sem desejo, são elas que “mudam muito, andam muito”, para outros e outros lugares.

²¹⁰ Na Vila Gaúcha havia três titularidades de terrenos: governo do Estado, do município e área privada.

A obra a qual Laudelina é “atingida” enquanto moradora da “rótula do papa”, removeu também a Vila Ilhota, um lugar que Pires conheceu, assim como parte de sua população, e que foi quase completamente transferida para a Restinga no início dos anos 1980. Nela viveram Mestre Borel e o compositor Lupicínio Rodrigues, personalidades negras nacionalmente conhecidas. A Vila foi objeto de estudos sobre a remoção²¹¹ de população pobre do centro da cidade e era considerada por integrantes do movimento negro um lugar fundamental na memória da cultura afro-religiosa²¹² na cidade de Porto Alegre. Nos relatos de cronistas (Monteiro, 2001) sobre os fins do século XIX, a região da Ilhota é apontada com um lugar “brabo”, onde o “negro fugido ganhava as emboscadas” (Ferreira, 1940 apud Marques, 2006) e desaparecia no mato. Área baixa, na confluência dos arroios Dilúvio e Cascatinha (Souza, 2008:69), era formada por terrenos irregulares e várzeas, portanto, sujeita a cheias. Era habitada por uma população muito pobre, cujas dificuldades foram narradas por uma ex-moradora da vila, Zeli de Oliveira Barbosa (1993), em um livro de memórias, editado pela prefeitura municipal e que Pires me enviara por correio de presente. Conhecida, portanto, por abrigar grande parte da população negra²¹³ da região central da cidade, a Ilhota foi extinta em razão de uma reforma urbana proposta pelo projeto Renascença²¹⁴, executado de 1975 a 1979 naquela área. Com base em algumas reportagens e crônicas (Medeiros, 1951; Faraco, 1981; Ferreira, 1940; Sanhudo, 1979 apud Devos, 2008) sobre as vilas de malocas na cidade, em fotografias tiradas do local pelo poder público e nos relatos que Pires e Mestre Borel me fizeram dela compreendi que sua antiga área ficava nos limites onde hoje se encontram três bairros: Menino Deus, Cidade Baixa e Santana. Na parte onde atualmente é o bairro Cidade Baixa, depois da remoção das malocas foi construído um ginásio esportivo conhecido pelos porto-alegrenses como “o tesourinha”, apelido de um grande jogador de futebol negro das décadas de 1940 e 1950. O restante da população que morava na área – e

²¹¹ Sobre o projeto urbano de Porto Alegre, conforme suas obras de higienização, saneamento e urbanização no início do século XX, e a partir do olhar dos cronistas, ver o trabalho dos historiadores De Grandi (2002) e Monteiro (1995; 2001).

²¹² Borel (2010) contou – na ocasião da produção do documentário sobre ele – que na região da Ilhota todo mundo era “batuqueiro”, reconhecendo os moradores do local – seus conhecidos e vizinhos – como gente “de religião” como ele. Zeli (1993) também ressalta em seu livro essa característica do lugar, descrevendo alguns vizinhos como “de nação”.

²¹³ O trabalho do antropólogo Olavo Ramalho Marques (2006) trata da memória e da territorialidade numa etnografia com remanescentes da antiga Ilhota – moradores da Avenida Luís Guaranha – e que reivindicavam a titularidade de quilombo urbano junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), reconhecida em 2012.

²¹⁴ O projeto foi financiado pelo Banco Nacional de Habitação através do Plano CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), também nacional. Iniciativa do prefeito Thompson Flores (1969-1975), o projeto é executado na gestão seguinte, de Guilherme Vilella (1975-1983), no entanto a remoção da Ilhota e as intervenções na área são planejadas pelo poder municipal desde 1940 (Souza, 2008, p. 44). Vale destacar que durante o governo Vilella o Demhab teve quatro diretores diferentes.

resistiu à reforma urbana que extinguiu a vila – acabou contemplada no final da década de 1990 (penúltimo mandato do PT nesta capital) com um loteamento popular construído na própria região: a Vila Renascença e a Vila Lupicínio Rodrigues. Na época em que isso acontece Pires já atuava no PT e me conta que esses loteamentos, a exemplo de outras vilas²¹⁵, como o Condomínio dos Anjos, receberam esse mesmo tratamento do município na construção de suas moradias populares: possibilidade de permanecer no local.

E aí a gente veio, ficou aí, se instalou, cada um fez um pedacinho, fez um puxadinho, e, sabe como que pobre adora um puxadinho, né?! Cada um foi espichando a casa e ficou com os seus filhos dentro de casa. Aí nasceu a nossa história. Por isso a gente está no morro hoje, até hoje. Eu, por exemplo, tenho 34 anos de morro. Eu, quando vim lá de baixo, eu já vim com um filho com dois anos, que vai fazer 37 agora. Os meus outros filhos nasceram aí no morro. Muita criança que hoje trafica, está morta, ou está na cadeia ou continua direito, são crianças que eu conheci quando, bem antes de nascer, eu já conhecia os pais. Isso é muito triste de dizer isso, mas eu vi muita gente morrer aí dentro.
[Laudelina]

A paz como antídoto para as violências

A violência que aponta Laudelina é diferente da violência que aponta posteriormente Chico, mas que é uma chave na qual essas comunidades quase sempre são olhadas, e que era a justificativa para que programas como os Territórios da Paz fossem implementados nessas localidades. Tanto Laudelina, quanto Angela, sua irmã e filha fizeram parte do programa. Em 2012, elas receberiam da Secretária de Direitos Humanos e Segurança Urbana da prefeitura de Porto Alegre, Sônia D'Ávila o diploma de conclusão do curso que as tornava Mulheres da Paz.

Mais do que uma fonte de renda fixa para mulheres moradoras de contextos considerados violentos pelo PRONASCI, o Mulheres da Paz era a possibilidade de remuneração e qualificação para um trabalho feminino de assistência aos moradores feita pelas próprias moradoras. Como narra Laudelina, o programa não havia criado nada de novo, ele havia instituído o que há muito tempo já era feito pelas mulheres da região, o controle de suas crianças e jovens. No caso de Porto Alegre, o programa tinha tido reclamações e críticas por parte de Laudelina, que questionava “a bagunça” dele em sua ação na Vila Gaúcha. Mãe de um dependente químico, tratado inúmeras vezes por uso de crack, Laudelina também falou do trabalho de prevenção que as Mulheres buscavam fazer junto aos jovens. No entanto, ela ressaltava os riscos que sofria na tarefa de competir com a oferta do trabalho no

²¹⁵ Conforme destaca Rafael Devos (Sanhudo apud Devos, 2008), todas essas vilas estavam e estão localizadas em torno do arroio Dilúvio.

tráfico à medida que oferecia os cursos do governo como uma alternativa diferente aos jovens. Mesmo morando na vila havia 30 anos, Laudelina se sentia vulnerável em entrar em algumas famílias sugerindo que os meninos fizessem outras escolhas, ligadas aos cursos oferecidos pelo Protejo. Sem a identificação prometida pelo projeto – tênis e crachá – Laudelina só tinha a experiência, a camiseta e o “jogo de cintura” como seus aliados. Um jogo que também será destacado por Francisca.

Quando se refere à *violência* da região do M. Santa Tereza, Chico ressalta que parte da Vila Cruzeiro era conhecida como a mais violenta, na época em que ele começa a viver ali, na década de 70. O cenário narrado por Chico era um ambiente que se orientava por uma virilidade campeira que transmutada para a cidade produzia homens e lugares perigosos. Orientado pela lei do mais forte, era um lugar onde todos tinham a usavam suas armas para defender a família, a casa e a honra:

Eu me dou com todo mundo, e todo mundo me quer bem. Tem uns aí que se tu falar mal de mim, daí tu tá arrumando uma briga. A tia dela é uma {se refere a Angela}, que se falar mal, se inventarem de falar mal de mim... Então assim, eu acho assim... os lugares é você que faz. Quando eu vim para cá, eu era solteiro, maloqueiro, como eu digo. Eu vivia em bar ali na grande Cruzeiro, nuns lugares perigosos, porque era, naquela época a cruzeiro era..., mas é até hoje. {Peço que me conte} porque era assim, a lei do mais forte. Existia um senhor aí, que ele chegava aqui e, num bar e assim né, tomava, comia, a turma dele, comia tudo que tinha ali à disposição no bar e não pagava. E se você se bobeasse, te dava um tiro e te matava. Tal de caloteiro, todo mundo falava desse homem. E eu cheguei a conhecer ele, muitas vezes se encontramos nos bares. Esse homem era assim, um bandidão, e ele vivia com a, sempre com uma turma, muito bem armado, se chegavam e não gostavam da tua cara, te davam um tiro. Nos se encontramos umas tantas vezes num aqui barzinho, que eu ia muito lá; lá perto da pedreira lá. Eu tinha uma namorada lá naquele barzinho, e eu ia lá. E um dia eu estava lá e daí ele chegou, dava-se muito bem, bem montado, aqueles cavalos, a coisa mais linda, para tu ver como que é. {Angela se interessa e pergunta para Chico se a Avenida Tronco já existia nessa época, e se andavam a Cavalos ali} Andava a cavalo, e ele... já carregava fuzil, naquele tempo era coisa assim, espantosa mesmo. Bem, e ai tinha um velhinho numa cadeira de rodas e disse para netinha dele: “gurria, vai pegar o cigarro para mim ali, pro vô ali”; numa cadeira de rodas, você viu como é o negócio, né. E a gurria foi, acabou por voltar a gurria assim, meio chorando, e ele “o que foi, minha filha?”. Ela disse “ah, estava cheio de homem lá e aquele homem passou a mão na minha bunda”. Menina do céu, 10 anos, 12, e daí ele pegou e saiu. Botou um revolver assim e saiu empurrando na cadeirinha dele para rua, por isso que eu digo; foi lá no bar, viu onde estavam eles; chegou e parou com a cadeira de rodas na porta do bar, parou e disse “quem é dos senhores que se passou com a minha neta?”. Ele encostado no balcão, tomando uma cerveja, com um chapéu e tudo; se virou e disse pro velhinho: “fui eu”; não terminou de dizer e o velhinho deu um tiro.

Da cadeira de rodas mesmo, deu um tiro em cima do coração dele e matou na hora. Então eu disse assim; eu já vi bastante coisa aqui nessa morada. [Chico]

São narradas aqui, então no mínimo dois tipos de violência. Uma urbana, com tradição de guerrilha, que remete a grupos e facções que são inspiradas nos conflitos do campo, mas assumem uma forma que é fruto das grandes cidades – a violência dos conflitos ligados ao comércio varejista de drogas. E uma violência que tem suas raízes na tradição da campanha, região dos campos no interior do Rio Grande do Sul, de onde a maior parte dessas pessoas que conhecemos vieram. Com o passar do tempo a segunda violência passou a ser subordinada a primeira, sucumbindo a histórias e experiências do passado. No entanto, a questão da segurança em lugares como a Vila Gaúcha e a Vila União, era algo que estava intrínseco a um debate sobre gestão da violência que acabava por criminalizar todos os moradores dali. Acostumados a viver em lugares estigmatizados como lugares violentos, as pessoas que viviam ali enfrentavam a violência dos confrontos armados, a violência das ameaças de remoção, a violência de um atendimento de saúde precário, do controle do Estado sobre seu tempo e sobre o espaço onde moram, lhes privando de serviços públicos. Para isso lidavam com as possibilidades que tinham, reinventando a forma de fazer e ser comunitário, em meio a tensões distintas:

Mas vamos ao que interessa, eu disse assim “não é tirar o postinho dali, eu concordo que um posto 24h ele ia ser maravilhoso para nós, imagine, mas eu acho que nosso posto tem tudo para ser um bom posto”. O que tem que fazer é, como eu disse na reunião, é botar guarda, segurança, em tudo que é lugar que eu vou nas vilas tem um postinho de saúde e tem segurança. Tem os guardas cuidando. Se não fizer isso não funciona; o pessoal é malcriado. Vai para lá, xinga, quando não consegue o que quer, brigam com as gurias; eu sou fundador daquilo ali {o postinho da Vila União}; e eu disse assim, que não adianta a gente ter um médico bom, porque não querem trabalhar. A gente já teve muito médico aqui... porque que não tem médico ali no postinho? Porque os coitados não aguentam, eu disse assim “o que vocês têm que fazer é montar uma guarda para guarnecer o postinho, e vai mudar”. Aí você traz um clínico geral e bota ali, bota uma gente competente ali, que tenha condições; e que ofereça condições de trabalhar para ver. Eles vão trabalhar legalmente. Agora, do jeito que está, ninguém quer mesmo. Se eu fosse eles, eu também não queria. Porque eles são muito desordeiros o pessoal daqui. Uns. Não vamos também né, generalizar, mas eles querem o que não é possível, quer dizer, nós tivemos muitos bons médicos ali, e eles saíram dali por causa disso, de serem perseguidos pela população. Nos anos de 87, 88; eu e o falecido Rossi, que você não conheceu, a gente fez uma peça de madeira, guria, um galãozinho que nem esse meu aí, e botamos o nome de centro comunitário. Daí escrevemos assim na parede que era de madeira e tudo “centro comunitário”. Eu e ele que fizemos. O médico vinha uma vez por mês, ali dava consulta, fazia fila de pessoas ali pro médico; porque sabia o dia que o médico vinha, uma vez por

mês. Depois que a gente fez aquilo dali, um padre muito esperto que já não existe mais, o padre Antônio, pegou e fez o salão, e botou o nome no salão paroquial, que tá até hoje, “centro comunitário”. Só que não durou. O centro, eu digo, nunca foi comunitário porque, eu acho que quando tu cria uma coisa comunitária, é para todos, né? Como eu disse uma vez numa reunião. E se você precisa para fazer um aniversário do filho, você tem que pagar, se você quer fazer uma festinha, você tem que pagar. Quer dizer, então não é comunitário. Comunitário é para comunidade. E aí foi depois, muito depois que botaram a Igreja, não existia nada daquilo ali. Porque a Vila gaúcha tem um posto muito bom, posto de saúde, e houve um tempo, que ninguém queria trabalhar no posto da Vila Gaúcha, porque que ninguém queria? Porque os marginais quebravam os vidros dos carros, roubavam os rádios, assaltavam as enfermeiras, assaltavam os médicos que vinham trabalhar ali. Aí o B. Louco, que é o chefe do povo de lá, ele é o grandão lá dentro, nem a polícia vai muito visitar ele porque ele é ruim do negócio mesmo. Ele criou uma lei e chamou os dele tudo, a cambada dele, porque ele é traficante poderoso e disse que “ó, a partir de hoje, quem tocar a mão numa enfermeira, numa ajudante de enfermagem, enfim, daqui, do pessoal aqui do posto, eu mato. Então vocês já sabem, não façam porque eu vou matar vocês”; nunca mais, ficou uma beleza. Eles trabalham lá no posto da Vila Gaúcha e acabou os assaltos. Tem médicos bons lá, muito bons; então eu disse assim, porque que foi preciso de um próprio marginal criar um tumulto desses dentro do troço para manter. [Chico]

Os *marginais* da Vila Gaúcha criaram uma lei para que o posto pudesse permanecer funcionando, para que os funcionários tivessem segurança em seu trabalho dentro da comunidade. A *cambada* foi acionada pelo líder que estabeleceu uma punição para quem ameaçasse a segurança dos trabalhadores. Avaliando que os furtos e as abordagens a enfermeiras e médicos poderiam contribuir para a desativação do posto de saúde na Vila, o líder toma uma providência para manter o posto para a comunidade.

Por outro lado a apropriação feita pelo padre do centro comunitário criado pelos dois moradores na Vila União é criticada por Chico como algo que não respeitou o comunitário. A partir do galpãozinho o padre criaria uma Igreja, que cobrava para receber festas de aniversário, eventos e outras atividades em seu espaço, ao invés de garantir com que fossem gratuitas. Era entorno da Igreja que também estava o posto de saúde daquela localidade, que funcionava de acordo com os horários da instituição católica. O debate sobre a segurança desse posto levou Chico a recordar do exemplo da Vila Gaúcha, em que os moradores organizados em torno do tráfico, tomaram a iniciativa de garantir não só a tranquilidade dos trabalhadores do posto, como o dos pacientes, que puderam ter atendimento 24 horas após a determinação da ‘lei’. Em um lugar em que os serviços são escassos, a desigualdade é grande e o conflito por conta de comércios de artigos ilícitos gera desacordos que são sempre muito

radicais; as formas de organização tinham próprio sistema de garantir o bem estar dos moradores.

Vila Dique e Nazaré – a Copa do Mundo passa por aqui



Fig. 2.8

A Vila Dique e a Vila Nazaré eram ocupações que se iniciaram em meados da década de 80, em torno de “um grande lixão na zona norte, dentro da várzea do Rio Gravataí” (Trolleis, 2009:104) transformado em aterro sanitário em 1990. Mesmo desativado o lixão só teria parado de receber resíduos no ano de 2000, e nesses dez anos a “Dique” pode institucionalizar sua relação de trabalho com o lixo e sua relação de habitação com a região. Considerados precários, (DEMHAB, 2009) ou subnormais (IBGE, 2010a), Dique e Nazaré eram, em 2011, loteamentos de pelos menos 30 anos de existência. Eles estavam incluídos na conta dos 75.656 domicílios (17,1%) existentes em Porto Alegre nessas condições. Numa soma que, incluídas outras cidades, chegava até uma conta de 54 milhões de pessoas vivendo em condições precárias. O equivalente a 34,5% da população brasileira (IBGE, 2010b).

Na Vila Dique essa precariedade havia sido amenizada pelo município²¹⁶, em 90 e 2008 respectivamente, através da extensão na rede de água potável e instalação de postes para distribuição de luz elétrica; e construção de uma caixa d’água de 20 mil litros. Em 1992 com o advento do Orçamento Participativo o Clube de Mães “Margarida Alves” conseguiu junto à prefeitura a construção de um posto de saúde, vinculado ao Grupo Hospitalar Conceição, uma padaria comunitária, coleta de lixo e construção de um galpão de reciclagem. Criado em 1987 o Clube de mães era a associação que representava a região no OP; o Clube organizou uma creche comunitária nesta época, e era responsável por

²¹⁶ Segundo a pesquisa feita por Trolleis até 1990 a água potável da região tinha que ser buscada em torneiras que o DMAE disponibilizava no início da vila. Até 1990 também não havia iluminação pública na região, que recebia energia através de carga de bateria (2009:154).

administrar as doações, oriundas de entidades privadas e projetos sociais, como o Fome Zero²¹⁷. Uma dessas doações privadas havia auxiliado na construção de uma escola de ensino fundamental na região, a Escola Municipal Migrantes.

Em 2007, tanto a Vila Dique quanto a Vila Nazaré eram noticiadas como protagonistas de um projeto de remoção da prefeitura que planejava para aquela área uma obra de ampliação da pista de pouso do único aeroporto da cidade. Posteriormente, tanto os governantes municipais quanto aqueles que atuavam na rede contestatória às obras dos megaeventos²¹⁸ se referiam a essas ocupações na forma de par: a região da Nazaré²¹⁹/Dique. Essa aproximação, no entanto, não era compartilhada pelos moradores. A condensação de seus locais de moradia em um bloco unitário estava relacionada: no caso da rede contestatória ao fato de que elas estavam vinculadas a uma mesma obra; no caso dos governantes, ao fato de que elas faziam parte de um mesmo programa de remoção, que alegava que a região era precária e violenta, e cujo financiamento para o loteamento das duas vinha de um mesmo fundo.

Na reportagem²²⁰ publicada em 22 de abril de 2007, a remoção das vilas - necessária para a ampliação da pista do aeroporto - é divulgada e a previsão é que a área fosse entregue em 2008 para a Infraero:

A partir de 2008, 1,1 mil famílias da Vila Dique e cerca de 400 na Vila da Nazareth, moradoras das proximidades da cabeceira da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, terão novo endereço. Elas passarão a residir em um loteamento cuja construção será executada pela Prefeitura. Além de oferecer mais segurança, a transferência permitirá a ampliação da pista do aeroporto, de 2,28 mil metros para 3,2 mil metros. Conforme acordo com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), a área deve ser liberada até metade de 2008.

Em 2010 essa mesma obra é agregada a Matriz de Responsabilidade e passa a ser propaganda do legado da Copa em Porto Alegre. A publicação do edital de licitação foi adiada por duas vezes depois de ficar dois anos em avaliação no Exército. Mais de R\$ 100

²¹⁷ Conforme a cartilha do Programa Fome Zero escrita por Frei Beto em 2003 “O Fome Zero é um conjunto de políticas públicas criado para combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social. Em outras palavras, o Fome Zero foi criado para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros e brasileiras”.

²¹⁸ Nesse momento ainda não se fala na Copa, muito menos nos estudos realizados dois anos depois da remoção parcial da Vila Dique, declarando a área desabitada como imprópria para receber tal obra.

²¹⁹ Segundo o DEMHAB eram 1.291 famílias que seriam removidas da Vila Nazaré para o novo loteamento na Avenida Bernardino Silveira Amorim. Como ocorreu com a Vila Dique o prazo para a remoção mudou muitas vezes. Em 2007, o anúncio do projeto de loteamento e o primeiro cadastramento; em 2010, o segundo cadastramento; em 2011, novo anúncio de saída, que passou a 2012 e atualmente era de 2013, conforme o site da prefeitura.

²²⁰ “Projeto garante recursos para vilas Dique e Nazareth”, *PMPA*, 18/04/2007. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=72788&p_secao=3&di=2007-04-18>; acessado em abril de 2012.

milhões foram investidos²²¹ com a realização de obras auxiliares e desapropriações de terras. Hoje, não há perspectiva de realização de nova concorrência, pois o solo do complexo do Salgado Filho, de acordo com estudo feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem argila mole e inconsistente, que precisa receber um tratamento especial para suportar o peso de uma aeronave de grande porte, o que triplicaria o valor da obra.



Fig. 2.9



Fig. 2.10

Em janeiro de 2011 faço uma incursão na Vila Dique. Com uma câmera na bolsa minha intenção era etnografar a solenidade de entrega de parte da área destinada à ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho a INFRAERO, empresa pública que administra os aeroportos brasileiros.

Desço de um ônibus no aeroporto e de lá tomo outro que me leva até a ponte, no limite final da Avenida Severo Dullius, bem no meio da Vila Dique. Estou com Lucimar, que trabalhava na ONG Cidade, sede das reuniões do FERU-RS. Caminhamos muitos metros debaixo de um sol forte, dividindo uma calçada não formal com carros, cercas, lixeiras, pessoas e cachorros. Por ali nenhum sinal de remoções, demolições ou mudanças. Seguimos caminhando por essa avenida que tinha um traçado em linha reta até a Rua Taim, paralela à Avenida Sertório²²². O galpão de coleta e separação de lixo Unidade de Triagem Santíssima Trindade²²³ parecia o único galpão formal da região. Havia muitos outros, no entanto, montados nos pátios, fundos e laterais das casas.

²²¹ “Prometida há 15 anos, ampliação da pista do Salgado Filho depende de aprovação da Infraero”, *ZH*, 10/06/2014. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/prometida-ha-15-anos-ampliacao-da-pista-do-salgado-filho-depender-de-aprovacao-da-infraero-104186.html>>; acessado em abr. 2014.

²²² A Avenida Sertório fica localizada na zona norte da cidade de Porto Alegre. Ela inicia na Avenida Presidente Castelo Branco (BR 116) e termina na Avenida Assis Brasil, passando por aproximadamente sete bairros. Nessa avenida, junto ao muro da INFRAERO na altura do número 1.988 existiu uma vila que permaneceu ali por muitos anos até ser removida pela prefeitura para um loteamento, em 1992. Chamava-se Vila Tripa.

²²³ Este galpão de reciclagem - criado em alternativa econômica frente à formação do aterro sanitário da zona norte, na década de 90, como já foi citado – foi objeto de pesquisa do antropólogo Luiz Eduardo Achutti (1997) em seu mestrado.



Fig. 2.11

Seguimos caminhando, eu e Lucimar, por uns quinze minutos até que chegamos a um amontoado de carros. A direita um toldo branco instalado aproximadamente na metade da Avenida Dique, no local onde seria o fim da área recém desapropriada pela prefeitura. A paisagem era contrastante, a fileira de casas que vínhamos ladeando, à margem da avenida, terminava em um muro de concreto que se avizinhava delas, cobrindo a área em que antes havia moradores. Em pleno o verão porto-alegrense, o toldo serviu de cobertura para o palco em que o prefeito proferiu algumas palavras sobre o significado daquela solenidade para a cidade de Porto Alegre e para a comunidade que ali vivia. Apertada entre dois extensos muros de concreto a Avenida Dique acabou estreita para o fluxo dos carros: oficiais, da imprensa, de departamentos públicos; que estacionados ali por causa da solenidade, limitavam ainda mais o trecho de asfalto em que algumas linhas de ônibus e carros transitavam regularmente. O muro ainda dificultava a passagem de pedestres, já que avançava até quase o limite do asfalto - escondendo do transeunte os escombros das casas que até alguns meses atrás ainda existiam ali. O lixo, misturado com a água do arroio, com restos das antigas construções: tijolos, telhas, pedaços de madeira, roupas, lajotas, concreto; sugeriam plasticamente a ruína. Porém, convivendo junto à ruína estavam centenas de famílias, que entre o muro e os escombros deixados pelo fim das habitações reivindicavam a sua vez de ir embora. Em termos de condições adequadas de habitação, porém, as mulheres com quem conversei afirmaram que a forma como estava agora era pior. Elas alegavam que com a retirada e a demolição das casas houve uma proliferação de ratos e baratas que, assustados pela movimentação das máquinas; desentocados das imediações onde ficavam as antigas construções; vinham avançando com furor em direção as casas que ali ainda permaneciam. Procurando comida eles acabaram invadindo essas casas provocando doenças e transtornos.

Outra questão, que fazia do aguardo pela remoção um cenário pior do que quando não se tinha essa expectativa, era a do tráfico de drogas; que também foi pontuado pelas

mulheres como um agravante da transferência parcelada promovida pela prefeitura. A retirada de casas havia modificado a referência e o acesso aos pontos de comércio de drogas, uma prática corriqueira na Vila Dique. E essa característica desses locais parecia ser uma questão que a prefeitura fazia questão de lidar pela negação sempre que transferia famílias de vilas que tinham essa característica. Era como se a transferência das pessoas para o novo loteamento fosse acabar com essas relações comerciais e os vínculos produzidos por elas: entre os moradores, entre os vendedores e os compradores varejistas. O tráfico “como um mal a ser combatido” também não era o objetivo da remoção das casas pelo departamento, porém a omissão dos serviços de acompanhamento e levantamento socioeconômico oferecidos pela prefeitura à população para essa questão denotava a forma como o município enxergava a habitação popular: sob a ótica da funcionalidade; que não levava em conta, para além das imposições legais operacionalizadas pela presença de assistência social e levantamento demográfico, as práticas e relações sociais que também a constituíam.

A geração de renda era vista pelo executivo como uma questão operacional - resolvida com a construção de um galpão coletivo; não tinha nenhum plano para transporte do material (Strohaecker, 2011:82) e tampouco para uma mediação de conflitos entre galpões concorrentes. O plano de reassentamento era basicamente funcional, a habitação era vista como uma unidade isolada, e não levava em conta os vínculos sociais produzidos anteriormente, no local de onde as pessoas vinham. Era um modelo que se repetia a todos os contextos e processos de produção de habitação feitos pela prefeitura entre 2011 e 2012: Dique e da Nazaré, e Vila Chocolateão, na região do Centro.

Para onde a gente vai

As pessoas que ficaram vivendo na Vila Dique, aguardando o momento de sua transferência, acusaram situações de constrangimento e risco em sua permanência no local. Relataram que os ônibus, por medo, não queriam após determinado horário parar nos pontos que existiam ali; relataram que a iluminação pública sofreu avarias com a demolição das casas e que alguns postes tinham “parado de funcionar”. Em meio à gravação do relato das mulheres, propus que questionássemos o assessor do diretor do departamento de habitação sobre a incerteza da data da saída dos remanescentes e as condições ainda mais precárias que eles passaram a viver ali com a saída dos vizinhos. Acompanhando perifericamente o meu diálogo com as mulheres, o chamei para participar da conversa, pedindo que desse um posicionamento a reivindicação delas. Enfático ele garantiu que todos iriam sair dali para o

novo loteamento. Após isso, escutou um pouco mais das muitas questões que elas aproveitaram para fazer – perguntaram sobre como era a casa, se ia demorar muito para saírem, perguntaram se eles levariam a mudança, se ajudariam no deslocamento das pessoas doentes ou deficientes. Virando-se logo depois para mim, que nesse momento já estava com a câmera desligada. Estendeu a mão e me entregou uma pasta com uma série de materiais sobre o futuro loteamento. Além de tentar me mostrar que aquelas publicações eram a prova de que o departamento estava fazendo o seu trabalho, ele insinuou que todas as pessoas já haviam sido informadas sobre aquelas questões que estavam sendo feitas pelas mulheres. E que o fato de estarem ali, fazendo novamente as mesmas reivindicações e questões, queria dizer que elas não tinham sido capazes de entender nada.

Ao avaliar essas diferentes formas que o impasse da remoção era entendido pelos diferentes atores, notei que a desconfiança era a reação mais comum àquele que privava o acesso as informações. A pouca estabilidade nessa relação as tornava vulneráveis a consolidação de uma lógica formal habitação. O binômio “as pessoas ou os moradores” versus “eles ou o governo, a prefeitura” era uma constante na interlocução entre esses grupos distintos. Personificados nas pessoas que representavam esses grupos (Hoggart, 1957; Caldeira, 1984:207) um líder comunitário tornava-se “o morador” e um político específico tornava-se “ele” ou “o governo”. Havia uma tentativa de homogeneizar os grupos a fim de dar a eles um lugar e uma condição dentro do jogo social político. No entanto eram, apesar de homogêneas, categorias maleáveis e situacionais²²⁴. Elas eram acionadas conforme um valor agregado a categoria em destaque, o morador, por exemplo, englobava o não morador e se opunha a ele numa “lógica hierárquica” (Dumont, 1978a:397 apud Duarte, 1986:41).

Após ler o material gráfico produzido pela prefeitura, notei que era difícil acreditar que ele pudesse ser mais explícito do que era: croquis, desenhos, fotografias; dados quantitativos relacionados à diminuição da precariedade: sistema regular de água e esgoto, iluminação pública, calçamento, arruamento. No entanto, havia uma questão que ele não era capaz de responder, que era exatamente aquilo que as mulheres estavam exigindo enquanto conversavam comigo através do dispositivo da câmera: como seria?

A normatização das cidades, regulada pelo Estatuto da Cidade em 2001 - com a exigência da produção de planos diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes; os

²²⁴ Luiz Fernando Dias Duarte (1986) constrói uma longa reflexão acerca do que chamou de “teoria da hierarquia” a partir da obra de Louis Dumont para o entendimento da categoria indivíduo em classes trabalhadoras a partir da categoria do “nervoso e de sua constituição em um sistema físico-moral” (1986:60). Conforme a perspectiva de Dumont (1985:37) sobre o binário individualismo/holismo suas diferenças se construiriam na relação dos valores para com as totalidades, a diferente posição destes valores constrói níveis hierárquicos situacionais, não absolutos ou substanciais, portanto de complexa comparação.

dispositivos de controle²²⁵ e “transparência” para as intervenções urbanas - também instituídos nessa lei; parecia não terem modificado a prática das remoções na cidade de Porto Alegre e nem na cidade do Rio de Janeiro, onde também observei essa mesma lógica. Provavelmente, porque “o como” estava fora do controle dos departamentos ou secretarias de habitação das prefeituras. Ele parecia operar numa lógica política que tradicionalmente não se preocupava em controlar práticas administrativas quando elas tinham como objetivo a transformação da vida de pessoas pobres.

Diferente dos números que apontam os benefícios da remoção de moradias precárias, precisos e controlados, a questão incapaz de ser respondida com precisão para esses moradores continuava sendo: quando e como será o processo de reassentamento? Porque realmente eu estou saindo?

²²⁵ De acordo com a observação de Theophilos Rifiotis o poder legislativo é um espaço de reconhecimento das lutas sociais e o Estatuto da Cidade é um desses reconhecimentos.

[CAPÍTULO 3]

Desabitando a Zona Portuária

As regiões portuárias geralmente atraem ou estão próximas a conglomerados industriais: quadras, bairros; que abrigavam clubes, círculos, moradias ou espaços de sociabilidade operária. Áreas que, com o processo de desindustrialização²²⁶, tiveram sua ocupação transformada²²⁷. Essa transformação era muitas vezes lida a partir da marginalidade, da degradação, do esvaziamento, de uma suposta perda de vida desses lugares, o que costuma ser, além de um equívoco, uma oportunidade para uma nova apropriação desse espaço em um arranjo temporal que não reconhece as ocupações ali preexistentes como legítimas.

A remodelação nas formas e a modificação dos usos urbanos de áreas industriais se converteu em um fenômeno observável e que vem interessando os pesquisadores ao longo dos anos. Segundo Rogério Proença Leite, o processo de “gentrification” ou “enobrecimento”²²⁸ foi cunhado em 1964 pela socióloga britânica Ruth Lazarus Glass para designar diferentes formas de intervenção urbana relacionadas à “regeneração” “revitalização”, “reabilitação” (Leite, 2010:74) de áreas residenciais e não residenciais, que seriam alçadas a áreas de grande valor histórico após o esvaziamento da atividade industrial nela ou em torno dela. Para o autor, no entanto, a tradução “desse neologismo, derivado do

²²⁶ Cf. Oreiro e Feijó (2010) se observa duas posições sobre desindustrialização brasileira. De um lado os “novo-desenvolvimentistas” que defendem a tese de que a economia brasileira vem passando por um processo de desindustrialização nos últimos 20 anos, causado pela combinação perversa entre abertura financeira, valorização dos termos de troca e câmbio apreciado (Loures, Oreiro e Passos, 2006; Bresser-Pereira e Marconi, 2009) e de outro estariam os “economistas ortodoxos” que afirmam que as transformações pelas quais a economia brasileira passou nas últimas décadas não tiveram um efeito negativo sobre a indústria e que a apreciação do câmbio real resultante dessas reformas favoreceu a indústria ao permitir a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados, o que permitiu a modernização do parque industrial brasileiro e, conseqüentemente, a expansão da própria produção industrial (Schwartzman, 2009). Para os autores o conceito “clássico” de “desindustrialização” foi definido por Rowthorn e Ramaswany (1999) como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Os “países desenvolvidos” do “primeiro mundo” teriam passado por um forte processo de desindustrialização a partir da década de 1970; ao passo que a América Latina teria passado pelo mesmo processo na década de 1990, o que coincide com o período de implantação das políticas liberalizantes. Cf. a tabela de participação da indústria no emprego apresentada pelos autores o ‘Cone Sul e Brasil’ estariam em um progressivo decréscimo: 1960 - 17.4%; 1970 - 17.2%; 1980 - 16.2%; 1990 - 16.6%; 1998 - 11.8%.

²²⁷ Cf. sugeriu Paulo Arantes (2013:316) essa transformação seria um reflexo de uma sociedade do trabalho que se decompõe sob o comando do capital. Para o autor o capital foge do trabalho, e uma dessas estratégias de fuga é a renovação dos mecanismos de Acumulação Primitiva “a apropriação direta por espoliação” denominada por David Harvey como “os novos surtos privatizantes amparados pela alienação financeira consentida do Estado”. Outra estratégia de fuga e que nos auxilia sob esse viés a refletir sobre essas transformações urbanas, é que o “conhecimento-informação” se tornou uma fonte de valor atual.

²²⁸ Apesar de investir em sua obra no uso do termo “enobrecimento”, Leite destaca que há um problema para o uso deles já que o “nobre” como categoria para os sujeitos “está relacionado mais a uma estratificação social por renda do que por um sistema de *status*”.

inglês *gentry*, é ainda controverso no Brasil” (2002:131), sendo utilizado de diversas maneiras pelos autores brasileiros. Leite opta pelo uso original do termo, no entanto, usaremos aqui o neologismo abrigado: “gentrificação”; apesar do autor considerar a escolha do tradutor²²⁹ como “sofrível”. A justificativa é o reconhecimento e a utilização da expressão “gentrificação” por aqueles que vivem nas áreas onde essas transformações ocorrem e por essa razão a utilizaremos apesar do “sofrimento”.

Desde a proposição de um debate sobre *gentrificação* uma série de apropriações acerca da terminologia foram sendo elaboradas, em conformidade com os contextos locais de pesquisa, e que incluem em uma bibliografia extensa que se debruça sobre o tema em cidades pequenas, médias e grandes, como: Évora, Londres, Nova York, Copenhague, Toronto, Buenos Aires (Fortuna, 1997 e 2002; Abu-Lughod, 1994; Atkinson, 2000; Harvey, 1999; Jacobs, 1999; Zukin, 1987; Carman, 2006). Esse fenômeno de “restauração” e “comercialização” de espaços da cidade vem sendo observado também em cidades brasileiras (Frugoli 2002; 2006, Leite, 2002; 2010).

Dentro desse debate dos novos usos²³⁰ (e nem tão novos usos) dessas áreas, há a perspectiva do patrimônio histórico e seu viés mercadológico. Ou seja, certas regiões das cidades são promovidas a partir de uma criação híbrida característica da modernidade (Latour, 1994 apud Fortuna, 1997:5) em que: passados, memórias e lembranças; são sintetizadas em empreendimentos para consumo, que possuem um caráter complexo, pois reúnem, por exemplo, moradia, serviços e museus num mesmo lugar.

Um aspecto sugerido por Carlos Fortuna e que pode ser pensado a partir das cidades sede, por exemplo, é o da competição intercidades. Consideramos relevante pensar que as capitais brasileiras enquanto cidades-sede da Copa do Mundo tornaram-se competidoras entre si por mais modernidade, mais eficácia, mais hospitalidade, e mais mobilidade urbana. A competição é também uma prática imaginária que tem, na linha de um consumo cultural, a intenção de criar uma lógica patrimonial para alguns espaços: estetizando formas, porém modificando usos dos equipamentos urbanos “tradicionais” - como aqueles existentes no Porto do Rio de Janeiro, por exemplo. A terminologia “destradicionalização” usada por

²²⁹ A tradução em questão é a feita de um livro extremamente conhecido e utilizado pelos pesquisadores brasileiros, trata-se da versão em português da obra de David Harvey, *The condition of postmodernith* publicada pela Loyola em 1992.

²³⁰ Leite utiliza o termo “contra-usos” (2002:121) dos espaços enobrecidos como estratégia conceitual para reconhecimento das táticas e estratégias dos sujeitos que apesar das intervenções impostas alteram a paisagem e imprimem outros sentidos às “relocalizações da tradição e aos lugares nos espaços da cidade”, onde as “significações, ou contra-sentidos”, diferem daquelas esperadas pelas políticas urbanas.

Fortuna (1997) para pensar a cidade de Évora no processo global, nos auxilia a pensar nessa reestruturação das cidades a partir da “competição intercidades”. A abordagem que sugiro para o caso brasileiro não se dá tanto por consumo patrimonial mas pela ‘mobilidade urbana’, como já referimos. A valorização de mais ou menos *mobilidade urbana* que uma cidade apresenta, tendo suas obras de engenharia viária como eixo para essa disputa é o que estava no discurso do legado, no discurso “desse negócio da copa”. Ironicamente, porém não arbitrariamente, foi o tema da *mobilidade urbana* que acionou o levante de junho de 2013, evidenciando um choque de interpretação entre a mobilidade idealizada pelos governos para as cidades - e da qual os municípios competiram para receberem os jogos em nome desses benefícios - e a mobilidade cotidiana, da prática da maior parte dos sujeitos que circulam na cidade, que não melhorou significativamente com as obras propostas (quando elas realmente foram concluídas).

Falamos da *mobilidade urbana* porque a maioria dos projetos que vem ao longo dos anos modificando a cidade do Rio de Janeiro - e também a de Porto Alegre, como vimos no capítulo anterior - está relacionada à implementação de equipamentos urbanos que alegam ter como objetivo o melhoramento do trânsito de veículos, a mobilidade e a circulação de pessoas na cidade. Com a Copa esse termo se transformou em uma concepção de cidade.

Por outro lado, notamos que a circulação na área da Central do Brasil, por exemplo: principalmente, aquela oriunda das práticas de venda de rua feitas pelos ambulantes e camelôs – que estão sendo proibidas ou reprimidas em razão da ampliação do Terminal Américo Fontenelle e da construção de uma estação do teleférico que liga a Central do Brasil ao alto do Morro da Providência. Tudo construído em nome de mais mobilidade. Contraditoriamente, a circulação desses trabalhadores nessa área é suprimida em face de uma ideia de mobilidade enquanto uma metáfora de desenvolvimento e de uma modernidade não inclusiva.

O esvaziamento

A noção de esvaziamento, de abandono, e de decadência tem relação intrínseca com uma noção de modernidade. Foi essa noção que orientou a construção das cidades em torno da produção vinda do trabalho nas fábricas e indústrias. A produção por meio de grandes ou médios conglomerados industriais e fabris, como vimos, entra em desgaste/decadência nos anos 90. No caso do Rio de Janeiro isso passou pelos ciclos de exploração do café, produção de derivados de farinha de trigo e também de exportação de minério de ferro. Em Porto

Alegre, foram as indústrias têxteis, e de beneficiamento de aços, farináceos, fabricação de objetos de funilaria. Por um lado a modernidade foi acionada para a construção de portos ‘modernos’ para o escoamento dessa produção; e por outro lado, a modernidade está sendo usada para transformar esses portos ‘inativos’, ‘vazios’ e ‘abandonados’ em espaços mais modernos, orientados pela *gentrificação*.

Há, portanto, como sugerem os autores, uma “destraditionalização”, uma nova forma de concepção desses espaços que está vinculada às mudanças econômicas mundiais. A modernidade funcional de outrora, perde espaço frente à urgência de uma nova modernização que prevê novos conglomerados comerciais, hotéis, exaltação do turismo; porém, com velhas táticas de urbanização – extensas obras viárias, prédios com gabaritos altos, remoção de moradias, pouco ou nenhum debate sobre a realização dessas obras – a mesma urbanização disruptiva. Os projetos das *melhorias*, propostos pelos governantes - e da qual os moradores do local nunca participaram efetivamente de sua construção - sugere que há uma necessidade dos poderes públicos e privados em estabelecer o reordenamento desses lugares. É como se ali não houvesse vida e nem ordem.

Para refletirmos sobre essa dinâmica entre o discurso de um esvaziamento e a urgência de um preenchimento em uma orientação antitética na modelagem das formas urbanas da cidade, vamos primeiro ver como a região do Porto do Rio foi sendo construída como um “vazio”: quais foram os elementos que contribuíram para essa consideração. E como esse *vazio* não pode ser pensado sem levar em conta a noção positivada de pujança, circulação, adensamento populacional que foi manipulada positivamente e moralmente para que todos enxergássemos vazios onde na verdade havia muito conteúdo. Para fazer essa reflexão a partir da área portuária proponho que conheçamos um pouco dos antigos usos dessas áreas industriais e os fatores que influenciaram na caracterização dessa região como uma zona “degradada” ou “vazia” - que são os atributos usados para o “enobrecimento” da área. Após percorrermos esse panorama de mudanças, conheceremos mais a fundo o projeto previsto para a região portuária e finalmente suas táticas para obscurecer (antigos) atuais²³¹ usos insurgentes e ressaltar aqueles que são apropriados pelo projeto como “patrimônio” a fim de recompor os “quadros” sociais da memória da zona transformada e da cidade que ela integra. Adentrando no processo que engloba ameaças de remoção e remoções promovidas pelo governo municipal e as empresas que compõe o consórcio que passa a controlar o lugar, analisaremos ao final do capítulo alguns casos experienciados durante esses

²³¹ Como a região está em remodelamento, no sentido de estabelecer os novos e antigos usos a partir da gentrificação, deixamos entre parênteses de maneira a sugerir que eles ainda coexistem na atualidade.

últimos anos, em busca de uma definição mais adequada sobre esse sujeito, sua pertença a esse espaço, lidando com uma categoria que avalia a tradição como algo estático propomos pensar na linha de Houston, em usos insurgentes, cidadanias insurgentes para além da tradição e da “destraditionalização”.

A funcional Zona Portuária

A Zona Portuária era repleta prédios e terras que foram abandonados pelos proprietários, em sua maioria, imóveis do governo federal, mas também empresas que faliram e que os imóveis foram adquiridos por outras a interesse de espólio. Alguns autores chamavam esse fenômeno de *vazios urbanos*²³²: territórios, lotes, prédios, plantas de fábricas desativadas, prédios em ruína, setores abandonados; que por consequência de diferentes crises econômicas, e do processo de desindustrialização que promove o colapso da setorização das áreas industriais ou fabris, ficaram inativos.

Alguns desses terrenos, os *vazios*, estavam sem ocupação por conta da especulação imobiliária, em um aguardo estratégico²³³. Eram terrenos grandes localizados em áreas também estratégicas para o “crescimento da cidade”, que pertenciam ao patrimônio de grandes indústrias, ou eram adquiridos por grandes empreendedoras de construção civil que aguardavam a consolidação da área como região lucrativa para investimento²³⁴.

A Zona Portuária abrangia pelo menos três bairros: Santo Cristo, Gamboa, e Saúde, todos eles limitados ao norte pela Baía de Guanabara. O Morro da Providência era o maior morro da região, e o único que adquiriu desde esse período características de favela. Além dele, destacamos o Morro do Livramento, contíguo a Providência, em direção a Gamboa; o Morro da Conceição, na região do Valongo, cerca da Praça Mauá; o Morro da Saúde, próximo a borda da Baía; e o Morro do Pinto, considerado como a Providência, uma favela, porém com composição mista²³⁵. Os limites para esses bairros foram se moldando pelas transformações da região ao longo dos últimos quatrocentos anos, preservando nomenclaturas ligadas aos antigos usos desses espaços como: da Rua da Mortona, onde ficava esse aparelho

²³² Ver Borde, 2006.

²³³ Cf. Oliveira (2000) “trata-se de operações de elevação da renda da terra urbana, vale dizer, de uma acumulação primitiva pela via do investimento público”.

²³⁴ A construção de loteamento habitacional de médio ou alto custo tornou-se uma grande aposta em meados dos anos 2000, quando por conta da decadência das atividades industriais dos proprietários dos terrenos, ou até mesmo, para variar sua gama de investimentos, aproveitam a mobilidade do capital financeiro (Abelés, 2008, p. 11) para produção de empreendimentos nesses locais. Após anos de *vazio*, os terrenos eram finalmente isolados com tapumes que levavam a propaganda de um novo loteamento habitacional ou de um novo complexo de lazer.

²³⁵ Os moradores apontam como um lugar muito parecido com a Providência mas não tinha ao meu ver o mesmo “estigma” da violência.

com correntes ligado ao trabalho naval; da Rua do Monte; a chamada Pedra do Sal - antigo ponto de venda de sal na região do Morro da Conceição; e o Valongo – antigo ponto de venda de escravos; ocupações que evocavam práticas do século 17.

O Porto comercial do Rio de Janeiro começa a se desenvolver a partir da vinda da família imperial e de sua instalação em São Cristóvão, cerca da curva sul da Baía de Guanabara, onde hoje se encontram os bairros do Caju, Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Centro. Em decorrência dessa instalação, foram inauguradas as linhas de ferro, a Estação Central, e posteriormente, já durante a república, a construção respectivamente do: Cais Mauá, Cais São Cristóvão e Cais dos Minérios (Caju)²³⁶; e posteriormente, no século XX das perimetrais e rodovias entorno da área, para possibilitar a entrada e saída de mercadorias.

Para transportar esses insumos era necessário além das máquinas e do concreto, homens e mulheres; que foram construindo moradia na região, trabalhando em diferentes postos, e/ou aproveitando a grande circulação na área para vender alimentos ou serviços.

A mudança da capital para Brasília é um ponto fundamental para a diminuição de fluxo de pessoas e atividades comerciais e institucionais na área portuária. Na instituição da República Federativa do Brasil em 1968, o perímetro que antes era o Estado da Guanabara passa para município do Rio de Janeiro²³⁷. Esse mesmo perímetro foi o Distrito Federal de 1891 até 1960 quando é transferido para a região central do país, com a capital Brasília. Essas mudanças produziram espaços concretos na área portuária – imóveis e bens públicos – que ficaram abandonados com a transferência da capital. Esse esvaziamento, e a gradual desconstrução da região enquanto sede administrativa após essa mudança, torna-se uma justificativa para a transformação da área, considerada por essa razão um grande “vazio”. Muitos prédios e galpões vazios permaneceram assim até serem ocupados por famílias pobres para moradia, o que foi ocorrendo ao longo dos anos.

Certamente que a diminuição no fluxo de pessoas por conta das atividades fabris e corpo de funcionários públicos oriundos da institucionalidade, não é evidência de sua inexistência na região, há muito fluxo, principalmente ligado a atividade comercial. O argumento do vazio usa essa mudança de atividades na área para justificar a noção de *vazio* e de *esvaziamento*, que como veremos não procede para classificar a região. Conforme observamos, há uma característica mista de ocupação na área, uma densa ocupação por moradia e no perímetro da Central do Brasil, uma ampla e densa ocupação entorno dos comércios - de rua e fixos. A grande quantidade de moradia informal, em face dos numerosos

²³⁶ Os Cais são construídos respectivamente em 1910, 1942, 1962; em 1977 o Cais do Caju é ampliado.

²³⁷ O Rio de Janeiro foi capital do Brasil de 1763 até 1960.

prédios inativos faz da região uma alternativa promissora para a implementação de moradia de interesse social, o que nunca chegou a ser efetivado como uma prioridade pelo governo federal que detinha a maior parte dos terrenos na região. Muitas famílias vivem na área atualmente, mas muitas delas foram removidas após o lançamento do projeto Porto Maravilha, em 2009 - ou porque o valor dos aluguéis foi aumentando exponencialmente; ou porque as famílias que ocupavam os prédios abandonados como alternativa de habitação de interesse social na área central da cidade não tinham o reconhecimento das instâncias públicas para essa ocupação.

Segundo dados do IBGE (2000) estima-se que cerca de 10 mil pessoas moram no núcleo chamado Zona Portuária. Estima-se que até o momento o Projeto Porto Maravilha e o Programa Morar Carioca, removeram cerca de 605 famílias, entre as que viviam no Morro da Providência²³⁸ e nas ocupações do entorno: Morro da Providência, 140 famílias; Ocupação Machado de Assis, 150 famílias; Ocupação Flor do Asfalto, 30 famílias; Ocupação Boa vista, 35 famílias; Ocupação Zumbi dos Palmares, 133 famílias; Ocupação Carlos Marighela, 47 famílias; Ocupação Casarão Azul, 70 famílias. A dinâmica das remoções era clara: afastar os pobres das áreas centrais e alocá-los nas áreas mais distantes e deficitárias de infraestrutura urbana - portanto distantes dos postos de trabalhos, e também de seus vínculos e memórias ligados aquela região.

Modificando a região através da mudança na legislação

Destacamos o mês de janeiro de 1988 como relevante nesse processo de reestruturação da área do Porto porque é nele que se institui por decreto uma Área de Proteção Ambiental (APA), constituída pelos logradouros dos bairros de Santo Cristo, Saúde, Gamboa e Centro. Conhecido como Projeto SAGAS (iniciais dos bairros Santo Cristo, Gamboa e Saúde) o decreto delimita parte da região portuária como área de preservação patrimonial. Essa mudança indica um aproveitamento dos imóveis abandonados na região para moradia, mas privilegia o desenvolvimento de espaços de lazer, com agregação comercial, preservação arquitetônica para o caso de alguns imóveis listados como de interesse patrimonial.

Em 1993, outra lei influencia a dinâmica de circulação e oferta de trabalho na Zona

²³⁸ As remoções no Morro da Providência, oriundas do projeto “Morar Carioca” somaram mais de 100 famílias removidas em 2011.

Portuária²³⁹. Nesse ano é sancionada a lei de modernização dos Portos que traz grandes mudanças ao funcionamento deles como veremos adiante a partir da experiência de João no trabalho de estiva no Porto do Rio. Também na década de noventa, em 1992, auge do neoliberalismo no país²⁴⁰, a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA)²⁴¹ foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, por recomendação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)²⁴², sendo extinta completamente em 2007.

Sob a marca da urbanização – domesticando corpos e territórios, morros e paisagens

A região portuária traz na sua história e na memória de seus habitantes a marca do trabalho, dos Portos, dos grandes projetos, e da domesticação das encostas, enseadas e rios em todo o tramo meridional da Baía de Guanabara. No início do século XIX, zona de mangues, praias, encostas verdejantes, a região teve sua paisagem completamente transformada pelo desenvolvimento das atividades comerciais, que influenciaram profundamente a formação dos bairros do Caju, Gamboa, Santo Cristo, Saúde e, também, o Morro da Providência. As transformações e modificações na morfologia e geografia da região não foram poucas. Foram realizadas, em diferentes temporalidades históricas, arruamentos, aterros de mangue, exploração das encostas dos Morros por pedreiras, retificação de rios, abertura de túneis nas rochas dos morros, construções e destruições de imóveis e que geraram sucessivas reconfigurações de espaço na região.

Conhecida por praias de águas cristalinas e areias alvas, a área do Caju é lembrada por sua beleza nos documentos e aquarelas datadas do início do século XIX. Quando bairro

²³⁹ Entre as modificações está a extinção da Portobrás e Lei nº 8.630/1993 que promovia modernização dos Portos, alterada em 2013.

²⁴⁰ O período foi marcado por uma grande dívida externa dos países do sul, e pelo embrião do que seria nominado como globalização pelas ciências humanas e econômicas nos anos 80, e é nele que surgem os primeiros projetos urbanos e arquitetônicos para a Zona Portuária do Rio de Janeiro, como aponta Guimaraens (2011). As mudanças legislativas são influenciadas pelo período econômico e político, do Brasil e do mundo, nesse período, marcado por privatizações.

²⁴¹ A privatização da RFFSA, promove uma reconfiguração de terrenos na região portuária que tem seu desenvolvimento influenciado pelas Estações – Central e Marítima – construídas na região logo após a vinda da família real ao Brasil.

²⁴² A RFFSA era uma sociedade de economia mista integrante da administração indireta do governo federal, vinculada funcionalmente ao Ministério dos Transportes, e criada mediante a Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957. Ela teria consolidado 18 ferrovias regionais que prestavam serviços de transporte ferroviário atendendo diretamente a 19 unidades da Federação, com uma malha que somava 22 mil quilômetros de linhas (73% do total nacional) em 1996. A desestatização na década de 90 foi efetivada de acordo com um modelo que estabeleceu a segmentação do sistema ferroviário em seis malhas regionais, e sua concessão pela União por 30 anos, mediante licitação, e o arrendamento, por igual prazo, dos ativos operacionais da RFFSA aos novos concessionários. Foi dissolvida pelo Decreto nº 3.277, de 7 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 4.109, de 30 de janeiro de 2002, pelo Decreto nº 4.839, de 12 de setembro de 2003, e pelo Decreto nº 5.103, de 11 de junho de 2004; e extinta mediante a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, estabelecida pelo Decreto Nº 6.018 de 22/01/2007, sancionado pela Lei Nº 11.483.

do Caju ainda fazia parte de São Cristóvão, recebeu hospitais, cemitérios e casas de repouso em razão de sua localização geográfica. No início do século XX, no entanto, a área teve a geografia que lhe conferiu fama completamente alterada pelos aterros, retificação e canalização de mangues e riachos e a extinção de ilhas e praias próximas a Quinta da Boa Vista. Essas obras faziam parte do programa de reformas executadas pelo presidente Rodrigues Alves e pelo engenheiro Pereira Passos e modificaram não só a área do Caju como toda a faixa que seria posteriormente chamada de Zona Portuária. A Reforma Pereira Passos foi violenta na modificação dessa área, demoliu cortiços, removeu moradores, abriu novas ruas e acessos, modificou as construções existentes ali nessa época. Foi também nesse período que os cais – Gamboa, Mauá, e Caju – foram construídos em uma área de mais de 65 mil m² a beira da Baía de Guanabara.



Fig. 3

A construção das Avenidas Brasil e Presidente Vargas na década de 1940 contribuíram mais ainda na divisão dos terrenos que ficavam a beira da Baía – Providência e arredores, Caju e Maré - e aqueles que ficavam do outro lado dessas vias recém construídas, gerando o que seria depois chamado de isolamento na retórica do esvaziamento. Em contrapartida, o acesso criado por essas grandes vias intensificou a construção de moradias nesses territórios. As habitações sobre palafitas que existiram na Maré, por exemplo, até a década de 80 foram removidas, mas no lugar delas milhares de outras casas foram refeitas pelos habitantes do lugar²⁴³ como também ocorreu na Providência e arredores conforme veremos mais adiante.

²⁴³ Inicialmente antes da construção da linha vermelha a Maré também estava localizada à beira da Baía de Guanabara. Instituído como bairro em 1994, atualmente o Complexo de favelas da Maré tem cerca de dezessete comunidades onde vivem aproximadamente 132 mil pessoas. Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Salsa e Merengue (Conjunto Novo Pinheiro), Conjunto Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas, Morro do

O trabalho no Porto do Rio

As modificações no bairro do Caju contribuíram também para o aumento de sua população²⁴⁴, que vive majoritariamente nas nove favelas existentes no bairro. Se em um primeiro momento a região teve um aumento populacional em busca do trabalho; isso se transformou ao longo dos anos. Pelas mudanças na ação do capital no mundo, e na qual já apontamos, no final do século XX foram os Cais que começaram a perder sua potência de trabalho, o que refletiu diretamente nos trabalhadores portuários como nos narra João a partir da sua experiência na estiva:

É, o Porto já tem bastante anos. Já tem bastante anos. Porque lá na Praça Mauá; aquilo ali, o mar era mais para lá, conta a história, tem livros e tudo; que o mar era bem para lá. Aí eles foram começando e aterrando, e aterrando, foi trazendo bem para cá e é onde fizeram o Porto e tudo, mas era bem para lá. Não existia na Mauá aquilo ali não. Muitos sempre trabalharam no Porto. Vem de geração em geração. Aqui do Morro então, muitas pessoas já trabalharam lá, e a gente vem seguindo eles, e outros seguindo a gente; da família mesmo, e pessoas que não são da família. Tudo pelo Porto. Antigamente tinha que ser pela capitania dos Portos, era DTM. DTM significa o que? Significa Delegacia do Trabalho Marítimo. Nós tínhamos que ter essa carteira, pertencia ao quadro da estiva, existem vários sindicatos, então cada um tinha sua carteira daquele sindicato que ele era, mas tudo conveniado lá com a capitania dos Portos. Daí tinha que fazer exames para pegar esse documento; tinha que fazer exame de robustez, exames de várias coisas para poder passar e pegar essa carteira. Não era chegar e pegar não. Só quem passava nesses exames que pegava ela e vinha, entrava no quadro da estiva, pertencia ao sindicato; e vinha trabalhar ali. Ali no Porto. [João]

Em pesquisa sobre a formação do sindicalismo estivador brasileiro (2002), Maria Cecília Velasco e Cruz ressalta influência da mudança de técnica no trabalho da estiva e do sistema *close shop*, como característica perseguida pelo sindicalismo estivador até 1931 quando Getúlio Vargas sanciona o decreto 20.521 que regulamenta a estiva na Capital Federal, determinando a União dos Operários Estivadores como a empreiteira da Estiva. Segundo ela, o advento do contêiner e da automação modificaram uma dinâmica inerente a

Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Marcílio Dias (e Mandacaru que fica em seu interior).

²⁴⁴ Hoje habitam aproximadamente 20.212 mil pessoas no Caju segundo o censo de 2010, em nove comunidades: Quinta do Caju, Parque N. Sra. da Francisca (conhecida como Manilha); o Complexo Parque Alegria ou Complexo da Chatuba composto pelo Parque Vitória, e Parque Alegria; Parque Boa Esperança (R.A. Portuária), Parque Conquista (chamado de Parque 950), Vila Mexicano (conhecida como Chatuba); e o Complexo Ladeira dos Funcionários composto pelas comunidades Parque São Sebastião e Ladeira dos Funcionários. Segundo alguns moradores, haveriam ainda mais três comunidades que estariam se organizando nos últimos anos nas instalações e no em torno do antigo Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião (depois Hospital São Sebastião) e do Parque São Sebastião, são elas: Clemente Ferreira, e Terra Abençoada 1 e 2

vida da classe trabalhadora nos Portos “baseada em duas lógicas de ação contraditórias”, a rivalidade e a solidariedade. De acordo com a narrativa de João, que chega ao porto em 1979, ainda era possível identificar essas lógicas na estruturação do trabalho do estivador; assim como a lógica *close shop*²⁴⁵ ainda permanecia na relação do sindicato com a capitania. O fim dessas lógicas, conforme destaca João, e como também ressalta Cruz, configura também no fim de uma era no trabalho portuário:

Eles {a capitania} davam propostas para eles {o sindicato} para requisitar pessoas para fazerem essa inscrição e fazerem esses exames para entrar pro quadro. Então a própria capitania dava aos sindicatos; está entendendo?

Aí através disso me deram uma proposta, um irmão meu me deu uma proposta, “Aí João, uma proposta aqui da estiva. Vai lá, faz os exames, se tu passar, tu vai trabalhar no Porto”. Aí eu fui e fiz, passei; aí comecei a trabalhar no Porto, entendeu? {Pergunto se ele gostava de trabalhar lá} É muito bom, graças a Deus. Agora não está conforme era antigamente, era bem melhor, né? Tinha muito trabalho. Hoje em dia tem pouco trabalho, poucos navios, a situação está difícil. O objetivo deles é acabar com essas pessoas que tem esse documento da capitania; porque eles querem fazer do jeito que eles querem, ou seja, só trabalhadores deles {se refere as novas empresas}. Mas enquanto existem pessoas que tem esse registro marítimo da capitania, eles não podem acabar... Ou indeniza ou tem que haver um jeito. Estão dando agora um negócio de incentivo lá, como chama esse incentivo... é PDV, acho que é PDV, Programa de Desvínculo Voluntário. Ou seja, a pessoa chega um tempo, eles oferecem tanto e a pessoa, se aceitou, saiu o nome dele e vai, entrega a documentação, pega aquele dinheiro, deposita, aí acaba teu vínculo. Até eles acabarem com esse pessoal todinho que tem esses registros, aí eles podem fazer do jeito que eles querem, ou seja, o salário que eles querem, do jeito que eles querem. Porque a estiva, tu ganha por tonelagem, pelo que produz. E tem outros sindicatos aí que já não ganha por tonelagem, pelo que produz. Já tem aquele de área fixa, a noite fixa, aquele dinheiro certo. No nosso não, na estiva ganha pelo que produz pelo que embarca. A estiva trabalha só no prumo do navio; tem um sindicato que trabalha aqui na terra, para embarcar carga para lá, que é o sindicato da resistência. Eles engatam a carga no caminhão, o estivador num guincho joga para dentro do porão, e nós fazemos a estivagem. Solta empilhadeira, vai fazendo a estivagem, está me entendendo? A estiva só trabalha dentro do porão. Aqui na plataforma é só a resistência, o sindicato dos arrumadores. Cada um com as suas funções, seu modo de ganhar o seu dinheiro. [João]

João tinha 29 anos quando começa a trabalhar no Porto por intermédio de um irmão que avisou sobre a possibilidade de trabalho na estiva. A solidariedade era um reflexo da rede de afetos que reunia os trabalhadores e os mantinha unidos, ela garantia também algum conforto em situações de risco geradas por cargas tóxicas ou com conteúdo desconhecido, conforme ele nos relata:

²⁴⁵ Um sistema em que a Capitania só pode contratar pessoal do sindicato ou com as regras impostas por ele.

Mas só que o estivador, no porão, ele trabalha com vários tipos de carga. Tem carga que você nem sabe, que de repente vaza alguma coisa qualquer que tu fica cego, tu morre, fica aleijado. Alta periculosidade, né? Antes de você descer no porão você não sabia. Quando descobria você podia parar o trabalho e chamar o responsável, e ninguém descer mais; porque aquilo ali era prejudicial à saúde. Aí parava mesmo o trabalho, vinha autoridade para ver; e ninguém entra mais naquele porão. Uma vez era um pó não sei de que, era um líquido não sei de que, tudo venenosos, e a gente tinha o poder de parar o trabalho e reivindicar nossos direitos, está entendendo? {Pergunto se a categoria era bem unida} É, muito; sempre foi. É muito forte o sindicato da estiva; hoje em dia ele já não tem tanto poder como tinha, o Sindicato dos Estivadores, mas ainda tem um pouco de poder, mas nem tanto. Como eu te falei, não adianta, eles já tão tomando conta de tudo mesmo, o povo lá do patronal. E mudou tudo, mudou tudo. [João]

As transformações relacionadas às atividades no Cais modificaram a vida dos trabalhadores que viviam dela e por intermédio dessas atividades estabeleceram moradia na área entorno dele. João também descreve os diferentes setores de trabalho que o carregamento do navio gerava, com os seus respectivos sindicatos para cada ofício. A feição do trabalho portuário estava presente nos caminhos, nas edificações, no nome das ruas, na sociabilidade dos percursos, e na presença das sedes e das organizações de classe - os sindicatos ligados ao trabalho no Porto estão todos instalados ali²⁴⁶.

Com a inauguração do Porto de Sepetiba²⁴⁷ em 7 de maio de 1982, os tradicionais granéis sólidos - os minérios de ferro, manganês, bauxita, carvão, sal, trigo, soja e fertilizantes - deixam aos poucos de serem carregados e descarregados no Porto do Rio de Janeiro²⁴⁸. Em 1988 foram iniciadas as atividades do Terminal de Contêineres (Tecont) e o Porto do Rio passa a operar como ponto de apoio para as importações e exportações, o que diminui bastante o trabalho da capatazia. Em 1990 há ampliação dos terminais de contêineres, todos na área do Caju²⁴⁹ e no bairro de São Cristóvão.

A legislação que regula e orienta a atividade nas instalações portuárias mudou em 1936, quando foi constituída a autarquia federal Administração do Porto do Rio de Janeiro;

²⁴⁶ Ao todo são 5 sindicatos: o dos Estivadores, localizado na Rua Antônio Lage; o dos Consertadores, o dos Trabalhadores do Bloco, e dos Vigias Portuários, todos na Rua Sacadura Cabral; e o dos Conferentes, na rua Cidade de Lima.

²⁴⁷ Em 2005, pela Lei Federal nº 11.200/2005, o Porto de Sepetiba teve sua designação alterada para Porto de Itaguaí.

²⁴⁸ Hoje o Porto atua com o transporte das seguintes cargas: carga geral contêinerizada, eletroeletrônicos, borrachas, petroquímicos, peças e partes de veículos, café, bem como produtos siderúrgicos, bobinas de papel para imprensa, além de granéis sólidos como trigo e ferro gusa.

²⁴⁹ Por conta das mudanças no setor portuário da região, o terminal do Caju e São Cristóvão ainda continuam ativos. Nos últimos anos os postos de trabalho para esses terminais aumentaram muito, e se contabiliza que mais de 7.000 novos postos de trabalho foram criados. A maioria dos trabalhadores contratados, no entanto, não reside nos bairros ou próximo a eles, foi toda contratada 'de fora'.

em 1975; e em 1993, quando a lei estabelece contratos de arrendamento de áreas, permitindo que empresas do setor privado atuem na região sob a forma de terminais portuários²⁵⁰. Essa mudança é parte do que João se refere a “eles” estarem mudando, “eles” o legislativo, “eles” as empresas arrendadoras. A última lei, de 2013, altera a de 1993, permitindo que os terminais privados movimentem carga de terceiros, e define que a contratação de mão de obra não precisa mais ser necessariamente feita pelo OGMO – Órgão de Gestão da Mão-de-Obra Portuária Avulsa - criado pela lei de 1993.

A estiva

No período narrado por Cruz, fim do século XIX e início do XX, havia uma grande disputa por qualificar, dignificar e estabelecer regras ao trabalho da estiva. A autora destaca pelo menos duas importantes “ondas de greves” (2002:27) na trajetória de luta desses trabalhadores por melhores condições de trabalho, e que tiveram como consequência uma maior solidariedade entre os estivadores com outras classes de trabalhadores²⁵¹. A rivalidade por outro lado também foi fundamental, principalmente entre a União dos Operários Estivadores (UOE) – os pavões – e a Sociedade Regeneradora Beneficente dos Estivadores – os avestruzes²⁵² – na construção e fortalecimento da classe e suas conquistas. Os benefícios conquistados pelos trabalhadores nessa época perduraram até a época que João entra no Porto. Em nosso diálogo sobre esse tema ele nos explica como esse trabalho é feito:

Há muitos anos atrás era direto, eram 12 horas direto, está me entendendo? Mas só que tinha a rendição. A composição de um terno era 12 pessoas. Chamava-se “terno”, chegava aqueles 12 homens para trabalhar naquela construção, naquele trabalho. A metade largava meio dia, e a metade nos rendia, aí pegava a outra metade; era assim. Dez homens, 12 homens. Agora mudou, agora é turno. Agora são quatro turnos, ou seja: das 7am à 1pm; da 1pm às 7 da noite, de 7 à 1 da manhã, e da 1 da manhã às 7 da manhã. E isso sem parar, tento trabalho sem parar, sabe como é que é. [João]

²⁵⁰ Atualmente são cinco terminais na região portuária e apenas o localizado no perímetro do Cais Mauá é de passageiros. Os restantes ficam no Caju e no Bairro de São Cristóvão, terminais de cargas e de contêineres, localizados em áreas que hoje levam sozinhas o estigma “portuário” que antes pertencia a toda a região que ficava à beira do Cais.

²⁵¹ Cf. Cruz (2002:24) a segunda onda de greve, no qual se reivindicava que as companhias cumprissem os acordos estabelecidos com os trabalhadores, juntaram-se o Centro dos Operários Marmoristas – que resolveu parar o serviço em todas as oficinas que não adotassem a jornada de oito horas; a Liga dos Artistas Alfaiates; e a Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores que plantou a ideia da organização de uma Federação Geral de Transportes Marítimos e Terrestres. Antes dessa greve os trabalhadores da UOE já buscavam estar em proximidade com as “sociedades de resistência”, entre elas a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café; além de serem próximos de associações em outros estados do Brasil e de trabalhadores do Porto em Buenos Aires.

²⁵² Os estivadores que integravam o grupo dos avestruzes eram considerados pelos pavões como “fura greve”, estando “a serviço” do patronato.

Há uma mudança, portanto, no regime de trabalho que ele chega a acompanhar em seu tempo de serviço. Antes o trabalhador ia para a plataforma e esperava ser chamado para o terno. Atualmente “era tudo no computador”, o estivador tinha que “dar a sua presença” para aí estar apto a ser chamado para a formação de um turno. Se ele não registrar a presença antes, não pode trabalhar. Não era mais na amizade, como ele nos conta:

Agora está assim. Antigamente não, {o homem} era pego na escolha dos homens. Tinham os homens e era pego na escolha, sabe como é que é {respondo que não, e pergunto como é que os homens eram escolhidos} É. Tu outro dia passou lá, não viu ali aquela plataforma ali em volta, ali nos armazéns? Na Rua Rodrigues Alves? Então, ali em cima ficava o contramestre do trabalho, que era o responsável, aí ele escolhia as pessoas, ele ia na escolha. Hoje em dia já não é mais assim, hoje em dia é no computador, pela ordem numérica. {antes} era mais na amizade. [João]

Se antes a solidariedade era importante e ser amigo fundamental para ser escolhido para o trabalho, o sindicato cria regras para que a “roda de baixo do trabalhador” não fique rodando em si mesma. O contramestre que no início do século era empreiteiro ligado ao patrão, após a década de 30, passa a fazer rodízio com a roda de baixo, se o homem “sobrou na escolha” dois meses depois chegava a vez dele se vingar. Ser “sujeito homem” era importante para não gerar inimizades e atritos, que eram comuns nesse ofício desde sua origem. O OGMO, criado em 1993, é o órgão que modifica a escolha dos amigos e conhecidos e altera essa tendência à hereditariedade no trabalho da estiva. A partir dele são instituídos turnos e um ordenamento de trabalho feito pelo computador. Era necessário que o trabalhador marcasse a presença na chegada à plataforma e então ele ficava à espera de trabalho, entrando conforme a demanda daquele turno. Essa organização não modificou o contrato de trabalho, que seguia inexistente. Era ainda “o bolso” que mandava. Mas para trabalhar era necessário o crachá e também, informar a presença, porém se não quisesse aparecer, não aparecia.

Agora é no computador. Agora quem escala é o computador. Você passa ali, tem seis vagas. Ai tu já está sabendo quem vai e quem não vai; aí às vezes o cara não quer, outra pessoa não quer, aí tu vai na vaga daquele que não foi. Mas tem que passar lá, tem que passar o crachá. Porque agora está tudo diferente, antigamente não era assim. Porque ali antes tinha um grupo de mando. A cada dois meses, tem um chamado grupo de mando. E ali dava contramestre e chefe; dois meses ele é contramestre e chefe, ele ganha mais um pouco do que quem está naquela situação de quem é escolhido; que chamava-se a roda de baixo do trabalhador. Então o grupo de mando é dois meses, aí você está na função de contramestre e chefe; então você ganhava uma cota e meia, e o chefe duas cotas. O trabalhador, é uma cota; aquele que é escolhido pro trabalho. Então todo mundo passa por isso e tem esse direito, é um rodízio, pela lei. Aí é onde eu disse a você que é a

escolha. O amigo está de contramestre, ele vem, te pega na escolha tu tem que ficar na tua. Se ele não te pegar, te maltratar, também quando você vier você não esquece, você também pega ele; dá-lhe chicote nele também. E assim é a rotina ali. É por isso que eu disse para você que não pode ficar jogando conversa fora, ficar falando besteira. Tem que saber segurar. *Sofrer calado*, ver bem, olhar legal; porque tu vai ver, aquilo ali é um globo, está girando. Vai chegar a tua hora também de vir. Ali no Porto se você não se empregar você não ganha anda, nem um real tu ganha. Você só ganha se você se empregar. Trabalho foi bom, mandou bem, produziu legal, tudo bem. Senão, se não fizer nada, ganha aquela diária, uma diária correspondente à uma diária do dia, vinte e tanto, 30... Aquele dinheiro sequinho; quando produz, claro que dá mais, que é por tonelagem, entendeu. Mas ali se você não se empregar você não ganha, está me entendendo? Se passar um mês sem trabalhar você não ganha um real. Ninguém te chama para te dar um dinheiro, “como é que está tua família? Tá precisando de dinheiro?”; tá me entendendo? Ali é assim; se tiver sem navio, tu não tem vínculo empregatício com patrão nenhum, com empresa nenhuma; você é trabalhador avulso, ou seja, você só ganha quando trabalha, quando se emprega. [João]

A “parede”, o “ponto de engajamento”, era onde os operários em horas variadas ofereciam-se ao trabalho. Essa escolha dos homens na plataforma era a escolha do terno para o trabalho na estiva; e era uma característica do trabalho no Porto, que teve ajustes pelo sistema de *close shop* e também, posteriormente, com as mudanças na legislação na década de 90. As atas do sindicato no início do século XX (Cruz, 2002:42) apontavam que o conjunto da força de trabalho estivadora carioca era composta por 62,1% de brasileiros e 37,9% de estrangeiros. A oferta de trabalho na parede era irrestrita a nacionalidade, e os números apontam para uma grande variedade nas nacionalidades dos homens e trabalhavam no Porto; os brasileiros eram em sua maioria ex-escravos.

Isso gerou muitas brigas e acirrou as rivalidades nesse período. Como os homens ganhavam por trabalho, quem estava ali de passagem; precisando de um dinheiro rápido ou queria ir embora para casa com algum dinheiro no bolso; buscava trabalho no Porto e não queria saber de normas para o trabalho. A dignidade do ofício veio com o tempo e as conquistas da UOE para a classe. Mesmo quando havia ainda a “parede” formada por sindicalizados e não sindicalizados, o esforço era para garantir as condições mínimas acertadas para o trabalho. A pressão era cotidiana - pelo patronato que precisava carregar o mais rápido possível os porões do navio; e também por aqueles que não estavam preocupados com as condições mínimas do trabalho. A sazonalidade desse trabalho era algo que me chamou atenção: a incerteza do dinheiro que virá, mas também a liberdade de viver de maneira mais autônoma seguindo o lema de que “quem fala é o teu bolso”. A relação entre o

desgaste do corpo do estivador e o valor recebido era um domínio importante para a formação do “sujeito homem”.

Quando não tinha, a gente tinha que dar nosso jeito, né? Às vezes tinha greve. 15 dias, um mês; o Cais todo parado. Não tem como se empregar. Tá parado, tá tudo fechado. Aí tu tem que dar teu jeito aqui fora, né. Dar teu jeito é o que; é fazer um trabalho, fazer um serviço; e é assim “acabou a greve, voltou, voltou a funcionar. Acabou a greve, já acertou tudo que estava sendo reivindicado”, essas coisas. Aí você começava de novo aquela rotina de se empregar, ganhar teu dinheirinho. É terrível. É terrível, mas é bom. Porto é bom. O Porto é bom porque você tem liberdade de ação, você faz o que tu quer. Quer ir vai, não vai. “Não vou não”, *quem fala é teu bolso*. Se você está com a condição financeira legal, “Ah, não vou hoje não, essa semana eu vou ficar em casa, arrumei um dinheiro legal, vou ficar tranquilo, vou ficar em casa”; então fica. O teu emprego está lá, fixo, garantido. Porque ali é uma matemática totalmente diferente da daqui de fora, para explicar é complicado. [João]

Como aponta João, se não se empregava, não ganhava um real, e a oferta do trabalho duro da estiva era vasta, difícil, mas pagava por trabalho, por “tonelagem”. O esforço do sindicato na melhoria das condições de trabalho do estivador nos primeiros anos do século XX²⁵³ era uma forma de garantir normas de trabalho para todos, sindicalizados ou não. A possibilidade de ganhar por tonelagem – a diária, mais aquilo que produz – fazia com que muitos se esgotassem nesse trabalho e o procurassem para fazer dinheiro. Eram muitas as histórias de estivadores no Morro, conhecidos por pagarem rodadas de bebida, andarem com relógios e correntes de ouro e terem mais de uma família por quem eram responsáveis. Era a matemática da estiva.

Era comum entre os dois estivadores que conheci, João e Abelha, que ainda estava na ativa, ter amigos que avisavam sobre a chegada de navios no porto, a chamada praticagem²⁵⁴. Como a oferta estava escassa não era necessário mais ficar na plataforma esperando pelo turno. O trabalho tinha sido modificado pela técnica que por sua vez também modificara o estivador, mas que todavia, guardava lembranças desse tempo:

Eu moro de frente pro Porto, aí de vez em quando você ficando olhando o Porto, não tem como. Eu levanto e tem que olhar o Porto. Aí bate a saudade, de vez em quando eu vou lá ver os amigos, bater um papo. É emocionante. A gente olha e fala assim “Porra, foi ali que eu me aposentei, ali que eu consegui minha vitória”. Porque o objetivo de todo trabalhador é o que? Conseguir a sua aposentadoria. A aposentadoria é o *prêmio* da vida

²⁵³ Garantias como: o limite do número de horas trabalhadas, pagamento de hora extra e outros direitos conquistados.

²⁵⁴ A movimentação dos navios nos Portos do Rio de Janeiro pode ser acessada pelo endereço: <http://www.praticagem-rj.com.br/>. Acessado em julho de 2014.

dele, não é? Todo mundo quer se aposentar um dia. Você quer se aposentar um dia, não quer? Então, eu também queria. E outros querem. Então eu olho ali e falo “pô, eu agradeço a Deus; pô, obrigado, senhor por ter me dado essa condição de eu me aposentar aqui pelo Porto”. [João]

Diante das condições duras de trabalho na estiva se aposentar era uma premiação grande. Mesmo sendo “sujeito homem”, o estivador estava bastante vulnerável a acidentes nesse trabalho. O marido de Margarida, que conheceremos adiante, faleceram em decorrência de acidente ou doença relacionada ao trabalho, os casos, no entanto, eram bem mais numerosos entre as famílias do Morro.

Ah, muitos se aposentam. Muitos também se aposentam por invalidez, vai pro benefício, aí daqui um pouco não tem condições, ganha uma aposentadoria por invalidez; que é bem novo também; problema de saúde é problema de saúde. Quem sabe é o médico; é os peritos. Então as pessoas mais novas até se aposentam. Por acidente também, grave; é muito perigoso o trabalho do Porto. Você desce no porão no navio, você trabalha abaixo do nível do mar; você entrou ali, desceu, você já está abaixo do nível do mar, já entrou *ali dentro*. Quer dizer, *ali dentro* pode se acidentar; perdi muitos amigos, muitos se acidentaram de ficar aleijado; é terrível. Muitos deles se aposentam por problema de saúde. A maioria tudo adquirido no Porto, *dentro* do trabalho da estiva. Eu me aposentei por tempo de contribuição. Eu ainda posso exercer qualquer coisa *aqui fora* porque eu fui por tempo de serviço, eu tão perfeito. Eu posso. A lei mesmo permite que eu arrume um emprego assinado, tem que assinar a carteira para poder descontar o INSS, mas eu posso fazer isso. Eu e todos que foram por contribuição e tempo de serviço; quem for por invalidez você sabe que não pode. Ele não pode. Ele pode fazer um bico por aí a fora, mas... *dentro* dali não pode. [João]

A invalidez exposta por João era um dos riscos do trabalho na estiva, o que diante da liberdade que esse trabalho tinha aos olhos do estivador, limitava não só as condições do corpo, mas a renda da família que dependia dele. João chama atenção para uma característica que é ressaltada também por aqueles que vivem em favelas e vilas, consideradas *o dentro* – em relação a Cidade que era *o fora*. Certamente João estava usando *dentro* para se referir ao trabalho do navio, mas também seguramente *o fora*, ele usava para se referir a Cidade, onde o estivador sem trabalho – por invalidez, por falta de navio ou por greve sindical – ia buscá-lo.

A festa de São Jorge no Morro da Providência era conhecida por ser uma festa de estivadores, que se realizava todo ano no dia 23 de abril. Na única vez que participei dela, o santo foi levado pela escadaria da capela na Praça até a frente da Igreja, no Largo do alto do morro. Lá ele ganhou um manto e foi envolto em flores e ali foi rezada uma missa. Nesse dia era grande a presença de mulheres, mas me chamou atenção dois ou três senhores negros

alinhados, com camisa vermelha e sapato branco. Soube depois que eram aposentados da estiva. A maior parte das pessoas ligadas a esse ofício – conforme escutei de parentes e amigos - tinham morrido por acidente de trabalho, ou tinham algum problema de saúde ocasionado pelo trabalho no Porto, que não raro os levava a morte. Eram muitas as viúvas no Morro, Margarida era uma delas, como já ressaltamos.

Agradecer a Deus pela aposentadoria era agradecer também a possibilidade de estar vivo, não ter morrido em trabalho, conforme nos instiga a fala de João. Descontínuo e intercalado com momentos de ociosidade e lazer (Cruz, 2002:43) o estivador formava uma “comunidade operária tecida por práticas de trabalho manual costumeiras e saberes que são mantidos sob o controle do grupo e aprendidos *in loco*”. A reprodução era feita de forma “endógena” - com o “ofício” sendo passando de pai para filho ou por redes de parentesco e amizade. Foi com a modificação dos Portos, e com a legislação portuária estabelecendo formas mais normativas de produção, que as lógicas da solidariedade e da rivalidade foram se transformando em lembranças, deixando aos poucos de promover as relações entre os trabalhadores.

Preenchendo vazios: um plano estético para a cidade

Diante dessas transformações que vimos, em cenários políticos, econômicos e sociais, cabe ressaltar como a Zona Portuária começa a ser foco de intervenções urbanas e, principalmente, quais intervenções são essas. A qualidade das transformações previstas nos permite uma aproximação das sensações e também das pressões vividas pelos habitantes durante o processo de implementação das obras que as integram. Para assim tentarmos refletir sobre os efeitos da convivência – e em que medida ela é possível – dos sujeitos nessa nova paisagem proposta.

A delimitação criada em 1988 com o decreto que implementa a APA inaugurou um espaço territorial novo, que dialogava com a tendência de revitalização na área portuária de áreas ditas “degradadas” – ambientalmente e urbanisticamente - conforme vinha ocorrendo em diversas cidades do mundo. A iniciativa tinha como objetivo a preservação do patrimônio arquitetônico e cultural da região investindo no uso residencial dos bairros, o que nunca chegou a ser realizado. Conforme nos aponta Guimaraens (2011) o Morro da Conceição era o núcleo mais dinâmico do investimento em preservação, pois reunia e reúne uma gama de ambientes passíveis de patrimonialização com diferentes grupos se apropriando dessa condição, com distintas adesões e identidades. O perímetro instituído pelo SAGAS é

praticamente mantido pelo Projeto Porto Maravilha: ao norte, a Baía de Guanabara; ao leste, a Avenida Rio Branco; e ao sul, a Avenida Presidente Vargas. Agregando-se a oeste da área delimitada pelo Projeto, uma faixa de terra que pertence ao bairro do Caju e outra ao bairro de São Cristóvão, resultando uma área total de 5 milhões de metros quadrados.

A elaboração de um plano estético e estratégico para a cidade do Rio de Janeiro vem como oportunidade para essa mudança, reunida sob o nome de Cidade Olímpica.

Cidade Olímpica: uma estética para a expansão

O plano estético que implementa a Cidade Olímpica já pode ser notado no ‘primeiro planejamento estratégico do município’; um documento que já leva o adendo de ‘pós-2016’ em seu interior. Fazendo alusão ao futuro: os jogos olímpicos de verão que a cidade irá sediar no ano de 2016²⁵⁵. Nas primeiras páginas há uma carta de apresentação feita pelo prefeito Eduardo Paes e que evoca o tom do planejamento “pensar no longo prazo para agir no curto prazo”. Segundo ele, o plano definiria ações concretas que teriam como horizonte os quatro anos do governo municipal (2009-2012), mas apontando para a possibilidade de sua reeleição como prefeito. No plano ele denomina cidadãos, empresas e organizações sociais como “forças indispensáveis para pensar o futuro do Rio” que não estaria restrito aos “círculos oficiais”. A participação dessas forças na construção de um diagnóstico o qual o planejamento se embasaria foi resultado de grupos focais com cidadãos “comuns” de diversas áreas da cidade e de workshops com técnicos e gestores da Prefeitura. O diagnóstico, conforme informa o prefeito em seu texto de abertura, teria identificado os “principais desafios e vantagens competitivas da cidade”, que foram articuladas em quatro “pilares de aspirações”: sociais, econômicas, ambientais e políticas. Convidando o carioca não só sonhar, mas a ambicionar um novo futuro o planejamento apresenta uma “visão estratégica de futuro” e desses quatro pilares traça metas para certas “áreas de resultados”, que são: Saúde; Educação; Ordem Pública; Emprego e Renda; Infraestrutura Urbana; Meio Ambiente; Transportes; Cultura, Esporte e Lazer; Assistência Social; Gestão e Finanças Públicas – eixos que nortearam depois a construção da Cidade Olímpica.

Em junho de 2011 é criada – pela Lei 5.272 e regulamentada pelo Decreto 34.045 – a Empresa Olímpica Municipal (EOM), uma empresa pública de capital fechado, constituída sob a forma de Sociedade Anônima com duração estabelecida até dezembro de 2016. A

²⁵⁵ É importante ressaltar que na época da construção do primeiro plano o prefeito Eduardo Paes ainda não tinha sido reeleito, o que aconteceria em 2012, cujo fim do mandato coincide com a realização das Olimpíadas. Essas ações resultariam em uma “visão” que “representa um conjunto de aspirações para a cidade ao longo da próxima década” quase totalmente sobre seu comando quando a eleição se efetiva, em 2012.

empresa era responsável por coordenar a execução das atividades e projetos municipais relacionados à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; além de fazer a mediação e integração entre a Prefeitura, os governos estadual e federal, e “os diferentes agentes nacionais e internacionais envolvidos no processo de preparação da cidade” para a realização destes dois eventos esportivos²⁵⁶. Por essa estética e principalmente pela falta de ética com a população na condução das obras, os movimentos sociais e grupos civis que contestam a relevância e os projetos dessa Cidade usam a noção de “impacto” para medir os efeitos de sua execução pelos governos. Utilizado por acadêmicos ligados aos movimentos sociais para mensurar o efeito negativo das obras para a população que tem seu cotidiano afetado por elas, os “impactos” estão relacionados aos custos, a lentidão na conclusão dos projetos, ao colapso da ‘cidade em obras’ por quase quatro anos consecutivos, aos desvios no trânsito, aos erros nas estruturas construídas²⁵⁷, a má qualidade dessas obras. Todos os efeitos que nos sites dos governos e documentos oferecidos pelos governantes responsáveis pela execução desses empreendimentos não é nunca citado.

No interior dessa disputa discursiva entre o ‘impacto’ e as ‘melhorias’ está o debate sobre o que é considerado um sacrifício coletivo razoável – a convivência cotidiana dos habitantes com as grandes obras - diante da recompensa de uma cidade melhor para todos. Uma questão que é pouco focada nesse debate é quem são os integrantes do coletivo que deve fazer os sacrifícios para que a cidade fique ‘melhor’ e se de fato, após a conclusão das “melhorias” e, em nossa leitura, da *estabilização do impacto*, se esses que se sacrificaram tem como recompensa uma cidade mais ajustada a suas necessidades e desejos, uma cidade “a qual eles aspiram”, para usar as palavras do prefeito.

O projeto de Cidade Olímpica estava empenhado em promover ‘melhorias’ em todo o perímetro da cidade, isso significa obras em todas as áreas de planejamento do município. Essas áreas, segmentadas por intermédio do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, são parte da divisão político-territorial do município. Cada Área de Planejamento (AP) tem divisões, chamadas Regiões Administrativas (RA) e cada AP está inserida em Macrozonas de Ocupação Urbana²⁵⁸, que também podem ter subdivisões. Uma Macrozona pode integrar mais de uma AP ou até mesmo parte dela e é através dessas diferentes divisões que o

²⁵⁶ As obras que estão sendo realizadas desde então, e a qual conheceremos aqui, são parte deste plano estético para a cidade do Rio de Janeiro, em seu formato de Cidade Olímpica.

²⁵⁷ Rayder Bragon, “Viaduto em construção que liga obra da Copa desaba em BH e deixa mortos”, *UOL*, 03/07/2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/07/03/viaduto-em-construcao-desaba-em-belo-horizonte.htm>>; acessado em jul. 2014.

²⁵⁸ São elas: Assistida, Controlada, Consolidada e Incentivada.

território da cidade é planejado²⁵⁹. As “aspirações” descritas pelo prefeito em seu plano para a Cidade Olímpica não podiam ser concretizadas se não respeitassem a legislação urbana. E como as aspirações não estavam de acordo com essa legislação, em 16 de dezembro de 2009 foi firmado um contrato com o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) a fim de elaborar estudos que promovessem a “Sustentabilidade no Desenvolvimento da Cidade do Rio de Janeiro como subsídio para a revisão do Plano Diretor da Cidade”. Para a construção do relatório foram realizados 15 encontros, que contaram com a participação de técnicos da FGV, membros da Câmara de Vereadores, líderes sociais, e técnicos especializados. As dimensões tratadas pelo grupo que construiu o estudo eram cinco, e bem próximas ao que foi incorporado pelo plano estratégico: Sustentabilidade Social (Dimensão Social); Sustentabilidade Econômica (Dimensão Econômica); Desenvolvimento Urbano (Dimensão Urbana); Meio Ambiente (Dimensão Ambiental); e Governança (Dimensão de Governança) – que estariam abarcadas no Plano Diretor em suas tensões. Faço destaque a esse trecho do relatório por achá-lo importante para observar o processo que levou a modificação do Plano Diretor da Cidade (e consequentemente permitiu os ajustes necessários para implementação da Cidade Olímpica); e a arquitetura feita para construir legalmente a modificação desse plano sob a tutela da participação de todos os cariocas.

Corroborando a importância da participação, de acordo com a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, esse processo periódico de construção, implementação e revisão do Plano Diretor, deve ocorrer de forma participativa, buscando a geração de insumos e promovendo reflexões da população acerca de seu espaço urbano. Essa participação busca configurar o Plano como um instrumento da sociedade que possa também ser responsável pela planificação da cidade.

No documento, a participação da sociedade na construção do estudo logo é enfatizada. Ressaltá-la era parte de um discurso amplamente utilizado pelos governantes para legitimar as frequentes alterações na legislação urbana dos municípios brasileiros após a sanção do Estatuto da Cidade²⁶⁰, em 2001. A “participação popular” tinha se transformado em tecnologia eficaz para a sanção da lei por parte dos governantes, muito mais do que um processo construído paulatinamente junto com as comunidades a qual a modificação da lei se destinava. Também era uma estratégia eleitoreira, uma tática que dava imunidade ao propositor da lei diante do controle do judiciário caso a ação dos governos fosse, e muitas

²⁵⁹ O Plano Diretor é instituído por legislação e qualquer empreendimento – viário, imobiliário, comercial ou residencial – incluindo alterações nos recursos naturais – encostas, lagoas, rios, fauna – deve estar de acordo com o ordenamento por ele proposto.

²⁶⁰ Lei Federal nº 10.257/01, o Estatuto como já vimos é considerado uma conquista dos movimentos sociais no projeto de uma reforma urbana. A participação popular também era uma das mais importantes demandas dos movimentos sociais para a configuração de uma maior igualdade dos grupos no acesso e usufruto da cidade, cujo Estatuto teria sido um grande passo.

vezes foi, questionada pela sociedade civil²⁶¹ na esfera judicial. Notamos que a forma dessa “participação” era algumas vezes manipulada²⁶² pelos interesses do órgão público que promovia ou propunha as mudanças urbanas nas regiões e que alguns moradores e moradoras tinham interesse na proximidade com os governos, pois se sentiam contemplados com os benefícios dessa relação. No caso do Rio de Janeiro, vimos que as orientações dispostas nas leis foram manipuladas para que novas leis fossem criadas ou modificadas dentro de um procedimento legal. Na implementação do projeto Porto Maravilha, houve uma escolha: algumas leis eram respeitadas pelos governantes em detrimento de outras. Essa seleção constituía casos de “violação de direitos” já que a estratégia era de evidenciar a legalidade dos procedimentos de instauração do projeto, promovendo um “esquecimento” do conjunto de direitos violados pelo não seguimento do outro grupo de leis. Se por um lado como mostramos há uma legislação moldada para a realização do Projeto Porto Maravilha que segue pelo caminho formal; por outro, há no mínimo outras três importantes legislações urbanas – Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade); Lei Federal nº 11.124/2005 (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Interesse Social) e a Lei Federal nº 11.481/07 (Regularização Fundiária em Terras da União) que são “esquecidas” para a efetivação do projeto.

Após a conclusão do relatório realizado pelo IPP, que foi chamado de Pacto Carioca, no dia 1º de fevereiro de 2011 é promulgada a Lei Complementar nº 111, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município, passando a integrar o plano da Cidade Olímpica. A alteração do Plano Diretor foi fundamental para a criação do projeto Porto Maravilha e é nos efeitos desse projeto que nos debruçaremos com mais intensidade. Antes de nos determos nessa área, no entanto, gostaria de pontuar outras grandes obras que integram o planejamento da Cidade Olímpica²⁶³ e como elas estão repletas de tensões²⁶³ que não podem ser mensuradas pela escala da planificação, mas que ficam evidentes através dela: remoções, deslocamentos forçados e privilégio de obras de mobilidade urbana.

²⁶¹ Os processos de questionamento alegavam a falta de diálogo do governo com a comunidade, ou falta de informação por parte do governo sobre as obras implementadas nesses locais.

²⁶² A reflexão crítica sobre a participação popular tem sido feita por alguns autores. Paulo Arantes é incisivo ao dizer que ela é uma “falsa mercadoria” cujos pregões atuam nas entidades estatais, empresariais, movimentistas. O autor também cita o trabalho de Ludmila Costhek Abílio (2005) que teria refletido sobre a participação popular a partir da existência de um “mercado da cidadania” como parte das formas biopolíticas de um controle de populações periféricas urbanas.

²⁶³ O sítio da Cidade Olímpica, disponível em: www.cidadeolimpica.com, concentra as informações e a propaganda sobre as obras que estão sendo realizadas no Rio de Janeiro e que permanecerão em execução até no mínimo o ano de 2016. Em novembro de 2011 o número de projeto divulgados eram doze, em 2013 o número subiu para 21. Integrante do conjunto das 12 obras divulgadas pela empresa como associadas a Cidade Olímpica o Porto Maravilha é o projeto que será executado na região portuária da cidade.

As ameaças de remoção na Cidade Olímpica, o deslocamento forçado



Fig. 3.1

Infraestrutura	Porto Maravilha	Social	Bairro Carioca
	Centro de Operações Rio		Morar Carioca
Instalações Olímpicas	Parque Olímpico	Transportes	GEO
	Vila dos Atletas		Vila Olímpica
	Parque dos Atletas		TransOlimpica
	Novo Sambódromo		TansCarioca
	Pavilhão Cidade Olímpica		TransOeste
Meio Ambiente	CRT Seropédica	VLT	
	Reflorestamento de Encostas		
	Rios e Lagoas		
	Parque Madureira		

Problematizando a remoção de moradias para implementação dos projetos de *melhorias* apresentados pelo governo, nos deteremos aqui somente a três eixos do plano da Cidade Olímpica: social, transportes, infraestrutura; por serem eles que concentram as obras que mais ameaçam as comunidades do deslocamento forçado.

No mapa podemos ver as APs e as diferentes obras destinadas a cada uma delas, o que nos dá uma dimensão da Cidade Olímpica. Gostaria de chamar a atenção para três regiões do mapa em que se acumulam obras: a região da AP1, onde está o Cais Mauá e onde está sendo realizada a obra do Porto Maravilha; a região da AP5, onde está sendo construída a TransOeste; e a região da AP3/AP4 que estão sendo cortadas por duas grandes obras viárias – TransCarioca e TransOlimpica - e estão no centro do município do Rio de Janeiro.

TransOlimpica, TransCarioca e TransOeste

No dossiê preparado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2013:31) o volume das remoções e ameaças de remoção de moradias e comércios por conta de obras na cidade foram organizadas em quatro eixos: obras viárias/corredores BRTs; instalação/reforma de equipamento esportivo; promoção turística na Área Portuária; e áreas de risco e interesse ambiental. Dezesete (17) das trinta e sete (37) comunidades mapeadas pelo Comitê foram removidas, tiveram ameaça de remoção ou foram parcialmente removidas, por essas três obras viárias que integram o projeto da Cidade Olímpica: TransOeste²⁶⁴, TransOlimpica e TransCarioca²⁶⁵. Cerca de nove (9) foram enquadradas como *atingidas* pelas obras do Porto Maravilha e o restante entraram na categoria risco/área ambiental. Há ainda as comunidades removidas por obras para instalação de acessos e estacionamentos para os estádios (Maracanã e Engenhão). Algumas comunidades têm, por parte dos representantes dos órgãos responsáveis pelas obras, mais de uma justificativa para remoção, ou estão em área que recebe mais de uma obra. Essa variação nas justificativas de remoção é refletida por Magalhães (2013) em sua tese de doutorado, a partir de dois discursos: o do legado dos megaeventos; e do risco ambiental. Ambos configurariam para o autor uma nova tecnologia governamental para remover comunidades na cidade, seja no centro ou em regiões consideradas periféricas. Apesar de dialogar com Magalhães em sua definição e etapas do atual processo de remoção de moradias, considero frágeis todas as tentativas de apreensão dessas justificativas, por mais que estejamos, enquanto pesquisadores, sempre tentando controlá-las. Isso porque a intransigência dos membros do governo era grande, como vamos perceber ao longo desse trabalho. As justificativas variavam conforme o evento que o representante participava - geralmente o secretário de habitação, o prefeito ou o governador - e o público para quem ele apresentava as obras. Era comum que em uma coletiva para imprensa apresentada, por um desses representantes, uma justificativa; e que para a audiência pública fosse apresentada outra; que para a defensoria

²⁶⁴ A TransOeste cruza as regiões de: Barra da Tijuca, Santa Cruz, Campo Grande, Paciência, Sepetiba, Inhoaíba, Cosmos, Guaratiba e Recreio dos Bandeirantes.

²⁶⁵ O corredor de 39 km² de extensão liga o Aeroporto do Galeão à Barra da Tijuca. O BRT que integra a via terá 47 estações de embarque e desembarque e cinco terminais. Conforme a estimativa da prefeitura a obra iria reduzir em 60% o tempo de deslocamento de passageiros que fazem esse percurso. A Transcarioca é a obra mais cara entre todas as prometidas para o Mundial da Fifa. Segundo as informações da reportagem ela custará cerca de R\$ 2,2 bilhões. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/29/projeto-mais-carro-da-copa-funcionara-parcialmente-no-mundial.htm>>; acessado em jun. 2014.

pública, fosse apresentada outra, diferente dessas duas²⁶⁶; para os moradores muitas vezes era apresentada a mais vaga delas. Os trechos viários a serem construídos, os equipamentos urbanos, o número dos loteamentos; também variaram ao longo da implementação da obra, e algumas desapropriações foram feitas sem necessidade por conta dessa “imprecisão”.

Na Cidade Olímpica as obras viárias são agregadas no “eixo transporte”, talvez porque esse seja um dos maiores problemas urbanos da cidade, e que a construção das “trans” aliada ao sistema BRT - construção dos corredores exclusivos em cada uma das três vias - promete solucionar. Atualmente as viagens são lentas, a qualidade do transporte é ruim, e os horários são instáveis ou seja, a demanda de deslocamento criada pela lógica de afastar o trabalhador mais pobre para “longe” faz com que ele sofra o custo desse deslocamento insalubre em seu corpo e sobre seu tempo²⁶⁷. Conforme Tertschitsch (2010) é sabido que 75% das viagens são realizadas em razão dos deslocamentos para o trabalho, o que torna as jornadas de deslocamento ainda mais cansativas nas grandes cidades. Aliado a isso, o autor nos informa que 37 milhões de brasileiros e brasileiras estão excluídos do sistema de transporte por não ter dinheiro para pagar as passagens, um dado extremamente relevante diante do argumento que move a construção dessas obras: as melhorias no transporte coletivo. A construção das “Trans” segue o modelo de desenvolvimento da economia nacional e das cidades brasileiras desde a década de 50, que “está intimamente ligado à produção e ao consumo do automóvel”, ou seja, apesar de ser exaltada como uma solução quase definitiva para a mobilidade urbana da cidade do Rio de Janeiro, essas iniciativas seguem apresentando a solução individual para ela: o carro. A implementação dos “BRTs” nos corredores dessas autopistas não leva em conta que o transporte coletivo além de pago, é caro para a maior parte da população, e inviável para quase 20% dela.

“Investimentos Sociais”

A organização das obras pela prefeitura seguia o argumento do investimento e da melhoria, conforme vemos na legenda²⁶⁸, e conforme acompanharemos no caso das obras do Morar Carioca na Providência. Cabe lembrar que o programa foi grosseiramente apropriado

²⁶⁶ As ACPS promovidas pelos moradores contra a prefeitura exigindo informações sobre as obras, geralmente se arrastavam por anos, porque o município enquanto réu, demorava para apresentar os laudos de risco, os projetos ou parte deles, as autorizações para o empreendimento, enfim, toda a documentação que por lei teria que estar regular antes do início da obra.

²⁶⁷ Destaco aqui a reflexão de Daniel Guimarães Tertschitsch (2010) disponível em: <http://urbania4.org/2011/02/14/deslocamento-e-lugar>, argumentando que o deslocamento também é lugar. Acessado em agosto de 2014.

²⁶⁸ O programa Morar Carioca entra na coluna de investimentos sociais da Cidade Olímpica, junto com o Bairro Carioca, o GEO e a Vila Olímpica.

pela EOM, entrando como reflete Magalhães na categoria de “legado” da realização dos megaeventos no Rio de Janeiro sem, no entanto, ter sido criado para ou por causa deles. Lançado em julho de 2010 o programa tinha como principal objetivo a urbanização de todas as favelas da cidade até o ano de 2020, contando para isso com recursos de R\$ 8 bilhões (2013:130) provenientes de três fontes distintas: Governo Federal, da própria prefeitura e também do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que já havia financiado um programa anterior, e similar a este, chamado Favela-Bairro, implementado em 1994 pelo governo do estado. Os dois programas faziam parte das narrativas dos moradores de comunidades do Rio de Janeiro, pois eram acionados como marcadores temporais em suas vidas, por conta das obras promovidas por eles nesses locais. Mesmo com diferenças os dois programas tinham a mesma orientação: integrar a favela e a cidade. E para essa integração se propunham também da mesma forma, a investir em: urbanização, infraestrutura, redes de água e esgoto, obras viárias, equipamentos de lazer e educação; grupo de investimentos que era desejado por todos moradores com quem conversei. De forma que a justificativa para a realização dos programas não era nefasta e tampouco desligada daquilo que era urgente nessas comunidades. O que levava a uma resistência a algumas iniciativas governamentais, que gerava desapontamentos era a “forma” como essas obras eram feitas; que raramente, apesar de entrarem na comunidade a partir dessas justificativas, eram realizadas como prometiam os editais; como constavam nas declarações públicas nos sites da secretaria de habitação (responsável pelas obras) e como eram preferidas da boca de seus representantes. Esse é um ponto importante para nós, pois ele é parte da resistência dessas pessoas e de como, diante do desgaste na relação com o Estado, a resiliência torna-se uma forma de sobrevivência.

Morar Carioca

O programa Morar Carioca foi o principal programa de habitação da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, entre 2010 e 2014. Na organização das obras feitas pelo departamento de comunicação da prefeitura o programa está no eixo “social”, portanto, separado do eixo “transportes”, o que evidencia uma distopia do órgão municipal ao situar essas obras aos seus “cidadãos”. A produção de moradia está interligada a expansão da malha viária do município, principalmente para a zona oeste da cidade, área de planejamento número 5 (AP5); e, além disso, é em parte financiada pelo mesmo recurso²⁶⁹.

²⁶⁹ Os loteamentos - assim como a urbanização, e as obras viárias - são foco de investimento do governo federal

Em busca da quantidade, variedade e histórico dos projetos previstos e lançados pela Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, fiz uma busca nas notícias publicadas pelo site através do termo “morar carioca”. Nelas podemos constatar que os empreendimentos construídos para a população de baixa renda - usando faixa estabelecida pelo programa federal Minha Casa Minha Vida que considera famílias com renda até R\$ 1.600,00 integrantes da faixa de 0 a 3 salários – a grande maioria foram construídos na Zona Oeste. Não só os condomínios dessa faixa, como veremos adiante, um grande volume de empreendimentos imobiliários financiados pelo Minha Casa Minha Vida - e outros com fundos do PAC - estão e foram feitos com vistas a ampliar o acesso e a ocupação dessa região. O deslocamento até a região de Campo Grande ou de Santa Cruz, onde estavam a maior parte desses loteamentos populares era uma tarefa hercúlea para aquele que tem que se deslocar através de transporte público na capital fluminense. Tendo em vista o último loteamento entregue pela SMH, por exemplo: o condomínio Aterrados 1 e 3, na Estrada do Aterrado, em Santa Cruz - fica explícito o tempo que o trabalhador despense na locomoção caso trabalhe cerca do centro, são 53km de distância, o que dentro de um ônibus e de um trem é uma viagem de no mínimo um par de horas²⁷⁰. O tempo de deslocamento é grande e só compensa se não houverem empregos ou oportunidades similares no entorno da nova moradia. A carência de escolas e infraestrutura urbana ao redor desses novos loteamentos era uma queixa constante das pessoas que os visitavam ou que iam morar lá, relatando que depois que desciam dos pontos de ônibus, ainda tinham que caminhar bastante para chegar até sua residência²⁷¹. Nas reportagens nota-se um investimento em expor uma grande quantidade de números e cifras, sempre associados a fatura do investimento na obra como

através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mas há também recursos oriundos da Secretaria Estadual de Habitação, que através da Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro (CEHAB), também investe em obras de loteamentos habitacionais através do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV). O MCMV apesar de só produzir moradia, também tem que ser pensado como um fator importante na expansão da cidade, já que é responsável pelo financiamento de grande parte dos novos loteamentos no Rio de Janeiro nessa região da Zona Oeste.

²⁷⁰ Cf. pesquisa divulgada pelo IPEA em 2013 o Rio de Janeiro é a pior cidade no quesito deslocamento casa-trabalho, onde o trabalhador demoraria uma média de 50 minutos para fazer o traslado. Esse tempo no entanto não é representativo para aqueles com quem conversamos, que relatam gastar bem mais tempo para se deslocar. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/10/nas-grandes-cidades-186-levam-mais-de-1h-para-chegar-ao-trabalho.html>>; acessado em jul. de 2014.

²⁷¹ A promoção de habitação em uma área que já era um polo industrial (Santa Cruz) e estava em franco crescimento por sua localização privilegiada: cerca de um dos acessos do arco metropolitano – não parecia ser uma coincidência. Transferir a moradia de pessoas pobres para a Zona Oeste, não parece somente uma desabituação delas da área central da cidade, mas parte de uma estratégia de concentração de mão de obra nessa região, que é foco de atividades industriais ligadas ao Porto de Itaguaí, a mineração, e ao transporte de petróleo e derivados. O que nos sugere que a não “urbanização” em torno desses loteamentos é temporária, e além disso, estratégica. A questão é que até que ela seja efetivada a qualidade de vida de quem vai morar nesses loteamentos é precária no quesito do acesso a mobilidade e ao usufruto de serviços variados.

garantia da efetividade delas. Os governantes são fotografados em lançamentos de obras, onde sempre parecem explicando claramente o cronograma daquilo que virá dali para frente, como vimos que também ocorria na Vila Dique. Os croquis dos loteamentos, acessos, parques, Praças, e equipamentos urbanos apresentados pela prefeitura em geral seguem uma mesma linha arquitetônica o que nos sugere que tenham sido feitos pelo mesmo escritório²⁷².

Como o caso do Bairro Carioca, que veremos em seguida, boa parte dos loteamentos entregues pelo Morar Carioca²⁷³ estavam relacionados com desalojamento de famílias em função das chuvas na cidade e arredores. Alguns investimentos do programa também estavam centrados na “urbanização” de comunidades ou bairros. E uma parte desse programa estava relacionada com o reassentamento de famílias cujas casas foram removidas por alguma obra, ou obra ligada direta ou indiretamente aos megaeventos. Os loteamentos atendidos pelo programa estão localizados em diversas regiões da cidade²⁷⁴, mas como já citamos a maior parte na Zona Oeste.

Diferente do Morar Carioca, no caso dos loteamentos feitos pelo Minha Casa Minha Vida, os contratos são assinados diretamente entre as prefeituras e o Ministério das Cidades, ficando a cargo da Secretaria Estadual de Habitação fomentar a parceria, oferecendo auxílio técnico na elaboração dos projetos quando solicitado pelas prefeituras, e a contrapartida financeira das propostas. A prefeitura deve identificar terrenos edificáveis e livres de pendências judiciais que possam ser ofertados ao MCMV e o governo do Estado garantiria as obras de infraestrutura: pavimentação, instalação de rede coletora de esgoto, rede de água, rede elétrica das vias. Segundo a Secretaria de Estado de Habitação (SEH), há três convênios assinados nessa modalidade, o que consiste na construção de mais de 10 mil unidades

²⁷² No entanto, há também reportagens que destacam a parceria do município com o Instituto de Arquitetos do Brasil na construção de loteamentos que contam inclusive com a exposição dos projetos selecionados para as áreas; a dúvida é descobrir onde eles foram construídos. A realidade exposta pela assessoria de comunicação da prefeitura contrasta bastante com a relação que os moradores do Morro da Providência tiveram com ela e os seus representantes, e a relação deles e dessas obras no espaço, como veremos mais adiante.

²⁷³ É importante ressaltar também o que na busca fica evidente: o Morar Carioca não é responsável somente pela construção de casas ou prédios, também constrói creches, Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), praças, e centros de aprendizado, ou espaços de lazer, vias ou acessos para mobilidade.

²⁷⁴ Cidade de Deus (Jacarepaguá); Estrela Dalva (Santa Cruz) e Piaí (Sepetiba); Parque Alegria (Caju); Morro de São Carlos (Estácio); Complexo da Francisca; Morro do Chapadão (Pavuna); Morros da Babilônia e do Chapéu Mangueira (Leme); Morro da Providência; Complexo do Lins; Pedreira, Nova Jerusalém e Parque Nova Cidade de Acari (Pavuna e Costa Barros); Vila Amizade, Vila Caramuru e Morro dos Mineiros (Tomás Coelho); Morro São José Operário (Jacarepaguá); Morro da Coroa (Santa Teresa); Vila Catiri (Bangu); Vila João Lopes (Realengo); Vila Rica de Irajá (Acari); Vila Esperança (Acari); Nova Divineia, Borda do Mato, Parque JK e Parque João Paulo II (Grajáú); Azevedo Lima e Santos Rodrigues (Rio Comprido); Guarabu (Ilha do Governador); Areal (Guaratiba); Marechal Hermes e Centro; 11 comunidades na Tijuca; Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá); Complexo de Manguinhos; Complexo do Alemão.

habitacionais²⁷⁵. O cadastramento das famílias interessadas em ter uma unidade do Minha Casa Minha Vida é feito pelas prefeituras, com exceção das pessoas de baixa renda (de zero a três salários mínimos) que não possuem moradias e integram, portanto, um cadastro único. Haveria atualmente 155.812 inscritos na Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ), sendo que 126.857 são candidatos que recebem até três salários mínimos. As listas seriam analisadas pelas prefeituras a cada novo projeto autorizado. Esse grande número de inscritos de 0 a 3 salários mínimos, no entanto, tem que ser olhado com cuidado, pois a maioria dos removidos é coagida a fazerem a opção do cadastro como garantia de recebimento de uma casa. As outras alternativas eram a desapropriação por interesse público e a compra assistida e/ou a indenização que pouco foram exitosas para os removidos uma vez que os valores pagos eram baixíssimos²⁷⁶, o que impossibilitava a compra do imóvel em outro local. Enquanto perdurasse a análise das listas de inscritos pela Secretaria, e enquanto os loteamentos não fossem concluídos, o removido tinha somente a opção do aluguel social, que era extremamente condenada pelos militantes apoiadores dos moradores e integrantes de movimentos pela moradia, pois não oferecia uma alternativa ao removido e sim o impunha uma oferta fechada. Além de que os aluguéis sociais serem baixos, no valor de R\$ 400,00, o que inviabilizava uma moradia na região foco da obra, justamente porque, por conta da obra, os aluguéis estavam aumentando. Aliado a isso era grande a desconfiança de que o governo seguiria pagando o aluguel “até que a casa ficasse pronta”, o que deixava as pessoas inseguras em aceitar – aceitando a proposta elas não podiam entrar com uma ACP contra a prefeitura, por exemplo – e inseguras em não aceitar, pois não tinham para onde ir. O aluguel social era pago via cheque (primeiras parcelas), pois a informação inicial era de que a casa ficaria pronta em apenas três meses. Como começaram a se repetir casos como o da Providência onde pessoas removidas ficaram mais de um ano esperando a finalização do

²⁷⁵ As unidades estão localizadas em: Barros Filho (1.260 unidades e um centro comercial de 12 lojas), Frei Caneca (998 unidades) e Cidade de Deus (996), Costa Barros (com previsão de 1.200 unidades habitacionais), Jacarepaguá (Cidade de Deus, com perspectiva de 1.000 unidades habitacionais), Estácio (Antigo Complexo Frei Caneca, com 990 unidades habitacionais), Santa Cruz (Urucânia, com perspectiva de 500 unidades habitacionais), Santa Cruz (Antares, com perspectiva de 4.400 unidades habitacionais) e São Cristóvão (com perspectiva de 1.500 unidades habitacionais).

²⁷⁶ O ex-morador da Vila Recreio II, Jorge do Santos, que é citado nessa reportagem, costumava relatar que se arrependera de ter aceito a indenização de 13 mil ofertada pela prefeitura já que o valor não possibilitou que ele adquirisse outro imóvel. Jorge e mais outras 139 famílias quiseram a indenização, outras 54 optaram por ir para condomínios do Minha Casa, Minha Vida, em Campo Grande. Com a justificativa da construção do BRT da TransOeste, 194 famílias foram removidas nessa área, que conforme sugere a reportagem, nem será utilizada para a obra. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-14/brt-remove-194-familias-do-recreio-sem-necessidade.html>>; acessado em jul. de 2014.

loteamento²⁷⁷, os aluguéis começaram a ser depositados via bolsa família ou via conta corrente segundo consta no site da prefeitura.

Bairro Carioca

O objetivo do projeto nominado “Bairro Carioca” era abrigar famílias vítimas de desabamentos causados pelas chuvas de abril de 2010²⁷⁸, moradores oriundos de ‘áreas de risco’, mas também novos moradores que não haviam passado especificamente por essa experiência. Em 25 de agosto de 2010 é publicado pela Secretaria Municipal de Habitação um chamamento público de empresas interessadas na elaboração de projetos e construção de unidades habitacionais no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em uma área de 125 mil m² no ‘Complexo de Triagem’, Zona Norte do município. Era nesse local que o “Bairro” ‘nasceria’²⁷⁹.



Fig. 3.2



Fig. 3.3

O terreno comprado pela prefeitura para a construção do loteamento pertenceu ao Jockey Club Brasileiro e depois a Light. Localizada entre Benfica e Rocha, o terreno adquirido sediava desde 1930 a ‘Cidade Light’, como era conhecido o local que concentrava em um único lugar²⁸⁰ a fabricação e conservação do material necessário para a manutenção dos serviços - de transporte, de gás encanado, de telefonia e eletricidade - dos quais a Companhia tinha a concessão nesta época. Os galpões construídos no fim do século XIX pela

²⁷⁷ Os valores das unidades dos loteamentos MCMV variava em 2012 entre R\$ 60 mil a R\$ 63 mil, dependendo se era casa ou apartamento. Segundo a Caixa Econômica Federal a casa térrea era composta por 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, em área útil mínima de 36 m² (não computada área de serviço); nas unidades habitacionais multifamiliares verticalizadas, o programa mínimo previa o mesmo número de cômodos mas uma área útil mínima de 39 m².

²⁷⁸ Favelas foram destruídas pelos deslizamentos de terra. Alguns perderam suas casas, outros precisaram sair depois que os imóveis foram interditados pela Defesa Civil.

²⁷⁹ “Em Triagem, o nascimento de um bairro”, *Cidade Olímpica*, 26/05/2011. Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/noticias/em-triagem-o-nascimento-de-um-bairro>; acessado em jan. 2014.

²⁸⁰ “Galpões contam um pouco do progresso do Rio no século passado”, *Cidade Olímpica*, 01/09/2011. Disponível no endereço: <http://www.cidadeolimpica.com.br/noticias/galpoes-contam-um-pouco-do-progresso-do-rio-no-seculo-passado>; acessado em jan. 2014.

Companhia ainda estavam no terreno quando o chamamento foi publicado no diário oficial e cinco deles foram mantidos e reformados para integrarem o “Bairro”. A proposta era que os galpões abrigassem: um Centro Cívico, uma Escola, um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), um Mercado Popular; um Ginásio Poliesportivo e uma Clínica da Família. No anúncio do projeto o prefeito Eduardo Paes afirmou a construção de 3.400 unidades²⁸¹ habitacionais (pelo MCMV) nesse local, que contaria até com uma Unidade de Polícia Pacificadora conforme as palavras do governante²⁸². Segundo aponta Magalhães (2013:109 e 285) após o anúncio, a proposta do prefeito receberia críticas: ele foi acusado de reproduzir o mesmo modelo de política habitacional das décadas de 1960 e 1970, quando inúmeros conjuntos habitacionais foram construídos no Rio de Janeiro em áreas consideradas muito distantes dos centros urbanos e sem qualquer infraestrutura²⁸³. O prefeito responderia este questionamento afirmando que diferente dos outros empreendimentos, o “Bairro Carioca” seria erguido em área com infraestrutura, e estava próximo da região central. Ao analisar as reportagens produzidas pela prefeitura sobre o empreendimento, nota-se que há um investimento da equipe de planejadores em transformar o antigo Complexo em um novo “Bairro” (loteamento, equipamentos urbanos, instituições de educação, cultura e saúde) do Rio de Janeiro, buscando claramente se opor ao modelo e a prática de loteamento popular utilizada nos anos 60 e 70, e hoje altamente criticada pelos movimentos sociais, ONGs e pesquisadores da temática da habitação no país. Fugindo da crítica da noção impessoal da moradia em um conjunto’, ‘loteamento’, ‘blocos’, os apartamentos do Bairro teriam “conforto e dignidade”²⁸⁴. A dignidade do trabalho em um lugar que contava “um pouco do progresso do Rio de Janeiro” imprimia um valor positivo ao local das antigas oficinas que, após abrigarem cerca de 2 mil trabalhadores em suas atividades diárias, se transformariam agora em área ocupada por 170 prédios construídos para aproximadamente 10 mil trabalhadores cariocas, que ali residiriam.

²⁸¹ A proposta eram dez condomínios com prédios de quatro andares e apartamentos de dois quartos, num total de 3.400 unidades habitacionais, sendo investidos R\$ 200 milhões, dois quais R\$ 150 milhões do Programa Minha Casa, Minha Vida, além de recursos da administração municipal. A proposta foi modificada em 2013, o número de unidades habitacionais, foi para 2.240 distribuídas em 112 prédios, o que beneficiaria 10 mil pessoas.

²⁸² “Rio de Janeiro ganha bairro para receber desabrigados das chuvas nesta terça”, *SRZD*, 20/04/2010. Disponível em: <<http://www.sidneyrezende.com/noticia/82802>>; acessado em jan. 2014.

²⁸³ O autor destaca o loteamento da Cidade de Deus, conjunto construído em meados dos anos 1960 para realocar moradores de favelas da Zona Sul e de outras áreas da cidade, notadamente aquelas que haviam sofrido com as enchentes de 1966 (Magalhães, 2013:125).

²⁸⁴ A “dignidade e o conforto” estavam relacionadas a algumas instalações mínimas como: infraestrutura com rede de água e esgotos, rampas de acesso a cadeirantes e apartamentos adaptados, pavimentação, estacionamento com vagas para deficientes e mais de 450 árvores plantadas ao longo do terreno – que conforme o argumento do prefeito o diferenciavam dos governantes de outrora, que construíram habitações populares sem boa parte dessas instalações.



Fig. 3.4

Fig. 3.5

As projeções feitas pelas reportagens dos sites do governo sobre as obras e suas intenções, no entanto, não saíram como divulgado e como preterido. Inicia no dia seis de julho de 2012, o primeiro dia da campanha à reeleição de Eduardo Paes e o “Bairro Carioca” foi inaugurado nesse dia²⁸⁵ por ele, pela presidenta Dilma Rousseff e pelo governador Sérgio Cabral, sem que nenhum apartamento estivesse pronto. Em seu discurso o governador usou a mesma estratégia de sua reeleição e que era também a que vinha sendo feita para a promoção das Olimpíadas e Copa do Mundo: o alinhamento dos governos federal, estadual e municipal. Ao invés de retomar a narrativa épica do trabalho (que vinha sendo relacionada ao terreno) exaltou seu colega de partido (Eduardo Paes vai para o PMDB nessa época) declarando que ele seria o único que teria enxergado a possibilidade de criar um bairro em um terreno “degradado, com produtos químicos que podem matar”. Construído pelas assessorias de comunicação como lugar importante para a história da cidade o terreno aparece na fala do governador como um depósito de dejetos industriais, expondo o engodo da estratégia. Mesmo sendo próximo a uma estação do metrô, tendo várias linhas de ônibus com paradas em seu entorno – características fundamentais para o deslocamento adequado daqueles que utilizam o transporte de massa, e incomum em loteamentos populares - o empreendimento sofreu pela velocidade com que foi construído e pela má qualidade de sua execução, o que tinha se tornado comum nos loteamentos cariocas.



Fig. 3.6



Fig. 3.7

²⁸⁵ “Dilma enfrenta protestos de estudantes e servidores no Rio”, *Veja*, 06/07/2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-enfrenta-protesto-de-estudantes-no-rio/imprimir>>; acessado em: Jan. 2014.

Após a entrega, em janeiro e em março de 2013 os jornais noticiaram que muitos apartamentos do primeiro andar (a maioria ocupados por idosos e deficientes físicos que não podem subir escadas) foram inundados. Vindos de locais considerados pelo município como áreas de risco, sobreviventes de inundações e deslizamentos provocados pelas chuvas de verão na cidade, muitos moradores perderam novamente seus móveis, roupas e pertences. Uma moradora teria dito²⁸⁶ “o risco maior é aqui. Perdi móveis, eletrodomésticos, roupas e comida. Minha casa é uma vergonha, e minha vida perdeu o sentido”. Financiado pelo programa Minha Casa Minha Vida, não podemos deixar de destacar as palavras usadas pela moradora para expressar o seu desolamento e a ironia com o nome do Programa do governo federal. A moradora declara que “casa” dela era uma vergonha e a “vida” dela justo naquele loteamento tinha perdido o sentido. Alguns estudos apontaram que as inundações foram causadas por uma obra da Fundação Rio-Águas que teria reduzido o escoamento da água do Canal do Cunha, que passa embaixo dos prédios.²⁸⁷ Os moradores seguiram no bairro esperando as soluções, e a situação parou de ser divulgada com a ênfase de antes, “caindo no esquecimento”, que era uma expressão comum àqueles que auto de descreviam como acostumados a serem lembrados somente nas eleições.

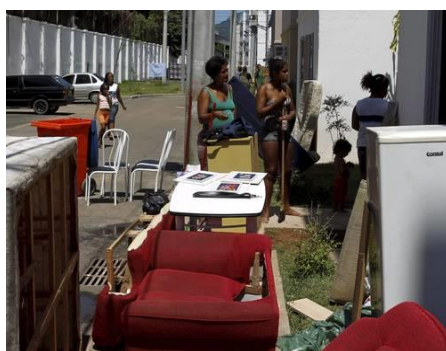


Fig. 3.8

Vila Olímpica como projeto sócio esportivo

Assim como o programa Morar Carioca, o programa Vila Olímpica era outra apropriação grosseira feita pela EOM para a composição de um quadro equilibrado de investimentos sociais na Cidade Olímpica. A primeira Vila Olímpica fica Maré, instalada no

²⁸⁶ “Bairro Carioca inunda e deixa moradores revoltados”, *O Dia*, 8/05/2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/bairro-carioca-inunda-e-deixa-moradores-revoltados-1.558154>>; acessado em dez. 2013.

²⁸⁷ Waleska Borges. “Bairro Carioca em Triagem, já sofre com inundações”, *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairro-carioca-em-triagem-ja-sofre-com-inundacoes-7363182>>; acessado em janeiro de 2014.

Rio de Janeiro em 1997²⁸⁸ quatro anos após o ressurgimento da Secretaria Municipal de Esporte Lazer (SMEL), criada em 1985. Era, portanto, uma iniciativa que existia bem antes do último plano estratégico da cidade. Responsável pelas iniciativas de esporte e lazer, a SMEL recebeu a incumbências de gerenciar, democratizar e disseminar a atividade esportiva na cidade do Rio de Janeiro. Caracterizado como um Projeto Sócio Esportivo, as Vilas Olímpicas dispõem em sua maioria de: piscina semiolímpica, quadra poliesportiva coberta, pista de atletismo, campo de futebol de grama natural ou sintética, salas de atividades, atividades para idosos – todas abertas à comunidade na qual ela está instalada. Na Vila Olímpica da Gamboa havia atendimento médico algumas vezes por semana, e o espaço também recebia eventos culturais promovidos por moradores ou grupos que atuavam na região²⁸⁹, figurando como centro importante para os moradores da parte de baixo do morro.

Ginásio Experimental Olímpico (GEO) para alunos do ensino fundamental

Já os cinco Ginásios Experimentais Olímpicos (GEO) previstos pelo eixo social eram uma empreitada completamente nova. Eram espaços mistos, onde alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental aliariam ensino (da rede municipal) com treinamento esportivo, em tempo integral; mesclando atividades curriculares e esportivas. Baseados no princípio do aluno-atleta-cidadão²⁹⁰, os GEOs visavam “a competência acadêmica, as boas notas e o resgate da cidadania, sem esquecer do desenvolvimento de novos talentos olímpicos” segundo apresentado no site do projeto. Apoiados pelo Instituto Trevo de tecnologia social, os alunos teriam aulas de Inglês todos os dias; treinos diários; aulas de saúde; projeto de vida; desenvolvimento esportivo de longo prazo (DELP); matérias eletivas; mobilidade entre as modalidades esportivas.

Porto Maravilha: reconfigurando territórios-mito

Às nove horas da manhã do dia 23 de junho de 2009 o presidente da República da

²⁸⁸ Segundo Machado e Vargas (2012) em 1987 surgira no Bairro da Mangueira, zona norte da cidade, um projeto esportivo que se caracterizou pela participação conjunta de: uma escola de samba, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, junto a iniciativa privada. Esse projeto seria o embrião do Projeto Sócio Esportivo Vila Olímpica da Mangueira, e poderia também ser considerado a primeira Vila Olímpica implementada na cidade do Rio de Janeiro. Entre 2002 e 2006 foram criadas mais cinco Vilas Olímpicas: Mestre André, Ary Carvalho, Gamboa (Zona Portuária), Oscar Schmidt e Clara Nunes. Em 2010 mais duas: Vila Olímpica Carlos Castilho e Vila Olímpica Manoel José Gomes Tubino.

²⁸⁹ Todas as Vilas divulgadas como parte dos investimentos sociais da Cidade Olímpica, e que se encontram no mapa divulgado pela EOM, já existem, portanto não podem ser contabilizadas como melhorias promovidas pela Cidade Olímpica.

²⁹⁰ No programa o aluno tem uma programação de treino conforme o seu ano escolar, no último ano o aluno praticaria sua atividade principal 5 vezes por semana.

época, Luiz Inácio Lula da Silva; o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e o prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes; assinavam um termo de cooperação federativa entre o governo Federal, o governo do Estado e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para a reabilitação da área portuária do Rio de Janeiro. Nessa data, 93 dias antes do Comitê Olímpico Internacional anunciar na cidade de Copenhague a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, nascia o Projeto Porto Maravilha. Alegres e sustentando sob a cabeça quepes brancos da marinha brasileira os três governantes divulgaram no palanque, e atrás da logomarca do projeto, números, desejos e promessas. A matéria de divulgação do evento²⁹¹ destacou algumas falas dos integrantes da cerimônia que são interessantes para refletirmos sobre as diferentes escalas que são acionadas para justificar a transformação da região. Na reportagem o prefeito aparece apostando na privatização da área e chama atenção para a previsão de investimento privado na região: três bilhões de Reais. O governador do estado aparece positivando a estética europeia e aproximando-a do projeto para o porto do Rio “estive recentemente em Hamburgo, na Alemanha, e vi uma experiência semelhante a nossa”. Lula escolhe outra direção e ressalta os benefícios do projeto dizendo “da parte do governo federal não faltarão recursos para recuperar a área portuária e transformá-la no que era na época do Império”. A privatização do perímetro do porto, assim como a “internacionalização” dos equipamentos urbanos na região, a partir da estética que torna semelhantes às novas “áreas portuárias”, aparecem nas falas dos governantes em direta relação com a pujança econômica de certos setores empresariais do país, que no final são evocados pelo presidente. Exaltando a época do império, o presidente parece ignorar que a pujança dessa época, e em consequência aquela que ele sugere que retorne a região, era baseada no trabalho escravo²⁹².

Esses pontos que a reportagem organiza a partir da cerimônia de lançamento estão no cerne do Projeto Porto Maravilha e no da Cidade Olímpica da qual ele passou a fazer parte. São acionados como parte de sua justificativa, e serão retomados de diferentes formas ao longo desse subcapítulo, tanto por intermédio do discurso oficial, como por intermédio das representações distintas que os habitantes do local tem do fenômeno da desestruturação e desabilitação da Zona Portuária, e das futuras obras “internacionais” que ali serão feitas.

²⁹¹ Realizada pelo Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/noticias/lula-e-fortes-lancam-projeto-de-reabilitacao-da-zona-portuaria-do-rio-de-janeiro/>; acessada em 10 mai. 2013.

²⁹² A escravidão no Brasil foi oficialmente abolida no Brasil com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, apesar de ilegal o comércio de seguiu existindo, e além disso as condições de trabalho dos libertos eram precárias. O período imperial destacado pelo presidente vai de 1822 a 1889, sucedido pela primeira república que vai de 1890 a 1930.

Um mês após o anúncio do Brasil como sede de Olimpíadas em 23 de novembro de 2009 são decretadas pela Câmara Municipal e sancionadas pelo prefeito duas Leis Complementares²⁹³. Uma delas cria a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio (OUC): que visa a realização de um conjunto de intervenções coordenadas pelo Município, e que tem como objetivo “alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental” em uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) que também é criada pela mesma lei. Como já havia sido construído legislativamente com os planos para a Cidade Olímpica, presentes no planejamento estratégico para a cidade. Essa sanção altera o Plano Diretor da Cidade e cria - estabelecendo zoneamentos e limites - novas regras para construção e uso dessa área; estabelecendo incentivos aos proprietários de imóveis que aderirem a Operação e incorporando aos lotes o direito de construir através da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC). A segunda Lei autoriza o Poder Executivo municipal a constituir pessoa jurídica (controlada pelo Município) na modalidade de sociedade de economia mista, sob o nome de Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) que fica responsável por promover a AEIU, gerir os ativos patrimoniais que nela constam, coordenar, colaborar, viabilizar e executar a implementação de concessões para o pleno desenvolvimento da área. As empresas que coordenam essa Companhia são as que controlam atualmente a área, ficando responsável pela iluminação pública, saneamento, recolhimento de lixo e arreglo de vias.

Com todas as exceções e orientações criadas na lei, no mesmo ano de 2009 o governo Federal, o governo do Estado e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro assinaram um termo de cooperação federativa para a reabilitação da área portuária do Rio de Janeiro na cerimônia que descrevo acima. Nascia o Projeto Porto Maravilha, hoje o principal projeto da Empresa Olímpica Municipal (EOM), órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro que coordena a execução de todos os empreendimentos e obras preparatórias para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A execução das obras do Porto Maravilha foi viabilizada a partir da Parceria Público-Privada (PPP), assinada em 26 de novembro de 2010, entre a CDURP e a concessionária vencedora da licitação pública para usufruto da AEIU, a Porto Novo S/A, formada pela construtora OAS LTDA, Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. Na lei que cria a Operação Urbana Consorciada da

²⁹³ Lei Complementar Municipal nº 101 e Lei Complementar Municipal nº 10.

Região do Porto do Rio consta a promoção da Habitação de Interesse Social (HIS) e o atendimento à população residente nas áreas que seriam objeto de desapropriação. Como proposta à habitação de interesse social, no entanto, os gestores do Projeto Porto Maravilha apostavam na “melhoria das condições habitacionais da população existente e atração de novos moradores para a região”, uma ideia perseguida desde 1988, com a criação do SAGAS.

A presença dos escritórios das grandes empreendedoras ligadas ao consórcio urbano eram comuns na região. Entre o Bairro Santo Cristo e Bairro do Caju foi montado um grande escritório de vendas na esquina da Rua Prof. Pereira Reis, com o objetivo de oferecer pisos e unidades comerciais cujo valor mínimo de venda era de R\$ 419.300,00, para uma sala de 27,78m². No e-mail enviado pelos corretores independentes que trabalhavam nesse escritório oferecendo e apresentando os diferentes imóveis que seriam produzidos pelo grupo – quartos de hotéis, salas comerciais, lojas comerciais – nos quatro edifícios que seriam construídos até 2016 na região, temos uma descrição das transformações previstas para a área:

É com muito prazer que trago ao vosso conhecimento o projeto do Grupo Odebrecht. Esse projeto é destinado a empresas que estão em grande expansão ou querem ter sua marca incluída entre os grandes investidores. Visando os grandes eventos em que o Rio de Janeiro será sede, o Governo do Estado move uma grande revitalização na área Portuária, no centro da cidade. Área essa que é o coração do Estado, porta de entrada para quem chega pelo mar, a 5 minutos do aeroporto Santos Dumont e a 10 minutos do aeroporto Internacional.

Casarões “abandonados” e o projeto Novas Alternativas – táticas de *desabitação*

Como já vimos a região é composta por muitos casarios com interesse patrimonial, onde moram migrantes, trabalhadores ambulantes, travestis e prostitutas, michês, e pessoas ligadas ao comércio varejista de drogas. Há em toda a região em torno do Morro – Rua do Livramento e arredores, Rua Senador Pompeu, Rua Audomaro Costa, Rua Barão de São Felix, região do “sessenta”, Rua Rego Barros – uma grande quantidade de casarões, de um piso ou dois, que são ocupados para moradia, ou para moradia e comércio. Nas ruas em torno da estação Central os casarões funcionam como gráficas, depósitos, bares, comércios de alimentos, papéis; alguns funcionam como sapatarias, vendas, pequenos supermercados, lanchonetes, armazéns. A população é de trabalhadores pobres, imigrantes africanos, sul americanos, migrantes de outras regiões do país ou da cidade do Rio de Janeiro. Muitos trabalham na região ou arredores, como ambulantes. São sujeitos e famílias que habitam ou trabalham na região, no comércio de guarda-chuvas, óculos, capas, carregadores, baterias e artigos para telefones celulares; alimentos, roupas; trabalham carregando mercadorias dos

inúmeros depósitos que ocupam a parte de baixo desses sobrados; ou separando pacotes nas gráficas e outros biscates e serviços temporários. Poucos desses casarões estão desocupados ou completamente abandonados, mesmos os que se encontram em ruína. Nessa região, também havia uma porção de prédios ocupados para fins de moradia feitos de forma organizada por intermédio de movimentos sociais, mas não exclusivamente²⁹⁴.

Para dar conta da reforma desses casarios, o Projeto Porto Maravilha listou para recuperação 24 “imóveis degradados” através do “Programa Novas Alternativas”²⁹⁵ que tinha objetivo de “requalificar” antigos casarões da região considerados pelo poder público e pela opinião pública, expressa na mídia não alternativa, como “em ruína”. A partir desse programa, as edificações criadas na época de Pereira Rego²⁹⁶ para coagir a formação de cortiços na região passam a ser foco de uma nova proposta de habitação e “revitalização” da cidade. Também é importante destacar que a “Instalação de UPP no Morro da Providência” foi divulgada aos investidores na apresentação do projeto Porto Maravilha como uma melhoria à região, e como uma garantia aos investimentos na área²⁹⁷, já que prometia pacificá-la. O Morro da Providência está localizado na área de abrangência do projeto Porto Maravilha que se transformou com o passar dos anos, no principal projeto da Empresa Olímpica Municipal (EOM).

²⁹⁴ Destaco aqui a Tese de Doutorado de Adriana Fernandes (2010) *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro*, junto com as ocupações urbanas da Zona Portuária, em especial uma delas, onde fez parte de sua etnografia.

²⁹⁵ Iniciado em 1998, o Programa Novas Alternativas é uma parceria da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro com a Caixa Federal através do Programa Minha Casa Minha Vida e não prioriza a habitação de interesse social; ele visa recuperar e utilizar imóveis mal conservados ou subutilizados, na busca de novas soluções arquitetônicas que unifiquem moradia e valorização do patrimônio arquitetônico e cultural da região do centro da cidade. Ele é construído com base das categorias de “reabilitação, recuperação” de imóveis em áreas consideradas pelo município como “vazios urbanos infraestruturados” todos localizados no Centro da cidade do Rio de Janeiro, área em amplo processo de enobrecimento desde a primeira década do século XXI. A requalificação dessas moradias e a possibilidade de uma parceria com empreiteiras e construtoras é um exemplo da característica do programa MCMV e que está bem distante do acesso de moradia a trabalhadores pobres, o principal argumento oferecido pelo governo em seu lançamento. O projeto Porto Maravilha usa a estratégia de requalificação e investimento no patrimônio arquitetônico da área, já apontado pela lei que cria o perímetro do SAGAS, para estabelecer uma meta de crescimento de moradores na região “de 20 mil para 100 mil” - porém não especifica a faixa salarial desses novos moradores, o que é fundamental na lógica do MCMV que tem faixas para construção das casas. A experiência vivenciada por moradores, pesquisadores e organizações sociais nesta região mostra que até o final de 2014 o projeto não havia investido na qualificação ou construção de nenhuma moradia de interesse social naquele espaço. Suas ações, pelo contrário, foram no sentido de incentivar a remoção dos moradores já existentes.

²⁹⁶ Médico sanitaria que incentivou a destruição de cortiços e construções que foram substituídas pelos atuais casarios da região do centro e Zona Portuária. De acordo com ele, esses lugares eram “infestados”, onde os esgotos nunca eram limpos e propôs em 1876 a organização dos serviços sanitários terrestre e marítimo, e a adoção de medidas para melhoria das condições sanitárias da cidade.

²⁹⁷ Projeto Porto Maravilha foi dividido em duas fases de execução: Fase 01 – realizada pela Prefeitura, com um custo de duzentos milhões de Reais; e Fase 02 – que foi realizada por uma Operação Urbana Consorciada com um custo de dois bilhões de Reais.

LANÇAMENTO DO PROJETO HABITACIONAL “NOVAS ALTERNATIVAS”



- Potencial de construção imediata de 499 unidades (tipo PAR) na região prioritária a partir da utilização de 24 imóveis degradados na região, que já possuem licença de obras
- Custo estimado:
 - Prefeitura: R\$ 10 MM (aprox. R\$ 20 mil / unidade)
 - CEF: R\$ 24 MM (financiamento aos moradores)

PORTO MARAVILHA 31

Fig. 3.9

Como investimento de habitação, na Rua Livramento há em diferentes numerações quatro obras licitadas que estão em andamento. Em uma delas, de 2007, o objeto da licitação é a construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda através da requalificação de imóvel com recuperação de fachada preservada, com fundo do Programa e Aceleração do Crescimento (PAC) e MCMV. Nas outras numerações (com processos licitatórios iniciados em 2012) os imóveis são tutelados pelo patrimônio histórico, estão situados na Área de Proteção Ambiental da Zona Portuária e são destinados a famílias com renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00. Na Rua Cunha Barbosa há um imóvel de 220,10 m² para esse mesmo fim. Todos esses processos foram viabilizados pela adesão do município ao programa do governo federal Minha Casa Minha Vida (MCMV). Ao todo serão gastos aproximadamente R\$ 2.900.000,00 na restauração da fachada e requalificação de aproximadamente 25 moradias. Na ocupação removida para que a obra de uma dessas numerações da Rua do Livramento pudesse ser iniciada, viviam aproximadamente 25 famílias²⁹⁸ -, e cujo processo de remoção de uma delas nós conheceremos mais adiante, a partir da história de Carolina. Para essas famílias foi oferecido mediante o cadastramento prévio um apartamento em loteamento financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, porém em habitações localizadas em Senador Camará, Zona Oeste do Rio de Janeiro, em um procedimento que como vimos tinha relação com a expansão da cidade para essa região. Nenhuma dessas famílias teve preferência ou recebeu como alternativa de moradia as construções de baixa renda licitadas através do MCMV para a mesma rua. A promoção e a

²⁹⁸ Conhecida como favelinha da Ocupação Machado de Assis.

provisão da habitação de interesse social prevista na legislação que viabiliza a realização do Porto Maravilha é feita concretamente por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, nenhuma das famílias removidas na área da Rua Livramento foi encaminhada para as habitações financiadas pelo programa que estão sendo construídas na região. As famílias foram encaminhadas para loteamentos promovidos pelo programa, porém construídos fora da região de origem - uma metodologia que vinha sendo utilizada pela prefeitura para realocação de casas removidas na cidade. Na AIEU da Zona Portuária não só não havia promoção de Habitação de Interesse Social como havia extinção dela.

A parceria entre os governos estadual e municipal não foi um problema para a implementação do projeto de revitalização da área portuária; contudo, não observamos a mesma agilidade e nem a mesma sintonia entre os governos para o investimento em moradia popular. Se no âmbito estadual, há morosidade no fechamento da listagem dos imóveis para a implementação do Plano de Reabilitação e Ocupação de imóveis do Estado do Rio de Janeiro na Área Central da cidade; no âmbito municipal, o edital de licitação lançado em 6 de agosto de 2013 convida empresas privadas à concorrência de uma concessão para uso e fruição de 11 imóveis no centro da cidade por 10 anos. Feito pela Firjan – que como veremos também está presente nas bases UPPs - o mapeamento “A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil” é a base da listagem que contém os imóveis que são objetos dessa concessão municipal. O edital de concorrência²⁹⁹ prevê reforma e restauro dos imóveis municipais considerados vazios ou em ruína, mas dá prioridade de ocupação para os setores integrantes da Cadeia da Indústria Criativa, não para habitação popular.

Tendo a “melhoria” da mobilidade urbana como uma das diretrizes de sua atuação, a CDURP, no entanto, prosseguiu com a implosão do Elevado da Perimetral³⁰⁰ sem a adequada reformulação do Plano de Mitigação da Interdição Parcial da Perimetral considerado inconsistente e mal aplicado pelo Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE) do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ). O Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA) em conjunto com a 5ª Promotoria de Tutela Coletiva de Meio

²⁹⁹ Conforme apontado no edital diversos imóveis no Centro e Zona Portuária estão listados para serem ocupados por esses projetos de incubadoras criativas. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/edital_concorrancia/edital_ocup_criativa_proprios_munic.pdf>; acessado em jul. 2013.

³⁰⁰ Construída à beira do Cais o elevado começou a ser construído na década de 50 e tinha a função de ligar a Zona Sul, à Ponte Rio-Niterói, à Linha Vermelha e à Avenida Brasil. Era uma grande via expressa elevada sobre a Avenida Rodrigues Alves, onde ficavam os armazéns do Cais Mauá. O elevado é demolido em duas etapas - novembro de 2013 e abril de 2014 – sendo substituído pela Via Binário e pela Via Expressa ainda em construção.

Ambiente e Patrimônio Cultural da Capital do MPRJ ajuizou a Ação Civil Pública em fevereiro de 2013 contra a CDURP e o município. As negociações e entregas de documentos - realizadas desde o início da ação - culminaram em uma audiência pública realizada de 10 de julho de 2013 no MPRJ e que teve como objetivo: debater o plano de mitigação; e promover uma avaliação do estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) apresentado pela CDURP ao longo do processo. O GATE deixou claro na apresentação pública que o conceito de mobilidade urbana sustentável, defendido nos estudos apresentados pela CDURP para viabilização do projeto, estava em completo desacordo com o projeto urbanístico que estava em implantação na zona. Aliado a isso, a licitação para a construção do Centro Integrado de Operação e Manutenção (CIOM) do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) ameaçava a integridade do único equipamento público de lazer que existe na região, a Vila Olímpica da Gamboa. O prédio do CIOM ficará em um terreno de 18 mil m² e atingirá parte das quadras esportivas da Vila.

VLT



Fig. 3.10

O VLT no Rio de Janeiro está limitado ao perímetro do Projeto Porto Maravilha³⁰¹, fechando um circuito cuja proposta é uma integração com a Estação Central – com acesso aos metros e trens (e ao terminal rodoviário Américo Fontenelle); a rodoviária Novo Rio; e a Leopoldina.

A Estação Barão de Mauá, conhecida como Leopoldina é uma construção de 1926, em estilo eclético inspirado na arquitetura inglesa. Desativada desde 2000 o prédio foi

³⁰¹ Uma pequena extensão alterou o curso inicial da linha VLT em direção ao Centro da cidade, agregando um trecho que atende o aeroporto Santos Dumont e o terminal das barcas, acerca da Praça XV.

tombado definitivamente pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)³⁰² em 1991. Localizado na Avenida Francisco Bicalho, a Estação fica na borda de um corredor de tráfego entre: a Linha Vermelha, a avenida Brasil, o Centro e a Praça da Bandeira, junto aos bairros de São Cristóvão, Cidade Nova e Saúde. A empresa SuperVia - que tem a concessão da malha de trens da cidade do Rio de Janeiro³⁰³ - ocupa a Estação atualmente com um estacionamento³⁰⁴ para 350 veículos feitos para auxiliar na diminuição do fluxo de veículos na região do Centro, prejudicado pelas intervenções e desvios viários causados pelas obras do Projeto Porto Maravilha. A Secretaria Estadual de Transportes prevê para a Leopoldina uma estação do Trem de Alta Velocidade (TAV)³⁰⁵ que tem o prognóstico do governo federal para ficar pronto entre 2018 e 2020. Atualmente na estação funcionam alguns escritórios administrativos da SuperVia, que dividem a paisagem com trens enferrujados e plataformas não utilizadas. Também fica ali uma área de apoio para fabricação e estocagem de anéis de concreto que servirão para a ampliação da linha 4 do metrô da cidade, que terá um túnel ligando a estação General Osório até a Gávea. Por conta de algumas escavações feitas para essa obra do metrô foram encontrados vários objetos ligados a família real³⁰⁶, que estavam depositados no solo, em torno da antiga estação, e que configuraram a região como um sítio arqueológico em 2013. Em 2012, no entanto, já havia sido divulgado pelo governo do

³⁰² Conforme o processo de Tombamento (E-18/000.277/87), o Tombamento Provisório foi feito em 08 de dezembro de 1987 e Tombamento Definitivo em 18 de fevereiro de 1991. Disponível no site do INEPAC: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/446>; acessado em dez. 2013.

³⁰³ Operando os serviços de trens urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro desde 1º de novembro de 1998, a empresa foi assumida em 2010 pela Odebrecht TransPort, uma empresa da Organização Odebrecht, que nesse ano passa ter o controle acionário da SuperVia. Com uma malha viária de 270 km em oito ramais, e 102 estações, as vias atravessam mais de onze municípios da Região Metropolitana (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Queimados, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Magé, Paracambi e Guapimirim).

³⁰⁴ “Supervia disponibiliza estacionamento na Leopoldina”, *SRZD*, 27/02/2014, o estacionamento fica em um ponto estratégico para escoar o fluxo de veículos provenientes da Avenida Brasil, Linha Vermelha, Ponte Rio-Niterói e Zonas Norte e Sul da cidade. A SuperVia também oferece, adicionalmente, o serviço de transporte com vans na linha Leopoldina - Candelária - Leopoldina. Com paradas em frente à Prefeitura (Rua Irmão Bernadeli), à estação Praça Onze (Rua Afonso Cavalcanti) e Candelária (Praça Pio X com Rua da Quitanda). Na volta, os pontos são na Candelária e em frente à estação Cidade Nova (Avenida Presidente Vargas). A passagem de ida e volta custava R\$ 10,00 e o estacionamento (das 6h às 20h) R\$ 20,00. Disponível em: <<http://www.sidneyrezende.com/noticia/225243+supervia+disponibiliza+estacionamento+na+leopoldina>>; acessado em jun. 2014.

³⁰⁵ O TAV ligará Campinas ao Rio de Janeiro e tem investimentos que superam os R\$ 8,7 bilhões. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é o órgão responsável pelo processo de licitação para a concessão da exploração do serviço à iniciativa privada, que foi lançado em 2012. Disponível em <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/5448/Trem_de_Alta_Velocidade___TAV.html>; acessado em jun. 2014.

³⁰⁶ “Sítio arqueológico é descoberto atrás da antiga Estação Leopoldina”, *O Globo*, 13/09/2013, a pesquisa conta com arqueólogos, historiadores, biólogos e ajudantes que trabalham sob a supervisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 11 trincheiras de coleta. A pesquisa seria segundo o jornal, financiada pela Metrô Rio. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/sitio-arqueologico-descoberto-atras-da-antiga-estacao-leopoldina-9942607>>; acessado em jun. 2014.

estado³⁰⁷ um projeto de revitalização do prédio o que seria bastante conveniente por sua localização com o Porto Maravilha, como pode ser observado no mapa da página 239 disponibilizado pelo projeto.

Apesar das inúmeras obras divulgadas para a melhoria da “mobilidade” na cidade e entre as cidades, o sistema de trens do Rio de Janeiro e da região metropolitana era altamente deficitário, como constatou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Rio (Agetransp); e as obras propostas para a Cidade Olímpica não iriam incidir na transformação dessa deficiência. Segundo a SuperVia os trens transportavam em média 620 mil passageiros por dia útil e até 2010 teriam sido investidos ao todo R\$ 600 milhões em obras no sistema, o que corresponderia a 50 milhões por ano. Esse investimento, no entanto, parece não ter sido o suficiente para a melhoria do transporte desses mais de 600 mil passageiros. Segundo a Agetransp, em dados divulgados em outubro de 2013: 40% dos 3.260 trens inspecionados não contavam com iluminação completa; 30% de 3.076 trens em operação tinham janelas avariadas; 40% dos trens, entre 5.799 fiscalizados, estavam sujos externamente; 10% de 3.262 trens analisados em uso estavam sujos internamente; 445 trens circularam com as portas abertas, entre 5.790 inspecionados. No dia 26 de janeiro de 2014³⁰⁸ a agência informou que decidiu multar a SuperVia, em R\$ 868.474,96 pelo descarrilamento que resultou na interrupção do serviço por 13 horas no dia 22 de janeiro desse mesmo ano. A nota técnica divulgada pela Câmara Técnica de Transportes e Rodovias (Catra) sobre o descarrilamento apontou como causa: a deficiência no atendimento aos usuários; a insuficiência de treinamento dos agentes envolvidos; déficit de pessoal nas estações mais afetadas, e gerenciamento inadequado do incidente com relação ao plano de contingência da concessionária; o que gerou a decisão pela multa. Essa era a quarta multa³⁰⁹ aplicada às concessionárias SuperVia e Metrô Rio, que somavam R\$ 1.199.305,49, e se referiam a falhas similares, ocorridas em 2012, 2013 e 2010, quando após queda da rede elétrica os passageiros de um trem do ramal Japeri tiveram que desembarcar na via férrea e caminhar até a estação.

³⁰⁷ “Estação da Leopoldina ganha projeto de revitalização”, *Governo do Estado do Rio de Janeiro*, 10/08/2012. Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1039404>; acessado em jan. 2014.

³⁰⁸ “SuperVia é multada em R\$ 868 mil por descarrilamento que parou trens”, *UOL*, 22/01/2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/26/supervia-e-multada-em-r-868-mil-por-descarrilamento-que-parou-trens-no-rio.htm>>; acessado em jan. 2014.

³⁰⁹ “Agetransp mantém multas de 11 mil a concessionárias de trens e metrô no Rio”, *UOL*, 9/07/2014, Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/07/09/agetransp-mantem-multas-de-11-mi-a-concessionarias-de-trens-e-metro-no-rio.htm>>; acessado em jan. 2014.

Apesar de ter um perímetro de circulação limitado, o VLT no Rio - assim como os BRTs - eram apontados como a grande alternativa de transporte de massa; tanto no Rio de Janeiro como em outras cidades em que sua construção era parte das obras de “mobilidade urbana” decorrentes da preparação para a Copa do Mundo no Brasil. Sigla de Veículo Leve sob Trilhos, o VLT é articulado, movido a eletricidade, e funcionaria como trem de subúrbio na área metropolitana e como VLT no contexto urbano³¹⁰, conforme descreve uma empresa alemã que desde 2010 atua no mercado latino-americano de tecnologia para trens e similares. Trata-se de um trem elétrico bidirecional capaz de operar tanto na superfície como de forma subterrânea, lidando bem com raios de curvas acentuados. A espanhola CAF - corresponsável³¹¹ pelo VLT de Cuiabá - atua como essa empresa alemã em diversos países da América Latina: Colômbia, Venezuela, Argentina e Chile; mas também mantém trens em toda a Europa, e norte da África. O VLT do Rio está orçado em R\$ 1.164 bilhão - sendo R\$ 532 milhões em recursos do Ministério das Cidades e R\$ 632 milhões de contrapartida da Prefeitura do Rio - e segundo a presidenta “não é só um sistema de transporte”, “ele ressuscita o Centro para a população”³¹².

Notava-se que o alcance dos empreendimentos - que prometiam beneficiar importantes áreas da vida urbana na cidade - iam sendo redesenhados e reordenados nos

³¹⁰ O VLT já foi implantado em Campinas, Maceió e Recife; entre Crato e Juazeiro do Norte, e Arapiraca. Cuiabá, Fortaleza, Natal, e Rio de Janeiro foram as cidades que receberiam os VLTs para a Copa do Mundo de 2014; mas em nenhuma delas o transporte ficou pronto a tempo. Salvador também possui um projeto de VLT, no qual o atual sistema de trens suburbanos seria adaptado e convertido num sistema de VLT. O trem viajaria a 100 km/h como trem de subúrbio, podem fazer curvas de 30 metros e rampas máximas de 6%. Disponível em: <http://www.vossloh-latin-america.com/media/downloads/pdfs/Revista_Rieles_20101020-Vossloh_na_Innotrans_e_sua_aposta_no_mercado_Latino_Americano.pdf>; acessado em mai. 2014.

³¹¹ A CAF Brasil Indústria e Comércio era integrante do consórcio responsável pela obra de construção do VLT - formado pelas empresas: Santa Bárbara, CR Almeida, Magna Engenharia Ltda. E Astep Engenharia Ltda. - que venceu a licitação no valor de R\$ 1,5 bilhões em maio de 2012; a obra de mobilidade urbana mais cara já feita na grande Cuiabá. Em fevereiro de 2014 foi aberto um inquérito civil pelo Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso para investigar o superfaturamento dessa obra, que apesar de prevista para a Copa do Mundo, segundo o TCE só ficará pronta em maio de 2015. O governador do estado teria declarado que perdeu o controle da obra. Integrante do consórcio, o Grupo paranaense CR Almeida é um gigante que atua em diferentes áreas de engenharia e construção de Portos, rodovias, ferrovias, trens, usinas hidrelétricas, saneamento, canalização de rios, ampliação de aeroporto, construção de oleoduto, núcleos habitacionais; tendo quase exclusivamente como contratante o governo federal e os governos estaduais. “Governador admite que obras do VLT em Cuiabá fugiram de sua autonomia”, *GI*, 15/09/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/07/governador-admite-que-obras-do-vlt-em-cuiaba-fugiram-de-sua-autonomia.html>>; acessado em jan. 2014.

³¹² A obra é viabilizada por parceria público-privada (PPP) com as empresas: Actua - CCR (24,4375%), Invepar (24,4375%), OTP - Odebrecht Transportes (24,4375%), Riopar Participações, sócia do Grupo CCR na CCR Barcas (24,4375%), Benito Roggio Transporte (2%) e RATP do Brasil Operações (0,25%). Que serão responsáveis por implantar o veículo, pela compra dos trens e sistemas, e pela operação e manutenção do VLT por um período de 25 anos. As 5 unidades do VLT, serão fabricadas na Espanha pela empresa Alstom, os demais 27 trens serão construídos no Brasil, a partir de transferência de tecnologia do fornecedor. “VLT Carioca”, *Porto Maravilha*, 14/06/2013. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/materias/evento-dilma/e-d-mat.aspx>>; acessado em mai. 2014.

canais de comunicação da EOM (Cidade Olímpica) a fim de reforçar o argumento do ‘legado dos megaeventos’ ao longo desse período de preparação da cidade para os eventos. Acompanhando as notícias e informações apresentadas sobre as obras na cidade podia se notar que o número das residências previstas para construção era alterado; o valor dos recursos disponíveis nunca era divulgado, mas o encarecimento das obras era em geral noticiado pela imprensa; os objetivos e intenções foram reformulados – que é o caso das obras na comunidade da Providência; novos³¹³ projetos foram incluídos. O aumento do volume de obras e reformas urbanas realizadas - com o objetivo e como benefício, da realização dos megaeventos na cidade que o recebem – configurava-se na aporia da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Obras previstas em planos diretores da década 70, como é o caso da Avenida Tronco, em Porto Alegre, estavam sendo realizadas “graças à copa”. Depois da polêmica instalação de um Museu Guggenheim no Píer Mauá, na área portuária do Rio de Janeiro, o Museu do Amanhã sai do papel “graças ao Porto Maravilha”.

Categorizado na Cidade Olímpica como um projeto de infraestrutura, as obras de infraestrutura integravam apenas um dos três projetos básicos da OUC da Região do Porto do Rio e que leva o nome de Porto Maravilha; os outros dois projetos foram chamados de “Projetos Urbanos” e “Projetos Estruturais”. O primeiro fica responsável pelo sistema de serviços públicos da zona, como rede de esgotos, abastecimento de água, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica, gás canalizado, que são atualmente de responsabilidade desse consórcio em toda a região. O segundo, “projetos urbanos”, divide a área de abrangência da operação urbana em setores e os setores em áreas, que são compostas por um conjunto de logradouros. Para cada área há previsão de iluminação específica, padronagem para passeios, quiosques, ciclovias, plantio de árvores. O projeto detalha esquinas, acessos, pergolados, deck, guarda-corpo, gola de árvores; oferece planta de circuito de transportes, e de padrão de acabamento para cada setor com detalhamento do meio-fio, calçada e caixa de rolamento. O terceiro prevê a construção de dois túneis, três viadutos e uma via expressa – todas, obras viárias de transporte de veículos, que substituíram o Elevado da Perimetral. Além do projeto básico (infraestrutura, urbano, estruturais) há ainda os projetos especiais. Entre eles está a construção do Museu do Amanhã e do Museu de Arte do

³¹³ Destaco a retomada do Programa “Rio Capital da Bicicleta”, criado em 2009 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) e que conforme a empresa receberia recursos dedicados a melhorias viárias e a melhorias urbanísticas, além dos já provenientes das Secretaria de Meio Ambiente. A recente inclusão da extensão da rede ciclo viária na grade de projetos para a Cidade Olímpica, reflete uma reação em pró da urbanização internacionalizada, que investe no uso desse transporte no cotidiano dos habitantes das cidades. Visitada por muitos turistas o Rio tem a maior rede de ciclovias do país, no entanto é grande o caso de acidentes envolvendo ciclistas nas vias da cidade.

Rio³¹⁴, do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana; do complexo do Porto Olímpico e do VLT.

As ações que relatamos até aqui fazem parte desse conjunto de intervenções previstas pelo projeto para a Zona Portuária e ela como parte da Cidade Olímpica³¹⁵. Compreendendo as transformações ocorridas nessa Zona como uma sucessão de “arranjos temporais” (Benjamim apud Gagnebin, 1994) que reconfiguravam territórios-mito, no âmbito dos “projetos especiais” da Cidade Olímpica, a região havia sido escolhida pelo poder público para compor um dos quadros da memória (Halbwachs, 2006) do Rio de Janeiro – o da “herança africana”. Um quadro que foi feito sob muita tensão, conforme mostra Roberta Sampaio Guimaraens (2011) em sua pesquisa de doutorado entre os moradores Morro da Conceição e em que expõe o conflito na tentativa de produção de uma memória homogênea para aquela região. O que era proposto para a área era instituição de uma região de interesse patrimonial agregando um “mix” de diferentes “curiosidades históricas” para lhe conferir o caráter de região histórica. O investimento na construção de patrimônio a partir de um estatuto da memória dos habitantes negros era uma dessas faces da memória que seria associada à região era exaltada, geralmente através de elementos, artefatos ligados ao período que esses habitantes eram escravos na cidade. Para o Porto Maravilha, no entanto, o coeficiente de historicidade da memória negra era o mesmo do edifício “A noite”, construção moderna de 1930 ou o da “revitalização” da Praça Mauá, ou seja, um dos enquadramentos possíveis à região que ali seriam arranjados sob a tutela do projeto para a área.

A disputa por múltiplas memórias no Porto Maravilha

Numa lógica pautada na construção de um consumidor e não de um cidadão, o Projeto Porto Maravilha seguia no sentido da *gentrificação*, inventando uma história para o Porto, a fins de consumo cultural. O risco das remoções, e das novas transformações na paisagem da comunidade da Providência, é decorrente desse movimento de revitalização da Zona Portuária que resinifica a escravidão em percursos e memórias. As lembranças dela, como fui percebendo, estavam, todavia, ligadas aos rastros deixados pela memória da escravidão e que ainda faziam parte da experiência daqueles que ali habitavam. João, que

³¹⁴ Perto da antiga Praça Mauá foi inaugurado no dia 1º de março de 2013, pela presidenta, o governador, o prefeito, e junto a um público restrito - de artistas e convidados - o Museu de Arte do Rio de Janeiro. Foi a primeira obra do Porto Maravilha a ser entregue à população.

³¹⁵ Destaco aqui o artigo de Marcos Barreira (2013), *Cidade Olímpica: sobre o nexa entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro*, que conheci muito recentemente, mas que ressona o debate que proponho aqui.

além de estivador, era também dançarino do grupo Epaminondas, contou-me algumas histórias sobre as assombrações que apareciam para as crianças no Morro da Providência. Nossa conversa foi no ponto mais alto da favela, debaixo de um grande e forte sol do meio dia, antes e depois de percorrer alguns lugares que ele julgava importantes para o *folclore* do morro, que era o que estava disposto a me contar naquele dia.

Contavam que os espíritos dos escravos, porque aqui no morro tinham muitos escravos, eles eram escravizados lá na frente, eram chicoteados num coreto que tinha lá, onde tinha tudo especial para sacrificar eles, bater neles. Então dizem, contava a história, que nos becos aqui do morro, passava aquele barulho de corrente, aquelas correntes que era presa assim na perna, aquela argola; e os gemidos. Numa ocasião aconteceu de eu estar acordado certa hora da noite, aí passou lá em frente à minha casa, ali onde eu falei a você que eu moro... Que eu morava; aí passou arrastando lá, e a gente ficando emocionado, e aquela coisa, um medo. E uns gemidos... e o barulho das correntes. Quer dizer, deviam ser os espíritos dos escravos que estavam perambulando aí pelos becos né, coitados. Porque tinha... É uma região que tinha bastante escravo, pelo menos diz os livros, que tinha bastante circulação de escravos. Eu não peguei esse tempo né, claro; mas conta que tinha. Eu posso até te mostrar lá na frente, no coreto deles tinha um ferro assim no meio, nesse coreto que subia, tudo de ferro né; tudo de ferro e pedras. Tinha um coreto ali que eles ficavam presos e eram chicoteados, lá na frente no largo da Igreja, posso te mostrar depois quando nós formos passar por lá de novo. É, mas essa história é real, dos escravos tanto é que você é testemunha que encontraram o cemitério, na Rua Pedro Ernesto, dos escravos. Nós vimos lá os esqueletos lá e tudo. Então pra você ver como uma coisa bate com a outra. É tudo fato real. Todo mundo via. Todo mundo via altas coisas aí. Diz que daquele cruzeiro ali, eu nunca vi; diz que saía um... uma trouxa rolando. Aí conta a história que tinha um senhor aí, que o nome dele era... esqueci o nome dele agora. Esqueci o nome dele. Ele falou que ele ia botar o berro na cintura e que se fosse assombração, a arma dele ia engasgar, se fosse alguém botando medo nas pessoas, a bala ia sair, que ele ia meter bala. Aí ele ficou escondido, conta a história; eu não vi. Ele ficou escondido por aí e não é que meia noite saiu o negócio rolando dali mesmo? Ele meteu a mão nas armas, as armas engasgou tudo, não saiu tiro nenhum. Ele diz que passou um sufoco, foi embora avoado, com arma e tudo, e depois ficou contando pro povo que era assombração mesmo. Que era mesmo; que a arma dele não disparou. Isso tudo é história. O folclore do morro. [João]

O cemitério dos Pretos Novos da qual fala João, tinha virado Instituto após o apoio financeiro da concessionária Porto Novo, e era em geral o local onde o Fórum Comunitário do Porto se reunia. Os ossos dos pretos novos foram encontrados por uma moradora, dona Merced, que os encontrou enquanto reformava uma das peças de sua casa. Após o trabalho dos arqueólogos e dos museólogos que transformaram o sítio em um pequeno museu para visitação pública, era mais fácil contar sobre as assombrações sem parecer um tolo, pois

como João ressaltou: a história era real, e tanto eu quanto ele éramos testemunhas dela, já que tínhamos estado nesse cemitério. Foi a ida até ali, por ocasião de uma reunião, que ele começou a me contar sobre essas assombrações que eram conhecidas pelos moradores do Morro.

O pioneirismo do Morro da favela - que era ressaltado por grande parte dos moradores - passara também a ser considerado uma identidade local, após as iniciativas de construção de museus na área da Providência, como era o caso do Museu a Céu Aberto, que veremos no próximo capítulo. Esse pioneirismo, no entanto, não tinha relação com a presença de escravos na região, mas a fatos mais recentes da história. Tinha relação com a campanha de Canudos, e a volta dos ex-combatentes do exército ao Rio de Janeiro, que se instalou em torno dos quartéis do centro da cidade aguardando os benefícios pelo ganho da “guerra”. Os homens e suas famílias acabaram se instalando na Providência que, no entanto, não era um lugar desabitado dessa época. No alto havia algumas chácaras, na encosta em frente à Baía o cemitério dos ingleses e na encosta frente à Central uma quantidade de cortiços e hospedarias extremamente populares. A relação com Canudos, no entanto, era a versão de origem mais difundida entre os moradores, principalmente porque na descrição de Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1901) há grande ênfase em uma planta que crescia em abundância no monte onde se travou a combate. Uma planta chamada favela:

O nome dela é favela porque eles que apelidaram, porque tinha (hoje em dia pouquíssimo) uma planta, tipo um capim que ele fica todo vermelho, e ai era todo, e diz que o nome daquele capim era favela e ai ficou favela. Pelo menos é o que o povo conta, se é verdade eu não sei, é tanta história... (...) até a guerra dos canudos aconteceu na providencia, porque você já ouviu falar antes de chegar o negócio da revitalização, disso ai? (...) vai aparecendo umas histórias, alguém contou, alguém viu, aqui a gente sabia assim que teve escravos, porque ali no cruzeiro logo que eu vim para cá tinham correntes eu sei que a obra, a outra obra que veio por cima, {fala do favela bairro} acabou com aquelas correntes, mas até então a gente achava que era só escravo que tinha vindo para cá, que tinha ficado preso, agora essas histórias bonitas que eles contam... nem no livro de história você pode procurar que você não acha, que veio para Providência? {faz não com a cabeça} mas agora, agora é chique. [Francisca]

Francisca era uma moradora antiga do Morro da Providência que conheceremos melhor em breve. Em uma conversa que tivemos em sua casa, enquanto falávamos sobre o morro e a *boataria* sobre as obras que estavam projetadas para ele, ela me fez esse relato. Apesar dela desconhecer, constava sim nos livros que os ex-combatentes de Canudos retornaram para a região da Providência, em 1897, e ali se instalaram enquanto aguardavam

um encaminhamento do exército. Como nos aponta Santucci (2008:29), eles se instalaram não só no Morro da Favela, mas também no de Santo Antônio, que fica atrás do quartel da Rua Evaristo da Veiga, e que foi demolido na década de 40. Tanto um grupo como o outro tinham autorização do exército para ocuparem a região. No entanto eles não foram os “primeiros habitantes do morro”, localizado em uma área da cidade extremamente povoada. Quatro anos antes - no sopé do morro, junto a uma antiga pedreira, conhecida como região dos Cajueiros – tinha sido interdita pela Inspetoria Geral de Higiene a maior cabeça de porco³¹⁶ (2008:27) da cidade, dando início à evacuação de 4 mil pessoas, que após a sua demolição ficaram sem teto. Essa multidão de pessoas logo ocupou as encostas, lugar onde “brotavam a cada dia mais e mais barracos, feitos com restos de madeiras e cobertos por folhas-de-flandres” e foi essa paisagem encontrada pelos ex-combatentes quando chegaram ali. De acordo com Lilian Vaz (2002:267 apud Santucci, 2008:29) o Estado teve papel bastante ativo nesse processo de ocupação dos morros, já que a legislação urbanística incentivava a formação de favelas para evitar a “aglomeração de casebres em lugares indesejados” conforme destacado no artigo 36, capítulo VII, do decreto 391 de 10 de fevereiro de 1903 “os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto que se lance mão para obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações”. O início da favela foi, portanto, como também vimos com as Vilas de Porto Alegre, incentivado pelas instituições ligadas ao governo ou pelo próprio. O governo, portanto, incentivava a habitação e depois promovia a desabitação, em um processo de controle do ir e vir das pessoas dessas áreas. Instigada pelo estranhamento de Francisca a uma origem da favela vinculada à Canudos, a provoquei: e se eu perguntasse a você qual é a memória do Morro, o que você ia me dizer?

Pra gente tem, para eles não, a gente tanto tem memória triste como tem memória boa, as memórias que tem, tirando a história do passado, dos Canudos do não sei o que, porque Canudos também ficou muito famoso depois dessas obras, porque até então ninguém ouviu falar, que nem isso que Machado de Assis morou aqui em baixo... mas depois que veio essa obra gente, veio Canudos, vieram tantas coisas, desculpa se eu to falando, mas eu tenho que falar história que a gente diz assim... gente no meu livro não tem isso. [Francisca]

As histórias que constam no livro de Francisca fazem parte da memória triste e da memória boa da sua vida no Morro. Considerei importante esse trecho de sua fala, justamente porque ele traça uma diferença entre a memória e os fatos históricos que após a chegada das

³¹⁶ Como se chamava os cortiços na cidade.

obras (do Morar Carioca, do Porto Maravilha e das anteriores, desde o fim da década de 80) foram se integrando a experiência das pessoas naquele lugar e fazendo sentido para a sua vida e para a sua permanência ali. Ter marcos e personagens históricos vinculados ao seu local de moradia foi um esforço institucional de sobredeterminar uma memória sobre outra em uma disputa política – produção de pesquisas, relatórios sobre a região – e de difusão, já que as gerações mais novas, já possuíam essa construção histórica como resposta para a pergunta que fiz a Francisca.

Como vimos antes uma das iniciativas previstas para a chamada Zona Portuária enquanto projeto especial era a criação do *Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana*, que foi se fortalecendo à medida que rastros materiais da presença de escravos na região foram ficando mais numerosos nas mãos dos arqueólogos que trabalhavam no local. O *Circuito* evidenciava a presença negra na região e constituía uma importante frente de *patrimonialização* da memória africana da cidade. As iniciativas incluíam: a ampliação do Instituto Pretos Novos (IPN) - onde havia dois sítios arqueológicos em fase de finalização; a exposição do sítio arqueológico do Cais do Valongo; a restauração do Centro Cultural José Bonifácio. A retomada institucional de uma memória negra vinculada à região portuária tinha no Morro da Conceição seu maior emblema e seu maior campo de disputa. No Projeto Porto Maravilha (2009), na secção sobre “relevância histórica da região” foram listadas as “curiosidades sobre a história da região portuária do rio de janeiro” e a Providência aparecia citada como “Local de surgimento da primeira favela do Brasil, em 1897” e “Berço da primeira escola de Samba do Rio em 1932 – Vizinha Faladeira”. No território da Providência, as modificações e incursões patrimoniais foram previstas pelo Programa Favela Bairro, a partir do Museu a Céu Aberto que nunca chegou a ser implementado. Após alguns anos, elas foram previstas novamente, pela via da habitação, para serem realizadas pelo Projeto Morar Carioca; que em parceria com a Secretaria de Patrimônio Histórico previa a recuperação: do Oratório do largo do cruzeiro; da escadaria principal de acesso ao alto do morro - que segundo uma líder comunitária “tinha sido construída por mãos escravas”; e novamente a construção de um Museu a céu aberto, local onde estaria disponível a história da favela. Para a construção deste Museu, conforme constava nos arquivos disponibilizados pela prefeitura, dezenas de casas precisariam ser removidas do local. E esse era um ponto de grande tensão conforme ressaltava essa líder. Nos seus discursos ela sempre dizia “querem tirar o nosso povo de suas casas para construir um museu, a história da favela é a história desse povo, gente... agora esse museu com casas coloniais... nunca houve casas coloniais aqui no alto do morro”.



Fig. 3.11



Fig. 3.12

Já o circuito do escravo na região era incontestável e existia na maior parte dos Portos em funcionamento antes do século XX no país, pois já que a cultura negra marcou toda a história de construção das cidades brasileiras. Na região o circuito foi desenhado em relação à chegada da família imperial e em escala com as transformações urbanas que modificaram a forma da região ao longo dos anos. O ilustre escritor Machado de Assis nascera no bairro, e também a capoeira, o jongo, as “manifestações culturais” originárias dos povos africanos que viveram ali deixando seu sangue, seu canto, seu corpo, suas formas de vida e seus herdeiros. Eram algumas características, alguns fatos, alguns personagens escolhidos para contar a história e que, no entanto, excluía outros. Não se falava das religiões africanas, dos terreiros que ali nasceram e dali foram embora, e havia um grande silenciamento sobre as importantes revoltas populares que insurgiram na Gamboa, na Saúde e nos cortiços em torno da Central. Da importância delas para a construção de uma narrativa menos passiva sobre o escravo, e sobre o escravo liberto, sobre as mulheres e as articulações que existiam, combateram e resistiram a controles e imposições feitas pelos governantes do início do século XX. A memória ligada ao trabalho no Porto, o trabalho da estiva, dos trabalhadores das dezenas de construções grandiosas que existem na região - moinhos e prédios de armazenamento de grãos; que ainda ocupam os quarteirões não demolidos; as fábricas que ali funcionaram, as gráficas, as pedreiras, os túneis que conectam a baía ao Centro. O circuito e a presença desses trabalhadores na memória da região foram categoricamente esquecidos na história promovida com a chegada dessas obras. Outro ponto importante tem relação com um esforço de silenciamento mais estrutural na sociedade brasileira, que busca o apagamento das insurgências e resistências que tiveram uma trajetória de disputa pela hegemonia em diversos locais do país. A interpretação do combate de Canudos enquanto uma “guerra”, e a adesão a ideia de que esse grupo de militares - que

executaram trabalhadores rurais nos sertões da Bahia – foram os primeiros moradores do Morro, era uma consequência desse silenciamento. Foi de certa forma constrangedor refletir e admitir que aqueles que foram escolhidos para serem narrados como os primeiros habitantes desse local eram na verdade parte de um grupo de militares, levados a Bahia para exterminar um grupo de cangaceiros insurgentes.

Os que estão no topo da sociedade “não toleram nenhuma erosão subjacente de suas posições” disse Holston (2013:43), portanto, insurgências como a que ocorreu em Canudos, por exemplo, são esmagadas e exterminadas pela polícia e pelos militares (Holston 2013:404), com o auxílio da ‘guerra’ como forma de narrar o confronto.

Das duas formas que escolhi para me apresentar, estudante e antropóloga, a segunda foi adquirindo uma importância maior à medida que os atores imaginavam que a minha estada ali, e o meu trabalho com eles, pudessem fazer alguma diferença para a mudança de sua condição, ou para a luta - forma como era descrita a trajetória de resistência e questionamentos às obras que eram impostas na região. Meu convívio nas reuniões com os moradores me alçou ao lugar de alguém que estava “fazendo um trabalho sobre o Morro”. Como meu argumento de tese envolvia reflexões sobre o conflito, resiliência e a memória, foi assim que apresentei aquilo que estava observando e o conflito, menos do que a memória foi tornando-se mais digerível e mais sedutor para aqueles que estavam estabelecidos, quase como se fossem divergentes. Enquanto aqueles que estavam em uma situação mais vulnerável - a incerteza de permanência em sua casa, por exemplo - se vinculavam a pesquisa por sua dimensão do conflito. Tinham aqueles que se aproximavam como reflexo de uma busca e uma afirmação pelas raízes, pela origem, por uma nova verdade sobre o Morro, que não aquela já bastante divulgada e que os estigmatizava: violência e tráfico.

A memória e o conflito, portanto, mesclavam-se ora objetivamente ou subjetivamente, enquanto um jogo de mediações entre os mundos externos e internos – dentro de si e fora de si, dentro da favela e fora dela. Notava um esforço de separação entre a memória como o lugar da acomodação versus o conflito como o lugar da agitação e da dúvida. Simmel (1971), certamente faz parte dessas reflexões, quando apresenta a proposta de entendimento das relações sociais pela pulsão entre cultura subjetiva e cultura objetiva. De acordo com sua perspectiva eu estava ali diante de um esforço de objetivação da memória e de subjetivação do conflito por parte desses moradores, numa “representação fundamental do ideário romântico: a oposição entre forma e vida” (Duarte, 2004:15). A memória era um projeto de permanência no espaço, de valorização do espaço, mas principalmente de visibilidade dele para aqueles que ali viveriam, ou que visitariam a região após a conclusão

das obras. Ter memória era ter o direito de ficar ali, de ter com sua estória um espaço reservado na História. E só existia essa memória, contraditória que fosse, por intermédio da disputa que expunha um conflito.

A memória da presença de escravos no Morro e arredores, narrada por João e Francisca era distinta daquela narrada pelos responsáveis pelos projetos culturais do porto maravilha, mas as duas tinham que conviver naquele mesmo local. Por um lado a exposição das correntes, artefatos de tortura, grilhões, algozes e ossos, expostos – uma vala comum transformada em Museu. Por outro, moradores relatando histórias fantásticas, de assombrações que sofriam, perambulavam, eram ouvidas e reconhecidas pelos sons de um corpo maltratado e machucado, que vagava solitário entre as escadas e os becos que ajudaram a construir. As duas imagens por ali conviviam, se costurando e se sobrepondo.

Mais amplamente, a memória do pioneirismo da favela e da relação com Canudos era acionada pelos mais jovens como ícone importante para legitimação de uma descendência de luta e de antiguidade, em que se reivindicava a pertença a essa memória como justificativa para permanência da população no espaço.

Calçado no discurso da moradia digna, os governantes e os planos de habitação produzidos por eles consideram a Zona Portuária um lugar digno para os ossos dos escravos, agora históricos; porém não achavam um lugar adequado para os negros que estavam vivos. A convivência dos dois não parecia possível, e mais do que isso, a restrição da “herança africana” a um determinado período e temporalidade, que evidenciava uma resistência mais passiva do que ativa. A reforma desse espaço estava contribuindo para o apagamento desta memória vivida - expressa nas práticas e nos patrimônios materiais - que vinha sendo substituída por espaços modernos e arrojados – desabitados dessas práticas seculares e centenárias. Esses lugares procuravam incorporar as tradições da cultura negra em pequenos marcos memoriais, que nas reformas urbanas (sempre altamente embranquecidas) viram elementos exóticos de um passado muito distante.

A memória dos habitantes negros era acionada por um lado como ícone importante para legitimação de uma descendência africana, em que se reivindicava a pertença a essa memória como justificativa para permanência da população no espaço. Por outro lado ela parecia ser usada como artifício para exclusão dessa população do espaço, transformando-a num discurso de passado, em uma “página triste” da história, narrada através do cemitério, e vinculada à escravidão.

Com a experiência do projeto do Porto Maravilha, fomos vendo que a história da escravidão acabava se constituindo como um espaço de acolhimento (Douglas, 1995:74) para

o negro carioca na construção de suas heranças; mas que, ao mesmo tempo, por ser concomitantes às tentativas de remoção da população que vivia na Zona Portuária era uma História que acabava por reproduzir uma condição da negritude desde a época da escravidão: a marginalidade. O negro entra para história, mas nem por isso se desmarginaliza nela.

A remodelação das vias que cortam a região; da exposição à céu aberto das ruínas do antigo Cais do Valongo (por onde entraram cerca de um milhão de escravos) e do Cais da Imperatriz; da proposta de construção do Museu do Amanhã, além do já inaugurado Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR); da produção de festividades e atividades culturais na Pedra do Sal; do oferecimento de cursos de dança e de cultura no Galpão Ação da Cidadania; do investimento na remodelação do Instituto Pretos Novos (antigo cemitério de escravos) - há um “esquecimento” das iniciativas culturais já realizadas na região antes da chegada do Projeto Porto Maravilha, muitas delas realizadas e voltadas para a celebração da cultura negra. Destacamos a bateria infantil Mel do Futuro - que foi comandada pelo querido Seu Carlos até 2013, quando ele veio a falecer; e a capoeira do Mestre Eron - realizada no alto da escadaria - como duas expressões de resistência e que são feitas por moradores antigos e queridos no Morro da Providência. Há, também, todo o movimento das mulheres e homens vinculados a Liga dos Blocos da Zona Portuária que desde a década de 90 tenta reunir os grupos que atuam na zona. A liga é composta pelos blocos: Coração das Meninas, Pinto Sarado, Escorrega Mas Não Cai, Afoxé Filhos de Gandhi, Independentes do Morro do Pinto, Fala Meu Louro, Oba, Unidos do Rio dos Barros, Eles Que Digam, Tamborim Sensação, Pipoca no Mel, Bloco dos Bancários, Banda da Conceição, Escravos da Mauá e Alegria Portuária; além do Cordão do Prata Preta que homenageia o símbolo da resistência da região portuária na Revolta da Vacina.

Se por um lado há um investimento da CDURP na construção de um *Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana* na Zona Portuária, há uma iniciativa de que os moradores descendentes diretos dessa herança sejam removidos de suas casas para que os visitantes possam celebrá-la. Resultado do trabalho do GT Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana³¹⁷, O circuito tem 5 pontos. O

³¹⁷ Criado pelo decreto Municipal 34.803 de 29 de novembro de 2011. Segundo divulgado na Secretaria de Políticas para a Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), em 2011 a Coordenação do Grupo fica a cargo do subsecretário do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do Gabinete do Prefeito. Como membros fixos do GT foram designados a vice-presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine-Rio), Dulce Mendes de Vasconcellos; o representante da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (Cdurp), Alberto Gomes Silva; e o Coordenador Especial de Promoção da Política de Igualdade Racial (GP/Ceppir), Amaury Oliveira da Silva. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/12/heranca-africana-ganha-circuito-historico-e-arqueologico-no-rio-de-janeiro>; acessado em jan. 2014.

primeiro é o Cais do Valongo - construído em 1811 para o desembarque e comércio de africanos escravizados vindos do Congo e de Angola, Centro-Oeste africano. O segundo é a Pedra do Sal, local onde o sal era descarregado por africanos escravizados no século XVII. O terceiro é o Jardim Suspenso do Valongo - parte do plano de remodelação e embelezamento do Prefeito Pereira Passos para a região - e o Largo do Depósito, onde ficavam as antigas lojas que vendiam escravos e artigos relacionados à prática da escravidão. O quarto é o Cemitério dos Pretos Novos onde foram “enterradas” cerca de 20 mil jovens e crianças negras que não resistiam aos maus tratos da escravidão ou da viagem até o Brasil. O quinto é o Centro Cultural José Bonifácio construído em 1877 por ordem de D. Pedro II para a educação da comunidade carente da Região Portuária e que foi o primeiro colégio público da América Latina.

Mesmo a 126 anos da abolição da escravidão em diversas situações a repressão e a opressão ao povo negro ainda é presente, e desumana, se repetindo todos os dias em todas as comunidades e favelas das cidades; nas ações das polícias orientadas a bater e a criminalizar; na intolerância aos cultos afro-brasileiros, com casas obrigadas a fechar suas portas por conta da discriminação; nas ações das políticas de habitação que removem a população para moradias sem infraestrutura e distantes de onde cultivaram suas relações de proximidade. Não podemos evidenciar circuitos e traçar marcos da herança africana sem que os herdeiros sejam escutados.

Os nascidos e criados no trabalho na Central



Fig. 3.13

Outro foco da *desabituação* na Zona Portuária são: os ambulantes, e trabalhadores informais que vivem do comércio ambulante na Estação Central³¹⁸, e arredores dela; e os moradores de ocupações na Rua do Livramento e na Rua Barão de São Félix. Muitos eram

³¹⁸ Estação final da linha de trem e intermediária das duas linhas do metrô da cidade.

ambulantes e moradores e viviam “de aluguel” nos casarões e sobrados da Rua Barão de São Félix e da Rua Senador Pompeu; nas ruas Audomaro Costa e Alfredo Dolabela; na Pedra Lisa e na Providência. Outros, no entanto, trabalhavam como ambulantes ali diariamente, mas moravam na Baixada³¹⁹.

A Estação Central que empresta o nome a parte dessa área é um exemplo das modificações que a área já sofreu. Demolida na década de 30 para expansão das linhas férreas³²⁰ e para a eletrificação do sistema ela foi reinaugurada em 1943³²¹. Esse último prédio, atualmente está sendo adaptado para uma grande reforma, decorrente das várias outras reformas que estão previstas para a área entre o Cais e a Avenida Presidente Vargas, integrantes do Porto Maravilha. Apesar do endereço postal classificar as ruas da região como pertencentes ao Centro, quem trabalha ou vive ali, habita a Central. Que é composta por: Cajueiros – eixo da Rua Audomaro Costa com a Rua Alfredo Dolabela Portela; a área da Rua Barão de São Felix e da Rua Senador Pompeu, e da Rua Rego Barros. Além dessas localidades há a área entre o Morro e a Baía, que é conhecida como: Livramento, Marítima, Vila dos Portuários, Praça dos servidores, Pedro Ernesto. Essa última Zona que citamos, região em que Carolina vivia, localizada entre os bairros da Saúde e Gamboa – que fazem junto com o bairro do Santo Cristo limite com o Morro da Providência – foram palco de duas importantes revoltas no início do século XX: a Revolta das Carnes Verdes (1902) e a Revolta da Vacina (1904). Essas manifestações de resistência eclodiram nas ruelas desses bairros contra ações e determinações oficiais que prejudicavam e alteravam negativamente o cotidiano dos pobres, condição da maioria dos habitantes dali. Revoltados contra imposições dos governantes, os pobres rebelaram-se exigindo mais informações e melhores condições de vida, seja através da exigência de melhores preços e variedade nos alimentos, seja contra a ação das políticas de estado sobre seus corpos.

Construída no mesmo local da Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II e inaugurada em 1858, “a Central” já havia figurado e dado nome a um filme³²² muito popular no Brasil que explorava justamente sua característica mais marcante na contemporaneidade, a

³¹⁹ Baixada Fluminense é composta pelos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita.

³²⁰ Que indicou que ela fosse transferida para o setor privado dos serviços de transporte ferroviário de carga, o que foi realizado entre 1996 e 1998.

³²¹ A Estação do Campo chamada assim por causa da proximidade com o Campo de Santana foi reformada em 1858 quando foi inaugurada a Estrada de Ferro Dom Pedro II. Em 1889 com a proclamação da república a Estrada de Ferro tem seu nome trocado para Central do Brasil. O nome oficial da estação, no entanto, só muda de Estação Dom Pedro II para Central do Brasil, em 1998 por ocasião da realização do filme homônimo dirigido por Walter Salles.

³²² Central do Brasil. Filme de Walter Salles. Ano: 1998; Duração: 112 min; Distribuição: Sony Pictures Classics.

centralidade. As linhas do trem demarcariam desde essa época a área que ficaria comprimida entre os trilhos e a Baía de Guanabara e que depois seria chamada de região portuária. Essa ideia de isolamento (Cardoso et al, 1987:69), muito utilizada pelos projetos de revitalização da área para justificar alternativas de “integração” ou de “resgate” - ligadas aos conceitos de mobilidade e patrimônio – vinha dessa compressão promovida pelas linhas de trem e túneis feitos na região para mobilidade de pessoas e mercadorias. A parte “isolada”, no entanto, ficava entre o Morro e a Baía, a parte que ficava em torno da estação, era completamente diferente nesse sentido. Ali se pegava metrô ou trem para diferentes lugares do município, em direção norte ou sul. Ao lado da Central também tinha um terminal rodoviário que fazia viagens intermunicipais, lugar onde se podia tomar ônibus para São Gonçalo, Duque de Caxias, Marechal Hermes - região metropolitana do Rio. Ao redor dele, até 2012, havia oferta de vans que recorriam os arredores e, também, destinos mais distantes do centro da cidade. Conhecedora do subterrâneo da Estação Central, subir até a superfície da região onde ficava a Estação era algo que eu tinha feito poucas vezes antes de começar a pesquisa.

As grandes aglomerações nos centros urbanos e o grande número delas vivendo “em cubículos estreitos” parecia ser um problema que permanecia para os atuais governantes e para os empresários que gestam a cidade do Rio de Janeiro e os governantes que o fazem desde o fim do império. As técnicas de remoção eram variadas podiam vir por meio de decretos e ou indiretamente por uma precarização das condições para o trabalho e habitação ou por incêndios não explicados como veremos. A intenção é que possamos adentrar mais essa faceta da região por meio das flutuações de seus habitantes diante das transformações.

Em três anos de campo a região tinha se transformado muito, principalmente no que se relaciona ao trabalho dos ambulantes. Em 26 de abril de 2010 o Camelódromo da Central sofreu um incêndio que foi determinante para a sua extinção. Ao final de 2011 foi inaugurado o controverso Mercado Popular de Compras Leonel Brizola, a duas quadras do local incendiado. No dia 25 de maio de 2013 foi a vez das barracas que ocupavam as plataformas do Terminal serem removidas pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) da prefeitura. O motivo dessa vez não foi o incêndio, mas a reforma do Terminal pela Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Coderte), que através de uma licitação contratara um consórcio³²³ para a sua

³²³ O Consórcio Rio Terminais Rodoviários de Passageiros S/A (RIOTERP), era composto pela: Fetranspor, Socicam Serviços e Socicam Administração e Projetos; que assumiu a administração e operação dos terminais rodoviários Menezes Côrtes, Américo Fontenelle, Nova Iguaçu e Nilópolis (Baixada Fluminense). O grupo venceu em 25 outubro de 2011, a licitação promovida pela Coderte com objetivo de melhorar as instalações, serviços e o atendimento à população carioca nestes terminais.

reconstrução. A arquitetura dele - com plataformas largas e abertas para a rua - possibilitaram que trabalhadores ocupassem seu interior para a venda de mercadorias. Assim como o Camelódromo, o Terminal era o espaço coberto onde era possível fixar barracas sem se preocupar com o “rapa” e tampouco com as intempéries.

Conforme me ensinaram os habitantes dali, o Morro da Providência fazia parte da região da Central, mas também ficava na Zona Portuária - denominação reforçada na década de 80 quando iniciam os discursos de revitalização dessa área. Quem mora no Morro costuma acionar um conjunto de autodenominações para se apresentar enquanto sujeito que habita o local e que varia conforme o contexto. Como pude observar, a definição “morador do Morro da Providência” é uma abstração que costuma ser acionada quando o sujeito quer reforçar seu pertencimento a favela perante outros favelados e perante estrangeiros. Para se diferenciar entre eles, os habitantes acionam o nome dos territórios-mito³²⁴ criados nesses locais e que geralmente fazem alusão ao nome da rua: Audomaro Costa, Rego Barros, Barão da Gamboa, Livramento, Barão de São Félix; Rua do Monte; a alguma construção existente no lugar: largo do Cruzeiro, Escadaria, Largo da Igreja, Praça Américo Brum, Marítima³²⁵; a alguma situação vivida no local e relevante para a construção do lugar: sessenta, buraco quente; a algum morador antigo ou característica morfológica da encosta ou pedreira onde estão plantadas as moradias: Pedra Lisa, Sessenta, Morrinho, Grotta, Toca, Cantão, Bica, Nova Brasília, AP, Cruzeiro, Buraco Quente, Morrinho.

Como pudemos observar nas leituras sobre a região, a ocupação dos trabalhadores – ambulantes e camelôs na região em torno da Central - tem pelo menos trinta anos, temporalidade na qual trabalham ali aqueles indicados como sendo os mais antigos da área. A vocação da área para comércio e para a moradia popular é, no entanto, bem mais antiga.

As moradias que existiam na região na época da construção da estação Central ainda estavam resumidas às casas das chácaras, oriundas da venda de terras concedidas pelo sistema das sesmarias. Ao longo do século XIX as chácaras herdadas foram loteadas e alguns lotes leiloados (apud Gonçalves, 1929) multiplicando a moradia na região. A circulação de trabalhadores é intensificada e as moradias coletivas como: cortiços, estalagens, pensões e casas; nascem dessa circulação que posteriormente ganha fama na letra - de escritores, artistas, jornalistas e governantes - por essa característica. Inserida no grupo de escritores, e daqueles com ambições científicas, também descrevi minhas impressões sobre a região.

³²⁴ Conforme Maffesoli (1996) um espaço onde se enraízam afetos e memórias, espaço de adesão e partilha comuns de sentidos, e onde o tempo se condensa.

³²⁵ Referência a antiga estação Marítima da Estrada de Ferro.

Tecendo comparações entre os ritmos da noite e do dia, e entre diferentes perspectivas do espaço ao rés do chão (Certeau, 2004:176) apresento o trecho de um diário³²⁶

Aquela área respira um ar de trabalho: a vila portuária, as estruturas antigas do porto vistas do alto, os túneis velhos e mal cuidados, cavados na rocha; um lugar onde é possível ter uma dimensão da tecnologia e da matéria no tempo, englobada pelas formas de sociabilidade e de moradia. Nenhuma cidade obviamente; mas o Rio de Janeiro, sem dúvida não existiria sem a tecnologia e o desenvolvimento da engenharia. Esse primeiro túnel pequeno que passa mais ou menos embaixo da Praça Américo Brum, fica naquela mesma rua onde, com medo no outro dia, tive receio de seguir em frente. O movimento relativo ao trânsito de veículos que tanto me chamara atenção era o movimento de saída daquele terminal ~~rodoviária municipal~~³²⁷ em direção a rodoviária Novo Rio, e ao porto. Me disse Maurício³²⁸ que aquele era o primeiro túnel do Rio de Janeiro, eu não duvidei. A zona era baixa, a saída desse túnel uma boca aberta de onde fluía barulho, carros, ônibus e muita poeira. Aquela goela aberta, com língua feita de piche cuspiam centenas de carros, vindos do lá de lá Morro, perto da Central. Atravessei aquelas ruas contornando o Morro por baixo, e podia ver dali as casas construídas nos pontos mais altos, entre as ruelas que havia caminhado no outro dia.

A configuração era realmente outra, pautada pelos ritmos do dia. Atravessamos o túnel com facilidade, porém desviando de ônibus, vans, carros e pessoas. O fluxo na região é intenso, inebriante, quente. Fui olhando para os comércios e para a circulação de pessoas na rua e consegui entender melhor a escuridão e o certo vazio no movimento dos sobrados conforme tinha assinalado sobre o outro dia. Ali se desenvolve uma intensa atividade comercial diurna dos mais vários tipos. Há lojas de bolsas e artigos chineses, essas ficam geralmente na rua principal. Nas transversais, como a Barão de São Félix e a Senador Pompeu - onde dobramos para pegar a van até a Praça Américo Brum - uma circulação que não deixava espaço livre nem na calçada e nem no meio da rua. Muitos hotéis, algum comércio de varejo e muitas, muitas distribuidoras de mercadoria. Na rua via-se o trânsito de carrinhos vazios sendo puxados por homens que se dirigiam a uma dessas distribuidoras para buscar mercadoria. Instalado naquelas casas da metade do século XIX e início do século XX, essas distribuidoras contratavam – deduzi que em regime de trabalho temporário – muitas pessoas que embalavam as mercadorias em pequenos fardos e as despachavam para os carregadores. Era um movimento muito grande de entrada e saída, de gente e de mercadoria, dos comércios para a rua e vice-versa. Ao circular pelas ruas notava-se tanto gente se movendo, quanto grupos que seguiam encostados nas paredes dos comércios, trocando uma ideia no meio da rua, entre

³²⁶ Diário de campo de 12 de agosto de 2011.

³²⁷ Optei por deixar aparente - porém formalmente excluído pelo recurso disponível pelo editor de texto Word - alguns equívocos ou imprecisões que fazemos ao descrever o espaço à medida que estamos imergindo nele. Sublinhei acréscimos feitos posteriormente ao texto inicial do diário de campo. Refleti sobre a questão da construção do texto etnográfico e as tensões entre as diferentes camadas narrativas que como narradores vamos fazendo durante o processo da pesquisa - e diante da interlocução com os sujeitos que participam dela - em outro texto sobre a trajetória social de um metalúrgico da cidade de Porto Alegre (Gutterres, 2013a).

³²⁸ Maurício Hora é fotógrafo e morador da região. Sua história no Morro da Providência, foi contada em quadrinhos pelo autor André Diniz em um livro publicado em 2011 e chamado *Morro da Favela*.

as calçadas. As pessoas ocupavam as calçadas e a rua de forma igual. A quantidade de carrinheiros (cavalo sem rabo) era tão grande que não me surpreendi com a placa na parede de um hotel, que dizia assim: “proibido embalar aqui”.

A instalação do Moinho Fluminense, em 1889; das indústrias de alimentos; gráficas; e o crescimento da atividade portuária – consolidada após o aterramento da Baía de Guanabara e a construção do porto, nos primeiros trinta anos do século XIX – levou operários e trabalhadores – a exemplo da estiva - a instalarem moradia na região. Conforme as imagens que consultei sobre a área, com o fim da escravidão, os negros permaneceram habitando esse local. Nominados nas descrições sob a região pela categoria de negros libertos, eles nunca deixaram de trabalhar na área, conforme ressaltado por Cruz (2002) e por Santucci (2008) em suas pesquisas. Enfrentando a resistência do sistema cultural do senso comum (Geertz, 1997) - acatada pelos governantes no exercício do executivo – os negros nunca gozaram os benefícios da honra implícita na classificação do sujeito como trabalhador. Criminalizados ou esquecidos na escrita da memória do trabalho na região. Os ambulantes no presente da região, muitos deles negros, parecem enfrentar essa mesma dificuldade.

Por um lado tinha a iniciativa do Porto Maravilha que se apoiava no discurso de que a região precisa ser reabitada; e por outro há uma intensa habitação na região – de trabalhadores informais, aposentados da estiva, cozinheiras, boleiras, donas de casa, trabalhadores do comércio e do setor de serviços – que precisa ser retirada para esse intuito.



Fig. 3.14



Fig 3.15

Após a instalação da Estação, no fim do século XIX, ruas foram abertas e consolidadas na região pelos donos das pedreiras e proprietários de terras e negócios. O comércio de atacado e as oficinas para conserto de carroças proliferaram pelas ruas do príncipe e da princesa, antigas denominações das ruas Senador Pompeu e Barão de São Félix. As carroças que faziam a circulação, das mercadorias - principalmente do café – e dos passageiros, ajudaram a abrir, prolongar e consolidar, as ruas e os caminhos abertos pelas

pedreiras nos sopés ao redor dos Morros do livramento e da Providência. A atividade portuária já era muito ativa. Em um mapa de 1867 vemos que a presença de pequenos Cais, aterros pontuais e uma grande quantidade de trapiches na costa. A consolidação como área portuária se confirma com a construção da estação férrea marítima, em 1879; e com a abertura do túnel no Morro da Providência - ligando os ramais marítima e central.

Os armazéns de secos e molhados estavam em toda a extensão da circunferência que partia do largo do depósito - hoje Praça dos estivadores - até o Morro da Providência. Com a chegada da Corte, em 1808 uma série de disciplinamentos ao espaço³²⁹ da rua foram iniciados (Cardoso e outros, 1987:72) e concluídos, transformando definitivamente a paisagem dessa região³³⁰.



Fig. 3.16



Fig. 3.17

Por conta da grande circulação de pessoas naquela parte da Zona – que foi se mantendo ao longo do século XIX e início do XX - que foi instalado em 1978, ao lado da estação central, o Terminal Rodoviário Américo Fontenelle³³¹.

Contemporaneamente, a variedade das mercadorias vendidas pelos ambulantes e pelos camelôs foi aumentando com o agressivo mercado chinês e asiático do início do século XXI. O gênero dos alimentos diversificou bastante com a industrialização dos alimentos e proximidade que as fábricas estavam do centro, onde o trabalho dos ambulantes era rentável dado o grande número de circulação de pessoas. A circulação também aumentou muito com

³²⁹ Que culminaram na criação de pelo menos dois novos núcleos urbanos, na Cidade Nova e em São Cristóvão.

³³⁰ O segundo mercado da cidade e extinta em 1893 foi inaugurado na Praça Harmonia, em 1855, para tentar conter o comércio de legumes, verduras e frutas na região feito desde o início desse século por ambulantes e em barracas armadas na rua.

³³¹ Construído em 1978, pelo Decreto-Lei nº 87, o Terminal foi o primeiro a ser construído pela Coderte, criada em 1975 para construir e administrar terminais rodoviários na capital e interior fluminense, e administrar e operar áreas de estacionamentos no estado.

os novos aterros, arruamentos e prolongamentos de ruas decorrentes da ampliação do sistema de transporte – de carga e de pessoas – na região.

O trabalho é uma dimensão importante para entender a forma de ocupação da região portuária e os tipos de atividades que são exercidas pelos que ali vivem. A atividade informal – comércio de ambulantes, camelôs, etc. - é a principal fonte de renda daqueles que trabalham e moram no em torno da área central da cidade. Além da previsão das obras e remoções provocadas por elas, o poder público tem reprimido intensamente as atividades dos ambulantes através de medidas como o "Choque de Ordem" - ações de repressão a vendedores ambulantes e a ocupações em espaço público - que é amparado pela criação das Unidades de Ordem Pública (UOP) instaladas em diferentes partes da cidade.

No em torno da Central do Brasil, os pontos de trabalhos dos ambulantes foram removidos, sem a devida instalação de novos postos próximos ao local. Os camelôs que trabalhavam no Camelódromo foram transferidos para o Mercado Popular Leonel Brizola após um incêndio, que de acordo com muitos trabalhadores foi proposital e criminoso. Os camelôs que trabalhavam no Terminal Rodoviário Américo Fontenelle foram completamente removidos em maio de 2013.

No Mercado Popular, a circulação de pessoas é pequena e o lucro dos comerciantes é baixo, o que os leva a trabalhar irregularmente³³² nas ruas no horário noturno ou muito cedo, pela manhã. Essa restrição para o horário de trabalho modificou completamente o cotidiano desses trabalhadores que tiveram que buscar outras atividades para o seu sustento. Caso desafiem o choque de ordem e trabalhem em horário comercial, os trabalhadores sofrem com as ações de repressão da prefeitura, que tem utilizado a força policial e armas “não-letais” para retirá-los das ruas. A “elitização” das áreas centrais, como ocorre com a Praça Mauá, também impede a circulação destes trabalhadores, à medida em que a maioria não possui mais a regulamentação para o exercício de sua atividade profissional nessas áreas. Trabalhadores como os profissionais do sexo³³³, sofrem também com as medidas repressoras adotadas pela prefeitura.

³³² A licença para o trabalho ambulante é retirada junto ao município e é concedida pela prefeitura para o trabalho em determinadas regiões ficando o ambulante restrito a essa área.

³³³ Tanto nos arredores da área central quanto nas vias que contornam o Complexo da Maré, onde a presença policial é frequente e violenta.



Fig. 19

Fig. 20

A remoção como prática de eliminação da pobreza - antecedentes higienistas

O Campo de Santana na primeira metade do século XIX chamava-se campo d'Aclamação³³⁴ e era um dos limites urbanos da cidade do Rio de Janeiro ao sul. Os limites ao leste ficavam junto ao Morro do Castelo e ao norte iam até a costa da Baía de Guanabara – Prainha, Morro de S. Bento, Morro da Conceição, Valongo, Praia da Saúde – que completava as três pontas da chamada cidade velha. A cidade nova começa a se desenvolver com a chegada da família Real ao Brasil, em 1809; e até a instalação dela, que se dá a oeste, na região de São Cristóvão, era uma região que não passava de um imenso mangue – o mangual de São Diogo - com terrenos totalmente alagadiços.

³³⁴ Se chama Campo da Aclamação por causa da nomeação de Dom Pedro I, em 1822.



Nicolle Jr. Edward: "Desenho da Cidade Velha, o Campo de Santa e o mangue de São Diogo", c. 1840

Foto 3.20

Um tanto “fantasiosa” (Cardoso e outros, 1987:12) a ilustração de Nicolle Jr. Edward mostra o litoral da Saúde, Gamboa e Alferes, respectivamente da direita para a esquerda – região em ser realizado dois aterros, em Alferes para a construção da Rodoviária Novo Rio e na Gamboa e Saúde para construção do Cais da Gamboa. No mesmo sentido se enxerga os cinco morros do litoral norte: Morro de S. Bento, Morro da Conceição, Morro do Livramento, Morro da Providência e Morro do Pinto. Aqui, na ilustração de Thomas Ender, de 1817, vê-se o morro da Providencia ao fundo da capela de Sant'Anna, que foi demolida para a construção da Estação Central.



Fig. 3.21



Fig. 3.22

A partir de 1928 iniciam-se na região e em geral em toda a cidade velha processos de urbanização (Filho, 1946 apud Pinto, 2007:31):

“(alinhamento, limpeza, higiene, iluminação e descongestionamento dos logradouros públicos); construção de edifícios particulares; a construção de muralhas, estradas, pontes, aquedutos, chafarizes e calçadas; aos aterros; as demolições de edifícios; ao esgotamento de pântanos e canalização de rios”

A fim de estabelecer normas para o espaço público da nova capital da corte. Conforme aponta Marx (1991 apud Pinto, 2007:29) a lei de outubro de 1828 seria a primeira

lei orgânica dos municípios brasileiros “já que determinava e ratificava a responsabilidade das câmaras para com seus patrimônios”. A lei de terras, no entanto, só seria criada em 1850 após conflitos entre as ordens religiosas e a câmara, sobre o controle e a administração das terras. Antevendo essas tensões, a corte investe na região da cidade nova como um eixo favorável à construção de novas edificações, pois localizada nas bordas da cidade e mais distante do velho núcleo (Pinto, 2007:110) não eram necessários gastos com desapropriações e demolições.

Na esteira dessas transformações no espaço público, a Avenida Presidente Vargas, por conseguinte - construída em 1944 - foi uma das últimas grandes obras viárias³³⁵ na região do centro do Rio de Janeiro na sequência das reformulações nesse aspecto que haviam se intensificado a partir de 1870, aproximadamente. O auge dessas transformações, de 1903 a 1906, teria ficado a cargo de duas grandes intervenções coordenadas pelo prefeito Francisco Pereira Passos (Rocha, 1995; Benchimol, 1992; Azevedo, 2003; Pinto, 2007; Abreu, 2008) e que integravam a chamada “Reforma Pereira Passos” que por sua massiva transformação nos espaços públicos e demolição de casarios, cortiços, becos, estalagens, prédios de moradia e comércio; ainda hoje era associada à presente tentativa de eliminação dos “pobres” do centro da cidade.

Em 1920, sob a ordem do presidente Epitácio Pessoa, Carlos Sampaio inicia na administração da cidade do Rio de Janeiro, incumbido de preparar a capital para dois grandes eventos “a visita dos reis da Bélgica e a comemoração do centenário da independência” (Paixão, 2008:30). De forma análoga ao que acontece na atualidade, uma série de obras foi realizada no sentido de “melhorar” a cidade para esses acontecimentos. Concentrando quatro grandes monumentos aos poderes e as artes: o Teatro Municipal, a Biblioteca Pública Nacional, o Supremo Tribunal Federal e a Escola de Belas Artes; a Praça da Cinelândia era o alvo dos embelezamentos no início do século XX e lá Sampaio construiu a Câmara Municipal e reformou, mais uma vez, a Praça. Em 1922, bem próximo a essa região – nos fundos da Biblioteca Nacional - Sampaio promoveria talvez a mais emblemática das transformações da cidade até então: o desmantelamento do Morro do Castelo; e nesse ano o antigo limite da cidade ao leste, desaparece.

No contexto das discursividades dos estudantes, militantes, atingidos, moradores, ativistas empenhados nas discussões sobre as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro - e principalmente naqueles promovidos pelos movimentos sociais ou redes ligadas a

³³⁵ Na Zona Portuária, a Construção da Perimetral, em 1960 talvez tenha sido a última grande intervenção viária nesta região.

eles - a demolição do Morro do Castelo e as obras de Pereira Passos ainda eram temas muito citados; principalmente por um conceito que havia permeado todos os planos de reforma urbana na cidade: a higienização.

O cenário que precisava de controle – pela higiene que era uma doxa vigente nesse momento - estava relacionado a visões associadas as formas de habitação nos arredores do Morro na qual a obra *O Cortiço* do maranhense Aluísio de Azevedo (1997:13), construiu literariamente:

Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar; via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pêlo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas da mão. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas. O rumor crescia, condensando-se; o zunzum de todos os dias acentuava-se; já se não destacavam vozes dispersas, mas um só ruído compacto que enchia todo o cortiço. Começavam a fazer compras na venda; ensarilhavam-se discussões e resingas; ouviam-se gargalhadas e pragas; já se não falava, gritava-se. Sentia-se naquela fermentação sangüínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulham os pés vigorosos na lama preta e nutriente da vida, o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra.

Nas descrições do espaço feitas pelos médicos sanitaristas e engenheiros do princípio do século XX, a referência a desordem e a impureza são sinônimo para o mal que rondava a cidade. Mais do que uma produção da realidade sobre a região elas nos falam sobre a qualidade dessa desordem³³⁶ em contraponto a uma ideia de ordenamento que exclui qualquer outra forma possível de produção do espaço, a qualidade da doença. O doente precisava ser limpo, extinto ou curado, no entanto a escolha mais fácil foi afastá-lo, por vezes isolá-lo, privá-lo de determinados espaços³³⁷. A doença estava relacionada nessa época a

³³⁶ A doxa da higiene também orientou meus escritos nas primeiras caminhadas na região. Mesmo passado algumas décadas a imagem da sujeira associada a desordem fazia também parte das minhas noções e me levaram a escrever diários sobre esse ambiente que eu tentava na escrita controlar a partir das imagens mais naturalistas que eu pudesse construir, de um desses diários destaco um trecho: As lixeiras, quando haviam, estavam abarrotadas de cocos verdes, copos plásticos e lixo de toda a espécie. O chão estava úmido por causa da garoa que caía desde o meio da tarde. Porém a umidade do chão também tinha outra causa: água degelada que caía dos “carrinhos” que vendiam bebida; misturada, urina, restos de comida e de água empoçada, vinda de vazamentos dos antigos sistemas para escoamento do esgoto ou dos pluviais”. É interessante ressaltar que em *O Nascimento da Medicina Social*, Foucault (1979:86-89) reflete sobre o aparecimento da população pobre no século XIX e o aumento das tensões políticas tendo como reação “um poder político capaz de esquadrihar essa população urbana”. Nesse momento que apareceria para o autor o “medo urbano, angústia diante da cidade”.

³³⁷ Práticas já elaboradas e refletidas por Foucault em *O Nascimento da Clínica* (2008) e anteriormente em *Vigiar e Punir* (2004).

determinadas populações que carregam em si moralidades negativas por parte das políticas sanitárias e pelo aparato policial. Essas duas forças do estado trabalharam para construir o perigo do não isolamento desses sujeitos. E por essa razão eles foram vacinados, adestrados e removidos.

Pacificação

A exclusão atual dos sujeitos, melhor seria dizer o seu disciplinamento, não se dá mais pela doxa da higiene, mas por outras razões que não podem ser relacionadas com a higienização, mas podem ser pensadas em paralelo a ela. Permanece a moralidade negativa em relação aos mesmos sujeitos, porém não é em nome da higiene que eles são isolados, mas pela forma como vivem e por essa forma ser relacionada à violência. A violência vira um sinônimo da pobreza, e por isso atos disciplinadores aos pobres são legitimados. Atos que são artifício para delimitação de fronteiras entre um grupo que exerce poder sobre a definição da qualidade do Outro. Notamos que a violência/pobreza se torna impureza a partir de quando se transforma em “um problema a ser sanado”. Cada uma a seu tempo, a pacificação foi uma das estratégias de desabilitação condicionante ao empreendimento Projeto Porto Maravilha, que estabelece a instalação de uma Unidade Pacificadora na favela como a primeira das ações de Habitação que são implementadas na região, antes mesmo do início das obras viárias.

Vinculado ao tema da habitação, o estabelecimento da “paz” como sinônimo do fim da violência nas favelas, muito nos diz sobre um discurso de contenção do espaço pautado no disciplinamento de sujeitos impuros: “flutuantes”, perambulantes – definição comum nos argumentos e dossiês para instalação dos planos urbanos do século XIX e XX. A pacificação como estratégia de disciplinamento torna-se uma nova alternativa para conceituação desses contextos como impuros e violentos porque impuros. E a habitação “desordenada” como foco de malefícios que precisam ser contidos e disciplinados.

Ambientada às tentativas de remoção, no princípio do século XIX a região em torno da Central foi alvo preferido da reforma higienista de Pereira Passos, como ocorreu em outras freguesias da cidade do Rio de Janeiro. Na altura do Túnel João Ricardo, na Rua Barão de São Félix havia uma estalagem que ficou conhecida pelos jornais da época como o emblema da eficácia e da truculência desse plano, que buscou liquidar com as habitações coletivas existentes por todo perímetro da cidade velha. Sua extinção foi considerada um ícone da higienização na cidade.

Toda a região onde estava a Providência, incluindo regiões vizinhas, era chamada de Freguesia de Santana no princípio do século XIX e foi alvo da reforma no fim assim como outras freguesias da cidade do Rio de Janeiro. O termo higienização e seu derivado higienista, como contraponto à animalidade e a sujeira, eram usados como sinônimos dessas intervenções devido ao caráter sanitário das ações de Pereira Passos. Os cortiços e a Zona Portuária eram alvo de ações de remoção como reação as epidemias que ocorriam em toda a cidade nessa época. Havia sido comprovado em um levantamento que as freguesias onde mais havia mortes eram onde mais cortiços haviam: Santana, Santa Rita, Santo Antônio, Glória, São José e Espírito Santo; o que justificava e impulsionava a limpeza como argumento para extinção de aglomerados como o cortiço (Bonduki, 1994:713), em consequência daqueles que neles viviam, que foram postos na rua sem qualquer assistência ou alternativa de moradia por parte do poder público³³⁸. O fogo era uma dessas práticas de limpeza.

O incêndio como prática de limpeza

Instalada na região em 2010, a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)³³⁹ era alvo de desconfiança. Sua instalação era frequentemente associada ao início das modificações urbanas que ocorreriam na região e desconfiava-se que a Upp seria continuação do GPAE, conforme veremos no capítulo seguinte, grupamento de polícia que não tinha boa reputação na comunidade. O sentimento daqueles com quem conversei era de que governantes enquanto representantes do estado, aliados aos empresários reconhecidos como “exploradores do povo” estavam “limpando” a região. E o incêndio estava nessa lista de ações de limpeza. Conforme veremos nas narrativas de Margarida, e de Francisca o termo limpeza era amplamente utilizado - na ‘militância branca’ e também pelos moradores - para qualificar a ação dos governantes nas áreas que, por interesses comerciais, seriam transformadas. Estranhamente essas áreas eram sempre perto de algum empreendimento recém lançado ou a ser iniciado na região e arredores. No Rio de Janeiro os incêndios estão relacionados a extinção de favelas há décadas. Desde os governos de Carlos Lacerda (1960 -

³³⁸ As remoções assistidas iniciam na década de 40, quando a Igreja Católica através de Dom Helder Câmara inicia uma série de remoções na Zona Sul da cidade. Com destaque para a transferência de 790 famílias da favela da Praia do Pinto, na Zona Sul do Rio de Janeiro para um conjunto habitacional construído ao lado da própria favela em 1955 por um órgão vinculado à Igreja Católica, chamado Cruzada São Sebastião, Segundo Slob (2002), a concepção era moderna: os idealizadores da Cruzada acreditavam que a mudança de um barraco desorganizado para um apartamento padronizado pudesse causar uma mudança nos costumes, valores e normas dos moradores. Sobre o tema ver: Valla (1984); Freire, Gonçalves e Simões (2011); Simões (2008).

³³⁹ Em 12 de abril de 2013 foi a vez do Bairro do Caju receber sua Unidade Pacificadora.

1965) e de Negrão de Lima (1966 -1971) favelas extremamente numerosas como: a Favela do Esqueleto (1965); da Praia do Pinto (1969); Favela da Catacumba e Selva de Pedra (1970); queimaram com algum incêndio e tiveram sua remoção impulsionada por ele. Em Porto Alegre, o Bairro Humaitá passa por intensa transformação, com grandes investimentos imobiliários previstos para os terrenos ocupados há décadas por vilas, fenômeno impulsionado pela instalação do estádio de futebol Arena do Grêmio, inaugurado em 2012. Em janeiro de 2013 uma das vilas mais próximas a Arena, a Vila Liberdade foi parcialmente incendiada. A reação dos moradores foi bem parecida com a reação dos ambulantes: protestar para permanecer; pois eles tinham receio de que se saíssem do terreno, nunca mais voltariam. Em 2012, 19 favelas foram incendiadas em São Paulo, em 2011 foram 8, contabilizando desde 2010 a 2014, aproximadamente 44 incêndios³⁴⁰.



Fig. 3.23

Sobre o incêndio do Camelódromo em 26 de abril de 2010, o Coletivo Favela em Foco, descreve o ocorrido a partir do relato de alguns trabalhadores do local. Localizado em área do estado, segundo a representante da Associação Central dos Camelôs os donos dos boxes pagavam cerca de 27 mil para a Coderte para uso do espaço, em um contrato que teria

³⁴⁰ Essas informações foram adquiridas no site do “Fogo no Barraco”, um acompanhamento colaborativo que expressa uma tentativa de investigação dos incontáveis incêndios que acontecem nas favelas paulistanas desde 2005. A iniciativa aponta, por exemplo, para a recorrência de incêndios na Favela do Moinho, localizado no Centro de São Paulo e que foi 4 vezes incendiada (2010, 2011, 2012, 2013), e o foco dos incêndios seria sempre nas beiradas da favela, não em seu interior. O período com maior quantidade de incêndios, no entanto, foi de 2005 a 2009, com destaque para o ano de 2008, Disponível em: <fogonobarraco.laboratorio.us>; acessado em jan. 2014. De acordo com reportagem da Carta Capital, mais de 1,2 mil incêndios foram registrados nas favelas da cidade de São Paulo nos últimos 20 anos. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/speriferia/documentario-expoe-o-que-esta-por-tras-de-incendios-nas-favelas-de-sao-paulo-7454.html>>; acessado em jul.2014.

acabado em 2009. Algumas lojas eram grandes, possuíam funcionários e muitas mercadorias estocadas, muitas delas tiveram perda total. A padaria onde o incêndio haveria começado era apenas um dos estabelecimentos que ocupavam as centenas de boxes do Camelódromo. Vários deles trabalhavam com alimentação, mantendo “chapas” que funcionavam a gás, refrigeradores e freezer como parte do patrimônio. Na reportagem é ressaltado que quatro carros do corpo de bombeiros teriam chegado ao local, mas que não teriam conseguido conter o fogo que destruiu 80% da área. As reportagens sobre o ocorrido ressaltam a rapidez do fogo, o desespero dos donos das bancas na tentativa de “salvar” os investimentos feitos nas mercadorias. Apontam também para a interdição de todas as ruas daquele quadrilátero, que ocasionou atrasos na chegada e saída de ônibus do Terminal, e citando alguns saques aos produtos que não foram totalmente destruídos pelo incêndio. Os incêndios na área e na região do centro são frequentes em reportagens desse período. É recorrente o argumento de falta d’água nos hidrantes e de causas ligadas a rede elétrica precária para justificar o fracasso da contenção do incêndio. Em uma dessas reportagens³⁴¹ o Crea-RJ diz que região do Centro³⁴² e Zona Portuária “é um barril de pólvora” e avisa “com muitos sobrados e casarões antigos e mal conservados, a região sofre constantemente com incêndios”. Muitos deles ocupados para moradia, esses casarões abrigam famílias pobres que trabalham na região. O incêndio é uma forma rápida de liberação do terreno, pois descarta, por exemplo, a possibilidade de negociação entre o poder municipal e os ocupantes do espaço, que tem seus documentos de comprovação de moradia, seus pertences e sua casa consumida pelas chamas do incêndio. Além de configurar uma ação agressiva e cruel já que geralmente não sobra nada da moradia da pessoa, totalmente consumida pelo fogo. O incêndio extingue a possibilidade das lembranças acionadas pela materialidade que essas pessoas também possuem, seus vínculos com objetos, fotos, roupas. Além dos prejuízos materiais que são mais mensuráveis, há esses que são prejuízos imensuráveis, muitas vezes materiais, mas com potencial³⁴³ de lembrança muito alto: coisas guardadas com carinho, por um longo tempo; que são destruídos. Além de que o incêndio poder ser altamente letal.

Conforme a comunicação social da Defesa Civil Estadual e do Corpo de

³⁴¹ “Incêndio na Zona Portuária deu nó no trânsito”. *O Globo*, 10/06/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/incendio-em-sobrado-na-zona-portuaria-deu-no-no-transito-8637954#ixzz2ZiQ6runS>>; acessado em 18 de jun. 2013.

³⁴² Segundo a informação, seriam 1.200 lojas espalhadas por 11 ruas do Centro e região da Central do Brasil nessas condições.

³⁴³ Ver sobre esse tema dos objetos com potencial para serem guardados, minha dissertação de mestrado, que acompanha o processo de escolha dessas lembranças junto a duas mulheres de camadas médias, moradoras de Porto Alegre (Gutterres, 2010; 2013c).

Bombeiros³⁴⁴ o incêndio teria iniciado às 16h15 e só foi controlado “por volta das 4h30”. Pelas fotos e reportagens que consultamos, os trabalhadores do local acompanharam o controle do fogo e o trabalho de rescaldo. No dia seguinte um trator da EOP teria vindo até o local para demolir as estruturas danificadas. Os camelôs protestaram em frente ao Camelódromo, tentando impedir a entrada das máquinas. Eles reivindicavam a ocupação do terreno até que fosse construído um outro espaço que pudessem trabalhar. Acompanhando as máquinas e os jornalistas presentes na área o presidente da EOP teria declarado que “o fogo destruiu 18 mil metros quadrados de uma área de 32 mil metros quadrados” que iria ser demolida. O presidente da Coderte, proprietária da área e para qual os camelôs pagavam aluguel, declarou, “as obras devem começar logo, pois temos de terminá-las até a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016. O novo terminal vai ocupar todo o quarteirão”. Portanto, não era uma desconfiança infundada aquela ressaltada pelos moradores, quanto as intervenções nas cidades nesse período. Muitos deles nessa época ressaltavam e culpavam a vinda da Copa como acionadora das obras em execução, que em suma, estavam ocorrendo “por causa da copa”. O presidente também - logo após o incêndio, no ano de instalação da UPP e início das obras do Porto Maravilha – também destaca a Copa como prazo para o término das obras no Terminal.

Os camelôs buscaram a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, e a OAB em busca de apoio, mas não conseguiram evitar a demolição das estruturas, autorizada pela juíza da 10ª Vara da Fazenda Pública, Simone Lopes. O Hotel Santos Dumont, que também foi queimado nessa ocasião, foi demolido posteriormente.

No início de maio houve uma audiência pública para esclarecimento e avaliação da situação dos camelôs depois do incêndio. No dia 14, eles realizaram uma passeata até a Prefeitura contra a reconstrução do Terminal. Após a retirada dos destroços do local pela CODERTE, foi colocado um isolamento com tapumes no perímetro do antigo Camelódromo, onde foram se instalando temporariamente alguns camelôs.

³⁴⁴ Diana Brito, “Problema com hidrante atrasa ação no Rio”, *Folha*, 27/04/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u726482.shtml>>; acessado em 18 jun. 2013.



Fig. 3.2

Do alto do Morro da Providência Seu Carlos foi a primeira pessoa que me falou sobre o incêndio no Camelódromo, e ninguém falou sobre o incêndio sem adicionar desconfiança: ou sobre a perícia que comprovava a origem do fogo, ou sobre a ação dos bombeiros, considerada negligente. Com cabelo bem grisalho e de pele morena, ele pertencia aos moradores antigos, e dentro deles, era um dos mais ativos, frequentando as reuniões ligadas à discussão e preservação da cultura no Morro, promovida pela Secretaria Direitos Humanos e também as promovidas pelo FCP. Era mestre da bateria mirim do Morro da Providência, chamada Mel do Futuro, e amava viver no Morro, lugar onde havia vivido a infância, tinha feito amigos, enterrado familiares e criado filhos e netos. Com frequência o encontrava circulando em torno da Praça Américo Brum ou descendo a Ladeira do Faria, onde vivia com a esposa, a filha e duas netas. Ele gostava de conversar comigo sobre as transformações da paisagem e geralmente me acompanhava nos trajetos entre um mirante e outro do Morro, o que fizemos algumas vezes juntos para olhar a cidade do alto da Favela. Falávamos muito sobre as práticas políticas que existiam no Morro, e as recentes modificações ocasionadas pela instalação da UPP. Reclamávamos dos governantes e das falas atrapalhadas que eles costumavam fazer para os habitantes dali, falas que comumente eram chamadas por ele de “mentiras”. Nesse ponto do Morro onde geralmente parávamos para conversar – ao fim da escadaria, junto a Igreja - podíamos ter uma visão panorâmica da Central, do Terminal Rodoviário, das ruas, das casas e prédios, das garagens de ônibus que ficavam no local, da circulação das pessoas, e das bancas fixadas junto ao tapume que isolava o local do incêndio. Seu Carlos me chamava atenção para o Camelódromo como um espaço ideal de trabalho, já que estava perto das moradias daqueles que consumiam os produtos e também da circulação dos usuários de transporte dos terminais de ônibus e trem. Ele ressaltava que quem mais consumia na região não era morador dali, era um trabalhador que

comprava algo enquanto esperava um ônibus, levava algo para o aniversário do sobrinho antes de seguir ao terminal ou comprava algo para a casa quando o tempo gasto no trânsito lhe impedia de encontrar um mercado aberto quando chegasse em casa. Era um consumo de rua, de pequenas quantidades, uma água, um mate, uma pipoca, um biscoito. Um carregador de celular, uma pilha para o brinquedo que comprou para o filho, uma roupa para o cachorro da amiga. A maioria dos ambulantes de alimentos adquiria o material para venda nos comércios de varejo e atacado localizados nas duas ruas que brotam da região: Rua Senador Pompeu e Rua Barão de São Felix.

Nessa época, meados de 2011, os ambulantes e camelôs ainda estavam instalados junto aos tapumes que circundavam o antigo terreno incendiado, em barracas improvisadas. Eram em sua maioria, remanescentes³⁴⁵ daqueles que ocupavam as cerca de 592 lojas do Camelódromo incendiado. Destaco em trecho de um diário³⁴⁶ de campo, uma pequena descrição do formato desse Camelódromo, instalado provisoriamente junto aos tapumes:

“Em minha frente, logo na saída da Estação, uma grande feira de artigos dos mais variados: painéis, pilhas, eletrônicos, comida, roupas, e toda a sorte de quinquilharias para o corpo, o carro ou a casa; elas ocupavam pequenas tendas, que eram iluminadas por abajures improvisados com lâmpadas incandescentes, alimentadas dos postes de luz próximos a calçada. Uma lona azul cobria cada baía, numa prática que dava a rua um colorido bem peculiar.”

Os “remanescentes” haviam voltado a ocupar o local por causa da pouca de circulação de pessoas no novo Camelódromo³⁴⁷ - prédio construído pela prefeitura e chamado de Mercado Popular Leonel Brizola – que segundo os trabalhadores, ficava escondido, nas bordas da entrada do túnel João Ricardo. A construção do Mercado Popular Leonel Brizola foi uma opção do governo que promoveu o reassentamento de trabalhadores no mesmo perímetro do seu antigo trabalho. A construção dele é exemplar, mas não só por essa característica, tão reivindicada pelas famílias que serão reassentadas - que permaneçam próximas ao local de onde foram removidas. É exemplar por evidenciar que não é suficiente

³⁴⁵ Rafael Galdo, “Camelôs voltam a ocupar área atingida por incêndio em 2010 em frente à Central do Brasil”, Extra, 05/08/2011. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/camelos-voltam-ocupar-area-atingida-por-incendio-em-2010-em-frente-central-do-brasil-2394746.html>; acessado em 10 de jun. 2013.

³⁴⁶ Diário de agosto de 2011.

³⁴⁷ O Mercado tinha 8.600 metros quadrados e 607 boxes em estrutura de alumínio distribuídos em dois prédios de três andares. Apesar de estar a 200 metros do antigo Camelódromo, a maior parte dos consumidores do antigo Camelódromo se caracterizavam por fazer compras “a caminho de casa”, e não tinham a intenção de se deslocar até o novo Mercado para fazê-las. Por essa razão que o Camelódromo incendiado era extremamente popular, sua localização privilegiada entre terminais de ônibus e trem. A reportagem disponível no jornal *O Globo* fala sobre o esvaziamento do Mercado. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/inaugurado-na-quarta-feira-mercado-popular-leonel-brizola-esta-vazio-5402050>; acessado em mai. 2013.

estar perto do local de origem, há limites em executar a lei sem diálogo com a comunidade, seja ela de trabalho, ou de moradia. Os camelôs ficaram trabalhando junto ao tapume até que as obras da Estação do Teleférico iniciassem. A ameaça de remoção desses trabalhadores foi constante durante esses anos, porém tinham períodos de mais ou menos tolerância por parte dos agentes da guarda municipal, responsáveis pelo “rapa” das mercadorias. Tia Hilda, ambulante e moradora da Pedra Lisa era uma que tinha que chegar as 5h para trabalhar, afim de não ser repreendida pela guarda municipal, que chegava mais tarde para dispersá-los.



Fig. 3.25



Fig. 3.26

A ocupação da região em torno do tapume foi sendo reprimida aos poucos, as bancas que funcionavam de maneira fixa foram cadastradas para serem transferidas para o Mercado Popular Leonel Brizola inaugurado em 4 de julho de 2012. Prometido na audiência pública realizada em maio, o cadastramento para o mercado foi finalizado e contemplou outros ambulantes, que não tinham barracas fixas no Camelódromo³⁴⁸. Os que trabalhavam originalmente no “pulo” ou “na pista” naquela região foram, com as constantes repressões e apreensões, buscando outros lugares para trabalhar. Os que só ganharam licença para trabalho em outros bairros do Rio, passaram a trabalhar na região em horários alternativos. Após às 20 horas ou das 5 às 8 da manhã quando a guarda municipal passava para dispersá-los. Alguns contaram que vendiam mais mercadorias nesse horário do que em um dia inteiro de trabalho nos pontos que receberam licença para trabalhar.

³⁴⁸ Assim como os trabalhadores que tiveram seus boxes atingidos pelo incêndio, aqueles que tinham barracas no Terminal Américo Fontenelle seriam deslocados para o Mercado Popular. O tamanho das 120 barracas que ocupavam o Terminal Américo Fontenelle até o dia 25 de maio de 2013 variava, mas a maioria vendia alimentos. As plataformas eram divididas em sua largura em três faixas invisíveis, a da esquerda ficavam as barracas, cobertas de lona azul. Conforme informação da Companhia, 56 linhas de ônibus pelas 48 plataformas do Terminal, que estão divididas em quatro baias, que é onde estão plantados os camelôs. Elas pagavam para o responsável pela associação um “aluguel” para o uso do espaço e uma cota do uso da luz, chegando em um valor que podia ultrapassar R\$ 200 caso a barraca possuísse muitos equipamentos elétricos. As instalações elétricas eram feitas através de gatos que podiam ser vistos dos tetos das barracas até os postes de luz do terminal.



Fig. 3.27



Fig. 3.28

Desde 2009, portanto, esse conjunto de mudanças foram sendo impostas para a região, modificando o cotidiano de trabalho e também de vivência desses moradores e habitantes: a mudança no plano diretor, o lançamento do porto maravilha, a chegada da UPP, o incêndio. Em 2009 (antes do incêndio) também é lançada a licitação para “outorga da concessão de serviços públicos, de operação, administração, manutenção, conservação, reforma, construção, reconstrução e exploração comercial dos Terminais”, que depois de algum tempo suspensa volta ser ativada em 2011 (após o incêndio), quando o presidente da comissão especial para licitação da Coderte, Ricardo Edler, anuncia o consórcio Rioterp como vencedor dessa concorrência. Em maio desse ano alguns camelôs e ambulantes estiveram em uma reunião³⁴⁹ com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos³⁵⁰ e Cidadania da Assembleia Legislativa para discutir a possibilidade de criação de um espaço provisório para que pudessem trabalhar até que o Mercado ficasse pronto, o que não foi realizado, fazendo com que os trabalhadores retornassem a ocupar o local junto ao tapume. Nessa reunião o diretor de Administração Financeira da Coderte, Túlio Simões declarava “é preciso que fique claro que o terminal não será privatizado”. Foi nesse dia, também, que a superintendente de Proteção Social Básica da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direito Humanos declarou o início do processo de cadastramento dos ambulantes para composição do novo Mercado Popular. Mesmo recebendo mensalmente pelo uso do espaço incendiado, a Coderte não parecia ter o controle sob o número de trabalhadores que havia no espaço. Os cartazes das manifestações declaravam que mais de 4 mil dependiam do espaço para composição da renda familiar.

³⁴⁹ Onde estiveram os deputados Alessandro Molon (PT/RJ), o deputado Paulo Ramos (PDT) e Carlos Henrique de Carvalho, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ).

³⁵⁰ “Freixo discutirá com comissão novo lugar para camelódromo”, ALERJ, 2010. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=35193#sthash.YJUSKEWE.dpuf>; acessado em maio de 2013.

Teleférico para quem?



Fig. 3.29

Em agosto de 2010, a comissão especial de fiscalização e acompanhamento do Legado da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj)³⁵¹ visitou a área do Terminal Américo Fontenelle para uma avaliação. É a segunda vez que o governo vincula o debate sobre os empreendimentos para os megaeventos às obras naquela região. Ao fim da visita o Terminal é declarado “inóspito”, sem manutenção ou acesso universal, e parte da comissão divulga a realização de uma audiência pública “para ver o que poderes públicos estadual e municipal pretendem fazer para mudar essa realidade”, alegando que “os jogos Pan-Americanos não deixaram nenhum legado” para a cidade do Rio de Janeiro e que “a Copa e as Olimpíadas, diferentemente, devem trazer melhorias para a população humilde” que passaria pelo Terminal. A audiência citada ocorre na Alerj na tarde do dia 6 de outubro de 2011 com a seguinte pauta “projetos de reforma dos Terminais Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro visando os megaeventos de 2014 e 2016”. Representando o presidente da Coderte que não comparece, fala o presidente da comissão especial de licitação que faz uma longa justificativa da privatização dos terminais, alegando a incapacidade da Companhia em arcar com os custos de reforma e manutenção desses espaços. Duas moradoras da Providência, Margarida e Ivone, estavam

³⁵¹ Comissão presidida pelo deputado estadual Nilton Salomão (PT) conforme consta em nota da assembleia. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=39978>; acessado em mai. 2013.

presentes na audiência, além de mim e de uma apoiadora do FCP. Uma dessas moradoras³⁵² foi enfática ao dizer que a obra do teleférico da Providência fazia parte de um projeto do qual os moradores não conheciam e tampouco tinham participado de sua construção. Ela alegava que não concordava com a instalação desse equipamento, pois não tinha certeza que ele melhoraria a qualidade da circulação dos moradores da comunidade, atendidos por linhas de van que faziam o transporte até o alto do Morro, cujo ponto final ficava na Praça Américo Brum. A manutenção dessa Praça também era outra reivindicação sua, já que para que o teleférico fosse instalado ela teria que ser extinta.

As ligações entre as obras do Porto Maravilha, as do Programa Morar Carioca – ao qual estava vinculado o projeto do teleférico - e as do Terminal, nunca foram publicamente apresentadas aos habitantes da região como parte de um projeto de melhorias para a região, muito menos esclarecidas como parte de diferentes projetos. Para quem via a movimentação dos operários em torno das obras em diferentes locais, e como vimos, vinculadas a diferentes projetos “era tudo a mesma coisa” e isso colaborava para a desconfiança, principalmente porque a maior parte desses empreendimentos não tinha placa indicativa com as informações relativas às obras. A desconfiança era uma reação a esse arranjo urbano, ela estava também ancorada na boataria, que era uma forma de questionamento à medida que provocava os moradores a buscarem mais informações. Os mais indignados compreendiam que esse arranjo era parte de um projeto de remoção integrada promovido pelas empresas e pelos governos. Principalmente por que eles notavam que havia por parte dos governos um investimento em omitir informações - os projetos eram de difícil acesso, necessitavam de uma longa peregrinação por escritórios e por responsáveis que indicavam outros responsáveis para alcance de informações. As informações obtidas sobre o projeto Morar Carioca na Providência, por exemplo, eram resultado de ações civis públicas (ACP) contra o município, justamente por que os projetos nunca tinham sido apresentados a população. Somente por esse questionamento judicial que algumas informações eram acessadas, e mesmo assim, a qualidade delas era duvidosa.

³⁵² A moradora possuía essas informações devido ao trabalho de circulação de informações feito nas reuniões e atividades do FCP, por seus apoiadores e integrantes.



Fig. 3.30

A dinâmica do boato também operou sobre a construção do teleférico, cuja realização só foi confirmada quando a Praça Américo Brum começou a ser destruída. Essa Praça era um espaço de lazer importante para os moradores, e localizada no alto do Morro, seria substituída por uma das três estações do teleférico da Providência. As outras duas seriam: uma na saída do túnel João Ricardo, ao lado do Instituto Central do Povo, na Rua Barão da Gamboa com a Rua Pedro Ernesto – Estação Gamboa³⁵³; e a outra na área consumida pelo fogo, e onde funcionava anteriormente o Camelódromo. No croqui do projeto, impresso em uma folha A4 e apresentado aos trabalhadores pelo presidente da Emop no dia do incêndio, não aparece a imagem/foto do teleférico e ele tampouco é citado. As melhorias futuras, usadas pelo presidente para justificar o prejuízo do incêndio às pessoas que ali trabalhavam, estavam todas relacionadas a construção do Terminal, que no entanto nem no local seria construído³⁵⁴.



Fig. 3.31



Fig. 3.32

³⁵³ Nessa Estação foi construída também uma Clínica da Família e uma Farmácia Popular.

³⁵⁴ É importante frisar que nesse ano o projeto do teleférico já existia, a licitação foi publicada pela Secretaria Municipal de Habitação no DOU em 24/08/10 (Seção 3, p. 195) com o objeto “Obras de Urbanização, Edificação e Implantação de Teleférico e Plano Inclinado na Comunidade Morro da Providência-Gamboa-Zona Portuária”. Inicialmente a licitação foi ganha pela Sanerio Engenharia, porém a concorrência foi suspensa por algum motivo que não foi informado e quem assume o contrato para construção das obras é o Consórcio Riofaz, no valor de R\$ 131.087.283,70 e um termo aditivo no valor de R\$ 32.767.670,61, em um total de 163 milhões 854 mil 954 Reais. Das duas obras que constam no objeto da licitação somente o teleférico foi construído.

O teleférico chegou a ser testado pelo prefeito e pelo secretário de habitação em abril de 2013³⁵⁵, porém até o fechamento dessa versão do texto, ele estava em funcionamento, em apenas dois dias da semana das 9h às 11h. A Estação construída na Praça Américo Brum, serviu algumas vezes como espaço de reuniões entre a prefeitura e os moradores que receberiam as chaves do único conjunto habitacional que fora construído pelo Programa Morar Carioca na região, localizado na Rua Nabuco, mas em geral era pouco ocupada.

De meados de 2013 até o fim desse ano os moradores das Ruas Audomaro Costa e Alfredo Dolabela foram ameaçados de remoção formalmente por causa da reforma do Terminal Américo Fontenelle. Eles tinham duas ações civis na defensoria, uma delas contra a Coderte que pretendia removê-los para a reconstrução do terminal, a outra contra o município, que teria agido irregularmente na sua intenção de removê-los.

Conforme temos mencionado a mobilidade urbana foi um recurso discursivo³⁵⁶ para a realização de um conjunto de empreendimentos que modificaram a paisagem de pelo menos doze cidades no Brasil, sendo o Rio de Janeiro uma delas. Ela foi apropriada pelo secretário municipal de habitação em um discurso, a definindo como um bem público maior. Ele usou esse argumento para criminalizar a iniciativa de onze moradores que questionavam com uma ACP no NUTH, a lisura dos projetos implementados na região. A *mobilidade urbana* foi, desde os avisos de que os megaeventos seriam no Brasil, em 2007 e em 2009, o grande legado que deixariam esses eventos para as cidades brasileiras. Parte do que apresentei aqui busca mostrar que esse discurso vem sendo usado para modificar completamente espaços e referências de circulação a partir da lógica de uma cidade universalista, com padrões que não dialogam com as práticas heterogêneas de criação do espaço. Se por um lado há, com as reformas urbanas propostas pelo poder público, a tentativa de criação de um sujeito universal e anônimo como habitante da cidade; a errância (Certeau, 2004:183), multiplicada e reunida pela cidade, faz dela um espaço onde os êxodos entrelaçados criam um tecido urbano que confronta a organização racional, e através dos percursos - vividos e relatados - criam nesse espaço um lugar que contrasta com o padrão mais universalista.

³⁵⁵ Por receio de manifestações o teleférico foi inaugurado timidamente pela SMH, nessa reportagem os governantes fazem testes, com expectativa de inauguração para antes da Copa do Mundo. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4111339>>; acessado em abr. 2013.

³⁵⁶ Destaco aqui o trabalho de Magalhães (2012:45) que aponta para três “elementos discursivos” usados pelo estado para remoção de favelas no Rio de Janeiro: o argumento do risco, do meio ambiente e dos megaeventos.

A luta pelo espaço de trabalho e de flutuação

O que está sendo destruído no quadrilátero entre o Morro da Providência e a Central do Brasil é a oportunidade de trabalho na região. De acordo com a pesquisa³⁵⁷ realizada em 2009 pela Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA) das mulheres que trabalham como camelôs e ambulantes, no Centro Rio de Janeiro e seus arredores, 58% tem de 30 a 49 anos e 65% da quantidade entrevistada não se declararam brancas. Uma grande maioria, 77%, residem no município do Rio de Janeiro e 97% delas têm responsabilidade no sustento de sua família: 51% divide a responsabilidade com companheiro(a) e 46% são as únicas responsáveis pela renda da família. Com o fechamento das bancas no terminal Américo Fontenelle e a instalação de uma estação do teleférico no antigo Camelódromo o comércio feito pelos ambulantes fica restrito as calçadas e as esquinas da região tornando o trabalho das ambulantes mais precarizado. O comércio nas calçadas está sujeito as intempéries; e principalmente, a ação do choque de ordem que avaria as mercadorias e as pessoas, desestabilizando moralmente mulheres e homens, que precisam fugir da polícia e dos fiscais como se fossem “bandidos”, sob o risco de perderem todo seu investimento.

O núcleo reunido em torno da Central é peculiar e auto sustentado. Resistente a série de intervenções feitas na região sistematicamente como viemos mostrando. Apesar de estar no Centro bairro do Rio de Janeiro, ou muito próximo dele, as pessoas que vivem ali costumam dizer quando precisam sair desse núcleo “amanhã tenho que ir até a Cidade”.

O esquema abaixo busca contribuir para a uma aproximação dos fluxos, temporalidades e diferentes regiões existentes nessa região que é parte da Zona Portuária.
















³⁵⁷ Cf. a pesquisa “A informalidade é formal” realizada no ano de 2009, através do *Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher* com 201 trabalhadoras do Centro do Rio de Janeiro, através de entrevistas pelas ruas enquanto continuavam a vender suas mercadorias.



Fig. 3.33

As linhas seguidas de flechas buscam figurar o fluxo de pessoas no antigo camelódromo em relação ao ambiente onde ele está. Há o fluxo de compra e venda de mercadorias revendidas nesse local, há os ambulantes que se concentravam no lado de fora do camelódromo e aproveitavam a circulação de pessoas em seu em torno, vindos dos arredores, inclusive da Providência, e também mostra o fluxo de transeuntes que consumia as mercadorias em razão de sua passagem pelos terminais. O Terminal Américo Fontenelle e a Central - retângulo turquesa e retângulo de contorno amarelo – também são figurados como local de passagem e também de compra e venda. O quadrado de abrangência dos deslocamentos dá conta do perímetro pesquisado e de sua relação com o círculo no centro da figura que é onde se concentram a circulação das pessoas na região. A área considerada pelos governos como “esvaziada” está localizada no alto do retângulo que contém o mapa e onde está localizada com um círculo amarelo a Estação Gamboa do Teleférico da Providência. A produção da figura tem a expectativa de expressar a disputa com esse argumento de esvaziamento, e principalmente, como um esforço de apresentar a região pelas suas flutuações, fluxos, caminhos e resistências a um histórico extenso de transformações vindas de empreendimentos urbanos quase sempre disruptivos e antitéticos. Certamente que essa figura representa um momento da ocupação desses habitantes na região, que está em constante disputa e em constante mudança.

Legenda

-  Ramal do teleférico e seus terminais
-  Áreas ou imóveis destruídos para construção de novos empreendimentos
-  Eixo das ruas Senador Pompeu e Barão de São Félix
-  Mercado Popular Leonel de Moura Brizola
-  Fluxo de ambulantes e camelôs da região e de outras regiões para a compra de mercadorias para o abastecimento das barracas, pontos, boxes, bancas
-  Grande fluxo de circulação de pessoas
-  Área com previsão de remoção - moradias e comércios
-  Fluxo de ambulantes e camelôs abastecidos para o Mercado Popular Leonel de Moura Brizola
-  Estação Central do Brasil
-  Fluxo de ambulantes e camelôs abastecidos para os pontos de venda no Centro
-  Terminal Américo Fontenelle
-  Fluxo de moradores indo comprar dos camelôs e ambulantes
-  Fluxo de ambulantes e camelôs abastecidos para os pontos de venda no camelódromos, no terminal e na Estação Central
-  Região da Central
-  Quadrilátero entre as ruas Costa Ferreira, Ladeira do Barroso, Central e Rêgo Barros

[CAPÍTULO 4]

“Eu passei por isso tudo e agora tenho que sair?” – a ameaça de remoção entre moradores do Morro da Providência

Eram três e quinze da tarde quando cheguei até o balcão de atendimento do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH)³⁵⁸ da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. No caminho até a recepção pude ver centenas de pessoas aguardando, sentadas lado a lado em cadeiras pretas dispostas por setores e que cobriam todo o saguão. Havia televisores ligados para amenizar a sensação de horas perdidas, localizados ao lado de um painel que indicava o próximo número a ser chamado. O tempo de espera já começava a contar desde o piso térreo, onde um elevador “exclusivo” levava os queixosos até décimo terceiro andar³⁵⁹, sítio da DPGE. Como eu estava quinze minutos atrasada, entrei no saguão olhando para todos os lados, a procura de algum conhecido. Não encontrei, todavia, ninguém. Era a primeira vez que chegava sozinha, não sabia como me apresentar à recepção a fim de perguntar se alguém já havia entrado para o atendimento. Aguardei mais um pouco em frente a uma televisão e minutos depois resolvi me direcionar até duas moças que estavam sentadas do outro lado, atrás do balcão. Depois de cumprimentá-las, digo que estava ali para uma reunião no NUTH, marcada para às 15h e que gostaria de saber se os assessores já haviam chamado alguém para o atendimento. Após me escutar, uma delas rapidamente me pergunta “você é de qual comunidade?” – tentando esclarecer, digo que não sou de nenhuma comunidade, mas que acompanho a comunidade da Providência. A outra moça, que estava sentada, levanta e vem colaborar com a colega, me perguntando “qual o nome da defensora pública que é responsável pelo caso?”. Após minha resposta as duas folheiam novamente um bloco grande e uma delas, enuncia “é, está aqui, Providência, às 15h. Não chegou ninguém ainda, qual seu nome?” e, então, ela inaugura com meu nome a lista de integrantes da comunidade Morro da Providência a serem atendidos naquele dia.

Assim como eu, o grupo de pessoas que chegaria separadamente ao longo da meia hora seguinte não era composto somente dos “moradores da comunidade”, era formado por uma arquiteta – assessora de um vereador – duas assistentes sociais e, nesse dia, de uma estudante de direito. Alguns dos moradores que chegaram, assim como aqueles que estavam ali por seu saber técnico, integravam o Fórum Comunitário do Porto. As audiências na defensoria pública eram uma das razões que reunia os moradores do Morro em demandas político-judiciais, havia outras como já vimos.

³⁵⁸ O NUTH é um núcleo subordinado a Coordenadoria de Regularização Fundiária e Segurança da Posse da DPGE-RJ.

³⁵⁹ Neste andar funcionam ainda as varas cíveis de família e de fazenda pública, da vara de órfãos e sucessões, da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e mais oito núcleos: Núcleo de Defesa do Consumidor, Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência, Núcleo de Fazenda Pública, Núcleo Especializado de Atendimento ao Idoso, Núcleo de Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais e Deficiências.

Nascido e criado

A exposição desse trecho de um diário de campo busca introduzir uma reflexão sobre a expressão “nascido e criado” enquanto uma categoria de autodenominação daqueles que moram na favela. Escolhi trazê-lo para mostrar que ela não é igual a ser morador. Na situação vivida no balcão da defensoria, eu fui classificada como moradora da Providência porque para a atendente que controlava o acesso a sala de atendimento dos defensores públicos, ser morador era uma mera formalidade. Se eu fosse ou não de fato moradora, não faria grande diferença desde que viessem outros moradores ao atendimento, caso contrário teria que explicar a ela que eu não tinha me expressado adequadamente.

A expressão nascido e criado era usada recorrentemente para reivindicar ou atestar pertencimento a um local. Escutei a expressão de moradores e moradoras de diferentes localidades do Morro da Providência, como resposta a minha pergunta sobre sua chegada no morro. Fui percebendo que os nascidos e criados são geralmente os habitantes preferidos pelos pesquisadores já que essa autodenominação abrange pelo menos uma imigração - geralmente de estado - e pelo menos a geração de uma família de procriação. Ou seja, os nascidos e criados pertencem geralmente às famílias que mais tempo vivem no morro.

A “chegada no morro” não é um interesse exclusivo dos antropólogos, como também pude perceber nesses anos de pesquisa. Pesquisadores da área do Urbanismo, Arquitetura, Geografia, Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Jornalismo - do Rio de Janeiro, de outras universidades do Brasil e do exterior – passaram pelas reuniões do Fórum Comunitário do Porto (FCP) ou do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, por exemplo, apresentando, como parte de seu conjunto de preocupações, o risco das transformações que “vive” o Morro. Nos detendo no caso do Rio de Janeiro, militantes, defensores públicos, e advogados, que participam do FCP, ou que fazem parte da rede de pessoas que trabalham na defesa dos direitos humanos na cidade, também estão atentos ao tempo das moradias no Morro e às transformações no local, ocasionadas principalmente por um conjunto de empreendimentos do Programa Municipal de Habitação Morar Carioca, como já situei. As obras do programa são parte das intervenções públicas e privadas na região da qual a Providência faz parte; e que é conhecida pelos habitantes dela como: Zona Portuária.

Afirmações como a de Tia Edite “eu moro aqui há mais de quarenta anos” - moradora da Rua Audomaro Costa, em torno da Central do Brasil - são um deleite para os militantes e para os pesquisadores; a de Roberto - morador da escadaria, na Providência – também, “minha família mora no morro há mais de 70 anos”. Conforme observei, a

classificação “morador” tem relação com a habitação no Morro, e o tempo de moradia comprova a expertise desse sujeito nas trocas com seus pares - nas reuniões das redes em que participa; nas esferas judiciais no qual circula; e que, também, reúnem especialistas. Nesses ambientes, a expertise do morador é viver no Morro. E ela só existe em relação com aquele que não é morador do morro. Entre os moradores, ser morador não é uma categoria de diferenciação, entre eles existe o “nascido e criado”, que estabelece diferenças situacionais entre eles, assim como o local de moradia também estabelece. O tempo de moradia - que é matéria que constitui o “nascido e criado” - pode auxiliar na construção de provas judiciais para comprovação de posse e requisição de título de propriedade para o morador. No caso da construção de prova é relevante destacar a diferença entre o tempo de moradia na favela e o tempo de moradia em uma mesma casa na favela. O último se torna importante na trajetória do “nascido e criado” porque - quando comprovado e, posteriormente atestado pelo poder judiciário - garante o direito a titularidade do imóvel conforme consta na constituição brasileira e no código civil. A prática da lei, no entanto, geralmente não se aplica nesses territórios. São os códigos políticos, dotados de estratégias e práticas de negociação, que organizam a vida dos “nascidos e criados” e dos criados. Essas estratégias e práticas são apreendidas na experiência do tempo na favela, altamente dinâmico em relação a configuração das casas e dos espaços de convivência, geralmente autoconstruídos. Por outro lado, a memória das favelas no Rio de Janeiro, ou das vilas que pesquisei em Porto Alegre, poderia ser narrada a partir da recorrente tentativa de disciplinamento do seu espaço vivido por parte do poder público – como sujeito de querer e poder (Certeau, 2004:99) - em suas instâncias municipais, estaduais ou federais. Conviver por anos com a constante ameaça da remoção criava nesses sujeitos uma aptidão a resiliência que acabava por caracterizar sua forma de habitar o espaço e de contar o tempo através dele. No relato dos moradores veremos que os programas de habitação e saneamento, também mudaram paisagens, e por isso foram constituindo um demarcador temporal importante para quem vive na região. Aliada a essas demarcações, se juntam aquelas que narram a construção da casa na favela ou vila, mantida ao longo dos anos em constante reinvenção, se convertendo em habitação ao longo dos anos de moradia. Diante das tentativas de disciplinamento e em meio as ameaças de remoção, poderíamos dizer que o *nascido e criado* é acima de tudo um resiliente.

Quando ressaltamos acima o interesse na quantidade de tempo que um morador vive em uma favela ou vila pode parecer que estamos falando de interesse em História ou em testemunhos históricos. Para a construção desta pesquisa os testemunhos históricos foram sempre bem vindos, porém não é neles que investimos a energia de investigação.

Aprendemos com os interlocutores que a construção das favelas e vilas estava ligada a diferentes migrações e também as distintas formas de ocupação das parcelas do Morro, construídas pelas experiências ali vividas. Eram muito híbridas para que eu pudesse, caso quisesse, colher testemunhos históricos de cada um desse cantos em um período de quatro anos, na tentativa de dar conta de uma evolução ou transformação da favela. A mudança do presente sim, me interessava, menos pelo resgate do passado, mais pela compreensão do que era viver nessa constante ameaça de remoção, nessa condição de estar em um lugar que não deveria estar, de estar em um local que era mais conhecido por ser violento, do que por aqueles que de maneira diferente o construíam.

A ameaça de remoção feita pelos governos municipais aos moradores de comunidades, vilas ou favelas se coloca neste contexto como um determinismo social que infere sobre as condições de morar. As narrativas sobre o cotidiano nesses lugares parecem ser tecidas cuidadosamente sob o signo da resiliência, que não raro é sintetizado na categoria luta, algo próximo da experiência de viver na comunidade, que vincula, casa, corpo, diferentes relações sociais. Nos relatos que escutei sobre a chegada da UPP, do qual debateremos bastante nesse capítulo, percebia uma esperança de que sua instalação encerraria uma *época braba* vivida naquele local, relacionada ao fim dos tiroteios e conflito armado entre policiais e traficantes. As moradoras com quem conversamos constroem seu argumento de permanência na comunidade através de uma costura entre sacrifícios, sofrimentos, privações, danos e agressões vividas ali “todos esses anos”, destacando uma série de adesões e supressões que são tecidas por elas na construção de sua experiência nessa comunidade.

O morador não vai, ele fica, “é ele que vive a realidade”, é ele que sofre as consequências. Isso era consenso tanto entre os que viviam na favela, no morro ou nas vilas, quanto daqueles que viviam fora dessa realidade. Para falar dela só experimentando, e a experiência não era pontual, linear ou instantânea, era tecida em um longo percurso compartilhado, com o morador e com o ambiente. Uma experiência sempre carregada de sofrimento, de dor e de superação. Compartilhar essas emoções aproximava os sujeitos, e isso era feito em situações variadas: reuniões, atos, visitas, viagens. Esse compartilhamento de angústias - e também de vitórias, quando elas existiam - era chamado de amizade. E foram nesses momentos privilegiados, que notamos a construção da resiliência.

Me aproximo de Dona Francisca e de Seu Carlos, através das *reuniões* em torno da Cultura no Morro, promovidas pela SEASDH semanalmente para refletir sobre as reminiscências *culturais* da comunidade frente o processo aniquilador da chegada da UPP. Eles eram os mais velhos moradores com quem convivi na comunidade e ambos muito

conhecidos nela. Seu Carlos tinha 66 quando faleceu em 2012, um ano depois que o conheci. Dona Francisca tinha 65 quando nos conhecemos, em 2011, e continuava vivendo no morro. Entre outras atividades ela seguia cuidando com zelo do criativo jardim que mantinha no pátio da sua casa.

O morro está morto

Foi durante a minha participação nesses encontros promovidos pela gestão do Territórios da Paz na Providência – de agosto de 2011 a meados de 2012 – que a palavra “aniquilação” vai se tornando evidente, seja pela extinção dos espaços coletivos em que eram realizadas as atividades culturais na região – a Praça Américo Brum, por exemplo – seja por uma reflexão melancólica por parte dos moradores de uma “outra época” vivida na comunidade. Tempo de *muita festa*, em que o Morro recebia uma boa quantidade de pessoas *de fora* da comunidade, que vinham participar dos eventos e dos bailes que aconteciam *dentro* dela. As conversas com Dona Francisca e com sua colega e vizinha Nise ocorreram durante e nos intervalos dessas reuniões, e também na casa dela onde passamos uma tarde e uma noite conversando.

A mudança nos ritmos cotidianos promovida pela implementação da UPP - chamada pelo governo de “policiamento comunitário” - eram naquele ano de 2011 ainda vistas como uma novidade depois de quase duas décadas *brabas*. Tempo passado, onde existia um constante disciplinamento do espaço, monitoramento das ações e circulações na comunidade, controle militar armado do território, agressões físicas e morais.

Esse tempo de *sufoco* não era, no entanto, relacionado a presença de traficantes de drogas no Morro, mas da relação entre eles e a polícia que interdependentes economicamente - como sempre foi sabido nas comunidades - eram vistos pelas pessoas *de fora* como forças antagônicas, contribuindo para classificação do morador como bandido. Mais do que uma necessidade de diferenciação interna – bandido e morador³⁶⁰ - as pessoas com quem dialoguei destacavam uma necessidade de diferenciação que era relativa ao mundo externo à favela – àqueles que vinham de fora como eu – mas principalmente àqueles que mediavam sua representação da favela e dos favelados pelas intervenções da polícia nesses territórios, noticiadas com grande alarde pelos veículos de comunicação: megaoperações, guerras, operações especiais, ocupações, intervenções militares. Uma diferenciação que certamente

³⁶⁰ Destaco aqui a pesquisa de Alba Zaluar (2000) junto a um grupo de moradores da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, na qual ela reflete sobre a construção da identidade do trabalhador e do bandido como relacionais. Descrevendo essas práticas de diferenciação vividas no cotidiano da favela a autora observa a formação das noções de crime, justiça, poder dos dois grupos.

passava pela afirmativa “aqui não somos todos bandidos”, mas principalmente pela denúncia de que o bandido também vinha de fora e usava farda³⁶¹.

Os estigmas dessa condição de viver em *território de bandido* estavam aos poucos sendo revisados pelos moradores e em alguma medida esse momento de entrada da UPP, contribuiu para essa revisão, ao ponto que o Morro tinha ficado mais “tranquilo” sem os tiroteios. Essa tranquilidade mediada pela UPP era expressa no *agora que melhorou* que constantemente pontuava os argumentos dados pelos moradores em defesa de sua permanência no Morro ou na região em torno dele. A chegada da UPP como já vimos estava relacionada com a uma série de empreendimentos urbanos em torno da Providência, e no interior do Morro, como o teleférico, por exemplo. Os moradores tinham desconfiança da instalação da Unidade, porque sabiam que ela estava relacionada a proteção desses empreendimentos, com a contenção e o controle do território onde moravam. No entanto, era reconhecido que a dinâmica cotidiana do ir e vir dos moradores tinha sido modificada e agora os moradores tentavam resistir a remoção deles dali, pois queriam aproveitar esses melhoramentos. Como veremos, porém, a tranquilidade tinha nuances; das quais destacaremos algumas aqui, a partir da contribuição de Francisca e de Nise:

Aqui em cima ficou muito parado, aqui em cima sempre teve muita festa, tinha festa junina, tinha artistas que subiam para cantar, tinha ali do lado da igreja, ali tinha baile, acabou tudo, o morro hoje não tem mais nada, não tem mais nada. começava ensaio de festa junina era aqui, era no Cruzeiro, o Cruzeiro tinha ensaio, tinha forró sexta, sábado e domingo, o Cruzeiro tinha festa todo fim de semana, o Cruzeiro tinha festa, hoje não tem mais nada, hoje aqui em cima não tem nada, não tem mais nada [Francisca] até as {festas} que tem não é igual como era antes... muitos artistas... Bebeto, Jorge Aragão, Neguinho da Beija-Flor [Nise] a Jovelina [Francisca] Elza soares, Elson do Forrogode... subia todo mundo e ali ficava, daí um vendia churrasquinho, outro vendia não sei o que, outro vendia não sei o que, era animado [...] as pessoas vinham de fora para dançar, pessoas que não moravam por aqui, vinham [Nise] depois no Cruzeiro, tinha festa no Cruzeiro com barraquinha, com tudo, eu sei que foi acabando, *o Morro hoje está morto*, hoje não tem nada, até as casas tinham mais festa, antigamente, olha era tanta festa nas casas e um convidava o outro, hoje não tem festa mais, natal, na época do buraco quente, natal, a gente descia um ia na casa do outro, era uma alegria, natal, carnaval que tinha o bloco Coração das Meninas, eles que o digam, Fala Meu Louro, era assim ó {faz sinal com a mão} [Francisca]

³⁶¹ Sobre essa diferenciação, mas principalmente sobre a vida na favela no século XXI, ver o trabalho de Maria Helena Moreira Alves e Philip Evanson, *Vivendo Sobre Fogo Cruzado – Moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*, publicado em 2013.

No caso da Providência notei que os bailes, as apresentações de artistas citadas pelos moradores eram proporcionadas e promovidas com o dinheiro da atividade do tráfico, que com o advento da UPP não poderia mais ser sustentada tão abertamente. Além disso havia também uma moralidade militarizada de controle do território que não tolerava festividades e nem manifestações festivas – aniversários, celebrações coletivas de natal – na comunidade. Como o espaço das casas é pequeno, a rua, as portas, os becos acabam conglomerando e ecoando o ambiente festivo. O som das vozes, a música alta, transcende a casa e no caso de uma celebração como o natal isso é replicado para todo o morro. Para garantir a “tranquilidade” a disciplina imposta pela UPP limitava essas manifestações, impondo ordem e regras de convivência³⁶². Em um prédio de apartamentos esse seria o papel das normas de condomínio acordadas coletivamente e aplicadas por um síndico também eleito por escolha coletiva. Em 2011 no Morro da Providência as regras eram impostas por um comandante e aplicadas por uma tropa de policiais armados com fuzis que faziam em duplas a ronda permanente na comunidade, além de grupos concentrados nos principais pontos de acesso ao Morro. Acostumados as armas e as incursões do exército que ocupava - em excursões intermitentes - o Morro desde 2008, a UPP formalizava essa disciplina que se chocava com o código de convivência conhecido dos moradores.

Essa circulação de pessoas no Morro a qual aponta Francisca, a quantidade de festas e artistas frequentadores do Morro vai de encontro ao discurso oficial do Estado que afirmava que com a chegada da UPP o Morro seria mais acessado pelos *de fora* e se tornaria mais integrado ao restante da cidade. Era comum que os jornais da chamada *mídia burguesa* - que era como os grandes conglomerados de comunicação eram nominados pelos integrantes dos movimentos sociais – emitissem opiniões favoráveis ao discurso do Estado, propagandeando que finalmente a comunidade teria paz, após tantos anos de opressão e limitações de mobilidade imposta pela presença de *bandidos* e conflitos provocados pela atividade do comércio varejista de drogas. A chegada da UPP tem esse efeito na comunidade, o de consolidar um modelo de arreglo do espaço que não propiciava que o morador se

³⁶² Regras que eram muito semelhantes às que eram impostas pelos milicianos nos locais de seus domínios, que segundo Cano e Duarte (2012:32) estão localizados em sua maior parte na Zona Oeste da cidade, de onde se observa um maior número de denúncias contra essas organizações: Campo Grande, Santa Cruz, Jacarepaguá, Paciência, Anchieta, Realengo, Sepetiba, Guaratiba, Taquara, Quintino Bocaiuva, Guadalupe, Cosmos, Brás de Pina, Praça Seca, e outras localidades e bairros. De acordo com Maria Helena Moreira Alves e Philip Evanson (2013:30) a milícia “introduziu algo que os traficantes nunca alcançaram: uma estrutura de crime organizado”, provavelmente porque por ser composta por policiais da ativa e aposentados, levam para esses territórios a experiência de organização e hierarquia das corporações, ou seja, da polícia. As regras incluem algumas vezes toque de recolher, pedido de autorização para realização de atividades festivas, controle na circulação. Segundo Cano e Duarte (2012:15) um discurso de legitimação relativo à libertação do tráfico e à instauração da ordem protetora.

identificasse com esse novo arranjo ou mesmo pudesse financeiramente permanecer vivendo ali. Tentaremos ver o porquê.

Um dos outros efeitos da *pacificação* foi a vinda do Sistema Firjan para dentro das unidades de polícia. Criado em agosto de 2010 o SESI Cidadania oferecia na unidade da Providência os cursos de panificação organizados pelo SENAI e atendia os interessados em participar do programa “Corujão” e “Galo da Madrugada” para o curso de solda. Oferecidos em um centro de treinamento no Maracanã, as aulas do primeiro programa aconteciam de madrugada, no período de meia-noite às 4 horas da manhã³⁶³, enquanto o outro eram oferecidas das 4h às 7h com transporte gratuito até a Unidade.

Na única vez que estive na Unidade, em meados de 2011, fui encaixada em uma turma com mais alguns pesquisadores, turistas estrangeiros e também pesquisadores estrangeiros que participavam de um encontro na cidade. Fomos guiadas pela equipe da SEASDH e foi a primeira vez que circulei pelo Morro. Nos encontramos todos na entrada do prédio da Secretaria de Segurança Pública – onde fica também a SEADH – que é o prédio da Estação Central de trens e metrô. O dia começou com sol, mas para a nossa sorte foi ficando nublado durante o percurso. Dali caminhamos até a Rua Senador Pompeu onde tomamos uma “van” para que pudéssemos chegar a Praça Américo Brum, limite do acesso por veículos, evitando a subida a pé no sol. Para chegar de carro, moto, van ou bicicleta até a Praça, o veículo tinha que subir pela Ladeira do Barroso e descer pela Ladeira do Faria, também era comum o caminho pela Ladeira do Livramento que dava nome ao Morro vizinho do Morro da Providência e que contava com maior quantidade de acessos transitáveis por carro. Da Praça, subimos pela escadaria até a Casa Amarela, um imóvel adquirido por um artista francês após uma intervenção artística na comunidade. Realizado em maio de 2011 o projeto³⁶⁴ foi feito através das fotos de um fotógrafo local chamado Maurício Hora que era bem conhecido localmente e também internacionalmente no circuito artístico. Foi Maurício que nos recebeu na Casa onde nos contou um pouco mais sobre esse trabalho. Também nos acompanhava, Seu Carlos, Margarida e Ivone - três pessoas muito conhecidas na comunidade. Na Casa Amarela além da explicação de Maurício sobre o projeto com JR,

³⁶³ De acordo com a Firjan os cursos eram frequentados por “autônomos” que não se importam de trocar o sono por um curso na madrugada para melhorar sua qualificação. Disponível no site da Firjan e acessado em maio de 2014: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC31ED516B0131F253A48B5E25.htm#>>

³⁶⁴ O projeto desenvolvido pelo fotógrafo JR consiste na impressão de fotografias em grandes formatos e em folhas de papel de forma que elas possam ser coladas nas paredes das casas e espaços de convivência da favela, como a escadaria, por exemplo, que recebeu uma colagem. As fotografias evidenciavam o rosto dos moradores já que eram feitas em um enquadramento bem fechado. Os fotografados eram todos moradores da Providência e todas as fotografias foram feitas por Maurício Hora. Site do projeto disponível em: <http://www.insideoutproject.net/>. Acessado em setembro de 2011.

fomos informados por Ivone que estávamos na primeira favela do Brasil. Orgulhosa ela trazia nas mãos uma edição surrada de um livro produzido pela prefeitura em 1992 e que contava a história do Morro com muitos detalhes, e uma vasta bibliografia – um material que me foi muito valioso depois, quando consegui após alguma insistência tirar uma fotocópia dele por intermédio da Rosa. Nesse dia Ivone chorou e não foi por causa das lembranças do Morro da Favela - no qual ela enquanto filha de estivador, nasceu e foi criada - mas por causa de uma ação do exército que provocou a execução de três rapazes que moravam na comunidade. Ali na presença deles e compartilhando da escuta desse relato, eu notei que: mesmo com a ronda “pacífica” dos policiais que circulavam em dupla pelos becos e entradas do morro em posse de seus fuzis; mesmo que o motivo da nossa visita estivesse permeado pelo mito de fundação da primeira favela do Brasil e pela afirmação dele como parte da história oficial da cidade do Rio de Janeiro, algumas experiências não se enquadravam nessas classificações do lugar. A bela vista, e a proximidade que o Morro tinha do Centro da cidade guardava dessa cercania contradições e os contrastes já que sua “centralidade” não conseguiu blindá-los das violências - sofridas por anos, fendas que ainda sangravam quando friccionadas com as lembranças do passado recente. Após o desconforto gerado pelo choro, alguns abraços e palavras de alento, o silêncio foi quebrado pelo convite a apreciarmos a vista farta que se oferecia da laje da Casa. Eram mais de 180 graus de um horizonte híbrido, o Cristo, as favelas da Mineira, Coroa, Santa Teresa, Prazeres; à frente: Estácio, Sambódromo, o “balança mais não cai”³⁶⁵, a Central, as linhas de trem, o Campo de Santana, o Comando do Exército, o centro da cidade, o Morro da conceição, o edifício A noite, o Cais, a ponte Rio Niterói e sem nenhum “glamour” a Baía de Guanabara. Uma vista “urbana” na qual podíamos apontar com o dedo alguns daqueles imóveis e espaços que estavam sendo explorados pela política cultural do Porto Maravilha, como ícones históricos de uma memória da cidade onde se sobrepunham muitos tempos – o do império, o da escravidão, o da modernidade, o do progresso, da pujança, o do vazio. Todos esses tempos remetiam a construção e consolidação da cidade, menos aquele evocado por Ivone. O tempo do choro e do luto pelos entes perdidos, tempo da garganta trincada pelo desrespeito da polícia aos moradores, dores vividas ali naquele mesmo lugar onde estávamos. Tempo das agressões e do *esquecimento*, tempo o qual reclamavam ao Estado: que ele como resposta só lhes ofereceria (ou com mais intensidade e frequência) seu braço policial. Esse tempo estávamos todos ali naquela caminhada provocados a esquecer, por que a partir daquele momento – mais especificamente

³⁶⁵ Prédio localizado na Avenida Presidente Vargas, que por ser muito alto e fino, ganhou esse apelido.

daquele primeiro ano de UPP – a intenção é que isso fosse considerado passado e tudo que remetia ao futuro, seria diferente do que sempre fora.

Descendo da Casa e pegando um beco revestido de cimento, que era herança da última obra de melhoramentos na região, chegamos até outros três mirantes que apresentavam cada um ao seu lado: o Bairro do Caju, São Cristóvão, a Grande Tijuca. Em um deles tínhamos uma visão da Zona Norte da cidade e da ponte em toda a sua extensão, podíamos ver centenas de contêineres e guindastes e toda a dimensão do Cais; a Vila Olímpica, a Cidade do Samba e o Morro do Pinto. Descemos pela escada do famoso Buraco Quente onde ainda se podia encontrar, caso quiséssemos buscar, dezenas de furos de bala na parede das casas. Dessa escada tomamos um acesso que levava até uma escadaria íngreme na região do Sessenta e de onde descendo sairíamos bem em frente ao prédio da UPP, nossa última parada. Lá fomos recebidos por um policial que nos apresentou a Unidade³⁶⁶.

O prédio ficava em uma encosta do morro - uma parte ficava andares abaixo do nível da rua e os outros para cima, a porta de entrada fica no meio, na Rua Ebroíno Uruguai. No subsolo, ficava o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Dodô da Portela, do andar térreo, porém, fomos direto até as dependências da UPP – localizada no andar térreo e nos andares acima. No térreo tinha um vestuário, salas de aula e um Centro de Monitoramento o qual o PM que nos guiava, para ilustrar a agilidade do trabalho dos policiais no Morro, abriu e fechou rapidamente as portas nos deixando ver um pouco do que havia no lado de dentro. No outro andar havia salas de aula onde eram oferecidos os cursos da FIRJAN. Nesse dia ali havia uma aula de Karatê que era ministrada por um policial, e ele chegou até a porta para nos cumprimentar. Dentro da sala várias crianças treinavam em tatames espalhados pelo chão. Ao final da “visita” fomos convidados a nos acomodar em uma outra sala ampla intensamente resfriada onde havia uma biblioteca, cadeiras, mesas e um projetor e que foi onde ficamos. Ali a equipe da Firjan nos explicou sobre os projetos desenvolvidos na comunidade. Nos apresentamos todos por sugestão da Rosa e depois assistimos um vídeo que falava dos benefícios do programa SESI Cidadania nas comunidades pacificadas. Após esse momento, fomos a uma das salas de aula que estavam vazias e comemos a quentinha produzida por um dos novos empreendimentos que estavam sendo criados e incentivados pela ação dos Territórios da Paz na Providência: as “quentinhas da Kéti”. Por último houve o sorteio de um livro de fotografias do projeto apresentado por

³⁶⁶ O prédio tinha seis andares aproximadamente e me disseram que anteriormente abrigava uma creche. Como vim saber depois o prédio já era a base do antigo Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (Gpae) que começou a ser implementado a partir de 2000 em favelas do Rio de Janeiro consideradas “áreas especiais” como os *territórios* são contemporaneamente para a UPP.

Mauricio Hora na Casa Amarela e quem ganhou foi uma pesquisadora do Ceará que eu viria a reencontrar em uma reunião da ANCOP, em Fortaleza. Como ficou evidente na apresentação, as empresas estavam bem envolvidas no programa das UPPs. Em reportagem o Secretário Estadual de Segurança Pública³⁶⁷ já havia ressaltado essa parceria “é muito importante que a iniciativa privada seja parceira nesses projetos. Agradecemos a FIRJAN, que está preparada para isso”. O Sistema Firjan tinha parceria com pelo menos duas grandes empresas na implementação de projetos na UPP, que eram chamadas para apadrinhá-los³⁶⁸. A IESA de Óleo e Gás³⁶⁹ apadrinhava na Providência os módulos do SESI/SENAI³⁷⁰ “Educa Mais” que ofereceriam aulas de Inglês, Espanhol, o programa “Aprenda a Clicar”; o de Educação de Jovens e Adultos para elevação de escolaridade e também de Ensino Médio. Nas palavras do presidente a cidade partida estava sendo unida novamente através da UPP e de iniciativas como aquela:

Estamos voltando a participar de um território, da sociedade que tínhamos perdido, pois temos a obrigação de igualar a sociedade verificando as áreas partidas do Rio de Janeiro. Nós vamos mudar a cidade. É impossível fazer isso da noite para o dia. Mas, com a vontade que temos, nós conseguimos³⁷¹.

A UPP também era sede de aulas de violino, violoncelo e flauta oferecidas pelo Instituto Stambour³⁷² para as crianças da comunidade por intermédio da SEASDH. Em outubro de 2010 também seria lançado pela Secretaria - que nesse período ainda coordenava as UPPs Sociais - e pela Secretaria de Estado de Cultura; uma chamada pública para a realização de projetos culturais nas cinco Unidades de Polícia Pacificadora que tinham equipe de gestão ligada aos Territórios da Paz - Batan, Borel, Chapéu-Mangueira/Babilônia, Cidade de Deus e Providência. O projeto era chamado “Verão nas UPPs” e pretendia promover três dias de manifestações artísticas na comunidade com apresentações com o tema

³⁶⁷ Desde 2007 até o fechamento desse texto, José Mariano Beltrame.

³⁶⁸ O Departamento Nacional do SESI e a Petrobrás eram os padrinhos do Atleta do Futuro na Providência e em mais dez comunidades pacificadas do Rio

³⁶⁹ O “apadrinhamento” do projeto na Providência é destacado nos balanços da empresa, de 2010 a 2012. Em 2011 era citado o número de 12.842 atendimentos oferecidos na UPP Providência (ensino fundamental, médio, cursos complementares, capacitação, esporte e atendimento da Indústria do Conhecimento em parceria com o Sistema Firjan e a UPP da Providência).

³⁷⁰ O SESI Cidadania prometia um programa contínuo de educação, qualidade de vida, esporte, lazer e cultura, todos os eixos que seriam também adotados como justificativa da implementação do Morar Carioca na área. A caricatura de qualidade de vida e do fim da desigualdade que nos apresentaram naquela sala ar condicionada era a prática do que o presidente da Firjan já havia escrito no material disponível no website do Sistema, e que teria um aporte financeiro total de R\$ 12 milhões.

³⁷¹ Parte do discurso de Eduardo Eugenio Gouvêa Viera e que está disponível em <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC2A475495012A676E4425399F.htm>. Acessado em 12 de março de 2014.

³⁷² O projeto é divulgado na seguinte reportagem produzida pela assessoria de comunicação do estado *A Música dá o tom da pacificação na Providência*, disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=432604>. Acessado em maio de 2014.

da memória local, exposição de trabalhos a serem produzidos em oficinas com os moradores entre janeiro e fevereiro de 2011. Conforme a explicação de Faustini³⁷³, conhecido “articulador” de projetos públicos e privados para moradores de comunidades, e idealizador desse projeto, o objetivo era que as ações do “Verão nas UPPs” fortalecesse “a autoestima desses locais”, para desvinculá-los da imagem de violência a que normalmente eles eram associados.

Seu Carlos tinha sido contemplado com uma pequena parte do recurso disponível nessa chamada pública. Era a primeira vez que atuava nesse papel de promotor cultural e sempre ressaltava: não era seu negócio. Tinha entrado nessa por incentivo do “pessoal da Rosa” como era carinhosamente chamada a gestora do Território da Paz na Providência e sua equipe. Mediante o recurso, as apresentações das crianças estavam garantidas, assim como o lanche do intervalo dos ensaios e o conserto de alguns instrumentos desgastados pelo tempo de uso. Tudo o que ele já fazia com a ajuda de alguns “amigos” e moradores da comunidade foi facilitado com a vinda do pequeno recurso, referente ao edital ganho. Não foram poucas as vezes que o edital tirara seu sono, preocupado que estava em obedecer as regras e diretrizes dele corretamente, uma normatividade a qual não chegou a se acostumar. Nascido no morro, no ano de sua aposentadoria ele assume a coordenação de uma bateria infantil o qual se dedicava quase integralmente e onde podia viver suas paixões: contribuir para a educação das crianças do Morro e brincar o carnaval. Para se dedicar ao Flamengo e o samba, outras paixões confessas, no entanto ele não fazia questão de concorrer edital nenhum. Por ter ganho com a bateria infantil Mel do Futuro no edital de 2010 do “Verão nas UPPs” que Seu Carlos começa a frequentar as reuniões sobre Cultura promovidas pela SEASDH que foi onde nos conhecemos.

Antes da implementação oficial da UPP na Providência - a ação de “preparação” do BOPE é anterior a inauguração da unidade e como vimos os “projetos sociais” são posteriores – a SEASDH realiza em dez comunidades³⁷⁴ que já contavam com uma unidade em seus *territórios* uma “pesquisa etnográfica”. Realizada entre agosto e setembro de 2010 a pesquisa se propunha a traçar um amplo panorama da situação da comunidade em muitos e diferentes aspectos. O pesquisador social contratado teria permanecido 30 dias na comunidade e nesse “mergulho” tentaria apresentar em seu relato os seguintes “aspectos da

³⁷³ O investimento total da Secretaria no projeto era de R\$ 500 mil. Informações sobre o lançamento do projeto disponível em: [<http://extra.globo.com/tv-e-lazer/verao-das-upps-promete-levar-cultura-para-comunidades-que-estao-livres-do-traffic-41135.html>]; acessado em ago. 2014.

³⁷⁴ Santa Marta, Batan, Cidade de Deus, Babilônia/Chapéu Mangueira, Pavão/Cantagalo, Tabajaras/Cabritos, Providência, Borel, Formiga, Andaraí.

vida nas comunidades”: relacionamento dos moradores com a polícia, especialmente os jovens; relacionamento dos policiais com os moradores; impressões das lideranças comunitárias (associativas, culturais, religiosas e outras) sobre a instalação das UPPs e impressões sobre “o presente momento” da vida da favela. Foram “estimulados” a ouvir presidentes e membros de associações de moradores, coordenadores de grupos de jovens, produtores culturais, como rappers, funkeiros, grafiteiros e jovens de grupos de teatro; moto taxistas, donos de Kombi; pastores, padres e líderes religiosos; lideranças femininas e comerciantes. Também foi pedido que ouvissem gestores e servidores públicos (professores, diretores de escolas e creches, pessoal de PSF, Faetec, quadra de esportes etc.) e de outros agentes *externos* que geralmente atuam na favela (ONGs, grupos filantrópicos e empresas como Light e outros prestadores de serviços) em relação à instalação das UPPs e a “nova situação da comunidade”. Subindo do mergulho o pesquisador ainda teria que: focalizar mudanças em curso em relação a serviços anteriormente regulados pelo tráfico/milícia - como gás, TV a cabo, luz, água, internet, transporte; e identificar outros problemas graves de infraestrutura (limpeza, correios, esgoto, trânsito, iluminação, calçamento das ruas e outros). Também foi pedido que as observações se voltassem para problemas surgidos “após a retirada das armas”: regulação de som, festas, aluguel, compra e venda imóveis, desavenças com vizinhança; e o que o relatório chama de “serviços assistenciais e de caridade” (caracterizando que eles anteriormente eram fornecidos pelos grupos armados), por exemplo: o pagamento de enterros, cesta básica.

Toda essa informação e base comparativa entre “o antes e o depois” já existia antes dos resultados da pesquisa serem apresentados, era conhecida pelos governos, que já tinham um acúmulo sobre esses locais a partir de pesquisas (acadêmicas, inclusive) e experiências governamentais. O objetivo era montar um “diagnóstico” que pudesse servir de “linha de base” para os principais “problemas” das comunidades e pudessem apontar perspectivas e ideias de ações a serem desenvolvidas pós instalação das UPPs e no processo de construção de UPPs Sociais. Não é possível citar literalmente o que foi escrito no relatório que apresentados na forma de relatos de campo, não passaram por uma revisão dos autores. Vou citar indiretamente, portanto, o conteúdo a partir de minha leitura. Antes disso é importante evidenciar ao leitor que se o aparato estatal – com toda a sua capilaridade na vida social, as dezenas de secretarias, programas sociais, ouvidorias, CPIs, pesquisas, recurso técnico e financeiro - não foi capaz de criar esse panorama com essas diferentes experiências no intuito da instauração de uma polícia comunitária honesta e aberta a transformações em sua estrutura, o pesquisador contratado em um trabalho de apenas 30 dias, também não conseguiu

dar as respostas que supostamente se buscava. O relato apresentado é lúcido às limitações da proposta, ponderando o caráter impressionista na descrição de algumas situações. O sentimento de desconfiança dos moradores entrevistados e ouvidos em relação à implementação e permanência das Unidades foi expresso pelo pesquisador e o projeto foi considerado eleitoreiro pelos moradores. Eles vinculavam a implementação da UPP a realização da Copa do Mundo, das Olimpíadas e das obras ainda incipientes do Porto Maravilha na região na época do estudo. O pesquisador também chamou atenção para a centralização na Unidade dos escassos serviços públicos presentes na comunidade e das atividades culturais e esportivas; e que a supressão da sociabilidade promovida e permeada pela presença do tráfico na região poderia destruir uma rede de proteção e cuidados que não se reconhece com os códigos impostos pela polícia. A desconfiança da polícia é muitas vezes destacada pelo pesquisador. O relatório ainda aponta para algumas diferenças entre os moradores dos diferentes locais da favela que ainda veremos são muito particulares e heterogêneos.

O relatório também propõe alguns desdobramentos como uma melhor utilização do espaço da Vila Olímpica e do Instituto Central do Povo (ICP) que estariam subutilizados; propõe a descentralização dos serviços da Unidade de Polícia; e um investimento na promoção da confiança entre os moradores e os policiais. No relatório também é ressaltado que os convertidos ao pentecostalismo³⁷⁵ fazem um movimento de aproximação a UPP.

Como veremos adiante nenhuma das proposições ou apontamentos recomendados pelo pesquisador foram levados em consideração na implementação de políticas públicas na região, inclusive, em alguns casos, o que foi feito foi oposto a elas.

A época braba

O argumento do fim do tráfico era amplamente utilizado como alavanca para ampliação do programa de instalação de UPPs em comunidades do Rio de Janeiro. Era um argumento fácil de ser assimilado já que o conflito armado tinha desaparecido dos noticiários

³⁷⁵ O pesquisador cita que essa aproximação existe, porém não ressalta um outro movimento ocorrido na Providência, e que, todavia, não se restringe a ela. Trata-se do fato de que a maior parte desses convertidos próximos, à Unidade e aos policiais, são ex-traficantes (mulheres ou homens) que deixaram a atividade de tráfico mediante a conversão. Sobre a construção do “ex-bandido” destaco dois trabalhos indicados pelo pesquisador Evandro Cruz, que reflete sobre o tema, a dissertação de Cesar Pinheiro Teixeira, *A construção social do “ex-bandido”* que observa o contexto das igrejas evangélicas pentecostais, que compõe junto com as quadrilhas de traficantes dois grupos de destaque no cotidiano das periferias das cidades brasileiras. E também o TCC de Deborah Fromm, *Deus e o Diabo na Terra do Crack: uma etnografia da “cosmopolítica” batista*, que destaca a partir da etnografia junto da Missão Batista Cristolândia, uma “cosmopolítica” evangélica voltada para o combate ao crack em nível nacional.

diários na cidade e as ruas e bairros próximos as comunidades estavam mais ‘tranquilos’. Essa tranquilidade estava amparada na estratégia dos jornais em suprimir a atuação desregrada por parte dos policiais - que agrediram, verbalmente e fisicamente, e suprimiram direitos dos moradores de comunidades por conta de sua posição e sua representação sobre autoridade – desde a instalação e continuamente a implementação da UPP. E estava amparada em efetivar e reforçar a segregação territorial das comunidades nos bairros onde elas estão localizadas com: (1) instalação de unidades de policiamento com formação militar no centro dessas áreas; (2) delimitação das fronteiras entre bairro e comunidade instalando carros de polícia armada nesses pontos, ou duplas de policiais que faziam nesses pontos o papel das guaritas, comuns nos ambientes com segurança privada. Conforme aponta o relatório realizado pela Justiça Global ainda em 2004 essa iniciativa acolhe o falso “clamor por justiça” evocado pelos moradores dos bairros ao invés de ouvir o pedido de justiça que evocava da favela “não somos todos bandidos”³⁷⁶. Esse clamor foi “habilidosa e demagogicamente manipulado pelo governo do Estado na perpetração da violência” (2004:14), na construção de Programas que tinham como objetivo dar uma “resposta” à criminalidade crescente nesse período. A territorialização da criminalidade reforçava o “etiquetamento penal de suas camadas mais miseráveis”; não havia aparato e nem contingente policial para controlar o “crime” nos bairros, passa-se então a conter o crime³⁷⁷ dentro das comunidades.

Como todo o horror e a violência partiam dos *bandidos* (e) *favelados* as UPPs animaram os moradores da Zona Sul e os *gringos* ou *turistas*, e promoveram uma grande onda de visitação e caminhadas pelos morros recém pacificados. Eu mesma quando chego até o Morro venho permeada por essa assimilação e chego a ter algumas dificuldades em ao desassociar tráfico de violência - para poder qualificar que tráfico e que violência – enfrento olhares duvidosos de alguns colegas acadêmicos “você não pode afirmar que era melhor

³⁷⁶ Era comum na fala de mães de vítimas de violência institucional - geralmente mulheres que perderam filhos adolescentes e não ligados ao tráfico por ações violentas da polícia, inclusive de policiais da UPP – ressaltarem nas suas falas que mesmo que todos na favela fossem bandidos, que os bandidos não podiam ser executados, deveriam ser detidos e presos “como todo mundo”. Essa ressalva é extremamente relevante pois evidencia que os moradores não são nunca tratados “como todo mundo”, muito menos quando cometem delitos, eram geralmente exterminados em operações policiais que frequentemente também vitimavam crianças, adolescentes, mulheres, que não conseguiam se esconder dos tiros, ou eram alvejados em decorrência das operações policiais. Destaco a etnografia de Adriana Vianna (2013a; 2013b) sobre o movimento de mães que foram vítimas de violência policial junto à Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (RJ) e ao movimento Mães de Maio (SP); o trabalho de Juliana Farias (2014) que busca evidenciar as engrenagens governamentais de gestão das mortes dos moradores de favelas no Rio de Janeiro.

³⁷⁷ Conforme ressaltado no relatório (JG, 2004) e divulgado no jornal *O Globo* de 12/4/2004, a contenção foi concreta nesse período em que se propôs o isolamento da comunidade da Rocinha com um muro.

antes. Como você tem coragem de fazer isso?” Era mesmo muito difícil tal discussão e nunca foi minha intenção responder essas questões sozinha.

Quando Francisca em suas reflexões me apresenta que *o Morro hoje está morto* ela parece afirmar justamente o contrário do discurso apontado pelo Estado e por aqueles que não necessitam desconfiar dele. Ela sabe que se esse Morro está morto, é só para ela e para os seus vizinhos, não *para os que vem de fora*. De fato o Estado expira com a pacificação o ar da vida reestabelecida na área, e entre os atributos da vida estão todas as variações comerciais da *revitalização*. Para revitalizar é necessária a *obra*, substantivo sempre tão caro e tão íntimo dos moradores de favela e de vilas, pela falta geralmente. Na Providência houveram duas grandes obras urbanas ditas de melhorias do espaço, o Favela Bairro em 1993 e o Morar Carioca em 2010, ambos trazendo no bojo de sua intenção política o *problema da moradia* nesses locais. No escopo da revitalização termo empregado para qualificação de espaços considerados degradados ou vazios como vimos no capítulo anterior, não há coexistência, há que morrer para que algo viva e morrer nesse caso pode significar também *sair*. O argumento é claro: *ninguém é contra a obra*, mas porque ela é feita dessa *forma*, às *escuras*? Questionam-se Francisca e Margarida:

Eu não sou contra, tem que fazer uma obra boa, uma obra pra *turista*, até para ficar melhor, ai não é umas coisas assim *às escuras*, uma hora é uma coisa outra hora é outra. Aquela vez que eles vieram marcando ninguém sabia o que era, depois veio a conversa, porque a corda sempre rebenta para o lado mais fraco eles marcaram sem ordem de ninguém, eles marcaram porquê de repente acharam bonito, então acontecem as obras aqui e os moradores não participam. São poucos que fazem questão de ficar aqui, foi o que eu disse, eu fiquei na época ruim e agora na época boa eu quero ficar, na época de subir de plano inclinado eu quero, cansei de carregar peso, então quer dizer nessa hora você não pode ficar. Agora sobe turista, sobe todo mundo, mas na *época braba* não subia ninguém não, para você vir aqui eu tinha que ir te buscar lá embaixo, você tinha que ser alguém da minha família, você não podia filmar, você não podia tirar foto, sabe? Então agora sobe todo mundo, agora é fácil, todo mundo tira foto “ah aqui é lindo”, mas quero ver lindo antigamente, antigamente era muito difícil, isso aqui era muito difícil. [Francisca]

Na época de 2000, aqui não era brincado, não, filha. Não era brincado, não. Naquela época, quando o tiroteio começava mesmo eu me escondia debaixo da cama. Qualquer pessoa que estivesse dentro da minha casa, o meu porto seguro era dentro do meu quarto. Eu achava que o local mais seguro era dentro do meu quarto. Por que tem a sala, a outra sala e o outro quarto, então, quer dizer, o tiro não batia lá. Mas só que uma vez o tiro bateu. O tiro bateu numa janela e saiu no outro quarto. Por pouco não atravessou para o meu. Aconteceu sim, um dia aconteceu, mas graças à Deus, só deixou um buraco, uma

marca registrada lá na parede, um buracão. Agora aquela época foi braba, minha filha. Foi brabo, foi brabo. Se eu já rezava agora, antes era pior (...) Muito difícil, muito difícil, foi muito difícil. Eu vivia com os meus nervos à flor da pele, porque até então, eu tenho um filho homem dentro de casa, nem se fosse uma filha mulher, saía para a escola de noite, o tiroteio começava. Já tive tempo de eu cair durinha aqui nesse chão de nervoso, era muito tiro. Muito tiro, muito tiro, muito tiro. Hoje dá para dormir com a janela encostada. Não que eu digo assim para você “ah, que nego entra dentro da sua casa e rouba”, não. Com o negócio de tiro, né, vivia mais era trancada. Hoje não, fico tranquila. Eles estão fazendo o serviço deles lá e eu não tenho nada o que falar deles não. Cada um com seu cada um, entendeu? [Margarida]

O que Margarida e Francisca narram aqui expõe a complexidade do exercício de compreensão da convivência cotidiana desses moradores em meio a relações também complexas com o Estado. Em um momento *o morro está morto* - porque com a ocupação do exército e a posterior implementação da UPP promoveram a escassez de opções de entretenimento e impuseram a disciplina do recolhimento aos moradores. E por outro lado a chegada dela pode aquecer o comércio local, promover a circulação de outros sujeitos na região que não a *visitariam* na *época braba*. Em meio a esse período de *sufoco* filmar e tirar foto – atividades que eu costumava fazer no curso de nossas conversas - eram ações que geravam desconfiança por parte dos poderes que atuavam na região, e só eram autorizadas mediante a tutela de um morador. As regras de circulação existiam antes de 2011 só que elas privilegiavam quem vivia no morro e não quem era *de fora*. Tanto que em dias festivos, quando essa circulação era ampliada para os não moradores havia acertos entre os poderes – policiais e traficantes – para que não houvesse troca de tiros. Os *de fora* nesse caso não eram os *turistas* ou os *gringos* (e os *pesquisadores*) que agora se sentiam seguros de subir ao topo do Morro, mas os parentes de outras comunidades, os amigos, as pessoas próximas dos moradores. Pessoas que estavam ambientadas com as regras do lugar ou as compreendiam sem o estigma de que a favela era lugar de bandido.

Quando desce para o Buraco Quente tem um lugar antes de subir, abaixo um pouquinho do Bar do Carlinhos tinha um paredão, que era dividido, aqui era um povo e lá era outro, o povo que morava aqui não podia passar para lá e o povo que morava lá não podia passar para aqui e quando ficou tudo uma coisa só, quando derrubaram aquele muro, foi uma noite e um dia de tiro, de você ficar deitada no chão porque eu morava naquela parte ali, a minha casa ficou com cada buraco deste tamanho, a gente ia beber, só tinha leite para beber porque não podia levantar para fazer uma comida, porque a minha casa era linha de tiro, acabou o leite nós ficamos um dia com fome, porque eu não podia sair para comprar (...) olha quantas vezes eu saía e minha filha ligava, Francisca, não sobe não, tá brabo aqui, eu ia para casa da minha mãe, mas ia para lá preocupada com eles aqui,

sabe? Teve um tiroteio do exército, da outra vez que ele teve aqui, se a minha neta tivesse deitada ela tinha morrido, eles subiam em cima da laje dos outros, eu tenho tiro aqui e a minha casa não tem como ter tiro, minha casa é cercada, eles subiram lá na laje da Dona Zezé e eu tenho o hábito de abrir a janela da cozinha e fechar, da onde veio aquele tiro eu não sei, só sei que o tiro foi na janela. A gente passou aqui *pedaços horríveis*, pedaços horríveis, de você nem poder sair do lado de fora que pa-pa-pa-pa-pa-pa, de repente você estava conversando e começava e você não sabia de onde vinha era um corre-corre, se você tivesse criança que tinha ido sair para comprar qualquer coisa você se via louca, agora na hora do bom, na *hora da maravilha* você não pode ficar? [Francisca]

Se fosse uma transformação para o próprio morador da comunidade. A gente está vendo que, na realidade, não é para o morador da comunidade, não filha. Se fosse para o morador da comunidade, eles faziam uma coisa mais... como é que se diz... eles chegavam antes e falavam, não é isso? Você está vendo que não é, gente, não é para a comunidade, não é. Não é, não é. Quem vai dizer que é? Não é. Não é. Se fosse para a comunidade eles faziam, entravam num acordo com os moradores. Mas não é. Com certeza, posso até estar enganada, mas eu continuo dizendo “Essa mudança toda não é para o morador da comunidade”. Não é. Não é. Não é, não. Mas fazer o que? [Margarida]

O Estado que ocupa o território com o exército, ou aquele que priva os moradores de sua autonomia, ou o que participa por intermédio da polícia da manutenção de uma economia baseada no comércio varejista de drogas; é diferente daquele que implementa programas ou concede benefícios sociais aos moradores. O morador não confunde essas instancias, ele as tem de forma clara e opera categorias diferentes para defini-las, como vimos nas reflexões de Margarida e Francisca.

A intermitência da ocupação do exército no Morro fica evidente quando Francisca qualifica o tiroteio como *da outra vez que ele teve aqui*. Foram duas vezes que o exército ocupou o território da Providência, inúmeras que o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE)³⁷⁸ fez ações no território; que a Coordenadoria de Recursos Especiais do Rio de Janeiro (CORE/RJ)³⁷⁹ agiu na área e a ação da polícia militar na região sempre foi uma constante. Na busca pelo número e as razões dessas incursões procurei a frase exata “morro da Providência” nos jornais³⁸⁰ que tradicionalmente noticiam dados e eventos relacionados ao cotidiano das favelas do Rio de Janeiro. Também pesquisei junto às

³⁷⁸ Força de intervenção da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Destaco o trabalho de Lia Rocha (2009:32) que relata a ação do BOPE e suas características em uma favela que fica próxima à sede do Batalhão no Bairro de Laranjeiras. Ela traz também uma descrição do caveirão.

³⁷⁹ Um grupamento de elite da polícia civil do estado do Rio de Janeiro.

³⁸⁰ O Dia, A Nova Democracia, Rede Nacional de Jornalistas Populares e CMI.

denúncias de violações de direitos humanos nos relatórios das ONGs³⁸¹ que tem como objetivo o monitoramento e a denúncia dessas violações no Brasil; e nos trabalhos acadêmicos que relatam e se dedicam a reflexão sobre violência, favela, e polícia no Rio de Janeiro (Cano, Duarte, Cruz e Ettl, 2012; Rocha, 2009; Farias, 2014; Farias e Vianna, 2011; Magalhães, 2013; Machado, 2014; Leite, 2012; Soares, 2000).

As leituras das matérias e dos relatórios, além das reflexões e pesquisas realizadas nesse campo apontam para um cenário importante e que deve ser levado em conta no entendimento do sofrimento e da penúria ao qual passaram essas pessoas e o qual elas reivindicam reconhecimento como parte do seu passaporte para a permanência naquele local. O cenário envolve as iniciativas governamentais para diminuição da violência e da criminalidade na cidade e que estavam amparadas em uma representação dessas áreas como focos de violência, pelo menos dez anos antes da chegada da UPP. O cenário destaca também a contribuição da polícia na fomentação da violência nessas áreas, colaborando diretamente e também se beneficiando economicamente do comércio varejista de drogas na região. A ignorância desse cenário é o que mais incentiva que Programas como as UPPs ainda sejam implementados como ações de combate à violência e com amplo apoio “da população” formada por aqueles que se sentem protegidos pela polícia, ou que não são vistos por ela como alvos em potencial – estatisticamente³⁸² jovens negros do sexo masculino.

Pré - UPP: casos e eventos relevantes no Rio

Em 1998, era eleito como governador do estado do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, nesse ano filiado ao PDT, partido pelo qual ganha a eleição. Radialista desde moleque em Campos de Goytacazes, norte do estado é por intermédio da sua popularidade no rádio que ele inicia nas disputas eleitorais. Se converte em evangélico no ano 1994 quando disputava as eleições para o governo do estado, em que é derrotado por Marcello Alencar. Garotinho conta em seu blog Palavra de Paz³⁸³ que após sobreviver a um grave acidente de

³⁸¹ Campanhas da Anistia Internacional; Relatórios produzidos pela Justiça Global (2004); Relatórios das CPIs das ONGs (2011); das Armas; das Milícias (2008); Relatórios sobre execução sumária no Rio de Janeiro.

³⁸² Cf. o *Mapa da Violência – Homicídios e Juventude no Brasil*, desenvolvido por Julio Jacobo Waiselfisz (2013) e promovido pela Secretaria - Geral da Presidência da República, pela Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do total de homicídios do país, 71,4% tem participação de negros. Em 2002 morriam proporcionalmente 71,6% mais jovens negros do que brancos, em 2011 esse número sobe para 237,4%, ou seja, os jovens negros são 153,4% mais vitimizados em homicídios do que os jovens brancos (2013:95). Segundo os dados do Ministério da Saúde (2013:11) mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil – em uma população de 192 milhões de pessoas - eram jovens 52,63%, dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino.

³⁸³ Disponível no site: <<http://www.palavradepaz.com.br/content/garotinho/conversao.aspx>>; acesso em mai. 2014.

carro um pastor foi visitá-lo e teria lhe dito para que ele não falasse mal do “bendito” acidente. A partir da visita o acidente vira o evento que teria promovido o seu encontro com Senhor Jesus Cristo. No fim da campanha eleitoral de 1994, após sobreviver ao acidente, a conversão o torna irmão Garotinho aquele que “endireitou as suas veredas e colocou os seus pés sobre uma rocha” alvo da “vida mais que abundante oferecida por Jesus” que “não somente alcançou a sua vida, mas também toda a sua família”. Em 2002 parte dessa família tinha alcançado não só Jesus, mas outro mandato para o governo do estado. Derrotado por Lula nas eleições presidenciais desse ano, ao qual concorre pelo PSB, sua esposa Rosinha assume vitoriosa o governo do Rio de Janeiro, e posteriormente sua filha Clarissa, se elege como deputada estadual, em 2010.

A primeira década do século XXI foi repleta de eventos que geraram reações e iniciativas tanto dos governos como da sociedade civil no enfrentamento da violência, que chegara ao seu auge na década anterior³⁸⁴. Aliado a esse enfrentamento, formava-se um Movimento pela Ética na Política, já que o ano de 1991 tinha sido marcado por uma forte inflação e recessão, suspeitas de corrupção, envolvendo ministros de Estado e altos funcionários da República, e que culminaria no impeachment do presidente, em 1992.

Em 1990, 11 jovens foram sequestrados de um sítio em Magé, na Baixada Fluminense, e executados por policiais militares. Suas mortes tornaram-se emblemáticas ao longo dos anos e na década seguinte quando outras chacinas e execuções ocorreram. Em reação as chacinas, ações³⁸⁵ foram realizadas, organizações não governamentais foram criadas, grupos que se denominavam contra a violência e pela paz³⁸⁶, movimentos sociais³⁸⁷,

³⁸⁴ Certamente há muito mais execuções das que as que irei destacar aqui, que estão listadas tanto por sua repercussão na mídia corporativa quanto pelo efeito que tiveram na sociedade brasileira: Chacina do Carandiru (2 de outubro de 1992), onde no mínimo 111 homens foram exterminados por policiais carcerários do estado de São Paulo; Massacre de Eldorado dos Carajás (17 de abril de 1996) onde 19 sem-terra mortos pela polícia do estado do Pará; Rebelião do presídio Urso Branco, em Porto Velho (janeiro de 2002) onde 27 presos foram mortos por outros detentos durante uma invasão da Polícia Militar.

³⁸⁵ Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida é inaugurada por Betinho, em 1993. A ONG Viva Rio também é criada nesse ano sob a perspectiva de uma “cultura de paz”.

³⁸⁶ Conforme destaca Arantes (2014:354), nesse período pulularam campanhas “sob o amplo guarda-chuva da Paz” que costuravam “no mesmo saco Fome e Segurança”. De forma irônica, ele destaca o caráter filantrópico, publicitário e eleitoral dessas campanhas, em que pela “primeira vez os vestidos de branco botavam seu bloco na rua”. Sua crítica faz alusão às campanhas: Rio Mania, Se Liga Rio, Caminhada Pela Vida e Pela Paz; que promoviam “um exorcismo da cidade dividida”, em ações etnocêntricas e que tratavam o tema de forma distante através de um discurso de pacificação que buscava fomentar a paz enquanto um modo de vida, a “cultura da paz”.

³⁸⁷ Indo em um sentido contrário ao ode à paz - descrito por Arantes (2014:354) como uma “guerra ao contrário” - onde “a bandeira branca voltava a ser uma bandeira de guerra” a medida que queria “combater” a violência pela não violência, em 2004 é criada a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Subscrevo aqui a auto definição da Rede, conforme destacado por Vianna (2003a) “A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência” define-se como “um movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres em geral, sobreviventes e

grupos de pesquisa, apoio e denúncia à violência policial em comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro e arredores. Conhecido como o Caso de Acari, de acordo com o Relatório do Rio de Janeiro sobre Execuções Sumárias³⁸⁸, os jovens executados integravam um grupo que no dia anterior havia feito o reconhecimento de policiais acusados de extorsão. Em janeiro de 1993 uma das mães dos jovens executados – que liderava o grupo Mães de Acari, unidas para pedir justiça pela morte de seus filhos – foi assassinada. Os corpos dos jovens nunca foram encontrados. Em julho de 1993, um grupo de 40 meninos foi alvejado por tiros vindos das pistolas de 6 policiais que atingiram fatalmente 8 deles, em uma ação que ficou conhecida como a Chacina da Candelária. Em agosto de 1993, aproximadamente 40 policiais “armados com metralhadoras, escopetas, pistolas e granadas saíram de vários carros, encapuzados e invadiram a favela de Vigário Geral” (JG, 2003:107) em represália à morte de quatro policiais militares ocorrida no dia anterior. Nesse dia, 21 pessoas morreram. Como ocorreu em outras chacinas, as mortes ocorriam por “represália” às denúncias de extorsão ou envolvimento de policiais no crime local. A dinâmica da vendeta – que ainda orienta os policiais, milicianos ou não – os orientava a vingar a morte dos colegas “matando geral” nas favelas.

Entre os anos 1995 e 1998, a Secretaria de Segurança Pública do estado concedeu o que foi chamado de “premiações por bravura” aos policiais em ativa, o que incrementava a remuneração do agente em 50%, 75% e até 150% sobre o salário original (2003). Matar o inimigo em combate era considerada uma bravura³⁸⁹, portanto houve um grande aumento do número de mortos nos declarados “confrontos com a polícia” nesse período. Muitas dessas mortes tinham características de execução (2003:7 apud Cano, 2009): 46% dos cadáveres apresentavam 4 ou mais impactos de bala; 61% dos mortos tinham recebido ao menos um

familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos. A Rede se constrói pela soma, com preservação da autonomia, de grupos de comunidades, movimentos sociais e indivíduos, que lutam contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres”.

³⁸⁸ O Relatório do Rio de Janeiro de Execuções Sumárias foi a terceira fase do “Projeto Relatores da ONU e a sociedade brasileira”, que teve o objetivo de colaborar com a relatora da ONU para execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, Asma Jahangir, em sua visita ao Rio de Janeiro entre os dias 03 e 06 de outubro de 2003. Ele foi organizado pelo Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC -Rio em parceria com as entidades: ONG Justiça Global, CEJIL, Grupo Tortura Nunca Mais, Laboratório de Análise da Violência (UERJ) e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

³⁸⁹ Cf. destaca Farias (2014) a execução de Marcio da Rocha Maia corresponde ao ano em que foi instituída no estado do Rio de Janeiro a gratificação por bravura através de decreto, em novembro de 1995. Nesse período, Nilton Cerqueira ocupava o cargo de Secretário de Segurança, durante o governo Marcello Alencar, antecessor de Garotinho. Segundo a autora (2014:34), essa premiação ficou conhecida como “gratificação faroeste” já que consistia em atirar primeiro e conferir depois. De acordo com o Relatório “Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro” (2008:8) a gratificação foi dada aos policiais militares de 1995 a 1997, na maioria das vezes, o policial premiado havia participado de ações que resultaram na morte de supostos criminosos.

disparo na cabeça; 65% deles mostravam ao menos um disparo na região posterior (pelas costas); um terço das vítimas tinha lesões adicionais às provocadas por arma de fogo, o que poderia indicar que muitas foram golpeadas antes de ser executadas. E que eram registradas pelos policiais em seus relatórios como “autos de resistência”³⁹⁰ termo utilizado para registrar casos de civis mortos durante suposta resistência à prisão seguida de confronto com arma pertencente ao estado. Mesmo com fortes indícios de execução³⁹¹ raras vezes os casos eram investigados com lisura, e a certeza da impunidade garantia que novas mortes ocorressem.

A eleição de 1998 foi ganha por Garotinho com base nas promessas de reabilitação da polícia e também na de contenção da “onda” de violência que assolava o Rio de Janeiro. Essa onda é bem representada pelos dados da revista *Veja*³⁹² que apontam uma variação de 17,6% no roubo e furto de veículos, de 33% no roubo a residências, 75,6% nos assaltos a bancos no período de 1997 a 1999. Um dos itens dessas violências - lidas enquanto violências provocadas por bandidos contra cidadãos de bem - os sequestros foram os únicos que tiveram, segundo a revista, diminuição da variação para o mesmo período e foram consideradas pela revista uma das únicas razões que não levaram ao completo fracasso das medidas de segurança implementadas por esse governo, permeado por crises.

Para conter a “onda de violência” foi chamado para coordenar a Subsecretaria de Segurança Pública o cientista político especialista em segurança pública Luiz Eduardo Soares que ocupou o cargo de 1999 a 2000³⁹³, quando também foi Coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro. Já no início de 1999 é inaugurada uma das “iniciativas-piloto” da Secretaria de Segurança Pública nomeada “Mutirão da Paz”³⁹⁴, a qual podemos encontrar uma descrição na pesquisa de Lia Rocha

³⁹⁰ Segundo consta na publicação “Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro” organizada pela ONG Justiça Global, com o apoio da Fundação Heinrich Böll (2008:2), o termo foi utilizado para registrar casos de civis mortos durante suposta resistência à prisão seguida de confronto. Procedimento inicialmente regulamentado durante a ditadura militar pela Ordem de Serviço n.º 803, de 02/10/1969 e publicado no Boletim de Serviço do dia 21/11/1969.

³⁹¹ Me apoio também aqui no debate que promove a tese de doutorado “Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro” de Juliana Farias (2014), que utiliza a definição de execução tal qual formulada pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP): crimes de execução sumária correspondem a “homicídios dolosos, nos quais existem evidências (implícitas ou explícitas) de que os agressores perpetraram a ação: com a intenção prévia de eliminar a vítima.

³⁹² “É caso de polícia”, *Veja*, 29 mar.2000. Os sequestros tinham passado de 58, em 1997 para 19, em 1999, variação negativa de 67%. Os assaltos a bancos foram 156, em 1997; 371, em 1998; e 254 casos em 1999. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/290300/p_048.html> acesso em mai. 2014.

³⁹³ Entre janeiro e outubro de 2003, Luiz Eduardo foi Secretário Nacional de Segurança Pública.

³⁹⁴ Cf. Carvalho e Misse (2006:6675) o projeto durou dez meses e foi concebido como uma atuação policial que atenderia às demandas da comunidade local, através da mobilização das Secretarias de Trabalho, Educação, Saúde, Justiça, Meio Ambiente, Ação Social, Esporte e Lazer, da Defensoria Pública, do DETRAN/RJ (Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro), da FAETEC (Fundação de Amparo à Escola Técnica),

(2009) junto a favela da Vila Pereira da Silva (o Pereirão)³⁹⁵, em Laranjeiras. Como destaca a autora o projeto foi concebido como uma “ocupação social” (2009:23 e 24) onde participavam policiais, mas se oferecia uma gama de serviços públicos e projetos sociais, conforme a proposta idealizada por Luiz Fernando Dias Duarte, uma ocupação policial que buscava atender “às principais demandas da sociedade local, através da mobilização de diversas secretarias de estado, além da contribuição de entidades da sociedade civil” (Soares, 2000 apud Rocha, 2009).

Além do “Mutirão pela paz” outro programa similar tinha sido testado em favelas do Rio de Janeiro. A Providência teria sido uma “zona de testagem” para um projeto piloto sob o nome de Grupamento de Aplicação Prático-Escolar (GAPE) no início dos anos 90 que visava ser um laboratório de práticas comunitárias³⁹⁶ de policiamento (Albernaz, Caruso e Patrício, 2007:40) que tinham como inovação a permanência do policial na favela durante o dia e o “rompimento” com o histórico de incursões policiais pontuais. Uma “inovação” que também seria utilizada para promover o GAPE dez anos depois e para o seu sucessor, o projeto das UPP em 2008.

Com abrangência local - mas a partir de uma política estadual (com as mesmas características e boa parte dos agentes que participaram do projeto Mutirão da Paz) - foi criado em 2000 o GAPE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais)³⁹⁷, que no dia 22 de setembro deste mesmo ano foi efetivamente implantado nas comunidades do Cantagalo/Pavão/Pavãozinho³⁹⁸, situadas entre os bairros de Copacabana, Ipanema e Lagoa. Segundo Misse e Carvalho (2006) a seleção dos soldados, cabos e sargentos designados para

do CCDCS (Centro Comunitário de Defesa da Cidadania) e contribuição da sociedade civil (Viva Rio, Associação de Moradores de Laranjeiras).

³⁹⁵ Conforme os relatos ouvidos pela pesquisadora em 2000 o status de “paz” associado a essa favela teria sido completo com a transferência do BOPE para uma rua perto da entrada da principal da favela, que é problematizada em seu trabalho a partir da autodenominação local de ser uma favela “tranquila”. Como menciona a autora, no entanto, entre 1994 a 1998, o Pereirão estampava as capas de jornais por conta da “violência dos conflitos” que culminaram no assassinato de uma liderança local ligada ao tráfico por policiais corruptos. O homicídio teria ocorrido de dia “na frente de diversos moradores” (Rocha, 2009:27) gerando a revolta deles.

³⁹⁶ As ideias do policiamento comunitário começaram a ser introduzidas na polícia militar pelo Cel. PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, comandante geral da Polícia Militar em 1983-84 e 1991-94, durante o governo Leonel Brizola. Neste período, a Polícia Militar do Rio de Janeiro produziu um caderno sobre o policiamento comunitário em 1993.

³⁹⁷ O grupamento foi criado como uma Unidade Operacional Especial da Polícia Militar pela Resolução SSP nº. 0352 de 5 de julho de 2000. Em 1994, a Polícia Militar, em parceria com a organização da sociedade civil Viva Rio, promoveu uma experiência de policiamento comunitário em Copacabana. O projeto tinha como objetivos implementar estratégias preventivas, trabalhos informativos e educativos, no sentido de minimizar situações de risco, informar acerca dos limites da atuação policial e reduzir o medo da população (Albernaz, Caruso e Patrício, 2007).

³⁹⁸ O GAPE foi instalado em um espaço onde funcionava o Espaço Criança Esperança desde 2001, uma parceria da Rede Globo, Viva Rio, UNESCO e Secretaria do Estado do Rio de Janeiro.

atuar no GPAE teve como principal critério o voluntariado, no entanto, no primeiro ano de atuação do grupamento cerca de 70% dos policiais empregados teriam sido transferidos por desvios de conduta. A implementação do GPAE foi feita através de uma parceria com a ONG Viva Rio³⁹⁹, que também acompanhou a instalação de um grupamento no Morro do Cavalão em Niterói, em 2002. Conforme o relato de Dreyfus⁴⁰⁰, que participou da implementação do grupamento em Niterói, a instalação do GPAE é acompanhada pela entrada de uma rede de órgãos públicos e ONGs prestadoras de serviços sociais (2009:8) que ministram: aulas de balé, hip hop, coral e informática; tratamento odontológico e psicológico para pessoas da comunidade. Além desses serviços, ele destaca o projeto Balcão de Direitos, que presta assessoria jurídica à população; e o projeto Segundo Tempo⁴⁰¹, na qual as crianças praticam esportes depois do horário da escola; todos parcerias entre o estado e as ONGs Viva Rio e Gente Brasil. Mais do que uma estratégia de policiamento comunitário como propôs Cerqueira – idealizador dos projetos de polícia comunitária - o GPAE assim como a UPP, estava amparado na ideia de que as favelas eram “enclaves de pobreza, com pouca infraestrutura, escassos serviços públicos e ausência de representantes permanentes do poder público que preservassem a lei e a ordem” (Dreyfus, 2009), e que esse “enfraquecimento” do estado poderia ser suprido pela intervenção de organizações não governamentais, o que de fato era o que movia a sociedade civil e os governos durante a década de 90. A estratégia de implementação do GPAE teria se desenvolvido em três fases, segundo esse relato de Dreyfus (2009): 1. O Batalhão de Operações Especiais (BOPE), entra “no terreno, enfrenta os delinquentes, realiza prisões e traça-se uma estratégia de desarticulação dos grupos criminosos”; 2. Os membros do BOPE “permanecem por um tempo no lugar para garantir” que os delinquentes não se reorganizem; 3. Finalmente se instala o GPAE. A ideia de que o BOPE “enfrenta”, “realiza”, “desarticula” e “garante” não só a expulsão dos “delinquentes”, mas a entrada de um grupamento policial reformador, vai de encontro aos dados dos

³⁹⁹ A partir da parceria da ONG com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro no aperfeiçoamento de propostas de policiamento “mais ajustadas às características das favelas”, um grupo chegou a ir até Boston para uma visita conjunta ao programa “Cessar Fogo” da ONG “Coalizão dos 10 Pontos”, dirigida pelo pastor pentecostal Eugene Rivers no bairro negro de Dorchester. O programa consiste em encenar vários tipos de policiais e atores institucionais para em uma simulação tentar buscar a adesão dos jovens a outras atividades que não estejam ligadas ao crime.

⁴⁰⁰ O relato é resultado do encontro “Crime Organizado e Segurança Pública no Brasil: agenda e estratégias”, que discutiu a relevância do crime organizado na agenda governamental da segurança pública e as estratégias desenvolvidas nacionalmente e regionalmente. O encontro ocorreu em 15 de agosto de 2008, na sede da Viva Rio no Morro do Cavalão, possibilitado por uma parceria com o Programa de Segurança Regional da Fundação Ebert.

⁴⁰¹ A ONG Viva Rio foi a quarta organização a receber mais recursos do Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo, de um total de R\$ 168,7 milhões, investido entre 2001 e 2006 pelo governo federal. Segundo os dados da CPI das ONGs, a Viva Rio recebeu um total de R\$ 5.697.715,00 oriundos desse programa.

relatórios anuais emitidos por outras ONGs e pesquisadores que apontavam a formação de milícias de policiais⁴⁰², grupos de extermínio, execuções sumárias por parte de integrantes da PMERJ, denunciando inclusive a ação do BOPE nas favelas, feita através do “caveirão”⁴⁰³. Regina Novaes (Novaes, 2003) já havia apontado que os jovens não viam grande diferença entre a “polícia em geral” e o GPAE, - “ser jovem” era representação e continuava representando ser um suspeito potencial nessas áreas. O próprio Dreyfus aponta um episódio em 2004, onde cerca de 100 moradores do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho (2009:7) desceram para protestar nas ruas de Copacabana, em função da morte de cinco jovens da comunidade por policiais, o que deixou carros e ônibus depredados⁴⁰⁴.

Nessa sucinta cronologia da implementação de intervenções policiais nas favelas, o ano de 2002⁴⁰⁵ é destaque porque nele ocorre a morte do jornalista Tim Lopes, assassinado no Complexo do Alemão, o que gera a instalação de Grupamentos de Polícia nesse local sem nenhuma avaliação qualitativa dos resultados das incursões anteriores, conforme narram Albernaz, Caruso e Patrício (2007) que coordenaram projetos em Segurança Pública e Prevenção à Violência na ONG Viva Rio. Essa retomada de episódios envolvendo a polícia, a política, as populações de comunidades e favelas, o crime em um suposto debate sobre segurança pública; são importantes para configurar o clima e o cenário que acompanhava a instalação dos grupamentos ou das unidades de polícia nas favelas onde elas foram

⁴⁰² Policiais e ex-policiais militares que tomam para si a função de proteger e “dar segurança” a moradores e comerciantes supostamente ameaçados por traficantes, eles comandam os serviços clandestinos de internet, TV a cabo, distribuição de gás e transporte feito por vans. Sobre a formação das milícias no Rio de Janeiro sugiro a leitura dos trabalhos de (Cano, Duarte, Cruz e Ettl, 2012; Conceição e Zaluar, 2007; Cano, 2008; Machado da Silva, 2004; Misse, 2011) além do Relatório da CPI das milícias de 2008.

⁴⁰³ Tanto na pesquisa desenvolvida por Rocha (2009) quanto na desenvolvida por Farias (2014:42) é destacado pelos moradores os abusos do “caveirão”, um veículo que tem capacidade para até 12 policiais com armas pesadas, “construído para resistir às armas de alta potência e aos explosivos, ele conta com duas camadas de blindagem”. Farias destaca que em 2006 a Anistia Internacional lança uma campanha que denuncia o uso do caveirão, já que ele “possibilita que excessos na atuação policial sejam cometidos, visto que o blindado não permite a identificação de fora dos policiais que o ocupam” (2009:32), a organização *recebeu* relatos de que a polícia xinga e insulta os moradores, especialmente as mulheres. Através do megafone os policiais proferem “Crianças, saiam da rua, vai haver tiroteio”; “Se você deve, eu vou pegar a sua alma”. Conforme o relatório (JG, 2008) no dia 15 de novembro de 2006, José Mariano Beltrame declarou que os veículos blindados da polícia, conhecidos como “Caveirão” estavam com os dias contados. Disse, na ocasião, em relação aos efeitos da utilização do blindado sobre as comunidades pobres: “É um trauma para as comunidades. Não dá para fazer Segurança Pública com ‘caveirão’”, acrescentando que a polícia entrará “prestando serviços e garantindo segurança à população”. No entanto, essa mudança de rumo não aconteceu. Em 18 de novembro de 2006, dois dias após ser apresentado como o futuro Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ele anunciou que não iria transformar os “Caveirões” em sucata e admitiu seu uso de acordo com “critérios rígidos”.

⁴⁰⁴ Esse seria o principal motivo de uma série de críticas de figuras públicas ao trabalho dos grupamentos. Ver, por exemplo, a reportagem do jornal O Dia, “Prefeito chama ONG Viva Rio de ‘Viva Droga’”, de 27 de março de 2007, em que o prefeito César Maia chama o GPAE de “uma espécie de comando de proteção à boca de fumo” (Albernaz, Caruso e Patrício (2007).

⁴⁰⁵ Em que é lançado um documentário sobre o episódio do sequestro do ônibus 174.

instaladas. E mais especificamente, como a Providência aparece nesse cenário, que não raras vezes é comparado pela mídia e pelos governantes a uma “guerra”.

A lógica da guerra, ou a “metáfora da guerra” (Leite, 2000) é geralmente utilizada pelas autoridades para justificar o número de mortos em “autos de resistência”, alegando que o número de policiais mortos também teria aumentado nos últimos anos. Buscando desfazer essa suposta igualdade no número de mortos nessa “guerra” Julita Lemgruber ressalta que grande parcela das mortes dos policiais, cerca de 70%, ocorre no que é chamado de “bico” (2004:8) ou segundo emprego, não quando estão utilizando farda. Conforme a planilha abaixo nota-se que o número de civis mortos em “autos de resistência” quadruplicou de 1999 a 2003, enquanto o aumento do número de policiais se manteve em oscilação.

ANO	1999	2000	2001	2002	2003
Número de civis mortos em “autos de resistência”	289	427	592	900	1195
Número de policiais militares mortos no Estado do Rio de Janeiro	92	106	91	170	

Fontes: Relatório Rio de Janeiro sobre Execuções Sumárias, 2003

Em 2000, as denúncias de Luiz Eduardo Soares sobre a existência de uma “banda podre”⁴⁰⁶ dentro da polícia civil do Rio de Janeiro, culminou em sua demissão conforme narra em “Meu Casaco de General – 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro”, (2000) relato dos “bastidores” do seu trabalho na Secretaria. Segundo Garotinho ele teria encaminhado diretamente ao Ministério Público, sem informar à Corregedoria da Polícia Civil, um dossiê contra policiais da DRE (Delegacia de Repressão a Entorpecentes) acusados de terem sistematicamente extorquido dois traficantes. No relatório, a comissão - formada por representantes do Ministério Público e das corregedorias de polícia - sugeriu que o governador Anthony Garotinho (PDT) encaminhasse as investigações aos procuradores estaduais, para que estes abrissem inquéritos civis públicos contra os 27 policiais denunciados. Entre os investigados estavam o chefe de Polícia Civil, Rafik Louzada, o comandante da PM, coronel Sérgio da Cruz. Ambos foram mantidos no cargo por Garotinho mesmo sob investigação, o que levaria Soares a acusá-lo de associação com a corrupção

⁴⁰⁶ Marco Aurélio Weissheimer, “Guerra à banda podre da polícia desafia a democracia”, *Carta Maior* 21/11/2001. Em 2001 também foram denunciadas no Rio Grande do Sul, pelo secretário de Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul João Paulo Bisol, uma banda podre na polícia civil do RS. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Guerra-a-banda-podre-da-policia-desafia-democracia/19859>; acesso em mai. 2013

denunciada, o que culminaria, por consequência, na demissão do subsecretário. Os policiais foram acusados de crimes como enriquecimento ilícito, extorsão e cobrança de propina do jogo do bicho num dossiê encaminhado pelo ex-coordenador de Segurança, exonerado em março⁴⁰⁷.

Polarizando as denúncias a fim de enfraquecer sua relevância os jornais apontavam a suposta relação de Marcinho VP⁴⁰⁸ com Luiz como um dos “pivôs” da saída do subsecretário. Eles relatavam que o traficante também teria relação com João Moreira Salles⁴⁰⁹ que pagaria uma bolsa a Marcinho para que ele pudesse investir na construção de um livro e um filme sobre sua história de vida. Marcinho era bem conhecido no Rio de Janeiro, já tinha sido personagem principal de uma reportagem feita por Caco Barcellos, que em 2004 já escrevera um livro com uma versão da trajetória do líder. Ele também colaborara com seu depoimento para a CPI do Narcotráfico⁴¹⁰, uma Comissão aberta após essas tensões no governo envolvendo policiais, tráfico e corrupção, cujo relatório data de 2001. Era evidente a existência da “banda podre” e como disse o governador Garotinho⁴¹¹ aos jornais antes da demissão do subsecretário, “ela é muito maior” do que se pensava.

Em 2003 há a promulgação do “Estatuto do Desarmamento”⁴¹², e também mais uma vez a ONG Viva Rio está presente nessa campanha nacional. O ano de 2003 registrara um

⁴⁰⁷ “Para promotória, apuração não fracassou”, *Folha*, 3/6/2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0306200015.htm>; acesso em mai. 2013.

⁴⁰⁸ Chefe do tráfico no Morro Santa Marta, Marcinho foi preso em 2000 no presídio de Bangu I, de onde já havia fugido uma vez. Conforme relata Barcellos (2004) ele morre em 2003 sem concluir seus projetos, seu corpo é encontrado em uma lixeira sob os livros que acumulara no presídio.

⁴⁰⁹ João Moreira Salles filmou algumas cenas do documentário Notícias de Uma Guerra Particular no Morro Santa Marta, na Zona Sul do Rio de Janeiro, em 1999.

⁴¹⁰ Preso em 2002, Fernandinho Beira Mar, também colaboraria com a CPI do Narcotráfico denunciando o enriquecimento ilícito de policiais da Polícia Civil com propinas recebidas dos traficantes

⁴¹¹ É importante destacar que Antony Garotinho foi Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro de 23 de abril de 2003 até 27 de setembro de 2004, sendo sucedido pelo delegado Marcelo Itagiba, investigado na CPI das milícias por ter feito campanha política em área controlada por grupos de milicianos, em Jacarepaguá. Antes de Garotinho, o secretário foi o Coronel Josias Quintal conhecido nos relatórios de denúncia de execuções e práticas criminosas feitas por policiais por sua declaração “Nosso bloco está na rua, e se tiver que ter conflito armado, que tenha. Se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir pra dentro” (JG, 2008).

⁴¹² Promulgada em 23 de dezembro de 2003, a Lei nº 10.826/2003 restringe a posse e uso de armas de fogo às corporações militares e policiais, empresas de segurança, desportistas, caçadores e pessoas autorizadas apenas pela Polícia Federal. O Estatuto do Desarmamento também prevê a indenização das armas entregues voluntariamente. Cf. a reportagem de Thais Leitão, *Agência Brasil*, 20/01/2013, os dados do Ministério da Justiça, mostram que desde 2004 foram entregues 616.446 armas por meio da Campanha Nacional do Desarmamento, que teve início nesse ano. Ao todo, há mais de 2 mil postos de recolhimento espalhados pelo país. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-20/estatuto-do-desarmamento-nao-foi-totalmente-implementado-apos-quase-dez-anos>. Cf. a ONG Viva Rio, 05/05/2014; entre 2004 e 2005, foram recolhidas mais de 560 mil armas de fogo no Brasil. A campanha foi interrompida e retornou em 2011, após a tragédia na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, que deixou 12 mortos e 12 feridos. Disponível em: <http://vivario.org.br/rio-lanca-nova-etapa-da-campanha-do-desarmamento/>; acessos em 3 ago. 2014. Em 22 de outubro de 2005 foi realizado um referendo sobre a proibição de vendas de armas no país, que

número de 1.195 civis mortos em decorrência da ação policial, em face de 45 policiais mortos no mesmo período (2008:11). Em reação a esses e aos episódios anteriores, em 2004 é criada pelo Decreto Nº 5.289 a Força Nacional de Segurança Pública (FNS), um programa de cooperação federativa, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça (MJ). A FNS poderia ser acionada para situações de distúrbio público, em qualquer lugar do país, mediante a solicitação dos governadores dos estados⁴¹³. Em 2008 o Decreto 6.703 aprova a Estratégia Nacional de Defesa que ratifica a participação das Forças Armadas em operações internas de Garantia da Lei e da Ordem, incluso nos atendimentos às requisições da Justiça Eleitoral, ou seja, as Forças Armadas tinham mais espaço para exercer “papel de polícia nas ruas das cidades brasileiras” (Brito, 2013:80). Em 2013, o decreto n.º 7.957, altera o anterior, estabelecendo que a FNS pode ser acionada “mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado”, ou seja, estabelecendo poder total de intervenção ao governo federal, caso esse entenda necessário⁴¹⁴.

Entre 2006 e 2008 outro grande “surto” de mortes por “autos de resistência” foi verificado no Rio, conforme aponta o Relatório da CPI das milícias de 2008. O ano de 2006 também seria intenso em São Paulo, o que culmina na CPI do Sistema Penitenciário, após uma série de episódios na qual morreram em uma semana 493 pessoas⁴¹⁵. Esses crimes, conhecidos como crimes de maio, em razão do mês em que foram cometidos, culminaram na fundação do movimento Mães de Maio, que busca por justiça e visibilidade ao que ocorreu e ocorre no sistema carcerário brasileiro, sob o slogan “do luto à luta”⁴¹⁶.

O exército na Providência

No relatório realizado pelo Laboratório de Análise da Violência (LAV/UERJ) sobre a ocupação do exército em 2006 na Providência, há uma digressão do uso do termo ‘guerra’ para analisar as tendências da mídia em valorizar a inserção policial e militar em comunidades – apontado pela polícia e mídia como o local dos inimigos - e também para chamar atenção para o aparato utilizado na operação, que contou com 200 homens “treinados

foi rejeitado por 63,94% da população. A frente parlamentar pelo “não” foi coordenada pelo ex-governador de São Paulo Luiz Antônio Fleury (PTB).

⁴¹³ No Rio de Janeiro o governador Sergio Cabral solicitou a intervenção logo quando assume o mandato em 2007.

⁴¹⁴ João Rafael Diniz, “A nova guarda pretoriana de Dilma Rousseff”, *Repórter Brasil*, 4/04/2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/04/a-nova-guarda-pretoriana-de-dilma-rousseff/>>; acessado em out. 2014.

⁴¹⁵ Um relato multisituado e crítico sobre os crimes de maio é produzido por Gabriel Feltran em *Fronteiras da Tensão* (2011).

⁴¹⁶ Conforme vem sendo trabalhado por Vianna (2013), o luto é uma palavra-ato a medida que é utilizado por mulheres vítimas de violência policial durante eventos aos quais expõem suas experiências.

e armados para operações de guerra”⁴¹⁷, que ocuparam a comunidade durante 10 dias. Há um cuidado em apontar o segmento de jornais⁴¹⁸ que apoiam a guerra e como eles vão construindo esse discurso no curso da ocupação. A ocupação do exército não ficou restrita ao Morro da Providência, ocupou nesse mesmo período mais 8 comunidades no Rio de Janeiro, por determinação do Chefe do Comando Militar do Leste, em uma megaoperação (Cano, Marinho, Ribeiro e Trajano, 2006:2) que tinha como objetivo buscar 10 fuzis e uma pistola, que teriam sido roubadas por “bandidos” de um estabelecimento do exército no bairro de São Cristóvão, o Estabelecimento Central de Transportes do Exército (ECT), e que ficou conhecida como “Operação Asfixia”.

Mesmo sem provas ou informações precisas sobre os agentes do roubo, o exército mobilizou cerca de 1.000 homens que nesses dez dias ocuparam e fizeram buscas em favelas da cidade. Conforme a cobertura da imprensa foi na Providência que os “confrontos entre militares e traficantes” foi mais intenso e lá também que ocorreu a única morte contabilizada pela megaoperação⁴¹⁹ – Eduardo, de 16 anos foi atingido por balas de fuzis militares. Essa morte foi considerada emblemática (2006:5) pelos pesquisadores que desenvolveram o relatório, porque foi somente nessa comunidade que os moradores procuraram a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e o Ministério Público para denunciar os casos de abuso e violação da lei cometidos por militares durante a ocupação. Em um dos relatos apresentados os moradores diziam que os militares os tratavam assim: “abre a boca para ver só” – intimidando-os a não procurar jornalistas ou mecanismos de defesa dos direitos humanos para realização de denúncias – “e eles só batem na cara né, nunca vi uma raça para gostar tanto de bater na dos outros (...), tanto o Bope quanto o exército, só bate no rosto” (2006). Crianças e mulheres foram revistadas, ameaçadas por soldados, o toque de recolher foi implementado e muitos moradores tinham que dormir na rua quando chegavam após o horário delimitado, estivadores inclusive, que como vimos tinham horário variável. O relatório cita revistas violentas dentro das casas, armários arrebatados, roupas reviradas, um comércio que teve seus móveis destruídos, e dezenas de caixas d’água inutilizadas por tiros que partiram dos fuzis dos soldados do exército. É comum na ação das forças policiais no Rio

⁴¹⁷ Cf. *O Globo*, 07/03/2006, “Subiu para 1.500 o número de militares nas favelas – um efetivo maior do que o empregado pelo Exército brasileiro no Haiti. Em todo efetivo em todas as comunidades”.

⁴¹⁸ A análise dos jornais também integra outra pesquisa organizada por Ignácio Cano, com Thais Duarte, publicada em 2012 sobre o crescimento das milícias no Rio de Janeiro após a instalação do Disque Denúncia.

⁴¹⁹ Cf. o relatório Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro (JG, 2008) as “megaoperações” são “incursões policiais nas favelas que contam com um grande número de agentes das forças de segurança estadual e/ou federal, além de uma ampla cobertura e espetacularização dos meios de comunicação. Essas operações são apresentadas e justificadas pelas autoridades públicas” como “ação pacificadora para erradicar a força armada”.

de Janeiro, e também em outros estados, que as revistas dentro das casas e estabelecimentos comerciais seja feita sem mandado judicial. Em algumas ocasiões específicas, como no caso da ocupação da Maré, em 2014, ocupações são feitas a partir da obtenção de um mandado genérico de busca e apreensão, que não discrimina endereço e é usado para entrar em qualquer moradia da favela.

Conforme o relato desses moradores, os tiros vinham do alto e da parte de baixo da favela “você via tiro para tudo quanto é lado”, dando a impressão de um fogo cruzado. Mas os moradores alegavam que esses tiros não foram trocados entre militares e traficantes, eram disparos realizados pelo exército, que ocupava diferentes pontos – no alto e na parte de baixo – da favela. Conforme os relatos, os tiros deixavam nas paredes uma marca que seguia um padrão, e eles estavam acostumados a analisar os buracos em suas paredes. Para eles a marca era oriunda de um mesmo tipo de arma “realmente não eram tiros de traficantes e era até um tiro bem uniforme, as marcas dava para ver que era do mesmo tipo de arma, porque os traficantes são várias né? Tem uma variedade” (2006) de armas, disse o morador. Na época, para comprovar o que estava argumentando, ele teria recolhido em uma garrafa pet, dezenas de cápsulas de fuzil 762, mostrando ao pesquisador que eram todas iguais. Os militares haviam ocupado a parte mais alta do morro e também estariam na parte mais baixa. Segundo as testemunhas eles ficavam dando tiro neles mesmos, simulando um confronto que nunca existiu.

Outro morador expôs sua desconfiança ao pesquisador que produziu o relatório, se perguntando: por que será que o quartel não estava deixando a imprensa subir? Ele ressaltava que somente um telejornal teria feito uma inserção ao vivo que confirmava a versão dos moradores, mas que logo depois os repórteres teriam sido presos e um até “na cara teria apanhado”. Nas primeiras semanas da ocupação, diversos protestos foram feitos pelos moradores em frente à sede do Comando Militar do Leste (CML) para denunciar abuso de poder por parte dos militares.

Os procuradores do Ministério Público Federal expediram⁴²⁰ uma ação cautelar preparatória de ação civil pública com pedido de liminar para que a Justiça Federal

⁴²⁰ “Exército apreende 10 quilos de cocaína na Providência”, *Correio do Brasil*, 10/3/2006. Cf. reportagem os procuradores da República Fábio Aragão e Vinícius Panetto alegam, na ação, que a Constituição Federal não está sendo cumprida, pois o Exército vem realizando funções exclusivas das polícias civil e militar, como revistar carros e moradores que entram e saem dos morros cariocas. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/noticias/rio-de-janeiro/exercito-apreende-10-quilos-de-cocaina-na-providencia/100054/>>; acesso em 18 out. 2014.

determinasse à União a suspensão da operação⁴²¹, que visava a recuperar os fuzis roubados. Foi instaurado ainda procedimento para apurar possíveis arbitrariedades cometidas pelos militares contra os cidadãos. Como consta na constituição federal a ação das forças armadas só pode ser efetivada com um decreto presidencial⁴²², em circunstâncias como estado de sítio ou de defesa e por solicitação dos governos dos estados. Quando o Comando Militar anuncia o fim das ocupações o MP teria então instaurado um inquérito civil para responsabilizar a União por danos materiais e morais sofridos pelos moradores, bem como pelo crime de improbidade administrativa por parte do Chefe do Comando Militar do Leste, pois teria desencadeado a operação sem decreto do presidente. Na documentação a ser anexada ao inquérito deveriam estar esses mandados judiciais, que não foram entregues, sob alegação de que esses eram segredos de Estado. Em 2008 quando o exército ocupa pela segunda vez a Providência, também não havia o decreto formal, somente alguns apoios informais dos governantes e que foram posteriores a ocupação. A operação de 2006 – considerada por Cano, Marinho, Ribeiro e Trajano (2006) como indiscriminada e sem precedência de um estudo de inteligência que apontasse para a localização das armas roubadas – terminou com um saldo violência e desrespeito aos direitos dos moradores, com a morte de um rapaz; com duas crianças, uma mulher e um homem feridos por estilhaços de tiros⁴²³, dezenas de casas arrombadas, aulas escolares perdidas, faltas no trabalho. As armas desaparecidas só foram encontradas depois da desocupação e não foram decorrentes dela, não foi encontrado nada de suspeito - nem na Providência e em nenhuma das comunidades ocupadas pelo exército nesse ano – que relacionasse os traficantes aos roubos.

Seguindo a mesma lógica da instalação por etapas - que vimos apontadas por Dreyfus (2009) na descrição da instalação do Gpae no Morro do Cavalão que contou com a ação do BOPE - o exército entrou na comunidade para “expulsar os delinquentes” antes da chegada do Grupamento, no Morro da Providência. No final de 2006, portanto, foi instalado na

⁴²¹ “Justiça nega ação cautelar do Ministério Público Federal para suspender operação do Exército”, *O Globo*, 11/03/2006. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/rio/justica-nega-acao-cautelar-do-ministerio-publico-federal-para-suspender-operacao-do-exercito-4595663#ixzz3GWSaowNR>>; acesso em 18 out. 2014.

⁴²² Sérgio Torres, “Lula promete 10 mil soldados a qualquer Estado em 3 dias”, *Folha*, 26/08/2006. O tema da intervenção do exército nos governos estaduais era recorrente, por conta dos episódios que já acompanhamos anteriormente caracterizados de “onda de violência”, ou mesmo “guerra”, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Em comício realizado em Bangu, em 2006, a favor da eleição de Marcelo Crivella ao governo do Rio de Janeiro, Lula disse que teria “condições de mandar dez mil homens do Exército e da Força Nacional rapidamente a qualquer lugar do país”, e completou “qualquer governador, de qualquer partido, que pedir a ajuda para ter o Exército e a Força Nacional será atendido em três dias.” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2608200614.htm>>; acesso em 12 set. 2014.

⁴²³ “Bebê é ferido em casa durante ação militar”, *Folha*, 11/03/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1103200610.htm>>; acesso em 18 out. 2014.

Providência um Gpae⁴²⁴, em decorrência da implementação do Programa de Urbanização Favela-Bairro que começou a ser executado na comunidade em outubro de 2005. Em entrevista à revista Viva Favela⁴²⁵ a idealizadora do Programa explica o que seria um “Museu a Céu aberto” – uma das 147 obras que integravam o Favela-Bairro. Na entrevista ela também destaca que na ocasião da instalação desse Museu na Providência, um dos grandes empecilhos para a sua divulgação na comunidade teria sido a violência. Ela cita os conflitos armados como responsáveis pela dificuldade em manter as visitas a ele, já que para que elas ocorressem era necessário encaminhar ofícios para o Batalhão da PM divulgando a atividade, que eram repassados posteriormente para o CORE e o BOPE. A arquiteta avalia que teria sido somente com a instalação do Gpae que uma programação de projetos sociais da Prefeitura pode ser realizada na área; pois foi quando empresários interessados em investir ali se sentiram confortáveis a fazê-lo. Como já vimos nas reflexões de Francisca e de Nise, a violência espanta turistas e empresários⁴²⁶. A polícia quando chega para “contê-la” entra nas comunidades para garantir a segurança desses dois grupos – turistas e empresários – o que fica evidente na fala da arquiteta. Quando o exército ocupa a comunidade, algumas obras do Museu já haviam sido concluídas, outras estavam sendo finalizadas - principalmente as obras de restauração das construções históricas, que existem no alto do Morro. A arquiteta descreve os danos que a ação militar teria feito nesses imóveis:

Uns dez dias antes da inauguração do museu em 2006, a Capela de Canudos e poucos dias após a Casa-Museu da dona Dodô da Portela sofreram danos motivados por enfrentamentos entre a PM e o tráfico. Quando houve a ocupação da Providência pela Força Nacional, novamente a capela recebeu tiros, foi arrombada e o altar que fora restaurado foi arrancado da parede, na busca de armas roubadas e drogas. Cerca de 40 caixas d’água de moradias foram totalmente danificadas.

Como já sugerido anteriormente, os disparos nessa ocasião não foram consequência de troca de tiros entre traficantes e exército, já que as cápsulas vieram de armas de integrantes do exército. As revistas, buscas e avarias nos imóveis também foram realizadas por militares, sob a justificativa de busca do armamento furtado. A declaração sobre o pedido de autorização para visitas era uma realidade que também foi evidenciada por Francisca. Mesmo que com a entrada do exército em 2006 os traficantes tivessem se escondido temporariamente, antes desse evento eles certamente ocupavam o território, e o controle na

⁴²⁴ O GPAE foi instalado na Providência em 2006, durante o governo municipal de Benedita (PT) e de Sergio Cabral (PMDB) frente ao Estado.

⁴²⁵ Bolivar Torres, “Museu a céu aberto”, *Viva Favela*, 5/09/2007. Disponível em: <http://novo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=87&infoid=45382&from_info_index=221>; acesso em 5 de mai. de 2012.

⁴²⁶ Sobre a construção da favela como destino turístico ver os trabalhos de Freire-Medeiros (2006; 2012) e Menezes (2008; 2009).

circulação no Morro era maior. Certamente após o recebimento do ofício para a realização das visitas, havia algum acordo com os comandos locais para que não houvesse movimentação durante a subida dos visitantes. Como sugerem os trabalhos já realizados - e também os relatórios produzidos pelas CPIs, e pelas entidades que trabalham em defesa dos direitos humanos, monitorando a atuação por vendeta da polícia nas favelas - o conflito armado e a troca de tiros, ocorriam por desacordos nos acertos feitos entre policiais e traficantes; ou para impressionar algum comandante novo da área, como sugere essa conversa gravada pela polícia civil e publicada pelo do jornal O Dia⁴²⁷. Nela vemos que os ativos do tráfico armado têm acertos com os policiais do 5º Gpae, “os canas”, e aqui os traficantes combinam entre eles para “fazer cena” ao novo policial que chegara no grupamento, com o objetivo de evidenciar a ele que a favela estava devidamente “controlada” pelo Grupamento:

Parceria⁴²⁸: E aí, prostituto?

Juca Tigre: E aí, parceiro, dá um toque nas bocas aí, que os 'canas' vão dar um rolé. Eles encheram um carro agora de repente. Eles vão dar um rolé desse lado daí, valeu?!

Parceria: Já é. Vou mandar esse toque ali na Pedra {Lisa} e lá no Buraco {Quente}.

Juca Tigre: Se chegar um Gol bolinha com uns caras, 'é' os caras do acerto mesmo. Sendo que eles 'tão' com o comandante deles, então eles têm que fazer uma cena aí, valeu?!

Parceria: Tranquilo. É nós.

Juca Tigre (e depois Bafinho, quando Juca foi preso) estava na gerência da favela já que Dão e Sapinho que eram os chefes do morro, estavam presos em 2007. Não sabemos quando Dão é solto, mas era ele que estava de dono durante o período que estive em campo. Do presídio ele controlava a “cena”:

Dão: E aí, como é que tá aí?

Juca Tigre: Tranquilo. Agora o bagulho aqui tá voltando ao normal, porque os caras vão sair daqui, tá ligado? Já tiraram os caras que zoam, agora tá tudo 'arregrado'. Tá a maior tranquilidade de novo na favela.

Dão: Graças a Deus vai ficar tudo tranquilo mesmo.

Juca Tigre avisa Bafinho: Manda avisar aí no Buraco que vai descer uns 'vermes'⁴²⁹ daí de cima. Fica na atividade por baixo que eu acho que vai brotar uns Bope aí.

Bafinho: Bope aonde?

Juca Tigre: Vai vir dar um rolé, por causa desse bagulho do baile aí. Eu vou saber dessa parada legal.

Bafinho: Vê essa parada aí.

⁴²⁷ “Escutas: presos fariam suposto acerto com policiais”, O Dia, 24/09/2007. Disponível em: [http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1933066-EI5030,00-](http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1933066-EI5030,00-Escutas+presos+fariam+suposto+acerto+com+policiais.html)

[Escutas+presos+fariam+suposto+acerto+com+policiais.html](http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1933066-EI5030,00-Escutas+presos+fariam+suposto+acerto+com+policiais.html); acesso em maio. 2013.

⁴²⁸ Troquei aqui o “bandido” que foi o termo escolhido pelo jornal para representar o sujeito do diálogo por “parceria”, que faz mais sentido na conversa entre os dois; além de não ter o sentido moral da palavra bandido, visto que “os canas” nesse caso também se enquadrariam nessa categoria.

⁴²⁹ Policiais.

Juca Tigre: Mas dá um papo lá no Buraco logo agora para os moleques 'recuar' e não dar tiro não, porque os caras do DPO é que vão descer. Vão só dar um rolé. E vai chegar uns Bope pra ver como é que está e depois eles vão embora.

No final de 2007, mesma época que é publicada essa reportagem sobre os acertos entre policiais e traficantes no Morro da Providência, estaria sendo negociado em Brasília - entre o presidente Lula e o senador Marcelo Crivella (PRB) - uma proposta de recuperação de 782 casas no Morro da Providência, chamada de programa Cimento Social. Logo que comecei a pesquisa notei que falar no nome de Crivella na favela era sempre alvo de reações negativas, expressões de lamento, misturadas com traços de raiva. Escutara já, daqueles com quem tinha conversado até o momento, que o governo havia colocado o exército para proteger o material de construção das casas que seriam construídas pelo programa do senador em uma área da favela conhecida como “Barão”, já que ficava as margens da Rua Barão da Gamboa. As pessoas diziam que quando as obras foram divulgadas na imprensa – e da maneira que entenderam a notícia - parecia que as casas seriam construídas com um cimento à prova de bala, pois conforme o divulgado “seriam revestidas com placas pré-moldadas de 1 centímetro de espessura feitas com uma argamassa patenteada pela Universidade de São Paulo que duraria "mil anos"”. Essas estruturas resistiriam "ao impacto de balas de até 7,5 milímetros de calibre, a uma distância mínima de 20 metros"⁴³⁰. Ivone, em suas declarações, sempre evidenciava a dor gerada por esse episódio, ela dizia que alguns moradores puderam levantar a lona que cobria o material da obra e quando puderam ver os sacos do tal cimento, disseram que não era diferente daqueles que os moradores usavam para construir suas casas na favela. Em uma mão um programa como o Gpae, que se autodeclarava como de policiamento comunitário; em outra, a informação que evidenciava que os conflitos armados estavam condicionados aos “acertos” dos traficantes com esses policiais. Como alternativa uma casa resistente ao impacto das balas; não parece verossímil ao morador que não gostaria de viver em bunker, mas em um lugar onde não estivesse sob fogo cruzado.

As tropas enviadas para o Morro em 2008 chegaram mediante um convênio de cooperação técnica entre uma secretaria do Ministério das Cidades e o Ministério da Defesa no valor de R\$ 13,9 milhões, feita através de uma emenda parlamentar do próprio Senador. A emenda foi a alternativa encontrada entre o governo federal e o Senador aos impedimentos de Cesar Maia, prefeito da cidade na época, que considerava o a proposta Cimento Social

⁴³⁰ Rosa Tardáguila, “O exército, o político, o morro e a morte”, *Revista Piauí*, 07/2010. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-46/questoes-de-seguranca/o-exercito-o-politico-o-morro-e-a-morte>>; acesso em maio de 2013.

eleitoreira⁴³¹. Caso fosse feita de forma regular, entre o Município e o Ministério das cidades, a obra teria que passar por licitação pública como todas que são realizadas com recurso público. Com a emenda a obra não precisava de envolvimento com a prefeitura para ser realizada, e também não teria a fiscalização da Caixa Econômica Federal, que costuma atuar na fiscalização de obras de moradia.



Fig. 4

Esta segunda entrada do exército interfere na vida dos moradores da Providência, porém a situação ali já era de muita opressão antes da chegada das tropas. Em dezembro de 2008 o portal Terra⁴³² publica uma reportagem que expressa a revolta dos moradores da Providência com as ações do capitão do Gpae, Leonardo Zuma⁴³³, responsável por autorizar ações violentas na comunidade. Consta nas declarações dos moradores que ele proibira os bailes, as comemorações e garantiria que a presença do grupamento nos locais de

⁴³¹ Sérgio Torres, “Lula ignora PT para apoiar Crivella no Rio”, *Folha*, 2/07/2006. Com o apoio do presidente Lula, a quem nessas eleições chamava de companheiro, Crivella foi candidato ao governo do Rio de Janeiro em 2006, com 1.531.431 votos e não alcança o segundo turno, o qual é vencido por Sérgio Cabral Filho. Nessas eleições, o candidato do PT Vladimir Palmeira também concorria ao cargo junto com Crivella. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0207200605.htm>>; acesso em set. 2014. Em 2008, Crivella concorreu ao cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro e teve 625.237 votos, sendo derrotado por Eduardo Paes que somou 1.049.019. O ministro das cidades em 2008 era Márcio Fortes de Almeida (julho de 2005 a dezembro de 2010) o contrato do Cimento Social foi assinado em 31 de janeiro desse ano. Marcelo Crivella foi ministro da pesca em 2012.

⁴³² “Providência: moradores pedem retirada de capitão do Gpae”, *Terra* 01/12/2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI3363725-EI8139,00-Providencia+moradores+pedem+retirada+de+capitao+do+Gpae.html>>; “GPAE inviabiliza evento na Providência; moradora é ferida em tiroteio”, *Repressão Policial/RJ*, 02/02/2018. Disponível em: <<http://prod.midiaindependente.org/pt/red/2008/12/434776.shtml>>; acessado em jan. 2014.

⁴³³ Diego Novaes, Eduardo Sá, Gabriel Bernardo e Lycia Sousa, “Esses policiais, mesmo eles querendo me matar, ainda são a ponta”, diz Márcia Honorato, *Fazendo Midia*, 21/09/2011. Em entrevista, Marcia Honorato e Maurício Campos da Rede de Comunidades Contra Violência disse que quem treinou a UPP foi justamente Leonardo Zuma. Disponível em: <http://fazendomedia.com/%E2%80%9Ccesses-policiais-mesmo-eles-querendo-me-matar-ainda-sao-a-ponta%E2%80%9C-diz-marcia-honorato/>; acesso em jan. 2014.

sociabilidade da comunidade fosse sempre realizada de maneira intimidatória, agressiva, e que não raro repreendia as pessoas com tiros⁴³⁴. Desde a entrada do capitão Zuma, segundo o subprocurador Leonardo Chaves, que na época orientou que os moradores preparassem dossiê para reunir todos os casos de violência ocorridos durante o comando do capitão, foram 19 execuções de moradores enquanto ele estava à frente do Gpae. Nessa ocasião os moradores procuraram a Secretaria Estadual de Segurança do Estado para pedir a retirada do capitão. Na sexta-feira, 11 de janeiro, durante a ida do Ministério Público na Associação de Moradores do Morro da Providência, o subprocurador de Direitos Humanos do MP ouviu os relatos sobre casos de abusos e violência policial. Segundo a reportagem da CMI⁴³⁵ os moradores da comunidade contaram que durante a ocupação do exército na Providência, agressões verbais e físicas se tornaram cotidianas:

“As ruas estão escuras, pois os policiais atiram nas lâmpadas. Alguns moradores chegaram a ouvir policiais dizendo “Acabou a festa, todo mundo pra dentro, enquanto atiravam nas lâmpadas”. Todos os dias a partir das 17 horas, os policiais realizam blitz em três ruas que cercam a favela. Na Barão da Gamboa, um caminhão do exército estaciona próximo ao prédio da Associação de Moradores enquanto os soldados armados fazem revistas. A partir das 20h, é decretado um “toque de recolher” informal na comunidade, pois os soldados mandam todos irem para suas casas e não saírem mais”

Mesmo após tantas e sucessivas humilhações, privações, opressões e mortes, o caso mais emblemático de violência no Morro da Providência ainda estava por acontecer. Minhas conversas com os moradores nunca pautaram essas agressões explícitas sofridas pela ação da polícia e do exército na favela. Porém, ao refletir sobre a ameaça de remoção desses moradores frente ao desejo de permanecerem na comunidade (e, principalmente os argumentos usados para essa permanência), a expressão “passar por tudo o que já passei” me levou a mergulhar nessas cenas, situações, machucados e me senti impelida a reconstruir ao menos uma parte da trajetória de repressão que ali eles já passaram, situações que em meu mundo facilmente chamaria de desumanas.

Foram muitas crises de choro, muita rejeição e resistência – não resiliência – para escrever e rescrever esse material aqui exposto. Havia vivido com eles outras cenas de privação, desrespeito, desumanidade, mas não essas a qual eles se referiam quando falavam em “época braba”. Com o auxílio das reflexões feitas por Das (2011) sobre o “ato de testemunhar” frente a violências tão significativas – corporais, que atravessavam a alma – tentei observar a dureza com que as marcas da vida talharam as mulheres com quem

⁴³⁴ Consta que uma moradora levou um tiro na bacia durante uma festa na Praça Américo Brum.

⁴³⁵ “Relato e fotos do Ministério Público na Providência (RJ)”, *Rede de Comunidades Contra a Violência*, 12/01/2008. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/01/408120.shtml?comment=on>>; acessado em mai. 2013.

conversei e como elas as narravam em seus relatos. Notei que no argumento para a permanência essas marcas eram relatadas como matéria que também estava ameaçada de desaparecimento, não eram somente as casas. Eram marcas que as constituíam enquanto sujeitos, elas eram testemunho de sua presença ali, de seu sentido no mundo. Era a visibilidade - a concretude da casa ou dos objetos memoriais, as marcas no corpo - que viabilizava a resistência. Mostrá-las, narrá-las, compartilhá-las, eram os fundamentos para a nutrição da resiliência, enquanto espaço político e compartilhamento do seu mundo, com outras que viveram algo semelhante; ou com alguém como eu, que estava disposta a compartilhar com elas a dor vivida de seu mundo. Entendi que esse sofrimento vivido, esse *sufoco*, esses *pedaços* ruins nunca seriam parte do passado como queria reforçar os entusiastas da UPP e os arranjos de memória do Porto Maravilha. Ele estariam para sempre ali na alma, na carne, nas paredes das casas, na experiência urbana daquelas pessoas enquanto seres humanos agredidos por outros seres humanos. Qual seria o limite dessa humanidade, qual seria o princípio dela, que supostamente estaria no centro de cada um de nós? A resiliência era a possibilidade de enxergar a pressão, as angústias, o tempo demarcado por ameaças, incertezas e opressões, violências, como alimento para as táticas de se manterem elásticas e maleáveis a essas tensões; com um desejo de seguir em frente; geralmente figurado pela “nossa luta” e que podia sim, ser entendida como uma luta pela vida.

O caso limite partilhado por todos os moradores do Morro como parte de sua trajetória coletiva de restrições, repressões e agressões, um episódio que foi retomado como uma partilha comum do mundo pelos moradores, teve início no dia 14 de junho de 2008 e ficou conhecido nacionalmente e internacionalmente quando foi no mesmo ano apresentado à ONU⁴³⁶. Abaixo, transcrevo um trecho do relatório que conta quase telegraficamente os eventos daquele dia:

Na madrugada do dia 14 de junho de 2008, onze militares do exército estavam fazendo patrulha no morro da Providência e prenderam três jovens: David Wilson Florêncio da Silva, 24 anos; Wellington Gonzaga da Costa Ferreira, 19 anos; e Marcos Paulo Rodrigues Campos, 17 anos. Os jovens foram abordados pelos militares na madrugada, por volta das cinco horas da manhã, de maneira violenta e arbitrária. Nesse momento, não aconteciam obras do projeto “Cimento Social” na Providência {o que} demonstra que as atribuições do Exército extrapolaram a mera proteção das obras {- Justificativa para entrada do exército em 2008}.

Depois de detidos, os jovens foram levados para o quartel do Santo Cristo, no Centro do Rio de Janeiro, acusados de desacato pelos militares que fizeram a abordagem. Assim

⁴³⁶ Pela Justiça Global, Rede contra a Violência, Grupo Tortura Nunca Mais, Instituto dos Defensores de Direitos Humanos e Mandato do deputado Marcelo Freixo; por intermédio da Relatoria Especial de Execuções Sumárias, Arbitrárias e extrajudiciais, coordenada por Philip Alston.

que souberam da detenção, parentes dos jovens ficaram do lado de fora do quartel esperando a liberação dos mesmos. A mãe de um dos jovens, Lilian Gonzaga da Costa, assim que soube da prisão do seu filho pelos militares, foi ao quartel do Santo Cristo. Ela estava do lado de fora quando os jovens encontravam-se detidos sob a custódia do exército e viu os jovens saírem no camburão do Exército. No quartel, segundo depoimentos dos militares, e dados ao delegado, os jovens foram apresentados ao Capitão Leandro Ferrari, que ordenou que os jovens fossem soltos e entregues aos familiares, pois a alegação de desacato não era procedente {a condução dos jovens até o quartel é um procedimento incorreto, pois os militares deveriam encaminhar os três jovens autuados para a 4º Delegacia de Polícia (DP) com parte do procedimento normal}. Segundo informação do delegado, o tenente Vinícius Ghidetti reuniu outros militares e disse que iria dar um “corretivo” nos jovens, que foram colocados no veículo do exército. O Capitão Ferrari teria dito que era para soltar os jovens, {o tenente {no entanto, respondeu} que iria “dar uma volta” com {eles para} “dar um susto” nos {meninos}. Ghidetti não foi impedido pelo capitão que poderia dar voz de prisão a ele, ao descumprir uma ordem expressa por um superior hierárquico. Os militares dirigiram-se numa viatura do exército para o Morro da Mineira para entregar os jovens aos traficantes locais. Os militares chegaram ao local e fizeram contato com os traficantes. Segundo depoimentos do sargento Rafael Costa Sá, o tenente Ghidetti disse aos traficantes que “tinha um presentinho” e sorriu ao entregar os jovens aos {integrantes da facção do Morro rival}⁴³⁷. O delegado Ricardo Dominguez Pereira (4º DP) deslocou-se para a Providência assim que soube por seus investigadores, que três jovens foram levados por soldados do Exército que faziam segurança das obras. Ricardo Dominguez ouviu os familiares das vítimas, testemunhas e uma senhora de idade que relatou o fato e o deixou convicto da participação dos militares na autoria do desaparecimento dos jovens. No domingo (15/06/08) o delegado recebeu indicação que os jovens tinham sido encontrados mortos no aterro sanitário de Gramacho, município de Duque de Caxias. O Instituto Médico Legal (IML) de Duque de Caxias informou que os três jovens foram mortos com o total de 46 tiros e havia marcas de tortura em seus corpos.

Na sequência das investigações, outro relatório⁴³⁸, assinado pelo deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ), concluiu que o candidato a prefeito no Rio de Janeiro pelo PRB, senador Marcelo Crivella, utilizou eleitoralmente seu projeto Cimento Social para se promover na eleição de 2008, quando era candidato a prefeito do Rio de Janeiro. O presidente dessa Comissão de Segurança Pública da Câmara que se formou após o caso ocorrido em junho de 2008, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), disse que não tinha dúvida que “se politizou as Forças Armadas” nesse episódio. Em reportagem do jornal O Globo, esse deputado teria dito “o objetivo dos militares que estavam lá era a segurança orgânica das obras. Eles foram lá para isso. O emprego das Forças Armadas ocorreu com desvio de finalidade”. Crivella se defendeu dizendo que o relatório foi feito em momento eleitoral e o relator estava envolvido na campanha eleitoral de um adversário seu à prefeitura do Rio.

⁴³⁷ O relatório os chama de criminosos, preferi não usar essa denominação para descrevê-lo, já que eles são únicos chamados dessa forma no relatório e não são os únicos que cometem crimes nesse episódio. A facção rival ao Comando Vermelho (C.V.) que atuava no Morro da Providência era a facção Amigos Dos Amigos (ADA).

⁴³⁸“Comissão da Câmara conclui que Cimento Social teve objetivo eleitoral”, *O Globo*, 13/08/2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes-2008/comissao-da-camara-conclui-que-cimento-social-teve-objetivo-eleitoral-4999948>; acessado em mai. 2013.

Também declara que o recurso não veio da emenda, mas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), porque o governo federal havia gostado da proposta e havia incluído no programa.

Em reportagem já citada, a revista Piauí faz uma longa reportagem sobre esse episódio reconfigurando alguns eventos do caso em uma narrativa mais emocional e também mais opinativa, cujo formato do relatório não conseguiu atingir. Acrescenta que os jovens e amigos - David Florêncio, Wellington Gonzaga e Marcos Paulo Campos - foram privados de defesa desde quando desceram do taxi na Praça Américo Brum e por serem negros e estarem voltando de um baile, talvez um pouco vulneráveis, foram alvo fácil da repressão dos oficiais que ali estavam.

Após esse episódio na Providência o projeto Cimento Social foi embargado nesse mesmo ano, e foram suspensas as verbas públicas para esse fim. Na campanha eleitoral de 2014, em que Crivella foi candidato a governador, ele alegava que teria utilizado recursos próprios para dar seguimento ao projeto nesse período. A cassação do senador⁴³⁹ chegou a ser cogitada pela relatoria, por considerar que ele tinha responsabilidade na morte dos jovens. O projeto também já havia sido contestado por moradores dos locais onde foi instalado porque a lista de famílias beneficiadas era feita pela Igreja Universal, da qual Crivella é bispo.

Em maio de 2011 o projeto Cimento Social tinha sido liberado para continuação na Providência e em outras comunidades. Conforme os vídeos disponíveis no *youtube*, podemos ver o senador entregando as casas na comunidade. Em uma dessas inaugurações eu estava nos arredores, em uma reunião com ‘o pessoal da Cultura’, na Vila Olímpica. Estávamos terminando o encontro, quando o telefone de Maurício tocou, ele conversou rapidamente fazendo algumas caretas, ao desligar o telefone olhou para nós e disse “Crivella está entregando mais uma casa” e seguiu dizendo que o Morro estava cheio de seguranças, e com acessos mediados, o que era comum quando o senador aparecia por ali.

As casas do Cimento Social eram construídas por moradores da comunidade que eram contratados pelo Programa para trabalharem na obra. Eram casas de alvenaria, feitas com estruturas finas de cimento, totalmente mobiliadas e decoradas. Uma das mulheres contempladas no Programa era extremamente conhecida na comunidade por sua passagem pelo tráfico, quando digo a Margarida que gostaria de conversar com ela, ela me responde assim “essa mulher levou um tiro na cara, imagina o que ela deve ter feito para levar um tiro

⁴³⁹ “Domingos Dutra quer a cassação de Crivella”, *O Globo*, 14/08/2008. Disponível: <http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2008/domingos-dutra-quer-cassacao-de-crivella-5003768>; acessado em mai. 2013.

desses”, tentando me dissuadir de voltar a encontrá-la. Evangélica, Célia era um exemplo das diversas mulheres que saíram do tráfico mediante a conversão.

Dez dias depois do ocorrido em 2008, diante de grande mobilização da comunidade e de entidades locais em defesa dos direitos humanos, o exército deixa o Morro da Providência.

As ocupações militares por megaoperações

As “megaoperações” como essas que ocorreram na Providencia, seguiram ocorrendo nas favelas - em 2007, 2008 e 2010, e também nos anos seguintes - em ações de alta letalidade por parte das forças policiais. No mesmo ano que os meninos morreram na Providencia, ocorreram mais mortes no Complexo do Alemão resultado de uma megaoperação que fez 19 vítimas, todas com indícios de execução sumária. Como essa megaoperação foi executada um pouco antes do início dos jogos pan-americanos, em junho de 2007, no qual o Rio de Janeiro foi sede, as mortes ficaram conhecidas como a Chacina do Pan. Conforme consta no relato de Farias (2014:48) sobre o Manifesto pela apuração das violações de direitos humanos cometidas na operação Complexo do Alemão⁴⁴⁰ (ou Chacina do Pan), a operação contou com a participação de 1.350 agentes policiais, a utilização de 1.080 fuzis, 180.000 balas e teve duração de cerca de oito horas. Após o término da operação, o Estado divulgou a apreensão de 14 armas, 50 explosivos e munição de 2.000 balas, supostamente em poder de traficantes.

Em entrevista ao jornal o Globo o Coronel Marcus Jardim, Comandante do 16º. Batalhão da Polícia Militar na época saiu em defesa da intensificação das operações policiais no Complexo do Alemão, declarando conforme subscrevo:

“Dará um pouco mais de trabalho porque precisaremos de mais homens, mas isto não vai impedir a retomada dessas comunidades. Este será um ano marcado por três pês: Pan, PAC e Pau” (JG, 2008:11)

A declaração do coronel apontava para as ações futuras da polícia nas favelas, ações de “retomada” de comunidades pobres para a entrada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal; dos projetos e obras da Cidade Olímpica. Isso já podia ser apontado como estratégia de segurança, a partir da experiência vivida antes da realização dos jogos Pan-americanos, período no qual a megaoperação ocorreu e período que ocorreram as implementações do Gpae nas comunidades.

⁴⁴⁰ Disponível em: <<http://global.org.br/programas/complexo-do-alemao-moradores-entidades-civis-eongs-exigem-hoje-dia-28-audiencia-com-beltrame/>>; acessado em jun. 2014.

Os investimentos do estado na segurança pública dos megaeventos – Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos 2016, Jornada Mundial da Juventude (JMJ) 2013, Copa das Confederações 2013, Rio+20, em 2012 – foram anunciados pelo secretário de Segurança Pública em um evento na Associação Comercial do Rio de Janeiro em 2011, e estavam na estimativa de R\$ 3 bilhões. Conforme aponta Brito (2013:97) a intenção era desde esse período fazer um “cinturão de segurança” nas áreas diretamente envolvidas nesses megaeventos, conforme foi declarado pelo secretário-executivo do Pronasci, durante o Fórum Urbano Mundial, em 2010. Os jogos Pan-americanos foram o marco inicial nesses procedimentos relacionados a segurança pública por parte dos órgãos diretamente responsáveis por ela. Eles foram seguidos nos Jogos Mundiais Militares, em 2011, e nos outros citados acima. A instalação das UPPs era parte desse “cinturão”.

O modelo de ação da polícia, portanto, “não se restringiu ao período dos jogos” (JG, 2008), ele transformou-se em modelo de segurança defendido pelo governo do estado. Ao contrário da leitura de alguns colegas que defendem a ideia de que os megaeventos e megaprojetos realizados na cidade fazem dela uma zona de exceção “oficial”, faço uma leitura diferente. De acordo com Agamben, consideramos que a implementação de zonas de exceção na cidade é uma regra para determinados locais – favelas, principalmente -, não é uma ação paliativa, ou situacional. Para esses locais ela não é temporária, e a instalação da UPP nessas favelas explicita essa orientação.

Esse pequeno traçado cronológico⁴⁴¹ das ações das polícias com as megaoperações, ocupações do exército nas favelas, e dos acordos políticos e iniciativas governamentais para o “problema da violência”, tem o objetivo de apresentar que nesses locais, o estado de exceção é permanente, além de ser, uma estratégia de Estado para a segurança pública.

O direito a permanecer com suas marcas

Seguindo a premissa de Francisca - a existência de uma *época braba* - as instalações das UPP a partir de 2010 foram cada vez mais espetaculosas e midiáticas, pois continham mais jornalistas do que armas apreendidas. Os camburões entravam na favela com a bandeira do Brasil tremulando ao alto, havia uma grande ostentação do aparato militar, um discurso de “retomada do território” que só aceitava quem não suspeitava nem um pouco da ação das polícias nas favelas, e as assistia pela televisão. Na Providencia a UPP foi antecedida por

⁴⁴¹ Sobre uma cronologia das ocupações militares nas favelas do Rio de Janeiro, ver o texto de Marcos Barreira e Maurilio Lima Botelho “O exército nas ruas: da operação Rio à ocupação do complexo do alemão. Notas para uma reconstituição da exceção urbana” (2013).

incursões do Bope⁴⁴² em uma operação de três fases⁴⁴³, essa Unidade atenderia a Pedra Lisa, a Providencia e o Morro do Pinto.

O *sufoco*, a *época braba* é reivindicada como um passaporte que devia garantir a permanência dos moradores através da sua experiência de sofrimento nesses locais, focos de remoção e pacificação e de obras de “melhorias”. Foram muitos anos sofrendo para que agora eles fossem simplesmente *tirados* dali, daquele lugar onde viveram tantos momentos de dificuldade e privação. A janela que agora fica fechada, a marca do tiro na parede, a aflição de ter seus queridos expostos a instabilidade do conflito, a privação de alimentos, os dias embaixo das camas, os cantos e becos tomados, os buracos quentes. Foram momentos que construíram o sofrimento de viver ali, mas que parecem por esse mesmo sofrimento constituir o direito de ficar. De poder contemplar o buraco do tiro e dizer “podia ter sido em mim, ou em minha neta”, mas não foi, estou aqui e aqui quero permanecer:

Como eu disse, eu já fiquei aqui na época braba, época que quantas vezes eu subi com a minha neta, a minha neta estudou naquela creche, que hoje é a UPP. Quantas vezes o tiro comendo a bala comendo e eu deitada com ela, e o pessoal passava para ver se a gente estava ferido, quer dizer, nessa subida aí foi muitas vezes e agora eles pegam “ah pra melhorar” - melhorar pra quem se vai tirar metade dos moradores? então para melhorar tinham que ser: vamos consertar as casas até que faça alguma coisa [Francisca] é, o bom nós não vamos aproveitar. Agora vem aquela coisa “ah o morador do morro é contra a polícia”, não, não é contra a polícia, eu acho que o morador do morro é contra o mal policial, como é contra o mal médico, o mal professor. Não é que sejamos contra a polícia, é porque realmente eles não respeitam. De {dizer} quem mora no morro é vagabundo, não é isso, pessoa mora no morro porque precisa, não é porque quer, porque tendo condições de morar num lugar melhor claro que vai morar não é? Agora que tá melhorando, pô, passa dificuldade num lugar e agora que tá melhorando você tem que sair, não vai aproveitar o bom? (...) o que nós queremos é isso, o direito de ir e vir. Porque a pessoa que mora no morro ela é muito marginalizada... ah favelado, mora no morro, não tem educação [Nise] apesar de todas essas coisas, eu me sinto segura aqui... porque se você passa mal aqui num instantinho vem um e te socorre, se você muda para outro lugar, eu tiro de onde minha mãe mora, minha mãe mora num apartamento que ela não conhece o vizinho da frente, então meu sobrinho vai lá de manhã e à tarde com medo dela passar mal, já deixou com porteiro o telefone e tudo porque se passar mal lá, ela

⁴⁴² Waleska Borges, “Ocupação do Complexo do Alemão já custou até R\$ 160 milhões”, *O Globo*, 28/11/2011. Cf. a declaração de Beltrame a ocupação policial começará, assim como em outras áreas que receberam UPPs, com buscas feitas pelo Bope, pelo Batalhão de Choque, pela Companhia de Cães e pelo Batalhão Florestal da PM. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-do-complexo-do-alemao-ja-custou-ate-160-milhoes-3340430#ixzz3GdkMjrJG>>; acessado em jun. 2014.

⁴⁴³ “Polícia Militar começa a implantar UPP no Morro da Providência, no Centro”, *O Globo*, 22/03/2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/policia-militar-comeca-implantar-upp-no-morro-da-providencia-no-centro-3036190#ixzz32HjH7Xex>>; acessado em mai. 2013.

pode sair que ninguém vê, aqui não, quando eu tive o derrame eu estava aqui dentro sozinha e comecei a me sentir toda torta e quando eu cheguei aqui eu disse pela amor de deus chama minha filha e num instantinho aqui em casa ficou assim ó, então é um lugar que você sabe se você desce aqui passando mal todo mundo pergunta, *se você não tem perna para descer*, daqui a pouco *aparece uma cadeira*, um *te senta*, outro *te segura*, outro carrega, aqui tem isso, e você vai para outro lugar onde vivem outras pessoas onde cada um tem a sua vida, não quer saber como está o vizinho (...) a gente se sente segura no morro, a verdade é essa. Ninguém saia de dentro de casa e a bala comendo, foi uma guerra feia, quer dizer eu passei por isso tudo, eu e um monte de gente, agora sair? É uma hora que eu fico zangada, quer dizer eu agora com 65 anos vou morar aonde, fazer amizade em outros lugares? [Francisca]

As melhorias que estavam por vir não eram certas, nem se tinha controle de quais seriam, mas quando viessem e se viessem, porque todo mundo tinha que sair? Era uma resposta que o município não queria responder sem rodeios, sem tropeços e sem a propaganda de que sair dali era a melhor coisa para aqueles moradores já tão “sofridos”:

Para as pessoas idosas que já ta mais acostumada ta um pouco difícil de entender, né porque mexe com o *emocional da pessoal* não é só a casa, pessoas idosas que foram nascidas e criadas, mexe com o emocional sim, as pessoas pensam que não mais mexe, mexe até com os novos [Nise] olha quando começou essa obra aqui, disseram que ia vir desse lado, se vai sair essa parte toda aqui desse lado, a minha vai sair {pensou Francisca} olha eu ficava desesperada, ai meu deus onde eu vou morar e eu tenho lugar para morar eu só não quero sair daqui, não quero sair daqui. [Francisca]

A permanência, no entanto, não é uma reivindicação com argumento simples, muito menos tão funcional como queriam os burocratas da secretaria de habitação. A reivindicação envolvia não destruir uma rede de sociabilidade, apoio e vizinhança que não era perfeita, bucólica e em risco de ser perdida como sugere a literatura que encantou as relações sociais na favela como as mais dóceis e coletivas. Não era esse essencialismo que escutei das reivindicações de permanência; vizinho também jogava lixo na rua, era desbocado, mal educado, “não estava nem aí”, era marginal, falava mal dos outros, era “encostado”. Não havia um quadro ideal para preservação, onde as relações podiam ser mantidas intactas como em um frame de um filme em pausa. Com 65 anos, Francisca queria ter alguém para ajudar em um “instantinho”, caso “não tivesse perna” para andar; ter alguém por perto que lhe oferecesse uma cadeira; “olhasse” a casa, os netos por um “momento”. Eram esses cuidados, trocas, tempinhos, e carinhos que não vinham com a chave do novo apartamento e cuja ameaça da falta mexiam com *o emocional da pessoa*. A facilidade de ser conhecido e conhecer, era uma característica positiva de morar ali.

Restrições semelhantes, regimes políticos distintos

É relevante tanto nos relatos de Francisca e Nise quanto no dos outros moradores a necessidade de se opor ao bandido, ao vagabundo, ao marginal, como se ali fosse o lugar privilegiado desses estigmas e como se esses sujeitos precisassem ser mortos e não punidos. Esse local da subversão e do subversivo, do alto controle da circulação e do espaço - com toques de recolher e limitações de deslocamento - não era só uma condição e uma prática contemporânea. Chico, morador da Vila União, em Porto Alegre também narrara essas mesmas restrições, porém em outra época, em outra cidade e em outro regime político:

Durante a ditadura, gurria, eu peguei o tempo aqui. Eles diziam assim para ti ó, se te encontrassem de noite na rua, depois das 22 horas, tu era barrado, te pediam documento; podia ser o cidadão que fosse, e diziam para ti “ó, o que tu estava fazendo na rua depois das 22h?”; porque existia uma lei que era só até às 22 horas que tu podia andar na rua. Era assim que funcionava, pra cá era assim. E diziam assim: “ó, vai dar problema para ti se nós te pegar de novo, te encontrar na rua depois das 22 horas”, já avisavam. Era o exército que cuidava. E aí dizia assim “ah, mas ele não trabalha, deixa eu ver sua carteira”. Era um problema se você não tinha carteira assinada, “ó, dê jeito de arrumar um serviço, porque se eu te pegar de novo sem a carteira assinada, daí não vai ser bom para ti”. Era assim que funcionava; eu conto e ninguém acredita. Eu fiquei 18 anos trabalhando numa empresa de ônibus, que existe até hoje, lá na Cavanhada com a {rua} Otto Niemeyer, a Viação Teresópolis Cavanhada. Eu trabalhei por 18 anos naquela empresa, sabe como é que eu ia lá para empresa? Daqui, de a pé. Eu atravessava a {vila} Cruzeiro, atravessava a Pedreira, atravessava Campos Velho; ia lá na garagem pegar o ônibus para trabalhar, porque eu puxava a primeira viagem, lá cinco horas da manhã, e não tinha como ir, tu andava tranquilo, tu podia dormir, dizer ah, vou dormir aqui fora hoje; porque o exército não dava moleza mesmo. Houve uma rebelião uma vez aí, no tempo ainda que o exército mandava, e largaram uma bomba no pé do palácio lá, e até hoje eu acho que eles estão procurando quem é que fez isso. E no ônibus, gurria; eu estava indo pro serviço, estava trabalhando lá no aeroporto naquela época. Parava o ônibus na rua e mandava descer todo mundo do ônibus, homem, mulher e tudo, e daí, botava tudo no capô do ônibus, na porta, e revistavam todo mundo. Se tu tinha uma marmitta, destampava a sua marmitta de comida para olhar dentro. Então *nós fomos castigados durante a ditadura*, muito, muito. Mas agora eu estava vendo lá, acompanhando, porque eu assino jornal e assisto muito jornal, *aquela história lá do Rio*, de São Paulo, porque ali eles *não estão conseguindo dominar os marginais* lá. Então a Dilma ofereceu ajuda do exército, e ele não quer. Ele não quis, não aceitou. Eu disse: se ele não aceitar, ele não vai mudar aquele quadro, tu vê todo fim de semana, cada fim de semana que passa eles matam 5 ou 6 policiais. E apresentaram a lista de todos que eles ainda vão executar, quer

dizer, eu te pergunto... oitenta e poucos *coitadinhos*, *pais de família*, que saíram para trabalhar já estão mortos. Por que? Porque o governo deles lá, para mim tá passando a mão por cima do troço, querendo resolver a situação ele. E ele não vai resolver aquela situação, porque tem gente muito mais por fora, mais bem armado do que o pessoal dele, com armas pesadas que não respeitam eles e matam mesmo. Então assim, o que que tem que haver lá? Ele tinha que aceitar ajuda da presidente da república, e dar um basta naquilo de uma vez por todas, porque se não fizer isso, a matança vai continuar. Eu estava vendo esse fim de semana mataram três policiais lá. Chegando em casa, os pais de família que saíram trabalhar, vem chegar em casa e tá o bandido ali no portão te esperando para te matar, disse assim, e o homem não acorda. Não entra na cabeça dele que ele não está tendo condições mais de governar. A verdade é essa, ele não está tendo mais condições, porque ele tá fazendo de tudo, mas não está resolvendo. Não tá resolvendo aquelas favelas lá, tão muito bem, tem muito bom armamento. *Tem arma que nem a polícia tem*. Quer dizer, aí os coitados ficam andando só *com um revolverzinho* aí eles apresentam lá com fuzil, com uma metralhadora, quer dizer, se o exército não entrar lá e dar um basta naquilo, vai continuar a matança. [Chico]

Tanto a Vila Tronco, como a Cruzeiro, a Vila Gaúcha, a Malvina, eram lugares onde Chico me descrevia como: “ali matam, matam mesmo”, ou seja, ele vivia em um lugar que, assim como “as favelas do Rio”, não saiam no jornal senão na página de assuntos policiais; que era a parte destinada pela mídia corporativa aos eventos que se passavam nessas comunidades. Ou seja, ele vivia em um lugar que não estava alheio a essa realidade, era cenário dela.

Em seu relato ele narrou dois momentos distintos do exército, o primeiro, “no tempo da ditadura” - onde todo o trabalhador pobre que andava de ônibus era suspeito, se estivesse na vila e na rua, e sem carteira assinada corria o risco de ser detido. A restrição, a revista, a suspeita, um cotidiano que os moradores das favelas “do Rio” ainda reclamavam, mesmo nos anos atuais; porque a polícia levava consigo essa prática, e dela, nunca se desfez.

No segundo momento Chico ressalta as notícias que viu na TV sobre “a história lá no Rio”, e discorrendo sobre o que ouviu ele reproduz o discurso do Estado e da sociedade civil que apoia (direta ou indiretamente) as ações da polícia nos moldes do que já descrevemos. Argumentando: que (1) os “bandidos” estão na rua à espreita para matar policiais, e os últimos, vistos como “coitadinhos”, abatidos em sua rotina de trabalho; (2) que as armas que a polícia tem são precárias em comparação com a que os policiais usam; (3) que os traficantes teriam armamentos mais pesados que a polícia, não levando em conta que parte da aquisição desses equipamentos é intermediada por policiais; (4) que o número de policiais mortos é maior ou igual ao número de civis mortos nos “confrontos” nessas comunidades -

como vimos, algumas mortes não são resultado de confrontos, são execuções; (5) que a solução para terminar com as expressões de violência ou distúrbios públicos – mortes, confrontos, ônibus e carros queimados, equipamento urbano depredado – é a “ajuda” do exército frente a uma ideia de impotência dos governos estaduais. A “intervenção” é nutrida como uma alternativa razoável quando não é vista como única atitude a ser tomada, e tem bastante semelhança, nesse aspecto específico, com o regime ditatorial, que cerceava o sujeito (pobre principalmente) com intervenções diárias em sua vida cotidiana.

A segurança pública que a intervenção militar sugere tem relações com o que pontuamos anteriormente, sobre a fabricação de um estado de exceção pelos governos. A intervenção do exército, ou da nova Força Nacional, é estetizada como garantia de uma ordem extra normativa, e armada. As zonas de exceção coexistem no Estado brasileiro lado a lado das formalizações democráticas que orientam a maior parte de nossas práticas. Nos casos descritos de ocupação do exército na Providência ficou claro que todas as entradas foram arbitrárias e ilegais, pois nenhuma das vezes foi apresentado um pedido formal dos governos estaduais a favor da ocupação, previsto no decreto recém lançado de 2004. O que se viu foram pequenas manifestações contrárias a essa ilegalidade, que foram silenciadas, ou pela mídia corporativa, ou pela própria polícia ou pelos militares. O restante da população, parecia acatar a ocupação como um mal necessário, tal qual, pensado por Chico; outros a apoiavam fortemente.

“Polícia passa e fica a dor”⁴⁴⁴

Em pesquisa junto as matérias jornalísticas produzidas no e sobre o Rio de Janeiro no fim do último semestre do ano de 2010, pudemos constatar que o tema “dos megaeventos esportivos” ainda não era frequente nas matérias e reportagens da mídia corporativa. Havia fatos mais envolventes acontecendo, entre eles o fenômeno *Tropa de Elite 2* que levaria cerca de dez milhões de pessoas ao cinema para assistir uma encenação fílmica das ações de uma rede de corrupção que envolvia polícia e governantes ligados à segurança pública do Rio de Janeiro e que tinha como objeto, justamente as favelas cariocas. Alheio a esses acontecimentos, o site da FIFA⁴⁴⁵ era um dos poucos que veiculava a evolução das obras nos estádios esportivos, exibindo fotos de suas equipes e comitês em situação de inspeção. Apesar de usar expressões como: “um terremoto de obras no gigante” e “trabalhos a pleno

⁴⁴⁴ Frase de Mc Calazans, morador do Complexo do Alemão, que dá nome a um funk, também de sua autoria.

⁴⁴⁵ Disponível no endereço: <<http://pt.fifa.com/worldcup/news/newsid=1348380>>; acessado em dezembro de 2010.

vapor” - os objetos inspecionados não passavam de terrenos baldios, imensos buracos com terra escavada, e às vezes noticiava-se algumas demolições. Além dos estádios, as outras exigências da FIFA para a realização dos eventos: grandes avenidas, metrô, BRTs, modernos aeroportos; ainda continuavam em sua maioria, “no papel”.

Como ressaltou Chico, o evento mais noticiado naquele ano foi a fuga de centenas de jovens armados com fuzis, da Vila Cruzeiro, na Penha, em direção ao Complexo do Alemão⁴⁴⁶, que ocorreu no dia 25 de novembro de 2010⁴⁴⁷. A fuga foi mostrada pela televisão com muita repetição, gerando críticas do BOPE às empresas de comunicação. A ação da polícia - que teria gerado a fuga dos jovens - estava indiretamente relacionada ao início da ocupação do Complexo do Alemão por uma Unidade de Polícia Pacificadora⁴⁴⁸ e diretamente relacionada à queima de veículos e ataques às cabines da PM pelos chamados “criminosos”, ocorrida durante todo o mês de novembro. Foi a segunda grande ação de intervenção no Complexo do Alemão em três anos, sendo a primeira a que ocasionou a Chacina do Pan. O recorte da mídia enaltecia a regulação armada dos territórios, e não foi diferente nesse episódio, descrito por Brito (2013:82) como “a maior incursão das forças repressivas do Estado brasileiro em áreas urbanas favelizadas”⁴⁴⁹ e que reuniu a Força Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas e as polícias, inclusive a Polícia Rodoviária Federal.

A oposição entre “os criminosos e a polícia” ocupou por semanas o espaço dos telejornais⁴⁵⁰, onde especialistas, antropólogos, jornalistas, políticos, opinaram e discursaram sobre a questão da violência e da segurança pública (Misse, 2014; Muniz, 2001; Costa e de

⁴⁴⁶ De acordo com Brito (2013:82) o Complexo do Alemão é o conjunto de aproximadamente 12 comunidades: Alemão, Grotá, Nova Brasília, Alvorada, Alto Florestal, Itararé, Baiana, Esperança, Joaquim Queiroz, Cruzeiro, Palmeiras e Adeus. Faz parte de um “conurbado” de favelas junto com Vila Cruzeiro, Caixa d’água, Grotão, Parque Proletário, Chatuba, Cascatinha, que abrange 5 bairros da cidade: Penha, Ramos, Olaria, Inhaúma, Bonsucesso.

⁴⁴⁷ A ocupação iniciou alguns dias antes, dia 22 e se estendeu até o dia 28, quando foi hasteada uma bandeira nacional no alto de um dos morros.

⁴⁴⁸ Segundo o IBPS, Instituto Brasileiro de Pesquisa Social sobre a avaliação da comunidade à instalação das unidades, realizada em janeiro de 2010, 11% das comunidades e favelas pesquisadas - numa amostra composta de 44% de moradores da Cidade de Deus e 33% da Batán - disseram que as execuções diminuiriam; 41% disseram que os policiais do BOPE eram cordiais/corretos, no entanto, a pesquisa também aponta que 84% disseram que não tiveram contato com eles. Disponível em: <<http://upprj.com/wp/timeline.html>>; acessado em maio de 2011.

⁴⁴⁹ Foram ao todo 22 mil policiais e militares das Forças Armadas, envolvidos, e a Operação custou aproximadamente 160 milhões. O efetivo era o dobro da missão da ONU no Haiti – 11.449 militares, vindos de 31 países (Brito, 2013:85 e 89). Foram usados na operação: helicópteros H-1H e H-34, utilizados pela aeronáutica; e diversos carros de combate da Marinha, similares aos utilizados nas guerras do Oriente Médio, Vietnã, e na missão da ONU no Haiti, que tem comando brasileiro, a Minustah.

⁴⁵⁰ “Traficantes fogem da Vila Cruzeiro durante Megaoperação”, *JB*, 25/11/2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/11/25/traficantes-fogem-da-vila-cruzeiro-durante-megaoperacao-policia/>>; “Rio tem nova madrugada de ataques; ônibus é incendiado”, *Folha*, 24/11/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/835279-rio-tem-nova-madrugada-de-ataques-onibus-e-incendiado.shtml>>; acessados em jan. 2011.

Lima, 2014) no Rio de Janeiro, nos mais diversos espaços midiáticos. A imprensa internacional impressa⁴⁵¹ expressava preocupação com a proximidade do evento da Copa ressaltando a “guerra contra o tráfico” em imagens que exibiam a polícia especial operando com a ajuda de tanques militares e helicópteros armados com fuzis. Em debate promovido por uma rede jornalística o ex-secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, Luis Eduardo Soares, teria repetido o que afirmou em outra entrevista ao Observatório de Favelas⁴⁵² “Eu tenho uma aposta, uma convicção pessoal de que os eventos vão acontecer muito bem. Nós somos, afinal, ótimos em eventos. Mas a minha preocupação é com a rotina, com o dia a dia”. A operação no Complexo do Alemão deixou “oficialmente”⁴⁵³ 37 mortos e 11 feridos, que como já ressaltamos, não é um número confiável diante das práticas de governo em casos de ocupações e intervenções nas favelas, que coleciona em seu currículo milhares de “autos de resistência”, o que também já foi demonstrado aqui em nosso diálogo com o trabalho de Farias (2014). Alguns relatos destacam que no hasteamento da bandeira no dia 28 de novembro, ao fim da operação, o odor dos corpos abandonados nas vielas e ali no alto do Morro era muito forte. Um local conhecido como Vacaria teria servido de vala para centenas de corpos, que foram abandonados ali pelos policiais, muitos deles, comidos pelos porcos que vivem nessa região. A Serra da Misericórdia – que liga a Favela da Vila Cruzeiro ao Morro do Alemão – também foi vala para os corpos dos “desaparecidos”, muitos deles de jovens da rede do tráfico dessa região (Comando Vermelho) que não puderam pagar a polícia por sua vida – que foi o caso dos traficantes presos; e também não tiveram dinheiro para pagar por sua fuga – caso dos traficantes que a polícia auxiliou a saírem do local. Em dezembro de 2010 alguns grupos ligados a defesa dos direitos humanos na cidade escreveram um “Manifesto Público de Organizações de Direitos Humanos sobre os acontecimentos no Alemão e na Vila Cruzeiro”⁴⁵⁴, documento em que algumas dessas atrocidades são descritas.

⁴⁵¹ Tom Phillips, “Rio de Janeiro gun battles live na least 14 people dead”, *The Guardian*, 25/10/2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2010/nov/25/rio-gun-battles-favelas-14-dead>>; “Lucha em Rio contra la alianza de los narcos”, *El País*, 24/11/2010. Disponível em: <http://www.elpais.com/fotogaleria/Lucha/Rio/alianza/narcos/elpgal/20101124elpepuint_2/Zes/6>; “Des narcos seraient en fuite à travers les égouts des favelas de Rio”, *Le Monde*, 19/11/2010. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2010/11/29/des-narcos-seraient-en-fuite-a-travers-les-egouts-des-favelas-de-rio_1446495_3222.html>; acessados em jan. 2011.

⁴⁵² “Upp é um experimento em laboratório”, *Observatório das Favelas*, 15/12/2010. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/upp-e-um-experimento-em-laboratorio>>; acessado em mai. 2011.

⁴⁵³ Patrick Granja, “A Militarização do Complexo do Alemão: Velho Estado impõe regime de exceção nas favelas do Rio de Janeiro”, *A nova democracia*, jan/2011. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-73/3244-a-militarizacao-do-complexo-do-alemao-velho-estado-impoe-regime-de-excecao-nas-favelas-do-rio-de-janeiro>>; acessado em jan. 2011.

⁴⁵⁴ Disponível em: <http://www.cecac.org.br/MATERIAS/manifeto_d.humanos-c.alemao-22.12.10.htm>; acessado em jun. 2014.

Os relatos dos moradores descrevem a ação dos policiais que vasculharam cerca de 30 mil casas do Morro os tratando todos como suspeitos, ocultaram cadáveres, garimparam do espólio do tráfico – celulares, dinheiro, joias, drogas e armamentos (Brito, 2013:86) – furtaram moradores e pequenos comerciantes. Em reportagem⁴⁵⁵ o comandante da PM informou que a orientação aos seus homens (2 mil entre militares, civis e das Forças Armadas) era de "revistar casa a casa" para encontrar os marginais.

Os moradores do Morro da Providência, no entanto, só iriam oficialmente entrar para o mapa dos Megaeventos, após a visita do Governador do Estado ao Morro, em abril de 2010, quando a UPP é instalada no local como integrante da infraestrutura preparatória para a instalação do megaprojeto Porto Maravilha. Em janeiro de 2011, o prefeito Eduardo Paes divulga na região o Programa Municipal de Habitação Morar Carioca, que nessa época incluía: 1 (um) teleférico, 1 (um) plano inclinado, 1 (um) centro poliesportivo, 1 (um) museu e 1.061 novas unidades habitacionais. Apesar de anunciar obras, os megaeventos não são citados por ele, muito menos o projeto Porto Maravilha; as novas habitações que seriam construídas estariam justificadas para realocação de casas em “área de risco”⁴⁵⁶, e faziam referência ao impacto de outro evento, o das chuvas, que era a grande justificativa para os deslizamentos trágicos de terra nas favelas da cidade:

Não vamos ficar sentados, vendo casas caírem. Parte da culpa é mesmo das autoridades que nada fizeram para evitar tantas mortes. Por isso, podem me xingar, mas quem vive em área de risco no Rio terá que sair de casa. Vamos dar uma *alternativa digna*. Ninguém vai ser *mandado* para muito longe de seu bairro.

A hora da maravilha

Assim como o Gpae é instalado na Providência em 2006 como reforço as iniciativas do programa Favela-Bairro, de maneira análoga, a UPP é instalada um pouco antes da implementação das obras do Morar Carioca em 2010. Apesar de serem consideradas - o Favela Bairro e o Morar Carioca - por alguns pesquisadores (Vainer, 2011, Bienss 2011, Alexandre, 2013) como parte de um mesmo projeto de *cidade-empresa* os moradores viam as iniciativas de maneira diferente na Providência. No caso das obras efetuadas pelo Estado na região, há uma clara divisão dos moradores entre o “programa de urbanização” de 2005 e o

⁴⁵⁵ Celso Marcondes, “A ocupação do Alemão e as análises sobre a guerra ao tráfico no Rio”, *Carta Capital*, 28/11/2010. <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-ocupacao-do-complexo-do-alemao-e-as-analises-sobre-a-guerra-ao-trafico-no-rio/>; acessado em jan. 2011.

⁴⁵⁶ “Paes lança projeto de remoções no Morro da Providência”, *Extra*, 16/01/2011. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/paes-lanca-projeto-de-remocoes-no-morro-da-providencia-876376.html>; acessado em set. 2012.

de 2010. Um deles é considerado uma *obra boa* e o outro uma promoção do Estado para os expulsá-los da região, como nos relata Francisca:

Realmente teve obras que foram ótimas porque eram uns canos assim, eram mais de 300 canos, aquele emaranhado de canos assim, quando furava um cano era um Deus nos acuda, porque estava arriscado das pessoas beberem água suja ali dos canos, então o que eles fizeram cobriram os canos, fizeram uma outra instalação, cobriu direitinho, isso foi bom. Agora a escada, eles colocaram aquele corrimão, que ajudou muito, ajudou muito, “principalmente para as senhoras” {complementa Nise} aquilo ali ajudou muito, mas não conservaram, chegaram fizeram e foram embora, você pode ver que tem três {pedaços da escada com corrimão}, dois sem. vem a eleição, acabou a iluminação, pronto ninguém vem mais aqui para consertar, para dizer “olha aqui tem que colocar uma tinta”, o mirante lá atrás eles fizeram um mirante baixinho ai juntou um monte de gente inclusive eu, e arrumamos uma coisa porque estava arriscado de uma criança cair lá embaixo, daí eles botaram uma grade, porque ficava aqui {põe a mão na altura da cintura} Quando teve o favela bairro a gente sabia que não ia ter nada de remoção, a gente sabia que ia fazer obra, a gente sabia que iam consertar que o chão era tudo rachado, quebrado que iam consertar, a gente sabia que ia se mexer só naquilo, essa não, essa apavorou meio mundo, porque todo mundo ficou naquela “meu Deus! será que eu vou para onde? eu vou sair?!” e ficou todo mundo apavorado, o povo da escada ficou em pânico porque muita gente não sabia o que ia fazer, porque tinha gente que dizia que era um mês, {em} um mês você vai arrumar o que? [Francisca] E o aluguel social de 400 Reais, a pessoa vai sair do morro vai pagar 400 reais aonde? Água, luz, IPTU, não vai ser só os 400 reais. E o aluguel com essa revitalização que eles estão fazendo? As casas estão caras por aqui, vai morar onde? tudo perto: escola, hospital, nós já estamos acostumados aqui, 400 Reais não dá! E as pessoas que conseguiram aqui {alugar uma peça ou uma casa no Morro} é porque todos que moram aqui sabem da situação, são conhecidos então não vai deixar a pessoa sair daqui com criança, mas se a pessoa for para outro lugar não vai conseguir, Ai mora por aqui mesmo, porque as pessoas conhecidas que alugaram e alugaram porque ficaram com pena, porque acredito que também não estão acreditando no aluguel social, vai fazer o que se é todo mundo conhecido, ta todo mundo no mesmo barco [Nise]

A autoconstrução é retomada aqui como um elemento importante na fundação do que Holston (2013) chamou de Cidadania Insurgente, a medida que ela é uma alternativa a urbanização falha nesses territórios. As moradoras atentam para a má qualidade dessa urbanização, mesmo quando a obra é considerada boa. O monitoramento dos moradores e moradoras sobre as obras feitas pela prefeitura é realizado cotidianamente, com constantes reclamações sobre o descaso com elas, por parte dos governantes. Com o não comparecimento do poder municipal na manutenção desses equipamentos urbanos, eles acabam assumindo o papel do poder público. Os governantes eram conhecidos também por

só aparecerem em época de eleição, pedindo voto para os moradores e moradoras, mediante as “benesses” feitas no passado. Não notei ninguém chateado ou vitimizado por essa situação tão corriqueira na vida política eleitoral dos brasileiros e brasileiras, as interlocutoras sempre se mostravam indignadas, apesar de relatarem um “cansaço” de assumir sempre o papel do poder público.

A dificuldade de encontrar uma casa barata para alugar na favela também foi ressaltada, tendo como base o teto pago pelo “aluguel social”. Os custos da favela estavam aumentando por conta das obras de gentrificação do Porto Maravilha, e também por conta da instalação da UPP, portanto, quem vivia de aluguel na favela já não conseguia pagar os preços pedidos por quem tinha posse da casa. A favela pacificada, nesse aspecto, parecia estar deixando de ser um lugar para gente pobre, ao mesmo tempo que os loteamentos também não eram, porque os custos – IPTU, água, luz – não cabiam na renda daqueles que buscavam alternativas de moradia que fossem compatíveis com seus rendimentos instáveis.

Aluguel Social

Diferente do aluguel pago à pessoa física, com ou sem intermédio de uma imobiliária, o aluguel social é um benefício do governo municipal para famílias que perderam suas casas por causa de uma tragédia natural - enchentes, deslizamento de terra - efeitos de uma situação que costumeiramente é tratada pelos governos como desastre natural. A vulnerabilidade aos acidentes ocasionados pelo assoreamento, falta de permeabilidade do solo, desmatamento de encostas, geralmente provocados pela alta densidade das construções nos Morros, são agravados pelas chuvas. Como as mais conhecidas construções que ocupam os Morros são as que configuram a favela, é comum a visão de que as pessoas que moram em “área de risco” – geralmente relacionada a risco de deslizamento de terra⁴⁵⁷ – estão ali desobedecendo deliberadamente as regras comuns do estado. Muitas vezes esses moradores eram culpados pelo desmatamento, ou até mesmo, responsabilizadas pela queda da sua casa, já que estariam cientes de que o local era inadequado para habitação.

O artifício legal diante de uma tragédia como a citada acima, é o aluguel social. As famílias são retiradas desses locais (quando ainda há tempo para retirá-las antes do

⁴⁵⁷ Não só famílias carentes viviam em área de risco, na região de Petrópolis e Teresópolis, serra fluminense, as chuvas costumavam ameaçar a todos que viviam nas encostas, com barracos ou com mansões. Em Angra dos Reis, no ano de 2010, 30 pessoas morreram em um deslizamento de terra que soterrou uma pousada e casas de veraneio. Em 2014, uma reportagem do *O Dia*, mostra mansões interditadas por estarem ameaçadas por desabar, todas localizadas em encostas. “Mansão da atriz Alexia Dechamps em Búzios também ameaça desabar”, *O Dia*, 18/07/2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-07-18/mansao-de-atriz-alexia-dechamps-em-buzios-tambem-ameaca-desabar.html>>; acessado em 19 de jul. 2014.

desabamento) e tuteladas por intermédio de uma espécie de bolsa ou uma *ajuda de custo*, como disse Margarida - visto os valores praticados nas favelas após a pacificação - que era chamada assim porque não cobria o aluguel de uma nova casa. O aluguel social, nesses casos de remoção por obra de “melhoria” era uma alternativa aceita sempre sob muita pressão da prefeitura e seus agentes aos moradores, portanto altamente questionável enquanto alternativa digna a essa remoção.

O aluguel social, portanto, é uma modalidade de assistência temporária para que a família saia da área de risco - garantindo a sua integridade física e dos seus móveis e pertences - alugando uma moradia temporária enquanto aguarda a finalização da nova moradia, geralmente viabilizada pelo governo. Um artifício que foi apropriado deliberadamente pelo poder municipal como alternativa para áreas de favelas para promover a remoção sob a justificativa do risco. Como apontou Magalhães (2013) o recurso do “risco” vinha, no entanto, sendo utilizado para remoção das favelas do Rio de Janeiro e também nas vilas de Porto Alegre, muitas vezes utilizado como argumento decisivo para práticas de especulação imobiliária, já que após a retirada das famílias, outras casas e empreendimentos eram feitos no mesmo local. Esses últimos empreendimentos, porém, com infraestrutura garantida ou apoiada pelo governo, por intermédio de recursos ou de laudos favoráveis a construção na área. As obras na Providência seguiam essa lógica, que era constantemente apontada pelos moradores, que percebiam isso e relatavam essa percepção em suas falas. As obras ali não estavam sendo realizadas para que as condições de vida em suposto risco fossem melhoradas nos Morros, geograficamente repletos de escarpas. Eram obras que estavam sendo feitas para os “turistas”.

O episódio no Morro do Bumba que é constantemente referido como exemplo para a ineficácia do aluguel social no cumprimento do seu objetivo - garantir um auxílio temporário para uma família que perdeu sua casa e pertences em situações que ‘fogem’ o controle do Estado - é esclarecedor para muitas das pontas desse debate, e sempre é repetido pelos moradores como um exemplo o qual eles identificam a ineficácia desse argumento do risco:

Eu não vou entrar nessa de aluguel social, porque eu leio jornal. Eu leio jornal, eu gosto de ficar atualizada. Eu vejo o que as pessoas estão sofrendo aí fora. Cadê o pessoal do Morro do Bumba? Estão todo mundo por aí. Muito longe. Eu não vou muito longe. Nova Friburgo, olha o que aconteceu, cadê o povo? Como o povo estão? Do jeito que estão? Não. Não vou ser mais uma, não vou ser mais uma, com certeza, que eu não vou ser mais uma. Apesar de que eu não tenho filho pequeno, mas eu penso muito em mim. Eu tenho um filho de 22 anos. Tudo bem que ele tem a vida dele, ele tem a casa dele, tem o canto dele, que é aqui em cima de mim. Mas não vou entrar nessa, não, filha. Infelizmente, eu

não vou entrar. Agora o dia que eles sentarem com nós moradores e dizer “A situação é essa”, aí ainda é um caso a pensar. [Francisca]

O aluguel social, era uma prática questionável visto que não garantia uma transição adequada entre uma casa e outra por no mínimo três importantes motivos. 1. Os moradores conheciam familiares, amigos, vizinhos que ainda estavam recebendo aluguel social decorrente de outras obras de “melhoramentos” na favela, como era o caso da Pedra Lisa, em que famílias declaravam receber o aluguel social há 11 anos; e como já vimos no caso do Morro do Bumba, em Niterói⁴⁵⁸. 2. Não havia credibilidade e nem garantias que o recurso fosse continuar sendo depositado após a troca de mandatos, ou mesmo até que casa ficasse pronta. 3. O procedimento adequado seria, no caso de uma remoção sem risco à vida, conforme os advogados da Defensoria Pública defendiam, que a casa nova ficasse pronta e então a pessoa migrasse para essa nova moradia, sem necessidade de um período de transição pago por um aluguel. A prefeitura argumentava nas audiências públicas e reuniões no qual participamos para discutir a possível apresentação do projeto, no segundo semestre de 2013, que o aluguel social era para agilizar a obra e não era de aceite obrigatório por parte do morador. Na Providência e também na Vila Tronco, em Porto Alegre, o aluguel social era a alternativa mais utilizada como suposta contrapartida para que as pessoas deixassem suas casas.

Morro do Bumba e o aluguel social

Em abril de 2010 o Morro do Bumba sofreu um deslizamento por causa das chuvas, que vitimou 50 pessoas, deixando mais 7 desaparecidas e 200 desabrigadas. No local, viviam cerca de 1,7 mil pessoas⁴⁵⁹ como informou o líder da associação, em uma área que abrigou um lixão de 1970 até 1982. O Morro teve sua população adensada a partir de 1994, quando de algumas poucas casas passou a ser destino das famílias removidas de outras favelas em Niterói⁴⁶⁰. As dezenas de desabrigados - pessoas que perderam tudo, bem como àquelas que possuíam suas casas sob risco e foram obrigadas a abandonar a sua residência - foram

⁴⁵⁸ “Pagamento de aluguel social a desabrigados do morro do bumba é prorrogado”, *EBC*, 25/01/2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/01/pagamento-de-aluguel-social-a-desabrigados-do-morro-do-bumba-e-prorrogado>>; acessado em jun. 2014.

⁴⁵⁹ “RJ: 4 anos após a tragédia moradores cobram casas populares”, *Terra*, 16/04/2014. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rj-4-anos-apos-tragedia-moradores-cobram-casas-populares,57175fc3d3e25410VgnCLD200000ec6eb0aRCRD.html>>; acessado em mai. 2014.

⁴⁶⁰ Cf. de Souza (2012) o governo investiu em infraestrutura no Morro – o programa “médico de família” e uma caixa d’água construída no governo de Leonel Brizola (2012:5) - e teria por isso incentivado o aumento na ocupação da área e a permanência das famílias, mesmo com os riscos diários da exposição ao solo tóxico.

primeiro acolhidos em uma escola e posteriormente no 3º Batalhão de Infantaria de Venda da Cruz e no Batalhão do Barreto; unidades militares desativadas em Niterói.

Segundo Souza (2012:11) o Bumba foi uma “zona de sacrifício” da cidade de Niterói. De acordo com a autora, após alguns meses de funcionamento do abrigo, o prefeito da época, inicia o fechamento dele “promovendo o corte de alimentação e fornecimento de material de limpeza” o que gerou uma ACP exigindo moradia e subsistência aos desabrigados.

De acordo com uma reportagem sobre o episódio⁴⁶¹, uma moradora - que passou por todo o constrangimento da perda da casa, e migração entre casas de passagens – teria dito “não queremos ficar no aluguel social. Queremos nossa casa. Afinal de contas, todo mundo aqui tinha uma casa, antes disso acontecer”. Após uma longa peregrinação, do aluguel social, aos abrigos e dos abrigos para uma ACP contra o município a fim de garantir uma casa, em outra reportagem⁴⁶², é relatado que 140 pessoas se mudaram para o condomínio da Estrada Viçoso Jardim, e outras 93 foram direcionadas para um conjunto do programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Várzea das Moças. No Morro do Castro, no Fonseca, a Caixa Econômica Federal (CEF) ainda estaria construindo o conjunto Zilda Arns a um custo de R\$ 23,6 milhões. O prédio teve dois dos 11 blocos do conjunto demolidos após serem detectados danos estruturais nos edifícios, o que colaborava para a desconfiança dos moradores frente a essas habitações.

Assim como no Morro do Bumba, em que havia casos de pessoas que ainda recebiam o aluguel social; na Pedra Lisa, na Providência acontecia o mesmo. Essa região era uma das mais pobres do Morro, onde o discurso do risco sempre foi utilizado para ameaçar os moradores de remoção. Uma dessas ameaças foi feita pelo atual secretário de habitação do município quando promoveu, em resposta as manifestações de junho de 2013, uma reunião na comunidade para explicar as obras previstas para a área. A reunião foi na quadra da comunidade e contou com a presença de diversos moradores, de diferentes locais da Providência, que buscavam ali alguma resposta para a incerteza de permanecer onde viviam. Como de costume nada foi dito sobre o caráter da obra, o tipo de obra, ou mesmo um

⁴⁶¹ Em 19 de julho de 2010, a juíza Rosana Franca, da 2ª Vara Cível de Niterói, acatou o pedido do MP-RJ e concedeu liminar obrigando a prefeitura de Niterói e a Emusa (Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento) a continuar dando assistência aos desabrigados, vítimas da tragédia ocorrida no Bumba. De acordo com a decisão da juíza, o município deve manter as vítimas dos desmoronamentos abrigadas até que tenham efetiva moradia e, para garantir-lhes condições adequadas e dignas de habitação (Souza, 2012:11).

⁴⁶² Ludmilla de Lima, “4 anos após a tragédia perigo ainda ronda o Morro do Bumba”, O Globo, 05/04/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/quatro-anos-apos-tragedia-perigo-ainda-ronda-morro-do-bumba-12101052#ixzz39iBUEV1S>>

desenho dos equipamentos urbanos previstos foi mostrado aos moradores, o que ia ser feito ali após a saída deles, mais uma vez também não foi exposto. A razão para a saída sim: o risco. O secretário usou de um antigo estudo da GEORIO, que foi citado, porém não apresentando,⁴⁶³ para afirmar que a Pedra Lisa estava correndo risco se permanecesse ali, chegou a sugerir que os moradores tomassem cuidado com os supostos amigos e apoiadores dos direitos humanos, porque quando viessem as chuvas, os barracos caíssem e as pessoas morressem, ele tinha dúvida de que essas pessoas estariam ali junto com eles, e que ele gostaria de saber como ficariam esses supostos defensores, diante de tal tragédia. Seguramente que com exceções, o argumento do risco era utilizado para remover as pessoas para que outras passassem a viver ali, ai sim, com obras de melhoramento.

Obra para turista

Francisca e Nise reivindicavam sua participação nos benefícios prometidos pelo Estado como o administrador dessas obras de melhorias na comunidade, ou seja direitos sociais, e também, o direito civil de seguir vivendo ali, agora sem os intermináveis tiroteios. Elas queriam viver essa *hora da maravilha* daquele lugar, e não só os *pedaços horríveis* pelo qual já tinha vivido outrora como habitantes dali:

Então essas obras aqui, vai ser muito boa para os outros, porque para a gente não to vendo nada, ai tão dizendo que vão consertar as casas, eu não acredito [Francisca] é difícil de acreditar porque nunca ninguém fez nada aqui, e claro que tem interesse, porque para chegar agora e fazer isso tem que ter interesse, porque o que eu penso é que não precisa tirar o morador do morro, tem que dar condições a ele para viver no morro, até às vezes pensam que nós moradores somos contra, eu não sou contra obra e acredito que muitos não são, nós queremos melhoria para nossa comunidade, mas eu acho que não tem necessidade de tirar. É difícil de acreditar. Porque eles não planejaram isso? Foi de uma hora para outra? Com certeza eles planejaram isso a mais tempo, então porque não pensou nisso antes já que vão tirar os moradores, uma casa já pronta, ai vai tirar e botar onde? Ai vem o aluguel social. [Nise]

⁴⁶³ E que já havia sido questionado por estudos técnicos alternativos e inclusive anexado ao processo que corria na defensoria pública dos moradores contra a prefeitura, Como exemplo dessa ação de contraponto e de resistência da rede destaco a construção do "contra laudo" geotécnico que visava combater o laudo realizado pela GEORIO, que declarava que boa parte da Pedra Lisa teria que ser removida por estar em área de risco. Realizado por apoiadores, ele foi importante na expedição da ação cautelar solicitada pela Defensoria Pública do Estado em 2012, que paralisou as obras do Projeto Morar Carioca, alegando: falta de estudo de impacto de vizinhança, falta de estudo de impacto ambiental e de realização de audiências públicas que informassem os moradores sobre a qualidade, as dimensões e os impactos do projeto. Por conta dessa e de outras irregularidades e impactos negativos do programa na favela o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro moveu uma Ação Civil Pública (ACP) em defesa dos direitos dos moradores da Providência, por um esforço conjunto dos integrantes da rede de contestação e como veremos diante de uma forte e violenta pressão sob os moradores pelas forças do estado.

Há um aspecto que viria a ser repetido muitas vezes pelas pessoas com quem conversei. A remoção das pessoas do Morro ainda não tinha sido efetivada, mas muitas casas estavam marcadas para sair por conta das obras, que foram comunicadas pelo secretário de habitação na Praça, sem qualquer diálogo anterior com os moradores, em março de 2011. A ameaça da remoção, antiga e conhecida das favelas, era revivida mais uma vez, e não só na Providência. Francisca narra que seu companheiro, por exemplo, estava passando um tempo na casa dela por causa de “uma obra como essa” que acontecia no Grajaú. A divisão entre as comunidades é orientada por seus diferentes grupos que “dividido em comandos” controlam o território das favelas onde se comercializa drogas. Por ser controlada por uma facção diferente daquela que comandava a Providência, cujo controle era do Comando Vermelho (CV), a área onde morava o marido de Francisca ficou arriscada para ele, porque os grupos rivais, rivalizavam inclusive com os moradores vindos dos territórios “inimigos”. Resultado foi que ele se sentiu inseguro na nova moradia e voltou para a casa da companheira. As obras de “urbanização” nunca levam em conta esse aspecto do território e daquilo que está no cotidiano daquele que se desloca nele e dele para outro lugar (nesse caso de forma forçada): as diferentes possibilidades de pertencimento. Primavam pelo caráter acrítico de execução das obras. O companheiro de Francisca foi removido de sua comunidade para um lugar onde “colocaram todo mundo junto”, ou seja, moradores oriundos de diferentes comandos⁴⁶⁴:

Dava nove dez horas da noite ele ficava com medo de chegar porque eram pessoas que ele não conhecia, daí ficavam olhando para ele, perguntando de onde ele veio, daí dele ficou tão apavorado e ganhou um apartamento bonitinho, daí ele me disse posso ficar aqui um tempo para ver o que eu resolvo e eu disse pode, então às vezes ele fica aqui às vezes ele vai para a casa da minha filha, quer dizer vai tirar a gente daqui para colocar num lugar que não tem nada a ver? [Francisca] é e todo mundo lutou para fazer suas casas aos poucos, era aquele barraquinho de madeira, passamos por muitos momentos difíceis também e agora, que a gente construiu a casa tudo direitinho vem o *turista*, passamos por momentos difíceis, construímos a casa com dificuldade [Nise] pagamos um dinheirão em material de obra, por exemplo, um saco de cimento era R\$ 15 na época, você pagava R\$ 15 para subir um milheiro de tijolo, Deus me livre, então você pagava o preço do material mais o que você paga para subir, o carreto, então você gasta muito e sem contar que a mão de obra aqui é caríssima, você gasta e depois chega um aqui e diz ah, mas a sua casa não está de acordo, vamos tirar? [Francisca]

A figura do *turista* se tornou cotidiana, seja pelo aumento de turistas no morro, seja pela certeza de que as obras eram feitas para “eles” – as pessoas de fora - e não para os moradores. Um dos exemplos disso é que a realocação das pessoas, em novos apartamentos

⁴⁶⁴ Segundo o relatório da CPI das armas haveria 4 facções no Rio de Janeiro.

ou regiões, não teve o cuidado de levar em conta as antigas redes de relação as quais as pessoas se moviam e nas quais elas ainda estavam vinculadas. A ideia de que a UPP era uma nova polícia, e de que essa nova forma de policiamento transformaria todas as relações dos moradores anteriores a sua instalação era um discurso que só fazia sentido quando feito pelos empresários ou pelo secretário de segurança pública que tinha que sustentá-lo publicamente⁴⁶⁵. O caso do companheiro de Francisca demonstra que ao invés de usar os estudos e orientações feitas para o entendimento das lógicas de cada comunidade, seus desejos e peculiaridades, se escolheu seguir o discurso vazio daqueles que usavam do sistema democrático e de suas imensas brechas para reafirmar uma postura de extremo controle, opressão e autoritarismo sob as formas como essas pessoas deveriam morar ou circular.

Casas marcadas

A desconfiança nas favelas do benefício das ações do Estado na região são fruto de uma relação muito longa e conflitiva entre alguns setores dele e os moradores. Na Providência as remoções de moradias foram divulgadas para a população através de marcações na parede das casas compostas da abreviação da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) acompanhada de um número. Durante uma Audiência Pública proposta pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ) e promovida pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro em 21 de junho de 2011 o subprocurador chegou a dizer “A Prefeitura vai lá e pinta uma sigla na casa dos moradores: SMH - Secretaria Municipal de Habitação. Isso me remonta os nazistas que marcavam as casas dos judeus”. Essa referência ao fascismo não era rara e passou a ser cada vez mais utilizada, entre aqueles que eram críticos a ação do poder público municipal, ou entre os que investigavam as condutas e práticas dos representantes da prefeitura⁴⁶⁶ nesses casos:

aqui no buraco quente, no Cruzeiro, todas essas casas estão marcadas, ali ia limpar tudo, aqui descendo, quem vai para associação estava tudo marcado, quer dizer, tinha mais de

⁴⁶⁵ O delegado José Mariano Beltrame assumiu o cargo de Secretário de Segurança Pública em 16 de novembro de 2006. Ele inicia seu mandato dizendo que iria transformar o caveirão em “sucata”, o que nunca aconteceu. É responsável por fazer declarações como: “Mesmo morrendo crianças, não há outra alternativa. Esse é o caminho”; “o remédio para trazer a paz, muitas vezes, passa por alguma ação que traz sangue”; “um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na Coréia, no complexo do Alemão, é outra” Declarações dadas em 2007, conforme aponta Farias (2014:55, 62 e 161) para diferentes jornais como justificativa a chacinas, execuções e ações descontroladas das polícias nas comunidades.

⁴⁶⁶ Ocupando o cargo desde 2008 ele era uma aposta dos movimentos sociais ligados a Reforma Urbana e que historicamente estava vinculado ou eram simpatizantes do PT. O cargo foi ocupado por Pierre Batista, um ex-funcionário da Caixa Econômica Federal. De acordo com o divulgado nos jornais Jorge Bittar (PT-RJ) foi exonerado do cargo de Secretário de Habitação do município em 2012 por desavenças dentro do partido, antes de sair ele fez declarações públicas e concede entrevistas sobre as acusações e ilegalidades no processo de implementação das obras do Morar Carioca ou nas obras do MCMV operadas pelo município.

2 mil casas para sair, daí que começaram a dizer que era só 100, que era só 50 e a gente sabe que não vai ser só isso, porque aqui atrás eles vão fazer um lugar para o caminhão pegar lixo, mentira, esse caminhão não vai subir para pegar lixo, há 40 anos o pessoal desce com lixo, então esse caminhão vai ser só para pegar lixo? O gás vai vir aqui em cima? Quer dizer *é muita história* e tem muita gente iludida com essa história, aqui a maioria não paga luz, não paga água, não paga nada, um monte de gente que não trabalha, vive de biscate. Ai vai para um apartamento, vai pagar luz, água, gás, vai viver como? Vai começar atrasar? Se atrasar corta né, aqui não corta porque vai lá em cima liga e faz um gato, e nos apartamentos vai fazer *gato* como? Não pode vender, não pode passar para outra pessoa por cinco anos, e as pessoas tão dizendo “ah mais eu vou ter um apartamento bonito”. E você sabe que muita gente que não trabalha não vai ter como se manter. E ai vai procurar onde? Aqui? A essas alturas não vai ter um cantinho assim, tem gente aqui que com essa desapropriação, tão pagando 400 reais num *lugarzinho* pior que o meu, você acha que eles vão continuar pagando esses 400 reais? Tem uma senhora aqui que tem mais de 10 apartamentos alugados, tu acha que quando começar a obra eles vão continuar pagando isso? O povo não está vendo o que aconteceu lá no Morro do Bumba? até hoje tem gente morando nos contêineres. Vem cá, se tivesse que dar não ia dar para lá primeiro? Porque lá foi uma tragédia e as pessoas nem querem saber o que está acontecendo para aqueles lados (...) e o povo diz “ah não o prefeito ta pagando aluguel social, ele é muito bom” vai fazer o que? nada! fica difícil, eu só fico triste das pessoas não terem consciência porque tem muita gente aqui que não quer sair, mas tem muitos que querem, “ah vou morar num lugar melhor vou morar num apartamento” (...) Agora tá ai o Crivella fazendo casa em lugares que eles dizem que é área de risco [Nise] fazendo casas para quem passa lá em baixo ver, a gente aqui, a gente só vê a *casa do Crivella* se a gente passar lá em baixo, “ih mas são bonitas, não sei o que” porquê? Porque tá chegando a eleição. Tá chegando a eleição [Francisca]

As “casas do Crivella” estavam localizadas na parte do Barão, em uma encosta que ficava de frente para a Cidade do Samba, a Vila Olímpica e o Cais Mauá, supostamente uma área mais “bonita” do Morro, justamente porque essas áreas já haviam passado por reformas e transformações. A desconfiança dos técnicos da prefeitura se apresenta novamente, dessa vez questionando os laudos de risco, e se as casas ficariam prontas ou se tratava de mais “história”. Além da finalização das residências fica evidente que nem todos queriam ficar no Morro como ressalta Francisca, que refletindo com Nise, se questiona sobre a capacidade dessas famílias que não tinham nenhum valor disponível para cobrir os R\$ 400,00 do aluguel⁴⁶⁷, por exemplo. Como fariam para as contas de um apartamento? Também nesse relato notamos que o aumento dos aluguéis é diretamente relacionado por elas as

⁴⁶⁷ Em uma delas, ele faz afirmações sobre o aluguel social no valor de R\$ 400,00, alternativa dada pela prefeitura para que a família – saída de área por conta de risco de deslizamento, ou que teve a casa perdida por conta de desastre natural – possa alugar uma outra casa até que a moradia construída pela prefeitura fique pronta; “se quer alugar uma coisa um pouquinho melhor, bota mais R\$100 por mês. Qual é o problema?”.

desapropriações para construção dos equipamentos do Porto Maravilha, e que na favela, como em qualquer outro lugar, há a possibilidade de morar de aluguel, o que desfaz o mito de que todos ali moram “de graça”.

Mãe do grafite e avó da Marina, Dona Francisca era moradora do morro da Providência desde sua juventude. Vaidosa ela gostava de usar colares e adereços nos pulsos. Tinha o cabelo na altura do pescoço, alisado e em tom avermelhado e a pele, negra. Sua casa já existia antes dela ter ido morar ali, pelo menos 20 anos antes como apontaria João, que havia nascido nela. Para viver ali Francisca havia feito uma série de reformas: colocou um muro junto ao limite do terreno - onde ficava o portão de entrada para o pátio - e nele cultivava flores, árvores e uma coleção de pedrarias coloridas e gnomos de gesso. O piso do pátio era todo feito com retalhos de pedra, que - de diferentes formas e cores - davam ao lugar uma aparência mística. A porta da sua casa, emoldurada por pedras que produziam sons quando o vento batia, dava para um pequeno Hall, onde conversamos.



Fig. 4.1



Fig. 4.2

O piso da sua casa, como o do pátio, havia sido construído por ela mesma, que quis testar os conhecimentos do curso de construção civil que fez enquanto participou do projeto do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania chamado Mulheres da Paz. Também feito com retalhos de pedra, o piso da casa havia sido construído por ela. Sobre sua renda, ela nos relata:

Eu vivo de biquinho, eu trabalhava numa clínica lá em Jacarepaguá, ai depois eu fazia artesanato, eu fazia sapato, depois eu tinha um consultório que eu só ia aos domingos, porque só podia ir aos domingos, ganhava meu dinheirinho, eu vivo assim. [Francisca]

Ela havia passado a fazer parte do Mulheres da Paz logo que o convênio foi instalado no Morro da Providência, em 2009. Então aquele tinha sido um dos seus “biquinhos” até o fim do projeto, em 2011. O caráter temporário do projeto, e dos outros

trabalhos de Francisca, não eram entendidos por ela como menos importantes ou menos “trabalhosos” que os trabalhos “de carteira”. No caso do Mulheres da Paz, o reconhecimento e o monitoramento de algumas das relações sociais no Morro exigia o “jogo de cintura” daquele que o fazia, e era antes de mais nada uma qualificação a este trabalho. Os traficantes, assim como os políticos, como os policiais e como os moradores que não integravam a rede mais próxima do narrador eram chamados de “eles”, porém não só dessa forma. Era comum entre as conversas que tive com os moradores que os traficantes recebessem adjetivos ligados ao poder de um juiz ou de um nobre. Eles eram “a nobreza”, “a tribuna”, “o alto escalão”, “o comando”, “os reis e rainhas”.

Como narra Francisca houve uma seleção de moradoras para que integrassem “o Mulheres da Paz”; feita por uma profissional, também contratada para o projeto, porém de fora da região. Na entrevista foi realizada a triagem para a composição do grupo e o jogo de cintura, conforme minha reflexão, foi fundamental para a realização desse trabalho. E vou tentar expor o motivo. Sobre o exemplo do Mulheres da Paz, o projeto tinha sido pensado com base na função social das líderes comunitárias, educadoras populares, agitadoras culturais da comunidade, que é vinculado ao trânsito fácil delas entre os jovens e por isso também entre as diferentes redes que conviviam no Morro. Essa boa circulação era evidenciada pelo “tia”, pelo “vó”, pelo “mãe”, agregado a identidade dessas mulheres pelos jovens, e que demarcava um respeito por aquilo que ela falava ou fazia. É importante dizer que estamos falando aqui de jovens homens, rapazes que são ao mesmo tempo os mais suscetíveis a se somarem a rede do tráfico na favela e também são os mais atingidos pela violência institucional executada pelas polícias. As mulheres da paz, através da “docilidade” da vó, mãe ou tia; do “jeitinho”; do “jogo de cintura” - atributos positivos da função da mulher na sociedade brasileira – usava os quadris para driblar, rebolar, se safar em um terreno lamacento como o das relações entre o poder do tráfico e o poder da polícia. Lembrando que o projeto é anterior a instalação da UPP, as mulheres da paz tinham que formalmente tentar dissimular os rapazes jovens a não entrarem na rede do tráfico, ingressando no projeto social Protejo, do qual já descrevemos o funcionamento antes. O tráfico, por sua vez, poderia hostilizar essas mulheres diante dessa tentativa, já que a alternativa poderia ser vista como concorrente a proposta oferecida por eles aos garotos. Essa competição não existia no plano da vida cotidiana, não havia iniciativas do tráfico em recrutar garotos, mas por parte dos governos havia no sentido da “recuperação” desses garotos do tráfico. Essa situação delicada em que a mulher era colocada, foi ressaltada por Laudelina, que relatava ter ficado com medo quando fora confrontada pelos líderes sobre o projeto, na Vila Gaúcha, em Porto Alegre. A

maioria desses ‘chefes’, no entanto, entendia o projeto, principalmente o fato dele ser um “biquinho” para as mulheres da favela, porém isso não as livrava da tensão que a situação gerava.

É importante destacar que as mulheres da paz tinham como característica a capacidade de evocar em seu corpo – estatura, cabelos, aparência - a identidade conjunta que remetia a docilidade da vó, mãe, da tia. As mulheres jovens, também estigmatizadas pelo uso dos quadris, estavam em risco por outras questões, justamente por que seu corpo era discriminado por algumas interpretações bem pontuais, e pouco transcendentais. Eram elas as vítimas dos “tribunais do tráfico” que torturavam, espancavam e matavam, jovens que tinham cometido “traição” – envolvimento com policiais, envolvimento com homens de outra facção, cagoete. E eram elas alvo de constrangimentos por conta das investidas sexuais dos policiais, incluindo casos de assédio e estupro. A mulher, portanto, era alvo de violências distintas (porém permanentes)⁴⁶⁸ em diferentes faixas etárias.

A seleção das mulheres para o projeto levava em conta esses papéis sociais distintos, e lamentavelmente, essa premissa de violência impregnada nas definições desses papéis. Não era o caso na Providência, mas como já vimos havia um outro grupo de mulheres que sofria violência institucional nas favelas do Rio e de SP, que eram as mães de filhos mortos pela polícia e outros mecanismos do estado conforme refletido nos trabalhos de Vianna e Farias (2011) e Vianna (2013; 2013b). Esse último grupo, dificilmente participaria de um projeto nos moldes do Mulheres da Paz.

Moradia digna

Eu vim aqui para a Providência porque eu estudei aqui no {escola municipal} Rivadavia Correa. Eu tinha uns 18 anos, e ai eu conheci um monte de meninas daqui. Eu morava na Tijuca, eu não morava em comunidade. Eu não tinha nada a ver com comunidade. Daí eu vim estudar aqui e fiz amizade com algumas meninas, daí passei a vir para cá porque a gente ia pra festa, ia pra baile, existia um conjunto famoso que chamava Brasil Show, Copa 7, que todo mundo gostava. Daí eu comecei a frequentar aqui, ai conheci um rapaz, me casei e ai vim morar aqui. Ai me separei, voltei para casa de minha mãe e ai com isso fiz amizade, eu tenho muitos afilhados aqui, eu tenho muitos amigos, uns até já morreram e ai eu fui ficando aqui, fui ficando aqui e ai quando minha filha se separou do marido eu disse e agora? Tenho que arrumar uma casa, o único lugar que eu conhecia e que tinha condições de alugar era aqui. Daí uma amiga disse ‘minha irmã tem uma casa ótima vamos para lá a gente já conhece todo mundo’ então foi um período que eu vim

⁴⁶⁸ Gilberto Velho (1987) já havia destacado que os moradores de favelas são os mais tocados pela violência, pois estão submetidos a violência do tráfico e a do policial.

para cá e fui ficando, fui ficando então hoje eu moro aqui, de morar mesmo há 32 anos, mas 20 e tantos anos antes, tem 50 anos daqui. Então peguei obra, eles tiraram um bocado dos moradores lá do sessenta fizeram um viaduto, aquele viaduto grande que tem ali [Francisca]

Francisca ressaltava um dos atributos da dignidade ligada a moradia adequada: a escola próxima da casa. Descrevendo como o laço escolar também produz laços com o espaço. No caso dela foi, a partir de suas relações com as colegas da escola que moravam na comunidade, que ela foi morar na comunidade anos depois. O caso de Francisca nos auxilia a pensar inversamente, nos milhares de casos de famílias que com a remoção, são exiladas dessas relações construídas geralmente pelos jovens e pelas crianças em suas escolas e bairros. A trajetória dela na comunidade também passa pelo casamento, já que o marido já era morador, no entanto, passa também pela sociabilidade que as atividades no Morro proporcionavam para os seus moradores e amigos dos moradores, através dos bailes, das festas - os encontros com as amigas em que ela conheceu o *rapaz* e foi *fazendo amizade*. Essas relações foram tão fortes que ela volta a comunidade depois de morar fora dela, e volta porque além de *conhecer todo mundo* a favela era onde ela tinha *condições de alugar* uma casa para ela morar com a filha recém separada. A partir do relato de Francisca vemos que a alternativa da favela como uma opção de moradia barata vai sendo extinta, já que a favela vai virando lugar de *turista* com as obras pós instalação da UPP:

Era esgoto a céu aberto, tínhamos água uma vez por semana, ai a gente fazia aquela fila grande de latas e tinha uns canos. Um cano grandão e ali o pessoal enfiava umas borrachas e a gente pegava água ali e tinha aquele pessoal das latas de água... o pessoal lavava roupa ali e era uma brigalhada porque o povo brigava porque tinha gente que passava na frente... quando faltava a gente ia pegar água sabe onde? Na rodoviária. A gente pegava água no cemitério dos ingleses isso foi antes da obra, botaram a água fizeram a canalização... tem uma caixa da água que dizem que é histórica, ela pouco funcionou, mas pelo tempo que dizem que ela tem ela acabou histórica. E veio, melhorou muito porque a gente tinha água dia sim, dia não, também quando faltava era um desespero a gente tinha que pagar para pegar água longe. Ai veio a segunda obra, e ai foi bom porque as valas tinham cada rato imenso, tinha casa que a vala negra passava dentro de casa, aqui tinha muito barraco, muito barraco, e com o tempo foi melhorando, foi melhorando e ai você pode ver que hoje em dia não tem. Ai melhoraram veio a segunda que eles cimentaram tudo, arrumaram não sei mais o que, mas foi tudo {aos} pedaços... teve uns lugares que ele melhorou e teve outros que não melhorou, aqui foi sempre um lugar visto como um lugar com uma vista linda e há muitos anos que dizem que aqui iam fazer um hotel aqui em cima, e ai acabou se concretizando veio essa revitalização, porque essa revitalização está em tudo quanto é canto. Eu acho que tinham que revitalizar saúde, que ta brabo, escola, porque o ensino esta fraquíssimo. Quando eu vim

pra cá esse morro era muito pobre, o meu lado, o primeiro lado que eu frequentei foi o sessenta, era um lugar muito pobre, tinha muito barraco, conforme aquilo que eu te falei, tinha muito esgoto a céu aberto... [Francisca]

Elas contam que ao longo dos anos com esforço de muita gente foram construindo e levantando entre eles os alicerces de uma moradia digna ali. A dignidade pode ser reivindicada pelos organismos paralelos para cobrança de ações mais efetivas e eficazes para resolução do “problema da moradia” no país e em tantos outros que ainda são débeis nesse sentido. No entanto há que ter cuidado em ao qualificar a moradia como digna, descartar a dignidade intrínseca às formas locais pela qual as pessoas construíram ao longo dos anos suas casas. Francisca, remonta três grandes momentos vividos pelos moradores da Providência, e que influenciaram na demarcação do tempo de moradia na comunidade. As obras da época da construção do elevador 31 de março, nos anos 70⁴⁶⁹ - que trouxe a água encanada e algumas melhorias para a favela - e a *segunda* obra, o programa Favela Bairro - que teria canalizado o esgoto e pavimentado as vias. A terceira obra *essa da revitalização* não é considerada uma obra de melhoria, obviamente ela ainda está em curso e talvez isso se transforme ao longo dos anos. Mas atualmente é uma obra que é vinculada à exploração - de empresários e do governo - da vista do Morro da Providência. Esse sentimento de exploração é associado a um boato que corre há muitos anos ali dentro, vinculado a construção de um hotel no alto do Morro. O projeto de revitalização do Morro da Providência, principalmente a construção do teleférico, vinculada ao museu a céu aberto, era inspirada em dois exemplos de obras de revitalização realizadas na América Latina: Guayaquil (Equador) e Medellín (Colômbia).

O tempo usado para narrar a vida na comunidade é pautado pela superação das dificuldades e as obras entram nessa narrativa como um marco pontual, que facilitou acessos, fazendo que o esforço de superação de certa forma diminuísse. O que nos leva a crer que com menos esforço e menos tempo gasto em busca de água e filas de bicas, atrás de canos e de asfalto para os becos, as pessoas pudessem usar o seu tempo de forma mais qualificada e livre. No entanto, notava-se que a medida que algumas coisas foram “melhorando” alguns importantes serviços que são reconhecidos pelos moradores como eficazes e aceitos comunitariamente foram extintos como é o caso do carteiro e do lixeiro comunitário:

Antigamente {quando} não tinha carteiro comunitário, chegava tudo e ficava lá na padaria, no mercado do baixinho, ai botavam aquilo tudo em 3, 4 caixas deste tamanho {aponta a altura com as mãos} ai nego passava e não pegava, outros pegavam, abriam a

⁴⁶⁹ A construção desse viaduto e sua extensão o Viaduto São Pedro era parte do projeto da linha lilás. O túnel Santa Barbara é parte dessa linha, que liga Laranjeiras ao Santo Cristo.

carta dos outros. Ai ninguém pegava o baixinho ia lá e jogava tudo fora. Ai botaram o carteiro comunitário. Então o Ananias que tem setenta e tantos anos conhece todo mundo, conhece todo mundo e ele conhece aqui ele conhece no buraco ele conhece no sessenta ele conhece todos os lugares, então era mais fácil (...) e antigamente as ruas tinham outros nomes, travessa Dora, rua boa vista, antigamente a gente tinha um lixeiro comunitário que foi uma benção, ele passava todo dia, varria o morro todo... ai com essa obra botaram da prefeitura, tem dia que passa, pega de uma casa não pega da outra. O bom do lixeiro comunitário é porque ele era do morro ele conhecia o morro e os novos esses eles não conhecem então nem é culpa deles, eles não conhecem, não estão preparados para trabalhar em morro, ainda mais carregar peso, os comunitários moram aqui, por isso tudo ficava mais fácil, fora emprego, quantos não ficaram desempregados [Nise]

A concessionária Porto Novo era agora a responsável por toda a manutenção dos serviços que antes eram de responsabilidade do município, e essa era uma das características da AEIU. O lixeiro, as lixeiras, a iluminação, o conserto das calçadas, das ruas, tudo era feito pela concessionária Porto Novo. A qualidade das obras também era notada pelos moradores que sabiam os lugares do Morro em que eram levadas - os empresários, políticos e personalidades - e aquelas em que era *horrível* levar alguém até lá para visitar.

Francisca narra “dificuldades” em sua chegada no Providência muito semelhantes das que narra Laudelina sobre sua chegada na Vila Gaúcha. Laudelina relata sua participação ativa na construção de serviços de urbanização para a Vila como: produção de extensão para canos de água e “pressão” junto aos políticos para colocação de piche nos acessos mais íngremes, a fim de evitar o deslizamento de terra em razão das chuvas. Iniciativas dos moradores na urbanização da favela, mas no caso da Providência, com algumas “obras” feitas por “eles” - pela prefeitura, governantes, “o governo” – e que contribuíram também para a consolidação da favela. A participação de Francisca na urbanização direta, não foi tão ativa quanto à de Laudelina que esteve diretamente envolvida na implementação de “melhorias” para a sua região, trabalhando nas obras, recolhendo dinheiro para compra de material. Os problemas eram, no entanto, muito similares.

A história oficial é bonita, mas o Morro é feio

Francisca nos auxilia a refletir também as questões ligadas a impureza e ao ordenamento, a partir da categoria feiura que usou para se referir ao povo. Também compartilha reflexões sobre a noção de embelezamento da vista, fazendo uma distinção entre as praias bonitas e os prédios feios. As belezas “naturais” que atraem os turistas ao Rio de

Janeiro estão, como ressalta Francisca, longe da Providência. Ali só tem a ponte, o Porto feio e os estádios. Porque os turistas queriam vir para ali então?

Essa parte aqui não é tanto, mas se você chegar ali perto da lixeira, aquilo ali é horrível, que eles chamam de “obra” aquilo ali é muito feio. Mas a culpa é também dos moradores, que tudo joga ali, tinha casa ali, caiu, e o povo também deixa a casa só no tijolo não faz um emboçozinho para a casa ficar mais bonitinha... então é uma parte feia ali, vê se o Eike Batista foi ali, vê se alguém quis levar ele ali, não! foi só no Cruzeiro, vê se ele passou por aqui? Não, ele veio por lá e subiu. Outra obra que se fez horrível foi aquela obra ali do Largo, ali era um lugar bonito e aquilo ali parece um cemitério, a cruz no meio, aqueles quadrados horríveis que parecem uma catacumba. Ali era onde as crianças brincavam, era onde tinha festa, vinham cantores, subiam, armavam palanque ali.

Compartilhando da noção de gosto do “gringo” pelo bonito e pela beleza natural, a paisagem “construída” da vista da Providência é percebida com desconfiança por Francisca quando visitada por Eike e ovacionada por turistas. E, então, ela nos incita a refletir sobre a forja das diferentes justificativas do poder público ao longo do tempo para desabitatar a feiura dos espaços, e o que está implícito em ser feio.

O feio, mesmos indo habitar os “prédios bonitos” dos futuros loteamentos do MCMV, permanecerá feio, porque ele é naturalmente impuro e transformará o espaço a partir dessa característica. Por outro lado a urbanização feita pelo poder público nas favelas parece estar sempre fadada à ruína, onde as obras têm função paliativa e eventual: embelezar a feiura em períodos específicos, os eleitorais, as visitas importantes.

A intolerância à ruína que parece acometer a experiência dos humanos nas cidades, parece se apresentar ao longo do tempo nas tentativas de disciplinamento dos espaços públicos e privados da cidade. E o povo - por ser compreendido como impuro, animalizado e desordenado - parece carregar a ruína como uma característica inexorável as suas formas de habitação.

A primeira frase do texto de Simmel (1910) sobre a ruína nos fala que “a arquitetura é a única arte em que se apazigua e aquieta a grande disputa entre a vontade do espírito e a necessidade da natureza”. A vontade do espírito nesse caso, tem como ferramenta a arquitetura, onde “a pedra e o bronze atuam só como um meio expressivo da intuição criadora” dele. Na maneira como Simmel entende sociologicamente o mundo e também em sua época de produção, o início do século XX, a arquitetura era a grande expressão da construção e formação das cidades, e o romantismo ainda o orientador do pensamento sobre o humano e suas formas de interação com o ambiente. A vontade do espírito a qual ele

ressalta é definidora de como o autor se remete ao sujeito, fluído e temporal pois “cultiva” (Simmel, 1971) o mundo entre a cultura objetiva – a pedra, e também a “natureza” – e o mundo subjetivo. Como estamos detidos na potência desse triunfo sobre a natureza, que move a construção e destruição das cidades, vamos associar arquitetura, a engenharia enquanto ferramenta de impressão de um espírito no meio, seja considerado natural ou não. O esforço do domínio dessas formas, do controle de um espírito sobre o outro, sob a matéria, expõe uma normativa que pode ser associada ao esforço da urbaniz(ação), e todos os dispositivos de controle que estão agregados a essa ação. O que move esse espírito, sua subjetividade e a forma como cultiva a matéria é uma chave simmeliana para pensarmos as transformações nas cidades a partir de uma concepção de urbanização – feita pelos secretarias e órgãos públicos – que difere um pouco daquela feita pelos moradores. É um espírito que precisa triunfar sob ambientes considerados em aglomeração, vazios, sujos, feios, violentos, animais, naturais, desumanos - e essa consideração parte de uma orientação moral da subjetividade desse espírito. A subjetividade dominante, aquela que opera a cultura objetiva que resulta na urbanização, não compreende as casas construídas nas favelas como forma triunfal do espírito, mas um arremedo, um risco, um híbrido. Esse sentimento evoca o binarismo por trás da forma de produção das cidades que, do nosso ponto de vista, é o mais gritante nas constantes iniciativas de remoção dessas formas de habitação e que a dimensão da ruína, pelo viés da ambiguidade proposta por Simmel, pode nos auxiliar a pensar.

Entre um copo e outro de refresco de laranja Francisca, eu e Nise, conversamos por pelo menos sete horas. Inicialmente começamos a conversa na parte da tarde, eu e Francisca, quando o sol ainda entrava pela porta da frente e terminamos mais ou menos umas oito da noite. No fim da tarde chegaria Nise, uma colega de Francisca no programa Mulheres da Paz e seguiríamos conversando através do dispositivo de gravação por mais uma hora. Quando dei por encerrada a etapa gravada da entrevista - e pude finalmente relaxar a coluna (gravava com uma câmera de vídeo), fumar um cigarro com Francisca e beber o suco com mais agilidade - outra dinâmica de conversa se estabeleceu entre nós. Sem as “provas” do registro da fala elas me contaram dos momentos mais difíceis de suas vidas naquela favela, descrevendo mortes, abusos do poder policial, violência, terror e tristeza. Num clima que mais parecia uma troca de confiança - auxiliada pela luz negra da antessala de Francisca, que acendemos quando a noite chegou - nos assustamos quando olhamos o horário no relógio e constatamos quantas horas haviam se passado. Numa espécie de transe elas foram lembrando situações das mais diversas, de um passado nem tão distante. Eu interferia pouco,

nos longos intervalos silenciosos ou nas longas histórias que contavam, elas me deram aquele lugar de escuta quase terapêutica e eu passei a ocupá-lo.

Nessas conversas que compartilho aqui, a centralidade do Estado é diversas vezes ressaltada por Francisca na exposição dos conflitos em torno do destino da favela. Ela vem acompanhada da desconfiança da existência de uma solução eficaz a esses conflitos, em razão da “política” que é produtora das múltiplas e dinâmicas “histórias” que circulam e que tem como objetivo o controle e ordenamento dessa população moradora. A subordinação do Estado à “política” - seja ela no papel dos candidatos a cargos públicos ou dos grandes empresários como o Eike Batista – é a reclamação mais pungente na fala de Francisca e também na de Nise. Aliada a vulnerabilidade de estar do lado mais fraco da corda; e a impossibilidade de viver os benefícios do qualitativo “público” já que o privado é reinventado nas favelas e o público quase não existe. O que resalta Francisca é que o poder público não a enxerga, enquanto moradora da favela, como parte da população beneficiada por obras de caráter público. Se pensarmos a bifurcação cidade e comunidade - a forma como os moradores da favela se diferenciam dos demais em relação ao espaço – vemos que a crença deles na eficácia das leis é menor do que a dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Esses últimos buscam, dentro das possibilidades de ação dispostas pelo Estado, insistir numa noção de igualdade – entre comunidade e cidade - perante o sistema político vigente. Mesmo sem ressaltar essa separação Francisca traz no cerne de sua argumentação a desigualdade como aquela que orienta o relacionamento entre os moradores da comunidade e a noção de público produzida pelas ações do Estado.

O terror psicológico

Quando faço a entrevista com Margarida já havia conversado com um bocado de pessoas na Providencia, entrevistado alguns, inclusive indicados por ela. Ela era uma pessoa muito conhecida na comunidade e também muito conhecida por aqueles que moravam fora dela. Para os primeiros era a Tia Margarida, que havia lhes ensinado a ler e escrever na mesa de sua casa. Para os segundos era Margarida, a guerreira, a lutadora, já que integrara um grupo formado anos antes - com o apoio da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência - para denunciar os abusos do comandante Zuma. Sentamos por diversas vezes a conversar, também nas caminhadas, nas voltas das reuniões, no sofá de sua casa, em pé na frente de sua porta, no telefone, na janela ou escoradas no muro que dava para a rua e que ela chamava de “meu camarote” já que dali tínhamos uma vista privilegiada da circulação do

Morro. Ela morava em frente à Praça Américo Brum, que depois daria lugar ao teleférico, era o ponto final do acesso por veículos motorizados, inclusive das vans que traziam o pessoal da região da Central até o Barroso. Ela já estava acostumada a dar entrevistas e no período que estive em campo ela tinha sido procurada por dezenas de jornais nacionais e internacionais para falar da ameaça de remoção na Providência, também havia participado de um documentário sobre esse tema e suas reflexões – conhecidas pelo humor ácido e irônico – também já tinham aparecido em algumas matérias jornalísticas.

Quando iniciamos a entrevista achei que estaríamos “mais à vontade” para falar de seu “início”. Em outras palavras achei que ela fosse retomar suas experiências mais antigas na comunidade construindo a trajetória desse ponto até os dias atuais. Eu já havia conversado várias vezes com ela sobre meu interesse nos caminhos que a levaram a ser a “guerreira” conhecida dentro e fora da comunidade, pois esse não era o tema a qual ela mais dava entrevistas. Me surpreendo com a resposta dela quando ligo a câmera e iniciamos nossa conversa. Ela escolhe marcar seu “começo” no dia que começam as primeiras iniciativas da prefeitura municipal em removê-la dali, em 2011, uma marcação que eu achei inusitada. Talvez o dispositivo da câmera a qual nós duas por diferentes razões estávamos ambientadas – eu a estar gravando e ela a estar sendo gravada – tenha sido entendido por Margarida como uma oportunidade para o testemunho formal, mais próximo de uma prova judicial⁴⁷⁰. É relevante destacar que Margarida guardava em pastas cada recorte de jornal, cada protocolo de atendimento nas instâncias jurídicas, na SMH, cada papel que recebia como notificação para desocupar o imóvel, cada folder, panfleto, peça gráfica, documento, carta, ofício; que levava o seu nome ou o da comunidade. A forma como ela se referia a essa guarda de documentos fazia menção ao que talvez ela desejasse daquela nossa conversa, uma garantia, “está tudo aqui gravado”:

Deixa eu ver o meu começo... O meu começo, está tudo aqui gravado o meu começo. Apesar de que o meu começo... Apesar de que o meu começo começou na minha porta, aquela marcação da Secretaria Municipal de Habitação. Aí passaram uns tempos, aí começou o *terror psicológico*. Eu vou te mostrar aqui o que é o *terror psicológico* [Margarida]

Margarida, como todos os moradores das áreas projetadas para receberem obras de melhorias, teriam suas casas demolidas pela prefeitura das cidades para que a obra fosse

⁴⁷⁰ Os vídeos vinham sendo usados como prova para casos de coação e violações de direitos promovidas pela prefeitura e seus agentes aos moradores de áreas de interesse. Eles eram realizados pelos próprios moradores, e pelas entidades integrantes da rede; por cineastas, jornalistas; ou grupos ou pessoas que estavam engajadas na denúncia de violações aos direitos humanos desses moradores.

realizada. Antes dessa demolição, no entanto, a casa recebia uma *marca* feita com tinta colorida em uma parede que desse para o acesso mais movimentado da comunidade, de modo que todos pudessem ver essa marcação, principalmente as equipes que trabalhavam no processo de desocupação, descaracterização, demolição do imóvel. Marcar as casas como vimos antes no caso da Vila Nazaré, e que foi também destacado por Francisca, não necessariamente remetia a uma demolição imediata, já que havia uma série de processos a serem cumpridos legalmente antes que a família fosse removida e a casa demolida. A ameaça passara do boato “dizem que vão construir um hotel aqui em cima” para algo concreto, um número pichado na parede de sua casa. O número pichado era materialmente visível e por isso gerador de um sentimento de culpa, de sujeira, de ilegalidade, de acusação que era extremamente violento para quem passava por essa experiência. Essas marcações evidenciavam o autoritarismo do Estado na vida privada dessas pessoas, que além de receberem um tratamento diferente por viverem nesses locais, ainda sofriam discriminação e desprezo entre aqueles que viviam ali⁴⁷¹. Ter uma casa marcada era parte do que os moradores chamavam de *terror psicológico*, e uma das primeiras camadas do *desespero* que era a expressão do autoritarismo do Estado, que subvertendo as regras, passava por cima da lei: com mentiras, coação e descaso; “tratando a pessoa como bicho”, fazendo ela se sentir fora da humanidade. A destruição da casa, mas antes dela a ameaça da remoção da família, era uma experiência de terror. E sobre o *terror psicológico* Margarida conhecia muito bem:

Aí começou o terror psicológico, {começou} me fazendo um convite, como a minha casa já está marcada. Aí começou os convites, as convocações para você comparecer (...) na Prefeitura para então, no entendimento... o entendimento deles era o que? Um aluguel social! Aí eu nunca fui. Eu nunca fui. Para não dizer que eu nunca fui, na última vez, no terceiro papel que eu não sei aonde anda, eu compareci lá para dizer para ele “o meu nome é Margarida {completa com seu sobrenome} e eu moro na Vila do Barroso, ~~xxx~~, apartamento ~~xxx~~ e vim saber de vocês o que vocês estão querendo de mim”. Diz ele “Ah, o seu cheque está pronto” e eu falei “que cheque? Não estou pedindo cheque nenhum”. Diz ele “Ah, o cheque do aluguel social”. E eu disse “Não. Eu vim saber o que vocês estão querendo de mim, porque na realidade eu nunca fui consultada para nada”. Eu fui

⁴⁷¹ É importante lembrar que as casas foram marcadas sem o consentimento dos moradores – a maioria chegava do seu turno de trabalho e encontrava o número pintado na parede, outros autorizavam a marcação mediante a explicação do funcionário que estava orientado a dizer que a marcação era para a casa receber uma melhoria, oriunda de um programa da prefeitura. Cf. a reportagem de Guilherme Coimbra “MP compara Prefeitura a nazistas na desapropriação de imóveis para Copa e Olimpíada” disponível no portal UOL Esportes de 22 de junho de 2011, o subprocurador geral de Justiça, Leonardo de Souza disse na audiência proposta pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ) que a prática de marcação das casas pela Secretaria “remonta os nazistas que marcavam as casas dos judeus”. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2011/06/22/mp-compara-prefeitura-do-rio-a-nazistas-na-desapropriacao-de-imoveis-para-copa-e-olimpiada.jhtm>>; acessado em jul. 2014.

consultada para dizer que onde eu moro eles iam fazer uma reforma, ajeitar, fazer alguma coisa do tipo. Então, entraram dentro da minha casa, mediram os quatro cantos da minha casa e levaram. Aí para que? Me jogar para um aluguel social? Quem me garante esse aluguel social? Até quando esse aluguel social vai? Só que hoje eu digo “isso para mim não é um aluguel social”. Eu aprendi que isso aí é uma ajuda de custo. Se eu ganho 545 reais, sou aposentada, eu vou pagar 400 reais de aluguel, eu vou viver de que? Quem vai fazer, quem vai complementar o restante das coisas para mim? O Secretário de Habitação⁴⁷²? O Sr. Prefeito? [Margarida]

No *entendimento* deles, que era o *entendimento* do governo municipal, mesmo que houvessem funcionários dispostos agir contra esse conjunto de procedimentos, não havia conversa ou consulta. Margarida e ninguém foi consultado “para nada”, para nenhuma obra realizada⁴⁷³.

O questionamento de Margarida e a postura desafiadora que ela tem em relação ao poder exercido pelo Estado (não indo duas vezes ao local solicitado e na terceira vez que foi, conseguindo ser firme e dizer que não iria aceitar a proposta porque ela não tinha sido comunicada que as medições feitas em sua casa eram para aquele tipo de obra) demonstra que há uma premissa do sistema de governo para pessoas que vivem em comunidades que é o de que ninguém questiona nada com um cheque na mão.

A contestação que foi sendo criada e também cultivada pelos moradores tinha relação com esse tipo de valoração que a prefeitura os dava, os tratando como interesseiros, desinformados, inábeis as reflexões e as indignações perante o que conheciam sobre os seus direitos enquanto cidadãos. Essa inabilidade, essa passividade era uma premissa, estava enrijecida nas formas como o Estado os enxergava, e em como via sua relação com eles todos eram tratados diferente ali e essa era um processo de violência institucional cotidiano a que estavam expostos esses sujeitos. Lidar com ela, com o terror sem sucumbir ao desespero era um esforço de resiliência de Margarida e de todos os moradores de favelas e vilas:

Como se formou? Ah, eu não sei te dizer como se formou. Eu me lembro que tudo começou (...) isso começou desde quando veio essa obra, esse Morar Carioca, foi que começou (...) tudo começou aqui dizendo que iam sair as casas do lado direito. Aí eu vi aquele pessoal naquela movimentação, eu falei “Ah, gente, que é isso”? Disseram “Ah, porque aquelas casas dali vai sair, o pessoal já está se unindo, {para dizer} que não, que não, que não, que não”. Aí eu do lado de cá, filha {pensei} “Quer saber de uma coisa? Eu

⁴⁷² Na ocasião dessa entrevista o secretário de habitação era o deputado Jorge Bittar, em novembro de 2012 ele deixa o cargo, que passa para o atual secretário, Pierre.

⁴⁷³ A falta de informação era uma tática de terror, pois como vimos anteriormente, essas obras já estavam sendo planejadas já fazia algum tempo, apoiadas pela implementação do “policiamento comunitário” com o GPAAE e posteriormente com a UPP.

vou me aliar a vocês para quando chegar do meu lado já estar preparada”. E foi o que aconteceu. E chegou do meu lado. [Margarida]

Margarida nos relata aqui as nuances da expertise do morador da favela em reconhecer o boato e usá-lo para se “calçar”, se reunindo para buscar mais informações. *Tudo começou* com alguém dizendo que um lado da rua iria sair, esse alguém pode ser um vizinho que ficou sabendo por outro sobre mudanças dentro da região, pode ser outro que viu na televisão uma matéria sobre a transformação da área do porto na qual a Providência estava incluída, pode ser um *funcionário fantasma* da prefeitura que tinha a função de agitar os moradores com boatos e de botá-los em pânico para que diante do desespero eles cedessem às alternativas como o aluguel social – pânico que era parte do *terror psicológico* descrito por Margarida, vivido ali por muitos moradores. Inicialmente o lado a ser marcado era o lado da escadaria que descia até a frente da casa de Margarida, do outro lado da rua. A característica do boato nesse caso é a incerteza, a imprecisão da informação contida nele, a necessidade de se unir para resistir e se proteger. E foi o que fez com que Margarida se juntasse antecipadamente ao grupo que começou a questionar a marcação, dizendo que não foram informados que as casas marcadas seriam removidas. Assim como a realização do hotel no alto do morro era retomada ciclicamente cada vez que alguma ameaça de remoção saía do boato para casos concretos como aquele, o boato era uma maneira das pessoas ficarem constantemente sob tensão.

As primeiras casas marcadas ficavam no alto do Morro. Na ladeira onde fica a casa de Margarida há uma distribuidora da CEDAE que não poderia ser removida sem uma grande estruturação da distribuição de água no Morro, construção de novos sistemas ou caixas d’água. A quantidade de canos que havia saindo de um lado da escadaria e atravessando para o outro, que era o lado que morava Margarida, era extremamente numerosa. Canos pretos, finos faziam a ligação de água das casas de um lado a outro. Na propaganda municipal na TV era anunciado o programa “de integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas” e o “completo e definitivo” fizeram os moradores levar a sério o boato, imaginando que seria uma obra realmente grande. O pessoal começou a se unir e Margarida se aliou a eles:

Aí primeiro marcaram lá, mas eu já sabia assim, *por alto*, que alguma coisa ia acontecer do lado de cá. Mas não nesse estilo. Então, quer dizer, eu já estava mais ou menos calçada, né? [Margarida]

O boato, ou o ficar sabendo “por alto” operava como um alerta, uma sirene de vozes e cochichos que reverberavam entre os moradores, becos e vizinhança mais longínqua, garantindo um estado de suspensão, dentro daquela exceção permanente, que era a vida na favela. Ele era a medida para avaliar se a ameaça de remoção era concreta, tinha saído do plano da condição para o plano da efetivação; ou era só um boato. Prevendo o que viria, Margarida resolver ficar mais ou menos calçada e se unir ao pessoal nos questionamentos. Se unir para trocar informação era uma das formas de avaliar se o boato era só um boato ou se as obras remoções realmente ocorreriam. Esse momento de reunião era um momento para construir uma luta conjunta, trocar experiências de coação, de ameaças, compartilhar sobre o terror psicológico vivido e a partir dessa partilha estabelecer táticas de ação para enfrentar o problema. Essa ação era muito mais ampla do que a atividade muscular visível e do que o “pensamento” expresso através ou não da fala. Ela estava presente nessas “tensões e lutas” que faziam parte da vida, estavam “sujeitas à pressão dos sentimentos” e de uma luta pessoal “pela direção dos centros de coordenação motora que conduzem os órgãos executivos dos indivíduos” (Elias, 2008:263-264). Estar junto auxiliava nesses processos a medida que contribuía para formulação da ação, enquanto construção dos sentimentos e construção das práticas:

Aí comecei. Tinha reunião, a gente se reunia, conversava sobre qual era a maneira que a gente tinha para poder chegar. Tinha o pessoal da faculdade que está sempre junto com a gente. A maioria é estudante. Que está sempre ao nosso lado, tem o pessoal do NUTH, que também está nos dando apoio. Só que aqui no prédio, eu falo pelas pessoas, porque a maioria trabalha. Então, só quem fica aqui sou eu. Então, tudo que acontece eu passo “Gente, aconteceu isso, aconteceu aquilo”, eles dizem “Não, Margarida, está tudo bem”. Não deixo de passar nada para ninguém. Se for movimento do bem eu estou dentro. Movimento do bem eu estou dentro. Eu faço parte do movimento do bem. “É tudo pela comunidade? É tudo pela comunidade”. Estou dentro. Aí sim, aí pode contar comigo. Mas fora disso, estou fora. “Tem uma reunião pacífica? Estou dentro”. Eu já fazia uma passeata pacífica. Pode contar comigo. Agora coisa barulhenta, minha filha, conta comigo não. Conta comigo não. Nós passamos um episódio aqui que eu falei “Ah, meu Deus, vou dar uma força ali”. Mas aí depois eu vi que a aglomeração estava ficando demais... Não. Agora tudo do bom pode contar comigo. Uma coisa pacífica, uma coisa sem baderna, sem xingar a mãe de não sei quem (...) Aquela coisa... como é que eu digo para você... Ah, sem muita bagunça. É, mais calmo. Eu não gosto de nada de quebrar ônibus, botar fogo, nada disso, não. Isso aí não é comigo não. Não é mesmo! Nunca foi e não vai ser agora. [Margarida]

Margarida descreve como a rede de apoio e contestação vai se formando naquilo que ela considera um *movimento de bem*, o que está vinculado ao exercício de se mover e se

articular, não a algum movimento social específico, mas a uma rede de apoio. Ela tinha, por seus anos na comunidade experiência com manifestações mais duras, e por vezes, violentas, tanto de contestação como de apoio a alguma situação com a vizinhança; como de revolta contra ações de policiais. Quando fomos a manifestação do dia 20 de junho 2013⁴⁷⁴, junto a um grupo que integrava na época o Fórum Comunitário do Porto, podia ver sua alegria e entusiasmo por participar daquele momento “festivo”, mas de luta. Da saída da concentração alternativa ao ato, no IFCS, até a entrada da Avenida Presidente Vargas ainda não tínhamos a dimensão do volume de pessoas que marchariam e nem de sua multiplicidade de “bandeiras” e reivindicações. Quando entramos na Avenida e nos avolumamos ao curso da passeata a perplexidade no rosto dela foi ficando mais evidente, aliás esse também era meu sentimento. Combinamos entre nós, do Fórum Comunitário do Porto (FCP), que nos encontraríamos antes da concentração oficial marcada para a Candelária a fim de que pudéssemos nos reunir com outros coletivos formados por moradores de favelas.

Movimento de bem – Margarida nas Jornadas de Junho

A quantidade de reivindicações daquele junho de 2013 tinha mostrado, enquanto consequência do volume de pessoas nas ruas, uma grande intolerância de alguns grupos com outros. Aqueles que defendiam o fim da corrupção, por exemplo, em geral hostilizavam os grupos que levavam bandeiras de partidos políticos. Algumas situações foram agressivas e tensas nesse sentido o que levou a uma união estratégica: o grupo que identificava em outro grupo motivações semelhantes as suas, se juntava em um novo grupo que permanecia próximo durante o trajeto da marcha. Foi dessa forma, em uma medida autoproteção, que se formaria o grupo de apoio e também de construção dos atos e “pautas” específicas das favelas, dali para frente. Nesse dia estávamos e éramos parte desse grupo, que estavam unidos com o grupo daqueles que queriam o fim das remoções, e que também sustentavam faixas de apoio a redução das passagens, exigindo um transporte coletivo efetivamente popular. Eu carregava no pescoço um lenço grande e meu par de óculos próprios para prática da natação, pois julgava que eles pudessem me proteger das balas e dos gases de pimenta. Pelas imagens que nós víamos - na internet, mídia alternativa e na corporativista - e pelas experiências das outras manifestações transcorridas por todo o mês de junho; não havia

⁴⁷⁴ Esse dia foi o 4º ato nacional contra o aumento das passagens, da série de atos e manifestações que levaram às ruas em 2013, milhões de brasileiros.

dúvida que a polícia mirava suas armas não letais diretamente⁴⁷⁵ – e com pouca distância – no rosto das pessoas. Entre uma conversa e outra, encontrando conhecidos e conhecendo novos militantes, demoramos muito a sair desse local⁴⁷⁶ que ficava a algumas quadras da concentração. Estávamos em oito: eu; uma professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e seu marido; uma arquiteta com seu filho adolescente - as três, colaboradoras do Fórum; também estavam duas mulheres – uma educadora e uma dona de casa; e dois homens – um ex-bancário e um trabalhador do ramo dos imóveis, que faziam parte da comissão de moradores do Morro da Providência, e integravam o FCP. Esse era nosso pequeno grupo. Quando saímos, esticando nossas faixas e empunhando nossos cartazes, as ruas estreitas do centro pareciam ainda mais apertadas. Ansiosos em tomar a avenida demoramos quase uma hora para vencer cerca de quatro quadras. Parados, maravilhados com a quantidade de pessoas, ficamos tentando “ter uma ideia” de quantos éramos, qual era o tamanho daquela grande massa heterogênea?

Nos perdemos rapidamente do grupo maior e tentamos, durante todo o trajeto, nos cuidar e permanecer próximos uns dos outros. Era a primeira vez que estávamos juntos nas ruas e era uma experiência única até para o ex-bancário, ambientado que estava com as manifestações do sindicato as quais participara no passado. Nos chamou atenção que as três largas pistas da Avenida estavam repletas de pessoas; o feriado deixara o centro esvaziado, principalmente de carros. A sensação era de que à medida que íamos chegando mais perto do ponto final do ato, íamos preenchendo cada canto das largas pistas; num horizonte de gente que visto do alto era mais monumental do que Henrique Dodsworth⁴⁷⁷ imaginara para as marchas militares.

⁴⁷⁵ Foram divulgados os casos de pelo menos duas pessoas feridas no rosto nesse dia. O jornal O Globo, publica o relato de uma mulher que perdeu o olho atingida por uma bala de borracha; e de um fotógrafo da Globonews que levou um tiro de bala de borracha na testa.

⁴⁷⁶ Nos reunimos no Largo São Francisco, em frente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS).

⁴⁷⁷ Interventor do Rio de Janeiro (1937 a 1945) quando a cidade era Distrito Federal, no período do Estado Novo (1920 a 1940). Foi responsável pela construção da Avenida Presidente Vargas inaugurada em meio as celebrações do dia da independência em 7 de setembro de 1944. A construção da Avenida exigiu a destruição de quatro igrejas e de mais de 525 prédios, e seu traçado - amplo e extenso – foi construído para se assemelhar a um palco. Os que nela desfilassem seriam os atores do poderio nacional cf. Evelyn Furquim Lima em seu livro *Avenida Presidente Vargas: Uma drástica cirurgia*, publicado pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, em 1990.



Fig. 4.3

Havia quem cantasse o hino nacional, quem andasse enrolado na bandeira nacional; quem portasse as cores verde e amarelo cruzadas na face; quem carregasse flores e vestisse branco dos pés à cabeça; havia os alegres (quase carnavalescos); aqueles que estavam nas ruas pela primeira vez; havia crianças com os pais e as mães - crianças nos ombros, caminhando no chão; jovens, idosos; havia os partidos, os movimentos sociais, e a presença dos militantes conhecidos - que com dificuldade - encontrávamos vez ou outra pelo caminho. Esses vários grupos não estavam, no entanto, unidos, ou fortalecidos por um ideal único, como podia parecer na imagem que foca a marcha do alto, como na figura. Nem a sonoridade do hino, que tocou demasiadamente no carro de som, era cantada em uníssono. Um dos integrantes do nosso grupo se comunicava com o filho pelo celular, e nos atualizava das notícias “de fora”. Quantas pessoas éramos?⁴⁷⁸ O que falavam de nós? Nos viam? Ouviam nossas vozes? Jovens, os meninos não tiveram a permissão dos pais para participarem da passeata. Os pais, que tinham cerca de trinta e cinco anos e foram criados na favela, tinham medo da “violência”, medo que acontecesse “alguma coisa” na manifestação. E o veto dos pais foi interessante para pensar a relatividade da categoria “perigo”, vinculada ao Morro da Providência que por muitos anos recebeu a definição de território violento. A violência e o perigo agora vinham da avenida. Quando Margarida começou a senti-lo, se recolheu e recuou até o Morro da Providência, desistindo de seguir até o fim do ato.

Do mesmo modo todos os que estavam ali, apoiadores e moradores, ressaltavam “o movimento de bem”; principalmente os moradores que por viverem em um local que passara por confrontos terríveis, não queriam “confusão”. O pessoal do Fórum Comunitário do Porto, que Margarida identificava em boa parte como o pessoal da faculdade – entre professores, estudantes, pesquisadores – também não queria. Eles integravam um grupo mais amplo de

⁴⁷⁸ “Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil”, *UOL*, 20/06/2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>; acessado em jun. 2013.

peessoas que apoiavam Margarida e os moradores – com informação e algumas vezes, escuta – e que faziam parte da rede de contestação mais ampla que questionava a realização dos megaeventos, e principalmente da *gentrificação* da Zona Portuária, como já vimos. Como narro em outro texto (Gutterres, 2014a), e também é relatado por Vianna e Farias (2011) as manifestações feitas nas favelas são sempre cuidadosas, primam pelo não confronto direto com nenhum dos poderes, geralmente reunindo atividades lúdicas como parte do ato. Transformado em uma frase de contestação importante para o fortalecimento de um grupo de apoio aos favelados, criado pelos moradores de diversas favelas do Rio durante esse período, “na favela a bala não é de borracha” demarcava a diferença entre a rua e a favela, e entre atos na favela e na rua. Foi por essa chave que compreendi o “movimento de bem” do qual Margarida me chamava atenção, que em última análise era uma reação expressiva a repressão cotidiana de viver ali. Era preciso estetizar uma revolta legítima - geralmente a crimes deliberadamente não punidos - como algo “do bem”, em performances amenas e “pacíficas” a fim de que os participantes não sofressem represálias depois.

A pauta que levava os moradores da Providência as ruas em junho foi a “remoção desenfreada” de moradias por conta de obras que não tinham ressonância direta em suas vidas. A desmilitarização da polícia, foi por adesão, também incorporada por alguns moradores, porque era uma reivindicação que os reunia enquanto favelados, já que era nesses locais que essa militarização era efetivada com toda a sua truculência.

Pressão e coação

Quando o pessoal do Morro começou a se reunir mais efetivamente, e com a presença dos apoiadores, as coisas foram ficando mais “devagar”, não se via mais funcionários da prefeitura no Morro, e nem se falava mais das remoções. A pressão diminuiu e muitos pensaram como já haviam pensado antes: que tinha sido só uma ameaça. Como era de costume àqueles que viviam ali, eles entrariam em um estado de suspensão, sem saber o que aconteceria no futuro. Esse estado de suspensão também era extremamente violento, pois era feito um ‘trabalho por dentro’ para fortalecer os boatos e qualificar as ameaças aos moradores:

Ultimamente, está tudo muito devagar. Eles pararam com aquela pressão assim de vir. O que eu posso dizer para você... (riso) Tem aqueles da comunidade, né, que se diz que é da “comunidade”, eles ficam fazendo pressão “Ah, você tem que sair. Você tem que sair”, mas não é assim, gente! Não é assim. Não é assim. Não é assim. Não é assim. É muito índio para pouco cacique. É muita gente querendo mandar e no final é tanta promessa

horrorosa, tanta promessa horrorosa e você fica como? Ultimamente, eu estou vendo, eu estou vivendo uma coisa aqui que eu não estou aguentando. Eu estou com uma vizinha do meu lado, a coroa está sendo coagida todo dia. “A senhora não vai sair, não? A senhora não vai sair, não? Tem que sair”. Não é assim, gente, que a banda toca! Não é assim que a banda toca. A pobre da velha, a pobre da senhora, eu estou vendo a hora dessa mulher ter um enfarto e ninguém toma uma providência. Eu... eu tentei interferir três vezes. Mas da última vez ela falou para mim, tipo assim “Ai, tem que ir” ... E eu falei “Ah, então, seja feita a sua vontade”. Comigo, eles não querem fazer essa pressão psicológica.

Margarida nos coloca esse dilema quando de um lado expõe a *pressão psicológica* que estava sofrendo sua vizinha, uma senhora muito idosa que vivia com o marido na casa da esquina ao lado da sua e em como isso também gerava sofrimento nela que tentava interferir, tentava fazer com que a senhora se acalmasse, não sucumbisse a pressão gerada pelo terror. Margarida ensinava a senhora a resistência necessária para lidar com essa situação sem romper, sem morrer ou se resignar e sair. A pressão sofrida, no entanto, era terror porque não era feita somente pela prefeitura, mas por alguns moradores beneficiados pela prefeitura – com material de obra, trocas, facilidades – que eram aqueles que aterrorizavam o igual, por estarem ao lado do poder hegemônico. Esses homens que não eram mais do que dois ou três, eram considerados ardilosos e perigosos, porque faziam negócios e davam as mãos aos três “poderes” que atuavam na região – tráfico, polícia, secretaria de habitação – costurando trocas com as quais aumentavam seu poder e a capacidade de fazer terror com o restante dos moradores. Certamente que esse trânsito não era harmonioso para esses sujeitos que também estavam sob muita pressão. Cada vez que algo fugia do controle que orientava as ações da prefeitura: que era o caso da ação civil pública que impedia a continuação da obra na Providência; o caso das denúncias de violação de direitos humanos que transcendiam o caráter local; ou mesmo uma “megaoperação”⁴⁷⁹ que buscava desarticular as redes de tráfico, por exemplo. Eram situações que expunham os que faziam a coação também a uma grande pressão, que era respondida com mais pressão aos moradores, muitas vezes.

⁴⁷⁹ Em março de 2013 foi finalizada mais uma megaoperação policial (300) que prendeu mais de 40 pessoas – policiais e sujeitos ligados ao tráfico – e buscava mais 70 na região dos arredores da Providência. A operação teria iniciado dez meses antes e teria usado câmeras escondidas, grampos, câmeras de alto alcance, escutas e infiltrados. Essa foi a primeira grande operação depois da instalação da Upp. Focada na área de baixo do morro, justamente nos casarões condenados por sua insalubridade que as buscas foram feitas e os depósitos encontrados. Os dez meses de operação remonta a uma investida na região em torno da favela da providência para apreensão de usuários de crack, já que o local é um dos maiores focos de consumo do Rio. Desencadeada pela DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente a operação de retenção de usuários desencadeou na retenção dos “bandidos” policiais e dos sujeitos ligados ao tráfico.

Considerados “mafiosos” esses sujeitos eram vistos andando pela comunidade, fazendo visitas “surpresa” aos moradores que se negavam a sair, coações diretas ou indiretas, com piadas e ameaças veladas. Um deles era visto dirigindo uma caminhonete de um instituto estadual ligado ao meio ambiente e era conhecido por supostamente trabalhar nessa instituição, o que nunca foi confirmado. Certa vez um dos defensores o teria descrito como o “disseminador do mal”.

Era um sujeito que quando havia alguma fala oficial ou audiência pública na comunidade, estava sempre posicionado atrás do secretário de habitação, junto com funcionários e a equipe da secretaria. Ou ficava ao lado do subprefeito da região, de modo que quem o via, achava que ele era funcionário ou contratado da prefeitura, o que acabava legitimando o seu poder e aquilo que ele falava. Aparecendo publicamente ao lado do secretário e sua equipe, ele afirmava o poder de suas ameaças, confundia as pessoas e, claro, as aterrorizava. Elas tinham medo que algo acontecesse com elas, com seus familiares, ou pessoas queridas, elas achavam que não tinham como escapar da remoção diante desses meios. Margarida e Rosa - uma companheira sua de resistência cotidiana à pressão e ao terror sofrido diariamente para que elas saíssem de suas casas - eram algumas vezes consideradas loucas pelo restante dos moradores que diante da pressão, decidiam sair.

Para entender o terror é preciso lembrar o que Margarida nos diz sobre a chegada da prefeitura na casa dela. Primeiro a prefeitura marcou as casas e depois de muita contestação diante da coação, foi que o órgão veio oferecer através de algum assistente social as justificativas para a realização da obra - sempre dinâmicas e cambiáveis. No caso de Margarida a prefeitura tinha estado em sua casa, marcado e medido, sob uma justificativa bem específica, iriam melhorar a casa onde ela vivia. Um prédio com pelo menos setenta anos⁴⁸⁰ ele precisava de reparos internos e externos, pois tinha muita infiltração e mofo em todo o seu revestimento externo. Margarida sabia disso e sabia que a prefeitura podia fazer essa reparação e estar interessada nela já que prédio ficava em uma parte da comunidade com acesso intenso, em frente à Praça. Ela autorizou a entrada dos funcionários diante dessa justificativa. Após alguns meses começaram a chegar as intimações para comparecer nos setores diversos, notificações de que seu cheque estaria pronto, chegaram cartas que diziam que ela era a proprietária, ameaças, telefonemas indicando que seria melhor para o bem dela que ela saísse, começara o terror. A Praça já não seria mais Praça viraria terminal de teleférico, a casa não seria mais reformada como explicaram os funcionários no interior da

⁴⁸⁰ Conforme Margarida o prédio era de 1938.

sua casa, precisaria ser demolida. Foi tudo mudando. A projeção era de que alguns meses depois de demolida a casa seria adaptada para uma moradia com cerca de 20 apartamentos, sem garantia de que Margarida permanecesse em um deles. Ou seja, em todos os casos, diferente do que foi dito, ela teria que sair. Essa desconfiança e sentimento de impotência eram parte também do terror narrado por ela:

Porque por fora, vamos dar a Cesar o que é de Cesar, que a frente está horrível? Está. O fundo está precário? Está. Mas é o meu teto, é a nossa casa, para quem vive aqui. Nunca pensei, o tiroeio, tempo que passou, nunca pensei em sair daqui. Não, não, não, não. Muito pelo contrário. Eu espero que eles pensem bem o que eles estão fazendo com a gente na comunidade. Deixa a gente no nosso canto, arruma nossa casa, reforma, deixa a gente aqui. Quer botar um aluguel? Bota um aluguel acessível, regulariza a nossa situação na água. A Light passou por duas vezes fazendo recadastramento, bota o nosso relógio direitinho ali, arruma a nossa frente da nossa casa. Está tudo bem. “Ah, vocês vão ficar aí, vamos botar uma taxa x”. Tudo bem. Quem quiser fazer parte, faz. Quem não quiser, eles tira, bota outras pessoas para morar e faz a mesma coisa com a gente, entendeu? Mas eu não tenho vontade de sair da minha casa, não. Continuo dizendo, saio daqui para ir lá para o Caju quando eu morrer. E não pretendo morrer agora não. Não, não, não. Ainda tenho muita coisa para viver.

Inicialmente numerosas, as obras previam: um teleférico, um plano inclinado, um centro esportivo, um museu a céu aberto, construção de moradias, obras de saneamento básico, remoções de casas que estariam localizadas em área de risco. Segundo o projeto licitado, a área do AP – um prédio de apartamentos vizinho do prédio de Margarida - seria destruída para a construção de um centro esportivo, e esses foram os primeiros moradores a serem removidos da Providencia, por intermédio de um aluguel social. Vivendo em uma parte muito próxima do AP, Rosa sofreu as consequências da demolição como ninguém. O prédio que foi declarado como precário pela prefeitura foi apenas parcialmente destruído pelos funcionários da SMH, e com bastante dificuldade. Quando começaram a remover as famílias o nervosismo daqueles que resistiam foi ficando maior. O desejo de ficar era grande, mesmo com uma taxa, com os custos muitas vezes altos da regularização, como sugere Margarida, mesmo que uma das características de uma moradia na favela deixasse de existir – os poucos encargos, o baixo custo para a moradia. O AP era um prédio sólido, mas a alegação da prefeitura para demoli-lo a fim de construir o centro esportivo era de que estava caindo, com infiltrações, condenado:

Como eles falaram que o AP tava *caindo*? olha eles tão quebrando cabeça para derrubar aquele AP e britadeira e tudo, se o AP tivesse caindo numas três pancadas que eles estavam dando não tinha caído? Dizem que vão fazer um centro esportivo, vai sair metade do centro esportivo, lugar que rola muito dinheiro, não sai [Francisca]

Era comum entre os moradores que se notasse uma certa felicidade ao olhar a dificuldade dos pedreiros em colocar o prédio no chão, é como se a estrutura de concreto estivesse se vingando de tudo o que haviam passado os moradores, e claro, ainda passariam com as arbitrariedades da prefeitura. O AP ainda segue parcialmente destruído e hoje é mais uma das ruínas promovidas pelo Morar Carioca nas favelas do Rio de Janeiro. A placa onde se lia Centro Esportivo não durou muito tempo pregada no tapume que delimitava a “obra”. Em novembro de 2013, após dois anos de aluguel social 34 famílias oriundas desse lugar foram realocadas no loteamento construído na Rua Nabuco de Freitas, em um dos 7 blocos que compõe o condomínio, o único loteamento construído dos 6 previstos pelo projeto. Inicialmente na “Planta Geral de Urbanização do Projeto Morar Carioca”⁴⁸¹ estava planejada a construção de 639 unidades habitacionais na região: 58 unidades na Ladeira do Farias nº 91; 20 na Ladeira do Barroso – prédio onde morava Margarida; 4 no Centro Histórico; 131 na rua Nabuco de Freitas; 77 na rua Cardoso Marinho nº68; 349 na Aldomaro Costa nº83 – e previa a remoção de 832 casas.

Margarida diz que as casas estavam precisando de uma reforma, destaca o estado precário das paredes dos fundos do prédio, corroídas pela umidade e pelo tempo. Mas ressalta que isso não a fará sair dali, como também não saiu na época do tiro para todos os lados. Ela tinha vivido o seu quinhão de sofrimento ali naquela casa, ali naquela comunidade. Queria ser contemplada com obras sim, mas que fossem melhorar a qualidade do seu *teto*, queria um *reloginho direitinho*, para medir a água, não negaria pagar um aluguel acessível, como já tinha pagado no início de sua moradia ali. O que ela não iria aceitar é que chegassem fazendo pressão, a colocassem em uma situação de *terror psicológico* – com privação de informações, boataria, com os moradores desconhecendo o número exato de casas que serão removidas, os motivos exatos e os procedimentos de realocação que serão adotados para dar conta daqueles que saíram. Além disso, não aceitaria que as casas fossem marcadas para serem removidas com as iniciais da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) sem o consentimento dos moradores. As casas que foram esvaziadas e demolidas para as “melhorias” muitas delas tornaram-se escombros e entulhos que ainda estão na comunidade piorando a qualidade de vida de quem permanece no local.

A luta pela permanência era algo perseguido pelos moradores do Morro da Providência, e das diferentes ocupações que compunham o perímetro portuário do centro do

⁴⁸¹ Planta conseguida por uma arquiteta integrante da rede por intermédio de suas relações pessoais com integrantes do governo ou por intermédio do mandato parlamentar a qual prestava serviço nessa época.

Rio de Janeiro. As remoções forçadas converteram-se na principal evidência dos interesses do governo municipal em transformar os espaços de moradia em atrativos turísticos.

A atuação do poder público gerava um grau de tensão e desconfiança que fragilizava as pessoas, colocando muitas vezes *morador contra morador*. Ao mesmo tempo, eram esses os momentos que tornavam visível a ação dos apoiadores técnicos e organizações sociais na produção de informações que atestavam a violação de direitos e se contraponham aos poucos dados disponibilizados oficialmente – geralmente disponibilizado pelos apoiadores.

Fruto da contestação de alguns moradores, grupo a qual Margarida se incluía, a ação civil (ACP) pressionou o município para apresentação dos documentos relacionados ao projeto para a área e principalmente para a realização de audiências públicas para a avaliação dele. A pressão resultou em diminuição no número das famílias que seriam removidas, no entanto não solucionou o problema daqueles que já tinham saído de suas casas para as obras e ainda viviam com o aluguel social.

A suspensão das obras e a resistência dos moradores garantiu que um canal de negociação fosse aberto com a prefeitura quase dois anos depois do início das obras. É importante ressaltar que esse canal foi aberto somente em setembro de 2013, período posterior a onda de manifestações ocorridas massivamente em todo o Brasil. Desde esse mês, representantes do município realizaram reuniões com os moradores, defensores públicos e apoiadores na tentativa de negociar a retomada da execução das obras.

Morar é um direito, ocupar é um dever

Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) estimam que no Estado do Rio de Janeiro exista um déficit de 483 mil unidades habitacionais, a maior parte concentrada na região metropolitana (362.335). As políticas de enfretamento desse problema ficam muito aquém do necessário e o problema tem se agravado a cada dia com o estabelecimento das Parcerias Público Privadas e o uso da terra pública para os interesses empresariais. No atual processo de reordenamento das cidades, a população que mora nos lugares com pouca infraestrutura – os moradores de favelas e ocupações - é seguramente a mais atingida pelas violações de direitos e a menos priorizada nesses processos de *melhorias*. A luta era parte da permanência naquele espaço, porém era extenuante para as moradoras, em alguns períodos:

É difícil, você sabe, é difícil. Tem hora que passa assim na minha cabeça, aí eu lembro do meu pai. É igual meu filho “Ai, mãe, deixa isso para lá”, eu falei “Não. Não vou deixar não. Eu vou até o final”. E eu tenho a certeza de que eu sou uma vitoriosa. Eu vou

até o final, não vou desistir não. O meu pai está me dando força. Ultimamente, tenho lembrado muito dele. Ele está me dando força, tenho certeza. Não vou desistir, não. Não vou desistir. Eu vou até o final. Nós não temos uma comissão de moradores? Eu faço parte dessa comissão de moradores, eu vou até o final. [Francisca]

A comissão de moradores foi uma alternativa - dos moradores que estavam na “linha de frente” das obras impostas pela prefeitura - a Associação de Moradores, que segundo os primeiros, servia aos interesses de outros poderes, e não atendia os moradores. A comissão foi criada e fortalecida em torno da ACP, sendo que o grupo que permaneceu junto – indo em reuniões, fazendo reuniões e consultas à defensoria – era o que havia entrado com o pedido da Ação. Alguns moradores da comissão frequentavam com regularidade o FCP e esse Fórum foi importante para fortalecer a articulação. A frequência desses moradores no Fórum, no entanto, foi diminuindo a medida que a comissão se fortalecia e também após junho de 2013, quando o fórum minguou⁴⁸².

Eu me garanto em mim e nas forças que eu tenho em Deus. Vou até o final. Já passamos situações horríveis nessa comunidade. Era tiroteio, era de dia, de manhã, de noite, era qualquer hora, não apareceria ninguém para socorrer a gente. Agora que a comunidade foi pacificada, nós estamos sendo convidados a se retirar dela? Não é assim, não. Tem oito anos que eu deixei de pagar aluguel. Justamente, por que? Pagava aluguel, pagava tudo, aí tinha coisas que é do próprio proprietário que tem que fazer, eles não apareciam, nunca davam a cara. Eu só ficava pagando aluguel, pagando. Parei. Parei de pagar o aluguel. Parei de pagar o aluguel em 2003. Também nunca mais apareceu ninguém para nos procurar. Nem para saber se a gente estava vivo ou se o prédio ainda estava em pé, ninguém. Isso era pago numa imobiliária. Tinha o contrato. Queria ter esse contrato para mostrar, mas, infelizmente, foi que no meu guarda-roupa deu cupim (riso) Eu perdi muito documento. O que eu posso melhorar dentro da minha casa, eu melho. Agora todos nós, está todo mundo estacionado. [Francisca]

O que é interessante notar é que eu faço perguntas sobre sair, sobre essa liberdade de ir e vir que trago nas minhas perguntas, mas que todavia, não coincide com a real possibilidade de mobilidade que os moradores têm ali. A violência policial, o temor era algo que era necessário conviver para sobreviver, pois não haviam tantas possibilidades assim de mobilidade fora da favela, não havia moradia ‘barata’ na cidade. Por essa razão também que era preciso reforçar as coisas boas, o caráter de sofrimento como um passado a ser lembrado e acalentado, já que o presente tinha que ser melhor, tinha que recompensá-los por essa dor. A liberdade de ir embora diante da *época braba* nunca foi uma realidade, não era uma

⁴⁸² Soma-se a isso um ambiente polarizado, formalizado, pouco dinâmico e afeito aos debates acadêmicos que era o ambiente do Fórum, que foi aos poucos desgastando as relações ali criadas.

alternativa tão forte, é claro que a resistência foi dura como narram todos os moradores, um *desespero* diante dos tiros e da possibilidade de alguém mais próximo ser atingido por eles⁴⁸³.

Porém sair por espontânea vontade não era uma realidade para a maioria:

Eu moro aqui já tem mais de 20 anos. Mais de 20 anos. Só o meu filho tem 22 anos, aqui. E digo para você: eu não quero sair da minha casa. Eu não sou obrigada a sair da minha casa. Eu só queria que nessa hora que a gente mais está precisando, alguém, os donos, ou quem sobrar do passado, que aparecesse aqui para, pelo menos, para nos dar uma ajuda. [Francisca]

A situação era tão delicada que Margarida já estava desejando que alguém do passado aparecesse para atestar alguma verdade sobre o prédio, algo que pudesse auxiliá-la a permanecer na casa. O proprietário que provasse pelo menos que ela não era louca que os papéis enviados para a sua casa eram falsos, que a verdadeira loucura era a prefeitura ser responsável pelo seu envio, ou no mínimo, por não atuar contra esses envios e contra essas ameaças. Os imóveis na região portuária eram conhecidos pela antiguidade de seus registros de propriedade, que com as mudanças administrativas que passou o Rio de Janeiro tinham muitas vezes perdido a linha sucessória, de modo que não era fácil achar de quem era a propriedade. Isso todavia não foi um facilitador para aquele que tinha como Margarida comprovação de posse e residia ali há mais de 20 anos, era uma oportunidade a mais para que ela saísse por uma desapropriação a baixo preço, que dificilmente seria paga a ela:

Na época, quem deu o nome, quem se prontificou a fazer, a ser responsável por esse aluguel dessa casa na época foi a minha irmã. Ela foi até a imobiliária, deu o nome dela e quem pagava o aluguel éramos nós. Aí depois fiquei desempregada, eu e essa amiga, aí passamos para uma outra colega que continuou. Aí depois eu fiquei grávida, com 30 anos. Estou com 52 agora. Aí essa própria pessoa que ficou nesta casa, na época, falou assim para mim “Estou indo embora. Eu vou te entregar a chave nas tuas mãos, porque na hora que eu mais precisei você me cedeu. Então, como eu estou indo para o meu próprio apartamento, eu te retorno a chave”, aí foi quando eu vim para cá com meu filho, de novo. (...) Já morei com colegas em Jacarepaguá, já morei em Parada de Lucas, Catete. Mas desde o momento em que eu tive o meu filho, eu falei “não, tenho que ter o meu teto”. Eu comecei trabalhar, comecei trabalhar no antigo Mar e Terra. Otur Turismo, num escritório de turismo. É, acho que em 94. O meu filho na época era pequeno. É, foi quando aconteceu esse problema comigo. É, eu saí de lá em 94. Fiquei viúva, o dinheiro que eu recebi, no caso, quem recebeu foi meu filho. Comecei dando uma reforma um pouquinho na casa, comecei da cozinha, comecei no banheiro, quando eu já estava me prontificando a fazer minhas duas salas, o quarto, né, aí veio essa bomba aí. Foi quando chegou o Morar Carioca aí. E esse Morar Carioca, ele não chegou a dizer em “remoção”,

⁴⁸³ Ainda havia troca de tiros, porém não com a intensidade de antes.

em “desapropriação”. Isso aí veio bem depois. Por que? Uma falta de consideração com o ser humano. Uma falta de consideração com o morador da comunidade. Eles poderiam ter feito isso tudo muito antes. Entrava uma equipe social dentro da comunidade e mostrava “Gente, olha, o Morar Carioca entrou, agora nós vamos conversar no que vai acontecer” para deixar as pessoas tranquilas. Mas não. Isso foi um choque elétrico que está dando no povo. O que já tem de gente quase se enfartando por aí. Eu sou uma, ainda não enfartei, porque eu sou uma mulher de muita fé. Vou com a minha luta até o final. Hoje em dia é isso aí que você está vendo. Você anda sobressaltada. [Francisca]

Em seu livro “Autobiografia de um espantalho” Boris Cyrulnik (2009) discorre sobre os processos, barreiras e delineamentos da resiliência, no campo da psicologia que lida com traumas psíquicos. Foi um livro extremamente facilitador de algo que vínhamos percebendo nos relatos e na convivência com os moradores e que antes da leitura dessa obra tivemos dificuldade em delinear. Para o autor a resiliência é um processo de desdobramento, de conhecimento e reconhecimento de dores e feridas profundas, de sofrimentos passados, e a convivência com eles. É um processo que está condicionado a “ferramenta verbal” (2009:205) e a “dor de viver” como algo que, não só é intrínseco a esse ser humano que sofreu, como só essa dor verbalizada que o constitui o ser humano.

Nas palavras do autor “um espantalho sofre menos que um humano do qual é a caricatura”. A construção da resiliência é um aprendizado lento das nuances da dor e do sofrimento na vida do candidato à resiliente e é distinta da resistência tal qual a resistência operária, por exemplo. Essa última, estaria no âmbito das “defesas rudimentares” (2009:51) que muitas vezes se apegam e se afeioam a pequenas batalhas que devolvem ao resistente de forma mais imediata a estima perdida. A resiliência é processual, não imediata. Para o autor a resistência é a aparência de identidade de grupo, e principalmente de uma identidade de vítima, em que o boato em sua capacidade de agregar os “atingidos” facilitaria a estagnação nessa condição. Alguns esforços de apoiadores, movimentos, diante da mesma dificuldade de expressar a dor, facilitariam a defesa arcaica dos moradores, endurecendo o resistente como um tijolo, sujeito a esfarelar se em um golpe mais profundo.

A resiliência que entendo aqui como um projeto que parte do reconhecimento de si enquanto um ator de sua luta “vou com minha luta até o final” é uma alternativa ao seguimento, é não ter mais saída senão viver e exigir ser humano. É não viver mais “como vivem os espantalhos, madeira na alma, palha nas mãos”, é refletir sobre sua vitimização, porém não de maneira a perder-se nela. O “choque elétrico” do governo municipal no povo foi uma maneira de tentar destruí-los, mentir para eles, não falar em remoção, e depois prometer que não haveria nenhuma remoção - era uma forma de agir desse poder municipal

que, como disse Margarida, configura “uma falta de consideração com o ser humano”. Destruir os funcionários do município, no entanto, em uma espécie de vendeta, conformaria um “delírio lógico” (2009:53-57) de que toda o mal estaria concentrado ali, e que o seu fim seria o fim do mal e das maldades. Nos detendo na forma como o Estado age nesse caso, com ausência de consideração com esses moradores, fica mais claro que a saída não é destruí-lo, mas reivindicar o estatuto de humanidade, o respeito à dignidade da humanidade, seu reconhecimento por parte do poder público.

O remanejamento da memória, os relatos das diversas ocupações, das dificuldades, operações, perdas, alegrias, a força das relações sociais feitas nos espaços de onde são ameaçados de remoção, a relevância do “lugar” enquanto categoria política de pertencimento; esses esforços são minúcias da dor que - relatadas, verbalizadas - modelam o resiliente.

Se no início da entrevista com Margarida a sua escolha narrativa me pareceu estranha e expus minha compreensão funcional de sua opção: que desejaria relatar o caso como prova jurídica; após a releitura das entrevistas, ficou claro que sua escolha. Ela escolheu partir desde o ponto que sentiu que mentiram para ela e a trataram desumanamente. Ponto em que ela reconheceu as dificuldades e quiçá desumanidades que viveu naquele presente, mas que refletiam outros vividos durante e anteriormente em sua vida. O remanejamento dessas dores e dificuldades na forma da luta era se constituir enquanto resiliente.

As conversas em encontros e Fóruns, em espaços de diálogo, a sociabilidade das reuniões tinha esse potencial, pois operava com as ferramentas verbais necessárias para a reflexão de suas experiências e construção de memórias. No entanto, era notável que alguns coletivos pareciam mais preocupados em resistir, na construção de sujeitos revolucionários moldados em ações performáticas (Gurgel, 2013) do que em provocar a resiliência, os remanejamentos da vida em uma favela diante de um Estado com práticas disruptivas sob seus lugares e percursos afetivos.

As violências impressas: mais marcas

Para você ver, eu hoje só tenho essa visão do meu lado direito. Então, aqui dentro cada dia que passa, a tendência é o que? Como você só tem uma máquina, essa tendência é o que? Aqui eu ando tranquila para um lado, para o outro, eu saio tranquila. Agora eu vou para um lugar em que eu não conheço as pessoas, que eu não conheço nada, o que vai ser de mim? As pessoas já me conhecem. Olha, aqui para mim é perto para tudo. É médico, graças a Deus, não sou aquela de precisar, né, vou ali, aqui é perto. Souza Aguiar, pode não ter nada, mas tem o Souza Aguiar, tem o mercado perto, é só descer, né? Banco para

mim receber meu pagamento perto. Agora eu saio daqui e vou para onde? Vou para onde? Não, não. Aqui eu tenho todo um histórico de vida, já tenho toda uma história de vida aqui dentro da comunidade, sabe? Todo mundo conhece. Eu não, quero ficar dentro da minha casa, dentro do meu cantinho. Eu tive meu filho, eu construí meu teto, construí minha família. A minha família ainda continua morando aqui, mora lá em cima. Minha mãe, porque meu pai... meu pai morreu. Meu pai era presidente da Associação desta comunidade. Bato no peito, tenho orgulho de dizer que eu fui filha do presidente da Associação do Morro da Favela. [Francisca]

O problema no olho que lhe limitava a visão era um limitador real da mudança que ela recorre para construção de sua luta e também enquanto uma marca a somar na resiliência às violências sofridas. A vítima que ela foi nas mãos dos médicos oferecidos pelos serviços públicos de saúde do governo do estado, que lhe prestando um mal atendimento, ocasionaram na perda da visão de um olho, não é retomada a partir da condição de vítima, mas ao ser contado a mim, compõe uma reflexão de como a dor ainda era forte, ainda era presente e que por saber bem dela, não aceitaria a remoção. Ela não seria tijolo que se esfarela, mas mola que sofre o impacto e se deforma, remodelando-se, porém, sem se desmanchar.

Erro médico. Foi erro médico. Eu fui para o hospital com sintomas de conjuntivite. A gente sabe que, não vamos generalizar as coisas, mas tem médico que olha para a tua cara mas não te examina “Toma esse remédio”. Então, foi o que aconteceu. Eu cheguei, meu falecido marido me levou, aí o médico olhou para a minha cara {faz um movimento com a mão como se estivesse passando uma receita} Passou seis colírios. Eu vim para casa. Isso foi na segunda-feira. A vista coçava, vermelha! Aí ele disse “Quando foi segunda-feira traz ela de novo”. E os remédios só fez piorar. Quando eu cheguei na segunda-feira para ele fazer uma avaliação, né, aí que ele foi colocar a mão em mim, quando ele foi fazer um fundo de olho em mim {expira com força} ele botou espécie de “tapa”, um negócio tapando aqui e disse “Olha para ali”, aí eu olhei. E ele o que está escrito ali? Eu falei tudo. Tudo bem. Aí quando ele botou aqui, disse “O que está vendo”? Eu abaixei a cabeça. Eu falei para ele que eu não estava vendo nada. E ele “Você não está vendo nada”? Eu falei “Não”. Aí ele pegou, virou e falou assim “Ela vai ter que ficar”. Meu filho era pequeno. “Ela vai ter que ficar”, aí meu marido falou assim “Mas eu não posso deixar ela ficar. Eu não posso deixar ela ficar, porque eu não trabalho aqui no Rio e tem o menino, que é o meu filho”. Diz o médico “Não, não, ela tem que ficar, Tem que ficar”. Aí quando eles foram fazer o exame a fundo eu já não tinha mais essa visão. Aí para completar eu peguei uma infecção hospitalar. Eu fiquei internada no Hospital dos Servidores um mês. Um mês com um filho pequeno. Na época, ele tinha três aninhos. A minha mãe veio para cá para cuidar do meu filho, aí toda noite ela ia no hospital comigo, deixava uma pessoa para tomar conta dele, toda vez. Fiquei durante um mês no Hospital dos Servidores, uma coisa que eu não posso esquecer nunca. Mas está tranquilo, é vida que segue. Eu falo para as pessoas que Deus me marcou para não me perder de vista. Tranquilo, passei, sofri muito preconceito. Muito, muito preconceito.

Muito preconceito! “Ih, lá vai a cega. Ih, olha lá a cega caolha”. Eu fiquei 14 anos dentro do meu quarto escuro. Mas você sabe que essas crianças que hoje eu falei para você, foi que me deu essa força para mim chegar aonde eu cheguei. Por que? Foi através dessas crianças que eu comecei a alfabetizar, eu já não enxergava. Aí eu me entreguei a elas. Na época, eu fiquei muito chocada. E as pessoas “Por que você não processou o hospital”? Ia dar a minha visão de volta? Não ia. “Pô, mas você ganhava um dinheiro”. Gente, dinheiro não é tudo na vida. Ele é muito bom, às vezes, ajuda, mas tem hora que o excesso atrapalha, né? E a vida continua, filha. (...) Agora que a paz chegou, vem isso tudo agora? Não, não dá para aceitar. Tem alguma coisa errada, tem alguma coisa errada, tem alguma coisa errada. E eu espero que esse “errado” saia para fora, para a gente saber, na realidade, o que é. Estou querendo saber. Eu não sei. Fico todo dia pedindo “Senhor, mostra para a gente o que é isso. Por que”? Poxa, tudo que eu queria na minha vida que era ter o teto, ter minha casa, sabe? Aí hoje eu vejo isso tudo se indo já água abaixo. Me dói! Em mim dói muito, ainda mais pela história de vida que eu tenho. [Francisca]

O pai, é aquele que ela lembra em momentos de confronto, por ter lutado, por ter construído pela comunidade e por ter morrido nesse exercício. Era para ela uma fortaleza. Um tanto atrapalhada cometo a gafe da redundância, de questionar se o pai dela – um líder comunitário e presidente da associação da favela - era conhecido na comunidade:

Meu pai? Muito conhecido. Hoje ainda tenho até a carteirinha do meu pai, da FAFERJ. Federação das Favelas. Hoje ele já estaria com quase seus 80 anos. Mas antigamente era tudo de bom! A Associação de Moradores, ela participava com os moradores. Hoje em dia é muito diferente. Muito diferente, muito, muito, muito, muito. Antigamente, era voltado mais para a comunidade. Meu pai, na época, tinha um tal de ticket de leite, aí os carentes iam, se cadastravam, aí todo mês tinha 35 canhotinhos. Aí os bares, as vendas, os armazéns, eles trocavam aquele ticket por uma caixa de leite. Às vezes, por exemplo, você dizia assim “Ai, mas, olha só, não é dá para trocar isso aqui por um pão ou por uma manteiga”? Mudou muito. Mudou muito. Eu me lembro que quando... quando mataram o meu pai. O meu pai, mataram o meu pai, o meu pai foi assassinado. Acho que quando mataram o meu pai. Me lembro, o meu pai morreu em junho de 1989. O meu pai morreu em junho de 1989. Eu chego a me arrepiar. O meu pai morreu em junho de 1989. Meu pai saiu de casa para ser assassinado, em junho de 1989. Acho que... naquela época, acho que ainda tinha o ticket de leite. Eu não estou bem certa assim se ainda tinha o ticket de leite ou se já tinham acabado. É que esse negócio de tempo, de ano, eu não... não gravo, não. [Francisca]

As inúmeras repetições feitas para relatar o que ocorreu com seu pai, parecem uma tentativa de acomodação da morte dele. A repetição sugere uma forma sua de ir buscando o tempo, para a partir dele remontá-lo na narrativa. Ela usou o recurso da repetição muitas vezes em todo o seu relato, “não, não, não”, “mudou muito, muito, mudou muito”, “mataram meu pai”, “mataram meu pai”:

Eu morava na casa lá em cima, na casa da minha mãe, em 1989. Lá em cima no alto do morro... Deixa eu ver aqui. Deixa eu ver se eu lembro alguma coisa aqui {Margarida se levanta da cadeira e vai até um armário em busca de algo} onde está essa carteirinha {se pergunta}, Ih, achei! Achei. Olha, essa carteirinha do meu pai. [Francisca]

A vontade de falar do pai “acho que devo ter aqui a carteirinha” vem também de uma necessidade de estabelecer a diferença entre os tempos que ela viveu enquanto jovem, a maternidade, e a vida adulta na favela – passando pelo período que a Associação cumpria uma função de assistencialismo na comunidade. Vinculando o assistencialismo com o trabalho do pai na comunidade, ela destaca e tenta descrever como eram esses outros tempos, que estranhamente eram melhores, apesar da morte desse pai, apesar do que fizeram com seu olho:

Ele estava dentro de casa, acho que houve um problema aí, aí mandaram chamar o meu pai. Meu filho ia fazer três meses, aí ele estava comendo. Eu me lembro que ele estava comendo macarrão. Aí chamaram, eu me lembro que chamaram o meu pai. E ele foi. Meu pai foi para nunca mais voltar. Quando encontraram meu pai, depois de três dias, encontraram meu pai enforcado. Lá atrás na Pedra, na Pedra Lisa, numa casa enforcado {pausa de 10 segundos} Aí ficamos... saímos daqui, ficamos uma semana fora, depois nós voltamos e aí estamos aí até hoje. O meu pai, ele era dos sindicatos dos arrumadores. O meu pai era mineiro, minha mãe mineira, eu mineira e minha outra irmã mineira. Nós somos sete irmãs. Aí minha mãe casou com o meu pai e vieram... vieram direto morar aqui na Providência. Era aquelas casinhas de... como é que é? Pau a pique. Era naquele estilo. Aí agora não. Minha mãe agora tem um casarão... Foi aos poucos, foram... Prosperando. [Francisca]

Escutando sua história me chama atenção como ela constrói sua coragem e a forma como ela foi alinhavando algumas memórias ali na minha presença em um exercício de produção da resiliência:

Filha, eu tenho que ter. eu tenho que ter. eu tenho que ser corajosa, eu tenho que ser corajosa. A gente não deve se deixar se levar por tão pouca coisa. A gente tem que botar para fora. Eu posso até ter um derrame, um enfarto, mas eu vou ter esse derrame, esse enfarto lutando por aquilo que eu construí. Lutando por aquilo que eu cheguei até o dia de hoje, eu não vou me deixar levar tão fácil assim, não. Aí diz “Ah, mas ela é toda... Está se garantindo em quem”? *Estou se garantindo em mim mesma.* [Francisca]

Margarida era extremamente respeitada na comunidade, talvez por essa característica de se garantir em si mesma que ela destaca quando se vê sem garantias, agora e em relação ao que viveu no passado. Nas duas vezes que o tráfico chamou a Comissão ou algum representante para conversar, Margarida sempre estava no grupo, quando não era ela que

explicava a situação para os líderes. As chamadas sempre estiveram associadas a relação desses moradores com as obras e remoções. A primeira vez tinha sido no ano de 2011, quando Seu Carlos foi procurado e acabaram todos se reunindo para conversar em sua casa, principalmente sobre os abusos que o tal “funcionário da prefeitura” estava cometendo na comunidade coagindo os moradores para que saíssem delas. A segunda em 2014, após um novo racha⁴⁸⁴ na defensoria pública, ocasião na qual um defensor tentou pressionar os moradores a aceitarem os termos ditados pela prefeitura, sendo que eles já haviam se posicionado com ressalvas aos termos. Nesse ano os líderes do tráfico teriam questionado porque os moradores não queriam assinar o documento e Margarida teve que explicar esse motivo. A maioria dos jovens e crianças que a respeitavam, o faziam também por terem passado por sua mesa de alfabetização, e na qual era conhecida como “tia Margarida”.

A dignidade em um caso de remoção forçada feita pelo estado

Mineira como margarida Catarina era outra corajosa que teve experiência de privação com a prefeitura nesse período. A remoção dos moradores como vimos da região era efetivada pela prefeitura de forma irregular, ilegal, mas por vezes também violenta. Começava por intermédio de boatos sobre as obras, que corriam de casa em casa com as mais variadas versões; depois aconteciam visitas de funcionários, de sujeitos que se passavam por funcionários, e de técnicos que por meio de boatos forneciam as mais diferentes explicações sobre a sua presença ali. Quando não era o caso de chegarem acompanhados de um oficial de justiça para reintegrar a posse de imóvel desapropriado há mais de 20 anos. A iminência da remoção era uma condição que assustava as pessoas, pois ela não tinha nem data certa para acontecer e muito menos vinha acompanhada de um destino preciso com tempo preciso para adaptações⁴⁸⁵. Em nenhum dos casos das remoções e ameaças de remoção que acompanhei durante a pesquisa no Morro da Providência - tanto de moradias: Rua do Livramento, no Bairro da Gamboa; Ladeira do Barroso, Grota e Escadaria; como de postos de trabalho - os projetos foram apresentados ou discutidos com a população. As fontes de acesso - às obras e aos projetos previstos para a região portuária - eram indiretas: os editais de licitação pública divulgados pelo portal de compras do município do Rio de Janeiro; os balanços do PAC; as placas nos locais das obras quando elas existiam; e os documentos apresentados nas ações civis públicas promovidas contra a prefeitura por - entre outras violações - não apresentar

⁴⁸⁴ O NUTH sofre pressão em 2011 e tem sua equipe desmontada, voltando atuar junto as comunidades de forma mais presente só depois dessa crise, em 2012. No fim de 2013 outra crise se estabelece.

⁴⁸⁵ Geralmente as pessoas eram incluídas no cadastro de moradia para o loteamento habitacional concomitantemente a sua remoção.

esses projetos à população. Na Rua do Livramento, que ficava abaixo da Providência, ao sopé do Morro do Livramento a desabituação do lugar foi feita sem justificativa de “obras de melhorias”, mas para que os moradores tivessem uma moradia mais digna.

Na Rua do Livramento o cadastramento dos moradores foi feito concomitante a desapropriação de um imóvel que ficava ao lado da casa de uma interlocutora, de nome Carolina. Para entender o que ocorreu com Carolina, precisamos antes entender a forma da sua casa, e como ela estava na ocupação do terreno.

A habitação de Carolina

Em parte do lote correspondente ao número 186 da Rua do Livramento vivia uma mulher que diferente do restante dos moradores tinha a titularidade do terreno e por isso seria indenizada pela prefeitura. O motivo da prefeitura para a destruição desse imóvel, e da desocupação do outro ao lado deste, era o de construção de novas habitações, que, no entanto, não eram para usufruto daqueles que viviam ali naquele momento. Pela planta arquivada na prefeitura podemos ver que o terreno tinha fundo amplo, e fazia limite com o outro onde viviam dezenas de famílias atraídas pela Ocupação Urbana Machado de Assis⁴⁸⁶.

A casa indenizada, no entanto, terminava bem antes do limite do lote com o outro lote, e ocupava pouco mais de dois terços da área total do terreno.

⁴⁸⁶ A ocupação da Chiquinha aconteceu em 2004, organizada pela F.L.P, a Frente de Luta Popular, que organizou no ano seguinte a ocupação Zumbi dos Palmares, na Av. Venezuela, próximo a Pça Mauá, desfeita em 2011. Estas duas ocupações foram importantes para impulsionar três outras ocupações que aconteceram posteriormente na área central: a Quilombo das Guerreiras, na Av. Francisco Bicalho, em 2006; a própria Machado de Assis, em 2008, na Rua da Gamboa; e a Flor do Asfalto, em 2006, na Av. Rodrigues Alves (conhecida nos movimentos locais como ocupação dos punks). Todas essas se propunham a funcionar em modos não-representativos e não-hierárquicos (Fernandes, 2010). Cinco desses imóveis tinham sido desocupados entre 2011 e 2013 e que abrigavam as ocupações Flor do Asfalto, Quilombo das Guerreiras, Zumbi dos Palmares, Machado de Assis. A única ocupação que permaneceu ativa na Zona Portuária foi a ocupação Chiquinha Gonzaga a remoção dessas famílias além de violenta por parte da prefeitura era por si uma tática de seleção do morador da região, que estou me referindo aqui como uma desabituação, ou seja, um esvaziamento das formas e relações empreendidas pelo habitante em seu ambiente e que por não se enquadrar na seleção é extinta.



Fig.4.4

Conforme vemos na figura 1, a casa de Carolina foi construída em parte desse terreno (retângulo alaranjado), porém o acesso a casa era feito pela entrada 2 do número 186. Caso similar acontecia com os moradores das habitações construídas em uma parcela do terreno do número 192 (sinalizadas em azul marinho), que também entravam para suas casas pela entrada 2 do número 186.

Como vemos na figura 4.4, Carolina, portanto, ingressava em sua casa pela entrada 2 do número 186, e se dirigia até o fundo do terreno, passando pela porta da casa dos seus vizinhos (em turquesa) para, por fim, chegar até a porta de sua casa; identificada no desenho em vermelho.

Esses terrenos não eram divididos em sua origem, como já deve estar ficando claro; foram divididos com o tempo, pelas ocupações e reocupações de parte vazia desse lote ao lado da casa. Me contaram que a antiga proprietária do terreno, tia ou mãe da atual dona, e que morava no único imóvel que constava oficialmente no terreno conforme os registros da prefeitura, há muitos anos atrás tinha sugerido que uma antiga empregada sua fizesse uma casa ao lado da casa “oficial”, aproveitando parte do terreno ocioso do amplo lote. Com o tempo, a família que ocupava o terreno foi aumentando, e as casas também. A dona veio a falecer, e o imóvel ficou abandonado por um período, enquanto, em um curso contrário as casas do lado “vivo” do terreno foram sendo construídas, reconstruídas e melhoradas. O acesso foi identificado com a numeração, um muro para restringir o acesso e, também foi

colocado um portão. Os “relógios de luz” foram instalados ao lado de fora⁴⁸⁷ para cada uma das casas que constavam no lado de dentro.

Depois de algum tempo, e com acesso sempre independente desse outro núcleo de moradias, o imóvel foi reocupado por um antigo parente da falecida, funcionando por um período como comércio. Fechado o comércio, foram realizadas algumas divisões internas e os quartos da casa foram postos para aluguel. Por último, uma pessoa ocupava de forma não contínua o imóvel que estava praticamente desabitado. Essa pessoa tinha sido em tempo hábil avisada pela prefeitura da data da descaracterização do imóvel, a fim de que promovesse a sua mudança dali, retirando móveis e pertences antes que os funcionários da prefeitura chegassem. Para essa desapropriação ela recebeu uma indenização,

A desabitação de Carolina

A chuva caía forte quando Carolina avistou um caminhão da prefeitura estacionado em frente às duas numerações. Os vizinhos estavam alvoroçados na calçada, e ao redor da porta da casa de Carolina. Os técnicos da prefeitura já haviam descaracterizado quase toda a casa desapropriada, que foi desocupada pela moradora uma semana antes. Nessa semana anterior Carolina também foi até a secretaria de habitação se informar sobre o que estava acontecendo ou o que aconteceria naquela área. Já havia boatos de remoção e o cadastramento ainda estava ocorrendo lentamente com os moradores que ocupavam a área externa do terreno da antiga fábrica⁴⁸⁸ (área verde na figura 1) cuja entrada era pela Rua Livramento. Após ir a secretaria, Carolina ainda conversou com diversos técnicos que foram ao local avaliar a casa e outros que iam para negociar com os moradores, muitas vezes coagidos. Todos eles teriam explicado a ela que a casa vizinha seria a única desapropriação - e descaracterização, por consequência - que ocorreria naquele tramo da rua. Disseram que ela ficasse tranquila, que seria cadastrada como todo mundo. Apesar da oferta de moradia⁴⁸⁹ desrespeitar a definição da Lei Orgânica da cidade - que prevê o reassentamento dos moradores removidos em local próximo e com infraestrutura adequada - ficou claro que ninguém seria colocado para rua sem ao menos essa opção.

⁴⁸⁷ Havia cerca de 10 famílias vivendo naquele acesso que dividia endereço entre o 186 e o 192.

⁴⁸⁸ Considerada um terreno separado da Ocupação Machado de Assis, moradia coletiva que ocupava uma antiga fábrica da região e onde viviam aproximadamente 25 famílias.

⁴⁸⁹ A prefeitura oferecia como alternativa a remoção das moradias, casas no bairro de Senador Câmara, que é um bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro distante a aproximadamente duas horas em transporte público da Estação Central do Brasil, que ficava próxima a residência de Carolina. Assim como Triagem, Cosmos e Campo Grande era o destino das famílias que viviam na área do projeto Porto Maravilha. Os loteamentos eram realizados com recursos do MCMV e eram os únicos construídos como opção de moradia imediata para quem era removido por obras na região.

Na semana seguinte, no entanto, quando Carolina chegou até a rua e ingressou pelo portão externo em direção ao acesso que levava até sua casa viu que os funcionários responsáveis pela descaracterização do imóvel do número 186 já haviam chegado até as paredes de sua residência. Com marretas e picaretas eles destruíram o teto da sala e dos quartos de Carolina pensando que tudo se tratava de uma mesma construção. Desesperada ela foi conversar com um deles alegando que aquilo era incorreto, que ela teria ido à prefeitura várias vezes - ocasião na qual apresentou todos os documentos que ela possuía, e que esses papéis atestavam a compra e a residência naquela casa há oito anos - e que esses funcionários haviam garantido a integridade da sua casa. Carolina citou os nomes daqueles com quem havia conversado; narrou aos responsáveis pela descaracterização todas as orientações que haviam dado a ela no órgão público. Trouxe as suas vizinhas - testemunhas das garantias que ouviu - porém isso foi irrelevante. Os móveis, roupas, fotos, eletrodomésticos de Carolina foram destruídos ou jogados para fora da casa, onde rapidamente foram saqueados.

Na tentativa de salvar alguns pertences da chuva, e da ação dos encarregados pela remoção, ela foi juntando - documentos, fotos, lembranças, algumas roupas, utensílios - em uma grande trouxa feita de lençol que facilitaria que ela carregasse tudo com as mãos. Nervosa ela pediu para os encarregados mais sensibilizados com a causa dela fizessem o mesmo para ajudá-la a retirar as coisas de dentro da casa. Uma parte ajudou, porém enfiou na trouxa artigos: de cozinha – óleo, vinagre, detergente; de banheiro; de limpeza; junto com roupas, louças, e papéis; em uma mistura que acabaria inutilizando boa parte de seus pertences. Outra parte dos encarregados disse que não podia fazer esse tipo de serviço, pois eles não estavam ali para fazer a mudança dela, mas para descaracterizar a casa desapropriada. Ela me contou que não conseguia entender porque a sua casa era a única a ser destruída já que todos ali viviam no mesmo número que ela.

Carolina perdeu quase todos os seus pertences nesse dia, além de perder a sua casa. Porém para ela isso não foi o mais dolorido e nem o mais danoso, mas sim a vergonha que passou perante os vizinhos. A humilhação de ter suas coisas jogadas na rua como se fosse uma “qualquer”, uma criminosa. Não era dessa forma que uma trabalhadora honesta como ela deveria ser tratada. Vendo o que viram, seus vizinhos poderiam duvidar da sua integridade; já que assim como Carolina eles também se fizeram a pergunta: porque só a casa dela foi demolida? E sobre essa questão ela me disse que - quanto a casa e quanto as suas coisas - ela daria um jeito de recuperar; a dignidade, no entanto, parecia “manchada”, e não era por óleo de cozinha.

A quadra de Carolina e o que aconteceu com a sua casa mostra que há muitas lógicas espaciais, territorialidades distintas operando em uma mesma área. As plantas oficiais do município não correspondem a como os espaços são ocupados, utilizados, elaborados por aqueles que ali vivem. No nível judicial e legal a propriedade se sobrepõe a posse, que é a expressão mais fiel do sensível: a bricolagem permanente da autoconstrução das casas. É só ela que carrega no processo a força da resignificação do espaço, criação de um lugar e disputa - com a nomenclatura e com a cartografia “oficial” - a sua existência.

Apesar do PAC apontar recursos para construção de habitações de baixa renda na Rua Livramento há apenas um único e pequeno prédio pronto nessa rua, que não deve ter mais do que 8 apartamentos. Para nenhum dos moradores cadastrados foi informado o critério de escolha de quem irá morar nesse imóvel e boa parte dos moradores que aceitaram ir para Senador Camará não aguentaram nem a distância e nem a violência no lugar (foram em torno de 400) e retornaram⁴⁹⁰.

Eles moram hoje na região novamente, ou na casa de parentes, ou em peças alugadas como a que mora Carolina: um espaço de aproximadamente 12 metros quadrados, acompanhado de um banheiro, de uma cozinha e um quarto; que ela divide com a filha enquanto espera a resolução do seu caso na justiça. O funcionário que informou e garantiu que sua casa não seria demolida nunca foi responsabilizado pelo enorme transtorno que ele causou como agente da prefeitura. Inclusive ele continua fazendo outras garantias na região, onde coage e ameaça moradores, fornecendo informações equivocadas. Ele e outros tantos agentes ligados à prefeitura ou a institutos públicos, foram chamados pelo secretário de habitação de “moradores colaboradores” na ocasião de uma audiência pública, visto que alguns deles moram na região.

Antes de viver ali Carolina viveu em outras casas, e apartamentos na Zona Portuária. A região da Gamboa tinha sido o único bairro que viveu no Rio de Janeiro desde que chegou de Minas para trabalhar como cozinheira e copeira em um hotel, local que trabalhou por muitos anos. Atualmente cozinhas para fora, cozinhando e congelando comida na casa de quem solicitasse seu serviço. O telefone fixo que ela geralmente dava como contato e que chamava de telefone do trabalho era da casa de uma cliente regular onde ela ia para cozinhar o alimento que seria depois congelado. Seu trabalho ficava perto da casa da sua irmã no Bairro de São Cristóvão.

⁴⁹⁰ Alguns desses imóveis na Zona Oeste estavam ocupados por milicianos que cobravam dos moradores por segurança e serviços (Brito, 2013:92).

Carolina tinha aproximadamente sessenta anos e foi a primeira das quatro irmãs a vir tentar a vida no Rio de Janeiro. É uma mulher negra, de estatura média, cabelos pretos e alisados. Falava rápido, cheia de suspiros e com alguns cacoetes que poderiam sugerir um sotaque. Apesar de dramática sua narrativa sempre me arrancava algumas risadas, porque ela tinha essa característica de rir de si mesma. Sentada entre cadeiras vazias na sala da defensoria, enquanto contava os detalhes do seu caso ao defensor, fora a única vez que lhe vira chorar. Quando andamos nos escombros de sua casa, quando relembramos o ocorrido por diversas vezes e sempre me parecia mais terrível o que havia acontecido com ela, Carolina terminava a frase dizendo, “o que fazer? Mas ele vai me pagar e eu vou lutar até o fim”. E em seguida dizia para pararmos de falar de coisas ruins e me oferecia um pedaço de torta salgada ou de lasanha. O quarto em que ela morava guardava todos os seus pertences, tudo que ela conseguira salvar naquele dia chuvoso. Eu insistia que não se preocupasse, mas ela sempre pedia desculpa por me receber naquele espaço que era onde ela vivia, mas que ainda não conseguia chamar de casa.

CONCLUSÃO

Em geral a condição das cidades sede não havia mudado tanto após a realização da Copa e as obras ao invés de melhorar pioraram a drenagem do solo, o que ocasionou um acúmulo de água e sujeira nos buracos abertos em torno dos canteiros. As chuvas de dezembro de 2013 interditaram a cidade do Rio de Janeiro em apenas um dia. Não foi diferente em cidades do Espírito Santo, e de Minas Gerais e, também em Porto Alegre, cujas intempéries provocaram perdas⁴⁹¹, destruição de lares, congestionamentos. No Rio, os efeitos das chuvas de verão sempre foram objeto de medidas e políticas ambientais e da ação da polícia civil, no entanto, parte do *legado* da Copa e das Olimpíadas eram as obras de contenção de águas; pensadas para conter o volume das chuvas e não inviabilizar o trânsito e a circulação na superfície da malha viária. E todas elas falharam. Avenidas recém entregues e integrantes do pacote de *melhorias* para os megaeventos foram inauguradas sem sistema de drenagem. O sistema de telefonia parou de funcionar, faltou luz e abastecimento de água potável em diversos bairros da capital por mais de três dias. O prefeito da cidade foi até a televisão explicar para a população o ocorrido declarando que as obras tinham mesmo alguns problemas, finalizou pedindo para que as pessoas não saíssem de casa⁴⁹² até que a chuva parasse. Foram centenas de desabrigados, ruas alagadas; serviços e comércio ficaram fechados porque ninguém podia se locomover para o trabalho. Em janeiro de 2014, chegou a vez do secretário de transportes fazer uma declaração análoga a do prefeito. Após o descarrilamento da linha de um trem na região da baixada fluminense, e que prejudicou a mobilidade de 600 mil pessoas, o secretário pediu que as pessoas evitassem o centro da cidade.

O sentimento que pulsava e mobilizava - pequenas revoltas, atos e barricadas - nos subúrbios e favelas era o mesmo que animava algumas reuniões dos grupos mais organizados da rede de contestação: a cidade mudaria um pouco com os investimentos em mobilidade feitos para a Copa, mas nada mudaria para a maior parte daqueles que circulam nela.

Longe das grandes cidades, nesse mesmo período do verão de 2013, acontecia isolado na Costa do Sauípe (BA) o sorteio oficial das chaves com as seleções que competiram no campeonato de 2014. Por ocasião desse sorteio começou a circular com

⁴⁹¹ No fim de março de 2014 bem longe das cidades-sede o Rio Madeira sofreu uma cheia histórica em decorrência da exploração energética do Complexo Madeira com as usinas Santo Antônio e Jirau, licenciadas durante a gestão de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente, em 2007. Cidades ficaram por meses imersas em níveis de água que chegou a atingir em alguns trechos 19 metros.

⁴⁹² “Prefeito do Rio pede que população evite deslocamentos durante a chuva”, *GI*, 11/12/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/12/prefeito-do-rio-pede-que-populacao-evite-deslocamentos-durante-chuva.html>>; acessada em dez. de 2013.

bastante frequência - nos canais abertos e fechados de televisão, no *Youtube* e nas redes sociais - campanhas dos patrocinadores do evento, que tentavam incentivar “a torcida” e sensibilizar a população a proximidade dos jogos. Marcas como Coca-Cola, Itaú, *Adidas*, *Hyundai*, *Visa*, *Nike*, e claro, propagandas do governo buscaram “aquecer” o torcedor brasileiro exaltando sentimentos de coletividade, hospitalidade, ousadia, criatividade e a excepcionalidade do povo e da seleção brasileira com chamadas como: "a copa de todo mundo", "a nossa copa", “ouse ser brasileiro”, “todos são bem vindos”, “a Copa das copas”. As campanhas mostravam “as belezas naturais” do Brasil; imagens do povo torcendo nos estádios; garotos jogando em seus bairros e campos improvisados; cenas de jogos nos estádios já finalizados; atletas da seleção driblando adversários; um trabalhador brasileiro atendendo com cuidado ídolos de seleções que derrotaram e eliminaram o Brasil em outras competições.

Para aqueles que vieram assistir os jogos no Brasil, para os que lucraram com a vinda do evento, para os que foram até o estádio, para os latinos que há muitos anos não assistiam os jogos da Copa em um destino tão próximo de suas casas, teve Copa. No entanto, como ressaltamos no início desse trabalho, não foi com esse grupo que fizemos a pesquisa, e para aqueles com quem dialogamos a Copa e as Olimpíadas eram lembradas por intermédio das obras de intervenção para a realização desses eventos, obras urbanas que não foram de *melhorias*, pelo contrário, que ameaçaram a casa e o bem estar de diversas pessoas.

Diferente das cidades que mudaram sem se transformar, mas afetaram a vida de milhares de pessoas, a imagem do governo federal mudou bastante nesse período. Começa de uma maneira no início dessa tese, e ao final dela tem uma imagem completamente distinta. Não que a mudança de imagem represente uma mudança estrutural, que de fato não ocorreu entre 2010 e 2014, porém, é importante que se diga que o governo Dilma começa o 2013 confiante na reeleição no ano seguinte. Os atrasos nas obras, desgastes com a FIFA e, também a pressão internacional para uma reação às centenas de remoções realizadas por causa das obras da Copa do Mundo não tiraram o favoritismo da candidata. Como vimos nessa tese, a realização da Copa das Confederações concomitante as Jornadas de Junho, formou uma conjuntura desastrosa para a imagem desse governo junto à população. O que contribuiu para uma eleição polarizada, acirrada e moralmente desgastante entre a candidata do PT e o candidato do PSDB, ao fim de 2014. Muito ainda precisa ser pensado sobre a relação entre as Jornadas, o desgaste político dos governos do PT, na conjuntura de um país com cada vez mais cidades, com cidades ainda mais populosas. Oferecemos algumas pistas para esse dilema a medida que debatemos sobre a relação do PT com a reforma urbana, e

com os processos de implementação de políticas participativas nos Planos Diretores e regulações nas cidades brasileiras, ao longo desses últimos 12 anos. O direito à cidade enquanto forma legislativa, foi uma conquista de militantes que vinham ou integravam o partido antes do início dos anos 2000 quando o Estatuto da Cidade foi publicado. É curioso pensar que um dos eixos de crise no governo é o desgaste do modelo participativo, que foi o que o consolidou como um partido mais apoiado nas causas populares.

Conforme disse Marcelo Pomar (2013:15) “vivemos o tempo das grandes cidades”, que desde a “aldeia global” (Muñoz e Di Felice, 1998) de 1994, é também o tempo e o contexto dos confrontos e das manifestações - em São Paulo, em San Cristobál de Las Casas, em Madrid, Seattle, na Praça Tahrir, em Wall Street, Tunísia, Rio de Janeiro, Santiago, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador. Com destaque para o esforço dos insurgentes na demarcação e retomada do espaço público como lugar de debate, de compartilhamento das indignações e das reflexões, como espaço para se construir a política.

Se a criação de diversos conselhos (algumas vezes pouco propositivos) gerou um desgaste na relação com a esfera pública, um reposicionamento e reavaliação de uma parte dos movimentos que compunham a *luta* sobre as estratégias futuras, a experiência vivida em nível federal não era tão diferente do que havia ocorrido na década de noventa, em Porto Alegre nos últimos anos do PT no governo do município. Conforme nos relatou Avritzer (2013), não há dúvida que o processo do OP foi importante na distribuição de bens e serviços para a população de baixa renda, e também na construção de uma identificação dessa parcela com o PT, no entanto, parece que a população ainda não foi capaz de “alcançar o centro dos governos e das suas políticas”. A prova disso seria a sensação de que há cada vez mais políticas e decisões que passam fora dos processos participativos, e isso estaria ligado a um “esgotamento de certas políticas” como o OP. Mas não só a isso, como indica o autor, se deve também a um processo de normalização política que aponta para o centro vivido pelo próprio PT atualmente. Parte do que culminou no levante de junho, também tem um embrião nesse esgotamento e nessa tentativa de normalização dos processos participativos por parte do governo federal.

Como vimos ao longo da tese, essa normatização, no entanto, não parece atingir o cotidiano de nossos interlocutores, que seguem a margem desses mecanismos, e alguns deles nem chegaram a participar efetivamente de “certas políticas”, que é o caso daqueles que viviam na Providência. Para esses e essas o esgotamento era muito mais antigo e profundo do que aquele ressaltado pelos indignados de junho de 2013. Vimos ao longo desse trabalho que as práticas políticas dos moradores e principalmente das moradoras da Providência e da Vila

Gaúcha e União são desenhadas em uma disputa com as instâncias que compõem o estado, seus governos, esferas administrativas, governantes, uma disputa com a *governamentalidade*, que não raro reage aos questionamentos com ameaças, coações e “bala”. Ocupar o espaço público para manifestar-se às arbitrariedades e crimes realizados por orientação dessa *governamentalidade*, é uma tarefa delicada, pois corrobora para que essas mulheres sejam ainda mais vistas como “bandidas”, “vândalas”, carregando a nomenclatura “favelada” com tintas negativas e racistas.

O que restava muitas vezes para as moradoras era a adesão resignada a um “movimento do bem”, onde tentavam manifestar-se com parcimônia a fim de exercer em parte o direito de reivindicação pública que a democracia lhes garantia. Se morar nesses locais já era carregar consigo uma marca, as casas marcadas evidenciam a naturalidade dessa insígnia por parte das esferas administrativas dos governos. Manifestar-se, exercer a “cidadania formal” era sempre arriscado, pois podia dar uma visibilidade a essas manifestantes, o que não raro podia lhes trazer constrangimento. O controle efetivo dos territórios e do tempo dos moradores e moradoras - pelo exército, polícias, pela secretaria de habitação, pela companhia de luz que “prometia” há anos a instalação da rede na vila; era um obstáculo concreto, um entrincheiramento, que influenciava na “partilha do comum” entre os moradores. Fomos vendo além disso que os espaços de sociabilidade e circulação nas ruas da favela e arredores foram se transformando tanto ao ponto de limitar ainda mais os moradores e moradoras, muitas vezes os removendo, ou os obrigando a ir circular longe dali. O Estado promovia um cerceamento progressivo em determinados espaços considerados pela *governamentalidade* como centrais.

Como falar de mobilidade urbana nos termos de uma modalidade de circulação e deslocamento humano a partir do que vimos? Desse controle do ir e vir que está pautado pela referência de uma modalidade única de deslocamento, excludente e seletiva.

As remoções e deslocamentos forçados por conta desses empreendimentos – e, como vimos, diante da intenção governamental de incluir esses deslocamentos nos planos de intervenção nas cidades; seja por obras públicas; seja por obras preparatórias para os megaprojetos; seja em obras de megaprojetos - expôs a ineficácia dos setores governamentais que implementam essas obras urbanas nos territórios, em seguir a legislação vigente, que já regula essas intervenções desde 2001 (Estatuto da Cidade). Foi preciso construir um evento para pensar novas estratégias legislativas frente essa ineficácia, que como vimos, são reguladas por acordos multilaterais que definem não só os motivos do deslocamento, mas os procedimentos para minimizá-lo.

No âmbito da inevitabilidade das remoções conforme as definições da ONU, teríamos no mínimo duas grandes ações humanas atuando no deslocamento interno forçado de pessoas no mundo: a guerra – atividade de predação, obliteração e que promove a destruição dos espaços; e as obras como atividade de construção de novos espaços, seja de equipamentos urbanos para benefício de eventos, seja como legado e motor do desenvolvimento econômico do país. Apesar de parecerem antagônicas, a destruição e a construção são produzidas pelas relações de conflito e se aproximam imagetivamente pelo híbrido da ruína, como sugerimos nessa tese.

A normativa da urbanização é por si só excludente, é por si a iniciativa da síntese, diante da antítese; que é a experiência do sujeito na cidade e todos seus atributos morais geralmente associados ao ‘arremedo’ – de moradia, de circulação, de saneamento. A morada que construíram por autoconstrução ao longo dos anos, o bairro que viram se transformar e prosperar com a energia de lutas diárias, dos abaixo-assinados para a construção das ruas; dos mutirões e reuniões junto a poder municipal para a instalação de serviços básicos, como água, luz e esgotamento sanitário; nas diferentes partes da casa construída ao longo dos anos. Nada disso parecia para os governos, um triunfo da matéria, nos termos simmelianos. Nada disso parecia ser considerado como parte das “estruturas de pertinência” (Schutz apud Castro, 2012:54) dos sujeitos. Vimos que é nas “reservas de experiência” - socialmente transmitidas, herdadas dos “predecessores” e permanentemente, elaboradas, reelaboradas, fundidas, desfeitas, num processo contínuo de “sedimentação” - que se conforma intersubjetivamente a pertinência, e no caso de nossas interlocutoras isso lhes era privado. Foi diante dessa premissa da urbanização, que não reconhecia a sedimentação desses sujeitos no espaço, que a luta se constituiu.

A deterioração e perda dos espaços públicos não condizem com um diálogo básico e necessário para a vida da *polis* já disse Velho (1987), há que se constatar também o desalento, o ceticismo e o medo diante da atuação do poder público. Não me arriscaria, porém, em dizer que é por conta da ‘falência’ do Estado em garantir mínimas condições de cidadania para a população que o desalento e o ceticismo aparecem. De fato que os níveis federal, estadual e municipal parecem pouco capacitados para organizar e coordenar atividades básicas que garantam a qualidade de vida da sociedade, no entanto, há uma intencionalidade nessa ‘falência’, já que ela é de muitos modos seletiva.

Para Velho “além de protestar, pressionar e cobrar do poder público”, caberia a sociedade civil, “organizar-se e procurar novos caminhos para essa tão maltratada cidadania”, porém esquece-se que não são tantos mecanismos existentes para essa pressão. E quando eles

são buscados, a cidadania que está em jogo nunca será a formal, porque ela pouco existe para quem vive em determinados territórios. O que existe, como vimos, é uma cidadania insurgente, que garante os “serviços básicos” da mobilidade e urbanidade através de redes de ajuda locais. A resiliência por outro lado pareceu produzir as táticas emocionais para seguir disputando e resistindo às pressões e a privações, garantindo integridade a insurgência enquanto prática política.

O morador, não era só nascido e criado, mas também, o atingido, a vítima. Muitos deles foram e voltaram da rede de contestação, conforme as relações com o Estado ficaram ou deixaram de ficar mais tensas. E por isso foi possível a partir da participação e observação dessa rede traçar um termômetro da ação do Estado na vida das pessoas. Conforme já refletimos, “o morador” era esse ator do testemunho por natureza, por essa sua característica muitas vezes ele era alçado a ocupar posições públicas, ou a representar os moradores da comunidade em debates ou posições políticas que estivessem estruturadas sob a forma da participação popular. A qualidade da participação estava garantida pela presença desses representantes “do popular” – que com o passar dos anos, viraram quase semiprofissionais, especialistas no Morro, pessoas que ocupavam os espaços físicos de participação e condensavam as experiências híbridas em uma unidade chamada favela. Acredito que falar em favela como uma unidade tenha sido reforçado pela inserção que esses atores foram adquirindo nos espaços democráticos do sistema de governo do país, ao longo dos últimos anos.

Por outro lado, vimos diferentes graus de elasticidade e de deformação que eram necessários para que uma moradora adquirisse tal forma que lhe permitisse sobreviver às violências sofridas – no corpo, na alma, na casa – e ainda assim viver, “seguir na luta”. Fica para questionamento futuro, se talvez nesses espaços o mais comum não seja viver sob essa deformação. Como se elas estivessem em constante movimento e ademais trazendo em seus corpos marcas que traduziam a elasticidade como uma constante de suas experiências naquele espaço. Talvez em minha sistematização da experiência que vivi com elas, tenha buscado traçar uma trajetória dessa resiliência através das marcas – temporais, corporais, espaciais – que os sujeitos narram como relevantes para expressar a forma do seu cotidiano, sempre tão sujeitados a eventos que eles não podem controlar. Em minha hipótese final, foi esse processo de deformação que produziu as trajetórias de resiliência, ou seja, a trajetória da deformação desse sujeito para garantir sua permanência no mundo.

Meu pressuposto inicial, todavia, foi de que conhecendo os processos de exclusão promovidos por grandes reformas urbanas nas cidades, e os eventos esportivos se propunham

a promover essas reformas, haveria exclusão. Como ação, a exclusão tinha um objeto, o excluído, que podia reagir ou não a exclusão. A reação não fazia dele melhor ou pior, mais morador ou menos morador, mas fazia dele um resistente. Foi atrás da capacidade de resistência, que estava contida na capacidade de resiliência, que cheguei até as pessoas que integram esse trabalho, como acompanhamos nesse longo percurso até essa conclusão. Assim como nascer e se criar faz parte de um percurso narrativo que estabelece pertencimento ao um espaço; resistir, também tem um percurso, a luta é o nome que se dá a esse caminho. A luta move para uma capacidade de resiliência e ela não é só de quem vive, ela é de quem compartilha os sentimentos que a moldam, que nutre os vínculos de amizade que a sustentam. E, inevitavelmente, estive empenhada nessa partilha.

Também foi observando a articulação e as rearticulações da rede que se formou em torno da contestação à realização desses eventos, como parte de uma luta que é bem mais extensa, que chego até as reflexões que apresentei nesse trabalho. Vimos, por exemplo, que nas redes de resistência ao deslocamento urbano forçado provocado pelos megaeventos muitos lutadores se movem para que as reivindicações gestadas nas lutas sejam transladadas para o papel, para a letra da lei, para que sejam também transformadas em políticas públicas. Porém muitos lutam somente para que a lei não os oprima mais, usada como muitas vezes foi nesse período para criminaliza-los e segrega-los. Todos sabem que estar na lei não garante que a lei seja cumprida ou os direitos garantidos por ela sejam respeitados pelo executivo e suas instâncias. No entanto, para que o sentimento de participação seja efetivo, ocupar esse espaço ainda parece fundamental para quem promove as lutas. Vivemos juntos um momento político específico – demarcado por um projeto de desenvolvimento nacional aliado a um projeto de internacionalização do país a partir da sediação de eventos “globais” – em que pudemos enxergar e vivenciar uma grande crise do projeto de participação popular instituído no corpo da lei pelas lutas urbanas no processo de redemocratização do país. Uma crise da lei como espaço de reconhecimento das lutas sociais urbanas, em que uma das poucas alternativas para a garantia do cumprimento da lei – na maioria das vezes do cumprimento da participação popular apontada por ela – foi através do judiciário. Mesmo quando o judiciário tinha efeito positivo nas ações, o direito de participar não pode ser compensado ou nele se aplicou uma medida retroativa de compensação. Vimos poucas obras serem embargadas ou paralisadas e aquelas que foram ao menos parcialmente - como é o caso do Morar Carioca na Providência, ou da Avenida Tronco, em Porto Alegre - não foram totalmente respeitadas pelas prefeituras.

Vimos que o papel dos organismos internacionais - como as organizações sustentadas por fundos livres e por doações da sociedade civil; além da ONU - está hoje em exigir das nações que os direitos que foram acordados por seus representantes em: reuniões, seminários e encontros; sejam de fato cotidianos na vida das pessoas. Que não fiquem somente na letra, mesmo que estar na letra seja importante para quem luta.

As definições e estabelecimento de normas, comissões para garantia dos direitos é parte do processo de reconhecê-los e disponibilizá-los aos poderes do Estado, mas eles precisam ser de fato executados. O judiciário vem cumprindo - com os serviços de assistência jurídica e defensorias públicas dos estados - o papel de questionar o executivo e também o legislativo, em face de uma legislação que muitas vezes é relativista demais. Que faz uso da universalidade e da igualdade humana para produzir regras que não beneficiam os sujeitos, mas as empresas e aos corpos jurídicos, como é o caso do Porto Maravilha. A ideia de universalidade corre o risco da excessiva abstração nesse caso, porque somos diferença e o que temos que construir é que o respeito à diferença seja universal, aceitar que somos oriundos, atravessados por conflitos, e que por isso urge construirmos alguma ética para eles.

A categoria luta engloba, portanto, uma série de condições e disposições. Ela é um meio, um espaço de sociabilidade, de formação política, formação formal que muitos nem tiveram acesso nas suas vidas; é um espaço para a fala. Mas é também, um espaço pedagógico de entendimento de como o Estado se organiza, de que a violência imbrincada na condição de ser brasileiro pobre e morador de favela está ligada a formação paternalista e clientelista desse Estado. Condição que pode ser melhor compreendida na partilha desses espaços; e ao longo prazo, quem sabe, através deles ser transformada. As lutas sociais mobilizam e organizam os sujeitos em razão de reivindicações específicas e no embate esse movimento define identidades e pode propor reorientações de grandes contornos históricos.

Vimos que também que a moradia adequada desponta como um construto aderido pelos movimentos sociais e redes de resistência aos grandes projetos urbanos, sem que se faça uma reflexão mais aprofundada dos limites da aplicação dele, levando em conta a heterogeneidade das habitações e da trajetória delas nas cidades brasileiras. Os abusos do Estado, que foram evidenciadas no decorrer desse trabalho, ficam no vácuo dessas discussões globais sobre o que seria adequado em cada caso e os limites da sua execução. Se por um lado as recomendações rechaçam a remoção forçada, por outro há no mesmo conjunto de recomendações, espaço para que essas remoções sejam feitas em defesa da dignidade humana embutida no conceito da moradia adequada. A regulação internacional é acionada como parâmetro legal na garantia do direito humano à moradia, no entanto, acaba por vezes

potencializando uma concepção de cidade homogênea, irreal e com características cada vez menos localizadas. A globalização do direito à moradia, nesse caso, acaba por legitimar uma cidade sem gênero e sem história, massificando a habitação entorno de um debate sobre direitos. A dignidade dessa maneira adquire uma forma única, oriunda das resoluções internacionais e que não permite variações ou interpretações localizadas. A cidade, portanto, esse híbrido em construção constante, é apropriado no discurso de governos e da militância como um espaço de ordenamento que pouco representa àqueles que a construíram ao longo dos anos, em seus deslocamentos, habitações e reapropriações.

Nessa interação entre o estado brasileiro, a ONU e a sociedade civil organizada, o direito à moradia adequada passou a ocupar um lugar importante no debate sobre a habitação na cidade, pois evidencia que a ética (Segato, 2006) que rege a moradia de alguns habitantes, permanece não cabendo na moral que orienta o planejamento das cidades. A busca pela integração dessas partes é uma evidência da dificuldade que os códigos que regem o urbano têm em se relacionar com a heterogeneidade. Nas manifestações e protestos que insurgiram no país a partir de junho de 2013, as redes de resistência colocaram nas ruas os debates que estavam sendo construídos, nas reuniões e encontros realizados, desde 2010. Um das frases berradas nas avenidas, na voz os manifestantes foi “da Copa eu abro mão, quero moradia, saúde e educação”. Ou seja, os direitos sociais instituídos pela legislação em 1988 são reivindicados com propriedade daqueles que não se sentem assistidos pelo estado na garantia desses direitos. E o direito à moradia adequada aparece como uma nova discursividade para que direitos antigos de uma população pobre sejam atendidos pelo estado.

De acordo com os relatórios da ONU o direito à moradia adequada consiste em um conjunto de recomendações que engloba condições urbanas básicas como: saneamento, o acesso à educação, a rede de saúde e água potável. Naturalizados quando um morador de uma cidade vai alugar um apartamento ou comprar uma casa, os requisitos indicados pela ONU já estão incluídos no viver urbano, já que remetem a necessidades geradas paralelamente a criação e transformação das cidades. No entanto, se questionarmos que cidade, que urbano e que morador estamos nos referindo, chegaremos à internacionalização da proposta instituída pela ONU quando classifica uma moradia como adequada ou não adequada. Antes de 2000, quando foi apresentado o relatório (ONU, 2001) que aponta os princípios dessa moradia e institui uma relatoria especial para averiguar a situação das moradias nas cidades em todo o mundo, já havia pelo menos cem anos de expertise em construção de moradias “não adequadas” no Rio de Janeiro. As favelas e a ocupação de glebas em torno dos centros econômicos das cidades se fizeram sem água potável próxima e sem saneamento básico, que

foram conquistados posteriormente por pressão junto ao poder público, ou na maior parte dos casos, através de mutirões e obras feitas coletivamente entre os habitantes. Mesmo sem esses acessos os habitantes dessas áreas souberam, no entanto, se instalar próximos ao seu trabalho, próximo aos hospitais e próximo a alguma escola que pudessem levar os filhos. A moradia adequada instituída pela ONU é integrante daquilo que esse sistema estabelece como um “padrão de vida adequado”, e que deveria, segundo esse mesmo sistema, ser amplamente garantido pelo estado, com colaboração de empresas e da sociedade civil. Apesar dos direitos sociais serem decretados como básicos a população na Constituição de 1988, é só com a Emenda Constitucional nº 26, de 2000, que a moradia é considerada como um direito social.

As noções de dignidade e paz como balizadoras daquilo que seria considerado adequado como moradia, são um eufemismo para um conflito disruptivo, principalmente no contexto urbano do Rio de Janeiro em que a pacificação era sinônimo de controle, tutela e poder. Se tomarmos a definição de Kant (apud Complak, 2008) de dignidade como algo que tem um valor interno e que não admite substituto equivalente, há uma tentativa de tornar esse valor o mais abrangente possível em relação a categoria humanidade. Essa tentativa de consolidação de algo que estaria intrínseco a “natureza humana” esbarra, no entanto, nas variações destacadas pela ONU - homens, mulheres, jovens ou crianças - que comprometeriam a generalização da dignidade como condição humana globalizada. Dessa forma nos aproximamos das reflexões de Ribeiro (2004) para o qual os direitos humanos subsomem em seu discurso mecanismos de reprodução do poder e por isso devemos analisá-los.

Nos casos que apresentamos no curso da tese, se percebe que de um lado temos os eventos lançados pelo sistema ONU - que buscaram colocar em diálogo com a “sociedade” as resoluções e determinações relacionadas aos direitos à vida, às cidades e sustentabilidade delas - como foi o caso do FUM e do Rio+20 - que acabaram colaborando para a construção de uma contrainformação sobre o debate urbano, construída em eventos paralelos de contestação às políticas globais instituídas, financiadas e apoiadas pelo sistema ONU e pelo governo que os recebe. E de outro lado, temos o sistema ONU como um artifício importante, através da sua relatoria especial para o direito à moradia adequada, na produção do constrangimento desse mesmo governo que apesar de divulgar a implementação das resoluções indicadas pela ONU, não as segue. Ao mesmo tempo, que a ONU auxilia na difusão e internacionalização da moradia como direito humano universal ela é o principal regulador do estado brasileiro no cumprimento desse direito.

O desafio que fica às redes de contestação e movimentos sociais, é portanto, a

realização de um debate ainda mais profundo para que esse direito seja apropriado de forma contra hegemônica (Sousa Santos, 2003), ou seja, que o direito à moradia adequada seja entendido como multicultural, mesmo com os riscos que porventura essa escolha possa ter. Que potencialize o cosmopolitismo ao invés de servir como mero palco para a aplicação de mais um globalismo localizado. Dessa forma, como nos sugere Boaventura Sousa Santos, estaríamos mais próximos de uma relação equilibrada e potencializada mutuamente entre a competência global e a legitimidade local.

O cidadão cientista - uma expressão de Hélio Silva, destacada por Rifiotis (1998) - tem responsabilidades e compromissos com os grupos estudados, e deve procurar identificar qual é a inscrição do seu texto nas estratégias daqueles grupos. Talvez eu não consiga sintetizar melhor o projeto dessa tese, meu percurso etnográfico e também de escrita, do que já foi expresso nessa frase, por Hélio e Rifiotis. Diante desse desejo, tampouco sei o que significa esse trabalho em meio a diferentes crises de projetos políticos e que refletem também em uma crise no modo de vida das grandes cidades. Talvez tenha feito do processo de pesquisa e feitura da tese o laboratório de uma possibilidade de militância do cidadão cientista a partir da matéria do seu trabalho: as relações sociais e o diálogo com outros autores e conhecimentos. Tentei colocar-me enquanto mediadora entre mundos, porém sem deixar de destacar minha pertença a alguns deles, por vezes limitações e surpresas frente a outros. O fim da tese é ainda o início de um longo período de restituição aos interlocutores e interlocutoras que a partilharam comigo. Uma restituição da qual a tese faz parte enquanto minha contribuição para uma mudança do quadro político atual da qual ela também é fruto. Uma contribuição consciente de minha impotência ou da impotência desse trabalho diante do que de fato precisa ser transformado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio e DIAS, Camila. “Monopólio estatal da violência” IN LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; e AZEVEDO, Rodrigo Guiringhelli (org.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 187-197.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALFONSIN, Betania de Moraes. *Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre-século XX*. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2000.

ALI, Tariq. “O espírito da época” IN HARVEY, David...[et al.] (org.) *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. pp.65-73.

ALVES, Maria Helena Moreira e EVANSON, Phillip. *Vivendo no fogo cruzado – moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Unesp, 1ª Ed., 2013.

ALVES, Giovanni. “Ocupar Wall Street... e depois?” IN HARVEY, David...[et al.] (org.) *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. pp.31-38.

APPADURAI, Arjun. *La vida social de las cosas Perspectiva cultural de las mercancías*. Ed. Editorial Grijalbo, S.A. de C.V: Mexico, 1991.

_____. “Place and Voice in Anthropological Theory” and “Putting Hierarchy in its Place” IN *Cultural Anthropology*, Vol. 3, Nº 1, Feb., 1988, pp. 16-20 e 36-49.

ARANTES, Paulo. “Ideologia francesa, opinião brasileira: um esquema” IN *Novos Estudos CEBRAP* (vol 30), 1991. P. 149 – 161.

ARANTES, Paulo. *O Novo Tempo do Mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo (Estado de Sítio), 1ª Ed., 2014.

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 10ª edição, 2007.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A Dignidade da Política*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 3ª edição, 2002.

ASAD, Talal. “¿Dónde están los márgenes del estado?”. *Cuadernos de Antropología Social*, Nº 27, Universidad de Buenos Aires/Argentina, 2008a, pp. 53-62. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180913917003>; acessado em: ago. 2013.

_____. “Where Are the Margins of the State?” IN DAS, Veena and POOLE, Deborah (org.) *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2008b, 2ª ed. p.279-288.

ASSUMPCÃO, Erick Araujo de e Schramm, Fermin Roland. “Uma batalha urbana: poder e resistência na cidade do Rio de Janeiro” IN *Revista Inquietude*, Goiânia, vol. 3, nº 2, ago/dez, 2012.

ARAÚJO, Gabriele Oliveira de. *Dinâmicas da ação coletiva: uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatório em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Ciências Sociais: Bacharelado. Porto Alegre, 2011.

AVRITZER, Leonardo. “Ação, fundação e autoridade em Hannah Arendt” IN *Lua Nova*, São Paulo, 68, 2006, pp. 147-167.

_____. “Um balanço da participação social no Brasil pós constituição de 1988” IN *Experiência Democrática, sistema político e participação popular*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, pp. 11-20.

ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. “O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no ritual de resistência no Chiapas cibernético” IN *Estudos Feministas* 39 1/2002, pp. 39-64.

BARBOSA, Zeli de Oliveira. *Ilhota – testemunho de uma vida*. Porto Alegre: UE Porto Alegre/ SMC, Série Outras Vozes, 1993.

BAIERLE, Sergio. *Um novo princípio ético-político: Prática Social e Sujeito nos Movimentos Populares Urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. PPG em Ciência Política/UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 1992.

BARREIRA, Marcos. “Cidade Olímpica: sobre o nexa entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro” IN BRITO, Felipe e OLIVEIRA, Pedro Rocha (org.) *Até o último homem: visões cariocas de administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013. pp.129-168.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. 358p. - (Biblioteca Carioca; v. 11)

BENEDICTO, Danielle Barros e MARQUES, Guilherme. “PAN Rio 2007: Manifestações e Manifestantes” IN *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, V. 13, 2009. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2727>>. Acessado em 23 jul. 2013.

BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza” IN *Obras escolhidas - I*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. “O narrador: Observações sobre a obra de Nikolai Leskow”. Trad. M. Carone. IN BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. Trad. de E. A. Cabral e J. B. de Oliveira Damião. IN BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, W.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, *Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BONKUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil. Social, vol. xxix (127)*, 1994 (3.º), 711-732.

BORGES, Antonádia. “Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas”. *Cuadernos de Antropología Social*, Nº 29, FFyL – UBA, 2009, pp. 23-42.

BOTELHO, Maurilio Lima. “O exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão” IN BRITO, Felipe e OLIVEIRA, Pedro Rocha (org.) *Até o último homem: visões cariocas de administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 115-128.

BRITO, Felipe e OLIVEIRA, Pedro Rocha (org.) *Até o último homem: visões cariocas de administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRITO, Felipe. “Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas” IN BRITO, Felipe e OLIVEIRA, Pedro Rocha (org.) *Até o último homem: visões cariocas de administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013. pp.79-114.

BRUNER, Edward. “Ethnography as narrative” In: BRUNER, Edward e TURNER, Victor (orgs.). *The Anthropology of experience*. Illinois: University of Illinois Press, 1986, pp. 139-158.

_____. “Experience and it’s expressions” In: BRUNER, Edward e TURNER, Victor (orgs.). *The Anthropology of experience*. Illinois: University of Illinois Press, 1986, pp. 3-32.

CALDEIRA, Tereza. *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Cidade de muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 1ª ed., 2000.

CANCLINI, Néstor. “¿De qué hablamos cuando hablamos de resistencia?” *Estudios Visuales*, 2013, pp. 16-37. Disponível em: https://estudiosvisuales.net/revista/pdf/num7/02_canclini.pdf&ei=gothttp://www.estudiosvisuales.net/revista/pdf/num7/02_canclini.pdf; acessado em 10 de agosto de 2014.

CANO, Ignácio. “Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime” IN *Sur Revista Internacional de Direitos Humanos*: São Paulo, Vol.3 nº 5 Dezembro, 2006.

CANO, I; TRAJANO, João; MARINHO, Andreia; RIBEIRO, Eduardo. *A guerra da providência: uma análise da ocupação pelo exército na favela da providência em maio de 2006*. LAV/UERJ, 2006.

CANO, Ignácio e DUARTE, Thais (org.); CRUZ, Fernanda Novaes e ETTTEL, Kryssia (pesquisadoras). *No Sapatinho – A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARDOSO, Elisabeth Dezouart [et. Al]. *História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo – João Fortes Engenharia*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987a.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. “Movimentos sociais na América Latina” IN *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, São Paulo, 1987b.

CARMAN, María. *Las Trampas de la cultura: Los “intruso” y los nuevos usos del barrio de Gardel*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E OLIMPÍADAS. *Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>; acessado em abr. 2012.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E OLIMPÍADAS. *Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2ª Ed., 2012. Disponível em http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%3%AA-nacional-de-viola%3%A7%3%B5es-de-direitos-humanos; acessado em abr. 2012.

COMERFORD, John. *Fazendo a luta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes 10ª Ed., 1994.

CHAVES, Christine de Alencar e TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.) *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CHEN, Na. *What economic effect do mega-events have on host cities and their surroundings? An investigation into the literature surrounding mega-events and the impacts felt by holders of the tournaments*. Dissertation presented in part consideration for the degree of MA Finance and Investment, 2008.

CIOCCARI, Marta. “Reflexões de um antropóloga andarina sobre a etnografia em uma comunidade de mineiros de carvão” IN *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, jul./dez. 2009, pp. 217-246.

_____. “Aspectos da construção da honra entre mineiros de carvão em uma comunidade no sul do Brasil” IN *Theomai: Dossier Antropología del trabajo y memoria de los trabajadores* Nº 24, 2011, pp. 140-165.

COMAROFF, John e COMAROFF, Jean. *Violence of Abstraction Ethnography on an Awkward Scale: Postcolonial Anthropology and the*. Ethnography, 2003, pp. 4-147.

_____. “Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado pós-colonial” IN *Horizontes Antropológicos*, vol.7 nº.15, Porto Alegre, July 2001.

_____. *Of Revelation and Revolution: Christianity, Colonialism, and Consciousness in South Africa* (Vol. 1). Chicago: Chicago University Press. 1991.

COMPLAK, Krystian. “Cinco teses sobre a dignidade da pessoa humana como conceito jurídico” IN *REVISTA DA ESMESC*, V. 15, Nº 21, 2008. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Complak.pdf>. Acesso em 23 jul. 2013.

COVINGTON, Jeanette e TAYLOR, Ralph B.. “Fear of crime in urban residential: implications of Between- and Within-Neighborhood Sources for Current Models” IN *The Sociological Quarterly*. Volume 32, Issue 2, June 1991, pp. 231–249.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1901.

CURI, Martin. “A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil” IN *Revista Horizontes Antropológicos*, vol.19, nº.40, Porto Alegre, July/Dec., 2013, pp. 65-88.

_____. “As arenas do Pan: os espectadores entre serviço e repressão” IN *Esporte e Sociedade*, Ano 4, Nº 10, Nov.2008/Fev, 2009.

CYRULNIK, Boris. *Autobiografia de um espantalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Resiliência*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

DEVOS, Rafael Victorino. *A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos nas ilhas do parque estadual deltaCY do jacuí, Porto Alegre/RS*. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (tese de doutorado), Porto Alegre, 2007.

Da MATTA, Roberto. “Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro” IN Da MATTA, Roberto e outros - *Universo do Futebol: Esporte e sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

_____. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991.

DAVYDOV, DM; STEWART, L; RITCHIE, K and CHAUDIEU, L., “Resilience and mental health” IN *Clin Psychol Rev*. Jul. 30(5), 2010, pp. 479-95.

DAMO, Arlei Sander. “Cultura e agência: o engajamento no orçamento participativo pp.” IN *Campos: revista de antropologia social*. Curitiba, PR Vol. 9, n. 1 (2008), pp. 51-85.

_____. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. 1ª Ed., São Paulo: HUCITEC, 2007.

DAMO, A.S. e OLIVEN, R.G. “O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios” IN *Revista Horizontes Antropológicos*, vol.19, nº.40, Porto Alegre, July/Dec., 2013, pp.19-64.

DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press Berkeley and Los Angeles, California, 2007.

_____. “Fronteiras, Violencia e o Trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos” IN *RBCS* Vol. 14 nº 40 junho 1999, pp. 32-42.

_____. *Critical events*. New York: Oxford University, 6ª ed.,2004[1995].

_____. “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade” IN *Dossiê violência: outros olhares, cadernos pagu* (37), julho-dezembro, 2011, pp. 9-41.

DAS, Veena and POOLE, Deborah. “State and Its Margins: comparative ethnographies” IN *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2008, 2ª ed. p.3-33.

D’AVILA, Naida. DEMHAB – Com tijolos ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial – SMC/PMPA, 2000.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1995 [1966]

DUARTE, Luiz F. D. “A pulsão romântica e as Ciências Humanas no Ocidente”. IN *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 55:5-18, 2004.

_____. “Formação e ensino na antropologia social: os dilemas da universalização romântica” IN Miriam Pillar Grossi, Antonella Tassinari, Carmen Rial (orgs) *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau : Nova Letra, 2006. 454p.

DUMONT, Louis. *O individualismo – uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1983.

DUARTE, Luiz F. D. “A pulsão romântica e as Ciências Humanas no Ocidente”. IN *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 55, 2004, pp. 5-18.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ECKERT, Cornelia. “A cidade “com qualidade” Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre” IN *Revista Sociedade e Cultura*, UFG, V. 10, n. 1 (2007).

_____. *Memória e Identidade: ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 1993.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998 [1990].

ENGELS, Engels e Marx. *Manifesto Comunista*. 1996.

FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. pp. 1-22.

FARIAS, Juliana. *Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações nas favelas do Rio de Janeiro*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

FAVRET-SAADA, Jeanne de. “Ser afetado” IN *Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP*, Ano 14, V. 13, 2005, pp. 155-162.

FEDOZZI, Luciano Joel. *Cidadania e Cultura Política. Doze anos de governo participativo em Porto Alegre (1989-2000)*. Tese de Doutorado (Sociologia) - Porto Alegre: IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

FEE. *Estrutura social e segmentação urbana na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)*, em 2000/ organização: Rosetta Mammarella, Tanya M. de Barcellos. – Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2009. 346p. (Documentos FEE, 67).

FERNANDES, Adriana. *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras da Tensão. Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP: CEM: Cebrap, 2011.

_____. *Desvelar a política na periferia: história de movimentos sociais em São Paulo*. Dissertação de mestrado (Sociologia) – São Paulo: IFCH, UNICAMP, 2003.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *São Paulo: o mito da cidade-global*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (tese de doutorado). São Paulo: USP, 2003.

FERRETI, Rosemary Brum. *Uma casa nas costas: análise do movimento social urbano em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Porto Alegre: UFRGS, 1984.

FONSECA, Claudia Lee Willians. *Família, fofoca e honra : etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2004.

FORTUNA, Carlos José Cândido Guerreiro. *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta, 2002.

_____. *Évora: Um caso de destradicionalização da imagem da cidade*. Centro de Estudos Sociais: Coimbra, 1997.

_____. Narrativas sobre a metrópole centenária: Simmel, Hessel e Seabrook IN *Cadernos da Metrópole*, v. 13, nº. 26, São Paulo, jul/dez 2011, pp. 379-393.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

_____. *A microfísica do poder*. São Paulo: Graas, 23ª ed., 2007 [1979].

_____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 29ª ed., 2004.

_____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito... A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*.” Tese de Doutorado (História) - IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. “Favela como Patrimônio da Cidade? Reflexões e polemicas acerca de dois museus” IN *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 38, 2006.

_____. “A favela que se vê e que se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico” IN *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, 2007, p. 61-72.

FRÚGOLI JR., Heitor. “O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification” IN *Cuadernos de Antropología Social* nº 30, FFyL, Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n30/n30a07.pdf>. Acessado em 23 jul. 2012.

_____. “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia” IN *Revista Antropológica* Vol.48, nº 1, Jan./Jun. São Paulo, 2005. pp.133-165.

_____. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUCMinas, 2006.

GAFFNEY, C. . Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of Latin American Geography*, v. 9, p. 7-29, 2010.

GRAEBER, David. *Direct Action and ethnography*. Scotland:AK Press, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Historia e narração em Walter Benjamim*. Ed. Perspectiva,1994.

GASTALDO, Édison e GUEDES, Simoni L. (orgs.) *Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006.

GASTALDO, Édison. “O fato social total brasileiro uma perspectiva etnográfica sobre a recepção pública da Copa do Mundo no Brasil” IN *Revista Horizontes Antropológicos*, vol.19, nº.40, Porto Alegre, July/Dec., 2013, pp. 185-200

GUEDES, Simoni Lahud. O Brasil nas Copas do Mundo: tempo suspenso e história. IN *Anais Reunião Brasileira de Antropologia*, 23. Gramado: ABA, 2002. Disponível em: http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/214440_Guedes%20-%200%20Brasil%20nas%20Copas,%20tempo%20suspenso%20e%20historia.pdf; acessado em abril de 2012.

_____. “O salvador da pátria. Considerações em torno da imagem do jogador Romário na Copa do Mundo de 1994” IN *Pesquisa de Campo*, Nº 1, 1995, pp. 23-41

GEERTZ, C. In: “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico.” IN *O Saber Local*. Petrópolis, R.J., Vozes, 1997.

GOLDMAN, Marcio e LIMA, Tania Stolze. "Como se faz um Grande Divisor?" IN Marcio Goldman (org.). *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. pp.83-92.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença” [1992] IN ARANTES, A. A. (org.). *Espaço da Diferença*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000, pp. 30-49.

GUPTA, Akhil. “Imagining nations”. IN NUGENT, David and VINCENT, Joan. *A companion to the anthropology of politics*. Oxford, Blackwell, 2007, pp. 267-281.

GUIMARANES, Roberta Sampaio. *A Utopia da pequena África: Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de Federal do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2011.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. *A morada como duração da memória. Estudo antropológico das narrativas e trajetórias sociais de núcleos familiares e redes de camadas médias urbanas habitantes da cidade de Porto Alegre, RS – Brasil e do bairro de San Telmo, na cidade de Buenos Aires – Argentina*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social) – PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

_____. “Os jogos sociais nas cidades dos megaeventos esportivos: Etnografia em redes e sociabilidades políticas efervescentes, no contexto de Porto Alegre-RS”. IN *Revista Iluminuras Antropologia com redes sociais: a consolidação de um método nos estudos etnográficos* - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA/UFRGS, V. 12, n. 27 (2011).

_____. “Metalúrgico e militante: memórias escritas” IN LEITE LOPES, José Sergio e CIOCCARI, Marta. (Org.). *Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, V. 1, 2013a, pp. 430-450.

_____. “Não é mole não, pedi transporte público e me deram um caveirão”: uma descrição não distanciada das manifestações políticas de junho e julho de 2013 no Rio de Janeiro” IN *Illuminuras*, V. 14, nº. 33, jul./dez., Porto Alegre, 2013b, pp. 360-382.

_____. "A morada e a casa: materialidade e memória no processo de construção do patrimônio familiar". IN GONCALVES, J. R. S.; BITAR, N. P. e GUIMARAES, R. S.. (Org.). *A Alma das Coisas: Patrimônios, Materialidade e Ressonância*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013c, pp. 7-296.

_____. “Não é mole não, pedi transporte público e me deram um caveirão” IN Revista Proposta de Debate da FASE, Ano 38, Nº 127, 2014a, pp. 12-17.

_____. “It’s Not Easy, I Ask for Public Mobility and the Government Sends Skull Against Me”: An Intimate Account of the Political Protests in Rio de Janeiro (June & July, 2013)" IN *Anthropological Quarterly*, Vol. 87, No. 3, 2014b. p. 901-918

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006 [1968].

HARVEY, David [et al.] (org.) *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HELAL, R., SOARES, A. e LOVISOLO, H. (orgs.) *A Invenção do País do Futebol*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

HIROTA, Marina; HOLMGREN, Milena; VAN NES, Egbert; and SCHEFFER, Marten. “Global Resilience of Tropical Forest and Savanna to Critical Transitions” IN *Science*, 14, October, Vol. 334 no. 6053, 2011, pp. 232-235.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente – Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.

HORNE, J. and MANZENREITER, W.. “An introduction to the sociology of sports mega-events” IN *The Sociological Review*, Vol. 54, No. 2, 1006. pp. 1-24.

HUYER, Andre. 2010 dissertação proppur

IBGE. Programa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Censo Demográfico. 2010a.

_____. Aglomerados subnormais - Censo Demográfico. 2010b.

JG (org.) *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

JG (org) *Direitos humanos no Brasil: 2003: relatório anual do Centro de Justiça Global / [organização e edição: Sandra Carvalho ; tradução: Carlos Eduardo Gaio... et. al.]*. – Rio de Janeiro: Justiça Global, 2004.

JUDENSNAIDER, Elena...[et al.] *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Ed. Veneta, 1ª Ed., 2013.

JÚNIOR, Hermes Moreira e FIGUEIRA, Mauro Sérgio “O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional” IN *Boletim Meridiano* 47 vol. 15, Nº 142, mar.-abr. 2014, pp. 54 a 62.

LAGUÉNS, João Vicente Marques. *Territorialização e constituição de sujeitos políticos no orçamento participativo de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Centauro, 2011.

LEITE, Rogério Proença. “CONTRA-USOS E ESPAÇO PÚBLICO: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*” IN *RBCS* Vol. 17 Nº 49 junho, 2002, pp. 115-134.

_____. “A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas” IN *RBCS* Vol. 25 Nº 72, São Paulo, Feb. 2010, pp. 73-88.

LEITE, Marcia. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, 2000.

_____. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública* v. 6, n. 2, Ago/Set 2012, 374-389.

LESLIE, Paul and McCabe, J. Terrence. “Response Diversity and Resilience in Social-Ecological Systems” IN *Current Anthropology* Volume 54, Number 2, April 2013, p.

LYNETTE, Molyneaux; WAGNER, Liam; FROOME, Craig and FOSTER, John. “Resilience and electricity systems: a comparative analysis” IN *Energy Policy*, 47, 2012, pp. 188–201.

KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship. A liberal theory of minority groups*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

KOWARICK, Lúcio. *Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise da literatura* IN *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1986 - ANPOCS São Paulo.

MACHADO da Silva, Luiz Antonio. “Violência e ordem social” IN LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; e AZEVEDO, Rodrigo Guiringhelli (org.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 26-34.

MACHADO da Silva, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luís Carlos. VVAA, Matar, morrer, civilizar: o problema da “segurança pública”. In: MAPAS: monitoramento ativo da participação da sociedade. Rio de Janeiro: IBASE, Ford Foundation, ActionAid, 2005.

MACHADO, Tibério Costa José e VARGAS, Angelo. "Processo histórico de surgimento e disseminação das Vilas Olímpicas na sociedade carioca" IN *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 17, N° 171, Agosto de 2012. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd171/vilas-olimpicas-na-sociedade-carioca.htm>. Acesso em 08 de jan. 2014.

MAGALHÃES, Alexandre. "O 'legado' dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro" IN *Revista Horizontes Antropológicos*, vol.19, n°.40, Porto Alegre, July/Dec., 2013, pp.89-118.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril, 1976.

MARCUS, George E. "Problemas de la entografía contemporânea em el mundo moderno" IN MARCUS, George E. and CLIFFORD, James. *Retóricas de la antropología*. Madrid: Júcar Ediciones, 1991. pp. 235-268.

MARQUES, Olavo Ramalho. *Entre a avenida Luis Guarânia e o Quilombo do Areal – estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

MEDEIROS, Laudelino T. *Vilas de malocas*. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, 1951.

MASCARENHAS, G. . Barcelona y Río de Janeiro: diálogo entre modelos y realidades del llamado Urbanismo Olímpico. *Biblio 3w* (Barcelona), v. XV, p. 1-6, 2010.

MASCARENHAS, Gilmar. "Nada novo na geografia carioca" IN *Democracia Viva* 35(1): 2006, pp. 47-50.

MASCARENHAS, Gilmar e BORGES, Fatima. "Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória" IN *Esporte e Sociedade* ano 4, n.10, Nov.2008/Fev.2009, pp. 1-26.

MARICATO, Ermínia. "É a questão urbana, estúpido!" IN *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 19-28.

MARICATO, Ermínia...[et al.] (org.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Laudelino T. *Vilas de malocas: ensaio de sociologia urbana*. Manuscrito. Porto Alegre, 1951.

MELLO, Luciana de. *Etnografia no bairro Navegantes (Porto Alegre-RS): transformações na paisagem e negociações da memória nos ritmos espaciais e temporais vividos no cotidiano dos habitantes Porto Alegre*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social) – PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MIAGUSKO, Edson. *Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo – Experiências no contexto do desmanche*. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

MISSE, Daniel Ganem e CARVALHO, Rodrigo Mattos de Carvalho. “Policiamento comunitário no Rio de Janeiro IN Anais do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi), 2006.

MISSE, Michel. “Mercadorias Políticas” e “Sujeição Criminal” IN LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; e AZEVEDO, Rodrigo Guiringhelli (org.) Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 198-203 e 204-212.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES. Legados de Megaeventos Esportivos. Brasília 2008.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas – histórias e memórias (1940 e 1972)*. Departamento de História Social (Tese de doutorado) São Paulo: PUC-SP, 2001.

MOLYNEAUX, Lynete; WAGNER, L.; FROOME, C.; and FOSTER, J.. “Resilience and electricity systems: A comparative analysis” IN *Energy Policy* 47, 2012, pp. 188-201.

MELO, Erick S. O. e GAFFNEY, Christopher. *Mega-eventos esportivos: reestruturação urbana para quem?* Rio de Janeiro: FASE, 2010.

MUÑOZ, Cristobal e DI FELICE, Massimo. “A revolução invencível: cartas e comunicados/subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional”. São Paulo: Boitempo, 1ª Ed. 1998.

NIGHTINGALE, Andrea and COTE, Muriel. “Resilience thinking meets social theory: Situating social change in socio-ecological systems (SES) research” IN *Progress in Human Geography* 36(4), 2012, pp.475–489.

NADER, L. “Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 9, nº 29, 1994, pp.18-29.

OMENA, E. ; GAFFNEY, C. T. . Mega-eventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações. Proposta (Rio de Janeiro), v. 121, p. 32-51, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. “Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?” IN CACCIA-BAVA, Silvio, PAULICS, Veronika, SPINK, Peter (org.) *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2002, pp. 11-28.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA e OLIVEIRA; R.C e L.R.C.. *Ensaio antropológico sobre moral e ética*. Rio de Janeiro, RJ. Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEN, Ruben. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *A parte e o todo. A Diversidade Cultural do Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ONU. *Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living*, Miloon Kothari, 2001.

ORTELLADO, Pablo. “Os protestos de junho entre o processo e o resultado” IN JUDENSNAIDER, Elena...[et al.] *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Ed. Veneta, 1ª Ed., 2013. pp. 227-237.

ORTNER, Sherry. “Subjetividade e Crítica Cultural” IN *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, Nº 28, jul./dez. 2007a, pp. 375-405.

_____. IN “Uma atualização da teoria da prática” e “Poder e projetos: reflexões sobre a agência” IN GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia Eckert; e FRY, Peter Henry (org.) *Reunião Brasileira de Antropologia (2ª:Goiânia:2006) Conferências e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. pp. 17-80.

PAIXAO, Cláudia Miriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o Morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias populares (1904-1922)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro, UFF. 2008.

PALMEIRA, M. G. S. “Política e Tempo: nota exploratória” IN PEIRANO, Mariza (Org.). *O Dito e o Feito: Ensaio de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. pp. 171-177.

_____. “Eleição Municipal, política e cidadania” IN PALMEIRA, Moacir e BARREIRA, César (Org.) *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. pp. 137-150.

_____. Política, facções e voto. IN PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. pp. 41-56.

_____. Morar: a lógica da plantation tradicional. *Actes du XLII congrès international des américanistes*, 1976, pp. 305-315.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M.A.. “O Voto como Adesão” IN *Teoria e Cultura: Revista do Mestrado de Ciências Sociais da UFJF*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. pp. 35-58.

PEIRANO, Mariza. "O Encontro Etnográfico e o Diálogo Teórico" IN *Uma Antropologia no Plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: UnB, 1992. pp. 131-146.

_____. “When Anthropology is at home: The Different Contexts of a Single Discipline” IN *Annu. Rev. Anthropol.*, 27, 1998, pp.105–128.

_____. *A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil*. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/artigos/1999_a_alteridade_em_contexto.htm; acessado em mai. 2012.

PERLMAN, Janice E.. *O Mito da Marginalidade – Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Ed., 1977.

PINTO, Fernanda Mousse. *A Invenção da Cidade Nova: agentes, personagens e planos*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

PMRJ. *Projeto Porto Maravilha*, 2009.

PÓLVORA, Jacqueline Britto. *Dispersions: Black Communities and Urban Segregation in Porto Alegre, Brazil*. Presented to the Faculty of the Graduate School of The University of Texas at Austin for the Degree of Doctor of Philosophy, 2006.

POMAR, Marcelo. “Introdução: não foi um raio em céu azul” IN JUDENSNAIDER, Elena...[et al.] *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Ed. Veneta, 1ª Ed., 2013. pp. 9-19.

PRAKASH, Gyan. “Writing post-orientalist histories of the third world: perspectives from Indian historiography” IN *Comparative Studies in Society and History*, 32 (3), 1990, pp. 383-408.

RANCIERE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1ª Ed.,1996.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. “BRICS: surgimento e evolução” IN *Mesa-redonda: o Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2012, pp. 32-48.

RIGATTI, Decio. *Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no conjunto Rubem Berta*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (Tese de Doutorado), São Paulo, 1997.

RIAL, Carmem. “Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior” IN *Horiz. antropol.* vol.14 Nº 30, Porto Alegre July/Dec, 2008, pp. 21-65.

RICHAUD, María Cristina. “Contributions to the Study and Promotion of Resilience in Socially Vulnerable Children” IN *American Psychologist*, november, 2013, pp.751-758.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa (tomo 1)*. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1994.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Cultura, direitos humanos e poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico” IN FONSECA, Claudia; TERTO Jr., Veriano; e ALVES, Caleb F.; et al. IN *Antropologia, diversidade e direitos humanos: Diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

RIFIOTIS, T. “Derechos humanos y otros derechos: aporías sobre procesos de judicialización e institucionalización de movimientos sociales” IN ISLA, Alejandro (Org.) *En los márgenes de la ley. Inseguridad y violencia en el cono sur*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2007, pp. 229 - 250.

RIFIOTIS, Theophilos. “Direitos Humanos: declaração, estratégia e campo de trabalho” IN *Boletim da Associação Brasileira de Antropologia*, n. 30, 1998. pp.41-43.

ROCHA, Lia. *Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia, defendida no Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em Julho de 2009.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Coleção Biblioteca Carioca, SMC, Rio de Janeiro, 2 ed., 1995.

ROCHE, M., “Mega-Events and Modernity: Olympics and Expos in the Growth of Global Culture”. London and New York, Routledge, 2000.

ROLNIK, Raquel, LASSANCE, Antonio e JENNINGS, Andrew. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. 1ª ed, São Paulo: Carta Maior, 2014.

SADER, Emir (org.) *Gramsci: poder, política e partido*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª Ed., 2005.

SAHLINS, Marshall. *Esperando Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

_____. “Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do sistema mundial”. IN _____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2004, p. 445-501.

SANT’ANA, Maria Helena. *Vila cai-cai: a lógica da habitação reciclável: estudo da organização do espaço e do tempo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. “Prefácio” [1961] IN FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. pp. 1-22.

SCHILLER, Nina Glick. “Transnationality” IN VINCENT, Joan and NUGENT, David. *A Companion to the Anthropology of Politics*. Oxford: Blackwell, 2007. pp. 448-467.

SÁNCHEZ, F. ; BIENENSTEIN, G. ; BARROS, D. ; PICINATTO, L. . *Grandes projetos urbanos e fronteiras sociais: irrupções da resistência*. PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Série Globalização e Solidariedade, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 36-49, 2005.

SCHUCH, Patrice. “Entre o ‘real’ e o ‘ideal’: a antropologia e a construção de enunciados sobre ‘direitos humanos’” IN *Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

SEVENCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Scipione, 1993. [1984]

SEIDL, Eduardo (Org.) *Imagens Faladas: uma reportagem sobre a memória do Bairro cristal*. Porto Alegre: Ed. Do autor, 2010.

SEGATO, Rita Laura. “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de

expansão dos direitos universais” IN *Revista Mana*, Rio de Janeiro, vol.12, nº1, 2006.

SIMMEL, Georg. “Subjective Culture” IN Levine (Ed.) *On Individuality and Social Forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971 [1908].

SIMMEL, Georg. *Cultura femenina y outros ensayos*. Madrid, Revista do Occidente, 1935.

SIMMEL, Georg. *Simmel. Sociologia. (org.) Evaristo de Moraes Filho*. São Paulo, Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. RJ, Jorge Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida Mental”. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, Georg. Simmel, G., A natureza sociológica do conflito, IN Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo, Ática, 1983.

SMCTE. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. *Morro da Providência*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Marcelo Kunrath. “Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional” IN *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, pp. 156-179.

SINGER, André Vitor. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

SOUZA, Anita Silva de. Projeto renascença: um plano de intervenção urbana em Porto Alegre na década de 1970. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (Dissertação de Mestrado), Porto Alegre. 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura. “Por uma concepção multicultural de direitos humanos” IN_____. (Org.). IN *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 427-461.

STRATHERN, Marilyn. “Out of Context: The Persuasive Fictions of Anthropology” IN *Current Anthropology* Vol. 28, Number 3, June 1987, pp.252-281.

_____. *Commons and Borderlands: Working Papers on Interdisciplinarity, Accountability and the Flow of Knowledge*. Sean Kingston Publishing, 2004.

_____. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: terceiro nome, 2013.

SUN, Jian and YE, Lin. “Mega-events, Local Economies, and Global Status: What Happened before the 2008 Olympics in Beijing and the 2010 World Expo in Shanghai” IN *Journal of Current Chinese Affairs*, 39, 2, 2010. pp. 133-165.

SEERY, Mark. “Resilience: A Silver Lining to Experiencing Adverse Life Events?” IN *Current Directions in Psychological Science* 20(6), pp. 390–394.

TAMBIAH, Stanley J.. “The routinization and ritualization of violence” IN *Leveling crowds. Ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia*. Berkeley/Los Angeles/London: University California Press, 1996. pp. 221-243.

TAUSSIG, Michael. “Culture of terror – space of death”. IN VICENT, Joan. (Ed.). *The anthropology of politics. A reader in ethnography, theory and critique*. Malden/Oxford, Blackwell, 2002. pp. 172-186.

TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade : trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TSING, Anna. “Politics on periphery”. IN VICENT, Joan. (Ed.) *The Anthropology of politics. A reader in ethnography, theory and critique*. Malden/Oxford, Blackwell, 2002. pp. 323-337.

TOLEDO, Luiz Henrique de; COSTA, Carlos Eduardo. (orgs.). *Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

TROLEIS, Adriano Lima. *Metrópole de Risco: o caso da Vila Dique e do aterro sanitário da zona norte na poluição das águas superficiais e subterrâneas das bacias hidrográficas do Arroio da Areia e Passo das Pedras/Porto Alegre-RS*. PPGGeografia/UFRGS. Tese de Doutorado, 2009.

TRUFFINO, Javier Cabanyes. “Resilience: An approach to the concept” IN *Rev Psiquiatr Salud Ment (Barcelona)* 2010;3(4):145–151.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *Dramas, Campos e metáforas: Ação Simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF, 2008 [1974].

_____. Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em antropologia da experiência. *Cadernos de Campo* Nº 13, 2005, pp. 177-185.

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas. *Relatório sobre a Situação da População Mundial*, 2011.

VAINER, Carlos. “Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano” IN Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B. *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 5ª ed., 2009. pp. 75-103

VAINER, Carlos. “Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro” IN *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro, maio de 2011.

VALLADARES, Lícia do Prado. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, 2000.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.) *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2001.

VELHO, Gilberto. Violência IN *Revista Ciência Hoje*, Encarte Especial sobre Violência, janeiro/ fevereiro, 1987.

VARGAS, Júlio Cesar. “Centros urbanos vitais: configuração, dinâmica funcional e caráter das ruas comerciais de Porto Alegre”, 2009. Dissertação de mestrado defendida no PROPUR/UFRGS. Disponível em: <http://urbanismo.arq.br/metropolis/2009/07/06/centros-urbanos-vitais>”; acessada em abr. 2012.

VELHO, Gilberto. *"O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia"*. In: VELHO, Gilberto (Coord.). *O Desafio da cidade*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

WINTOUR, N. ; ITIKAWA, L. ; VANNUCHI, M. V. ; PINHEIRO, M. B. ; COSTA, E. A.. O retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Durban: StreetNet International, 2012.

_____. *Individualismo e Cultura*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: Um Estudo de antropologia social*. Gilberto Velho, Rio de Janeiro: Zahar, 6ª ed., 2003.

VIANNA, Adriana. Violência, Estado e gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. In SOUZA LIMA, Antonio Carlos e ACOSTA, Virgina Garcia (orgs). *Margens da Violência: Contornos estatais e sociais do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*. São Paulo: ABA, 2013a.

_____. Comunicação. Mesa Práticas de justiça, lutas de reparação. III ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito. FFLCH-USP, 2013b.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 37, 2011.

VICENT, Joan. “Introduction” IN *The anthropology of politics. A reader in ethnography, theory and critique*. Malden/Oxford, Blackwell, 2002. pp. 1-13.

VIEITAS, Deborah e ABOIM, Isabel. “África: oportunidades para empresas brasileiras” IN *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº 116, 2012. pp. 20-36 Disponível em: http://www.bcgbrasil.com.br/Imprensa/Documents/Africa%20-%20oportunidades%20para%20empresas%20brasileiras%20_Revista%20Brasileira%20de%20Comercio%20Exterior.pdf. Acesso em 20/10/2014.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. RJ, Ed. UFRJ, 1994.

_____. *A Máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 2000 [1985].

_____. “Direitos cívicos e direitos humanos, uma confusão pós-moderna” IN *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004c.

_____. *Desarmamento, segurança pública e cultura de paz*. Rio de Janeiro, 2005.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. “Crime, medo e política” IN *Um século de favela* - 4a. ed. - Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004b [1998].

_____. *Um século de favela* - 4a. ed. - Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004a [1998].

ZIZEK, Slavoj. “O violento silêncio de um novo começo” IN HARVEY, David...[et al.] (org.) *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. pp.15-26.

ZHU, Junming and RUTH, Matthias. “Exploring the resilience of industrial ecosystems” IN *Journal of Environmental Management*, 122, 2013, pp. 65-75.

WAGNER, Alfredo Berno de Almeida [et al.] “Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo”. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

WAGENNAR, Hendrik and WILKINSON, Cathy. “Enacting Resilience: A Performative Account of Governing for Urban Resilience” IN *Urban Studies published*, 30 October, 2013, pp. 44.
(Waiselfisz, 2012; 2013)

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

WILSON, Richard A. “Introduction” IN _____. (Org.). *Human rights, culture and context: anthropological perspectives*. London: Pluto Press, 1999. pp. 1 - 27.

